



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **Audição de Crianças e Jovens na Mediação Familiar nos Casos de Separação e Divórcio**

Um estudo do ponto de vista dos Mediadores Familiares  
da Região Autónoma da Madeira

## **Volume I**

Tese Doutoramento em Ciências Sociais - Sociologia

**Autor:** Paulo Alexandre Milheiro Gaspar Ferreira

**Orientador:** Professor Doutor Fausto José Robalo Amaro

### **Júri:**

**Presidente:** Reitor da Universidade Técnica de Lisboa  
Professor Doutor António Manuel da Cruz Serra

**Vogais:** Professor Doutor Fausto José Robalo Amaro  
Professora Doutora Maria Teresa Meireles Lima da Silveira  
Rodrigues Ribeiro  
Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque  
Professor Doutor Fernando Humberto Santos Serra  
Professora Doutora Dália Maria Sousa Gonçalves da Costa

**Lisboa, 2013**



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

## **Audição de Crianças e Jovens na Mediação Familiar nos Casos de Separação e Divórcio**

Um estudo do ponto de vista dos Mediadores Familiares  
da Região Autónoma da Madeira

Tese Doutoramento em Ciências Sociais - Sociologia

**Autor:** Paulo Alexandre Milheiro Gaspar Ferreira

**Orientador:** Professor Doutor Fausto José Robalo Amaro

**Júri:**

**Presidente:** Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Professor Doutor António Manuel da Cruz Serra

**Vogais:** Professor Doutor Fausto José Robalo Amaro

Professora Doutora Maria Teresa Meireles Lima da Silveira

Rodrigues Ribeiro

Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque

Professor Doutor Fernando Humberto Santos Serra

Professora Doutora Dália Maria Sousa Gonçalves da Costa



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



**Fonte:** Paulo Milheiro (2007) “Havana - Cuba”

Redação da Tese concluída no dia 22 de Junho de 2012.

*Ao meu filho Salvador, fonte de alegria, felicidade e  
inspiração, pelo tempo que me “afastei”.*

*Á minha Mulher, verdadeira companheira em todos  
os momentos, pelas ausências que provoqueei.*

*Aos meus Pais, por serem aqueles com que  
sempre contei.*

“Há mais de dois mil anos a civilização se confronta com a ordem de "honrar pai e mãe". Mas é preciso, também e principalmente, honrar os filhos. Talvez assim o homem encontre o caminho virtuoso do amor incondicional e do altruísmo, concedendo à humanidade a chance de ser um pouco melhor e aos filhos a oportunidade de serem muito mais felizes”.

Raquel P Ribeiro de Souza (2009), Especialista em Filosofia do Direito e Coordenadora da Comissão de Legislação do Instituto Brasileiro de Direito de Família. In, “Os filhos da família em litígio judicial: uma abordagem crítica”. Disponível em:  
[http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCC/dirFamila/artigos/07\\_os.filhos.da.familia.em.litigio.judicial.pdf](http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCC/dirFamila/artigos/07_os.filhos.da.familia.em.litigio.judicial.pdf)

## **Agradecimentos**

Um trabalho de tamanha exigência e complexidade como o que aqui se apresenta, só é integralmente exequível com o auxílio de algumas Pessoas e Instituições. Por este facto impõe-se-nos como circunstância obrigatória agradecer a todos aqueles que de algum modo apadrinharam e contribuíram, mais e menos diretamente, para este feito. Assim, gostaríamos de agradecer:

Ao Professor Doutor José Robalo Fausto Amaro, nosso orientador, a forma sapiente, disponível e devota com que sempre nos orientou e “esteve perto” do que íamos produzindo. Na verdade, para além de muitos outros atributos que se lhe reconhecem enquanto Pessoa e Académico, sentimos de forma peculiar o modo como amiudada e intensamente o SENHOR PROFESSOR partilhou conhecimentos e se manifestou cúmplice com o trabalho que por nós ia sendo desenvolvido.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), prestigiada instituição académica, que muito nos orgulha e envaidece sentirmo-nos ligados, nas pessoas do anterior e atual Presidentes, Professor Doutor João Abreu Faria Bilhim e Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, respetivamente, pela forma afável, competente e solícita com que sempre nos tratou. Aqui, e ainda em relação ao Instituto, um agradecimento muito especial à digníssima Senhora Paula Alpuim do Gabinete de Estudos Avançados do ISCSP, pela forma gentil e idónea com que sempre nos foi esclarecendo, desde a fase de candidatura, as mais intrincadas dúvidas e procedimentos de carácter administrativo ligados ao Curso de Doutoramento.

À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) da Região Autónoma da Madeira, ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP, RAM e ao Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPE (SESARAM, EPE) o modo sensível e diligente com que trataram e dispuseram sobre o nosso pedido de Equiparação a Bolseiro. Ainda que não tendo beneficiado desde o início do nosso percurso da referida condição ou estatuto, a verdade é que a supracitada equiparação revelou-se determinante na fase final da redação da tese.

Ao Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) do Ministério da Justiça (MJ) a disponibilidade sempre evidenciada para fornecer toda e qualquer informação que se nos ia afigurando pertinente no âmbito do trabalho desenvolvido.

À Dr.<sup>a</sup> Maria Saldanha Pinto Ribeiro, Presidente do Instituto Português de Mediação Familiar (Lisboa), ao Dr. Norberto Martins, Procurador da República (Porto), ao Dr. Mário Silva, Juiz do Tribunal de Família e Menores (Funchal), pelas sugestões, ensinamentos e esclarecimentos dispensados durante a parte inaugural do nosso trajeto.

À Amigas Maria Helena Figueiredo e Margarida Figueiredo, ilustres Professoras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Medicina e Química, respetivamente, pelas palavras de amizade e de incentivo indispensáveis à materialização do SONHO.

À prima Ana Lúcia Vasconcelos, sempre presente “nas horas de aperto”, pela inestimável colaboração no arranjo gráfico final do trabalho.

Aos amigos Lara e Renato pelos momentos de convívio, inúmeras vezes inundados com conversas sobre “O ASSUNTO”, propiciadores do relaxamento essencial ao “recarregar das baterias”.

Aos meus sogros, António Gouveia e Teresa Vasconcelos, pelo apoio familiar constantemente dispensado. Sem eles a melhor compatibilização do papel de PAI com o de INVESTIGADOR seria, decerto, impossível.

Aos Mediadores Familiares e restantes Profissionais entrevistados no âmbito do estudo sem os quais o mesmo não teria sido realizável. Com todos eles muito aprendi!

BEM HAJAM

## Resumo

O tema da Audição de Crianças e Jovens na Mediação Familiar nos casos de separação ou divórcio tem suscitado acalorados e incessantes debates, parecendo não existir quanto a esta questão social, quer no meio académico quer profissional, unanimidade possível.

A presente dissertação baseia-se num estudo efetuado na Região Autónoma da Madeira sobre o fenómeno, tendo o mesmo contado basicamente com a realização de entrevistas a vinte e nove (n=29) Mediadores Familiares (pois foram ainda efetuadas mais duas a profissionais sem especialização em Mediação Familiar, mas com experiência técnica na área judicial, designadamente do Direito da Família) com recurso a um Guião elaborado para o efeito, tendo a constituição da amostra, o tratamento e análise da informação obedecido aos princípios preconizados pela metodologia da Grounded Theory.

Os dados recolhidos e analisados à luz da metodologia referida permitiram identificar e organizar uma vastíssima panóplia de informação tendo esta sido depois integrada e sistematizada em temas, categorias e subcategorias de análise da informação.

Dos resultados obtidos há que relevar os que apontam para a família como lugar de bem e mal-estar, podendo esta última condição, ser determinada pelas ruturas de casal; para liberdade de expressão e de opinião das crianças e dos jovens como forma, entre outras, de salvaguardar o seu superior interesse nos casos de separação e divórcio; para dificuldade e/ou falência do sistema judicial na defesa dos reais interesses das famílias, sobretudo das suas crianças e adolescentes; para dificuldade dos casais desavindos em destrinçar o papel de cônjuges do de progenitores; para a visão da mediação familiar como legítima alternativa aos tribunais no domínio dos conflitos conjugais/familiares; para a marcada divergência de opiniões dos peritos da mediação em relação à presença física dos menores de idade no processo; para a concordância dos mediadores familiares com audição se encontrar sujeita à prévia garantia de condições relacionadas com os progenitores, os próprios filhos, o mediador, o processo de mediação e o contexto social e político onde o mesmo se desenvolve (visão sistémica/ecológica da audição); para a não materialização da audição na atualidade e a acanhada probabilidade de a mesma poder vir a acontecer com regularidade, ou pura e simplesmente não ocorrer, num futuro próximo, por força da sociedade se encontrar impreparada em muitos domínios para o efeito.



Os resultados atrás anunciados sugerem principalmente: a) a urgente necessidade de uma profunda alteração da mentalidade que ajude os casais, ou alguns dos seus elementos, a admitir a possibilidade de as suas relações poderem não ser “para todo o sempre”, só possível com políticas e iniciativas públicas de carácter pedagógico, dirigidas à população adulta em geral; b) a premência de uma efetiva aposta na formação universitária pós-graduada dos mediadores familiares, de cariz teórico-prático, na área específica da auscultação a crianças e jovens nos casos de separação e divórcio dos pais; c) a rápida proliferação e entrada em funcionamento de equipas multidisciplinares de apoio/assessoria aos Serviços de Mediação Familiar, públicos ou privados; d) a inadiável configuração e equipamento de espaços adequados à realização das audições que possam ir de encontro às características dos sujeitos; e) a criação e observância de um modelo de participação das crianças e dos jovens no processo de mediação que contemple distintos padrões ou graus de audição tendo especialmente em conta os seus níveis de desenvolvimento cognitivo e emocional.

**Palavras-Chave:** Divórcio; Mediação; Mediação Familiar; Audição dos Filhos; Região Autónoma da Madeira; Portugal.

## **Abstract**

The theme of child and youth hearings in family mediation in separation or divorce cases has repeatedly caused heated debate, making unanimity, in both professional and academic fields, very far from being achieved.

The present dissertation is based on a study performed in the Autonomous Region of Madeira regarding this phenomenon, and it is based on interviews to twenty nine (n=29) Family Mediators (including two additional interviews to professionals without family mediation expertise, however possessing technical experience in Family Law) with a script prepared for that purpose, taking into consideration that the fabric of the sample, the processing and analysis of data obeyed the principles advocated by the Grounded Theory methodologies.

Data gathered and analyzed in this methodology has allowed the identification and organization of a broad range of information that was identified into themes, categories and subcategories of data analysis.

Considering obtained results, it is important to underline the ones that refer to the family as a place of well being or its opposite, being this latter condition possibly determined by ruptures in the couple; to children and youths' freedom of expression and opinion as a way, among others, to assure their best interests in cases of separation or divorce; to the hindrance or failure of the legal system in protecting the best interest of families, particularly children and adolescents; to the difficulty of troubled couples in differentiating the role of the spouses from their role as parents; to asserting family mediation as a legitimate alternative to courts of law insofar as couple/family conflicts are concerned; to the well known discrepancy in expert opinions concerning the physical involvement of under aged children in this process; to the guaranteeing of certain conditions related to the parents, the children themselves, the mediator, the actual mediation process and the social/political context in which it is developed (systemic/ecological perspective of hearings) acting as criteria for the accepting of child hearings by family mediators; to the non materialization of child hearings in reality and the slim probability of it happening on a regular basis or actually not happening at all in the near future, for society is, in many ways, unprepared for it.

The results listed above suggest mainly: a) the urgent need of a deep change of mentalities, which would help the couples, or one of its members, admit the possibility that their relationships “may not be forever”, such an initiative only being possible through political and public pedagogical enterprises addressed to the general adult population; b) the dire need of focusing on post graduation training (theory and practice) of family mediators, specifically in child and youth hearings in separation and divorce cases; c) the fast proliferation and establishing of multidisciplinary assistance and support teams for private and public Family Mediation Services; d) the unavoidable configuration and equipping of adequate spaces for the hearings, considering the subjects’ specific needs; e) the creating and observing of a child and youth participation model in the process of mediation that would contemplate distinctive degrees or patterns of hearings, considering specially their cognitive and emotional level.

**Keywords:** Divorce; Mediation; Family Mediation; Child Hearings; Autonomous Region of Madeira; Portugal.

## Índice Geral

|                      |     |
|----------------------|-----|
| Agradecimentos ..... | III |
| Resumo .....         | V   |
| Abstract.....        | VII |
| Siglas .....         | XVI |
| Introdução .....     | 17  |

### Volume I - Parte I - Enquadramento Teórico

|   |    |
|---|----|
| Observação genérica prévia ao enquadramento teórico.....  | 23 |
| <b>Capítulo 1</b> – Notas teóricas preambulares e subsidiárias à contextualização do tema objeto de estudo..... | 24 |
| 1.1 Família como área de investigação sociológica “pura e aplicada” .....                                       | 24 |
| 1.2 Família e a diversidade e mutabilidade conceptuais.....   | 26 |
| 1.3 Tipos de família e principais características .....   | 28 |
| 1.4 Algumas teorias sociológicas sobre a instituição familiar.....  | 33 |
| 1.4.1 A perspetiva estruturo-funcionalista .....  | 34 |
| 1.4.2 A perspetiva das trocas sociais.....  | 34 |
| 1.4.3 A perspetiva sistémica.....   | 35 |
| 1.4.4 A perspetiva feminista.....   | 37 |
| 1.4.5 A perspetiva conflitualista.....  | 38 |
| 1.4.6 O âmago das novas abordagens .....  | 38 |
| 1.5 No trilho das principais teorias psicológicas acerca do desenvolvimento humano .....                        | 39 |
| 1.5.1 A perspetiva psicossocial do desenvolvimento da personalidade de Erik. Erikson.....                       | 39 |
| 1.5.2 A perspetiva do desenvolvimento cognitivo (de Piaget aos Neo-piagetianos) .....                           | 40 |
| 1.5.3 A perspetiva do desenvolvimento moral de Kohlberg .....   | 44 |
| 1.5.4 A perspetiva contextual de Lev Semenovich Vygotsky.....   | 45 |
| 1.5.5 A perspetiva ecológica de Urie Bronfenbrenner .....   | 48 |
| 1.5.6 Orientações teóricas mais recentes.....   | 51 |
| 1.6 Bem-estar infantil e juvenil: noção, grandezas e outras questões relacionadas.....                          | 53 |
| 1.6.1 Complexidade conceptual e algumas condições necessárias ao seu (re) conhecimento e avaliação.....         | 53 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.6.2 Crianças e jovens como sujeitos de direitos: o primado do “superior interesse” e o seu direito à participação .....                      | 56  |
| 1.6.3 Fatores de risco e de proteção .....   | 63  |
| <b>Capítulo 2 – Separação e Divórcio na Família</b> .....  | 67  |
| 2.1 Da noção de conflito ao tipo de conflitualidade e de rutura de casal .....   | 67  |
| 2.2 Rutura de casal e divórcio como processo .....   | 72  |
| 2.3 Fatores de separação/divórcio na família.....  | 75  |
| 2.4 Impacto da separação e do divórcio nos filhos .....  | 78  |
| <b>Capítulo 3 – Mediação Familiar como Meio Alternativo de Resolução de Litígios nos Casos de Separação e Divórcio</b> .....                   | 86  |
| 3.1 Breves notas sobre a sua origem histórica, aparição e funcionamento nalguns países ocidentais. ....  | 86  |
| 3.2 Mediação Familiar: noção e principais características .....  | 91  |
| 3.3 Modelos de Mediação Familiar .....   | 99  |
| 3.3.1 Modelo Tradicional Linear (Harvard).....   | 99  |
| 3.3.2 Modelo Transformativo.....   | 100 |
| 3.3.3 Mediação Familiar Terapêutica.....   | 101 |
| 3.3.4 Modelo Circular Narrativo .....  | 103 |
| 3.3.5 Modelo Ecológico.....  | 104 |
| 3.4 Mediação Familiar como processo .....  | 105 |
| 3.5. O mediador como perito de resolução de conflitos na família .....   | 109 |
| 3.5.1 Características profissionais e perfil .....   | 109 |
| 3.5.2 Funções do mediador .....  | 114 |
| 3.6.1 Origem e eventos de capital importância para a sua implementação e desenvolvimento .....   | 116 |
| 3.6.2 Sistema de Mediação Familiar: alguns aspetos relacionados com a sua organização e funcionamento.....                                     | 121 |
| 3.6.3. Mediação Familiar em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira: breves considerações e alguns dados sobre a sua prática..... | 128 |
| <b>Capítulo 4 – O Lugar das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar</b> .....   | 133 |
| 4.1 Ainda a propósito da Mediação Familiar como espaço de família alternativo à intervenção judicial nos casos de rutura de casal .....        | 133 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.2 Perspetivas sobre a participação das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar nos Casos de Separação/Divórcio.....         | 134 |
| 4.3 Participação das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar: formas, contextos e outros assuntos nucleares relacionados..... | 146 |
| Síntese Teórica Integrativa .....  | 159 |

## **Volume II - Parte II -Trabalho de Campo**

|  |            |
|--|------------|
| Parte II – Trabalho de Campo .....   | 170        |
| <b>Capítulo 5 – Metodologia Adotada .....</b>                              | <b>171</b> |
| 5.1 Pergunta de partida e objetivos .....                                  | 171        |
| 5.2 Método da Grounded Theory.....   | 174        |
| 5.3 Processo de constituição da amostra.....                               | 175        |
| 5.4 Técnica e instrumentos utilizados na recolha dos dados .....           | 176        |
| 5.4.1 A Entrevista.....  | 176        |
| 5.4.2 Os Instrumentos: guiões de entrevista.....                           | 178        |
| 5.5 Operacionalização do método da Grounded Theory .....                   | 183        |
| 5.5.1 Condições prévias necessárias ao processo de recolha dos dados ..... | 183        |
| 5.5.2 Processo de recolha dos dados .....                                  | 184        |
| 5.5.3 Dificuldades diagnosticadas na recolha dos dados .....               | 187        |
| 5.6 Procedimentos adotados na análise e tratamento da informação.....      | 188        |
| <b>Capítulo 6 – Sinopse dos Casos Estudados .....</b>                      | <b>192</b> |
| 6.1 Mediadores Familiares.....   | 192        |
| 6.1.1 Caso SG.....   | 192        |
| 6.1.2 Caso CV .....  | 193        |
| 6.1.3 Caso PC .....  | 195        |
| 6.1.4 Caso NJ .....  | 195        |
| 6.1.5 Caso MC.....   | 196        |
| 6.1.6 Caso SS .....  | 197        |
| 6.1.7 Caso LR.....   | 198        |
| 6.1.8 Caso AF.....   | 199        |
| 6.1.9 Caso SCG .....   | 200        |
| 6.1.10 Caso MM.....  | 201        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.1.11 Caso RS .....   | 202        |
| 6.1.12 Caso CA .....   | 203        |
| 6.1.13 Caso GM .....   | 204        |
| 6.1.14 Caso IR .....   | 206        |
| 6.1.15 Caso LG.....  | 207        |
| 6.1.16 Caso CRA.....   | 208        |
| 6.1.17 Caso IS .....   | 209        |
| 6.1.18 Caso AQ .....   | 210        |
| 6.1.19 Caso TF .....   | 211        |
| 6.1.20 Caso CR.....  | 212        |
| 6.1.21 Caso EG.....  | 213        |
| 6.1.22 Caso MS .....   | 214        |
| 6.1.23 Caso HV .....   | 216        |
| 6.1.24 Caso PB .....   | 218        |
| 6.1.25 Caso PE .....   | 219        |
| 6.1.26 Caso ET .....   | 221        |
| 6.1.27 Caso MB.....  | 222        |
| 6.1.28 Caso MG .....   | 223        |
| 6.1.29 Caso RC.....  | 224        |
| 6.2 “Profissionais Sem Especialização em Mediação Familiar” .....  | 224        |
| 6.2.1 Caso 30 LP .....   | 224        |
| 6.2.2 Caso 31 MRS .....  | 225        |
| <b>Capítulo 7 – Contributo para o Estudo Sociológico sobre a Audição das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar.....</b> | <b>227</b> |
| 7.1 Bem-estar das crianças e dos jovens na família: dimensões, direitos associados e de mais questões conexas .....          | 227        |
| 7.2 Família como espaço de tensão, conflito e rutura.....  | 244        |
| 7.2.1 Perceção sobre a conflitualidade conjugal .....  | 244        |
| 7.2.2 Perceção sobre a rutura de casal/conjugal.....   | 252        |
| 7.3 “Superior Interesse dos Menores”: perspectiva e seu resguardo nos casos de separação/divórcio dos progenitores.....      | 280        |

|   |            |
|---|------------|
| 7.4 Olhares sobre a audição judicial dos “menores” nos casos de separação e divórcio na família: uma incursão necessária na aproximação à questão central do estudo ..... | 301        |
| 7.4.1 Perspectiva dos MF .....  | 301        |
| 7.4.2 Óptica e Prática dos PSEMF .....  | 311        |
| 7.5 Audição extrajudicial das crianças e dos jovens nos casos de separação e divórcio: perspetivas, necessidades e desejos .....  | 331        |
| 7.5.1 Características e condições determinantes da relação de casal nos processos de mediação familiar. ....  | 331        |
| 7.5.2 Entendimento sobre a participação das crianças e dos jovens na mediação familiar e o seu direito à opinião no processo. ....  | 337        |
| 7.5.3 Fundamentos contra e a favor da audição das crianças e dos jovens na mediação familiar. ....  | 342        |
| 7.5.4 Condições necessárias à realização da audição às crianças e jovens na mediação familiar .....   | 348        |
| 7.6 Prática da Mediação e da Audição no Arquipélago da Madeira.....   | 361        |
| 7.7. Desejos e vontades profissionais .....   | 368        |
| 7.7.1 Perspectiva dos MF .....  | 368        |
| 7.7.2 Perspectiva dos PSEMF .....   | 383        |
| <b>Conclusões .....</b>   | <b>405</b> |
| <b>Considerações Finais .....</b>   | <b>430</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>  | <b>442</b> |
| <b>Legislação Consultada/Utilizada .....</b>  | <b>468</b> |
| <b>Anexos</b>   |            |



## Índice de Quadros

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro I</b> – Perspetiva de Kaslow sobre o Divórcio.....  | 69  |
| <b>Quadro II</b> – Tipos de Programas e Serviços de Mediação.....   | 90  |
| <b>Quadro III</b> – Características da via judicial e extrajudicial na resolução de conflitos .....                                 | 97  |
| <b>Quadro IV</b> – Diferenças entre Terapeuta Familiar e Mediador Familiar.....   | 103 |
| <b>Quadro V</b> – Mediadores do SMF por Listas e Circunscrição Territorial.....   | 127 |
| <b>Quadro VI</b> – Alguns dados relativos ao funcionamento do SMF entre 2008-2011.....  | 128 |
| <b>Quadro VII</b> - Dados relativos ao funcionamento do SMF na RAM entre 2009-2010.....   | 129 |
| <b>Quadro VIII</b> – Características sociodemográficas, académicas e profissionais dos Mediadores Familiares objeto de estudo ..... | 226 |

## Índice de Figuras

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura I</b> - Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. ....  | 50  |
| <b>Figura II</b> – Logótipo do Instituto Português de Mediação Familiar .....  | 117 |
| <b>Figura III</b> – Logótipo do Centro de Estudos Judiciários.....   | 117 |
| <b>Figura IV</b> – Logótipo do Sistema de Mediação Familiar.....   | 120 |
| <b>Figura V</b> – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios do MJ.....   | 121 |
| <b>Figura VI</b> – Configuração da Última Fase de Alargamento Territorial do SMF .....   | 122 |
| <b>Figura VII</b> - Diagrama de Funcionamento do SMF .....   | 127 |
| <b>Figura VIII</b> – Cartaz do I Encontro de Mediação Familiar (RAM 2006).....   | 130 |
| <b>Figura IX</b> – Cartaz do II Encontro de Mediação Familiar (RAM 2008) .....   | 131 |
| <b>Figura X</b> – Vista Exterior do Edifício da Câmara Municipal do Funchal .....  | 132 |
| <b>Figura XI</b> – Conflito de paradigmas sobre a audição dos menores na mediação familiar e<br>respetivas consequências .....                           | 432 |
| <b>Figura XII</b> – Resultado da aplicação de um processo mediador ao conflito de paradigmas sobre a<br>audição dos “menores” na mediação familiar ..... | 433 |

## **Siglas**

**CAPP** – Centro de Administração e Políticas Públicas

**CDC** – Convenção dos Direitos da Criança

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CSSM** – Centro de Segurança Social da Madeira

**EMAT** – Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais

**ETC** – Equipa Tutelar Cível

**GRAL** – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

**IPMF** – Instituto Português de Mediação Familiar

**IRS** – Instituto de Reinserção Social

**ISCSP** – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

**MF** – Mediação Familiar/Mediador Familiar

**MJ** – Ministério da Justiça

**OPJ** – Observatório Permanente da Justiça

**PSEMF** – Profissionais Sem Especialização em Mediação Familiar

**RAM** – Região Autónoma da Madeira

**SESARAM, EPE** – Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, Entidade Pública Empresarial.

**SIC** – “Superior Interesse da Criança”

**SRAS** – Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

**SRE** – Secretaria Regional de Educação

## **Introdução**

Embora o divórcio como acontecimento ordinário e aceite pela sociedade dos nossos dias (Cruz, 2011) tenha crescido exponencialmente nas Sociedades Ocidentais nas últimas décadas – em Portugal, por exemplo, entre 2000 e 2010, a sua taxa subiu 38,9 % (PORDATA, 2011) – a verdade é que é relativamente recente, no contexto nacional, a presença e o real funcionamento da Mediação Familiar como método de intervenção social alternativo ao forense na resolução dos conflitos na família (mormente nos casos de rutura de casal), mesmo confirmando-se as dificuldades e limitações, até incompatibilidades, do Sistema Judicial para atuar num domínio tão complexo e exigente, para todos os seus membros, sobretudo no plano emocional, onde urge a existência de consensos céleres e ajustados ao rápido estabelecimento do equilíbrio das relações familiares, especialmente quando nele estão envolvidos menores de idade (Araújo, et al., 2011). Ora é precisamente no campo da Mediação como alternativa vigorosa aos Tribunais no trato de determinados litígios (Cruz, 2011), mais concretamente nos casos de rutura de casal, tendo em linha de conta o impacto multidimensional que a mesma tem ou pode ter em todos os elementos do agregado familiar e, ainda, perspetivando as crianças e os jovens como sujeitos de direitos e atores sociais que devemos situar a investigação aqui levada a cabo. Trata-se, objetivamente, da realização de um estudo no jugo das Ciências Sociais, campo específico da Sociologia da Família, área científica com significativo desenvolvimento nos anos mais recentes – para o qual muito tem concorrido o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, através do seu Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) (Amaro, 2006) – mas onde abordagem à Mediação Familiar, e a uma das suas mais polémicas questões, como a participação dos “menores” no processo (Brown & Marriot, 2005), carece, ainda, de indagação superior e avultado desenvolvimento teórico, pelo menos no que à realidade nacional diz respeito. É pois neste quadro que o presente estudo, sustentado quase exclusivamente por entrevistas efetuadas a peritos da área da Mediação Familiar, ambiciona, acima de tudo, a construção de teoria destinada a melhor retratar e explicar o fenómeno aqui analisado, embora procure, tal-qualmente, a enunciação de humildes orientações e estratégias políticas no campo da intervenção psicossocial junto das famílias, mormente das

crianças e dos jovens, nos casos de separação ou divórcio dos pais. Julgamos ser nesta lógica de raciocínio que podemos encarar o nosso trabalho como investigação sociológica de dupla perspetiva: interpretativa e crítica. Interpretativa na medida em que se baseia no pressuposto de que o conhecimento e entendimento da Família decorre e são influenciados pelos valores e experiências pessoais dos sujeitos entrevistados sobre o sistema familiar e seus elementos constituintes. De natureza crítica pois ao mesmo tempo que pretende a contextualização do fenómeno estudado, cria condições para a eclosão de eventuais mudanças no seio do mesmo (Amaro, 2006).

Debruçando-nos mais ainda sobre o tema objeto de pesquisa propriamente dito, opinião dos Mediadores da Região Autónoma da Madeira sobre a “Audição das Crianças e Jovens na Mediação Familiar”, situação que na ótica Cruz não ocorre vulgarmente nos processos (2011), há que dizer que a literatura científica, desde a menos à mais recente, dá conta da ausência de unanimidade sobre a matéria, parecendo haver, não raras vezes, posições um tanto ou quanto extremadas sobre o assunto, fazendo com que a questão aqui estudada permaneça com o estatuto de “facto social intrincado”, suscetível, portanto, das mais acaloradas discussões, e, por esta razão, afigurando-se como campo fecundo de investigação das Ciências Sociais, com vista à produção de novos e profícuos desenvolvimentos teórico-práticos. Grosso modo, quem se insurge contra a auscultação dos “menores” em sede de Mediação Familiar, entende que o contexto, mesmo sendo de natureza extrajudicial, deve achar-se apenas reservado aos adultos pois as condições emocionais e familiares em que o processo se desenrola podem agravar a já debilitada estabilidade emocional dos filhos, por força das vivências negativas associadas à iminente separação ou divórcio dos progenitores. Pelo contrário, quem se arvora defensor da participação física dos “menores” na Mediação Familiar mostrando-se, por conseguinte, a favor da sua escuta, fá-lo com a argumentação de que as crianças e os adolescentes são “Sujeitos de Direitos” e como tal devem ser ouvidos sobre todas as matérias que lhes dizem diretamente respeito, conforme estatui o artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança (CDC). É aliás neste contexto que Cruz refere que “Tal participação é facilmente compreensível visto que o acordo que possa resultar da mediação, certamente, os afetará [aos filhos] de forma direta e imediata” (2011:125). Dignas de realce parecem ser ainda neste âmbito as circunstâncias de caber às partes, ou seja aos cônjuges, e ao mediador aquilatar e definir se os menores deverão participar no processo de mediação (Ricci, 2004) e de essa comparecência jamais poder ser causadora

de danos (Cruz, 2011). Em relação a estas duas alegações, se a primeira nos poderá suscitar circunspectas dúvidas, até porque se reconhece e aceita que não caberá às crianças ou adolescentes tomar qualquer tipo de decisão no processo (Cruz, 2011), a segunda afigura-se-nos indubitável pois jamais deverão ser expostos a situações ou eventos que coloquem em risco o seu “Superior Interesse” aquando da separação ou divórcio dos pais.

É no encadeamento das ideias já aludidas sobre o tema objeto de estudo que devemos entender o teor e a estrutura dos conteúdos teóricos aqui apresentados e que dão suporte ao trabalho de campo constante na presente dissertação. Esta encontra-se dividida em duas partes essenciais, correspondendo a primeira ao necessário enquadramento teórico da questão investigada cuja abordagem só é possível num quadro eclético do Saber donde se destacam contributos ligados sobretudo à Sociologia, naturalmente, Psicologia e Direito, e a segunda equivalendo à pesquisa efetivamente realizada.

Assim, na **Primeira Parte**, dirigida ao Enquadramento Teórico do tema objeto de estudo (**Volume I**), integramos, numa fase inicial, algumas notas teóricas prévias necessárias à abordagem direta às questões objetivamente relacionadas com a matéria submetida a pesquisa. Destas notas iniciais, que consubstancia o **primeiro capítulo**, relevância para uma breve abordagem à instituição familiar como área de superior e incessante interesse da Sociologia, cujas teorias sociológicas, das clássicas às mais recentes, a respeito da mesma, assim o atestam; para a análise de alguns temas intimamente relacionados com as noções de desenvolvimento e bem-estar das crianças e dos jovens (no primeiro caso com recurso a uma sumária explanação acerca de algumas das mais paradigmáticas teorias sobre o assunto, como a Ecológica, de Urie Bronfenbrenner; no segundo, sobre a conceção de bem-estar, tipos, fatores de risco e de proteção do mesmo e, ainda, a condição dos “menores” como “Sujeitos de Direitos”, a primazia do seu superior interesse e o “Direito de Participação”, associados à expressão e valorização da sua opinião em todas as questões que lhes digam respeito). No domínio das temáticas mais diretamente relacionadas com o assunto investigado, que corresponde ao **segundo, terceiro e quarto** capítulos do nosso trabalho, abordamos em primeira instância a questão da separação e do divórcio na família como processo, recorrendo neste âmbito a uma breve apresentação do modelo psicossocial de Guttman (1993), aduzimos algumas causas de separação e divórcio na família e notamos o impacto destas duas circunstâncias nos filhos dos casais desavindos. Num segundo

momento, ou seja, no **terceiro capítulo** da tese, debruçamo-nos sobre a Mediação Familiar como Meio Alternativo de Resolução de Litígios em geral e nos Casos de Separação e Divórcio em particular, que integra assuntos relevantes como: origem histórica, aparecimento e funcionamento nalguns países ocidentais; noção, principais características e modelos de mediação, enquanto metodologia de intervenção na família; mediador como especialista na resolução de conflitos familiares; mediação familiar no nosso país, com apontamentos relativos ao nascimento e determinantes para a sua implementação e desenvolvimento, o Sistema Público de Mediação ao nível da sua organização, funcionamento e prática, quer em Portugal Continente quer na Região Autónoma da Madeira. O último capítulo da parte teórica, **quarto** da dissertação, preocupa-se com a questão fulcral do estudo, isto é, sobre o Lugar das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar nos casos de separação e divórcio dos pais. Aqui, apresentam-se, mormente, as distintas perspetivas sobre a questão supracitada e são aclaradas formas, contextos e condições de participação dos “menores” no processo.

A primeira parte da dissertação, cujos capítulos e conteúdos teóricos mencionámos, agrupa, ainda, uma síntese teórica integrativa, servindo a mesma para fazer uma “final ponderação teórica” acerca do que mais relevante se sabe hoje sobre o fenómeno objeto de estudo, servindo a mesma de estreito e coerente elo de ligação com trabalho de campo por nós levado a cabo, cuja apresentação acontece na **segunda** e última parte da tese (**Volume II**), que contempla os capítulos **quinto, sexto e sétimo**. Assim, no **quinto capítulo**, destinado à metodologia adotada, apresentamos a pergunta de partida e os objetivos do estudo, falamos da Graounded Theory como metodologia eleita – enquadradora do processo de constituição da amostra, da escolha da técnica e dos instrumentos utilizados na recolha dos dados (entrevista e respetivos guiões) – e dos procedimentos adotados para a sua operacionalização, com inevitável alusão às condições e à forma como a coleta dos referidos dados se verificou, às contrariedades encontradas no processo de recolha e regimentos implicados na análise e tratamento da informação. No **sexto capítulo**, fazemos uma sinopse de todos os casos estudados (N=31), vinte e nove mediadores familiares e dois profissionais sem especialização em mediação familiar (um Juiz do Tribunal de Família do Funchal e um Assistente Social afeto ao Centro de Segurança Social da Madeira a operar na Equipa Tutelar Cível) e exibimos uma sumária caracterização de natureza sociodemográfica, académica e profissional dos sujeitos. O último capítulo da segunda parte, **sétimo** da tese, que se

afigura como o nosso verdadeiro contributo para o estudo sociológico da problemática, é dedicado à apresentação, interpretação e discussão dos resultados, só possível com o recurso à integração teórica dos mesmos em temas, categorias e subcategorias.

No final da dissertação são anunciadas as conclusões suscitadas pela investigação produzida, concretizadas umas derradeiras reflexões sobre o que de mais valioso a mesma trouxe à Ciência Social sobre o problema objeto de análise e, ainda, apontadas algumas sugestões acerca da auscultação dos “menores” na Mediação Familiar nos casos de separação e divórcio dos pais, que bem podem servir, é esta a nossa convicção, de auxílio à feitura e determinação de políticas e estratégias de intervenção numa área tão complexa e melindrosa como a que aqui tratamos.



## Parte I – Enquadramento Teórico

“Nos casos de divórcio, as questões da guarda parental são deliberadas muitas vezes de forma apressada, por ausência da necessária mediação familiar (...) sucedendo-se as situações de incumprimento. Em todos estes casos, a opinião da criança ou do jovem é pouco ou nada solicitada, decidindo-se o seu destino sem os ouvir. Esta situação não pode manter-se... (...). Ouvir a criança ou o adolescente não pode, contudo, ser feito sem prudência... (...). A audição de uma criança deve fazer parte de um processo de “avaliação sistémica”....(...). Ouçamos as crianças mas sobretudo usemos metodologias de avaliação que nos esclareça o melhor possível o contexto em causa: é sobretudo o método que, mais uma vez, falta entre nós.”

Daniel Sampaio (2008). Interesses da Criança, In *Revista Pública, Crónica Porque Sim*, 74.

## **Observação genérica prévia ao enquadramento teórico**

Os temas bem como os conteúdos teóricos tratados nesta Secção visam contextualizar cientificamente o problema de estudo formulado e o seu encadeamento corresponde na sua esmagadora maioria a uma estrutura ou sequência de análise fortemente influenciada pelos resultados que foram sendo obtidos durante a realização da pesquisa de campo. Sem descurar minimamente o que de relevante existe sobre cada um dos temas em particular, mas tendo a plena consciência de que sobre qualquer assunto ou questão social haverá sempre muito que dizer, foi, desde logo, nossa preocupação direccionar a atenção (entenda-se leitura, reflexão e composição) para as matérias que nos iam aparecendo como imprescindíveis ao entendimento sobre o fenómeno investigado. Esta circunstância contribuiu deste modo para a edificação de um corpo teórico que nos auxilia a melhor compreender o problema objeto de estudo, evitando-se assim abordagens desnecessárias, estéreis e prejudiciais à contribuição científica que esta pesquisa pretende almejar.

## **Capítulo 1 – Notas teóricas preambulares e subsidiárias à contextualização do tema objeto de estudo**

### **1.1 Família como área de investigação sociológica “pura e aplicada”**

No seio das Ciências Sociais o estudo da família é algo comum a várias disciplinas de que a antropologia, a demografia, o direito, a psicologia e a sociologia são genuínos exemplos. No caso particular deste último campo científico do conhecimento, os factos são inequívocos quanto à atribuição a E. Durkeim (1858-1917) o estatuto de fundador da Sociologia da Família quando em 1888 e 1892 organizou, na Universidade de Bordéus, dois cursos: um com a designação dessa emergente disciplina e o outro intitulado “*Família Conjugal*” (Leandro, 2001). Embora não sendo nosso propósito fazer aqui uma incursão por campos ligados à origem e percurso histórico desta disciplina – já que nos parece inoportuna no domínio da nossa abordagem – será útil referir que o trajeto da “*Sociologia da Família*” em Portugal, exemplarmente representado e caracterizado por K. Wall (1993) no seu artigo “*Elementos sobre a sociologia da família em Portugal*”, é pautado por três etapas essenciais que se traduzem, de acordo com Leandro (2001), em três tempos distintos: “o tempo dos precursores”; “o tempo das interconexões e da procura”; “o tempo das estratégias de solidificação”. Assim, e segundo o mesmo autor, a primeira etapa remonta aos inícios do século XX com os trabalhos de alguns sociólogos franceses e portugueses diretamente ligados à Escola de F. LePlay. A segunda particularmente marcada pela reflexão e visão interdisciplinar no quadro das Ciências Sociais reunindo essencialmente antropólogos, demógrafos, economistas, geógrafos, historiadores e sociólogos. A terceira, finais dos anos oitenta, que corresponde ao momento em que é conferido à Sociologia da Família o estatuto de disciplina autónoma no âmbito do ensino e da investigação universitários.

Para Amaro (2006) a Sociologia da Família apresenta-se atualmente como uma área objeto de um enorme crescimento nos últimos anos cujo resultado se traduz na realização e concretização de numerosas pesquisas e desenvolvimento de um corpo significativo de conteúdos teóricos produzidos. O mesmo autor refere ainda que no nosso País a disciplina existe em várias Universidades e Institutos, quer a nível graduado quer pós graduado. Para nós este facto reflete um inequívoco vigor e

dinamismo corrente da disciplina, bem patenteado, aliás, em projetos de investigação em área como o estudo das relações inter-geracionais; das mutações familiares; das relações de género; da violência familiar; da valorização da infância; das solidariedades familiares; da exclusão social; do envelhecimento, entre outros (Leandro, 2001).

Certo é que o estudo da família e da vida conjugal é uma das áreas mais importantes da Sociologia (Giddens, 1997; Firmino da Costa, 2009) e que a abordagem sociológica da família permite estabelecer uma ponte entre o micro e o macrosocial, entre os atores e as estruturas (Wall, 1993). Esta abordagem sociológica ajuda-nos igualmente a analisar não só os padrões existentes da vida social como a descobrir algumas alternativas possíveis aos mesmos. Isto significa, nas palavras de Giddens, que “a prossecução imaginativa do trabalho sociológico pode mostrar-nos, se o quisermos, não apenas o que é o caso mas também como o que este poderia vir a ser. A menos que estejam baseadas numa compreensão sociológica informada das tendências correntes, as nossas tentativas para influenciar os desenvolvimentos futuros serão ineficazes ou frustradas” (1997:34).

É assim na esteira desta particularidade do pensar sociológico, assente nos poderes de imaginação, tão proclamado por C. Wrights Mills (1916-1962) na sua obra “*Imaginação Sociológica*” (1959) (Giddens, 1997) que nos parece útil introduzir aqui a questão da natureza da investigação sociológica “pura” e “aplicada” no domínio da família. Por “investigação pura” entendemos aquela que procura o conhecimento acerca dos fenómenos estudados e visa a elaboração de teorias amplas para compreender os mesmos. Neste caso a possibilidade de aplicação prática dos resultados é menosprezada (Vilelas, 2009). Já a “investigação aplicada” centra-se na possibilidade concreta de as suas teorias terem aplicabilidade prática com vista à solução de problemas ou satisfação de eventuais necessidades identificadas em determinado contexto (Vilelas, 2009).

Sobre estas duas distintas realidades Esquinas (2005, 2006) sublinha que embora a *sociologia pura* e a *sociologia aplicada* assentem em pressupostos diferentes – já que a primeira privilegia o conhecimento pelo conhecimento, utilizando-o apenas na explicação e teorização exaustiva da realidade social, e a segunda valoriza e busca o conhecimento acreditando que este sirva para a resolução de determinados problemas sociais reais – a sua inter-relação e complementaridade são tradicionalmente evidentes.

Concordamos assim com a posição de Vilelas (2009) quando afirma que a divisão entre “puro e aplicado” no domínio da ciência não deve ser percecionada como uma fronteira rígida entre dois campos antagónicos e sem conexão. Além disso, refere ainda o mesmo

autor, muitas vezes são realizados estudos que combinam ambas as finalidades, servindo apenas estas nomenclaturas para incentivar o pesquisador a clarificar os seus objetivos de estudo, que no domínio da investigação sociológica na área da família, pensamos nós, podem muito bem ser mistos.

## **1.2 Família e a diversidade e mutabilidade conceptuais**

O conceito de família sendo etimologicamente de origem latina, mais concretamente do vocábulo “famulus”, apenas surge como uma definição moderna, isto é, mais próxima da dos dias de hoje, no século XVII; e o equivalente à família nuclear conjugal, grupo constituído por pai, mãe e filhos, no século XIX (Leandro, 2001). Se é verdade que desde essa altura até aos anos setenta do século passado este grupo e noção pareciam estáveis, depressa, a realidade sociofamiliar, fruto das relevantes mutações ocorridas, encarregou-se de demonstrar que assim não seria.

Na verdade, em termos de significação, a família tem-se assumido como algo polissémico ao que não será estranho a diversidade das suas estruturas, formas de organização e representações que têm surgido ao longo dos tempos e das sociedades, configurando, assim, relativamente a cada um desses momentos, uma componente da estrutura social (W. Goode, 1970 citado por Leandro, 2001).

Percebemos assim o pensamento de B. Bawin-Legros (1988) para quem a palavra família é “familiar e ambígua”. Familiar porque nos parece não carecer de qualquer definição, por tão evidente que se apresenta o seu significado aos nossos olhos. Ambígua porque se relaciona com as dimensões biológica e social.

Na ótica de Levi-Strauss (1979), a família como grupo social ostenta três características mais ou menos comuns: funda-se no matrimónio; compreende os cônjuges e os filhos nascidos dessa união e, casualmente, outros parentes ligados a este grupo, encontrando-se estes membros unidos por laços de aliança, de sangue, legais e/ou religiosos e obrigações de carácter económico, social, cultural ou ideológico; possui ainda uma rede bem definida, orientada por leis e costumes, de direitos e obrigações sexuais e um numeroso conjunto de sentimentos psicológicos, como o amor, o respeito, a obediência e outros que transcorrem de normativos sociais ou culturais (Levi-Strauss, 1979 citado por Leandro, 2001).

De acordo com Leandro (2001) esta definição, embora possa corresponder a algumas características das distintas formas de família existentes, não considera vários aspetos

ou condições que a própria noção de família deve integrar como por exemplo, a destrição entre as famílias constituídas através do matrimónio daquelas que não o são. Numa linha semelhante à de Leví-Strauss, Murdock (1949) encara a família como um grupo social assente em características como a coabitação, cooperação económica e reprodução. Vê-a ainda como um grupo que integra adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente legitimada, em que uma ou mais crianças dos adultos, que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adoptadas (Murdock, 1949 citado por Amaro, 2006).

Ora a definição de Murdock sendo demasiado ampla (Étienne et al. 2008), ainda que muito divulgada atualmente, não consegue ter aplicação a novas formas de família presentes nas sociedades contemporâneas (Amaro, 2006).

Já a definição de P. Laslett (1978) perspetiva o grupo doméstico (a família) como aquele que incorpora pessoas identificáveis por três aspetos essenciais que o fazem corresponder à realidade familiar, tanto passada como presente: a localização; o funcional; o parentesco. À luz desta perspetiva integram o grupo doméstico os indivíduos que o coabitam (localização), que compartilham um conjunto de atividades, de elementos e de modos de vida (funcional), e que estão unidos por uma rede de laços de integram a consanguinidade e aliança (parentesco) (P. Laslett, 1978 citado por Leandro, 2001).

Na esteira da noção referida, e ainda em relação a esta intrincada questão da definição de família, Amaro (2006) refere que as dificuldades a este nível resultam essencialmente de o conceito possuir várias dimensões: de natureza estrutural; de natureza funcional; de natureza relacional. O referido autor sublinha a este propósito que a questão estrutural diz respeito ao modo como se adquire o estatuto de membro de uma família; a questão funcional ao facto de a família intervir como instituição social designada a satisfazer as necessidades dos seus membros (proteção/socialização das crianças e apoio emocional entre os cônjuges); e a relacional acentuar o tipo de relações que podem ser estabelecidas entre os membros da família (afetivas, de poder, entre outras).

O mesmo autor afirma ainda que mesmo considerando todas estas dimensões numa eventual definição, é imprescindível ter em conta que sendo a família uma instituição em permanente evolução, a sua estrutura, função e as relações que são estabelecidas entre os seus membros sofrem e estão sempre sujeitas a modificações ao longo do tempo (Amaro, 2006). É por esta razão que a conceção estática e unilinear de família

encontra-se hoje completamente ultrapassada. A sua importância mantém-se, mas o mundo em rápida metamorfose leva a que a família esteja sujeita a profundas transformações. Reconhecer este facto é possibilitar a abertura de novas perspetivas e contribuir para uma alteração do conjunto das estruturas sociais que consigam corresponder mais amiudadamente às reais necessidades dos Homens. É nesta linha de pensamento que Tonini (2008) advoga que a família, como aliás todas as instituições sociais, é o resultado de inúmeras necessidades humanas, de iniciativas sociais plurisseculares, de esforços coletivos destinados a resolver problemas de convivência, de estabilidade e de progresso. Fazem assim sentido as palavras de Leandro quando afirma que: “Com efeito, a família, no sentido mais amplo do termo, é o que há de mais ancestral na história da humanidade e o mais estável, mas também o que se modifica, atualmente, de maneira radical” (2001:45).

Em termos de análise sociológica da família contemporânea subscrevemos as palavras de Étienne e colaboradores quando sustentam que “A sociologia da família oscila hoje entre dois modelos de análise: o modelo com orientação normativa, que continua a ser dominante, e um modelo de “mobilização dos recursos”. Na primeira perspetiva de pesquisa, a família conjugal constitui a norma e as outras formas familiares são analisadas como outros tantos desvios em relação ao modelo de referência. Na segunda perspetiva, as diferentes formas estão situadas numa base de igualdade: elas constituem respostas diferenciadas aos problemas encontrados por novos atores que gerem da melhor forma os seus recursos económicos, culturais e simbólicos, a fim de se adaptarem aos constrangimentos do seu meio ambiente” (2008:191).

### **1.3 Tipos de família e principais características**

Uma das particularidades da sociedade atual é sem dúvida alguma a existência de uma multiplicidade de formas de família (Amaro, 2006).

Na perspetiva de Demartis (2006), tirando a distinção utilitária entre a “família de orientação” e de “família de procriação” (a primeira corresponde àquela onde se nasce; a segunda àquela onde se entra adulto e nela se cria uma nova geração de crianças) a classificação das famílias mais vulgarmente usada por historiadores, demógrafos e sociólogos, corresponde à apresentada por Peter Laslett e pelo Cambrige Group for the Study of Population.

Para este autor os modelos familiares existentes resumem-se basicamente a **cinco tipos**: solitário, nuclear, sem estrutura conjugal, extensa e múltipla.

De tipo solitário são as famílias constituídas por uma só pessoa solteira ou viúva (as também designadas unipessoais). A família conjugal que é a família formada por uma só unidade conjugal: marido, mulher, com ou sem filhos. As famílias sem estrutura conjugal que são as constituídas por indivíduos com outras relações de parentesco, como por exemplo, irmãos não casados. A família extensa que é formada por duas ou mais gerações pertencentes ao mesmo tronco parental e que vivem no mesmo espaço habitacional. A família múltipla composta por duas ou mais unidades conjugais (Peter Laslett citado por Demartis, 2006).

Apesar da panóplia de famílias existente na nossa sociedade, podemos dizer que a típica família ocidental é monogâmica (uma só pessoa durante o matrimónio); é sobretudo endogâmica (o que significa que a maior parte das pessoas casa-se ainda no âmbito do seu grupo racial, étnico, religioso e classe social de pertença); é na maioria dos casos de tipo nuclear, pais e filhos solteiros (muito embora possam fazer parte da sua estrutura outros parentes); é neolocal (que significa a ocupação de um novo espaço habitacional diferente do pertencente às famílias de origem do casal); é quase sempre de tipo igualitário (o que significa uma igualdade de direitos e deveres perante a lei); é patrilinear já que a mulher acrescenta o apelido do marido e os descendentes adotam o do pai); é bilateral na medida em que se consideram parentes os elementos chegados ao casal e a propriedade deste se transmite-se aos filhos (Demartis, 2006).

Para Singly (1993) a família contemporânea caracteriza-se fundamentalmente por uma maior dependência da família em relação ao Estado; uma maior emancipação da instituição familiar relativamente à rede de parentes; um maior relevo e protagonismo do indivíduo nas relações familiares.

Na ótica de Amaro (2006) a primeira asserção remete para a constatação da crescente e visível ingerência do Estado em todas as áreas da família como a jurídica, a económica e a institucional. A nível jurídico, regulando, entre outras questões, o casamento, o divórcio, as responsabilidades parentais. A nível económico disciplinando a atividade laboral, as reformas, o sistema de segurança social. Do ponto de vista institucional organizando a proteção à infância e juventude, a igualdade de direitos e a prevenção da violência na família, por exemplo.



A segunda asserção, diretamente relacionada com a primeira, assenta na circunstância de que a família ao se tornar mais dependente do Estado torna-se menos dependente da rede familiar, ou seja, dos parentes, sobretudo a nível de apoio social (Amaro, 2006).

A terceira e última asserção consubstancia-se na importância conferida ao indivíduo no seio do grupo familiar, com manifestações ao nível da sua liberdade opção quer ao nível da profissão quer das relações amorosas ou local para viver, contribuindo para o aparecimento e acréscimo de fenómenos como o número significativo de pessoas solteiras, o aumento de indivíduos em regime de coabitação e do número elevado de separações/divórcios (Amaro, 2006).

Certo é que a evolução das sociedades ocidentais (com transformações familiares ao nível da relação marido-mulher; da relação pais-filhos; do modelo de família conjugal; do divórcio) tem dado origem a novas formas de família, entre as quais destacamos: as “famílias reconstruídas” (“recompostas”); as “famílias com um só progenitor” (“monoparentais”); as “famílias de facto” (de “conjugalidade de facto”).

Assim, as “famílias reconstruídas” ou “recompostas” são as famílias que compreendem um pai, os filhos que este teve de uma anterior união, e um novo cônjuge com quem é casado ou coabita. Esta recomposição familiar provém hoje, na esmagadora maioria dos casos, de um processo de separação ou divórcio, o que contribui para tornar estas realidades familiares bastante complexas (Alarcão, 2000; Étienne et al, 2008). Na verdade a característica de fundo da “família reconstruída” após o divórcio é possuir fronteiras mais incertas e ambíguas do que a conjugal, quer em termos biológicos quer jurídicos, estando esta complexidade diretamente relacionada com a história conjugal passada dos dois adultos que a compõem (Demartis, 2006). Segundo Étienne e colaboradores (2008) podem enumera-se pelo menos vinte e quatro variantes possíveis de famílias recompostas, o que faz prever dificuldades acrescidas ao nível do funcionamento destas famílias, quer a nível conjugal como parental e filial (Alarcão, 2000).

Dahl e colaboradores (1987) num estudo sobre famílias reconstruídas não apoiadas clinicamente, concluíram que nesta tipologia de famílias são precisos três a cinco anos para que todos os seus membros se sintam vinculados à nova família; que as dificuldades de autoridade eram geridas pelos pais biológicos; que a felicidade e o prazer na relação conjugal encontravam-se diretamente associados ao tipo de

relacionamento que os membros do casal estabeleciam com os respetivos enteados (Dahl et al.1987 citados por Carter e McGoldrick, 1995)

Já Garcês e Baptista (2001) afirmam que o processo de desenvolvimento das “famílias reconstruídas” envolve sentimentos e reações que se podem traduzir em situações caracterizadas pelo (a): medo; animosidade, hostilidade ou perturbação dos filhos, da família alargada e do ex-cônjuge; mudança de papéis e de relacionamentos familiares; ressurgimento de afetos positivos ou negativos em relação ao ex-cônjuge.

Ainda numa perspetiva pouco abonatória sobre as famílias recompostas Bourdieu (1996), Cherlin e Furstenberg (1994) referem que estas representam algo nefasto para a ordem social já que a sua existência abala a definição tradicional de família enquanto unidade social natural fundada na parentalidade.

As “famílias com um só progenitor” (“monoparentais”) são suscitadas não só pela ocorrência de situações de viuvez mas sobretudo pelo divórcio, separação legal ou de facto, ou ainda pelo nascimento de um filho fora do matrimónio (Demartis, 2006). São aquelas em que só um dos pais (vulgarmente a mãe), independentemente da sua condição, vive com um filho menor (Demartis, 2006). As famílias monoparentais, normalmente resultantes de situações não escolhidas (Leandro, 2001), são por vezes consideradas famílias problemáticas constituindo-se muitas vezes como alvo privilegiado da intervenção dos organismos oficiais (Étienne et al., 2006) na medida em que manifestam concomitantes dificuldades, quer de natureza social quer económica (Demartis, 2006).

Para Alarcão (2000) as dificuldades decorrentes da “monoparentalidade” situam-se ao nível da conjugalidade (na medida em que na ausência de um dos cônjuges a existência da conjugalidade transforma-se e o subsistema conjugal perde-se ou não chega a constituir-se); da parentalidade (porque impossibilita a partilha de tarefas entre os elementos do casal e a complementaridade de papéis); do processo de identificação dos filhos (já que na ausência de um dos progenitores o filho do mesmo sexo possuirá maior dificuldade em edificar a sua identidade por força da falta de um modelo de identificação).

Segundo Garcês e Baptista (2001) nas famílias de um só progenitor – com incidência particular nas mulheres – três problemas se inter-relacionam: a sobrevivência económica; a dificuldade adicional para educar e exercer autoridade junto dos filhos; o

isolamento social devido à perda de amizades ou existência de relações sociais muito circunscritas.

Já as “famílias de facto” ou “de conjugalidade de facto”, não sendo um fenómeno novo, embora a sua difusão seja cada vez mais rápida no mundo ocidental, mesmo em contextos geográficos ou países onde eram socialmente condenadas, assentam na situação de duas pessoas, habitualmente de sexo diferente, que vivem juntas sob o mesmo teto como esposos sem se encontrarem unidos pelo casamento (Barbagli citado por Demartis, 2006). Na ótica de Étienne e colaboradores (2008) a recusa relativamente ao casamento pode ser motivada por diversas razões: evitar formalidades administrativas vistas como inúteis; vontade em não se comprometer precocemente, recorrendo-se a esta situação como possibilidade de aprendizagem, de experiência de vida a dois; hostilidade em relação à instituição matrimonial, encarando esta condição como verdadeira alternativa ao casamento.

Interrompendo o foco de interesse nas particularidades associadas a cada um dos tipos de família elencados, poder-se-á afirmar que são tendências da família do fim do século XX: a existência, cada vez maior, de pessoas a viverem sós (especialmente as idosas); a existência cada vez mais significativa de famílias constituídas por apenas uma pessoa adulta (quase sempre uma mulher) com uma ou mais crianças; a existência de crianças ou jovens a viver em famílias em que estes são os filhos únicos ou com apenas mais um irmão; a existência de famílias com um número significativo de adultos dos dois sexos e crianças sem corresponder ao modelo de pai, mãe e respetivos filhos, em que um dos dois ou ambos os cônjuges são divorciados/separados e em que por vezes existem crianças das primeiras relações que vivem com o novo casal, todo ou parte do tempo; a aceitação das famílias homossexuais com a possibilidade de as mesmas poderem vir a adotar crianças (Silva, 2001).

Do exposto poder-se-á dizer que a família de hoje deve ser considerada no plural – as famílias – já que se apresenta nas mais diversas configurações. Contudo, a verdade é que a designação continua a estar mais associada ao tipo de “família nuclear” (Silva, 2001), constituída pelos pais e pelos filhos solteiros, e à “família extensa”, que para além da nuclear integra outros parentes como tios, avós ou núcleos famílias com origem no casamento dos filhos (Amaro 2006) e, portanto, relacionada com um grupo de pessoas que se encontram ligadas diretamente pelo parentesco, no qual as mais velhas, os adultos, assumem o dever de zelar pelas crianças (Giddens, 1997).

## **1.4 Algumas teorias sociológicas sobre a instituição familiar**

São na verdade muitos os autores a afirmar que a Sociologia, como as demais ciências, é rica em teorias, vistas como sistemas estruturados que através de operacionalizações articuladas e coerentes entre si têm como finalidade a indagação e a explicação dos fenómenos (Tonini, 2008).

No caso particular das teorias da família Pastor (1997) citado por Tonini (2008:99-100) refere que “ una teoría sobre la familia es un compendio de proposiciones lógicamente interconectadas, o sea, conseguido a base de pensar y discurrir mediante algún sistema de cálculo abstracto. Es un red de conceptos operativos, es decir, de ideas que se pueden verificar empíricamente; es algo como un andamiaje científico que permite crear, recolocar y desechar conceptos, establecer hipótesis cada vez más afinadas mediante operaciones inductivo-deductivas; es definitiva un estado mental que propicia el descubrimiento científico”.

Para Amaro (2006) as teorias propiciam não só paradigmas esclarecedores sobre a sua formação, funcionamento, desenvolvimento e problemas, como ainda modelos de intervenção no âmbito das políticas de proteção à família ou de intervenção psicossocial no domínio de determinadas problemáticas familiares.

O mesmo autor refere ainda que as teorias da família têm sido influenciadas por três perspetivas da investigação sociológica: a positivista; a interpretativa e a crítica. A positivista coloca a tónica na investigação empírica e no facto de a teoria dever basear-se em dados empíricos colhidos com recurso à aplicação e utilização de rigorosa metodologia científica. A interpretativa preconiza que o conhecimento da família advém da interpretação que os atores fazem da mesma, onde os valores e experiências pessoais destes desempenham papel preponderante (neste caso particular a investigação sociológica entrega-se à compreensão e não à explicação). Por último, a perspetiva crítica centra-se na contextualização dos fenómenos e na procura de mudança (Amaro, 2006).

Apesar da existência de inúmeras teorias sobre a realidade familiar, a verdade é que algumas das suas principais perspetivas de análise e interpretação da família foram fornecidas pelas teorias estruturo-funcionalista; das trocas sociais; sistémica; feminista; conflitualista. Sobre cada uma delas em particular vejamos alguns dos seus princípios elementares, úteis à análise da questão central do estudo aqui desenvolvido.

### **1.4.1 A perspetiva estruturo-funcionalista**

Encarada como uma das mais antigas na história da Sociologia teve como principais defensores Spencer e Durkheim (fundadores da disciplina) e especiais seguidores autores como Talcott Parsons, Kinggley Davis, Robert Merton, Georges Homans e Marion Levy, por exemplo.

A corrente funcionalista enfatiza a maneira através da qual as partes de uma sociedade são estruturadas para manter a sua estabilidade (Schaefer, 2006). No caso específico da família analisa-a no quadro das necessidades sociais que a mesma satisfaz, quer ao nível da manutenção da ordem social global quer da garantia de sobrevivência dos seus membros (Leandro, 2001; Demartis, 2006). Assim, à luz desta teoria as funções fundamentais usualmente exercidas pela família são: o controlo da sexualidade; a substituição dos membros sociais pela reprodução; a socialização; a inserção dos seus elementos num estatuto social; o cuidado e a proteção às crianças; algumas funções de produção económica e de controlo de despesas (Demartis, 2006).

A Família aparece aqui como principal agente de socialização primária (Demartis, 2006), favorecendo, por conseguinte, a adequada integração dos seus membros na sociedade, a formação da sua personalidade (Parsons & Bales citados por Leandro, 2001), a proteção e a prestação de cuidados aos elementos mais novos num registo de incomparável, ou usualmente melhor, ao de outras instituições sociais que não a familiar (Demartis, 2006).

Embora muito criticada por ignorar o papel de outras instituições sociais na socialização das crianças (como a instituição escolar, por exemplo), por condicionar as aspirações de natureza profissional dos indivíduos e a afirmação da mulher na sociedade, a teoria funcionalista subsiste ainda nos nossos dias, ainda que de forma modernizada, quando se analisam as funções das famílias e o papel preponderante dos seus membros na evolução e manutenção da ordem social (Amaro, 2006).

### **1.4.2 A perspetiva das trocas sociais**

O sustentáculo conceptual da Teoria das Trocas Sociais foi fornecido por Malinowski e Lévi-Strauss tendo cabido a Homans (1961) no seu trabalho “*Social Behavior*” e a Tribaut e Kelly (1959 e 1978) em “*The Social Psychology of Groups*” e “*Interpersonal Relations: a theory of interdependence*”, respetivamente, a sua teorização (Amaro,

2006). Quanto a George Homans (1910-1989) é mesmo considerado o principal expoente da escola de pensamento denominado “sociologia da troca”. Para este autor, através da análise de um pequeno grupo é possível particularizar o enredo das relações em todo o comportamento coletivo (Demartis, 2006).

De acordo com Amaro (2006) esta corrente teórica busca explicar a existência e o desenvolvimento da família a partir dos interesses individuais dos seus membros sendo por isso focada na noção de motivação e a vida em família encarada como propiciadora de benefícios aos elementos que a constituem.

Ainda segundo o citado autor, da Teoria das Trocas Sociais aplicada à Família podemos retirar as seguintes ilações: as pessoas optam sempre pelo comportamento que lhes dá mais vantagem; na circunstância de não haver benefícios, as pessoas comportam-se de modo a ter menos custos; no caso de os benefícios existentes em duas opções serem idênticos as pessoas escolhem de acordo com os benefícios de maior longo prazo; na situação de os benefícios a longo prazo serem análogos, as pessoas optam pelos que são mais lucrativos a curto prazo (Amaro, 2006)

A Social Exchange Theory pode ser aplicada a diversos aspetos da vida familiar mas parece ser nas pesquisas sobre a qualidade das relações conjugais que ela é reiteradamente utilizada.

### **1.4.3 A perspetiva sistémica**

A Teoria Sistémica floresceu na Sociologia a partir dos contributos de autores como Herbert Spenser, Vilfredo Pareto, por influência das teorias da informação e da comunicação, a que estão indelevelmente ligados nomes como Norbert Wiener, Shannon e Weaver e autores da Escola de Palo Alto, designadamente G. Betson, Don Jackson, Haley e Weakland (Amaro, 2006).

Em finais dos anos sessenta as obras de Bertalanffy, “*A Teoria Geral dos Sistemas*” (1968) e de Buckley “*A Sociologia e a Teoria Geral dos Sistemas*” (1967) são determinantes para o desenvolvimento da Teoria cuja aplicação se faz sentir nas mais variadas disciplinas (Amaro, 2006), entre as quais a Sociologia.

Do ponto de vista sistémico a Família é entendida como um sistema dinâmico e aberto composto por subsistemas em constante interação. Assim, o sistema familiar é mais que uma soma das partes individuais e as famílias são subsistemas de unidades mais amplas (Urios, 2000).

#### A Teoria Geral dos Sistemas aplicada à família parte de alguns pressupostos:

- todos os seus os seus elementos encontram-se inter-relacionados, o que significa que “o todo é diferente da soma das partes” (Garcês & Baptista, 2001; Alarcão, 2006; Amaro, 2006) pelo que o seu entendimento exige uma visão global e não parcelar;
- todos os sistemas possuem fronteiras que os ligam ao exterior sobre o qual atuam sendo igualmente influenciados pelo ambiente que os rodeia (Garcês & Baptista, 2001; Alarcão, 2000; Amaro, 2006);
- os sistemas ao fazerem parte de um sistema mais amplo convertem-se em subsistemas, podendo estes conter sistemas menores que passarão a ser seus subsistemas (Garcês & Baptista, 2001; Alarcão, 2006; Amaro, 2006);
- os sistemas não ficam indiferentes à informação vinda dos seus elementos ou do ambiente mas reage-lhe alterando o seu funcionamento de forma a assegurar a sua continuidade (Garcês & Baptista, 2001 Alarcão, 2006).

Podemos neste sentido identificar na família diferentes subsistemas, cada qual com funções vitais próprias para o seu funcionamento: o individual – neste caso o indivíduo além de desempenhar funções distintas no sistema familiar, executa papéis e tarefas noutros sistemas que o influenciam; o conjugal – eclode quando dois adultos se unem numa relação independente e complementar, constituindo o casal; o parental – surge com o nascença dos filhos e pela diferenciação do subsistema conjugal para desempenhar funções tarefas associadas à educação, à proteção, à socialização e ao desenvolvimento das gerações mais novas; o fraternal – formado pelos irmãos que aprendem e treinam entre si relações sociais baseadas na cooperação, competição, negociação, amizade (Garcês & Baptista, 2001).

Para Relvas um subsistema é “uma unidade sistémico-relacional criada por interações particulares que têm que ver com os indivíduos nelas envolvidos, com papéis desempenhados e os estatutos ocupados com as finalidades e objetivos comuns e, finalmente, com normas transacionais que vão progressivamente construindo” (1996:13).

Assim sendo, para melhor se compreender a família é necessário conhecer a forma como se organizam os subsistemas e como se desenvolvem as relações dentro de cada subsistema (Garcês & Baptista, 2001) sendo através das fronteiras do sistema familiar em relação ao exterior e aos diferentes subsistemas familiares entre si que se estabelece e se protege a sua diferenciação (Garcês & Baptista, 2001). Estas fronteiras entre subsistemas devem ser nítidas, ainda que permeáveis, possibilitando o contacto entre os elementos dos diversos subsistemas. Isto significa que deverá existir na família um espaço relacional comum, em que cada um dos membros participa como parte integrante deste, mas deverá subsistir concomitantemente um individual e autónomo (Garcês & Baptista, 2001; Alarcão, 2006).

#### **1.4.4 A perspetiva feminista**

Na perspetiva de Amaro (2006) as origens da Teoria Feminista remontam à obra de Mary Wollstoncraft (1792) intitulada “A Vindication of the Rights of Woman”, na qual a autora advogava o pensamento de que as mulheres tinham como exclusiva via para o seu desenvolvimento e afirmação o casamento.

Atualmente a teoria feminista tem demonstrado uma relevante preocupação em analisar amplamente a família e as relações entre homens e mulheres no seu seio (Schaefer, 2006) e ao mesmo tempo, procurado transmitir um olhar mais factual e menos idealizado da instituição familiar (Amaro, 2006). Centra-se, assim, não só nos aspetos positivos da vivência familiar mas também naquilo que de mais negativo lhe pode estar associado, sendo os casos de violência e exploração dos que possuem tradicionalmente menos poder, como as mulheres e crianças, situações reais (Amaro, 2006)

Para Osmond e Thorne (1993) as teorias feministas colocam a ênfase em três aspetos essenciais ao seu desenvolvimento e afirmação:

- a experiência das mulheres;
- a identificação da opressão;
- a emancipação da mulher.



### **1.4.5 A perspetiva conflitualista**

Genericamente falando, os conflitos podem ser entendidos como processos ou estados em que dois ou mais indivíduos divergem de interesses ou objetivos pessoais percecionados como reciprocamente inconciliáveis (Yarn, 1999).

A análise sociológica dos conflitos ou “Sociologia dos Conflitos” remete-nos, invariavelmente, para um conjunto muito diversificado de abordagens teóricas sobre o assunto (com menção a autores como A. Tocqueville; K. Marx; E. Durkheim, M. Weber; G. Simmel; A. Touraine ou M. Crozier, por exemplo) que agora cremos ser inoportuno tratar. Interessa aqui sim, na nossa perspetiva, evidenciar, por exemplo, que ao contrário dos funcionalistas, que estudam a família à luz das necessidades sociais que ela satisfaz, os Teóricos do Conflito consideram a família como uma unidade em que estão continuamente em jogo tensões de diversa natureza, sendo o conflito de poder entre homens e mulheres no seio da família, um dos temas mais frequentemente estudados (Demartis, 2006). À luz desta teoria a família parece ser a instituição social em que, mais do que qualquer outra, se trava uma luta diária entre sexos (Demartis, 2006) podendo o casamento transformar-se numa realidade em que cada um dos cônjuges tenta controlar e impor-se ao outro. É nesta linha de pensamento que Kaufmann (1993) citado por Etiénne e colaboradores (2008) lembra que as causas dos conflitos conjugais estão associadas quer à gestão sempre difícil das diferenças de parceiros quer ao desencanto amoroso e que esses mesmos conflitos podem ser resolvidos com recurso à rutura, à separação. Para o referido autor esta é uma possibilidade recorrente nos nossos dias já que qualquer casal se encontra permanentemente confrontado com a ameaça de separação ou divórcio (Kaufmann, 1993 citado Etiénne et. al., 2008).

### **1.4.6 O âmago das novas abordagens**

As perspetivas teóricas elencadas, embora encerrem contributos ímpares quanto à análise sociológica da família, não deixam de descurar ou aprofundar determinados aspetos que as mais recentes têm procurado tratar e explicar, designadamente as transformações pelas quais tem passado a instituição familiar (Leandro, 2001; Amaro, 2006). Leandro (2001), sobre as grandes questões da sociologia da família na

atualidade, aponta, a título de exemplo, as formas de família, as dinâmicas familiares, a conjugalidade e a recomposição dos laços familiares.

Ainda relativamente aos focos de interesse da Sociologia da Família atual, Giddens refere que “A preocupação central incide [agora] sobre as grandes transformações que têm vindo a ocorrer nas formas de família – a formação e a dissolução das famílias e lares, e a evolução das expectativas individuais no seio das relações” (2010:180).

Significa, portanto, que estas novas abordagens visam entender o aumento do divórcio, o surgimento de outros tipos de família, algumas delas já afloradas no âmbito deste trabalho, assim como os novos valores relacionados com o casamento e a sexualidade, por exemplo (Amaro, 2006).

Entretanto, e porque a realidade social e o conhecimento são dinâmicos, outras questões vão despontando, constituindo-se, seguramente, a Mediação Familiar como meio alternativo de resolução de litígios na família nos casos de separação/divórcio e a participação dos seus membros na mesma certamente como novas áreas de estudo de inequívoco interesse para o avanço do conhecimento científico neste campo específico das Ciências Sociais, que é, na verdade, o da Sociologia da Família.

## **1.5 No trilho das principais teorias psicológicas acerca do desenvolvimento humano**

São inúmeras as perspetivas da disciplina psicológica sobre o desenvolvimento humano. Num exercício algo arriscado vejamos apenas algumas das que na nossa visão são de referência obrigatória e determinantes para a contextualização do tema em análise, na medida em que representam modelos teóricos importantes para a melhor compreensão do fenómeno do desenvolvimento cognitivo infanto-juvenil e da preponderância dos fatores socioculturais no desenvolvimento global do ser humano.

### **1.5.1 A perspetiva psicossocial do desenvolvimento da personalidade de Erik. Erikson**

Os trabalhos de Erik Erikson (1902-1994) são particularmente famosos pelo desenvolvimento da identidade pessoal e da noção de crise de identidade para qualificar a crise no decurso da adolescência. Este psicanalista divergiu da teoria freudiana ao colocar a tónica nas influências sociais, culturais e familiares no desenvolvimento pessoal e da personalidade (Michel & Purper-Ouakil, 2009), mais do que as biológicas.

Na realidade, enquanto Freud sustentava que as experiências na infância precoce formavam de um modo permanente a personalidade, Erikson advogava que o desenvolvimento do “ego” sobrevém ao longo da vida (Michel & Purper-Ouakil, 2009). Significa portanto, de acordo com o seu pensamento, que o que construímos na infância em termos de personalidade não é totalmente fixo e pode ser parcialmente modificado por experiências posteriores. Objetivamente a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento da Personalidade de Erikson assenta no processo de desenvolvimento do “ego” ou do “self”, influenciado social e culturalmente (Costa, 1990), representado num esquema que prevê oito estádios ao longo do ciclo de vida envolvendo cada um deles uma “crise” de personalidade. Estas crises emergem de acordo com um tempo de maturação e devem ser satisfatoriamente resolvidas para permitir um saudável desenvolvimento do “ego” (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Assim, da resolução positiva da “crise” surge um “ego” mais rico e forte; da resolução negativa da “crise” derivará um “ego” mais fragilizado. Significa, portanto, que “ A resolução dos conflitos vai permitir ao indivíduo adquirir uma certa maturidade, que lhe permite aceder ao estádio superior. A não resolução de uma crise aquando da passagem a um estádio pode induzir uma inflexão na evolução psicossocial do indivíduo e conduzi-lo. No entanto, o relativo insucesso num estádio pode ser compensado pelo êxito num dos estádios seguintes” (Michel & Purper-Ouakil, 2009:75). De referir, ainda, à luz da presente teoria, que a resolução bem-sucedida de cada “crise” representa o desenvolvimento de uma “virtude” ou “força” e que todo o processo de desenvolvimento dos indivíduos se encontra inteiramente dependente do contexto social onde os mesmos se encontram inseridos, cenário das crises vivenciadas.

### **1.5.2 A perspetiva do desenvolvimento cognitivo (de Piaget aos Neo-piagetianos)**

As perspetivas cognitivas do desenvolvimento focalizam-se nos processos de pensamento e no comportamento que reflete esses mesmos processos (Papalia, Olds & Feldman, 2006; Lourenço, 2007). Aqui, é imperioso destacar a teoria cognitiva dos estádios de Piaget, a abordagem de processamento de informação e as teorias neo-piagetianas, que combinam os elementos das duas teorias anteriores (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

### 1.5.2.1 Teoria cognitiva dos estádios de Piaget

Jean Piaget (1896-1980) inspirou, mais que qualquer outro teórico, as investigações sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças. Na teoria de Piaget o que se desenvolve com o desenvolvimento cognitivo é uma competência geral e estrutural do sujeito para pensar e raciocinar (Lourenço, 2007). Os seus quatro estádios sobre o desenvolvimento cognitivo (sensório-motor; pré-operatório; operações concretas; operações formais) representam modos epistémicos, qualitativamente diferentes, de cogitar e organizar a realidade (Dolle, 1995; Papalia, Olds & Feldman, 2006; Lourenço, 2007). Sem entrar em detalhes diríamos que no **estádio sensório-motor** (dos 0 aos 2 anos) a atividade cognitiva da criança assenta principalmente na experiência imediata. Aqui a criança aprende sobretudo através da manipulação de objetos e explorando fisicamente o meio que a rodeia (Dolle, 1995). Para Giddens (1997) a primordial realização desta etapa do desenvolvimento é que, quando finda, a criança já entende que o meio ambiente possui propriedades distintas e estáveis. No **estádio pré-operatório** (dos 2 aos 7 anos), também designado de pensamento intuitivo, a criança adquire o domínio da linguagem e torna-se capaz de usar palavras para representar objetos e imagens de forma simbólica (Dolle, 1995). É pois capaz de representar as suas vivências e a sua realidade através de diferentes significantes como o jogo, o desenho, a linguagem e a imagem. No **estádio pré-operacional** a criança não é capaz de estabelecer uma conversa com sequência e ordem, são egocêntricas no falar (Giddens, 1997).

No **estádio das operações concretas** (dos 7 aos 12 anos) a criança começa a ver o mundo com mais realismo e deixa de confundir o real com a fantasia (Dolle, 1995). Nesta etapa do desenvolvimento a criança já consegue perceber ideias como a causalidade, é capaz de efetuar operações matemáticas como a multiplicação, divisão e subtração, por exemplo (Giddens, 1997), mas ainda possui dificuldade em pensar abstratamente (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Por fim, no **estádio das operações formais** (dos 12 anos até à idade adulta) a criança em evolução torna-se capaz de pensar e de entender ideias abstratas e hipotéticas (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Nesta fase, quando confrontada com um problema, a criança possui a capacidade de examinar todas as formas possíveis de o solucionar

(Giddens, 1997). Assim, o adolescente a par de raciocínios abstratos pensa e formula hipóteses (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Embora notável a Teoria dos Estádios de Desenvolvimento de Piaget não está isenta de críticas. Na ótica de Papalia, Olds e Feldman (2006) podemos apresentar como debilidades desta abordagem o facto de Piaget se ter centrado na criança média descorando a importância das diferenças individuais; a circunstância de pouco se ter debruçado sobre o desenvolvimento emocional e a forma como os aspetos educacionais e motivacionais afetam a realização; o menosprezo das capacidades das crianças mais pequenas; a crença de que o pensamento das crianças se desenvolve numa progressão única e universal em direção ao pensamento formal.

#### **1.5.2.2 Abordagem do processamento da informação**

A abordagem do processamento da informação não é uma simples teoria mas um quadro de referência ou um conjunto de pressupostos que se encontram subjacentes a um significativo conjunto de teorias e de estudos (Papalia, Olds & Feldman, 2006). As teorias do processamento adotam a metáfora do computador para descreverem o trabalho interno da mente (Papalia, Olds & Feldman, 2006; Lourenço, 2007) e a sua ideia central assenta no facto de que o comportamento (e o seu desenvolvimento) traduz um conjunto de processos mentais que têm a ver com: a codificação de estímulos que surgem do exterior, *inputs*; a sua retenção em diversos tipos de memória; a sua transformação interna; a sua recuperação; e, finalmente, a produção de respostas observáveis, *outputs* (Lourenço, 2007).

Os defensores desta abordagem, contrariamente a Piaget, não propõem fases ou estádios de desenvolvimento ligados à idade mas fazem notar o aumento na velocidade, na complexidade e na eficácia do processamento mental assim como a quantidade e variedade de material que pode ser armazenado na memória (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Apesar de ainda hoje manter uma preponderância decisiva no domínio do desenvolvimento cognitivo – auxiliando a entender o modo como a informação é obtida, recordada e usada e a testar, diagnosticar e a tratar problemas de aprendizagem – a abordagem de processamento da informação é objeto de séria crítica por prestar escassa ou nenhuma atenção a questões tão relevantes do desenvolvimento cognitivo como a criatividade, a motivação, a interação social (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

### **1.5.2.3 Teorias neo-piagetianas**

Os neo-Piagetianos tentaram, durante os anos 80, completar alguns elementos da sua teoria com a abordagem do processamento da informação (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Como mais conhecidas e destacadas teorias neo-Piagetianas, Lourenço (2007) menciona:

- a) a desenvolvida por Case (1992), onde a criança é perspectivada como alguém que resolve problemas;
- b) a empreendida por Ficcher (1980; Fischer & Farrar, 1988; Fischer et. al., 1990) que evoca a existência de um conjunto de competências ou skills que passam por diferentes transformações estruturais em termos de generalização e abstração;
- c) a fundada por Halford (1988, 1990, 1992,1993, 1995), teoria que postula que o raciocínio opera mais por analogia do que por lógica;
- d) a defendida por Pascuale-Leone (1970,1984,1988,1990,1995) teoria que salienta o cariz dialético do desenvolvimento e que apela para a capacidade mental do sujeito;
- e) a de Demetriou e Efkindis (1988; Demetriou, Efkindis e Papadaki, Papantoniou & Economou, 1993; Demetriou, Pachaury, Matallidou & Kazi, 1966; Demetriou & Raftopoulos, 1999) teoria designada de estruturalismo experiencial que preconiza que a cognição se desenvolve em três frentes: num sistema cognitivo que permite à pessoa representar e compreender campos específicos da realidade; num sistema hipercognitivo que permite ao indivíduo regular a sua própria atividade cognitiva; num sistema de processamento que permite ao indivíduo ir além da informação dada no sentido de resolver o problema em questão.

Os neo-Piagetianos examinaram uma gama mais ampla de comportamentos do que Piaget (Branco, 2004). As suas teorias representam um esforço para explicar os processos pelos quais ocorrem mudanças qualitativas na cognição assim como os condicionamentos na aprendizagem num determinado estágio. Colocando a ênfase na eficácia do processamento da informação contribui para o entendimento sobre as

diferenças individuais na capacidade cognitiva e para a existência de um desenvolvimento díspar em vários campos (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

### 1.5.3 A perspetiva do desenvolvimento moral de Kohlberg

Ainda que inscrita na abordagem cognitiva do desenvolvimento, cujo precursor foi Jean Piaget (1896-1980), a perspetiva do Desenvolvimento Moral de Lawrence Kohlberg (1927-1987) aparece-nos aqui destacada das demais por, ainda hoje, se assumir, porventura, como a grande referência sobre o raciocínio moral (Coimbra, 1990; Langford, 1995). A teoria de Kohlberg surge aliás como prolongamento da obra de Piaget que, embora canalizando os seus esforços para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, debruçou-se igualmente sobre o desenvolvimento moral. Para ambos o conhecimento constrói-se a partir da interação do sujeito com o objeto, do organismo como o meio, sendo pois inconcebível a separação um do outro. De facto este vínculo entre o individual e o social assume lugar central no modelo teórico de Kohlberg. A teoria deste autor sobre o desenvolvimento moral apresenta uma certa semelhança com a de Piaget mas o seu modelo é bem mais complexo. Kohlberg (1981) definiu três níveis de raciocínio moral, cada um integrando dois estádios. O **nível I, da moralidade pré-convencional** (entre os 4 - 10 anos) que corresponde a uma fase em que o sujeito apresenta um raciocínio moral essencialmente egocêntrico, imediatista e inteiramente dominado pelo interesse próprio. Aqui, as pessoas, sob controlo externo, respeitam as regras para evitar punições, para serem recompensados ou agem por interesse próprio. O **nível II, da moralidade convencional** (a partir dos 10-13 anos) em que a perspetiva do sujeito vai além do interesse próprio sendo substituída pela conformidade ou lealdade em relação às normas (formais e/ou informais) com as expectativas da família e dos seus grupos de pertença a serem valorizadas em si mesmas, independentemente das consequências. O **nível III, da moralidade pós-convencional** (a partir da adolescência), assenta no raciocínio baseado em princípios de justiça abstratos que transcendem as normas sociais subsistindo o empenho em definir valores e princípios morais com validade e aplicação para além da autoridade ou instituição que os determinam. Nesta ótica a maturidade moral é alcançada quando o indivíduo possui a faculdade de discernir que a justiça não é a mesma coisa que a Lei; que algumas normas existentes podem ser moralmente censuráveis e devem, por isso, ser alteradas.

Na perspetiva de Kohlberg (1981) é necessário que o indivíduo tenha alcançado a fase das operações formais do desenvolvimento cognitivo para que consiga elaborar julgamentos de nível III. Para Kohlberg, o escasso número de pessoas que atingem o nível III e o facto de a maioria dos adolescentes e adultos parecerem situar-se no nível II (Papalia, Olds & Feldman, 2006), levaram-no a questionar a existência empírica do estágio 6, admitindo tratar-se somente de uma construção teórica. Todavia, tempos depois, acabou por propor a presença de um 7 estágio - “cósmico” - no qual as pessoas consideram o impacto das suas ações não só nas outras pessoas mas também no universo como um todo (Kohlberg, 1981; Kohlberg & Ryncarz, 1990).

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006) uma das justificações para o facto de as idades ligadas aos níveis de Kohlberg serem tão variáveis é que além da cognição, circunstância essencial ao desenvolvimento moral, fatores como o desenvolvimento emocional e a experiência de vida, incluindo a familiar, afetam o julgamento moral. Os mesmos autores referem que os indivíduos que atingem um nível elevado de desenvolvimento cognitivo nem sempre alcançam um nível analogamente elevado de desenvolvimento moral (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

#### **1.5.4 A perspetiva contextual de Lev Semenovich Vygotsky**

A este respeito importa antes de mais notar que “A exploração da importância da cultura no desenvolvimento emergiu em força no período pós-piagetiano” (Branco, 2004).

Das perspetivas que relevam e enfatizam a importância do contexto social no desenvolvimento, a teoria sociocultural de Vygotsky (1962,1978,1981) é, muito provavelmente, a mais proeminente (Lourenço, 2007). A abordagem contextual do desenvolvimento humano sustenta que este só pode ser entendido no âmbito do seu contexto social. Neste sentido o indivíduo não pode ser visto como entidade separada do meio com o qual interage mas como parte indissociável, inseparável do mesmo (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Vygotsky (1896-1934) foi um proeminente defensor da perspetiva sociocultural do desenvolvimento humano (Papalia, Olds & Feldman, 2006) tendo-se empenhado na criação de uma teoria que abrangesse uma conceção de desenvolvimento que tentasse a síntese do homem como ser biológico, histórico e social.

Lucci (2006) sintetiza da seguinte forma o pensamento e a teoria de Vigotsky sobre o desenvolvimento: a) o homem é um ser histórico-cultural sendo portanto moldado pela



cultura que ele próprio concebe; b) é através da relação com o outro que o homem é determinado e é pela linguagem que ele é determinado e socialmente determinante; c) a actividade mental é puramente humana e resultante da aprendizagem social, da internalização dos padrões culturais e das relações sociais; d) o desenvolvimento constitui-se como um longo processo assinalado por saltos qualitativos que ocorrem em três momentos significativos: da filogénese (origem da espécie) para a sociogénese (origem da sociedade); da sociogénese para a ontogénese (origem do homem); e da ontogénese para a a microgénese (origem do indivíduo único); e) o desenvolvimento mental é um processo sociogenético; f) a atividade cerebral é sempre mediada por instrumentos ou símbolos; g) a atividade cerebral superior não é apenas uma atividade nervosa ou neuronal superior mas uma atividade que interiorizou significados sociais decorrentes das atividades culturais e mediada por signos; h) a linguagem é o principal mediador na formação e no desenvolvimento das funções psicológicas superiores; i) a linguagem conhece várias formas de expressão: oral, gestual, escrita, artística, musical e matemática; j) o processo de interiorização das funções psicológicas superiores é histórica e as estruturas de percepção, a atenção, a memória, as emoções, o pensamento, a linguagem, a resolução de problemas e o comportamento assumem distintos formatos de acordo com o contexto histórico da cultura; k) a cultura é interiorizada sob a forma de sistemas neurofísicos que constituem parte das atividades fisiológicas do cérebro, as quais permitem a formação e o desenvolvimento dos processos mentais superiores.

Assim, a teoria Vygotskyana do desenvolvimento sustenta que o organismo é activo na medida em que estabelece uma contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis, e a base biológica do comportamento humano. Vigotsky notou acerca do desenvolvimento cognitivo que o ponto de partida assenta nas estruturas orgânicas elementares determinadas pela maturação, formando-se a partir destas, novas e cada vez mais complexas funções mentais dependendo da natureza das experiências sociais do sujeito (Lucci, 2006). Neste sentido, as funções psicológicas elementares são de origem biológica e as superiores de origem sociocultural.

É neste quadro que Vigotsky enfatiza a interação social com os adultos como fator-chave de aprendizagem e consequente desenvolvimento das crianças (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Na verdade em Vigotsky, ao contrário de Piaget, o desenvolvimento – principalmente mental – depende da aprendizagem social, tanto em contexto familiar como escolar (Fino, 2001; Papalia, Olds & Feldman, 2006). Efetivamente, se perspectiva

piagetiana preza o desenvolvimento das funções biológicas como base para os progressos na aprendizagem, na designada ótica sociocultural ou sociohistórica de Vigotsky a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem encontra-se vinculada ao facto de o ser humano viver em meio social sendo este a alavanca destes dois processos. Esta relação pode ser melhor percebida quando nos debruçamos sobre o conceito mais central da teoria de Vigotsky: Zona de Desenvolvimento Proximal (Fino, 2001) ou Potencial, como opta por chamar-lhe Lourenço (2007). A Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial “...representa a diferença entre o que uma criança é capaz de fazer sozinha na resolução de um certo problema, desenvolvimento real, e o que seria capaz de fazer se tivesse o apoio e ajuda de um adulto ou colega mais competente” (Lourenço, 2007:110). Significa, portanto, que é precisamente nesta Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial que a aprendizagem vai ocorrer. A função de um educador escolar, por exemplo, seria então a de favorecer esta aprendizagem, servindo de mediador entre a criança e o mundo. Nesta lógica de raciocínio será pois através dos mediadores (indivíduos mais habilitados e capazes) que as crianças conseguem transformar as suas habilidades e capacidades parciais em totais (Fino, 2001; Lucci, 2006; Papalia, Olds & Feldman, 2006). Deste ponto de vista o pleno desenvolvimento depende da aprendizagem que ocorre num determinado grupo cultural, mais concretamente das interações entre os seus membros (Lucci, 2006).

Para Papalia, Olds e Feldman (2006) a maior contribuição da perspetiva contextual foi a de declarar a grande influência que a componente social tem no desenvolvimento cognitivo e psicossocial do indivíduo ajudando assim a colocar o foco de atenção das pesquisas do indivíduo para unidades mais abrangentes como a família e as interações que se desenvolvem entre os seus membros. Os mesmos autores, citando Miller (1993), apresentam como limitações da teoria o facto de desconsiderar a influência da motivação da criança, da sua capacidade na aprendizagem e a circunstância de dar pouco relevo a aspetos desenvolvimentais como a maturação.

Esta ênfase no contexto social e cultural no desenvolvimento a que acabámos de aludir encontra repercussão na abordagem de Ecológica de Bronfenbrenner sobre o desenvolvimento humano (Papalia, Olds & Feldman, 2006) que iremos de ver de seguida.

### 1.5.5 A perspetiva ecológica de Urie Bronfenbrenner

A abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Urie Bronfenbrenner (1917-2005) contrariamente a outras perspetivas privilegia os aspetos saudáveis do desenvolvimento, as pesquisas levadas a cabo em ambientes naturais e a análise da participação do indivíduo focado num maior número possível de contextos ambientais e em contacto com diferentes pessoas (Bronfenbrenner, 1979). Neste sentido, o desenvolvimento humano é entendido como “...um processo de acomodação progressiva de um organismo em mudança a contextos também em mudança”. (Lourenço, 2007:106).

Bronfenbrenner nunca admitiu que o contexto, por si só, determina o desenvolvimento; ele sempre fez uso da palavra “ecologia” ou “ecológico” com o propósito de evidenciar a interdependência indivíduo - contexto, âmago da sua teorização (Tudge, Gray & Hogan, 1997).

Nas décadas subsequentes, no decurso das quais Bronfenbrenner ampliou a sua abordagem, a teoria passou a esta associada ao que o autor denominou “Modelo PPCT” do desenvolvimento, preconizando que as pesquisas neste domínio não podiam deixar de considerar as inter-relações entre quatro conceitos-chave: *Processo*; *Pessoa*, *Contexto* e *Tempo*. O primeiro, o *Processo*, é visto como um aspeto central do Modelo Ecológico, o verdadeiro motor do desenvolvimento. Baseia-se nas interações recíprocas e progressivamente mais complexas entre a *Pessoa* e o seu *Contexto*. Representam as experiências vividas pelo ser humano biopsicológico ativo em evolução, com regularidade e durante períodos extensos de tempo, com pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Estas formas de interação no ambiente imediato foram referidas como *processos proximais* cujo poder, conteúdo e direção variam invariavelmente em função das características da pessoa; do ambiente, tanto imediato como mais afastado, em que tais processos ocorrem; da natureza dos aspetos do desenvolvimento estudados e da continuidade e mudanças sociais que acontecem ao longo do tempo no curso de vida e no período histórico durante o qual uma pessoa viveu (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

No que respeita à *Pessoa*, Bronfenbrenner reconhecendo a importância dos factores biológicos e genéticos no desenvolvimento (Bronfenbrenner & Ceci, 1994) deu especial relevância às características pessoais que cada indivíduo traz para qualquer situação

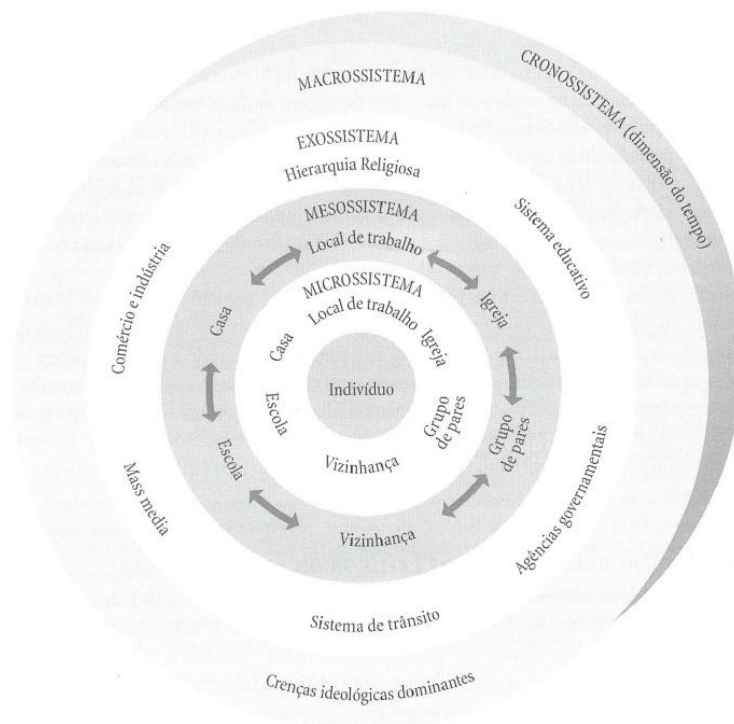
social e que dividiu em três tipos: aquelas que funcionam como um estímulo imediato para outra pessoa e que podem influenciar as interações iniciais em função das expectativas que se formam instantaneamente (como a idade, género, cor de pele, aparência física, etc.); aquelas que não são imediatamente percebidas, mas sobretudo inferidas, e que estão parcialmente relacionadas com recursos (cognitivos, emocionais, sociais, materiais) e, finalmente, aquelas relacionadas, por exemplo, com diferenças de temperamento, motivação, persistência, e que determinam, muitas vezes, trajetórias de vida bem diferentes, mesmo que os recursos tenham sido os mesmos (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Segundo Bronfenbrenner & Morris (1998) a combinação das características pessoais produz variações na força e direção dos processos proximais.

O *Contexto* envolve os sistemas interligados de influência ambiental ou contextos de desenvolvimento, do mais próximo ao mais distal (Lourenço, 2007). Assim o ambiente ecológico é concebido como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, cada uma delas contida na seguinte (Bronfenbrenner, 1979). Nesta perspetiva o ambiente de maior relevância para o desenvolvimento do indivíduo não pode ser descrito como uma realidade concreta e objectiva; o foco recai sobre a forma como a *Pessoa* percebe e interage com os múltiplos ambientes nos quais se encontra inserida.

Por fim o *Tempo* que pode incluir alterações na estrutura familiar, no emprego dos pais, no local de residência bem como mudanças sociais de diferente magnitude como ciclos económicos ou guerras (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

De uma maneira geral, a teoria de Bronfenbrenner, destinada a compreender e a explicar o desenvolvimento da criança, prevê como ambientes ou contextos ecológicos de desenvolvimento: o microsistema, o mesossistema, o exossistema, o macrosistema e o cronossistema (Lourenço, 2007) (c.f **Figura I**).

**Figura I** - Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner.



**Fonte:** Adaptado de M. Cole & 1989 in Papalia, Olds & Feldman, 2006

O **microssistema** corresponde aos ambientes em que a criança atua diretamente. É o ambiente quotidiano imediato da família, escola (Lourenço, 2007) ou vizinhança. Integra assim relações face a face com outras pessoas próximas como pais, irmãos, amigos, professores, nos quais a influência é interativa (Papalia, Olds & Feldman, 2006). O **mesossistema** representa a interação de vários sistemas em que a criança está inserida. Equivale a um sistema de microssistemas (Lourenço, 2007) e pode incluir, por exemplo, relações entre casa e escola ou a família e o grupo de pares (Papalia, Olds & Feldman, 2006). O **exossistema** refere-se aos espaços de interação e convivência em que a pessoa não se encontra presente ou atua diretamente mas podem ser afetados ou afetar as suas experiências, através das pessoas que participam nesses ambientes (uma mãe que se sente desmotivada e fracassada profissionalmente pode cuidar inadequadamente do filho (Lourenço, 2007; Papalia, Olds & Feldman, 2006). O **macrossistema** equivale ao nível mais amplo que envolve a totalidade dos sistemas anteriores. Representa, designadamente, as crença e os valores culturais, ideologias,

sistemas económicos, políticos, jurídicos (Papalia, Olds e Feldman, 2006). As políticas sociais de um país destinadas às crianças, as leis sobre a maternidade, constituem um bom exemplo (Lourenço, 2007).

Por fim o **cronossistema** que tem a ver com as alterações no tempo e a influência que estas podem exercer sobre os contextos referidos (Lourenço, 2007).

Para Bronfenbrenner & Morris (1998), que introduziram as noções de micro, meso e macrotempo (referindo-se a primeira ao que ocorre durante uma determinada atividade ou interação; a segunda à frequência com que determinadas atividades ocorrem no ambiente imediato da pessoa em desenvolvimento; a terceira a eventos históricos e sociais singulares), assim como determinados acontecimentos históricos produzem efeitos em todas as sociedades, pequenos episódios da vida familiar (como a entrada de uma criança na escola, nascimento de um irmão, mudança de trabalho dos pais) podem ter significativa influência no desenvolvimento das pessoas de uma determinada família.

A perspetiva Ecológica, ao olhar os sistemas que afetam os indivíduos no interior e exterior da família, demonstra a multiplicidade de influências inter-relacionadas no desenvolvimento da criança. A importância atribuída à interdependência indivíduo-contexto alerta-nos para as diferenças no modo de agir de uma mesma criança em ambientes diferentes (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

### **1.5.6 Orientações teóricas mais recentes**

Os estudos contemporâneos neste domínio centram-se em noções e modelos associados às teorias psicogenéticas e sistémicas (Cairns & Cairns, 2006; Gottlieb et. al., 2006; Overton, 2006 citados por Lerner et. al. 2010). Segundo Lerner e colaboradores (2010) há várias características que definem as teorias sistémicas do desenvolvimento, entendendo nós aqui destacar particularmente: a posição das mesmas quanto ao repúdio de todas as cisões entre as componentes da ecologia do desenvolvimento humano (entre as variáveis referentes à natureza e as referentes à cultura, por exemplo); a circunstância de todos os níveis de organização no âmbito da ecologia do desenvolvimento humano, se encontrarem fundidos ou integrados (níveis biológico, fisiológico, cultural e histórico, por exemplo); a situação de interdependência recíproca entre todos os níveis do sistema de desenvolvimento (desde os níveis genético, fisiológico, mental e comportamental ao social, cultural, ecológico e histórico); a circunstância de as ações, tanto do indivíduo sobre o contexto como os múltiplos níveis do contexto sobre o

indivíduo, constituir a unidade central de análise do desenvolvimento; a situação de o sistema de desenvolvimento ser caracterizado por um potencial de mudança sistemática fazendo com que as trajetórias de mudança intraindividual poderem variar com o tempo e com o contexto; a circunstância de que a regulação do desenvolvimento poder, ao mesmo, tempo facilitar e limitar as oportunidades de mudança. Isto significa que a mudança observada nas relações indivíduo-contexto não é ilimitada e a dimensão da plasticidade variar no decurso do ciclo da vida; a utilização das ciências do desenvolvimento com o fito de melhorar o carácter das trajetórias evolutivas, e através de políticas sociais e programas de intervenção comunitários, promover o desenvolvimento humano, favorecendo tanto os recursos dos indivíduos como os dos contextos; a circunstância de os níveis integrados de organização que abarcam o sistema de desenvolvimento exigir indagações heurísticas que determinam a cooperação científica de índole multidisciplinar (a finalidade é a edificação de um saber multi e interdisciplinar em que os métodos de investigação e os procedimentos de análise dos dados operacionalizem e objetivem os múltiplos níveis das trajetórias evolutivas) (Lerner et al., 2010).

\*\*\*

As teorias abreviadamente expostas atestam como é longa a história e a tradição do estudo científico acerca do desenvolvimento humano, sobretudo das crianças. Embora o conhecimento seja algo dinâmico, encontrando-se portanto em constante evolução, existe um indiscutível consenso relativamente a algumas questões tidas como fundamentais neste domínio. É, assim, neste contexto que Papalia, Olds e Feldman (2006) referem que para o percebermos devemos ter presente que todos os domínios do desenvolvimento estão interligados; o desenvolvimento normal integra uma panóplia de diferenças individuais; as crianças são elementos ativos no seu próprio desenvolvimento e influenciam as respostas que recebem dos adultos; os contextos socioculturais interferem significativamente no desenvolvimento; as experiências precoces são relevantes, contudo as crianças podem ser muitíssimo resilientes; o desenvolvimento na infância encontra-se intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento durante o restante ciclo de vida. Sustentam ainda os mesmos autores que muito embora as crianças progridam numa sequência ordinária de desenvolvimento, a verdade é que existe um conjunto significativo de diferenças individuais que as torna ímpares. É que

para além das características herdadas, como as genéticas, os fatores ambientais ou contextos (como a família, o nível socioeconómico, a cultura) são, também eles, determinantes importantes de desenvolvimento (Papalia, Olds & Feldman, 2006) e de bem-estar dos indivíduos.

## **1.6 Bem-estar infantil e juvenil: noção, grandezas e outras questões relacionadas**

### **1.6.1 Complexidade conceptual e algumas condições necessárias ao seu (re) conhecimento e avaliação**

Não são raras as vezes que encontramos, mesmo na literatura científica, alguma disparidade e falta de consenso nos campos da definição e avaliação de Bem-estar (Danna & Griffin, 1999; Thompson & Aked, 2009). A mais recente forma de conceptualizar “Bem-estar” emergiu de um movimento destinado a “desmedicalizar” a saúde fazendo-a derivar de um conjunto muito amplo de fatores de natureza física, mental e social e não a associando à mera ausência de doença ou enfermidade. Desde então o conceito de Bem-estar tem evoluído como um conceito global, integrador, geralmente utilizado para descrever a qualidade de vida das pessoas (Rees et al., 2009). Por assim ser, representa um estado dinâmico associado às condições dos indivíduos e resultante da materialização de anseios, quer de natureza pessoal quer familiar e/ou social. Encontra-se, deste modo, ligado tanto a aspetos objetivos, como o rendimento familiar, os recursos educativos, o estado de saúde, como a indicadores de índole subjetiva como a felicidade, perceção e satisfação das pessoas com a vida (Statham & Chase, 2010).

Statham & Chase (2010), com base num trabalho realizado no Child Well-being Research Centre sobre “Bem - estar Infantil”, salientam que ainda hoje o termo “Bem-estar” continua a ser definido de diferentes formas e que existe uma variedade muito significativa de domínios e formas de o avaliar. Os mesmos autores evidenciam, ainda, que a forma como se perspetiva o “Bem-estar” tem implicações no tipo de políticas e programas desenvolvidos e que existe um emergente consenso de que o mesmo é multidimensional (bem-estar físico, mental e social) e que estas dimensões devem centrar-se tanto na vida imediata das crianças como considerar as suas vidas futuras, incorporando, para o efeito, aspetos objetivos e subjetivos das suas vivências.



É precisamente a respeito destas vivências subjetivas que Casas (2010) declara que a avaliação do “Bem-estar Infantil/Juvenil” implica a recolha de perceções, apreciações e aspirações dos sujeitos (dados subjetivos) envolvidos num determinado contexto ou realidade e que não se pode confundir o “Bem-estar Infantil” percebido pelos mais novos com o juízo que os adultos fazem acerca do mesmo. O mesmo autor advoga não ser possível avaliar corretamente o “Bem-estar Infantil” sem se romper, de uma vez por todas, como as dúvidas colocadas por alguns cientistas sociais quanto à validade e fidedignidade dos dados recolhidos junto de crianças e adolescentes (Casas,2010). Torna-se, portanto, para este efeito imprescindível dar voz aos mais novos e constitui-los como “informadores privilegiados” no espaço científico (Casas, 2010).

Segundo Ben-Arieh (2008) para o nascimento deste paradigma contribuíram inequivocamente: o reconhecimento dos direitos da criança como direitos humanos, com a aprovação da CDC; a “nova” sociologia da família; a teoria ecológica do desenvolvimento infantil; as novas perspetivas metodológicas do estudo da infância (valorização da visão subjetiva das crianças e a aceitação das mesmas como unidade de observação); o interesse e a vontade política em melhorar os resultados das intervenções que decorrem das decisões políticas.

Para Casas (2010) muitos são os trabalhos publicados pela UNICEF empenhados em destacar a importância da articulação de indicadores objetivos e subjetivos sobre o “bem-estar infantil e juvenil” encontrando-se os primeiros associados às condições materiais de vida (como a pobreza infantil, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, por exemplo) e os segundos relacionados com experiências do foro psicossocial das crianças ou jovens (como a opinião infantil sobre temas que afetam a sua cidadania, satisfação enquanto utentes de serviços, perceção dos seus direitos, valores que defendem, atitudes e confiança depositada nos adultos e nas instituições sociais).

Neste âmbito o Report Card 7 - “Pobreza Infantil em Perspetiva: Visão de conjunto do Bem-estar das Crianças nos Países Ricos” (UNICEF, 2007) constitui um importante avanço no campo da articulação entre estes dois tipos de indicadores e para o conhecimento da situação em que vivem as crianças e os jovens dos diferentes 21 países da OCDE. Neste “documento referência” foram adotadas seis dimensões para a aferir o bem-estar das crianças (bem-estar material; saúde e segurança; educação; relacionamento com a família e os pares; comportamentos e risco; noção subjetiva de

bem-estar) que permitiram traçar um quadro geral sobre as condições de vida das crianças embora nenhuma das dimensões possa, por si só, refletir de modo fiável o bem-estar das crianças na sua globalidade.

Statham & Chase (2010), embora reconhecendo as virtualidades do Relatório supracitado, referem que muitos de outros estudos têm vindo a ser efetuados neste domínio (como por exemplo: “Multi-National Project for Monitoring and Measuring Children`s Well-being” – 1996, University of Chicago; “Children`s Well-being across all Thirty OCDE Countries – 2009, UNICEF; “An Index of Child Well-being in Europe” – 2009, Bradshaw and Richardson; “Kidscreen – 52 Quality of Life Measure for Children and Adolescents” – 2005, Ravens-Sieberer et al, 2005) e com eles melhorado a teorização e operacionalização do conceito de “Bem-estar Infantil”, só possível graças a consensos quanto: à multidimensionalidade da noção de bem-estar; à necessidade de instrumentos de medição destinados a avaliar objetiva e subjetivamente a qualidade de vida das crianças/jovens; à importância das opiniões e perspetivas das crianças/jovens; à importância da avaliação do bem-estar no “aqui e agora” e não se concentrar exclusivamente em resultados a longo prazo; à necessidade de dimensões individuais de bem-estar físico e emocional/mental; à imprescindibilidade de dimensões que tenham em conta o contexto de vida das crianças/jovens; ao respeito e consideração pelas diferentes fases de vida das crianças e jovens; à importância da cultura, sexo, idade e outras características pessoais como fatores que podem influenciar os sentimentos de bem-estar da criança; à utilidade e relevância de a avaliação do bem-estar ser efetuada, para além dos contextos tradicionais - como a casa e a escola - noutros contextos diferentes contemplando, ainda, a diferença de bem-estar entre contextos e a apreciação do mesmo relativamente àqueles que são privados destes ambientes (Statham & Chase, 2010).

Para Ferreira e Sarmento (2008) o conceito de “Bem-estar Infantil” assenta numa ótica de “Cidadania para a Infância” que demanda a ponderação de indicadores capazes de dar conta de diversos tipos de bem-estar: económico e social; físico e psicológico; relacional (com familiares, e grupo de pares, por exemplo); institucional (escolar, por exemplo); local (espaço urbano onde habita, por exemplo); ambiental; político (que remete para a audição das crianças na tomada de decisões políticas em áreas do seu próprio interesse, por exemplo).

Certo é que a disponibilidade de indicadores subjetivos para avaliar o “bem-estar infantil” depende muito da vontade adulta, social e política, em conhecer melhor a população mais jovem, condição básica para empreender mudanças sociais positivas na sua área, prezando intransigentemente a sua cidadania, e da visão que os mais velhos possuem sobre a utilidade social e histórica atribuída aos mais novos para o futuro social coletivo (Casas, 2010).

### **1.6.2 Crianças e jovens como sujeitos de direitos: o primado do “superior interesse” e o seu direito à participação**

A história e o bem-estar da infância parecem estar indissolúvelmente ligados. Segundo Monteiro (2010) a sua evolução pode ser periodizada em três épocas históricas distintas: uma de desconhecimento e desqualificação das crianças, encaradas como seres inferiores aos adultos, e sua redução à categoria de propriedade dos mais velhos e objeto de violências várias (vigente até à Idade Média); uma de conhecimento tardio e de valorização da especificidade da criança como ser humano em formação, despertando sentimentos de afeto, compaixão e carecendo de cuidados especiais (gerada pelo humanismo renascentista - XIV – XVI e que vai, sensivelmente, até ao séc. XIX); uma (a contemporânea) de reconhecimento e respeito pela criança como sujeito com a mesma dignidade e direitos que os adultos, e outros mais, devido às suas características e necessidades (iniciada no séc. XIX, enquadradora da constância social, moral e jurídica dos nossos tempos).

Atualmente concebe-se a Criança como um sujeito de direitos sendo a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1989, o seu enquadramento jurídico e a representação mais fidedigna dessa condição (Monteiro, 2010). Lembremos que para efeitos da Convenção “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (artigo 1º). Esta é, portanto, uma definição que abarca faixas etárias com diferentes níveis de desenvolvimento, necessidades, implicando, segundo Monteiro (2010), uma aplicação distinta da Convenção.

A Convenção assume-se como o instrumento jurídico internacional mais completo sobre os direitos da criança, correspondendo a Parte I aos direitos que lhe são reconhecidos, bem como as correspondentes obrigações dos Estados que a subscreveram; a Parte II às disposições relativas à aplicação da Convenção; e Parte III

às disposições de natureza diversa relativas a questões como a assinatura, ratificação, entrada em vigor, propostas de alteração, reservas, denuncia, depositário e línguas oficiais em que a mesma Convenção surge. Integra uma panóplia diversificada de direitos que podem ser agrupados em três categorias (Hammarberg, 1990): **direitos de prestação** que determinam a garantia dos direitos sociais da criança como o acesso à saúde, à educação, à segurança social, aos cuidados físicos, à vida familiar, ao recreio e à cultura. São os direitos concernentes à satisfação das suas necessidades básicas e de desenvolvimento; **direitos de proteção** que conferem uma atenção especial às crianças e de um conjunto de direitos suplementares, que por razões de discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito, se encontrem impedidas ou condicionadas no exercício dos seus direitos. São normas relativas à prevenção e reparação da violação dos seus direitos; **direitos de participação** que determinam uma imagem de infância ativa à qual estão associados direitos civis e políticos, designadamente o direito da criança ser consultada e ouvida, o direito do acesso a informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu benefício. São direitos relativos à expressão e valorização da sua opinião em todas as decisões que lhes respeitem.

Na ótica de Hammarberg (1990), Hart (1992) e Archard (1993) a Convenção apresenta os seus pontos fortes nos dois primeiros grupos de direitos (de prestação e de proteção) manifestando uma certa fragilidade e menor consistência no que reporta ao conjunto de direitos de participação.

Segundo Brashaw, Hoelscher e Richardson (2006) a CDC oferece um quadro normativo importante para a compreensão do bem-estar da criança já que assenta numa visão holística e ecológica quanto ao seu desenvolvimento. Na perspetiva destes autores são quatro os princípios que se enquadram modelarmente na discussão sobre como conceptualizar o bem-estar das crianças: “Não discriminação” (artigo 2º); “Interesse superior da criança” (artigo 3º); “Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento” (artigo 6º); “Direito à opinião e liberdade de expressão” (artigos 12º e 13º).

Dos princípios referidos a CDC conferiu ao “Interesse Superior da Criança” o estatuto de princípio-guia do exercício das responsabilidades públicas e privadas em relação às crianças (Monteiro, 2010) cuja formulação genérica encontramos no seu artigo 3º, n.º 1:

*“Em todas as decisões que digam respeito às crianças, quer sejam tomadas pelas instituições públicas ou privadas de bem-estar social, pelos tribunais, pelas autoridades administrativas ou pelos órgãos legislativos, o interesse superior da criança deve ser uma consideração primordial.”*

Na ótica de Monteiro (2010) a CDC não define nem indica critérios para interpretação e aplicação do princípio do “Interesse Superior da Criança” e que esta lacuna desencadeia a formulação de algumas questões essenciais a respeito, designadamente:

- se a norma do “Superior Interesse” é hoje perspectivada à luz do antigo princípio de proteção especial, que também se encontra na Convenção, ou se encontra articulada ao novo conceito de direitos individuais (Wolf, 1992 citado por Monteiro, 2010);
- o risco da sua interpretação ser culturalmente relativista e da sua utilização desmedida e discricionária;
- como agir em caso de conflito de interesses, mormente entre os interesses dos da criança e os interesses dos seus pais.

Certo é que o princípio do “Interesse Superior”, como princípio geral que é, não possui conteúdo determinado; é pois um princípio meta-jurídica cuja avaliação exige o contributo de vários profissionais e saberes (Monteiro, 2010; Instituto de Apoio à Criança, 2009). Na verdade, possui um conteúdo sempre circunstancial e variável sujeito a uma infindável diversidade de leituras de vários interessados (como as crianças, os pais e familiares destas, serviços de apoio social, magistrados, entre outros), sendo certo que os critérios gerais para a sua determinação devem assentar no respeito pela dignidade e direitos da criança (Monteiro, 2010).

Sem menosprezar a abrangência como uma das principais particularidades de tal princípio, Hammarberg (2008), do Comité dos Direitos da Criança, refere que o mesmo encontra-se relacionado com determinadas situações bem concretas de que são exemplo: o de ter relações com a família (artigo 8º); o de conhecer e ser cuidada pelos pais (artigo 7º); o ser ouvida sobre assuntos que lhe digam respeito (artigo 12º); o ser respeitada e ser vista como indivíduo (artigo 16º).

O “Interesse Superior da Criança” é um princípio dinâmico, multidimensional (dimensões física, afetiva, moral, intelectual, social, etc.), superior aos interesses culturais, familiares, nacionais e todos os demais que desrespeitem a sua dignidade e

direitos, possui uma relação muito consubstancial com o artigo 12º da CDC (Monteiro, 2010) que como vimos reconhece o direito da criança a ser ouvida sobre todos os assuntos que lhe digam respeito.

Sobre esta realidade concreta o Comité dos Direitos da Criança, órgão das Nações Unidas destinado a supervisionar a aplicação da Convenção pelos Estados Partes (cf. artigo 43º da CDC), tendo realizado em 2006 um debate sobre “O Direito da Criança a ser ouvida”, dedicou-lhe, em 2009, o seu *Comentário Geral 12* (cf. United Nations Committee on the Rights of the Child, 2009) que devido à sua extensão (trinta e uma páginas) apenas expomos algumas das suas principais ideias força sobre o assunto (Monteiro, 2010). Assim, no referido documento o Comité recorda e/ou faz saber que:

- o direito da criança a ser ouvida possui uma dimensão individual e uma dimensão coletiva (parágrafo 9) e que é um “elemento fundamental” da participação reiterada nas situações e não deve assumir-se como ato casual ou isolado (parágrafo 13);
- o direito da criança a ser ouvida impõe obrigações aos Estados Partes (parágrafos 15 e 19) mas não é um dever para a criança, que pode não desejar exercê-lo (parágrafo 16);
- os Estados Partes não podem supor que uma criança é alguém inapto, incapacitado para exprimir as suas opiniões (parágrafo 20) nem devem determinar uma idade mínima para o exercício desse direito que aliás o artigo 12º não prevê (parágrafo 21). O Comité esclarece que sustenta esta posição na evidência científica de que a criança é capaz de ter opiniões desde a mais tenra idade, mesmo quando ainda é incapaz de exprimi-las verbalmente. Neste caso a plena aplicação do artigo 12º implica o reconhecimento e aceitação de formas não-verbais de comunicação (como o jogo, a linguagem corporal, as expressões faciais, o desenho e a pintura).
- deve ser prestada especial atenção às crianças com particulares dificuldades de expressão (crianças com incapacidades, de grupos minoritários ou que não falam a língua predominante) (parágrafo 21);
- um dos requisitos da eficácia do direito da criança a ser ouvida é o direito à informação suficiente e em condições de acessibilidade sobre tudo o que estiver em causa, em cada caso (parágrafo 25) e as suas opiniões devem ser valorizadas tendo em conta a sua idade e maturidade (parágrafos 28-30);

- o direito da criança a ser escutada tanto em processos judiciais como administrativos (parágrafo 32) - (as diversas situações em que pode ser ouvida são objeto dos parágrafos 50-67 e 89-131);
- nos processos mais formais, como os desenvolvidos em tribunal, importa proporcionar recursos necessários e criar condições adequadas à sua idade (adaptação das salas dos tribunais, traje dos juízes, etc.) (parágrafo 34);
- a criança pode exprimir as suas opiniões diretamente ou através de um representante idóneo mas escolhido por si (parágrafos 35-37);
- a aplicação do artigo 12º integra os seguintes momentos ou circunstâncias: preparação, audição, avaliação da capacidade da criança, informação sobre a importância atribuída às suas opiniões e possibilidades de recurso (parágrafos 40-47);
- a consistente relação existente entre o artigo 12º e os outros princípios gerais da Convenção e, ainda, a sua íntima vinculação aos artigos 5º, 13º, e 17º (responsabilidades parentais, liberdade de expressão e direito à informação, respetivamente) (parágrafos 68 e 70-84);
- os Estados Partes devem evitar abordagens formais que condicionem a expressão das opiniões das crianças ou não lhes atribuam o devido valor; que devem encarar a participação como um processo e não como um acontecimento isolado, ocasional; que os processos de participação devem ser transparentes, voluntários, eticamente irrepreensíveis, úteis, sensíveis aos riscos e devidamente avaliados (parágrafos 132-134).

Portugal, país que muito contribuiu na elaboração da CDC e um dos primeiros Estados a assinar e ratificar a mesma, cuja entrada em vigor na ordem jurídica nacional se deu a 21 de Outubro de 1990, foi precursor na consagração legal do direito a ser ouvida. De facto, já no artigo 1878º n.º 2 do Código Civil, na sua redação de 1977, relativamente ao conteúdo do poder paternal era estatuído que os pais “*de acordo com a maturidade dos filhos, devem ter em conta a opinião dos filhos nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida*”.

Na verdade, na realidade portuguesa a proteção legal ao Direito de Participação das Crianças encontra-se plasmado em vários domínios do sistema jurídico. Evitando ser exaustivos sobre o assunto, vejamos apenas alguns exemplos muito concretos:

- na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro): o **artigo 4º**, referente aos “**Princípios orientadores da intervenção**”, determina na alínea h) “ *Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa*”; e na alínea i) “*Audição obrigatória e participação – a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção*”; o **artigo 84º**, relativo à “**Audição da criança e do jovem**”, estipula no n.º 1 que “ *As crianças e os jovens com mais de 12 anos, ou com idade inferior quando a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção o aconselhe, são ouvidos pela comissão de proteção ou pelo juiz sobre situações que deram origem á intervenção e relativamente à aplicação, revisão ou cessação de medidas de promoção e proteção*”; e no n.º 2 que “*A criança ou o jovem tem direito a ser ouvido individualmente ou acompanhado pelos pais, pelo representante legal, por advogado da sua escolha ou oficioso ou por pessoa da sua confiança*”;
- no Código Civil (CC) o **artigo 1878º**, referente ao “**Conteúdo das responsabilidades parentais**”, estabelece no n.º 2 que “*Os filhos devem obediência aos pais; estes, porém, de acordo com a maturidade dos filhos, devem ter em conta a sua vida nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da sua vida*”; o **artigo 1901º** relativo às “**Responsabilidades parentais na constância do matrimónio**” impõe, no n.º 2 e 3, como regra a audição dos filhos nas questões que lhe digam respeito, em caso de pais casados: “*Os pais exercem as responsabilidades parentais de comum acordo, e se este faltar em questões de particular importância, qualquer deles pode recorrer ao tribunal, que tentará a conciliação*” (n.º 2 do **artigo 1901º** CC); “*Se a conciliação referida no número anterior não for possível, o tribunal ouvirá os filhos, antes de decidir, salvo quando circunstâncias ponderosas o desaconselhem*” (n.º 3 **artigo 1901º** CC). Ainda no CC mas no âmbito da Adoção: no artigo 1981º “**Consentimento para**



**adoção**”, n.º 1 alínea a) determina que para que se possa ser adotado exige-se o consentimento por parte do adotando, a partir dos 12 anos de idade; no **artigo 1990º “Revisão da sentença”**, no n.º 1, alínea e) estabelece-se que nas situações em que tal consentimento não seja prestado, por parte do adotando de 12 anos, é fundamento para se requerer a revisão da sentença que decreta a adoção; no **artigo 1984º “Audição obrigatória”** impõe que o juiz ouça obrigatoriamente os filhos do adotante que tenham mais de 12 anos de idade.

Porém, apesar de a existência destas normas claras e inequívocas, é do conhecimento geral que nem sempre vemos respeitado este Direito. Para Melo e colaboradores (2009) a prática judiciária nacional de manter os menores “afastados” do litígio, a menos que a sua audição seja indispensável, é claramente desconforme com as regras e os princípios da CDC, anteriormente explanados. Na verdade é regular a restrição e o condicionamento do exercício do direito das crianças à audição recorrendo-se a todos e mais alguns subterfúgios e argumentações: por se correr o risco de a criança ficar traumatizada; por ter de se debruçar sobre questões ou assuntos demasiado sérios; por mero receio que a criança manipulada faça um discurso que não o dela mas da pessoa que mais próxima se encontra de si (Instituto de Apoio à Criança, 2009).

Sobre a questão da audição dos menores de idade nos casos de divórcio dos pais falaremos mais à frente com a profundidade que a temática reivindica no contexto deste trabalho.

Por agora, e fazendo jus ao ponto aqui explorado, interessa relevar a associação entre “Bem-estar infantil/juvenil” e a satisfação real dos seus direitos. Por este prisma de análise a satisfação normativa plena oferece à Criança e ao Jovem a oportunidade de ser tudo o que deseja e merece ser; a insatisfação ou negação dos seus direitos representa a privação do seu “Bem-estar” dificultando assim, ou mesmo obstaculizando, o seu integral desenvolvimento (Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006).

### 1.6.3 Fatores de risco e de proteção

Não é razoável nem cientificamente correto abordar a questão do “Bem-estar Infantil e Juvenil” sem falar das condições ou das circunstâncias que o colocam em risco ou o protegem.

Quanto ao risco convirá antes de mais notar que o mesmo traduz e envolve a possibilidade de se sofrer um dano ou perda; a eventualidade de se ser sujeito ou exposto a um perigo, a algo negativo, indesejável (Reppold et al., 2002; Anaut, 2005).

Para Garmezy (1985) os fatores de risco são todas aquelas situações que, se presentes, aumentam a probabilidade de a criança desenvolver uma desordem emocional ou comportamental. Estes fatores podem estar relacionados com características biológicas e genéticas da criança e/ou da sua família como com fatores da comunidade que influenciam tanto o ambiente da criança como o da sua família. Neste sentido os fatores de risco compreendem distintas dimensões de risco: biológicas, relacionais e sociais e podem dizer respeito tanto a própria criança ou jovem como à família e ao meio socioeconómico e cultural a que estes pertencem (Anaut, 2005).

Recorrendo a alguns trabalhos realizados por Anthony e Chiland e Garmezy e colaboradores, Anaut (2005) adianta que os principais fatores de risco podem ser agrupados em três categorias: centrados na criança; ligados à configuração familiar; socioambientais. Relativamente aos **fatores de risco centrados na criança** refere: a prematuridade; o sofrimento neonatal; a gemelaridade; a patologia somática precoce; os deficits cognitivos; as separações maternas precoces. Quanto aos **fatores de risco centrados na família** indica: a separação ou divórcio dos pais; a discórdia crónica; a violência doméstica; as toxicodependências; as patologias crónicas de um dos progenitores (física ou psíquica); a monoparentalidade; a maternidade precoce; a imaturidade parental; a morte de um familiar. Em relação aos **fatores de risco socioambientais** a autora menciona: a pobreza e a precariedade socioeconómica; o desemprego; a sobrelotação habitacional; o isolamento relacional; o internamento de uma criança numa instituição, etc.

Na ótica da aludida autora é a constelação de fatores de risco que pode transformar-se causa de risco e não um dos riscos por si só (Anaut, 2005). Isto significa, por conseguinte, que o risco de aumenta com a concentração dos fatores de risco (Garmezy,

1991). Quanto à nocividade, à malignidade das situações, esta pode depender da proximidade dos fatores de risco: próximos ou distantes (de natureza proximal e distal, respetivamente) (Anaut, 2005). Nesta perspetiva situações como a separação dos pais e a precariedade socioeconómica familiar, por exemplo, fazem parte de riscos de natureza distal; casos de abuso sexual, agressões, deficiências e handicaps, consubstanciam riscos de índole proximal (Ionescu, 2002 citado por Anaut, 2005).

Por outro lado, os **Fatores de Proteção** podem ser encarados como aqueles que modificam a reação à situação que apresenta o risco, ao reduzir o efeito do risco e as reações negativas em cadeia (Rutter, 1990).

Garnezy (1985) classifica os Fatores de Proteção do “Desenvolvimento e Bem-estar Infantil” em três grupos: individuais; familiares; sociais (ou extrafamiliares). A nível **individual** destaca aspetos como a autoestima, o temperamento ativo, autonomia, capacidade interativa/comunicação, entre outros. A **nível familiar** refere a coesão familiar, a afetividade entre os seus membros, a concórdia e a ausência de situações de negligência. A **nível social (extrafamiliar)** faz notar a relação de pares, o relacionamento da criança com outras pessoas fora da família e as respostas e os apoios sociais diversificados (médicos, psicológicos, religiosos, etc.).

Ainda sobre as variáveis que favorecem a proteção dos sujeitos resilientes Garnezy e Masten (1991), numa revisão da literatura científica sobre o assunto, referem como **fatores de proteção individual** o temperamento ativo, o género, a idade (juventude), QI elevado e boas capacidades cognitivas, autoestima, competências sociais, inteligência emocional, empatia, locus de controlo interno, humor, carisma; como **fatores de proteção familiar** a afetividade e o apoio parental, as relações pais/filhos positivas, harmonia parental; como **fatores extra familiares** a rede de apoio social e experiências sociais positivas.

Também Gabarino (1993), investigador do desenvolvimento infantil, identificou um determinado número de fatores individuais, relacionais e sociais que protegem o desenvolvimento e melhoram a resiliência das crianças - entendida como a capacidade das mesmas para fazer face às dificuldades com que se deparam (Alarcão, 2006) - qualquer que seja o tipo de adversidade, inclusive violência, a que estas possam ser sujeitas. Para o referido autor os fatores aludidos têm que a ver com: a capacidade da criança para superar ativamente uma situação negativa (no lugar de agir passivamente); a competência cognitiva; a autoestima positiva e a autoconfiança; as características do

temperamento (atividade, perseverança, flexibilidade e motivação); as relações afetivas estáveis com pelo menos um dos cuidadores; o ambiente educativo democrático e de apoio que favoreçam atitudes positivas face às dificuldades e problemas; o suporte social fora da família (Gabarino, 1993)

Assim, o nível de resiliência de cada indivíduo encontra-se dependente de vários fatores (Gonçalves, 2003), é dinâmico, podendo variar com o tempo e as circunstâncias e, resulta do equilíbrio entre os fatores de risco e os fatores de proteção (Gomes, 2006; Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006).

Na perspetiva de Anaut (2005) os estudos sobre a resiliência estiveram inicialmente centrados nos indivíduos considerados resilientes. Contudo, o reconhecimento e importância da interação do indivíduo com o meio afetivo e social fizeram com que pesquisas se voltassem para o estudo das características familiares (suas competências e recursos) suscetíveis de contribuir para a resiliência do agregado familiar (análise das “famílias resilientes”).

De entre essas características descobertas pelas investigações realizadas com “famílias resilientes” há a destacar essencialmente: a flexibilidade e a adaptabilidade; a qualidade da comunicação entre os seus membros; a coesão e o apoio familiar face a eventos stressantes; a capacidade para desenvolverem e manterem uma rede social (Anaut, 2005).

Ainda neste âmbito das características que promovem a “resiliência familiar”, Walsh (1998) refere: a coesão familiar; a afetividade e preocupação com as crianças dentro da própria família; a disponibilidade de fontes de apoio externo; clima educacional aberto e com limites bem definidos; o desenvolvimento de interesses e vínculos afetivos fora da família.

De qualquer forma o processo de “resiliência familiar” estará sempre dependente dos contextos, das contrariedades, do desenvolvimento, dos ciclos de vida e dos recursos da família num determinado momento (Falicov, 1988; Anaut, 2005). Deste modo a criação de saúde e bem-estar nos indivíduos é um processo que depende inevitavelmente do contexto em que os mesmos se encontram mas também das suas forças, capacidades e limitações sendo o equilíbrio dos diferentes fatores (protetores e de risco) essencial para o desenvolvimento e bem-estar humano integral, como aliás perspetiva a abordagem ecológica (Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006).

Outros estudos têm-se debruçado sobre o tipo de recursos coletivos de grupos humanos identificados como suscetíveis de contribuir para um certo tipo de “resiliência comunitária”. Tais recursos, ou fatores protetores, podem ser na perspetiva de Anaut, (2005): o apoio mútuo, a mentalidade cooperante e solidária; a crença na superação de crises ou dificuldades comunitárias; o nível significativo de participação comunitária; o otimismo e o nível de “empowerment” para fazer as suas próprias opções.

De acordo com esta perspetiva os indivíduos na falha do seu sistema familiar (e por conseguinte “em risco”) ao receberem proteção de outro sistema, o da coletividade, podem desenvolver de um processo resiliente (Anaut, 2005).

Minuchin (1979) citado por Alarcão (2006) refere que uma família pode estar sujeita a quatro fatores de stresse ou mal-estar familiar: o contacto de um membro da família com uma circunstância de stresse extra familiar; o contacto de toda a família como uma situação de stresse extra familiar; o stresse associado aos momentos e períodos naturais do ciclo vital da família; o stresse provocado por circunstâncias ou problemas que podem originar alterações relevantes na dinâmica familiar, como o divórcio, por exemplo. Nos casos de divórcio a “resiliência familiar”, perspetivada como a capacidade da família para fazer face às dificuldades com que se depara (Alarcão, 2006), é questão de major importância e assim como é a necessidade de avaliação do seu funcionamento tendo em linha de conta a sua estrutura, necessidades psicossociais, recursos e limitações.

## **Capítulo 2 – Separação e Divórcio na Família**

### **2.1 Da noção de conflito ao tipo de conflitualidade e de rutura de casal**

O conflito é algo inerente à condição humana. Em si mesmo, o conflito não é positivo nem negativo, representa, isso sim, uma dinâmica de mudança; dá a possibilidade de se encontrar formas alternativas para lidar com os outros e de resolver os problemas (Samper, 2008).

De acordo com Vallejo e Gestoso (2008) os conflitos configuram situações em que duas ou mais pessoas entram em oposição ou desacordo porque as suas posições, interesses, necessidades, desejos ou valores são incompatíveis. São circunstâncias onde as emoções e os sentimentos estão presentes e desempenham um relevante papel, em que a relação entre as partes em conflito pode sair fortalecida ou deteriorada, dependendo da forma como o mesmo é resolvido.

Kahneman e Tversky (1982) aludem a três aspetos que dificultam a resolução dos conflitos: a sobrevalorização, por cada uma das partes envolvidas na contenda, dos seus próprios argumentos, resultando numa situação de imposição de versões; a convicção existente nas partes de que os resultados prováveis e esperados não condizem com os reais anseios das mesmas; a sobrevalorização pelas partes das perdas em detrimento dos ganhos.

Heredia (2008) refere que é mais provável o aumento da conflitualidade quando: uma das partes se envolve na disputa com posições extremadas; um dos implicados sente-se ameaçado pelo outro; não há interesse nem vontade em manter a relação; há uma história de conflitos prejudiciais e contraproducentes entre as partes; há manifestações de ira, medo ou frustração; não são reconhecidas ou satisfeitas necessidades importantes das partes; existe a ausência de faculdades para construir relações físicas ou não existe apoio necessário para utilizá-las.

Ainda para o referido autor a conflitualidade pode diminuir quando: as emoções de medo, raiva ou frustração são expressas diretamente (são comunicadas); as ameaças são reduzidas ou eliminadas; as pessoas implicadas no conflito cooperam na sua resolução; as necessidades são abertamente discutidas; as pessoas envolvidas utilizam capacidades para a redução ou erradicação da conflitualidade ou recebem ajuda para as pôr em ação (Heredia, 2008).

Para Verde (2008) todos os conflitos familiares decorrem de uma divergência de interesses; envolvem um número limitado de estratégias para resolvê-los; contêm uma mescla de motivos; podem cessar através de alterações comportamentais ou de atitude; levam a resultados que podem ir do puramente destrutivo ao meramente construtivo; surgem a partir de uma diversidade de antecedentes.

Segundo Samper (2008) as pessoas que geralmente se encontram em conflito apresentam sentimentos como insegurança, incapacidade, confusão e falta de disponibilidade para participar ativa e positivamente no conflito, preferindo refugiar-se em posturas centradas no passado, na negatividade e no inexequível. Todos estes sentimentos são acompanhados por pensamentos dicotómicos, de desrespeito pelas diferenças de opinião, pelas formas de comunicação desadequadas, dificultando, por conseguinte, a celebração de acordos, de entendimentos entre as partes em conflito.

Para o mesmo autor o conflito de casal apresenta um enorme custo emocional que pode ser mais ou menos intenso em função da duração do mesmo e a sua manifestação encontra-se dependente do tipo de problemas e do casal conflitante (Samper, 2008).

Redorta (2004) baseando-se em trabalhos realizados por outros autores como Deutsh, Abebrese, Galtuny, Woodhouse, Lederach, sustenta que entre os diferentes tipos de conflitos na família encontramos: os destrutivos; os construtivos; os funcionais; os disfuncionais; os latentes; os declarados; os simétricos/horizontais; os assimétricos/verticais.

Assim, os **destrutivos** baseiam-se na agressividade e na aniquilação das relações; os **construtivos** assentam no diálogo e na utilização de estratégias destinadas a resolver os problemas sem ter que recorrer ao uso de violência (forma pacífica de resolução de dificuldades ou desentendimentos); os **funcionais** relacionam-se com comportamentos familiares que conduzem ao crescimento dos indivíduos ou da família como grupo (levam a alterações positivas nas pessoas e na família); os **disfuncionais** associam-se a comportamentos que impedem o desenvolvimento e a potenciação das pessoas e do grupo familiar, para além de lhes causar danos; os **latentes** remetem para a existência de desejos e/ou necessidades dos familiares, não expressos nem visíveis, que afectam as relações da família; os **declarados** ligados à expressão aberta de diferenças de interesses, desejos e valores dos elementos, onde é nítida a visão sobre as divergências e aspirações dos familiares; os **simétricos/horizontais** que se associam à circunstância de as pessoas envolvidas no conflito deterem o mesmo poder ou posição familiar; os

*assimétricos/verticais* que se relacionam com a desigualdade de poder que conduz inevitavelmente ao fortalecimento de uns e à debilidade de outros (é o caso, por exemplo, dos conflitos entre pais e filhos).

A rutura de casal assume-se seguramente como uma das experiências mais dolorosas que o ser humano pode experienciar (Holmes & Rahe, 1967) e como fenómeno social que com mais força patenteia a crise da família (Demartis, 2006). Samper (2008) considera a rutura conjugal como o acontecimento mais stressante na vida das pessoas, logo depois da morte de alguém querido. Já Kaslow (1984) ao comparar a morte de um cônjuge com a rutura no casamento, considera este último acontecimento como algo mais intenso, exigente e nefasto, quer em termos emocionais quer económicos e sociais (cf. **Quadro I**).

**Quadro I** – Perspetiva de Kaslow sobre o Divórcio

| <b>Morte do Cônjuge</b>   |   | <b>Divórcio</b>  |
|---------------------------|---|--|
| <b>Luto</b>               | 1 Ano<br>Perda definitiva<br>Boa adaptação              | 2-4 Anos<br>Manutenção dos contactos<br>(reavivar dor e ódio)  |
| <b>Sentimentos</b>        | Ausência de culpa<br>Idealização do outro               | Sentimentos de culpa<br>Sentimentos de abandono                |
| <b>Aspetos Económicos</b> | Aumento do património com direito a herança             | Diminuição do património com as partilhas                      |
| <b>Aspetos Sociais</b>    | Não alteração de status<br>Ajuda de amigos e familiares | Perda de Status<br>Conflito de lealdades (amigos e familiares) |

**Fonte:** Adaptado de Kaslow, 1984

Marrero (1998) adianta que existem três fatores essenciais e determinantes na sua tipificação da rutura de casal: a forma como é decida a separação; o estilo de interação e de comunicação entre o casal; a intensidade emocional associada ao conflito entre os seus elementos.

Kressel e colaboradores (1980) com recurso a pesquisas desenvolveram uma tipologia de casais no momento da separação ou divórcio. Na sua ótica e na dos seus colaboradores são quatro os tipos de casais identificados: “fusionais”; “autistas”; “conflituosos”; “desligados”.



Os “*casais fusionais*” são caracterizados pela ambivalência relacional. A separação não é algo claro e perfeitamente decidido: ao mesmo tempo que desejam a reconciliação não conseguem mais relacionar-se. Existem nestes casais sentimentos antagónicos como amor e ódio. A conflitualidade é enorme e extravasa para os mais variados campos. Face à indecisão relativamente à separação, a ajuda terapêutica é bem-vinda e recomendável.

Os “*casais autistas*” evidenciam baixos níveis de interação e de comunicação verbal. Existe neste tipo de casais a noção de que o divórcio é algo inevitável. Porém como não conseguem desenvolver meios e mecanismos eficazes de comunicação, o processo de separação acaba por se tornar em algo extraordinariamente penoso, complexo e difícil.

Os “*casais conflituosos*” são capazes de conversar, no entanto a relação é de extremo conflito. Nestes casais a ambivalência relativamente à decisão de separação encontra-se presente numa fase inicial do processo mas tende a diminuir gradualmente com o aumento da sua capacidade para comunicar sobre os seus sentimentos e sua decisão em se separar.

Os “*casais desligados*” são os que já passaram pela crise da separação ou afastamento. A maioria deles já vive separadamente há algum tempo (dois ou três anos). Não procuram o conflito e optam por um ambiente de cooperação.

Os “*casais fusionais*” possuem grande dificuldade em romper definitivamente e, na esmagadora maioria dos casos, acabam defrontando-se na justiça; os “*casais conflituosos e desligados*” adaptam-se melhor após o divórcio e são normalmente bem-sucedidos na mediação (Kressel et al., 1980).

Numa perspetiva semelhante à de Kressel e colaboradores (1980) Samper (2008) defende que existem diferentes tipos de casais num processo de separação ou divórcio: os que apresentam um elevado nível de conflito, uma comunicação hostil e que propagam os seus conflitos a outros domínios, mostrando-se ambivalentes relativamente à rutura; os que evidenciam níveis elevados de conflitualidade, mas a sua decisão em relação à separação é inequívoca; os que demonstram um baixo nível de litigância, escassa ou nula comunicação e não possuem uma decisão muito clara e objetiva em relação à rutura; e, finalmente, os que expressam uma evidente falta de interesse na relação e pretendem pôr termo à mesma.

Para o mesmo autor o segundo e o último tipo de casais apresentam mais probabilidades de chegarem a acordo do que os outros dois grupos, contribuindo para isso a existência de dúvidas no que respeita ao fim da relação conjugal (Samper, 2008).

Ainda neste âmbito, Lisa Parkinson (1987) propôs uma tipologia de ruturas de casal assentes em estilos de interação e de comunicação entre os seus elementos:

- as que evoluem naturalmente para a rutura/separação definitiva e que apresentam um nível baixo de conflitualidade. O surgimento posterior de problemas de ordem prática relacionados com os filhos pode indiciar vínculos emocionais não resolvidos;
- as que evitam a confrontação direta refugiando-se, física e psicologicamente, atrás dum silêncio representativo de ira, frustração, ocultação de sentimentos de afeto, sofrimento e medo de abandono, por exemplo;
- as que se dão num contexto de luta pelo poder dentro da família. O elemento que julga ter perdido mais com a vida em comum procura agora uma aposição dominante no processo colocando em ação todas as armas para culpabilizar o outro e utilizando os filhos para tirar vantagens (legais e outras);
- as que ocorrem num ambiente em que um dos cônjuges tenta deixar o outro mas este faz todos os possíveis para evitar que isso aconteça. São aqui utilizadas as famosas chantagens emocionais, tentativas de suicídio ou auto agressões;
- as que baseadas na confrontação aberta onde a agressividade verbal é nota dominante podendo os elementos sentirem-se envergonhados pela conduta adotada mas incapazes de conter e controlar tais reações.
- as que assentam na perpetuação da litigância. Nestes casos os casais são capazes de sabotar todo tipo de decisões relacionadas com a sua separação com o intuito de dar continuidade ao confronto. A sua resistência em encontrar e em aceitar soluções frustra qualquer intenção de apoio legal ou psicossocial.
- as baseadas em situações de mau trato, em que um dos cônjuges é sistematicamente maltratado pelo outro. Nalguns casos a rutura pode tornar-se inalcançável. A conjugação de agressões e ameaças coloca muitas das vítimas em permanente estado de temor e intimidação que dificultam a cessação da violência e da relação.

Quanto à forma de resolver os conflitos Verde (2008) refere que na nossa sociedade existem quatro grandes maneiras:

- através da litigância que se baseia no confronto entre as partes em conflito com recurso a representantes, habitualmente agentes judiciais, e cujo objetivo é alcançar o êxito de um e obter a derrota do outro;
- através da negociação que se consubstancia no confronto entre as partes, com ou sem representante, com o objetivo de alcançar um acordo satisfatório para ambas as partes. Neste caso não existe uma terceira parte com o poder atribuído e a resolução do conflito depende completamente das partes envolvidas na contenda;
- através da arbitragem que assenta num processo em que as partes em confronto submetem os seus pontos de vista ao julgamento de um terceiro com o poder legitimado e aceite pelas partes para gerir o processo. O árbitro não contacta emocionalmente com as partes.
- através da mediação que se baseia num processo negocial entre as partes em conflito para alcançar um acordo satisfatório para os lados mediante o apoio de uma terceira pessoa (o mediador) com competência e conhecimentos para tal. Nestes casos, o mediador colabora ativamente no processo de busca e resolução dos problemas apresentados pelas partes.

## **2.2 Rutura de casal e divórcio como processo**

Para além de experiência dolorosa, sobretudo do ponto de vista emocional, a rutura de casal é um processo que se desenrola por etapas (Bohannon, 1970; Wiseman, 1975; Kessler, 1975; Kaslow, 1984; Guttman, 1993; Giddens, 1997; Samper, 2008) e durante um período significativo de tempo (Guttman, 1993).

Este mesmo processo tem início com os primeiros e sólidos pensamentos sobre o divórcio que contempla os formalismos que levam à separação definitiva e termina com a possibilidade de reedificação de um projeto de vida (Pinto & Pereira, 2005).

Carter e McGoldrick (1995) descrevem o processo de rutura de casal com base em cinco “problemas de desenvolvimento” que se colocam em cada etapa do mesmo e referem as “atitudes emocionais” indispensáveis à resolução adequada de cada um desses problemas. Na ótica destes autores tais atitudes de verão passar por:

- aceitar a incapacidade para resolver os problemas matrimoniais e para manter a continuidade da relação a dois. Implica a aceitação da responsabilidade pelo fracasso do casamento;
- estar disponível para alcançar acordos viáveis para toda a família (no plano da guarda, visitas e finanças, por exemplo);
- estar interessado e disponível para colaborar como pais. Exige a necessidade de superar algumas questões relacionadas com a vida conjugal, a aceitação de uma vida sem o cônjuge e a reestruturação das relações com os filhos;
- investir na reestruturação da relação com o cônjuge, com a família alargada e manutenção com a do ex-cônjuge se se justificar (é geralmente necessário quando existem filhos do matrimónio);
- resolver emocionalmente questões relacionadas com feridas, angustias, ódios, culpas, etc. Envolve um trabalho de renúncia a fantasias de reaproximação, recuperação das esperanças de voltar a viver como casal e permanecer ligado e em contacto com a família alargada.

Moratalla (2003) citado por Verde (2008) descreve a separação e o divórcio enfatizando os objetivos subjacentes a cada etapa do processo de rutura:

- ***planificação da rutura*** que corresponde ao momento de comunicar a decisão aos filhos, à família alargada e aos amigos. Nesta fase entram em ação personagens externas à família (como os advogados, os juízes ou terapeutas) que passam a fazer parte de decisão familiar;
- ***materialização da separação*** que implica que um dos membros do casal tenha que mudar de residência deixando geralmente os filhos com o outro progenitor. Fase correspondente à consumação do divórcio;
- ***convivência separada*** que se associa à realidade da família passar a conviver separadamente e a reger-se pelas condições determinadas em fase de processo de divórcio judicial, por exemplo, e outras definidas internamente, ou seja, familiarmente.

Na perspetiva de Torres “ A forma de encarar e viver a rutura conjugal, depende estreitamente do que se investe e se espera do casamento. Tais investimentos e expectativas variam de acordo com o que diversos autores consideram como tipo ou modelos de família (...) ou formas de conjugalidade” (1992:56).

Existem diversos modelos teóricos destinados a explicar o processo de divórcio – como os de Bohannan (1970); Wiseman (1975); Kessler (1975), Guttman (1993) – que embora possam divergir nas suas premissas teóricas, são completamente unânimes na visão multifaseada do processo e na sua não linearidade. Debrucemo-nos simplesmente sobre o Modelo Psicossocial de Guttman (1993) por ser um dos modelos explicativos do processo de separação/divórcio mais atuais e válidos, fundando-se na teoria do intercâmbio social e na da dissonância cognitiva de Festinger (Pinto & Pereira, 2005). A primeira preconiza que as pessoas agem segundo os seus próprios interesses encontrando-se este agir associado à motivação e à racionalidade na ação. Assim, as opções fazem-se com base na maximização dos ganhos e minimização dos custos (Pinto & Pereira, 2005). Já a teoria da dissonância cognitiva estabelece que o conhecimento e significado que se lhe atribui desenvolve-se num processo através do qual os indivíduos procuram criar a consistência interna entre as suas crenças/attitudes e os seus comportamentos (Chaplin, 1981; Pinto & Pereira, 2005).

O Modelo Psicossocial de divórcio sustenta que o processo é desencadeado por uma crise familiar e termina quando os sentimentos negativos associados ao fracasso com o matrimónio e posteriores ao divórcio deixam de influenciar objetivamente o comportamento das pessoas possibilitando assim o crescimento das mesmas enquanto tal (Gutteman, 1993).

À luz desta abordagem o divórcio ocorre essencialmente quando: um dos elementos do casal entende que os custos em manter a relação são maiores que os benefícios; uma das partes julga poder obter benefícios com a rutura; um dos indivíduos procura sair de um de um estado psicológico dissonante (Pinto & Pereira, 2005).

O Modelo Psicossocial de Gutteman (1993) prevê quatro fases: tomada de decisão, separação, transição e reajustamento.

- a ***fase da tomada de decisão*** reporta-se ao período associado à decisão final quanto a uma eventual rutura na relação de casal encontrando-se esta dependente dos valores psicológicos e sociais dos indivíduos, dos recursos pessoais ou sociais que cada um dos elementos do casal percebe que possui, das facilidades e dificuldades psicológicas e sociais sentidas (permanecendo ou saindo do casamento) e, ainda, do resultado da avaliação que possam fazer relativamente aos custos/benefícios intrínsecos à decisão. Assim, se as forças contrárias à manutenção do casamento forem superiores, a decisão de dissolução da relação

será mais facilmente tomada. Em caso de equilíbrio de forças, contra e a favor do divórcio, será difícil chegar a uma decisão que ponha fim à relação o que poderá conduzir a um casamento infeliz.

- a *fase da separação* estabelece/determina que embora a separação física ocorra logo a seguir à tomada de decisão, o tempo que decorre desde a decisão à separação pode variar muito (processo lento ou rápido).
- a *fase de transição* consubstancia uma etapa de enorme stresse emocional associado a questões de natureza legal, económica, social e parental. A transição legal está sobretudo relacionada com as disputas subjacentes ao divórcio legal e à batalha conjugal (tão característica, aliás, do divórcio litigioso). A transição económica encontra-se relacionada com os conflitos à volta dos bens e aspetos financeiros. A transição social diz respeito às alterações nas relações das pessoas com a família, os amigos e com a sociedade em geral (a separação resulta não só na perda do cônjuge mas também, e de certa forma, num isolamento social). Por último, a transição parental encontra-se ligada às mudanças verificadas no domínio das relações com os filhos.
- a *fase do reajustamento e adaptação* remete para a etapa de recuperação após a crise iniciada pelo divórcio e para um conjunto de reações adaptadas a um nível de funcionamento pessoal mais elevado como: o estabelecimento de novos e autónomos recursos sociais, pessoais e recompensas; o alcance de uma consistência interna entre os pensamentos, sentimentos e comportamentos; o sentimento de controlo sobre a sua vida; a autoafirmação e crescimento pessoal (Guttman, 1993; cf. Pinto & Pereira, 2005).

## 2.3 Fatores de separação/divórcio na família

É sabido que na família tradicional ocidental o matrimónio acabava com o falecimento de um dos cônjuges e muito excecionalmente com recurso ao divórcio (Giddens, 1997; Amaro, 2006). Na perspetiva de Amaro (2006) são substancialmente três as razões subjacentes à realidade de então: a forte influência da igreja (contrária à dissolução conjugal), a condenação social de quem se divorciasse (especialmente se fosse do sexo feminino) e a existência de uma lei bastante limitativa quanto à possibilidade da

separação formal entre homem e mulher. O casamento era assim visto como algo insolúvel (Giddens, 1997).

Já nas sociedades ocidentais contemporâneas o divórcio é um fenómeno que atinge um número particularmente significativo de famílias (Pinto & Pereira, 2005). Na verdade, desde os anos setenta que as taxas de divórcio não param de crescer de forma acentuada (Garcês & Baptista, 2001; Pinto & Pereira, 2005).

Para Amaro (2006) as razões que conduzem ao divórcio são diferentes e encontram-se dependentes das culturas e das épocas. De acordo com o mesmo autor, são causas correntes de divórcio nas sociedades ocidentais atuais: os problemas de fertilidade do casal; o adultério por parte de um dos cônjuges; a incompatibilidade de personalidades; a incompatibilidade de papéis; as diferenças de género na solução de problemas; a rotina e saturação com o tipo de vida do casal; as mudanças intensas no casamento e na família; a maior exigência dos parceiros relativamente à vida emocional; a insatisfação em relação à vida sexual; a ausência de amor na relação; os maus tratos físicos e/ou psíquicos geralmente infligidos à mulher.

Segundo Giddens (1997) há vários fatores envolvidos no fenómeno do divórcio como algo cada vez mais comum. Na sua perspetiva esses fatores têm a ver com mutações sociais bastante amplas, designadamente: a independência económica e financeira das mulheres, fruto da sua presença no mercado de trabalho e do seu cada vez maior protagonismo profissional (o casamento deixou de ser uma necessidade económica); a prosperidade global das sociedades, oferecendo aos cônjuges uma maior autonomia vivencial em caso de desamor matrimonial; o fim do estigma social do divórcio; a tendência crescente para avaliar o casamento em termos de satisfação pessoal (determinação em fazer do casamento uma relação gratificante e propiciadora de bem-estar).

Carter e McGoldrick (1995) enunciam uma panóplia de fatores suscetíveis de entravar a evolução satisfatória do relacionamento conjugal. Na ótica dos referidos autores é possível prever que o ajustamento conjugal será mais problemático caso algum um dos seguintes fatores seja verídico/esteja presente: o casal conhece-se ou casa-se imediatamente após uma perda significativa; o casamento é uma forma de ficar distante da família de origem; os “backgrounds familiares dos cônjuges” são notavelmente discrepantes (religião, educação, classe social, idade, etc.); o casal habita muito próximo ou a grande distância de cada família de origem; o casal depende de alguma das famílias

de origem a nível económico, físico e emocional; o casal contraia matrimónio antes dos vinte anos; o casal casa seis meses de se conhecer ou depois de mais de três anos de namoro; o casamento consuma-se sem a presença da família ou dos amigos; a mulher fica grávida antes ou durante o primeiro ano de casamento; um dos elementos do casal mantém um relacionamento conflituoso com os seus irmãos ou pais; um dos cônjuges considera a sua infância ou adolescência uma fase infeliz da sua vida; os padrões conjugais numa das famílias de origem do casal eram instáveis (Carter e McGoldrick, 1995 citados por Garcês e Baptista, 2001).

Numa perspetiva nitidamente ecológica sobre a rutura de casal Martínez (2001) refere que se trata de um fenómeno complexo em que estão em jogo múltiplas variáveis associadas a profundas alterações ocorridas nas sociedades ocidentais modernas. Para este autor são, entre outras, causas de divórcio: o crescimento económico e a melhoria do bem-estar geral das pessoas (sobre esta questão Guttman (1993) refere que as investigações evidenciam a existência de uma relação entre a industrialização e a dissolução familiar e que esta oscila em função das alterações económicas e a urbanização; já Pinto e Pereira (2005) defendem que a modernização reduz a interdependência dos membros do casal); a perda de influência da igreja católica (a este respeito refira-se a importância dos estudos de Albrecht, Bahr e Goodman (1983) que mostram que os católicos, judeus e mórmons separam-se menos que os protestantes e as posições de Glenn e Supanic (1984) que sustentam que o divórcio é mais frequente entre aqueles que não têm qualquer religião); o estatuto da mulher na relação e no casamento (sob ponto de vista económico e financeiros Booth e White (1980) afirmam que quando o rendimento da mulher aumenta ou possui uma fonte de independente de rendimento, aumenta a probabilidade de divórcio no casamento); o individualismo acentuado; as alterações jurídicas (lei do divórcio); a felicidade utópica; a violência doméstica (Pinto & Pereira (2005) encaram, aliás, o abuso físico como um dos fatores mais relevantes na ocorrência de casos de divórcio).

Também Amato e Rogers (1997) num artigo intitulado “*A Longitudinal Study of Marital Problems and Subsequent Divorce*” aludem a um conjunto de condições suscetíveis de contribuir para dissolução da relação conjugal. Assim, a nível das variáveis de natureza demográfica e relacionadas com o ciclo de vida dos indivíduos, os referidos autores mencionam: a juventude e imaturidade do casal; a coabitação antes do casamento; o baixo nível educacional (escolar) e de rendimentos; a idade do casamento



(de curta duração); a experiência anterior de divórcio; a vivência passada de divórcio dos pais; o deficit de participação em atividades de carácter religioso; a empregabilidade da mulher e a consequente fonte rendimento independente.

A nível os mesmos autores indicam como situações predictoras de divórcio: a raiva; a mágoa; o ciúme; o autoritarismo na relação; as críticas destrutivas; o mau humor; a ausência de diálogo; a infidelidade; os maus hábitos; o tempo fora de casa; o gasto desmesurado e irracional de dinheiro; o abuso de substâncias.

## **2.4 Impacto da separação e do divórcio nos filhos**

A análise da abundante literatura científica sobre a separação e o divórcio na família evidencia que ambas as situações representam sempre uma situação de crise que afeta toda a constelação familiar (Ramires, 2004). Isto significa, portanto, que todos os seus elementos, adultos e crianças, ficam, inevitavelmente, perante o divórcio sujeitos a uma série de adaptações e dificuldades, mais ou menos acentuadas tanto de natureza emocional como social, relacional e financeira (Ávila, 2004).

São vários os estudos e autores que no passado, não muito longínquo, se preocuparam em analisar a situação das crianças e dos jovens perante a separação e divórcio dos pais. Sobre este assunto pode-se dizer que na investigação clássica existem pesquisas e abordagens teóricas que enfatizam mais as consequências negativas do divórcio – as investigações de natureza clínica dos anos sessenta do século passado são caso paradigmático (Martínez, 2001; Ramires, 2004) – e as que não deixando de admitir a ocorrência de tais circunstâncias, dão conta e/ou optam por colocar a tónica na importância da conjugação de fatores ou variáveis na e para a determinação dos reais efeitos do divórcio nas crianças ou jovens (as pesquisas sociológicas, por exemplo, a partir dos anos setenta e oitenta) (Martínez, 2001). Porém, tanto a pesquisa clínica como a sociológica parecem ter confirmado a relação direta entre o grau de conflitualidade conjugal (antes, durante e pós separação ou divórcio) e as consequências nefastas ao desenvolvimento e ao bem-estar das crianças (Martínez, 2001). Sobre esta questão Hetherington (1979) num dos seus trabalhos concluiu que as famílias conflituosas não afetadas pelo divórcio podiam ser muito mais perniciosas para a saúde mental das crianças do que as famílias estáveis mas atingidas pela rutura conjugal. Ainda

relativamente a este assunto Hetherington e Stanley-Hagan (1999) sustentam que as crianças em famílias monoparentais podem funcionar melhor do que em famílias nucleares com elevado nível de conflito, o que significa que o bem-estar dos filhos está associado ao bem-estar e ao relacionamento entre os progenitores.

A verdade é que investigação atual neste domínio parece ter abandonado o paradigma exclusivamente patogénico para apostar em modelos assentes em fatores de risco e de proteção que procuram identificar as variáveis individuais, familiares e contextuais que permitam explicar a relação entre a separação/divórcio e os problemas de adaptação das crianças e dos jovens à situação (Ramires, 2004; Duarte, Arboleda & Díaz, 2002).

Efetivamente embora a literatura existente demonstre que o divórcio gera mais inconvenientes do que vantagens para as crianças (Ávila, 2004) e revele que em muitas questões específicas sobre o assunto não existe unanimidade científica, parece existir consenso quanto ao facto de a reação e de o ajustamento dos filhos à separação dos pais estar dependente de um conjunto de fatores (Kelly, 1993; Ribeiro 2007).

Para Ribeiro (1988) são as seguintes as variáveis que podem influenciar a reação e a adaptação das crianças à situação de rutura definitiva dos pais: idade das crianças no momento da separação; o sexo dos filhos; a natureza e a intensidade do conflito familiar antes e após a separação; o tipo de relacionamento dos filhos com os seus irmãos e com ambos os pais; a personalidade dos progenitores; a capacidade de reacção das crianças e dos jovens às situações de stresse; as alterações socioeconómicas decorrentes do processo de separação; as habilidades e o interesse dos pais para satisfazer as necessidades das crianças durante o processo de separação; a qualidade da relação dos pais antes, durante e após a separação; a relação da criança com o progenitor que ficou com a custódia; o sexo do pai que ficou com a custódia; o recasamento ou não do pai que ficou com a custódia da criança; a etapa do ciclo vital em que a família se encontra no momento da separação; o estatuto social e económico e étnico da família; as mudanças nos papéis familiares (Ribeiro, 1988 citado por Araújo, 2001).

Também para Schwartz (1992) o modo como as crianças ou jovens percebem e respondem ao divórcio dos pais depende de muitos fatores como: a idade; o sexo; o nível de desenvolvimento cognitivo; a relação afetiva com os pais; a rede de suporte (tanto familiar como extrafamiliar); a personalidade; a resiliência; o nível de conflitualidade conjugal antes e após a separação.

Para Cartujo (2008) qualquer análise e avaliação acerca das repercussões do divórcio nas crianças deverão ter em linha de conta a interação de múltiplas variáveis de que são exemplo: a idade da criança; o sexo; a personalidade e ajustamento psicológico prévios à rutura; a estabilidade psicológica dos pais e a sua capacidade para controlar impulsos; a intensidade dos conflitos familiares; o tipo de comunicação familiar; o grau de cooperação familiar; a qualidade das relações pais - filhos e práticas educativas; os acordos legais assinados a respeito das crianças (custódia e visitas, por exemplo); o status económico dos pais; o suporte social.

Segundo Giddens (1997) a tarefa de avaliar os reais efeitos do divórcio dos pais sobre os filhos é complexa. Considera assim este autor que o processo de ajustamento das crianças à situação parece estar associado a situações como: o nível de conflito entre os progenitores antes da separação; a idade das crianças à data da separação; a existência ou não de irmãos; o apoio familiar (avós e outros familiares disponíveis); o tipo de relações com cada um dos pais; o facto de continuarem a ver ambos os progenitores com frequência.

Na ótica Ribeiro (2007) a reação e o comportamento das crianças à separação familiar não é uniforme pois cada uma delas experiencia de maneira diferente, de forma singular tal acontecimento. No entanto, para a mesma autora existem pelo menos seis fatores ou variáveis que vão estar sempre presentes e influenciar o desenvolvimento e o comportamento da criança aquando da separação ou divórcio dos pais: a qualidade da relação familiar em geral e da criança com cada um dos progenitores em particular; a personalidade da criança; a idade da criança; a interação com o meio à sua volta (remete para a existência de apoio nesta fase por parte de familiares próximos; de amigos da mesma idade; de professores; de instituições; de profissionais que atuam na área do divórcio como advogados, psicólogos ou mediadores familiares); o tipo de rutura dos pais; a natureza do acordo formulado entre o casal e as suas disposições práticas.

Também Duarte, Arboleda e Díaz (2002), num artigo sobre as consequências do divórcio nos filhos, afirmam que as maiores ou menores dificuldades de adaptação destes à situação familiar dependem de um conjunto de fatores como: o sexo da criança; o estado de desenvolvimento cognitivo; a personalidade e temperamento; as estratégias para lidar com o stresse; o tipo de relação com ambos os pais; a influência e apoio dos pares; a estrutura familiar e práticas educativas; os conflitos parentais; a custódia (guarda); os recursos económicos; o apoio social (recursos sociais).

Segundo Fariña e Arce (2000) para além do “regime de visitas” existem uma série de fatores que interferem com o nível de adaptação psicossocial das crianças e jovens nos processos de separação e divórcio dos pais. De acordo com estes autores o processo de ajustamento dos filhos à separação ou divórcio dos pais depende, nomeadamente: do sexo da criança; da idade da criança no momento da separação; do nível de conflito parental; da relação da criança com ambos os pais; de os pais voltarem a casar (novos matrimónios); do sexo do pai que detém a custódia da criança; do tempo decorrido desde a separação; do nível e do tipo de conflitualidade que antecederam a separação; da dimensão das alterações a nível das condições financeiras; do estado psicológico dos progenitores (Fariña & Arce, 2000 citados por Soria, 2008).

Hetherington (1999) considera que a maior parte das crianças podem enfrentar e adaptar-se com maior ou menor dificuldade num prazo de poucos anos à crise inicial do divórcio. Todavia se a crise for caracterizada por múltiplos fatores de stresse e adversidade sucessiva poderão ocorrer inevitavelmente disfunções desenvolvimentais.

Vários são os autores que se interessaram em descrever os sentimentos e as reações das crianças à separação e ao divórcio dos pais.

Cartujo (2008), por exemplo, refere que as crianças, de acordo com a sua idade, utilizam uma série de estratégias, conscientes ou inconscientes, que as ajudam a encarar os aspetos mais incontrolláveis e dolorosos associados ao divórcio. Citando Saposnek (1983) o referido autor indica algumas das estratégias ou comportamentos adotados pelas crianças nos casos de separação dos pais:

- na fase inicial, perante o medo de serem abandonadas, podem desejar e tentar fazer com que os pais se reconciliem ou voltem a viver juntos;
- após a rutura, podem manifestar dificuldades em se manterem afastadas de cada um dos progenitores (circunstância bastante frequente nos momentos de transição aquando das visitas ao progenitor não guardião);
- podem detonar a tensão existente entre ambos os progenitores (falando ao pai do novo namorado da mãe, por exemplo);
- podem procurar assegurar-se do amor que ambos os pais sentem por si (fruto do medo de rejeição);
- podem procurar garantir pelo menos o afeto de um dos pais ( para o efeito é frequente mostrar a sua lealdade a um dos pais e rejeição ao outro);

- podem procurar evitar os conflitos entre os pais optando por uma posição neutral em relação aos mesmos (as manifestações de desejo em estar com os dois pais ao mesmo tempo é uma possibilidade);
- podem empreender esforços para proteger e promover a autoestima de ambos os progenitores, assegurando-se que assim que não vão ser abandonados por eles;
- podem manipular ou utilizar a rutura com o objetivo alcançar vantagens imediatas (esta situação verifica-se em crianças mais crescidas ou adolescentes e manifesta-se no desejo de conviverem com o pai mais permissivo) (Saposnek, 1983 citado por Cartujo, 2008).

Para Ávila (2004) são reações das crianças à separação e divórcio dos pais:

- ***dos 0 aos 4 anos*** – os sentimentos de ansiedade, de culpa, de medo; a agressividade; os comportamentos regressivos; a fantasia de reconciliação dos pais; a confusão de sentimentos.
- ***entre os 5 e os 7 anos*** – a tristeza; a angústia; o sentimento de abandono, rejeição e medo; o sentimento de culpa pela separação; o sentimento de raiva em relação ao progenitor que tomou a iniciativa da separação; as fantasias de reconciliação dos pais; a saudade em relação ao progenitor com quem tem menos convivência diária; as alterações no comportamento social; a diminuição da concentração de concentração dificultando o desempenho das tarefas escolares.
- ***entre os 8 e os 12 anos*** – o acentuado sentimento de perda, rejeição, solidão e vergonha; o aparecimento de fobias; o sentimento de insegurança e perda de confiança; os sentimentos de cólera em relação a um dos progenitores (pensamento dicotómico em relação aos pais: um visto como bom o outro como traidor); a negação dos seus sentimentos dando uma imagem falsa de si; o sentimento de lealdade (geralmente em relação a um dos pais); os sintomas psicossomáticos como dores de cabeça e de barriga, por exemplo.
- ***pré-adolescência e adolescência*** – o sentimento de responsabilidade em relação à casa e aos irmãos mais novos; o sentimento de revolta; o sentimento de inquietude e insegurança perante as dificuldades financeiras dos pais; o sentimento de confusão diante do comportamento imaturo dos pais; o sentimento de revolta pelo comportamento sexual dos pais; a dificuldade em

aceitar a autoridade dos novos parceiros dos pais; a angústia em relação às relações amorosas duradouras dos pais.

Os trabalhos de Wallerstein (1980, 1983) descrevem grandemente os sentimentos e as reações das crianças ao divórcio em função da idade. Assim, na **idade pré-escolar**, dos 2 aos 4 anos, por se tratar de crianças com maiores dificuldades para entender a complexidade dos sentimentos e comportamentos dos adultos, estas tendem a sentir-se responsáveis pelo fracasso da relação conjugal ou temer o abandono. Perante este quadro podem surgir estados de ansiedade e angústia de separação, perturbações do sono, birras, comportamentos regressivos, etc. Na **etapa escolar**, dos 5 aos 8 anos, as crianças, agora mais conscientes das razões dos adultos para a separação, tendem a evidenciar sentimentos de perda, rejeição e culpa. Nesta faixa etária são frequentes os conflitos de lealdade e as fantasias de reconciliação dos pais. Ainda nesta etapa escolar, mas dos 9 aos 12 anos, a maior capacidade empática e de compreensão das crianças pode levá-las a identificar-se com um dos pais. Perante estados de angústia, revolta, sofrimento e desamparo podem tomar partido de um dos pais de modo a garantir pelo menos a proteção de um dos progenitores. Nestas idades os filhos podem procurar converter-se em defensores e protetores de um dos pais. Os sintomas psicossomáticos podem surgir. Na **adolescência**, dos 13 aos 18 anos, embora os filhos possuam mais capacidade cognitiva e apoios externos para lidar com a situação, encontram-se mais expostos ao conflito podendo ver-se frequentemente implicados no mesmo. O medo dos adolescentes perante o desmoronar da estrutura familiar de que tanto necessitam e a constatação da vulnerabilidade dos pais pode gerar neles profundos sentimentos de rejeição e ansiedade.

Dowling e Gorell Barnes (2008) com base na sua experiência clínica neste domínio (cf. Gorell Barnes & Dowling, 1997; Dowling & Gorell Barnes, 1999) referem como fatores capazes de ajudar as crianças no seu processo de adaptação, de ajustamento ao divórcio dos pais: a explicação de que não são responsáveis pela separação dos pais (necessitam perceber que os pais não podem continuar a viver juntos e que a possibilidade de os mesmos voltarem a viver como casal não depende deles; ao mesmo tempo tem que ser assegurado aos filhos que os pais vão continuar a interessar-se e a responsabilizar-se por eles); a manutenção de uma relação positiva com ambos os progenitores; o termo da conflitualidade e o entendimento na relação parental; a possibilidade de manter-se em contacto com o pai não guardião ou saber notícias dele sempre que esteja ausente; a

estabilidade emocional dos pais (a maior ou menor adaptação dos pais à situação tem uma influência significativa na pior ou melhor adaptação dos filhos).

Para Ávila (2004) de entre as várias necessidades sentidas pela criança durante o período de transição encontram-se: a de não ser envolvida no conflito; a de perceber e entender que não é responsável pela separação dos pais; a de sentir que os seus pais são capazes de dialogar; a de conhecer a realidade da manutenção do divórcio; a de ser informada para perceber o que está a acontecer com a sua família.

Num estudo de grande relevância para o conhecimento dos interesses das crianças nos casos de divórcio Walczak (1984), investigando 100 indivíduos (adultos e crianças), descobriu que dos fatores mais significativos para a conclusão benigna do processo de separação dos pais, havia três de maior importância: a comunicação sobre o divórcio dos pais; a manutenção de uma boa relação das crianças com pelo menos um dos progenitores; a satisfação dos filhos com os acordos referentes à custódia.

A mesma autora mostrou ainda que as crianças mais insatisfeitas e que se sentiam mais prejudicadas eram aquelas que os pais não conseguiam falar com elas sobre o divórcio, para além de responsabilizarem o ex-cônjuge pelo sucedido; não tinham uma boa relação com pelo menos um dos progenitores; não estavam satisfeitas com os acordos de custódia (Walczak, 1984).

Para Cloutier e Jacques (1997) a ausência de informação congruente e a falta de um espaço para as crianças expressarem os seus sentimentos e pontos de vista prejudicam a adaptação da criança à separação dos pais. Wallerstein e Kelly (1980) verificaram que cerca de 80% das crianças não foram preparadas para a separação dos pais, nem sequer foram avisadas a respeito dessa decisão. O envolvimento das crianças no processo de separação dos pais é praticamente inexistente. Na perspetiva de Barry (1998) esta circunstância decorre da confusão que existe entre o facto de participar na e para a tomada de decisão sobre questões que lhe dizem respeito e o facto de carregar o peso de uma ou qualquer decisão que aconteça no âmbito do processo de separação e divórcio dos pais.

Parece ser neste contexto que Ávila (2004) refere que os pais na fase de separação necessitam de orientação profissional para saberem lidar com as questões decorrentes da rutura conjugal, e os filhos – porque os progenitores se encontram menos disponíveis e vulneráveis para a satisfação das suas necessidades – de uma ajuda profissional adequada que contribua para mitigar os sofrimentos e resolver questões que

salvaguardem os seus interesses. Com este propósito, a autora advoga o recurso há Mediação Familiar como uma das alternativas mais viáveis.



## **Capítulo 3 – Mediação Familiar como Meio Alternativo de Resolução de Litígios nos Casos de Separação e Divórcio.**

### **3.1 Breves notas sobre a sua origem histórica, aparição e funcionamento nalguns países ocidentais.**

A Mediação, no sentido mais amplo do termo, configura um método alternativo de resolução de conflitos em áreas tão distintas como a Familiar, a Comercial, a Ambiental ou Penal (Parkinson, 2005). Na modalidade de resolução extrajudicial de conflitos conjugais, a Mediação aparece primeiramente nos Estados Unidos da América (Folberg, 1984; Rios, 2005) nos anos 70 do século passado, e pouco tempo depois, mas ainda na mesma década, no Canadá (Rios, 2005). Em relação a estes dois países da América do Norte, Campos e Marqués (2008) apontam como marcos mais elucidativos e proeminentes do pioneirismo da Mediação Familiar naquele Continente, os seguintes:

- em 1971 James Coogler (advogado e terapeuta familiar) funda em Atlanta o primeiro Centro de Mediação dos EUA;
- em 1978 John Haynes (assistente social) propõe um novo papel de mediador em assuntos conjugais e familiares para assistentes sociais e terapeutas;
- em 1979 Fuller, professor de Direito da Universidade de Harvard publica um texto acerca das diferentes formas e funções da mediação;
- no mesmo ano, os terapeutas familiares Griffin, Santos e Peterson iniciam a sua atividade como mediadores familiares;
- em 1980, no Estado da Califórnia (EUA), legisla-se pela primeira vez sobre Mediação Familiar;
- em 1984, no Canadá, é criado o Serviço de Mediação Familiar público e gratuito.

Atualmente nos EUA a Mediação Familiar é obrigatória na maioria dos Estados (Campos & Marqués, 2008).

No Canadá existem hoje serviços de Mediação tanto de natureza pública como privada. Neste país, em Montreal, por exemplo, os Serviços de Mediação Familiar encontram-se direcionados para atender a situações de conflito familiar alargado como o matrimonial, evidentemente, mas também entre irmãos e entre pais-filhos. No Québec é desenvolvido

um tipo de Mediação mais direcionado para os conflitos matrimoniais, ou seja, de casal (Campos & Marqués, 2008).

No Continente Europeu, o país pioneiro neste domínio foi o Reino Unido, atribuindo-se frequentemente a Lisa Parkinson e Margarita Robinson, em 1973, a criação dos primeiros Serviços de Mediação (Campos & Marqués, 2008), rapidamente alargados ao restante território devido alta taxa de divórcio que apresentava então aquele país (Rios, 2005).

Também a Europa continental, a partir de 1980, assiste a um movimento pró-mediação cuja influência foi determinante para a criação e funcionamento de serviços de mediação familiar neste tecido geográfico (Rios, 2005).

Campos e Marqués (2008) sintetizam da seguinte forma o estado atual da Mediação nalguns dos Países Europeus:

- na Alemanha, Suécia, Polónia, Eslovénia, Andorra, Finlândia, Noruega aplica-se de maneira obrigatória a todos os processos de separação de casais, quer tenham filhos ou não;
- na Áustria, Bélgica e Suíça a adesão à mediação é voluntária e encontra-se associada à iniciativa privada (apresenta-se como primeiro argumento o respeito à privacidade do casal);
- na Grã-Bretanha, país com larga tradição na área, existem inúmeros serviços de mediação familiar associados a instituições não governamentais e financiados pelas mesmas (Samper, 2008). A adesão ao processo é voluntária existindo somente a obrigação de informar os tribunais;
- em França a Mediação é muito ativa, voluntária, aplica-se a diversas áreas sendo de cariz eminentemente privado (associações de apoio aos casais, à família e infância a nível municipal e provincial );
- em Espanha a Mediação, aparecendo nos inícios dos anos 90, por iniciativa clara do Ministério dos Assuntos Sociais (Samper, 1992, citado por Samper 2008), é uma alternativa extrajudicial com regulamentação jurídica própria, em função das diversas Comunidades Autónomas que integram o país (como a Catalã e Galega, por exemplo).

Segundo Rius e Rey (2008) o atual panorama europeu apresenta uma ampla tipologia de programas de mediação resultado de uma progressiva expansão e consolidação dos mesmos nos distintos países, a que muito também se deveram, sobretudo na União

Europeia, à Recomendação N.º (98) 1 do Conselho da Europa que insta os Estados Membros a incorporar a Mediação nas suas respetivas legislações e ao Livro Verde, de 2002, sobre os Modos Alternativos de Resolução de Conflitos em matéria Civil e Comercial tendo o mesmo suscitado discussões e contribuições que deram lugar a uma proposta de Directiva Comunitária sobre Mediação apresentada em sede de Parlamento Europeu, a 20 de Outubro de 2004.

Na referida Recomendação o Comité Especialista em Direito da Família do Conselho da Europa sustenta que as investigações na Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia indicam que a Mediação Familiar constitui-se como a via mais adequada para a resolução dos delicados conflitos familiares (inevitavelmente carregados de problemas emocionais), que os mecanismos legais formais. O mesmo Comité salienta, ainda, que chegar a acordo em sede de Mediação tem-se revelado vital para o estabelecimento e manutenção de relações cooperativas entre os pais que se divorciam pois reduz o conflito e estimula a continuidade do contacto dos filhos com ambos os progenitores (Recomendação N.º (98) 1 do Conselho da Europa, parágrafo 7).

Ainda na mesma Recomendação perspectiva-se a Mediação Familiar, no âmbito dos processos de separação/divórcio, como meio de resolução de conflitos no seio da família com os seguintes objetivos:

- promover a consensualidade familiar reduzindo dessa forma o conflito no interesse de todos os membros da família;
- proteger o superior interesse e bem-estar das crianças alcançando acordos adequados (a nível da custódia e visitas, por exemplo);
- minimizar as consequências nefastas associadas à rutura familiar e dissolução matrimonial;
- apoiar a continuação das relações familiares (sobretudo as pais-filhos);
- reduzir os custos económicos e sociais associados à separação e divórcio (quer para os directamente implicados quer para os respectivos Estados Partes) (Recomendação N.º (98) 1 do Conselho da Europa, parágrafo 5).

Lisa Parkinson (2005) refere que os Estados Europeus encontram-se em diferentes fases quanto à existência de legislação e dotação de fundos públicos para o exercício da Mediação Familiar. A mesma autora refere igualmente que se é verdade que nalguns países da Europa a Mediação Familiar encontra-se legalmente enquadrada e a profissão de Mediador devidamente reconhecida, noutros ainda não obteve reconhecimento nem apoio estatal. Significa, portanto, que a Mediação Familiar na Europa apresenta um cenário altamente diferenciado fruto das diferenças sociais e culturais próprias de cada país.

Também Rius e Rey (2008), através de uma aturada análise dos diferentes Programas e Serviços de Mediação actualmente existentes, referem que os mesmos integram, na generalidade, objetivos similares (no domínio da difusão e promoção da mediação, por exemplo) mas diferem na natureza, funcionamento, organização e regulação. O quadro que se segue (**Quadro II**) é exemplificativo quanto às díspares realidades ou possibilidades associadas à prática da Mediação contemporânea.

## Quadro II – Tipos de Programas e Serviços de Mediação

| <b>Programas e de Serviços de Mediação</b> |  |
|--|--|
| <b>Natureza</b>                            | a) Privado   |
|  | b) Privado subsidiado  |
|  | c) Parceria público-privada  |
|  | d) Público   |
| <b>Actuação geográfica</b>                 | a) Local   |
|  | b) Provincial  |
|  | c) Autonómico  |
|  | d) Estatal   |
| <b>Regulação</b>                           | a) Sem regulamentação específica   |
|  | b) Regulamentação geral  |
|  | c) Lei regulamentadora   |
|  | d) Lei mais regulamento próprio  |
| <b>Gestão</b>                              | a) Organismo independente  |
|  | b) Estrutura própria mas dependente  |
|  | c) Integração noutro serviço   |
| <b>Tipo de Serviço</b>                     | a) Só oferece serviços de mediação (intra-judicial, extra-judicial ou ambos)                               |
|  | b) Também oferece outros serviços dirigidos à família  |
|  | c) Trabalha em rede com outras instituições  |
| <b>Metodologia</b>                         | a) Mediação com um mediador, co-mediação, equipa de mediação   |
|  | b) Com sessões individuais, opcionais ou sem elas  |
|  | c) Com videogravação, com espelho bidirecional, mobiliário específico, etc.                                |
|  | d) Com acordos verbais ou por escrito, privados ou públicos  |
|  | e) Com seguimento dos acordos a curto e a longo prazo  |
|  | f) Só dedicados à separação e divórcio   |
|  | g) Dedicados a qualquer tipo de conflito familiar  |
|  | h) Oferecem mediação comunitária   |
| <b>Departamentos Governamentais</b>        | a) Justiça   |
|  | b) Bem-estar social, assuntos sociais, família   |
| <b>Custo do Serviço</b>                    | a) Gratuito  |
|  | b) Gratuito em função da capacidade económica ou situações específicas das pessoas que recorrem ao serviço |
|  | c) Pagamento do serviço sujeito a taxas especiais  |
|  | d) Serviço a preço previamente fixado e acordado   |

**Fonte.** Adaptado de Rius e Rey (2008)

### **3.2 Mediação Familiar: noção e principais características**

A vasta bibliografia sobre Mediação Familiar demonstra a existência de numerosas definições a seu respeito (Verde, 2008), podendo umas enfatizar as suas características e outras, as partes intervenientes no processo, os seus objetivos e demais aspetos. Com o propósito de obviar essa dificuldade a definição de Meyer Elkin (1982), embora clássica, parece retratar com clareza o que é de facto a Mediação nos casos de rutura conjugal e que objetivos visa alcançar nestas circunstâncias. Trata-se, então, para o mesmo autor de um processo no qual as partes implicadas, em instância de separação e divórcio, solicitam voluntariamente ajuda confidencial a uma terceira pessoa, neutra e qualificada, para resolver os seus conflitos de uma forma reciprocamente aceitável o que lhes permitirá estabelecer um acordo durável e equilibrado para a vida pós-divórcio que tenha em linha de conta as necessidades de todos os membros da família, especialmente das crianças.

Uma definição análoga à apresentada por Elkin é a adoptada pelo Colégio de Mediadores Familiares do Reino Unido, prevista no seu Código Deontológico (1995) e perfilhada por Lisa Parkinson (2005), sendo a Mediação Familiar encarada como um processo em que uma terceira pessoa imparcial (o mediador) ajuda os implicados na rutura familiar, em especial os casais em vias de separação e divórcio, a comunicar melhor entre si, de modo a que eles próprios consigam tomar decisões conjuntas, assentes em informação qualificada, a respeito de alguns ou de todos os temas ou assuntos relacionados com a separação, o divórcio, os filhos, a economia ou o património familiar.

Para Verde (2008) a Mediação Familiar, como meio de resolução alternativo de litígios na Família, pode exibir configurações diferentes, consoante os objetivos, as metodologias e as ligações institucionais existentes. Assim, na perspetiva deste autor a Mediação Familiar pode ser:

- segundo a sua ligação institucional, intrajudicial e extrajudicial . No primeiro caso a Mediação depende dos departamentos de justiça; no segundo encontra-se institucionalmente independente do poder judicial;
- segundo a tutela ou natureza do serviço, pública ou privada. Pública, caso dependa de qualquer administração geral ou local; privada frequentemente

aliada a serviços, instituições ou organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

- segundo o enfoque, jurídica ou terapêutica (caso se dê em contexto jurídico ou “terapêutico”);
- segundo a temática específica, global ou parcial. Global quando os serviços de mediação se destinam a ajudar as partes a chegar a entendimentos generalizados (legais, económicos, financeiros, etc.). Parcial quando a o serviço de mediação procura a ajudar o casal a alcançar o entendimento numa área específica do conflito;
- segundo a voluntariedade, voluntária ou não voluntária. Normalmente a obrigatória dura menos tempo e realiza-se em menos sessões. Na maioria dos países ocidentais a Mediação é voluntária;
- segundo os temas, formas de fazer constar os assuntos no acordo e utilização futura de informação em caso interrupção do processo, pode ser mais aberta ou fechada. Quanto a esta questão os temas podem ser mais ou menos desenvolvidos e o seu uso passível ou não de utilização futura noutro contexto (caso a conflitualidade entre as partes transite para a via judicial, por exemplo);
  - segundo os mediadores participantes no processo, com um mediador ou com co-mediação. No primeiro caso há um único mediador; no segundo há dois mediadores afectos ao processo. Esta última circunstância pode ser, no entanto, de dois tipos: conjunta (se intervêm em todas a sessões); de colaboração (caso se inicie com dois profissionais e prossiga com um só).

O aludido autor estabelece de forma exímia os verdadeiros objetivos da Mediação Familiar, independentemente do formato que esta possa evidenciar. Estes objetivos passam por:

- facilitar uma alternativa ao litígio judicial, tido como prolongado, desgastante e oneroso, quer do ponto de vista económico e emocional, e menos satisfatório para as partes implicadas no conflito;
- oferecer um contexto adequado que ajude os casais a negociar os seus próprios acordos (as partes como protagonistas do processo e responsáveis pelas decisões tomadas);

- fomentar a co-parentalidade prevenindo dessa forma incumprimentos posteriores dos acordos alcançados durante o processo de mediação;
- evitar os confrontos entre as partes impedindo assim as inevitáveis repercussões nos filhos dos casais;
- viabilizar e auxiliar as partes na organização e no planeamento da futura vida das crianças (quer ao nível dos cuidados necessários como dos gastos com a sua educação);
- facultar um espaço seguro e informal onde as partes possam discutir e resolver os seus problemas;
- ajudar os casais a centrar-se no futuro e não no passado (separação de papéis – pais/ex-cônjuges);
- colaborar na divisão equitativa dos bens comuns (património familiar) (Verde, 2008).

Os objetivos elencados encontram-se intimamente apostos aos princípios fundamentais da Mediação Familiar, muito bem compendiados, aliás, por Parkinson (2005) na sua obra *“Mediação Familiar – Teoria e Prática: Princípios e Estratégias”*. Na ótica desta autora são princípios orientadores da Mediação Familiar, conferindo-lhe identidade própria:

- a ***participação voluntária das partes*** – significa que a presença e a intervenção das partes no processo deve ser livre, sem coacção ou receio, e que as mesmas podem desistir a qualquer momento. Não se pode obrigar ninguém a participar na Mediação, mas sim aconselhá-la. É uma livre decisão que caberá a cada casal tomar (Verde, 2008).
- a ***neutralidade e imparcialidade do mediador*** – significa que o mediador é imparcial na relação com as partes e não possui nenhum interesse pessoal com o resultado do processo. Significa, igualmente, que o mediador respeita os pontos de vista das partes tratando as mesmas de forma equilibrada e equitativa. Ainda a respeito deste princípio Parkinson (2005) alerta para o facto de a neutralidade do mediador no processo não ser integral já que a intervenção de um terceiro não se encontra destituída de valores. Neste sentido a influência direta do mediador junto das partes é inevitável, quanto mais não seja pela formação de base que cada um possui (jurídica; terapêutica; social);



- a ***revelação de qualquer conflito de interesses por parte do mediador*** – significa, por exemplo, que caso um mediador tenha conhecimento prévio ou relação profissional ou social com qualquer uma das partes (ou ambas) não pode aceitar mediar o conflito que as separa. O conhecimento anterior e a proximidade do mediador relativamente a quem está envolvido no processo constituem impedimento objetivo de intervenção com risco de enviesamento da mesma (para além de eticamente reprovável, configura uma violação do Código Deontológico dos Mediadores);
- a ***capacitação das partes para alcançar as suas próprias decisões*** – representa um dos princípios basilares da mediação. Encontra-se associado à valorização e fortalecimento das partes em conflito para que estas possam decidir e acordar por elas próprias. Para o efeito o mediador apenas terá que facultar às partes informação necessária e qualificada;
- o ***respeito pelas pessoas e pela sua diversidade cultural*** – significa que os mediadores procuram assegurar o acesso de todas as pessoas à Mediação e que o tratamento das mesmas em sede de processo é realizado com respeito, independentemente da sua condição racial, social e cultural (baseia-se na política de igualdade de oportunidades);
- a ***segurança pessoal e proteção face ao risco*** – designa a necessidade de uma avaliação preliminar das partes (individual) antes do início do processo de mediação propriamente dito (triagem), a fim de se saber se estão ambas de livre vontade; a não permissão de desequilíbrios de poder durante as sessões; a suspensão ou mesmo cessação do processo de mediação caso os participantes se ofendam; a salvaguarda da integridade física e mental das pessoas intervenientes na mediação. No caso de crianças em situação de risco o mediador pode, em tempo oportuno, pedir ajuda e colaboração a organismos e entidades competentes. Nestes casos a quebra de sigilo é legitimada pela necessidade de proteção às pessoas (crianças ou adultos em situação de risco);
- a ***confidencialidade*** – significa que o mediador não pode revelar informação obtida durante o decorrer do processo, a menos que obtenha autorização das partes para o efeito. Em casos excepcionais, como violência doméstica ou abuso sexual de crianças, o princípio não é observado (situação a ser acautelada desde o início do processo);

- o ***enfoque no futuro*** – significa que a mediação centra-se no presente e no futuro. O passado só é considerado importante e chamado à colação quando a sua relevância para o processo é indiscutível;
- a ***ênfase nos interesses mútuos mais que nos direitos individuais*** – significa que os mediadores procuram fazer com que as partes reconheçam e valorizem mais os interesses comuns e tomem decisões partilhadas em vez de centrarem as suas preocupações e discussões sobre os direitos individuais de cada uma delas (o objetivo é obter resultados como “*ganhador – ganhador*” em oposição aos desfechos “*ganhador – perdedor*”).
- a ***atenção às necessidades de toda a família, especialmente das crianças*** – significa que os mediadores ajudam os pais a ter em consideração as necessidades e os sentimentos dos seus filhos. Desta forma será possível elaborar e pôr em funcionamento acordos que satisfaçam a família na sua generalidade.
- a ***competência do mediador*** – estabelece que os mediadores só devem mediar matérias para as quais se encontram verdadeiramente qualificados e receberam formação. Sobre esta questão Verde (2008) advoga que os profissionais da Mediação, para além de qualificação e formações específicas, devem possuir uma experiência prévia para intervir em determinados domínios.

Parga (2007) considera que existem três grupos de razões a favor da Mediação como via alternativa à Judicial na resolução dos conflitos: as relacionadas com a “economia de custos”; as associadas ao exercício de direitos; as relacionadas com a sua eficácia.

- a nível das razões relacionadas com a “economia dos custos”, refere o facto de a Mediação constituir um procedimento mais simples e com um menor grau de formalidade que o judicial; implicar um processo menos dispendioso sob ponto de vista económico; reduzir ao máximo o custo emocional das partes em conflito; aliviar a sobrecarga e o volume de trabalho dos tribunais; permitir a poupança de tempo e de energia na definição de acordos favoráveis ao maior número de implicados no conflito.
- a nível das razões associadas ao exercício de direitos, observa que a Mediação potencia a capacidade das partes na busca de soluções para a resolução dos seus problemas sem que ter que recorrer ao Estado para esse efeito; eleva a

criatividade das partes na busca da melhor solução possível; oferece uma maior liberdade de decisão às partes encontrando-se estas condicionadas ou limitadas apenas pela lei (observância das normas em vigor); permite a interrupção do processo a qualquer momento desde que seja essa a vontade das partes; a mediação fomenta a responsabilidade das partes já que os acordos estabelecidos não são impostos (são os seus acordos); proporciona às partes um número infindável de oportunidades para chegarem a consenso (já que depende exclusivamente da sua vontade); permite que as pessoas sejam “donas e senhoras” do seu próprio destino (verdadeiro respeito pela dignidade humana); “desjudicializa as relações humanas”, circunstância tida como adequada e ideal à sociedade atual.

- a nível das razões associadas à sua eficácia, faz notar que a Mediação possui uma enorme facilidade de aplicação já que se trata de um processo bastante flexível e informal (diferente do judicial, demasiado burocrático e estandardizado); promove o respeito pelas pessoas envolvidas na contenda; facilita a “socialização do conflito” dando aos seres humanos a possibilidade de serem eles próprios a resolver os seus conflitos, exigindo apenas que o Estado intervenha nos casos em que não consigam resolver os problemas; facilita o exercício da autonomia e da vontade das partes em função das suas posições, interesses e necessidades; assegura que não há vencedores nem vencidos: cada uma das partes procura alcançar a melhor situação para si (mútua satisfação); aumenta a criatividade e a imaginação nas partes na tentativa de as mesmas alcançarem o melhor resultado possível para si; permite a resolução de muitos processos; traz benefícios para as partes, se bem que este resultado dependa sempre em última instância dos implicados no processo e da criatividade do mediador.

Sobre a eficácia da Mediação nos casos de separação e divórcio, Serrano (2004) num estudo realizado com indivíduos que recorreram à Mediação Familiar estabelece como determinantes de êxito do processo: os fatores pessoais dos implicados (idade, sexo, habilitações literárias, nível económico, existência de filhos); as características da relação do casal (tempo de matrimónio e causas da rutura); as características associadas à separação (tempo decorrido desde a separação, problemas existentes no momento da separação, grau de conflitualidade, ...); as características da mediação (iniciativa de

recurso à mediação, confiança na mediação, vontade das partes em chegar a acordo); as características do mediador; os resultados obtidos com a mediação.

Parkinson (2005) destaca também os benefícios da Mediação comparando-a com realidade Judicial. De acordo com a autora estes benefícios ou vantagens podem ser facilmente percebidos com recurso a uma comparação entre a Mediação e as características típicas e inerentes ao Sistema Judicial, promotor do confronto entre as partes. O Quadro que segue (**Quadro III**) traduz bem o pensamento da autora quanto a ambos os contextos.

**Quadro III** – Características da via judicial e extrajudicial na resolução de conflitos

| <b>Via Judicial (Litigância)</b>                               | <b>Via Extrajudicial (Mediação)</b>                                |
|--|--|
| Trata as partes como adversários                               | Busca de interesses mútuos/comuns                                  |
| Os advogados definem os temas com recurso à linguagem jurídica | As partes explicam os assuntos com recurso à sua própria linguagem |
| Os advogados atuam como defensores do seu cliente              | As partes falam e escutam-se uma à outra                           |
| Acentua as divergências  | Reduz as diferenças e estabelece pontes                            |
| O processo é regido por normas jurídicas formais               | O processo é informal, confidencial e flexível                     |
| Processo normalmente demorado no tempo                         | É possível alcançar acordos rapidamente                            |
| As partes confiam nos advogados                                | Os participantes explicam e transmitem as suas necessidades        |
| As partes centram-se em queixas e injustiças                   | As partes centram-se no presente e sobretudo no futuro             |
| Prolonga a tensão e o conflito                                 | Resolve o conflito e reduz a tensão                                |
| Não explora possibilidades ou opções                           | Explora todas as alternativas possíveis                            |
| Elevados custos para os litigantes e para o Estado             | Evita ou reduz os custos com o processo                            |
| Decisões impostas pela autoridade judicial                     | Processo participado de tomada de decisão                          |
| As decisões impostas são sempre menos duradouras               | As decisões consensuais são sempre mais duradouras                 |

Fonte: Adaptado de Parkinson (2005)

Para Verde (2008) existem um conjunto de fatores que desaconselham e aconselham o recurso à Mediação Familiar. No grupo das situações a ponderar antes da tomada de decisão sobre a conveniência ou não da iniciação do processo de Mediação estão: a incompatibilidade de carácteres (associada a profundas diferenças ao nível dos gostos,

das opiniões; história de uma convivência conflituosa; existência de sentimentos de aversão, por exemplo); a falta de comunicação (relacionado com o fator anterior representa a ausência total de diálogo entre os elementos do casal e a sua postura firme em não desejar alterar a situação); a presença de uma terceira pessoa na vida de uma das partes (fator com grande influência ao nível da relação e estado afetivo – emocional do casal); a influência da família de origem de um ou outro membro do casal (acontece geralmente quando a relação de casal não se autonomiza como núcleo familiar quer devido a laços emocionais quer por motivos económicos).

Entre os fatores que aconselham o expediente da Mediação estão segundo o referido autor: a necessidade dos cônjuges em resolver questões, que os próprios sabem que não conseguirão sem o recurso a ajuda especializada; o desejo do casal em alcançar acordos conjuntamente; o desejo de fazer o melhor para os filhos; o desejo em manter relações depois da separação; a necessidade de recorrer a alguém imparcial para resolver determinados assuntos; a vontade em evitar despesas judiciais consideráveis (poupança financeira com o processo de separação/divórcio); a necessidade de receber ajuda emocional; o desejo que se lhes diga o que é justo.

Assim sendo, nos casos de divórcio, a Mediação Familiar, encontra-se indicada nas situações em que: as partes optaram por se separar; a procura dos serviços de mediação é uma decisão conjunta do casal (independentemente dos motivos que levam à separação); o casal está disposto a aceitar a ajuda de um mediador que o ajude a alcançar acordos; o casal é capaz de ter em consideração e respeitar os pontos de vista e os interesses de todos os membros afetados implicados na rutura familiar (Verde, 2008). Embora sobejamente reconhecidas, as virtudes da Mediação Familiar não fazem com que a mesma possa ser utilizada em todas as circunstâncias ou casos. São vulgarmente avançadas como situações contra-indicadas à Mediação Familiar (Parkinson, 2005; Verde, 2008):

- a história ou existência de violência doméstica na família (maus tratos físicos e psicológicos infligidos à mulher, por exemplo) ;
- a acusação ou confissão de maus tratos ou abusos sexuais infantis;
- a intimidação, ameaças e desequilíbrios de poder (extremos);
- a existência de doença ou incapacidade mental;
- o abuso ou a dependência de substâncias;
- a prestação de informação falsa (faltar à verdade);

- a negação ou incapacidade de aceitar e respeitar qualquer uma das regras básicas da mediação;
- o historial de conflitos jurídicos (no passado e presente);
- o comportamento anti-social;
- o desinteresse absoluto pela mediação (por qualquer uma das partes);
- a manipulação do processo na busca de êxito pessoal/individual em detrimento do coletivo, das partes envolvidas.

### **3.3 Modelos de Mediação Familiar**

Os Modelos de Mediação assumem-se como formas específicas de agir tecnicamente ou como metodologias de boa prática profissional assentes em conceitos teóricos, orientações estratégicas e papéis de atuação bem definidos, associados a peculiares métodos e técnicas de intervenção (Taylor, 2002). Para Narciso e Ribeiro (2009) os Modelos Teóricos de Mediação Familiar integram um conjunto de orientações-guia e de ferramentas operacionais que possibilitam a abordagem do conflito enquanto realidade relacional caracterizada por aspetos positivos e negativos (Narciso & Ribeiro, 2009, citados por Gomes, 2009). Apesar de existirem vários os modelos teóricos de Mediação Familiar, a maioria dos mediadores recebe geralmente formação orientada para um deles (Taylor, 2002; Parkinson, 2005). Caracterizemos, de modo sumário, aqueles que nos parecem ser tradicionalmente mais usados e cuja presença e referência na literatura da especialidade é, de algum modo, recorrente e evidenciado.

#### **3.3.1 Modelo Tradicional Linear (Harvard)**

O Modelo Linear de Harvard de Fisher e Ury teve a sua origem na mediação comercial e civil (Parkinson, 2005). É perspectivado como uma negociação entre as partes em conflito, orientada por interesses e auxiliada por um terceiro, o mediador (Campos & Marqués, 2008). Este profissional assume neste Modelo um papel de facilitador da comunicação entre os participantes no processo de Mediação que deverá ser efetuada em sentido linear, de causa efeito (Campos & Marqués, 2008). Significa, portanto, que o mediador ajuda a que as partes busquem soluções integradoras (ganhador - ganhador), que satisfaçam a necessidades de ambos os participantes sem que para isso tenham que

perder tempo e energia, como sucede nas disputas de cariz destrutivo (Parkinson, 2005). O Modelo orientado para o acordo apoia-se nas técnicas de negociação preocupando-se o mediador em afastar as pessoas daquilo que as separa (“restabelecer a ordem”, na ótica de Boldú et al., 2003), centrá-las nos seus interesses e não nas suas posições e criar opções de mútuo benefício (Parkinson, 2005). Este Modelo compreende uma série de etapas ou fases. Sinteticamente diremos que na primeira, as partes explicam as suas posições; na segunda, recolhe-se e partilha-se informação; na terceira exploram-se as opções (considerando-se as necessidades, preocupações e consequências); na quarta e última, negoceia-se um acordo reciprocamente aceitável (Parkinson, 2005). Na perspetiva de Parkinson (2005) este Modelo funciona quando as pessoas possuem motivos para chegarem a um acordo, são capazes de pensar racionalmente, sabem que problemas resolver, são capazes de explicar e ceder nas suas posições, podem negociar e têm a noção de justiça e do aceitável face às circunstâncias.

Uma das grandes críticas ao presente Modelo baseia-se no facto de não valorizar convenientemente as relações entre as pessoas ou o contexto em que estas se desenrolam (Boldú et al., 2003). Outra crítica relevante assenta na circunstância de a Mediação dirigida para o acordo permitir que o mediador possua e evidencie um poder considerável durante o processo, podendo assim debilitar uma ou ambas as partes em vez de fortalecê-las, potenciá-las.

Para Parkinson (2005) este Modelo não está muito vocacionado para a Mediação nos casos de separação e divórcio, embora possa, neste domínio, ser útil no tratamento de algumas questões mais particulares e objetivas (Gomes, 2009).

### **3.3.2 Modelo Transformativo**

O Modelo Transformativo de Bush e Folger (2005) assenta na premissa de que a Mediação visa essencialmente fomentar o crescimento pessoal das partes e das relações humanas, relegando para segundo plano a questão prática e formal da obtenção do acordo entre as partes em conflito, tão valorizada no Modelo de Linear de Harvard de Fisher e Ury. Este Modelo de Mediação concentra, assim, os seus esforços na revalorização e reconhecimento das pessoas (Campos & Marqués, 2008) com o objetivo de transformar os aspetos negativos e destrutivos do conflito em aspetos positivos e

construtivos, só possível num quadro de relação interpessoal humanizado e humanizante (Bush & Folger, 2005), em que “ouvir e ser ouvido” é condição essencial.

Nas palavras de Parkinson (2005) a primeira premissa desta orientação baseia-se no facto de a Mediação poder gerar mudanças benéficas quer para as partes quer para a sociedade em geral. A segunda é que a Mediação só conseguirá alcançar tal desiderato caso o mediador disponha de uma atitude mental e faça uso de métodos e práticas tendentes à revalorização e reconhecimento das pessoas. De acordo com a mesma autora, a revalorização dos indivíduos (também designada de “empowerment”) estimula a sua autodeterminação e autonomia, fomenta a capacidade das pessoas para ver e analisar, mais nitidamente, a situação em que se encontram e incrementa a faculdade de tomar decisões por si próprias. O reconhecimento permite aos participantes aceitar mutuamente os seus sentimentos e perspectivas e ficar mais sensíveis às necessidades do outro.

A circunstância de o Modelo Transformativo não ter como objetivo imediato o acordo entre as partes, mas principalmente a mudança das pessoas que recorrem à Mediação, torna-o pouco real e pragmático. Na verdade, as pessoas que solicitam a Mediação desejam ver os seus problemas resolvidos (Beck & Sales, 2001 citados por Gomes, 2009; Parkinson, 2005) e não a sua transformação. Além do mais, uma intervenção mediadora com a missão de transformar os clientes/utentes pode ser interpretada como abusiva, porque fora dos limites de atuação dos mediadores, e eticamente reprovável (Parkinson, 2005).

Embora sujeito a críticas, sublinhe-se a importância do Modelo Transformativo para a Mediação Familiar já que se traduz numa via possível para a ativação e fortalecimento dos recursos das famílias na fase de separação e divórcio (Gomes, 2009).

### **3.3.3 Mediação Familiar Terapêutica**

A Mediação Familiar Terapêutica constitui um modelo de Mediação Familiar proposto e desenvolvido por Irving e Benjamin (Taylor, 2002; Parkinson, 2005). Este modelo reconhece a existência de casais que pelo seu elevado nível de disfuncionalidade e conflito familiar não se encontram em condições de participar juntos na Mediação. Porém, os mesmos autores sustentam que é possível capacitar alguns destes casais para



a Mediação desde que os mesmos sejam objeto de uma ajuda preliminar com recurso a reuniões separadas (Parkinson, 2005; Irving & Benjamin, 2005).

O modelo de Mediação Familiar Terapêutica assenta em quatro fases: avaliação; pré mediação; negociação; seguimento (Parkinson, 2005). A fase de avaliação serve para aferir se ambas as partes estão dispostas a participar no processo e se a sua situação é ou não indicada para a Mediação. Em caso de disponibilidade dos casais para participar, mas em situação emocionalmente contraindicada, os indivíduos podem ser submetidos a sessões destinadas à sua adequada preparação (Parkinson, 2005; Irving & Benjamin, 2005). Esta pré-mediação é de grande importância para o processo de Mediação já que permite ao mediador a recolha de informação essencial à compreensão da realidade conjugal e/ou familiar bem como o delineamento da sua estratégia de intervenção na fase de mediação (Irving & Benjamin, 2005).

Assim sendo, de acordo com a Mediação Familiar Terapêutica o mediador deve intervir para esbater, ou mesmo erradicar, os comportamentos disfuncionais e conflituosos das partes, de modo a que possam realizar na Mediação um trabalho profícuo essencial ao exercício de uma plena e responsável parentalidade (Gomes, 2009). Para o efeito, Irving & Benjamin (2005) referem-se a um cenário de intervenção mediador que terá como metas: as responsabilidades parentais partilhadas; os pais com interesses comuns em relação aos filhos; os pais são responsáveis pelas decisões familiares; cada um dos pais tem liberdade e autonomia para educar o filho; os interesses dos filhos estão em primeiro lugar e os pais têm o dever de os defender; as partes devem saber separar a relação conjugal da parental; a abordagem do passado é importante para a mediação já que através dele é possível definir e planear o futuro.

Uma das críticas mais frequentes à Mediação Familiar Terapêutica é o facto de esta preconizar a modificação dos padrões de interação entre as partes com o objetivo de melhorar a dinâmica familiar. Discordando inteiramente desta visão Parkinson (2005) refere que a Mediação Familiar possui uma natureza interdisciplinar e por esta razão jamais poderá possuir objetivos terapêuticos, ainda que dela possam resultar efeitos de cariz terapêutico com um impacto na família. O quadro que se segue (**Quadro IV**) estabelece, na perspetiva da autora, a diferença clara entre Terapeuta e Mediador Familiar.

#### Quadro IV – Diferenças entre Terapeuta Familiar e Mediador Familiar

| <b>Terapeuta Familiar</b>   | <b>Mediador Familiar</b>   |
|---|--|
| Orientado para o tratamento   | Não orientado para o tratamento  |
| Trabalha frequentemente com “famílias intactas”                                 | Trabalha com a rutura de casal (separação/divórcio)  |
| Inclui os filhos desde o início   | Filhos exceccionalmente participam desde o início  |
| Trabalha normalmente sem contrato escrito                                       | Implica a assinatura de um contrato de mediação  |
| Sem ligação a processos legais  | Ligado a processos e procedimentos legais  |
| Observa como a família comunica   | Facilita a comunicação para assegurar a participação   |
| Centrado em processos familiares  | Centrado em temas interpessoais  |
| Considera problemas subjacentes   | Dirige a atenção para problemas manifestos   |
| Transmite mensagens em vez de informação  | Disponibiliza informação de igual modo às partes   |
| Desenvolve hipóteses para explicar o funcionamento familiar                     | Colocando alguma hipótese fá-lo com a finalidade de ajudar os participantes a negociar com mais eficácia |
| Em caso assessoria técnica a família não estabelece contacto com os consultores | Em caso de co-mediação os mediadores trabalham juntos e a comunicação é aberta                           |
| Dá instruções sem explicar as razões  | Discute e acorda tarefas com os participantes  |
| Trabalha estrategicamente a forma de incluir os membros da família nas sessões  | Ajuda principalmente os pais a acordar como falar e consultar os filhos                                  |
| Termina sem acordo escrito  | Redige o acordo definido e aceite pelas partes   |

**Fonte:** Adaptado de Parkinson (2005)

### 3.3.4 Modelo Circular Narrativo

O Modelo Circular Narrativo foi inicialmente proposto Sara Cobb, posteriormente aprofundado por Suares e Winslade, e encontra as suas raízes na teoria sistémica e na teoria da comunicação desenvolvida por Bateson e Watzlawick (Gomes, 2009; Boldú et al. 2003). Baseia-se na ideia de que os mediadores e os participantes no processo influenciam-se mutuamente (Parkinson, 2005). Este Modelo assenta na circunstância de que os participantes são convidados a relatar a sua história, fazendo assim com que os mesmos fiquem de igual modo implicados no processo e, com a colaboração do mediador, consigam chegar a uma compreensão partilhada sobre a sua realidade

familiar (Parkinson, 2005). Significa assim que as decisões dos participantes são tomadas a partir das narrativas proferidas (histórias) e que durante a mediação vão sendo modificadas até à construção de uma história comum composta por decisões aceites por ambas as partes (Gomes, 2009).

De acordo com Gómez (2007) o modelo circular narrativo assenta primeiramente na identificação e enaltecimento das diferenças e depois no trabalho de desconstrução e recontextualização das narrações, visando a superação de dificuldades de interlocução e a aproximação dos sujeitos decorrente da construção, por eles próprios, de narrativas compartilhadas e inovadoras, através das quais novos cenários de relação interpessoal se constroem e entendimentos se efetivam.

Para Parga (2007) o Modelo Circular Narrativo, enquanto modelo de Mediação, persegue a criação de uma história alternativa que possa servir de base a um acordo entre as partes em conflito e é de todos o mais adequado para resolver conflitos de âmbito familiar.

### **3.3.5 Modelo Ecológico**

O Modelo Ecológico de Mediação centra-se na família como um todo. Nesta perspetiva, para além de as partes que recorrem à Mediação Familiar, as crianças, e demais elementos da Família, devem ser incluídos, direta ou indiretamente, no processo. (Parkinson, 2005). O Modelo foi desenvolvido por Berubé e Parkinson (citados por Parkinson, 2005) e tem as suas raízes nas teorias do conflito e da negociação, dos sistemas e vinculação (Gomes, 2009).

Objetivamente, para Parkinson (2005) o Modelo Ecológico de Mediação assenta nos seguintes princípios:

- os membros da família – principalmente os pais – podem carecer de ajuda especializada para negociar mudanças em todos os domínios das suas vidas, incluindo chegar a acordo sobre questões de particular importância (em relação aos filhos, à situação económica, por exemplo);
- a mediação dá-se em contextos culturais, sociais e jurídicos interconectados. Para a compreensão dos mesmos, os seus profissionais necessitam possuir conhecimentos multi e interdisciplinares (o enfoque interdisciplinar facilita

acordos sobre assuntos que nem advogados nem terapeutas poderiam tratar sozinhos);

- as crianças são pessoas – não propriedade dos pais – com direitos próprios;
- a família, saída de uma separação ou divórcio, continua a ser uma família;
- as crianças e os jovens necessitam compreender as alterações que acontecem nas suas vidas. A inclusão e a abordagem das crianças e dos jovens na mediação (direta ou indiretamente) são úteis e necessárias, exigindo aos mediadores, para esse efeito, formação adicional.

A mesma autora refere ainda que o Modelo Ecológico de Mediação implica um contexto de decisão participada, especialmente pelos pais, e visa a celebração de acordos sobre questões com naturais implicações e consequências psicológicas, sociais, económicas e jurídicas (Parkinson, 2005).

Outra das particularidades deste Modelo é a ênfase que o mesmo dá às conexões entre os processos privados da família e os sistemas públicos, como os jurídicos, económicos, de apoio social e familiar (Parkinson, 2005). Por esta razão, o ecomapa, como instrumento de avaliação familiar (Agostinho, 2007) parece ser uma ferramenta central deste modelo (Gomes, 2009) já que identifica as relações e ligações de uma determinada família às pessoas e estruturas sociais do meio onde vive (Agostinho, 2007).

### **3.4 Mediação Familiar como processo**

O processo de Mediação representa essencialmente a condução das negociações entre as partes e o mediador a pessoa que dirige essas negociações, que organiza a discussão dos pontos a explorar, a desenvolver e a resolver. Quanto mais congruente e organizado for este processo, mais facilmente os participantes chegam a soluções convenientes e adaptadas à sua realidade (Haynes, 2006). O processo implica deste modo uma série de passos ou etapas sucessivas e integradas (Taylor, 2002) que poderão variar de autor para autor e de orientação teórico-metodológica.

Para Vallejo e Gestoso (2008), Sheppard e colaboradores (1991) estabelece uma estrutura processual de Mediação com a virtude de poder vir a ser aplicada a qualquer tipo de intervenção neste âmbito. Para este autor, a Mediação contempla genericamente as seguintes fases:

- a ***fase de definição*** – constitui a primeira etapa do processo onde partes se exploram mutuamente, determinam, com a ajuda do mediador, as causas do conflito e encontram a informação necessária ao seu enquadramento na Mediação. Trata-se, portanto, de uma fase essencial à compreensão da conflitualidade entre os participantes, conhecimento das razões que levaram os mesmos a recorrer à Mediação e melhor entendimento sobre as posições defendidas por cada uma das partes. É o ponto de partida do processo a partir do qual o mediador intervém assessorando e orientando os participantes na busca de possíveis soluções.
- a ***fase de discussão*** – é a etapa destinada à clarificação da informação necessária ao processo e o espaço onde os argumentos e os pontos de vista de ambas as partes são apresentados e percebidos.
- a ***fase de seleção de alternativas*** – fase destinada à filtragem de informação e busca de alternativas para resolver o conflito. Aqui, dá-se a escolha da solução mais satisfatória e sem prejuízo para ambas as partes. A decisão pertence aos participantes, não ao mediador.
- a ***fase de reconciliação*** – etapa de convergência e de consenso, muito embora possa ser também utilizada para fazer apelo relativamente a alguma eventualidade ou apresentar objeção quanto a algum dos aspetos (Sheppard et al., 1991 citados por Vallejo e Gestoso, 2008).

Na ótica de Haynes (2006) o processo de Mediação Familiar pode agrupar nove etapas:

- ***de identificação do problema*** – diz respeito à fase em que partes em disputa reconhecem a existência de um problema, decidem a necessidade de resolvê-lo e comprometem-se ativamente a participar num processo que permita a solução do mesmo.
- ***de análise e eleição do meio de resolução do conflito*** – refere-se à fase em que as partes decidem qual o método e âmbito adequados para o seu problema. Geralmente a eleição da mediação está associada a quatro causas: a mediação como sistema não adversarial; a mediação como espaço de maior privacidade; a mediação como meio de evitamento de maiores gastos (mais barato sob ponto de vista económico e financeiro); a celeridade da mediação na resolução dos conflitos.

- ***de eleição do mediador*** – representa a fase em que as partes selecionam o mediador (depende fundamentalmente da informação que os clientes possuem da mediação e da reputação que possui o mediador).
- ***de recolha de informação*** – representa a fase em que o mediador recolhe informação acerca da natureza do conflito, consulta sobre os pontos de vista das partes. Esta fase ajuda os participantes a clarificar os temas a negociar e a conhecer quais são as posições que cada um defende. Nesta etapa é crucial conhecer toda a informação relevante e haver equilíbrio de poder entre as partes.
- ***de definição do problema*** – momento em que o mediador utilizando toda a informação recolhida junto das partes auxilia as mesmas a definir o problema. Em qualquer disputa a definição correta do problema é crucial para o processo.
- ***de desenvolvimento de opções*** – é a fase em que o mediador ajuda as partes a gerar alternativas destinadas à resolução do problema. Etapa do processo que vai do “brainstorming” à definição e clarificação de uma lista de possíveis opções.
- ***de redefinição de posições*** – representa a fase em que, ignorando-se as posições iniciais das partes, o mediador ajuda os participantes a definir racionalmente a solução para o problema, tendo naturalmente em consideração os seus verdadeiros interesses. A partir daqui será possível aos participantes selecionar as opções que lhes proporcionam mais benefícios e menores custos.
- ***de negociação*** – refere-se à fase em que o mediador ajuda as partes a negociar sobre a eleição das soluções apresentadas de modo a definir um acordo aceite pelas mesmas. Nesta etapa as posições alteram-se e as opções são negociadas num processo que implica cedências mútuas.
- ***de redação do acordo*** – última fase do processo consubstanciada na redação do acordo estabelecido entre os participantes. O acordo traduz a convergência de posições e deverá ser perfeitamente compreensível por ambas as partes. Deverá encontrar-se em conformidade com a Lei.

Numa abordagem menos esmiuçada sobre a questão relativa à estrutura inerente ao processo de Mediação, vejamos, ainda, as propostas de mais alguns autores conceituados.

Parkinson (2005), por exemplo, considera que o processo de Mediação destinado à ajuda aos casais que se separam, e respetivos filhos, inclui os seguintes passos ou etapas:

- a) Implicação das partes no processo de mediação;
- b) Explicitação dos objetivos e do funcionamento do processo;
- c) Definição e calendarização das sessões de mediação;
- d) Recolha e partilha de informação;
- e) Exploração de necessidades e opções/alternativas;
- f) Negociação (sobre as opções selecionadas);
- g) Elaboração do acordo definido pelas partes.

Folberg e Taylor (1984) propõem um modelo de Mediação que integra sete fases que se baseiam na:

- criação de ambiente de confiança e organização do processo;
- averiguação e identificação dos problemas;
- criação de opções e de alternativas;
- negociação e tomada de decisão;
- clarificação e elaboração de plano;
- revisão legal e redação do acordo;
- implementação do acordo, sua fiscalização e revisão (Folberg & Taylor, 1984 citados por Taylor, 2002).

More (1996) alude a um modelo de Mediação que articula e integra um conjunto de etapas com a seguinte estrutura sequencial:

- estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes;
- seleção de uma estratégia de orientação do processo;
- coleta e análise de informação;
- definição de um detalhado plano de mediação;
- construção de um ambiente e relação de confiança e cooperação;
- descoberta de interesses ocultos das partes litigantes;
- criação de opções destinadas à resolução da situação;
- avaliação das opções geradas;
- negociação final;
- elaboração do acordo (More, 1996 citado por Taylor, 2002).

Já Karl Slaikeu (1996), cujo modelo se adapta melhor a áreas que não a familiar, pela formalidade e impessoalidade que imprime, reduz as fases do processo de Mediação a cinco acontecimentos chave:

- contacto com os participantes;
- reunião de abertura com as partes;
- entrevistas com cada uma das partes;
- sessões de mediação conjuntas;
- encerramento/finalização do processo (Karl Slaikeu, 1996 citado por Taylor, 2002).

Independentemente do tipo de estrutura que o processo de Mediação possa possuir/seguir, a verdade é que o mesmo só ocorre com a presença e atuação de um profissional qualificado (o Mediador) cujas principais características e funções passamos de seguida a indicar e descrever.

### **3.5. O mediador como perito de resolução de conflitos na família**

#### **3.5.1 Características profissionais e perfil**

Para a Mediação ser levada a cabo no seio da família é necessário a existência e a intervenção de uma terceira pessoa (o mediador), aceite pelas partes, imparcial, neutra e devidamente habilitada para auxiliar as mesmas a alcançar voluntariamente acordos mutuamente aceites relativamente aos temas ou problemas em discussão (Vallejo & Gestoso, 2008). Contrariamente ao que acontece com um juiz, o mediador não possui poder legal para decretar sentenças ou decisões legais (Milne, Folberg & Salem, 2004). A sua natureza profissional encontra-se associada ao papel de orientador ou condutor de um processo que tem como objetivo último fazer com que as partes em conflito alcancem acordos que satisfaçam de igual modo os seus interesses (Gonzáles, 2008) e permitir a continuidade das relações entre pessoas envolvidas na contenda (Haynes, 2006). Esta é a razão pela qual a Mediação é tão indicada para a resolução de conflitos no domínio da separação e divórcio de casais com filhos (Haynes, 2006).



A esmagadora maioria dos Mediadores Familiares que atuam a nível estatal e privado são profissionais ligados à saúde mental como assistentes sociais, terapeutas familiares/conjugais, psicólogos e psiquiatras (Person, Ring & Milne, 1983; Milne & Salem, 2000 citado por Milne, Folberg & Salem, 2004). A sua atividade técnica faz-se notar e é exercida em serviços ligados ao sistema judicial, em gabinetes privados de mediação, agências e clínicas (onde geralmente existem um conjunto de serviços diferenciados destinados a apoiar as famílias e seus elementos) e em centros de mediação comunitária onde são usualmente tratados problemas relacionados com vizinhança, condomínio, pequenas infrações à lei (contravenções), consumo de bens e conflitos familiares (Milne, Folberg & Salem, 2004).

Mas se é relativamente fácil descortinar em que locais ou áreas trabalham os mediadores, o mesmo não sucede quanto à definição da figura destes profissionais (Vallejo & Gestoso, 2008), devido, porventura, à complexidade dos assuntos e do trabalho que desenvolvem.

Roberts (2008), baseando-se em estudos como os de Landsberger (1956), Stulberg, (1981), Raiffa (1982) aponta como qualidades intrínsecas a um bom mediador, o profissional: criativo (possua ideias originais); com sentido de humor (apropriado às circunstâncias); discreto; empático; com autoridade (prestígio profissional); com capacidade para perceber rapidamente a natureza e complexidade dos conflitos; com sabedoria e experiência (conhecimentos acumulados); que saiba controlar as emoções; persistente e dedicado à profissão (de mediador); disponível e acessível; com capacidade de resistência; paciente; com capacidade para entender as dinâmicas e o ambiente onde os conflitos ocorrem; inteligente; perspicaz/arguto; audaz.

Na perspetiva de Roberts (2008) as características elencadas fazem emergir um consenso entre os referidos autores de que a combinação de atributos (de natureza intelectual, moral e pessoal) é essencial para fazer de um profissional da mediação, um mediador ideal.

Para a mesma autora algumas abordagens mais recentes a respeito do exercício da mediação têm permitido conhecer melhor muitas das características que os mediadores possuem e destas quais são tidas como essenciais para a sua prática profissional (Bowling & Hoffman, 2000; Roberts, 2007 citado por Roberts, 2008).

Parece, assim, que o estatuto de mediador eficaz ou que desempenha distintamente as suas funções resulta de uma combinação de predicados que integram as seguintes

categorias: qualidades individuais (intelectuais, morais e pessoais); experiência profissional (conhecimento teórico e prático); habilidade (capacidade crítica, de análise e entendimento, relacional e criatividade).

Para Samper (2008) as características inerentes a um bom mediador são de dois tipos: as pessoais e as profissionais. Entre as primeiras estão a originalidade; a postura e a atitude conciliadoras; o autocontrolo; o sentido de humor; a espontaneidade. As segundas podem ser de dois tipos: formativas e éticas. Em relação às formativas a autora refere que o mediador deve ser um especialista na área das relações interpessoais; deve possuir habilidades/competências comunicacionais e de gestão de conflitos; deve saber dominar e manejar técnicas de comunicação e de mediação; ser especialista em direito da família. Relativamente às características profissionais de natureza ética, são indicadas a responsabilidade do profissional em fazer com que as partes percebam o que é a mediação (como funciona, como é regida, e se a aceitam); a responsabilidade de informar os participantes sobre o papel do mediador no processo bem como elucidar os mesmos sobre o seu poder e protagonismo nas tomadas de decisão; a imparcialidade que não significa mais do que o mediador atribuir às partes igual estatuto, poder e importância no processo.

Vallejo e Gestoso (2008) salientam o interesse e importância do carácter do mediador como condição essencial ao desempenho profissional qualificado, eficiente e eficaz. Para estes dois autores o carácter tipo de um mediador deve contemplar características como: o sentido de humor; o espírito humanista; a modéstia, simplicidade e naturalidade; a capacidade de escuta ativa, compreensão e tolerância; a capacidade de comunicação; a convicção relativamente ao que faz ou pretende fazer; a capacidade de persuasão; a discrição; a prudência; a sobriedade e modelo de exemplo a seguir; a capacidade para ver além do observável e evidente; a observação cuidada; o olhar para o futuro; o respeito pela ética (integridade acima de tudo).

O domínio de técnicas de mediação por parte do mediador contribui igualmente para a definição do seu estatuto e perfil profissional. As técnicas podem ser definidas como os instrumentos passíveis de serem utilizados na Mediação com a finalidade de transformar uma realidade pautada pelo conflito entre as partes, numa realidade caracterizada pela consensualidade e encontro de soluções (Boldú et al., 2003). Conscientes da existência de uma panóplia considerável de técnicas suscetíveis de serem utilizadas no processo de Mediação, centremo-nos especificamente naquelas cuja importância e utilidade parecem

óbvias nos casos de conflito familiar ligados às situações de separação e divórcio. De entre estas técnicas destacamos muito sinteticamente a (o):

- ***escuta ativa*** – escutar ativamente significa empenhar-se para compreender a parte que fala, concentrar-se no seu discurso de forma aberta e honesta (Boldú et al., 2003). É também a técnica que permite ouvir as palavras e as emoções dando aos escutados o feedback necessário (Quintanilha, 2009).
- ***reformulação*** – consiste em dar outro significado e definição àquilo que é transmitido pelas partes. Permite recontextualizar a situação, ou seja, ajudar a fazer perceber a mesma a partir de outro contexto (Boldú et al., 2003). É porventura a técnica mais simples de ser utilizada mas com enorme poder para produzir mudanças (Soto, 2007).
- ***conotação positiva*** – baseia-se em dar um significado positivo a uma informação negativa transmitida pelas partes (Soto, 2007), ou seja, transformar num conteúdo positivo aquilo que é veiculado de forma negativa (Quintanilha, 2009). É muito útil para reduzir certas atitudes e sentimentos negativos que podem afetar o processo (Soto, 2007).
- ***parafrasear*** – consiste em formular de maneira distinta o que uma das partes acaba de dizer. Assenta, assim, no resumir ou repetir o que alguém acaba de expressar ajudando uma pessoa a avançar no discurso (Soto, 2007).
- ***história alternativa*** – muito utilizada no modelo circular-narrativo, a história alternativa constitui-se como uma técnica muito complexa que procura fomentar a postura de abertura entre as partes (Boldú et al., 2003). Trata-se de construir uma história distinta das que os participantes trazem para a mediação aquando do início do processo (Boldú et al., 2003). A história alternativa, integrando pontos de vista de ambas as partes, é-lhes relatada pelo mediador para que as mesmas a escutem e se revejam nela (Boldú et al., 2003).
- ***normalização*** – é uma técnica simples de ser utilizada e capaz de produzir mudanças na conceção do conflito entre os participantes. Assenta na descrição objetiva das exposições efetuadas de forma subjetiva e que deformam a realidade (Soto, 2007).
- ***focalização no futuro*** – baseia-se em ajudar os participantes a descentrarem-se do passado e a olharem apenas para o futuro. Assenta na mobilização das

peessoas para pensarem no futuro quando o que pretendem muitas vezes é falar e dissecar o passado (Soto, 2007).

- **questionamento** – as perguntas são uma das ferramentas básicas do mediador: para facilitar a comunicação; obter informação; clarificar situações; entender posições ou discursos; indagar interesses; verificar estratégias (Boldú et al., 2003). Podem ser: fechadas ou abertas (as segundas são vistas com carácter exploratório); destinadas a receber informação sobre questões concretas; recontextualizantes ajudando as partes a sair de posicionamentos rígidos e intransigentes já que as auxiliam a refletir sobre si; circulares permitindo o entendimento recíproco das partes levando-as a outras formas de pensar; estratégicas servindo para confirmar hipóteses de trabalho (Boldú et al., 2003).
- **legitimação** – é a técnica que, assentando numa conotação positiva específica relativamente às posições iniciais das partes, ajuda as mesmas a mudar de atitude e de pensamento. Através de uma reformulação objetiva das mensagens expostas, a legitimação outorga como válidas e legítimas as posições assumidas pelas partes no início do processo (Soto, 2007).
- **entrevista individual** – consiste na entrevista com cada uma das partes individualmente para falar de questões muito concretas e pessoais. É sobretudo utilizada quando os participantes se encontram presos a um determinado tema ou quando o mediador necessita verificar/esclarecer algum aspeto relativo aos discursos proferidos. A informação tratada neste espaço é confidencial salvo se houver autorização para a mesma ser divulgada nas sessões conjuntas (Boldú et al., 2003).
- **“chuva de ideias” ou “brainstorming”** – técnica muito utilizada no modelo de mediação de Harvard. Consiste em levar os participantes a avançar com ideias ou soluções para os seus problemas para depois serem analisadas e negociadas (Boldú et al., 2003).
- **síntese ou sinopse** – baseia-se em resumos sobre os pontos em discussão: aqueles em que as partes estão em acordo e não estão (Boldú et al., 2003). Procura alcançar uma perceção mais objetiva e integral da posição de cada uma das partes relativamente aos assuntos tratados que possibilite o início da resolução do conflito (Soto, 2007). Quintanilha (2009) chama-lhe “resumos

cooperativos” já que traduzem sínteses em que se agrupam os contributos dos participantes motivando-os a trabalhar em conjunto, em cooperação.

- **“ponte de ouro”** – é uma técnica muito utilizada para facilitar a concretização de acordos. É aplicada com o objetivo de ajudar uma das partes a superar os obstáculos que a impedem de aceitar uma proposta que também lhe é obviamente favorável. Para o efeito, são expostos critérios e argumentos convincentes (Boldú et al., 2003).

As características mencionadas, das pessoais às profissionais, permitem ao especialista em Mediação (o mediador) desempenhar as funções que lhe estão genuinamente confiadas no âmbito do processo. Embora o etilo de Mediação possa alternar, o papel do Mediador Familiar mantém-se fiel a padrões tipo de operacionalidade que no essencial se baseiam nas funções que a seguir veremos.

### **3.5.2 Funções do mediador**

Sempre que as partes em conflito recorrem à Mediação fazem-no geralmente em circunstâncias muito complexas e exigentes, tanto para si como para o profissional interventor no processo. No que respeita às partes conflitantes, o cenário relacional inicial é frequentemente caracterizado da seguinte forma:

- os sentimentos são de tal intensidade que impedem o consenso;
- a comunicação é deficitária, quer em qualidade quer em quantidade;
- as perceções erróneas e os estereótipos existentes entravam intercâmbios fecundos;
- os comportamentos negativos manifestam-se repetidamente constituindo-se como sérios obstáculos a qualquer possibilidade de entendimento;
- as divergências quanto à importância e natureza da informação são significantes;
- a quantidade de questões em disputa é expressiva e a visão sobre a prioridade dos temas a tratar é discordante;
- os interesses, aparentes ou reais, não são compatíveis;
- os valores defendidos, aparentes ou não, são diferentes;

- as partes desconhecem como dirimir o conflito ou não utilizam o procedimento mais vantajoso (Vallejo & Gestoso, 2008).

Na verdade, as características do campo de atuação profissional do Mediador fazem com que o seu conteúdo funcional seja de enorme exigência e comporte alguma variabilidade e especificidade (Vallejo & Gestoso, 2008).

Assim, para Portela (2007) o Mediador exerce as seguintes funções:

- atua junto das partes como catalisador de atitudes e comportamentos que as levam a um processo de transformação. O seu papel é, aqui, nitidamente pedagógico;
- identifica a posição das partes, os seus interesses e necessidades, possibilitando que cada uma delas perceba a outra;
- ouve atentamente as partes e motiva-as a utilizarem a mediação como oportunidade de obtenção de entendimento e resolução do conflito;
- ajuda as partes a gerar opções destinadas a alcançar um acordo mutuamente aceitável.

Gonzáles (2008) refere que embora os estilos de Mediação possam ser relativamente diferentes uns dos outros, os mediadores têm como funções básicas:

- explicar o processo às partes e criar um ambiente que conduza as mesmas à resolução dos seus problemas;
- permitir que cada uma das partes tenha a possibilidade de expressar a sua versão dos factos e manifestar as suas emoções;
- recolher de toda a informação que permita a compreensão dos assuntos e interesses expressos pelas partes (escutando os participantes em conjunto e individualmente);
- ajudar a identificar assuntos relevantes e a descobrir pontos convergentes;
- incentivar as partes a participar em sessões destinadas a desenvolver ideias e criar opções;

- auxiliar as partes a avaliar e a reduzir o número de opções de modo a que adotem decisões racionais destinadas à obtenção de acordos ou manifestação de necessidades;
- ajudar as partes a desenvolverem um memorando que permita a compreensão dos pontos convergentes e aceites pelas partes (será o equivalente à elaboração do acordo escrito).

Na ótica Samper (2008) e de Roberts (2008) as funções dos mediadores resumem-se a dois tipos: facilitar a comunicação entre as partes; instruir os participantes no processo, quer ponto de vista da informação imprescindível à compreensão do funcionamento e participação no mesmo. É neste âmbito que Stulberg (1981) refere que o mediador exerce o papel de educador, explicando aos indivíduos o processo de mediação; de tradutor, proporcionado a cada uma das partes o melhor conhecimento da outra; e de agente da realidade, já que trata de elucidar as partes do que é ou não possível em termos de acordo (esclarecimento e distinção entre desejo e realidade) (Stulberg, 1981 citado por Samper, 2008; Roberts, 2008), dotando-as do pragmatismo indispensável à conclusão favorável do processo.

### **3.6 Mediação Familiar em Portugal**

#### **3.6.1 Origem e eventos de capital importância para a sua implementação e desenvolvimento**

A história da Mediação Familiar em Portugal tem apenas cerca de década e meia (Gomes, 2009). Embora a sua trajetória e evolução reflitam uma adesão muito recente e vagarosa ao projeto mundial de Mediação Familiar (Silva, 2007), o facto é que a sua origem, implementação e desenvolvimento a nível nacional se devem a um conjunto de factos e iniciativas políticas, jurídicas e institucionais que pela sua importância devem ser aqui obrigatoriamente assinalados. Estes factos e diligências podem ser cronológica e substancialmente expressos num percurso que vai desde a sua primeira manifestação no nosso País à sua real institucionalização no panorama nacional nas esferas social, política e jurídica. Vejamos as diferentes etapas deste trajeto e respetivos feitos:

- em 1993 é criado o Instituto Português de Mediação Familiar como resultado de uma iniciativa conjunta de psicólogos, terapeutas familiares, magistrados e juristas (Rios, 2005; Silva, 2007).

**Figura II** – Logótipo do Instituto Português de Mediação Familiar



**Fonte:** Google imagens

- entre 1994-95 é realizado o I Curso de Mediadores Familiares organizado pelo Instituto Português de Mediação Familiar com apoio do Centro de Estudos Judiciários, Centro onde se realizou a dita formação especializada. Nas palavras de Gomes este Curso “...teve o mérito de abrir um caminho de reflexão sobre os novos problemas da família contemporânea e formas alternativas e complementares ao sistema judicial para a resolução das questões familiares” (Gomes, 2009:67).

**Figura III** – Logótipo do Centro de Estudos Judiciários



**Fonte:** Google imagens

- em Janeiro de 1997 é criada a Associação Nacional para a Mediação Familiar (ANMF) – Portugal, constituída por magistrados, advogados, terapeutas familiares e psicólogos todos com formação em Mediação Familiar (Rios, 2009). Esta



Associação tinha na altura como objetivos a promoção, dinamização e divulgação da Mediação Familiar em Portugal bem como a definição de um quadro normativo relativo ao seu exercício profissional. Foi neste contexto que a ANMF, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários, organizou e levou a efeito o I Curso de Mediadores Familiares ministrado por uma equipa de mediadores familiares do país vizinho orientada por Daniel Bustelo, formador espanhol de referência na área da Mediação Familiar (Gomes, 2009).

- ainda em 1997, é celebrado um protocolo de colaboração entre o Ministério da Justiça e a Ordem dos Advogados no âmbito do Projeto “**Mediação Familiar em Conflito Parental**”. Este mesmo Projeto tinha como primordial objetivo implementar, a título experimental, um Serviço de Mediação Familiar em matéria do exercício do poder parental limitado à comarca de Lisboa, alicerçado em equipas técnicas interdisciplinares em articulação com os tribunais e destinado a casais em situação de rutura (Rios, 2005). É assim através do Despacho n.º 12 368 do Ministério da Justiça, de 25 de Novembro de 1997, publicado no Diário da República II, Série, n.º 283 (de 9 de Dezembro de 1997), que o Estado Português reconheceu a importância da Mediação Familiar (Silva, 2007) e determina a criação, “ na dependência do Ministério da Justiça, de um gabinete destinado a assegurar a prestação de um serviço público de mediação familiar, em situações de divórcio e separação” (ponto 1 do Despacho n.º 12 368/97 do Ministério da Justiça). Este Gabinete de Mediação Familiar, que só abriu efetivamente as suas portas em 1999 e com uma competência territorial limitada ao concelho de Lisboa (em 2001 é alargada aos concelhos da área Metropolitana de Lisboa), tinha entre outras atribuições, através da mediação, proporcionar aos progenitores em fase de separação e/ou divórcio uma atmosfera de negociação, acautelar a continuidade do relacionamento entre pais e filhos, fomentar a co-parentalidade, colaborar para o cumprimento dos acordos relativos aos filhos e facilitar a comunicação entre os pais (Silva, 2007).
- em 1998 o Comité de Ministros do Conselho da Europa emitiu a Recomendação n.º (98) 1 aos Estados Membro da União Europeia orientando-os no sentido da instituição e promoção da Mediação Familiar como meio adequado de resolução de litígios familiares. Pela importância que este diploma possui, e sem querer desvalorizar outras questões, destaquemos alguns pontos do mesmo, que nos

parecem relevantes já que relacionados com o campo de aplicação, organização e processo de mediação.

Relativamente ao **“Campo de aplicação da mediação”** refere: *“a) A mediação familiar trata do conjunto dos litígios que possam ocorrer entre os membros de uma mesma família, quer estejam ligados pelo sangue ou pelo casamento, e entre as pessoas que têm ou tiveram relações familiares, tal como definidas pela legislação nacional. b) Contudo, os estados são livres de determinar quais são as questões ou os casos abrangidos pela mediação”* (Princípios sobre a Mediação Familiar I). No que respeita à **“Organização da mediação”** afirma que: *“a) A mediação não deverá, em princípio ser obrigatória. b) Os estados são livres de organizar e de instituir a mediação da maneira que considerem apropriada, quer por intermédio do sector público, quer por intermédio do sector privado. c) Sem prejuízo da maneira como a mediação for organizada e instituída, os estados deverão cuidar para que haja mecanismos apropriados que assegurem a existência: de procedimentos para a seleção, formação e qualificação dos mediadores; de normas de “boa prática”, que devem ser elaboradas e seguidas pelos mediadores”* (Princípios sobre a Mediação Familiar II). No que concerne ao **“Processo de Mediação”** recomenda que: *“Os Estados deverão cuidar da existência de mecanismos apropriados, de modo a que o processo de mediação se desenrole em conformidade com os seguintes princípios: i) o mediador é imparcial nas suas relações com as partes; ii) o mediador é neutro quanto ao resultado do processo de mediação; iii) o mediador respeita os pontos de vista das partes e reserva a sua igualdade na negociação; iv) o mediador não tem poder para impor uma solução às partes; v) as condições em que se desenrola a mediação familiar deverão garantir o respeito pela vida privada; vi) as discussões que tiverem lugar durante a mediação, são confidenciais e não podem ser posteriormente utilizadas, salvo com acordo das partes ou nos casos permitidos pelo direito nacional; vii) o mediador deverá nos casos apropriados, informar as partes da possibilidade que elas têm de recorrer ao aconselhamento conjugal ou a outras formas de aconselhamento, enquanto formas de resolução dos problemas conjugais ou familiares; viii) o mediador deverá ter em mente, muito particularmente, o bem-estar e o interesse superior da criança, deverá encorajar os pais a concentrarem-se nas necessidades do filho e deverá recordar aos pais a sua responsabilidade*

*primordial, tratando-se do bem-estar dos filhos, e a necessidade de os informarem e consultarem; ix) o mediador deverá dar uma atenção particular à questão de saber se houve violências entre as partes, ou se elas são suscetíveis de serem exercidas no futuro, e aos efeitos que elas poderão ter na situação das partes na negociação e examinar se, nessas circunstâncias o processo de mediação é apropriado; x) o mediador pode dar informações jurídicas mas não deverá dispensar assessoria jurídica. Ela deverá, nos casos apropriados, informar as partes da possibilidade que elas têm de consultar um advogado ou qualquer outro profissional competente” (Princípios sobre a Mediação Familiar III).*

- em 1999, o Decreto-Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto, alterando a Organização Tutelar de Menores, consagra no seu art.º 147.º D a possibilidade de, em processos de regulação do exercício do poder paternal, recurso à mediação pública ou privada, oficiosamente ou a requerimento, desde que com o consentimento dos interessados, sendo o acordo obtido em mediação, posteriormente homologado pelo juiz.
- em 2007, é criado o Sistema de Mediação Familiar por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Justiça (Despacho n.º 18778/2007, publicado no Diário da República, II Série, n.º 161, de 22 de Agosto de 2007) cuja organização e funcionamento se processa a partir do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) do Ministério da Justiça.

**Figura IV**– Logótipo do Sistema de Mediação Familiar



**Fonte:** Google imagens

- em 2008, a Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, alterando o Regime Jurídico do Divórcio, prevê no seu artigo 1774.º a possibilidade de os cônjuges em processo de divórcio recorrerem aos Serviços de Mediação Familiar.

### **3.6.2 Sistema de Mediação Familiar: alguns aspetos relacionados com a sua organização e funcionamento.**

A Mediação Familiar no nosso País, como forma de resolver conflitos familiares sem recurso aos tribunais, funcionou inicialmente a título experimental no espaço físico do GRAL, estando circunscrita aos casos de conflitos emergentes da regulação do poder paternal e geograficamente à comarca de Lisboa e a nove comarcas limítrofes (Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Mafra, Oeiras, Seixal e Sintra) (In, Ministério da Justiça, Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, “*Sistema de Mediação Familiar*”). Com o Sistema de Mediação Familiar (SMF) do GRAL - Ministério da Justiça, criado por Despacho n.º 18 778 /2007, publicado no Diário da República, II Série, n.º 161, de 22 de Agosto de 2007, a Mediação Familiar passou a estar igualmente disponível (a partir de 16 de Julho de 2007) nas cidades de Coimbra, Porto, Setúbal, Leiria e Braga e, mais tarde, a partir de 29 de Dezembro de 2008, última fase de alargamento territorial do sistema, nos distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Vila Real, Viseu e nas Regiões Autónomas Açores e Madeira.

**Figura V** – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios do MJ



**Fonte:** Google imagens

**Figura VI** – Configuração da Última Fase de Alargamento Territorial do SMF



**Fonte:** GRAL – Ministério da Justiça

[http://www.gral.mj.pt/categoria/modulo\\_menu/conteudo\\_cat/14/categoria\\_id/2/id/4](http://www.gral.mj.pt/categoria/modulo_menu/conteudo_cat/14/categoria_id/2/id/4)

Atualmente o SMF permite mediar conflitos em áreas como:

- a) regulação, alteração e incumprimento do regime do exercício do poder paternal;
- b) divórcio e separação de pessoas e bens;
- c) conversação da separação de pessoas e bens em divórcio;
- d) reconciliação de cônjuges separados;
- e) atribuição e alteração de alimentos, provisórios ou definitivos;
- f) privação do direito ao uso dos apelidos do outro cônjuge;
- g) autorização do uso do apelido do ex-cônjuge ou da casa de morada de família (artigo 4º do Despacho n.º 18 778 /2007).

A atividade do SMF é regida pelos princípios de voluntariedade, celeridade, proximidade, flexibilidade e confidencialidade e pode ser realizada em qualquer local avaliado como apropriado para o efeito e que tenha sido disponibilizado por entidades públicas ou privadas ou pelas partes em conflito (artigo 2.º n.º 1 e 2 do Despacho n.º 18 778 /2007). A **garantia de voluntariedade** significa que ninguém pode ser obrigado a recorrer ao Sistema. A adesão ao Serviço bem como a decisão de abandoná-lo são tomadas pelos interessados de forma totalmente livre (Gomes, 2009). A **garantia de celeridade** significa que o Sistema garante a rapidez do processo conducente à obtenção de acordo entre as partes. Neste caso a Mediação Familiar tem por objetivo evitar a morosidade e a complexidade das demandas judiciais (período máximo requerido para o processo de mediação – 90 dias/período estabelecido para a sua resolução – entre 30 a 90 dias) (Gomes, 2009). A **garantia de proximidade** tem a ver basicamente com a forma personalizada e humanizada como as partes em conflito são ouvidas e tratadas na mediação pelo mediador (quer individualmente quer em grupo) com o intuito de conduzi-las a uma solução consensual que salvaguarda a educação e bem-estar dos seus filhos (Gomes, 2009). A **garantia de flexibilidade** encontra-se associada à necessidade de as partes, tanto durante a fase negocial como pós-negocial (ou seja, depois da concretização de uma solução consensual) optarem por uma postura pautada por cedências mútuas, pela compreensão e entendimento em prol dos superiores interesses dos filhos (Gomes, 2009). A **garantia de confidencialidade** significa que todo o processo é dirigido com total respeito pelo dever de sigilo. O mediador fica assim impedido de intervir, quer como testemunha, quer como perito ou mandatário, em quaisquer procedimentos ulteriores à Mediação Familiar (Gomes, 2009).

O funcionamento do SMF é assegurado pelas listas de mediadores familiares inscritos por circunscrição territorial e pelo GRAL ao qual compete:

- a) o registo e a triagem das solicitações ou pedidos;
- b) a indicação do mediador responsável por cada caso;
- c) a comunicação dos locais onde se realizam as sessões de mediação familiar (artigo 3º do Despacho n.º 18 778 /2007).

A intervenção do SMF pode acontecer em fase extrajudicial a pedido das partes ou durante a suspensão de processo judicial, mediante determinação de autoridade

judiciária competente, com o consentimento daquelas (artigo 6º, n.º 1 do Despacho n.º 18 778 /2007).

Para o GRAL os mediadores familiares são profissionais habilitados com o grau de licenciatura e com o Curso de Formação em Mediação Familiar (devidamente reconhecido pelo Ministério da Justiça) cuja atividade passa essencialmente pela organização, realização e condução de reuniões, com independência e imparcialidade, de modo a auxiliar as partes em conflito a tomarem por si, as decisões mais ajustadas à situação de todos os participantes ou intervenientes no processo. A este respeito, o artigo 7º, n.º 1 e 2 do referido Despacho, refere relativamente a estes profissionais que: “1 – O mediador familiar é um profissional especializado, que atua desprovido de poderes de imposição, de modo neutro e imparcial, esclarecendo as partes dos seus direitos e deveres face à mediação e, uma vez obtido o respetivo consentimento, desenvolve a mediação no sentido de apoiar as partes na obtenção de um acordo justo e equitativo que ponha termo ao conflito que as opõe. 2 – No desempenho das suas funções, o mediador familiar observa os deveres de imparcialidade, independência, confidencialidade, confidencialidade e diligência, devendo, em qualquer fase do processo de mediação, logo que verifique que, por razões legais, éticas ou deontológicas, a sua independência, imparcialidade ou isenção possam ser afetadas, solicitar a sua substituição.”

A integração destes profissionais nas listas do SMF é efetuada mediante procedimentos de seleção estabelecidos por concurso público, devendo os mediadores familiares satisfazer como requisitos:

- a) Ter mais de 25 anos;
- b) Estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- c) Ser detentor de licenciatura adequada;
- d) Estar habilitado com um curso de mediação familiar reconhecido pelo Ministério de Justiça;
- e) Ser pessoa idónea;
- f) Ter o domínio da língua portuguesa (artigo 8º n.º 1 alíneas a) a f) do Despacho n.º 18 778/2007).

Em relação aos Cursos de Mediação Familiar reconhecidos pelo Estado, o Ministério da Justiça, estabelece como alguns dos requisitos fundamentais: formações cujos conteúdos programáticos versem sobre Psicologia da Família, Sociologia da Família, Direito da Família, Gestão de Conflitos Familiares, Mediação Familiar, Ética e Deontologia; que a metodologia adotada permita a interligação entre a teoria e a prática (com recurso ao role-playing, análise e visionamento de material vídeo, simulação de processos de mediação em que todos os formandos exercitam funções de mediador, co-mediador, observador de sala e mediados); formações iniciais em mediação familiar (duração mínima de 180 horas) e formações de especialização em mediação familiar (duração mínima de 90 horas); corpo docente idóneo afeto aos conteúdos programáticos, prevendo no mesmo, mediadores com experiência na área da formação e da prática da mediação familiar) (In, Ministério da Justiça, GRAL, “*Requisitos para o Reconhecimento de Cursos de Formação em Mediação Familiar*”).

Quanto à remuneração auferida pelos mediadores familiares por cada processo de mediação no âmbito do SMF, independentemente do número de sessões efetuadas, o artigo 10º n.º 1 do diploma legal aludido, estabelece:

- a) 120 euros, quando o processo é concluído com acordo entre as partes;
- b) 100 euros, quando as partes participantes no processo não chegam a acordo;
- c) 25 euros, quando, apesar das diligências efetuadas pelo mediador não se obtenha consentimento das partes, se averiguar não existirem condições para a realização da mediação familiar ou venha a verificar-se algum tipo de impedimento por parte do profissional.



Na prática o SMF Português funciona do seguinte modo:

**1.º Passo** – uma das partes em conflito ou o tribunal requer a intervenção do SMF por quatro vias: telefone; e-mail; presencialmente; carta dirigida ao Centro Coordenador Nacional do SMF.

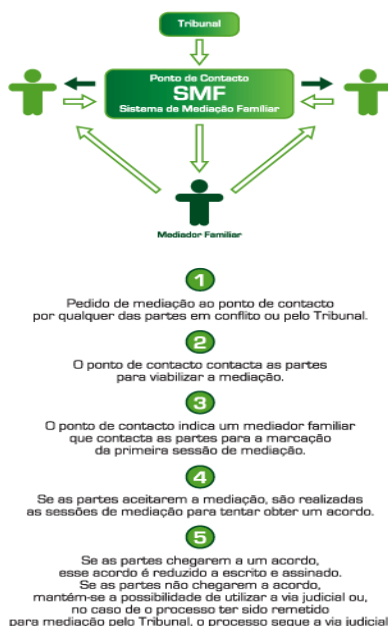
**2.º Passo** – o SMF contacta as partes no sentido de viabilizar a mediação. Esta pode ter lugar mesmo que haja processo em curso num tribunal ou conservatória. Caso exista, deve ser determinada a suspensão do processo enquanto se realizar a mediação familiar.

**3.º Passo** – o SMF designa o mediador familiar, o local de realização das sessões de mediação e o profissional contacta as partes para agendamento da primeira sessão.

**4.º Passo** – As partes, depois de devidamente esclarecidas, caso aceitem participar no processo, procedem ao pagamento pela utilização do SMF (50 euros por cada parte) e assinam o termo de consentimento de mediação. A partir daqui dão-se início à realização de reuniões de mediação (média de sessões: 3 a 4 sessões).

**5.º Passo** – obtido o acordo entre os participantes no processo, e depois de o mesmo ser reduzido a escrito, realiza-se uma reunião final para a sua assinatura. Na eventualidade de não haver acordo as partes mantêm a possibilidade de utilizar a via judicial. No caso de o processo ter sido encaminhado para mediação familiar pelo Tribunal, o processo segue a via forense (In, Ministério da Justiça, GRAL, “*Sistema de Mediação Familiar – Última Fase de Alargamento*, 29 de Dezembro de 2008”).

**Figura VII - Diagrama de Funcionamento do SMF**



**Fonte:** GRAL - Ministério da Justiça.

<http://www.gral.mj.pt/categoria/conteudo/id/34>

Presentemente o SMF conta 71 Mediadores devidamente credenciados e inscritos por circunscrição territorial: Viana do Castelo e Braga; Vila Real e Viseu; Bragança e Guarda; Porto e Aveiro; Castelo Branco e Portalegre; Coimbra, Leiria, Santarém; Lisboa; Évora e Setúbal; Beja e Faro; Açores e Madeira, muito recentemente (cf. **Quadro V**).

**Quadro V**– Mediadores do SMF por Listas e Circunscrição Territorial

| Lista | Circunscrição Territorial                          | N.º de Mediadores |
|-------|--|-------------------|
| 1     | Viana do Castelo e Braga                           | 6                 |
| 2     | Vila Real e Viseu                                  | 4                 |
| 3     | Bragança e Guarda                                  | 1                 |
| 4     | Porto e Aveiro                                     | 14                |
| 5     | Castelo Branco e Portalegre                        | 2                 |
| 6     | Coimbra, Leiria e Santarém                         | 8                 |
| 7     | Lisboa   | 18                |
| 8     | Évora e Setúbal                                    | 6                 |
| 9     | Beja e Faro  | 4                 |
| 10    | Açores Central Ocidental (Faial, Pico e São Jorge) | 1                 |
| 11    | Açores Central Oriental (Terceira e Graciosa)      | 2                 |
| 12    | Açores Oriental (São Miguel e Santa Maria)         | 2                 |
| 13    | Madeira (Funchal e Porto Santo)                    | 3                 |
| Total |  | 71                |

**Fonte:** GRAL – Ministério da Justiça: [http://www.gral.mj.pt/userfiles/Lista%20de%20Mediadores\(2\).pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/Lista%20de%20Mediadores(2).pdf)  
Última consulta: Abril de 2012

### 3.6.3. Mediação Familiar em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira: breves considerações e alguns dados sobre a sua prática.

O exercício da Mediação Familiar em Portugal Continental nos últimos anos tem vindo a ser levado a cabo tanto pelos serviços/gabinetes privados de mediação (muitas vezes publicitados na internet e integrados em espaços destinados à atividade clínica de psicologia e/ou terapia familiar) como pelo SMF do GRAL do Ministério da Justiça.

Na verdade, em Portugal Continental embora comece a existir uma relevante e significativa oferta privada de Serviços de Mediação Familiar, parece ser sobretudo em termos públicos que esta atividade profissional tem vindo a ser exercida de forma mais organizada, controlada e visível. Para este efeito, muito parece ter contribuído o SMF, que desde 29 de Dezembro de 2008 passou formalmente a operar em todo o território nacional, abrangendo assim, como é evidente, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (In, Ministério da Justiça, GRAL, “*Sistema de Mediação Familiar – Última Fase de Alargamento, 29 de Dezembro de 2008*”).

O quadro que se segue (**Quadro VI**), cujos dados foram extraídos do Site do GRAL (secção “*Informação Estatística da Mediação Pública*”), traduz a operacionalidade global do SMF entre 2008-2011, não aparecendo a informação disponível por circunscrições territoriais como seria, aliás, desejável e dados relativos à presença de crianças ou jovens nos processos de Mediação Familiar.

**Quadro VI** – Alguns dados relativos ao funcionamento do SMF entre 2008-2011

| Indicadores           |            | Anos Cíveis Completos |       |       |       |
|-----------------------|------------|-----------------------|-------|-------|-------|
|                       |            | 2008                  | 2009  | 2010  | 2011  |
| Pedidos de Informação |            | 508                   | 981   | 767   | 187   |
| Pedidos de Mediação   |            | 252                   | 450   | 372   | 426   |
| Pré-Mediações         |            | 130                   | 223   | 271   | 256   |
| Processos de Mediação | Findos     | 79                    | 157   | 158   | 136   |
|                       | Com acordo | 48                    | 76    | 56    | 57    |
|                       | Sem acordo | 31                    | 81    | 59    | 25    |
| % de acordos obtidos  |            | 60.76                 | 48.41 | 35.44 | 41.91 |

Fonte: GRAL – Ministério da Justiça

[http://www.gral.mj.pt/userfiles/Estat%C3%ADsticas%20Media%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica\(35\).pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/Estat%C3%ADsticas%20Media%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica(35).pdf)

Última Consulta: Junho de 2012

No caso particular da RAM a Mediação Familiar aparece ainda mais associada a uma brevíssima história. Na sequência do já referido relativamente ao SMF na Região e na esteira de alguns dados por nós solicitados ao GRAL (cf. **Anexo I**), disponibilizados em Fevereiro de 2011 (cf. **Anexo II**), diremos que a atividade pública de Mediação Familiar na Madeira e Porto Santo entre 2009-2010 foi praticamente nula (cf. **Quadro VII**).

**Quadro VII-** Dados relativos ao funcionamento do SMF na RAM entre 2009-2010

| Indicadores                  |   | 2009 | 2010 |
|------------------------------|---|------|------|
| Pedidos de Informação        |   | 3    | 5    |
| Pedidos de Mediação Familiar |   | 3    | 0    |
| Pré-Mediações                |   | 3    | 0    |
| Processos de Mediação        | Findos  | 2    | 0    |
|                              | Com acordo  | 1    | 0    |
|                              | Sem acordo  | 1    | 0    |
|                              | Percentagem de acordos obtidos                        | 50%  | 0    |
|                              | Média de sessões                                      | -    | -    |
|                              | N.º crianças/jovens ouvidos nos processos de mediação | -    | -    |

**Fonte:** GRAL, Ministério da Justiça (dados disponibilizados em 9/02/2011).

Para uma melhor compreensão do trajeto da MF na RAM vejamos apenas os factos e iniciativas mais relevantes associados à sua origem, existência e funcionamento na Região Autónoma, quer no domínio público quer privado. Assim, a este respeito enunciemos como acontecimentos ou circunstâncias significativos o seguinte:

- entre 2004-2005 é realizado, na cidade do Funchal, o I Curso de Mediação Familiar organizado pelo Instituto Português de Mediação Familiar (com a duração de 200 horas) tendo o mesmo sido reconhecido pelo Ministério da Justiça, em 27 de Junho de 2006.
- em 2006 é realizado o I Encontro de Mediação Familiar na RAM . Este evento, organizado pela então Direção Geral da Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça e pelo Instituto Português de Mediação Familiar, teve lugar na cidade do Funchal, Museu da Eletricidade da Madeira, nos dias 30 e 31 de Março.

**Figura VIII** – Cartaz do I Encontro de Mediação Familiar (RAM, 2006)



**Fonte:** Google imagens

- entre 2006-2007 é realizado o II Curso de Mediação Familiar na Madeira, organizado pelo Instituto Português de Mediação Familiar (com a duração de 200 horas) tendo este sido reconhecido pelo Ministério da Justiça a 18 de Outubro de 2007.
- ainda em 2007, é criada no Funchal a Delegação do Instituto Português de Mediação Familiar da Madeira.
- em 2008 é realizado o II Encontro de Mediação Familiar na RAM. O evento, organizado pelo Instituto Português de Mediação Familiar e pelo Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios do Ministério da Justiça. O evento teve lugar na cidade do Funchal, Colégio dos Jesuítas, nos dias 30 e 31 de Maio do supracitado ano.

**Figura IX** – Cartaz do II Encontro de Mediação Familiar (RAM, 2008)



Fonte: Delegação do Funchal do IPMF

- ainda em 2008 (29 de Dezembro) é assinado um Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Justiça, representado, pelo Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) e a Câmara Municipal do Funchal (CMF) (cf. **Anexo III**) tendo como objetivo a criação de condições adequadas ao desenvolvimento do SMF na Região, mais especificamente na área geográfica do Funchal (artigo 1º do Protocolo de Cooperação). Ao abrigo do presente Protocolo a CMF ficava incumbida de disponibilizar espaço e equipamentos destinados à prática da Mediação Familiar. O horário estipulado para a realização das sessões seria às Sextas-feiras, das 9 às 17:30 horas (cf. artigo 1º da Ata Adicional ao Protocolo de Cooperação entre o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios do Ministério da Justiça e a Câmara Municipal do Funchal). A data referida marca formalmente o alargamento do SMF à Região Autónoma da Madeira.

**Figura X** – Vista Exterior do Edifício da Câmara Municipal do Funchal



**Fonte:** Google imagens

- a partir de Março de 2009 o Instituto Português de Mediação Familiar, Delegação do Funchal, fruto de um acordo de cooperação celebrado com a Associação Presença Feminina (Instituição Particular de Solidariedade Social do Funchal essencialmente destinada à proteção e apoio social, jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violência doméstica), passa a dispor de um espaço físico para a prática privada de Mediação Familiar.
- em Julho de 2010 é aberto o Procedimento de Seleção de Mediadores Familiares para prestar serviços no SMF nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos do Despacho n.º 18 1778/2007, de 13 de Julho, e do regulamento do Procedimento de Seleção de Mediadores para prestar serviços no SMF, aprovado pela Portaria n.º 282/2010, de 25 de Maio (cf. **Anexo IV**).
- em 20 de Dezembro de 2010 através do Despacho n.º 30/Gral/2010 são homologadas as listas relativas à distribuição geográfica dos mediadores de conflitos para prestar serviço no SMF nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira passando esta última a contar com 3 mediadores familiares, conforme vimos atrás.

## **Capítulo 4 – O Lugar das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar**

### **4.1 Ainda a propósito da Mediação Familiar como espaço de família alternativo à intervenção judicial nos casos de rutura de casal**

A expressão “mais vale um mau acordo do que uma boa demanda” não é recente e traduz a forma de pensar de todos aqueles profissionais que creem e se dedicam à prática da Mediação (Rabaça, 2004), parecendo refletir também uma ideia tendencialmente mais presente na sociedade em geral. A este propósito Serrano (1996) refere que persiste, cada vez mais, a convicção generalizada de que a melhor maneira de resolver adequadamente os conflitos é com recurso ao acordo entre as partes em litígio (Serrano, 1996 citado por Santos & Cunha, s/d). Tendo em consideração o que foi dito e observado no Capítulo anterior, exclusivamente dedicado à Mediação Familiar, a visão positiva acerca da Mediação, como um dos modos Extrajudiciais de Resolução de Litígios (na expressão anglo-saxónica, “Alternative Dispute Resolution - ADR”, entre os quais também se encontram a arbitragem e a conciliação) parece advir, para além obviamente dos atributos e vantagens que lhe são meritoriamente reconhecidos, da circunstância de que a mesma se opõe à confrontação, à escalada do conflito, à disputa e ao paradigma ganhador-perdedor, vencedor-vencido, tão emblemáticos do sistema judicial.

Nos casos de separação e divórcio, acontecimentos de vida stressantes, dolorosos e emocionalmente desgastantes para toda a família (pais e filhos), a Mediação surge como verdadeira alternativa ao Tribunal no tratamento dos assuntos que a rutura determina (Haynes, 1980; Irving, 1980; Folberg, 1983; Folberg & Taylor, 1984; Saponek, 1983, 1998; Folberg, Milne & Salem, 2004; Camus, 2007). Na verdade, tem-se vindo a verificar um crescente entendimento de que o sistema tradicional tipicamente adversarial não satisfaz as necessidades das famílias e das crianças (Irving, 1980; Kelly, 2002; Emery, Sbarra & Grover, 2005).

Para Araújo e colaboradores (2010) os conflitos de casal dirimidos em sede judicial fraturam a família e as relações entre os seus elementos. Na mesma linha de pensamento Camus (2007) refere que a estrutura rígida e formal do poder judicial cria contextos



impróprios à família, à resolução dos seus problemas ou conflitos pois exibem falta de recursos, de tempo, de capacitação e qualificação do seu pessoal sobretudo para ajudar e lidar com as crianças de famílias em crise.

A Mediação Familiar, por seu lado, atuando num espaço e ambiente íntimo, privado e acolhedor, com apoio de um técnico especializado (o Mediador), permite reduzir os custos económicos, afetivos e psicológicos de todos os membros da família associados à separação ou divórcio, facilita e promove a comunicação entre os progenitores, estimulando a sua capacidade de negociação e cooperação, e contribui para a definição de um acordo final (sujeito a homologação judicial), justo e duradouro, que satisfaça os interesses de todos os membros (sobretudo às crianças) e assegure a manutenção das relações futuras entre pais e filhos (Rios, 2005).

Este contexto extrajudicial afigura-se, assim, como espaço adequado à satisfação dos direitos e das necessidades de toda a família, especialmente das crianças (Davis & Roberts, 1988; Kelly, 2004; Roberts, 2008) quer estas participem diretamente, ou não, no processo de Mediação, sendo certo que o ambiente da Mediação oferece o melhor “setting” para as crianças serem ouvidas (Simpson, 1989).

## **4.2 Perspetivas sobre a participação das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar nos Casos de Separação/Divórcio.**

A discussão acesa sobre a participação das crianças na Mediação Familiar remota às suas origens (Heredia, 2008; Roberts, 2008). É algo que tem perdurado no tempo, chega aos nossos dias e subsistirá, certamente, apesar da mudança de paradigmas acerca da infância. Na génese, desenvolvimento e consolidação do novo olhar sobre as crianças, evidenciam-se os inestimáveis contributos das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia da Infância e da Psicologia do Desenvolvimento (Parkinson & Cashmore, 2008). À luz desta nova visão sobre a Infância e do seu diferente estatuto social, encontramos as crianças como seres competentes, participativos, como verdadeiros atores sociais e cidadãos de plenos direitos, nas mais distintas áreas societárias (Parkinson & Cashmore, 2008), entre os quais está o direito e a legitimidade dos mesmos expressarem os seus pontos de vista sobre todos os assuntos que os afetem. De acordo com esta ótica as crianças deixam de ser consideradas como sujeitos passivos e unicamente objeto de proteção por parte dos adultos (Smart, 1999; Birbaum, 2009).

No campo do Direito da Família e nas questões que o mesmo abarca e superintende, a promoção da participação das crianças é algo relativamente recente. No passado, em matéria de família, como a questão do divórcio, as crianças eram exclusivamente encaradas objetos de preocupação e consideradas inaptas para participar nos assuntos de família, parecendo apenas carecer da necessária proteção perante os conflitos de natureza parental (Graham & Fitzgerald, 2005; Morreow & Richards, 1996; Taylor, Smith & Tapp, 1999). Em caso de rutura conjugal imperava igualmente a ideia de que os pais, mais do que ninguém, conheciam os verdadeiros interesses e necessidades dos filhos (O'Quigley, 2000; Timms, 2003), assumindo os adultos, neste contexto, o papel de sabedores e seus legítimos representantes.

Todavia o contínuo e elevado número de crianças vivenciado situações de separação e divórcio dos pais no Mundo Ocidental – sobretudo a partir da década de 70 do século transato – tem, desde há muito, suscitado o interesse e consolidado a necessidade, de ajudar aquelas mesmas crianças a expressarem os seus sentimentos e desejos em momentos de tal crise familiar. Aliás, o direito das crianças a serem ouvidas tem vindo a alcançar crescente destaque na Teoria Infantil (Kaganas & Diduck, 2004; Lansdown, 2005; Smart, Neal & Wade, 2001) e a literatura das Ciências Sociais e a Investigação a respeito da vida das crianças nos tempos de cisão familiar a demonstrar a necessidade de a sua voz ser ponderada nas tomadas de decisão (Neal, 2002; O'Quigley, 2000; Pike & Murphy, 2006; Smart, 2002, 2004; Smart & Neale, 2000; Schoffer, 2005).

Na verdade, as crianças são cada vez mais perspetivadas como verdadeiros sujeitos de direitos e não meros objetos de proteção/decisão por parte dos adultos (Eekelaar, 1992). A mudança de paradigma, isto é, de alteração da visão da Criança como ser dependente para a criança participativa (Fernandes, 2009), é, aliás, fortemente advogada pelas Ciências Sociais e pela investigação realizada, ao evidenciarem que não escutar as crianças pode causar mais mal do que bem (Kelly, 2002; Pryor & Rogers, 2001; Smith, Gollop & Taylor, 2000). Nas matérias e nos períodos especialmente difíceis da vida familiar, como os que decorrem e estão associados às ruturas familiares, defende-se que dar oportunidade às crianças para se fazerem ouvir pode mesmo tornar-se num fator protetor face a situações de risco (Amato, 2001; Cashmore, 2003).

Para Heredia (2008) a discussão acerca da participação das crianças na Mediação Familiar nos casos de rutura de casal, não pode ser feita sem a referência especial e obrigatória ao artigo 12º da CDC (1989), já que o mesmo traduz uma objetiva

preocupação dos Estados Partes em reconhecer às crianças o direito de se pronunciarem sobre todas as circunstâncias que interfiram e influenciem as suas vidas. De modo a se perceber a real dimensão de tal asserção, mesmo que nalguns casos hipocritamente empolada, de referir, a título de mera curiosidade, que em Setembro de 2009, todos os países do Mundo tinham já assinado a Convenção (195), mas dois ainda não a ratificaram: os Estados Unidos da América (que a assinaram em 1995); Somália (que somente assinou o documento em 2002) (Monteiro, 2010).

Na ótica de Smart, Wade e Neale (1999) as opiniões das crianças podem ser bastante úteis para a discussão e entendimento sobre o divórcio dos adultos, sobre as mudanças familiares que o mesmo determina, como a separação na família é por elas percecionado, vivido e gerido. São, todavia, igualmente muitas, as reservas colocadas quanto à participação das crianças neste domínio. Nos debates a este respeito, muitos deles tensos e acalorados, esgrimem-se inúmeros argumentos, sendo naturalmente difícil o estabelecimento de um ponto de equilíbrio entre o facto de as crianças serem sujeitos de direitos e a circunstância de os mesmos reclamarem proteção face à vulnerabilidade inerente à sua condição, idade e desenvolvimento. Convirá no entanto referir, a respeito da posição protecionista, que a literatura disponível concentra-se quase exclusivamente em abordagens tendo como cenário o litígio e o sistema judicial. No que concerne ao envolvimento das crianças na Mediação Familiar nos casos de separação e divórcio, as pesquisas publicadas são ainda escassas (Saposnek, 2004).

Na perspetiva de Heredia (2008) a falta de investigação na área tem muito a ver com: a circunstância de os estudos sobre a Mediação serem complexos, onerosos e exigirem muito tempo; a falta de financiamento para projetos neste domínio; a incipiente prática desta atividade profissional muito associada à carência de meios e métodos que permitam o estudo e a avaliação sistemáticos do desempenho dos mediadores e dos modelos que utilizam.

Num olhar atento sobre as diferentes perspetivas acerca da participação das crianças na Mediação Familiar, e sem perder de vista o recente trabalho desenvolvido por Birnbaum (2009) neste âmbito, encontramos um conjunto de argumentos contra e a favor da situação. A literatura demonstra que são geralmente usadas como razões a favor da audição/participação das crianças na Mediação Familiar:

- o facto de a participação e a sua escuta no processo constituírem um legítimo direito seu, conforme está consignado na CDC. Na base deste argumento,

encontra-se a perspetiva de que as crianças podem e devem constituir-se como participantes ativos nos processos de tomada de decisão que afetem as suas vidas, o seu futuro (Atwood, 2003; Brennan, 2002; Elrod, 2007; Lansdown, 2001, 2005; Heredia, 2008).

- a circunstância de vulgarmente as crianças desejarem ser participantes ativos nas decisões que afetam as suas vidas, após a separação ou divórcio dos progenitores (Cashmore & Parkinson, 2007,2008; Parkinson & Cashmore,2007; Parkinson, Cashmore & Single, 2005). Isto não significa que as crianças pretendam influir nas decisões finais ou que ambicionem tomar partido da posição de um dos pais, pois conhecem bem a diferença entre o contribuir para a tomada de uma decisão e o ser responsável por ela (Kelly, 2002; O`Quigley, 2000; Neale & Smart, 2001). Na perspetiva de alguns autores o que as crianças pretendem é ser informadas sobre o processo de separação/divórcio dos pais e de saber que as suas necessidades e interesses vão ser ouvidos e compreendidos em tal momento ou contexto de crise familiar (Birnbaum, 2007; Marchant & Kirby, 2004). Sobre este assunto autores como Wallerstein (1986,1987) referem que durante o processo de divórcio os pais experimentam uma menor capacidade no desempenho das suas funções parentais e Drapkin e Bienenfeld (1985) e Kelly (2002) sustentam que os pais possuem nesta fase das suas vidas muitas dificuldades em discernir sobre as reais necessidades dos filhos.
- a situação da participação das crianças enquadra-se numa política mais vasta e abrangente de verdadeira inclusão e reconhecimento social das mesmas na sociedade e contribui para a melhor conceção, implementação, execução e desenvolvimento de políticas, programas e serviços a que se destinam (Lansdown,2005; Ministry of General Family Services Division, 2003). É neste contexto que Smart, Neale & Wade (2001) sustentam que as políticas de âmbito familiar devem conter pontos de vista das crianças pois só assim poderão ser tratadas condignamente.
- a demonstração científica, a cargo das Ciências Sociais e da pesquisa realizada, de que a participação das crianças em processos relativos à separação ou divórcio dos pais (Cashmore & Parkinson, 2008; Butler et al., 2002; May & Smart, 2004; Neale, 2002; Smith et al., 2003) está correlacionada com a sua maior capacidade em se adaptarem a uma nova família (Butler, et al., 2003) e

associada ao melhor domínio e controlo emocional face à situação familiar vivida (Brown,1995; Butler et al., 2002; Saposnek, 1998). Isto significa que a comunicação gerada pela mediação pode ajudar a reduzir o stresse ou culpa sentidos pelas crianças (Beck & Biank, 1997; Saposnek, 1991). Irvin (1985) refere ainda a este propósito que as crianças ao estarem presentes durante a mediação dos pais pode ajudá-las a compreender que uma das suas principais razões para a participação dos pais na mediação tem a ver com o seu amor e preocupação com os filhos.

- o facto de permitir uma afirmação mais fidedigna e direta das necessidades das crianças, levando os pais a adotar uma postura de uma maior cooperação no processo em nome das mesmas (Goldson, 2006) tendo como resultado a redução da intensidade e duração do conflito parental (McIntosh, 2003).
- o constituir-se como factor de proteção das crianças durante os períodos de separação e/ou divórcio dos pais (Brown,1995; Pryor & Emery, 2004; Pryor & Rogers, 2001) através de um processo de empoderamento, de capacitação das mesmas (Cashmore & Parkinson, 2007, 2008) e da melhoria das relações pais-filhos (Brown,1995; Goldson, 2006; Sanchez & Kibler-Sanchez, 2004). Na mesma linha de pensamento outros autores referem que incluindo a voz da criança no processo pode aumentar a sua autoestima, o sentimento de controlo sobre o seu futuro e a sua capacidade de fazer face à adversidade (ou seja, a resiliência) (Kelly, 2002; Marchant & Kirby, 2004; Pryor & Emery, 2004).
- os resultados positivos evidenciados por algumas investigações realizadas no âmbito de Programas Mediação, sobretudo de orientação terapêutica (cf. a este respeito, por exemplo McIntosh, 2000, 2003, 2005, 2006, 2007; McIntosh & Deacon-Wood, 2003; McIntosh & Long, 2005, 2007; McIntosh, Wells & Long, 2007; McIntosh, et al., 2008). Saliente-se, a título de exemplo e a este respeito, a pesquisa realizada por McIntosh (2007) e colaboradores sobre a prática da inclusão das crianças na mediação (estudo com duração temporal superior a 12 meses, envolvendo os progenitores de 364 crianças, 193 das quais com idades entre os 5 e os 16 anos). Sinteticamente o estudo e a avaliação longitudinal realizada às famílias evidenciaram que a inclusão dos filhos no processo fez aumentar a comunicação entre os progenitores e diminuir a intensidade e o tempo do conflito que os opunha no início. Da experiência vivida pelas crianças,

estas relataram uma maior proximidade em relação aos pais, maior disponibilidade emocional dos progenitores para com os filhos e uma inequívoca satisfação destes em relação ao acordo parental definido. O estudo revelou ainda ter havido uma maior estabilidade e cumprimento das obrigações parentais e uma maior frequência dos contactos dos pais não guardiões com os filhos. Evidencie-se ainda sobre esta questão relativa aos benefícios decorrentes da participação das crianças na mediação, um trabalho de natureza qualitativa efetuado por Goldson (2006) com 17 famílias e 26 crianças, com idades entre os 6 e os 18 anos. Os seus resultados demonstraram que as crianças manifestaram um acentuado desejo em possuir voz ativa na tarefa de reestruturação das relações familiares, uma significativa satisfação em participar no processo, uma maior capacidade para lidar e aceitar a separação dos pais e contentamento relativamente ao acordo parental celebrado. Os progenitores admitiram ter-se verificado uma redução significativa do conflito entre eles, uma maior cooperação durante no processo de mediação e consciencialização acerca do impacto que os conflitos parentais podem ter nas crianças.

- a melhoria da qualidade do acordo, através do aumento da informação potencialmente utilizável no mesmo (McIntosh,2000; Garwood, 1990; Saposnek,1991; Kelly, 2002), e da oportunidade de verificação por parte das crianças se o documento corresponde aos seus interesses e desejos (Simpson,1991; Gentry,1997).
- o acesso a outro tipo de apoios especializados necessários ao seu estado ou condição, como a intervenção de um terapeuta ou de psicólogo (Saposnek,1991; Drapkin & Bienenfeld,1985).

Os defensores da orientação contrária à inclusão/participação das crianças na mediação utilizam frequentemente como fundamentos:

- o especial cuidado que é necessário ter quando se fala e se procura satisfazer determinados direitos das crianças. Sobre este assunto Guggenheim (2003) refere que embora existam razões inequívocas para sustentar e defender a ideia de que as crianças são inequivocamente titulares de direitos, é igualmente verdade que procurar satisfazer determinados direitos, independentemente das circunstâncias, tem como consequência natural determinados custos. Para além

disso, os adultos possuem deveres direitos e as crianças estarão sempre na dependência dos pais.

- as crianças podem ser manipuladas por um dos pais, tomar partido de um deles, entrar em ansiedade e conflitos de lealdade (Brown,1995; Gentry, 1997; Emery, 2003; Saposnek, 2004);
- mina a autoridade dos pais, entrava o processo e pode causar-lhe danos irreparáveis que poderão levar à sua interrupção (Brown,1995; Emery, 2003);
- alguns estudos realizados (Goldson, 2006; McIntosh, 2000, 2007; Garwood,1990) sugerem que nalguns casos as crianças não beneficiam com a participação no processo (quando os pais se encontram em estado de elevada conflitualidade ou apresentam problemas de saúde mental, por exemplo). Também Saposnek (2004) suporta que nem todas as crianças necessitam ou querem ser ouvidas. É importante considerar neste domínio os pedidos expressos dos filhos e/ou dos pais para que a participação das crianças aconteça.
- o desapontamento/frustração que as crianças podem sentir caso não vejam as suas opiniões reflectidas no acordo parental ou pelo contrário se sintam investidos de uma responsabilidade determinante para a decisão final, o que constitui um fardo para si e um factor perturbador da sua estabilidade emocional (Roberts, 2008).
- um dos pais pode fazer uso de alguma informação, desejo ou interesse manifestados pelo filho para daí retirar vantagem sobre o outro progenitor em termos de acordo ou afirmar que a criança pode ficar traumatizada com a sua participação na mediação, para assim sabotar o processo ( Emery, 2003; Simpson, 1991).
- as crianças podem expressar sentimentos não genuínos devido ao receio de retaliação por parte dos pais ou com raiva relativamente aos seus pontos de vista ( Brown,1995; Drapkin & Bienenfeld,1985).
- os profissionais, dando o feedback das necessidades das crianças, podem exercer uma certa pressão moral sobre os progenitores e assim influenciar os resultados do processo (Simpson,1991).

- a participação das crianças na mediação pode ser mais uma experiência stressante e ansiogénica como o divórcio (Simpson, 1991; Gentry, 1997) e pode expô-las à dinâmica relacional negativa protagonizada pelos pais (Irvin, 1985).
- a discordância de um ou ambos os pais relativamente à participação dos filhos no processo (Saposnek, 2004).
- a falta de formação especializada dos mediadores para abordar as crianças (Brown, 1995).

Lisa Parkinson (2005), célebre mediadora inglesa e reputada formadora e investigadora na área da Mediação Familiar, aponta, sintética e objetivamente, como razões a favor e contra da inclusão das crianças na Mediação, os seguintes argumentos:

**A favor da participação:**

- a maioria das crianças que já participaram na mediação afirmam ser uma experiência vantajosa e útil para si;
- constitui a oportunidade de as crianças poderem ser informadas sobre o que se está a passar na família e serem tranquilizadas quanto à sua vida (presente e futura);
- permite a possibilidade de as crianças poderem entender melhor as decisões dos pais e com isso adaptarem-se adequadamente à nova situação familiar;
- demonstra o reconhecimento de que aquilo que crianças pensam/sentem é importante e a manifestação de que são tratadas com respeito, amor e dignidade;
- faz com que os pais prestem atenção em relação ao que os filhos dizem e pensam;
- constitui uma oportunidade para os pais poderem receber apoio especializado na tarefa por vezes complexa de explicar aos filhos as suas decisões;
- oferece um espaço/ocasião para dissipar equívocos e esclarecer mal-entendidos familiares;
- permite que os filhos façam perguntas, comentários e contribuam para o processo com as suas ideias;
- permite que as crianças expressem uma preocupação ou interesse particular;
- faz fluir a comunicação familiar e reduzir tensões relacionais (relação pais-filhos, por exemplo);



- constitui a oportunidade para as crianças, a sós com o mediador, falarem tranquilamente dos seus sentimentos e preocupações (sobretudo em casos ou circunstâncias em que poderá existir alguma pressão inerente à presença dos pais, inibindo-as);
- ajuda as crianças a prepararem as mensagens e os discursos que pretendem transmitir aos pais e a se sentirem capacitadas para fazê-lo;
- permite às crianças receber indiretamente mensagens dos pais sempre que, por alguma razão, não seja possível fazê-lo presencial e diretamente;
- viabiliza a possibilidade de o mediador, com o prévio consentimento das crianças, transmitir aos pais o conteúdo das conversas realizadas com elas sobre as suas preocupações e sentimentos, para que estes sejam respeitados e considerados nas decisões a serem tomadas pelos adultos.

#### **Contra a participação:**

- as crianças não são responsáveis pelo conflito parental e nesta medida não devem ser envolvidos no mesmo;
- a sua participação no processo fomenta a sua dor e confusão (ficarem mais conscientes do conflito parental aumenta a sua perturbação e o seu sofrimento);
- as crianças não devem ser envolvidas em assuntos ou negociações que dizem somente respeito aos adultos;
- os desequilíbrios de poder entre pais e filhos não se compadecem com o processo de mediação;
- sobrevalorizar e colocar no centro da mediação as crianças corre-se o risco de desvalorizar um ou ambos os pais;
- o papel do mediador pode ser confundido com o de conselheiro ou advogado das crianças;
- a participação das crianças pode levar à criação nestas de expectativas positivas irrealistas quanto ao seu futuro;
- a inclusão das crianças pode levá-las a se sentirem pressionadas a expressar os seus pensamentos, sentimentos e opiniões;
- podem sentir-se coagidos a fazer escolhas;

- as crianças não podem julgar de forma fiável quais serão os seus próprios interesses a longo prazo;
- o risco de o mediador poder ficar “triangulado” entre pais e filhos;
- se as crianças confiarem ao mediador segredos ou opiniões que as mesmas não desejam partilhar com os pais, colocam o profissional numa situação insustentável;
- pode levar à intensificação dos conflitos de lealdade das crianças em relação aos pais;
- a incapacidade ou dificuldade dos pais em lidar com os seus sentimentos na presença dos filhos;
- a probabilidade de os pais pressionarem os filhos sobre o que dizer ao mediador;
- a possibilidade de os pais se sentirem desapontados com alguma coisa dita pelos filhos;
- as crianças ao observarem os pais comunicar de forma cordata, podem ficar com infundadas e irrealistas esperanças quanto a uma reconciliação.

Os argumentos elencados, contra e a favor da participação das crianças na Mediação, sugerem que sobre esta matéria não existem respostas fáceis e dificilmente haverá consensualidade sobre o assunto. Esta é, aliás, uma ideia assumida e frequentemente expressa na literatura que se ocupa com o tema. Sobre a existência de opiniões divergentes entre os especialistas e profissionais que se interessam pela questão, O'Connor (2004) refere que as posições assumidas encontram-se muitas vezes associadas aos contextos e às circunstâncias em que a participação pode ou não ocorrer. Na verdade, existem fundamentos a favor e contra a inclusão das crianças no processo e, por conseguinte, a possibilidade de a participação daquelas no mesmo acontecer parece depender fortemente de cada situação concreta, particular (Heredia, 2008).

Com o propósito de atenuar, de algum modo, este recorrente diferendo sobre o tema e toda polémica associada ao mesmo, Saposnek (2004) e Kelly (2002) propõem algumas orientações sobre quando incluir e excluir as crianças nos processos de Mediação. Na ótica destes mesmos autores as crianças devem ser integradas nas seguintes circunstâncias:

- quando as crianças vêm manifestando repetidamente junto de um dos progenitores a sua preferência por uma certa partilha de tempo e este desejo é tido em conta e debatido pela outra parte;
- quando a criança pede explicitamente para falar como o mediador;

- quando os progenitores necessitam ouvir da voz dos filhos a sua opinião e sentir o impacto negativo que a disputa está a ter sobre as crianças;
- quando as crianças possuem capacidades cognitivas que lhe permitem relacionar as suas opiniões com os seus desejos e apresentam uma certa independência que facilita conhecer o que efetivamente pretendem. Por esta razão Heredia (2008) defende que a maioria dos filhos adolescentes devia ser ouvida.

No que concerne às razões para enjeitar a integração das crianças no processo de Mediação, os referidos autores aludem as seguintes situações:

- quando ambos os pais conseguem acordar sobre as necessidades dos filhos e manifestam capacidade para desenvolver um plano de mutua responsabilidade em relação aos mesmos (co-parentalidade responsável);
- quando um dos pais, ou ambos, não aceitam incluir os filhos no processo.
- quando as crianças são muito pequenas e não possuem capacidade cognitiva e maturidade para comunicar de forma fiável os seus desejos (ou seja, geralmente crianças menores de 3 anos de idade);
- quando as crianças apresentam um quadro de instabilidade emocional e comportamental por terem que falar com o mediador;
- quando as crianças são manipuladas pelos pais (pai ou mãe) (Saposnek 2004; Kelly, 2002).

Segundo Brown (1995) parece haver um número considerável de fatores a favor e contra a inclusão das crianças na Mediação, mas a orientação teórica do mediador assume importância crucial na posição adotada pelos profissionais. Esta ideia encontra-se, aliás, bem patente no pensamento de Saposnek (1991:325) quando este observa que:

*“Child custody mediators tend to fall on a continuum: at one end are those who believe that mediator’s role is simply to be a neutral facilitator of negotiations between two parents, and at the other end are those who believe that the mediators role is to be a strong advocate for the children.”*

O mesmo autor sustenta igualmente que a decisão de incluir as crianças na mediação depende de um número considerável de variáveis que podem ser de natureza pessoal, profissional e contextual (Saposnek, 2004). Sobre esta pertinente questão Saposnek (2004) adianta que a disponibilidade dos mediadores para ouvir as crianças na Mediação está associada ao conhecimento que estes profissionais têm das crianças, da experiência que possuem na interação com as mesmas e do treino profissional recebido na tarefa específica de entrevistar este tipo de sujeitos. Percebe-se, assim, porque Lansky e colaboradores (1996) sustentam que os mediadores originários da saúde mental estão mais aptos e disponíveis para integrar as crianças nos processos de mediação que os colegas com de formação jurídica de base (Lansky e colaboradores, 1996 citados por Saposnek, 2004). Restrições temporais e financeiras podem também condicionar o envolvimento das crianças no processo. Efetivamente, contextos que imprimam aos mediadores limitações temporais a nível da sua prática profissional (que tanto podem decorrer do volume de casos que acompanham como dos prazos legais institucionalmente impostos, como acontece nos tribunais ou sistemas judiciais) ou determinam o recurso a um mínimo de sessões de mediação por limitações financeiras dos clientes que a ela recorrem (como acontece na mediação privada), constituem ambientes menos atreitos a integrar crianças nos processos (Saposnek, 2004). A este propósito refira-se o trabalho realizado por Pearson, Ring e Milne (1983) sobre serviços de mediação públicos e privados que evidenciou que os mediadores dos serviços públicos apresentavam menor probabilidade para ouvirem as crianças nos processos (27,5% dos casos) que os mediadores familiares do sector privado (42,2%). Finalmente, os valores e o contexto sócio-cultural onde o mediador trabalha também podem influir na prática e opção de cada profissional a este nível. Na verdade, em determinadas culturas espera-se que sejam os pais a satisfazer integralmente as necessidades dos filhos; noutras sustenta-se como um dos princípios fundamentais inerentes às crianças, a sua autonomia enquanto ser individual e o “empoderamento” das mesmas de modo a fazerem valer os seus direitos.

Para O'Connor (2004) apesar muito ser ter escrito e pensado sobre os possíveis benefícios e limitações acerca da inclusão e/ou exclusão das crianças da Mediação, menor atenção tem sido dada à investigação que possa confirmar ou refutar a participação dos filhos nos processos de separação ou divórcio dos pais. O que é facto é que as divergências e as posições sobre o tema da participação das crianças na

Mediação subsistem assentando em duas perspetivas discordantes: a baseada essencialmente nos direitos das crianças e a assente na orientação marcadamente protecionista dos mais novos (Elrod, 2007; Schoffer, 2005; Woodhouse, 2000).

Assim, para além da falta de consenso sobre se as crianças devem ou não ser incluídas na Mediação, permanecem igualmente muitas dúvidas quanto à forma de as fazer participar. Reconhecendo a delicadeza de ambos os assuntos Brown (1995) sustenta que o mediador antes de decidir envolver qualquer criança no processo deve ter em consideração se possui as capacidades e conhecimentos adequados para trabalhar com crianças; se é seu objetivo auxiliar as partes intervenientes no processo na elaboração de um plano cuidado de co-parentalidade responsável que vá de encontro ao interesse de ambos os pais e dos filhos; se o envolvimento das crianças ajuda à realização deste objetivo; se os pais irão usar a informação recolhida junto dos filhos de forma construtiva; se a participação das crianças as ajuda a entender o que se está a passar com seus pais e a perceber que os seus sentimentos e desejos são valorizados. O autor refere que no caso de existir uma resposta negativa a qualquer uma destas questões, é crucial não envolver as crianças no processo. O mesmo autor sustenta ainda que uma vez tomada a decisão de incluir uma criança na Mediação, o mediador deve saber o que pode conhecer sobre a criança em particular; conhecer qual a melhor maneira de obter as informações que necessita; avaliar se a criança possui maturidade suficiente para falar sobre os seus sentimentos; dosear o peso e a complexidade das perguntas a formular (Brown, 1995).

Sobre estas duas questões de particular importância Smart e Neale (2000) sustentam que questionar o que fazer deve vir antes de perguntar como fazer, já que o bem-estar das crianças e como protegê-las contra eventuais danos deve estar acima de tudo.

#### **4.3 Participação das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar: formas, contextos e outros assuntos nucleares relacionados.**

O envolvimento das crianças nos processos de mediação nos casos de separação e divórcio tem sido bastante limitado (Austin, Jaffe & Hurley, 1991), mesmo recentemente (Goldson, 2006; McIntosh, 2007; Saposnek, 2004). No âmbito destes casos, todas as decisões, mesmo aquelas que afectam directamente as crianças, são frequentemente tomadas pelos pais na sua total ausência, apesar de se saber que nesta

fase o discernimento daqueles se encontra profundamente diminuído, afetando assim a adequada aferição das reais necessidades dos filhos (Wallerstein & Kelly, 1980). De facto, a improbabilidade de as crianças serem envolvidas nos processos com o cariz referido é grande, mesmo em países como Reino Unido, Austrália, Canadá ou Estados Unidos (Garwood, 1990; Meggs, 1993; Wallerstein, 1987) com tradição ao nível da Mediação como meio alternativo de resolução de conflitos na família. Sobre esta minguada prática do envolvimento das crianças na Mediação e conciliação nos casos de separação e divórcio, citemos apenas, a título de exemplo, alguns dados extraídos de trabalhos/pesquisas respeitantes a serviços de países como os já citados, cuja oportunidade analítica sobre esta questão nos parece aqui incontestável:

- Garwood (1990) relatando uma avaliação de dois anos de atividade do Lothian Family Conciliation Service (LFCS), Edimburgo, Escócia, menciona que somente em 19% dos casos (36 dos 186) os profissionais reuniram com os filhos dos casais acompanhados na instituição, mesmo sendo defensora de uma política de assumida promoção de participação ativa das crianças nos processos.
- Simpson (1991) cita uma revisão relativa a um pequeno número de casos integrados num estudo realizado à escala nacional (Grã-Bretanha) em que apenas 13% as crianças foram envolvidas nos casos de conciliação fora do tribunal (non-court conciliation) e 15% em processos de natureza judicial.
- A National Family Mediation (1994) num relatório bastante completo intitulado “Giving Children a Voice in Mediation” demonstrou que apesar dos mediadores e dos serviços de mediação manifestarem uma clara preocupação com a defesa dos interesses das crianças nos divórcios dos pais, raramente as crianças eram envolvidas diretamente nos processos. A média de participação das crianças era de 8% e só havia dois serviços que viam com frequência os filhos dos casais em processo de separação e/ou divórcio. O relatório evidenciou também que a prática mais habitual da rede de serviços de mediação era ver as crianças fora do processo (National Family Mediation Report, 1994 citado por Roberts, 2008).
- Um estudo considerando a atividade de todos os Tribunais de Família do Estado da Califórnia (Estados Unidos da América) apurou que menos 16% dos seus mediadores tinham entrevistado as crianças nos casos de divórcio dos

pais (California Administrative Office of Courts, 1996 citado por Saposnek, 2004).

- Wallerstein e Lewis (1998) num estudo realizado com crianças e adolescentes cujos pais se tinham divorciado (25 anos de follow-up) evidenciaram que muitas delas tinham sido literalmente silenciadas nos processos dos pais não lhes tendo sido dada, na altura, qualquer tipo de oportunidade para expressarem os seus pontos de vista sobre o acordado entre os pais.
- Num marcante estudo realizado na Austrália englobando vários serviços afectos ao então Department of Family and Community Services (FACS), desde Janeiro de 2006 designado Department of Families, Community Services and Indigenous Affairs (FACSIA), demonstrou, por exemplo, que os seus gabinetes de mediação apenas tinham envolvido diretamente as crianças em apenas 11% dos casos (30 dos 268 casos atendidos num período de 6 meses de atividade).
- Saposnek (2004) e Heredia (2008) relatam que os estudos realizados nesta área demonstram que a participação das crianças na mediação situa-se entre os 4 e os 46/47% dos casos atendidos.

Na verdade, embora a prática da inclusão das crianças na Mediação seja globalmente pouco expressiva como atestam os dados supra, ela não acontece sempre da mesma maneira. De facto, a forma como as crianças participam na Mediação varia significativamente (Brown, 1995). Encontramos geralmente duas metodologias diferentes de inclusão de crianças no processo: uma passa por ser o mediador a entrevistar os filhos separadamente, fornecendo depois aos pais o feedback necessário acerca da conversa ou ajudando-os posteriormente a ser eles próprios a fazê-lo diretamente na Mediação; a outra assenta no recurso a um especialista em crianças com a tarefa específica de entrevistá-las, dando depois o feedback importante aos progenitores, ou funcionando o especialista como pessoa de apoio às crianças diante da presença dos pais no processo (Gamache, 2005; Gentry, 1997; Goldson, 2006; Kelly, 2002; McIntosh, 2000; Saposnek, 2004).

De acordo com McIntosh (2000) o facto de os filhos serem vistos fora do processo por um assessor técnico, para além de facilitar o trabalho do mediador com os pais, já que lhe permite manter intacta a sua imagem de pessoa inteiramente neutra, permite que as

crianças sejam entrevistadas por alguém verdadeiramente talhado para o desempenho dessa tarefa, dando-lhes a confiança e a tranquilidade necessárias para expressarem os seus sentimentos e preocupações. Esta é, aliás, a metodologia típica dos modelos preconizados por McIntosh (2000) e Beck e Biank (1997) em foco no Canadá, Estados Unidos bem como noutros países onde a Mediação Familiar se encontra instituída (Gamache, 2005).

O que é facto é que a participação das crianças na Mediação constitui uma realidade complexa envolta numa viva discussão, mesmo entre aqueles que a admitem ou com ela concordam. Entre estes parece que o debate gira à volta de assuntos como: idade, maturidade e desenvolvimento das crianças a incluir na mediação; momentos ou fases do processo destinados à sua audição; assuntos a abordar durante a participação; contexto/espço físico destinado à auscultação; funções e qualificações do mediador.

Em relação à idade, maturidade e desenvolvimento a literatura científica evidencia que a maioria dos autores não estabelece de forma absoluta uma idade a partir da qual as crianças podem ou devem participar na Mediação. Todavia os mediadores tendem a considerar como condição determinante para a inclusão das crianças no processo a sua maturidade. Simpson (1991) com recurso à análise de um total de 107 serviços de mediação em funcionamento na Grã-Bretanha (65 ligados ao sistema judicial e 42 a sistemas independentes) verificou que em 13 dos 65 serviços referidos o limite variava entre os 5 e os 12 anos como idade mínima exigida e em 4 dos 42 aludidos, a idade mínima situava-se entre os 6 e os 13 anos. Estes dados corroboram assim a situação de que muitos dos serviços são avessos à possibilidade de verem crianças em idade pré-escolar, como as de 3 e 4 anos de idade, por exemplo.

No estudo de Garwood (1990) já referido neste capítulo, levado a cabo na Escócia (Edimburgo), no Lothian Family Conciliation Service (LFCS), a autora refere-se a 84 de 186 casos em que os pais tomaram a decisão de não envolver as crianças no processo. Em 7 destes 84 casos (8%) a razão apontada foi a de as crianças serem perspectivadas como demasiado jovens, mesmo tendo uma média de idades de 8.5 anos. Nos 64 casos em que foi tomada pelos mediadores a decisão de não incluir as crianças no processo, 32 (50%) o fundamento para a exclusão das crianças do processo deveu-se ao facto de serem consideradas demasiado jovens (nestes casos a média de idades era de 3.5 anos).



Nalguns artigos sobre serviços de mediação nos Estados Unidos da América são mencionados alguns limites mínimos de idade exigidos para a inclusão das crianças na mediação. A título de exemplo Beck e Biank (1997) referem-se a “crianças em idade escolar”; Irvin (1985) de forma inespecífica refere-se a “crianças com mais idade” e a “filhos mais velhos”; Darppin e Bienenfeld (1985) defendem uma idade mínima de 3 anos; Kelly (2002) considera totalmente inapropriado envolver nos processos de custódia crianças com menos de 6 anos de idade, já que não possuem maturidade emocional e cognitiva ou capacidade de raciocínio moral para o efeito, entendidas como necessárias e exigidas nos mesmos.

Ainda em relação a esta questão, sabendo que a uma determinada idade cronológica corresponde um nível de maturidade e de desenvolvimento, embora se conheça que ambos são determinados por uma panóplia de fatores fazendo assim com que as crianças apresentem características distintas, salienta-se frequentemente a utilidade e importância de na Mediação haver intervenções apropriadas à sua idade e nível de maturidade (Garwood, 1990; United Kingdom College of Family Mediators, 2002; FACS, 2002; Drapkin e Bienenfeld, 1985).

Neste sentido, Irvin (1985) destaca a necessidade de os mediadores possuírem conhecimentos relevantes e atualizados sobre as crianças e o seu desenvolvimento de forma a facilitar a abordagem diferenciada às mesmas, ou seja de acordo com o grupo etário a que pertencem e as características desenvolvimentais que possuem.

Neste sentido, Garwood (1990), Beck e Biank (1997) e Zimmelman e colaboradores (1987) relevam a importância do recurso a técnicas lúdicas, apetrechos ou instrumentos no contacto com as crianças em contexto de processo de mediação, sobretudo com as de menor idade. O primeiro destes autores releva ainda a mais-valia que representa a utilização por parte dos profissionais de um discurso informal na abordagem às crianças. Outro ponto igualmente importante relacionado com a adequada abordagem às crianças na Mediação tem a ver com o facto de as mais novas comunicarem melhor através da participação em atividades lúdicas e as mais velhas num registo de conversa direta (Drapkin & Bienenfeld, 1985; FACS, 2002).

No que concerne aos momentos ou fases do processo de mediação em que as crianças podem participar, Saposnek (2004) apresenta como reais possibilidades:

- os mediadores entrevistam as crianças no início do processo a fim de obter as suas opiniões e sentimentos sobre a situação, apresentado depois as informações aos pais;
- as crianças participam periodicamente nas sessões de mediação, sempre que a sua presença seja tida como relevante para clarificação de algum assunto ou tema;
- as crianças são consultadas logo após a definição do acordo com o objetivo de explorar a necessidade de se proceder a eventuais alterações ao mesmo;
- as crianças são informadas sobre o acordo obtido pelos pais (no fim do processo).
- as crianças participam em todo o processo e assumem assim grande protagonismo nas tomadas de decisão da família.

Brown (1995), partindo da análise de quatro vias possíveis de participação das crianças na Mediação, alude não só às razões que poderão justificar cada uma dessas formas de inclusão no processo como às eventuais desvantagens que lhes poderão estar associadas. Assim, para esta autora os mediadores que incluem as crianças no início do processo creem que este procedimento ajuda os pais a se concentrarem nas necessidades dos filhos, mas pode não salvaguardar as condições ideais para a sua participação. A autora compara o risco desta abordagem com o atravessar pelas crianças de um “campo minado” e, por conseguinte, altamente perigoso para a sua estabilidade psíquica e emocional. Os que concordam com a entrada das crianças no processo após a celebração do acordo, com o intuito de evitar que as mesmas fiquem presas a qualquer tipo de decisão tomada, potenciando, contudo, o risco de aquelas se sentirem excluídas e ignoradas pelos pais. Os que defendem que as crianças podem ser escutadas desde o início do processo quanto às suas opiniões, sentimentos e preocupações, e esse feedback ser dado aos pais em momentos oportunos para assim ser possível salvaguardar as necessidades dos filhos, pode levar o mediador a tomar partido de uma das partes em detrimento de outra. Por último, aqueles que admitem incluir as crianças periodicamente durante a Mediação sempre que uma questão seja suscitada, pode trazer ao processo mais informação mas faz com que aquelas mesmas crianças se sintam responsáveis pelas decisões tomadas.

Kelly (2002) faz notar que a forma de participação das crianças na mediação nos casos de separação e divórcio dos pais depende da sua idade, capacidade emocional e cognitiva.

Relativamente aos temas ou assuntos a abordar com as crianças na Mediação, autores como Garwood (1990), baseando-se em dados provenientes da prática profissional, referem como questões objeto de análise: a guarda; o regime de visitas; os sentimentos, as preocupações e os medos associados ao divórcio dos pais; os desejos; o tipo de relacionamentos com os pais e/ou novos parceiros dos mesmos. A mesma autora identificou como questões não abordadas pelos profissionais do Lothian Family Conciliation Service (LFCS) no contacto direto com as crianças: as financeiras; as relacionadas com bens materiais; os motivos que levaram ao fim da relação conjugal.

O ambiente físico onde o contacto direto com a criança é realizado no âmbito do processo de mediação constitui algo também valorizado nas ponderações sobre o tema (Brown, 1995; United Kingdom College of Family Mediators, 2002; Saposnek, 2004). No que respeita a esta questão, é consensual a ideia de o contexto físico dever viabilizar um espaço securizante, acolhedor e adaptado à idade da criança a escutar (Brown, 1995; United Kingdom College of Family Mediators, 2002). Para este efeito deve o espaço físico estar, por conseguinte, convenientemente equipado.

Quanto às funções e competências do mediador em contexto de participação das crianças no processo, são igualmente várias e importantes as considerações a ter em linha de conta. Para Irvin (1985), por exemplo, o mediador pode assumir durante a participação das crianças na Mediação, um conjunto significativo de papéis: de **educador** ensinado sobre o processo de Medição e de divórcio, como afeta as pessoas (adultos e crianças) e sentimentos que lhe estão geralmente associados; de **suporte** apoiando as crianças a perceber as suas ideias e sentimentos e a evidenciar alguns aspetos positivos que poderão advir com a nova realidade familiar (menor conflitualidade e possibilidade de realização de duas festas de aniversário); de **confidente** mantendo segredo acerca das fantasias, receios, preferências, ideias e preocupações; de **mensageiro** levando aos pais a informação que os filhos gostariam de lhes transmitir mas não foram capazes de expressar; de **defensor** assumindo a função de protetor das crianças e de guardião dos seus interesses nos momentos em que os pais se revelam incompetentes para tal desempenho no âmbito do processo; de **colaborador** auxiliando as crianças a utilizar e usufruir adequadamente os recursos e equipamentos

que necessitam (internos e externos ao processo de mediação); de *avaliador* examinando a adaptação das crianças à separação e divórcio dos pais tendo em consideração o seu estágio de desenvolvimento; de *terapeuta* ajudando as crianças a restabelecer o seu equilíbrio e a melhorar as suas relações familiares.

Já outros autores como McIntosh (2000), Zimmelman e colaboradores (1987) e instituições prestigiadas e representativas de profissionais ligados à mediação como o United Kingdom College of Family Mediators fazem questão de estabelecer uma distinção clara entre o papel de um mediador familiar e o de um psicólogo ou terapeuta infantil. Outros autores como Beck e Biank (1997) admitem a possibilidade de um profissional treinado para o desempenho de ambas as funções, qualquer coisa como um “mediador terapeuta”.

No que concerne às habilitações dos mediadores essenciais ao desempenho da tarefa de audição direta das crianças no processo de Mediação, parece existir unanimidade quanto à necessidade destes profissionais possuírem conhecimentos, habilidades, competências específicas para o efeito, ou seja, formação especializada (United Kingdom College of Family Mediators, 2002; Saposnek, 2004; Parkinson, 2005). Para Saposnek (2004) o mediador para entrevistar crianças, envolvendo-as assim no diretamente no processo, necessita possuir conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, dinâmicas familiares, reações típicas dos filhos ao divórcio dos pais e possíveis consequências da separação dos progenitores nos mesmos. Donald Saposnek (2004) refere ainda como indispensável à execução desta complexa função, um trabalho regular relacionado com treino e supervisão. Na ausência de tais competências o profissional/mediador deve evitar incluir as crianças na mediação, defendendo assim o seu bem-estar (Saposnek, 2004).

O reconhecimento da complexidade inerente à realização da tarefa de entrevistar crianças, a necessidade de competências e saberes específicos para o efeito e das condições e etapas a observar para a sua concretização, encontram-se exemplarmente estatuídas num documento da autoria do Colégio de Mediadores Familiares do Reino Unido, intitulado “*Children, Young People and Family Mediation: Policy and Practice Guidelines*”, revisto e atualizado em 2002. Este mesmo documento, já referenciado neste capítulo, se bem que momentaneamente, estabelece na sua **Secção 4** como **pré-requisitos** para a realização da consulta direta ou envolvimento das crianças na Mediação basicamente o seguinte:

- o mediador familiar deve estar sempre atento e encarar cada criança com o devido respeito e consideração;
- o mediador familiar deve possuir as necessárias aptidões, conhecimentos, competências e traquejo para a realização da tarefa.
- o mediador familiar deve estar preparado para estabelecer, de forma adequada e conveniente, relação com as crianças, tendo sempre em consideração as suas idades e fases de desenvolvimento;
- o mediador familiar deve ter completado com sucesso a sua formação, general e especializada (em crianças);
- as crianças devem ser auscultadas num ambiente adequado e neutro de forma a que se sintam seguras, livres e não estigmatizadas;
- ambos os pais devem concordar com a auscultação dos filhos e consenti-la por escrito (para este efeito devem ser devidamente informados sobre a finalidade da presença das crianças no processo e como é que a informação recolhida vai ser utilizada);
- a participação da criança na mediação está condicionada pelo seu consentimento que deverá ser apropriado à sua idade e desenvolvimento;
- a prática da audição e os seus resultados deverão estar sujeitos ao princípio da confidencialidade e da proteção do seu superior interesse (In, United Kingdom College of Family Mediators, 2002).

Para decidir se as crianças devem ser diretamente consultadas na mediação, quando, onde e como, o citado documento determina na sua **Secção 5** como **orientações práticas** e aspetos importantes neste âmbito:

- o facto de o contacto com a criança dever ser efetuado num ambiente acolhedor, confortável e não estigmatizante;
- a circunstância de na abordagem à criança ser necessário ter em consideração uma série de opções e modelos atuação;
- o respeito pela cultura, religião e etnia da família de origem da criança;
- a importância de a audição à criança dever ser realizada nas fases e nos “timings” adequados do processo de mediação;
- a questão de ser obrigatório ter em linha de conta o estágio de desenvolvimento em que cada criança se encontra;

- o facto de ser crucial ter em atenção o estado emocional e psicológico da criança a ouvir;
- a circunstância de ser fundamental conhecer qual a posição da criança na família;
- a questão de ser essencial considerar o nível de conflito existente no seio familiar;
- o facto de ser importante conhecer como é que a família da criança toma as suas decisões;
- a circunstância de ser importante conhecer e considerar o envolvimento da criança com outros profissionais;
- o facto de ser fundamental ajudar os pais a compreenderem a importância da consulta direta aos filhos, seus benefícios e eventuais problemas ou riscos que possam daí advir;
- a circunstância de ser essencial clarificar qual o papel do mediador na consulta direta à criança;
- a importância de evitar que a consulta à criança crie nela e nos pais expectativas e fantasias irreais;
- a importância de se ter em consideração os aspetos financeiros e respetivas restrições;
- a circunstância de que é necessário conhecer e ponderar sobre as implicações associadas ao trabalho em equipa (“co-working”);
- a questão da necessidade e existência de informação clara e formalizada (contratualizada);
- o facto de ser importante não descurar as implicações do género na consulta direta à criança bem como conhecer eventuais inadequações, a este nível, relacionadas com o trabalho realizado a sós e em conjunto (In, United Kingdom College of Family Mediators, 2002).

No que respeita às aptidões e saberes necessários à realização da consulta direta às crianças na Mediação, o documento supracitado designa na sua **Secção 11** que ambas as questões são decisivas para que:

- as crianças se sintam à vontade durante a audição sendo importante para este efeito que as mesmas tenham integral conhecimento dos papéis, dos limites e das formas de funcionamento e de “feedback” do processo;
- seja adequadamente decidido se as crianças devem ser vistas separadamente ou em conjunto (no caso de existência de irmãos);
- sejam oportunamente explorados os pontos de vista e as preocupações das crianças;
- sejam corretamente reconhecidos os sentimentos e estados emocionais decorrentes da situação familiar vivida (dor, raiva e stress, por exemplo);
- seja usado no contacto com as crianças o modo de questionamento mais apropriado de modo a compreender verdadeiramente o que as mesmas pensam e sentem;
- seja fornecido às crianças o apoio e segurança apropriados;
- seja possível a visão clara e correta do que é e não é normal;
- as crianças sejam capazes de utilizar os seus recursos em benefício próprio e da família;
- seja convenientemente realizada a gestão da informação recolhida junto das crianças;
- sejam identificados e definidos com exatidão os desejos e opiniões das crianças;
- seja convenientemente realizado o trabalho em equipa como parte de um modelo de intervenção;
- seja possível ajudar as crianças a compreender as perspetivas de ambos os pais;
- seja possível ajudar os pais a compreender e a explorar o tipo de mensagens a dar às crianças e a saber como fazê-lo de forma apropriada (In, United Kingdom College of Family Mediators, 2002).

Por fim, relativamente à consulta direta das crianças na Mediação como processo e circunstância de natureza protocolar, o documento do Colégio dos Mediadores Familiares do Reino Unido considera na sua **Secção 13** quatro etapas a observar e que sucintamente apresentamos:

- **Etapa 1 – *Contratualização com os pais da consulta a realizar à criança*** – Baseia-se fundamentalmente na obtenção da autorização dos pais para realização da auscultação à criança e sua integral colaboração necessária à efetivação da mesma.
- **Etapa 2 – *Preparação dos pais para a realização da consulta à criança*** – Traduz-se essencialmente no esclarecimento dos pais relativamente aos prós e contras da consulta direta realizada aos filhos, papel e objetivos do mediador na tarefa, regras e procedimentos associados ao princípio de confidencialidade inerente ao desempenho da função.
- **Etapa 3 – *Preparo da criança para a audição*** – Traduz-se essencialmente na preparação das crianças para a sua participação no processo. Integra, entre outras, a tarefa dos pais e do mediador na explicação do funcionamento processo de audição e seus objetivos tendo em consideração a individualidade da criança a escutar.
- **Etapa 4 – *Audição da criança*** – Consubstancia-se no trabalho direto realizado pelo mediador com a criança, recorrendo, para o efeito, às suas competências, aptidões e conhecimentos especializados. São igualmente relevantes nesta fase a confirmação pelo profissional da permissão da criança para a realização da auscultação no âmbito do processo de Mediação e a elucidação da mesma sobre os limites da confidencialidade (como por exemplo em casos extremos e nas situações em que a sua integridade física e/ou psíquica corram riscos). O feedback da informação recolhida nesta fase pode ser dado aos pais pelo mediador com as crianças presentes, pelo profissional em nome das crianças e pelas crianças aos progenitores com o apoio do técnico. Em qualquer dos casos o mediador deve assegurar que os pais respeitam as opiniões expressas pelos filhos, independentemente da importância e do impacto que as suas ideias possam vir a ter no processo e nas decisões tomadas pelos progenitores (In, United Kingdom College of Family Mediators, 2002).

As considerações aduzidas acerca da participação das crianças na mediação parecem assinalar uma nítida diferença entre a circunstância do que é envolvê-las no processo de modo a que tenham uma melhor compreensão do que está sucedendo nas suas vidas,



permitindo-lhes expressar sentimentos e pensamentos junto de alguém convenientemente preparado para as ouvir e entender, e o facto de ao serem consultadas diretamente, de forma indiscriminada e não especializada, possam vir a carregar o ónus inerente às tomadas de decisão dos pais (Brown, 1995). Outro aspeto relevante e que parece indiscutível neste âmbito é que a participação das crianças na Mediação nos casos de separação e divórcio dos pais tem que ser sempre guiada pelo princípio do seu “superior interesse” e que a tarefa de as escutar, sendo complexa, profissionalmente exigente e comportando riscos, deverá ser ponderada e tratada caso a caso (Brown, 1995), justamente porque cada criança confina em si mesma uma realidade única que a todos, mediador e pais, deve importar, independentemente do contexto em que a mesma se encontre ou do estatuto que goze.

Em Portugal não se conhece a opinião e a prática dos Mediadores Familiares ao nível da Audição das Crianças no Processo. Sabe-se, isso sim, que desde a entrada em vigor da Convenção dos Direitos da Criança (ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990) se deve considerar vigente no ordenamento jurídico português um princípio genérico de audição das crianças e jovens, com maturidade psicológica, na resolução de questões do seu interesse e que a prática judiciária tem sido grandemente restritiva em relação auscultação dos menores (Melo et al., 2009). Na ótica de Epifânio e Farinha (1997) a audição das crianças e dos jovens no Sistema Judicial é algo especialmente delicado e as salvaguardas à sua utilização têm a ver com os riscos de os menores serem colocados no centro dos litígios entre os progenitores. Os mesmos autores consideram, no entanto, que é “desejável sempre que possível auscultar a opinião do menor, seja direta, seja indiretamente” (Epifânio & Farinha, 1997: 315).

Ainda em relação a esta questão, Melo e colaboradores (2009), na obra “*Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*”, enquadram sintética e juridicamente, da seguinte forma, a audição dos menores no sistema judicial português:

- “O atual 1901º, n.ºs 2 e 3 do CC impõe, como regra, a audição dos filhos nas questões que lhe digam respeito, em caso de pais casados, eliminando o limite dos catorze anos como idade mínima para o fazer;
- A prática judiciária de manter os menores “afastados” do litígio, a menos que a sua audição seja imprescindível, é claramente desconforme com as regras e princípios da Convenção de Nova Iorque Sobre Direitos da Criança, do Regulamento CE n.º 2201/2003 [regime relativo à competência, ao

reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental que revoga o Regulamento da CE n.º 1347/2000] e da lei ordinária vigentes;

- A criança ou jovem tem o direito a ser ouvidos, desde que tenha maturidade psicológica suficiente, em momento anterior à prolação de qualquer decisão judicial que o afete, seja a título definitivo ou provisório;
- (...) A obrigação de audição do menor em processo judicial pode ser executada em todos os casos, podendo vislumbrar-se as seguintes vias:
  - Permanentemente convocação dos menores para as conferências de pais;
  - Audição em diligência judicial especialmente agendada;
  - Solicitação de audição por organismo de avaliação social (atualmente a Segurança Social) ou psicológica que, nesse caso, faria constar do respetivo relatório o teor das declarações do menor, na íntegra ou em resumo) ” (Melo et al., 2009: 38).

Sobre o exercício da Mediação Familiar na RAM e da prática da Audição das Crianças e Jovens na mesma neste contexto profissional e geográfico, os dados recolhidos e tratados neste estudo, ajudar-nos-ão mais adiante a produzir análise, comentários e a tirar, decerto, algumas novas ilações sobre o assunto.

\*\*\*

## **Síntese Teórica Integrativa**

Como já tivemos oportunidade de referir, a delimitação teórica antes apresentada permite-nos contextualizar o tema objeto de análise e enquadrar os dados empíricos suscitados pelo estudo levado a efeito. A sua estrutura e correspondentes conteúdos representam e consubstanciam a elaboração de um quadro teórico essencial à definição do estado da arte acerca do fenómeno pesquisado, à fundamentação da pertinência da investigação empreendida e ao contributo que esta encerra no que respeita ao avanço do conhecimento neste domínio científico específico. De cada uma das matérias examinadas podemos fazer aqui eco de algumas questões centrais e de maior interesse

para o sétimo capítulo, onde procedemos à apresentação, interpretação e discussão dos dados, já que no seu conjunto essas questões possibilitam a edificação de uma súmula teórica de capital relevância não só para o melhor entendimento sobre o que se conhece sobre a temática mas também, e sobretudo, para a construção de uma outra e inovadora perspetiva sobre o tema em análise, embora circunscrita, como é natural, a uma realidade técnico-profissional e geográfica peculiar. Neste sentido, consideramos apropriado sublinhar como questões fulcrais do enquadramento teórico o seguinte:

- a) A família, a conjugalidade, o divórcio e a importância atribuída à infância e juventude no seio familiar são áreas de interesse superior das Ciências Sociais em geral e da Sociologia em particular.
- b) A família assume-se como espaço de manifestação de afetos, de proteção aos seus membros mas também de desamores, de tensões, de conflitos e de desagregação.
- c) A ameaça de rutura conjugal e a separação efetiva são hoje constantes realidades familiares e os seus efeitos objeto de reflexão, estudo e especial preocupação por parte da Sociologia da Família moderna. Por esta e outras razões a Mediação como meio alternativo ao sistema judicial na resolução de conflitos na família, sobretudo nos casos de divórcio, assim como os benefícios que pressagia no seio familiar, tanto individual como coletivamente, eclodem hoje como domínios de particular interesse e investimento do pensamento sociológico. A investigação neste domínio parece pois surgir com inevitável proficuidade já que para além de proporcionar um maior conhecimento sobre o fenómeno da Mediação Familiar como prática profissional relativamente recente e sobre os seus atores (“investigação pura”), permite vislumbrar soluções dispostas a resolver problemas e/ou dificuldades sociais reais (“investigação aplicada”), tanto na Mediação, enquanto metodologia de intervenção familiar, como na família, enquanto instituição sujeita a vivências de maior stresse, como aliás acontece nos casos de instabilidade e rutura familiar de que o divórcio é paradigma.
- d) Existe uma panóplia considerável de teorias sobre o Desenvolvimento Humano, todas elas ostentando méritos e inevitáveis limitações. Sem desprimor para com outras orientações sobre o assunto, a Perspetiva Ecológica do Desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner (1917-2005) parece

descrever com enorme argúcia a complexidade inerente ao fenómeno do desenvolvimento humano. À luz desta abordagem o desenvolvimento infantil é determinado por uma multiplicidade de influências que se inter-relacionam pelo que apesar de as crianças progredirem numa sequência comum de desenvolvimento, a verdade é que cada uma delas representa uma realidade única, singular (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

- e) Mesmo na literatura científica constatamos uma certa divergência e ausência de consenso na significação e avaliação do bem-estar (Danna & Griffin, 1999; Thompson & Aked, 2009; Marrow & Mayall, 2009). A forma como este é perspectivado tem implicações no tipo de políticas e programas deles decorrentes. Existe, no entanto, um emergente consenso de que o bem-estar infantil é multidimensional (físico, mental e social) e que estas dimensões devem concentrar-se tanto na vida imediata dos mais novos como na sua vida futura considerando para este efeito aspetos objetivos e subjetivos da vivência das mesmas (Statham & Chase, 2010). É nesta perspetiva que Casas (2010) refere que a avaliação do bem-estar exige a recolha de perceções, avaliações e aspirações das próprias crianças e jovens envolvidos num determinado contexto e que aquele não pode ser confundido com o julgamento que os adultos fazem acerca das condições de vida e de existência dos menores de idade. Assim, o conceito de bem-estar infantil assenta numa perspetiva de cidadania para a infância que exige ter em linha de conta indicadores como o bem-estar económico e social; o bem-estar físico e psicológico; o bem-estar no âmbito das relações familiares, de pares e intergeracionais; o bem-estar institucional como o escolar; o bem-estar no espaço urbano; o bem-estar ambiental; o bem-estar político como o que decorre da audição das crianças na tomada de decisões políticas em matérias do seu interesse (Ferreira & Sarmiento, 2008).
- f) Contrariamente a outras épocas históricas a Criança é hoje concebida como sujeito de direitos sendo a CDC, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1989, o seu enquadramento jurídico e a representação mais fidedigna dessa condição (Monteiro, 2010). Assumindo-se como o instrumento jurídico internacional mais completo sobre os Direitos da Criança, a Convenção integra um conjunto muito variado de direitos que,

segundo Hammarberg (1990), podem ser agrupados em três grandes categorias: direitos de prestação; direitos de proteção; direitos de participação.

- g) São quatro os princípios da Convenção que permitem enquadrar adequadamente a discussão sobre como conceptualizar o bem-estar das crianças: “Não discriminação” (artigo 2º); “Interesse superior da criança” (artigo 3º); “Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento” (artigo 6º); “Direito à opinião e liberdade de expressão” (artigos 12º) (Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006). Contudo, ao princípio do “Interesse Superior da Criança ” a referida Convenção confere o estatuto de princípio-guia do exercício das responsabilidades públicas e privadas em relação às crianças (Monteiro, 2010).
- h) O “Interesse Superior da Criança” como princípio geral não possui conteúdo determinado (Monteiro, 2010; Instituto de Apoio à Criança, 2009). O seu teor é pois circunstancial e variável, sujeito a uma infindável diversidade de leituras e interpretações (Monteiro, 2010). Encontra-se, todavia, relacionado com determinadas situações bem concretas como o direito de a criança de ter relações com a família (artigo 8º); o de conhecer e ser cuidada pelos pais (artigo 7º); o ser ouvida sobre assuntos que lhe digam respeito (artigo 12º); e o ser respeitada e ser vista como indivíduo (artigo 16º).
- i) O “Interesse Superior da Criança” é também um princípio dinâmico, multidimensional (dimensões física, afetiva, moral, intelectual, social, etc.), possui uma relação muito consubstancial com o artigo 12º da CDC que como vimos reconhece o direito da criança a ser ouvida sobre todos os assuntos que lhe digam respeito (Monteiro, 2010).
- j) No quadro legislativo Europeu, o Direito de Participação surge reforçado na Convenção Europeia para o Exercício dos Direitos da Criança (1996) que defende no seu artigo 3º o *“direito a ser informada e a expressar as suas opiniões nos procedimentos que lhe dizem respeito”*; na Recomendação 1286 (1996) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que define uma Estratégia Europeia para as Crianças que propõe uma intervenção, no âmbito do Comité de Ministros, na linha de *“...fazer com que as perspetivas das crianças sejam tidas em conta nas tomadas de decisões que as afetam. E*

*facilitar a sua participação ativamente, responsabilmente e de uma forma apropriada às suas capacidades, na escola e outras instituições, em procedimentos judiciais e nos governos nacionais”* (alínea ii), e ainda *“...ensinar as crianças a agir como cidadãos responsáveis, encorajá-las a terem interesse nos assuntos públicos e a reconsiderar a idade de voto”* (alínea iii); na Recomendação nº R (98) 8 do Comité de Ministros do Conselho da Europa acerca da participação das Crianças na Família e na Vida Social.

- k) Em Portugal a proteção legal ao Direito de Participação das Crianças encontra-se prevista em vários domínios do sistema jurídico:
- na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro): artigo 4º relativo aos “*Princípios orientadores da intervenção*”, alínea h) “*Obrigatoriedade da informação*” e alínea i) “*Audição obrigatória e participação*”; artigo 84º, nºs 1 e 2 referente à “*Audição da criança e do jovem*”;
  - no Código Civil (CC): artigo 1878º referente ao “*Conteúdo das responsabilidades parentais*”, n.º 2; no artigo 1901º relativo às “*Responsabilidades parentais na constância do matrimónio*”, nºs 2 e 3; no artigo 1981º a respeito do “*Consentimento para adopção*”, n.º 1 alínea a); no artigo 1990º relativo à “*Revisão da sentença*”, n.º 1, alínea e); no artigo 1984º no âmbito da “*Audição obrigatória*”.
- l) São vários os fatores que podem colocar em risco ou proteger o bem-estar das crianças e dos jovens. Os fatores de risco são todas aquelas condições que, se presentes, aumentam a probabilidade de uma criança desenvolver uma desordem emocional ou comportamental (Garmezy, 1985). Os fatores de risco podem ser agrupados em três categorias: centrados na criança; ligados à configuração familiar; socioambientais (Anaut, 2005). Por outro lado, os fatores de proteção são aqueles que modificam a reação à situação que apresenta o risco, ao reduzir o efeito do risco e as reações negativas em cadeia (Rutter, 1990). Podemos classificar os fatores de proteção do “desenvolvimento e bem-estar infantil” em três grupos: individuais; familiares; sociais (Garmezy, 1985).

m) O nível de resiliência de cada pessoa encontra-se dependente de vários fatores (Gonçalves, 2003), é dinâmico, podendo variar com o tempo e as circunstâncias e, resulta do equilíbrio entre os fatores de risco e os fatores de proteção (Gomes, 2006; Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006). São, entre outras, características das “famílias resilientes”: a flexibilidade e a adaptabilidade; a qualidade da comunicação entre os seus membros; a coesão e o apoio familiar face a eventos stressantes; as capacidades para desenvolver e manter uma rede social (Anaut, 2005). Assim, a criação de saúde e bem-estar nos indivíduos é um processo que depende do contexto em que os mesmos se encontram mas também das suas forças, capacidades e limitações sendo o equilíbrio dos diferentes fatores (protetores e de risco) essencial para o desenvolvimento e bem-estar humano integral, como é, aliás, perspectivado pela abordagem ecológica (Brashaw, Hoelscher & Richardson, 2006). Ainda sobre esta questão da resiliência, alguns estudos têm-se debruçado sobre os recursos coletivos de determinados grupos humanos como capazes de contribuir para um certo tipo de “resiliência comunitária”. Na perspetiva de Anaut (2005) estes recursos ou fatores protetores podem ser o apoio mútuo, a mentalidade cooperante e solidária, a crença na superação de crises ou dificuldades comunitárias, o nível significativo de participação comunitária, o otimismo e o nível de “empowerment” ou capacitação para fazer as suas próprias opções. Assim, os indivíduos na falha do seu sistema familiar, por conseguinte em risco, ao receberem proteção de outro sistema, o da coletividade, podem desenvolver de um processo resiliente (Anaut, 2005) essencial na sua reação às adversidades que os eventos fazem emergir.

n) O conflito é algo inerente à condição humana. A nível familiar encontramos vários tipos de conflitos. Redorta (2004), por exemplo, baseando-se nos trabalhos realizados por Deutsh, Abebrese, Galtuny, Woodhouse, Lederach considera que os conflitos familiares podem ser: destrutivos/construtivos; funcionais/disfuncionais; latentes/declarados; simétricos/assimétricos. Representando o fenómeno social que com mais força evidencia a crise da família (Demartis, 2006) o conflito conjugal apresenta um enorme custo emocional (Kaslow, 1984; Samper, 2008), podendo ser mais ou menos intenso em função da sua duração, estando a sua manifestação relacionada

com o tipo de casal em litígio e o tipo de problemas que o mesmo enfrenta (Samper, 2008) numa determinada fase do processo de separação ou divórcio. Na verdade, a rutura de casal é um processo que se desenrola por etapas (Kaslow, 1984; Guttman, 1993; Giddens, 1997; Samper, 2008) e durante um período significativo de tempo (Guttman, 1993). De facto, são vários os modelos teóricos que descrevem e explicam o divórcio como processo (de Bohannon; de Wiseman; de Kessler; de Guttman). Centrando-nos no Modelo Psicossocial de Guttman, como dos mais válidos e atuais (Pinto & Pereira, 2005), podemos compreender o divórcio como um processo que é desencadeado por uma crise familiar e termina quando os sentimentos negativos associados ao fracasso com o matrimónio e posteriores à separação deixam de influenciar o comportamento das pessoas permitindo o crescimento das mesmas (Gutteman, 1993).

- o) Nas sociedades ocidentais actuais o divórcio é um fenómeno que atinge um número particularmente significativo de famílias (Pinto & Pereira, 2005). Na verdade, desde os anos setenta que as taxas de divórcio não param de crescer de forma acentuada (Garcês & Baptista, 2001; Pinto & Pereira, 2005). As razões responsáveis pelo fenómeno são as mais variadas (Amato & Rogers, 1997; Giddens, 1997; Amaro, 2006) podendo as mesmas encontrar-se dependentes dos contextos culturais e históricos (Amaro, 2006). Na mesma linha de pensamento e numa perspetiva nitidamente ecológica sobre o assunto, Martínez (2001) refere que se trata de um complexo fenómeno em que estão em cena múltiplas variáveis associadas a profundas alterações ocorridas nas sociedades ocidentais modernas.
- p) A literatura científica sobre a separação e o divórcio na família demonstra que ambos os casos representam situações de crise que afetam toda a constelação familiar (Ramires, 2004). Neste sentido, todos os seus elementos, adultos e crianças, ficam perante o divórcio sujeitos a uma série de adaptações e dificuldades, mais ou menos acentuadas, tanto emocionais como sociais, relacionais e financeiras (Ávila, 2004). No caso particular das crianças, embora a literatura existente demonstre que o divórcio gera mais inconvenientes do que vantagens para as crianças (Ávila, 2004) existe consenso quanto ao facto de a reação e de o ajustamento dos filhos à



separação dos pais estar dependente de um conjunto de fatores (Kelly, 1993; Ribeiro 2007) que podem ser, entre outros, de natureza individual, familiar, financeira ou social. Sabe-se, no entanto, que a ausência de informação apropriada e a falta de um espaço adequado para as crianças expressarem os seus sentimentos e pontos de vista prejudicam a adaptação das crianças à separação dos seus progenitores (Cloutier & Jacques, 1997). É neste âmbito que Ávila (2004) refere que os filhos na fase de separação dos pais carecem de uma ajuda profissional que leve a apaziguar os seus sofrimentos e a resolver questões que salvaguardem os seus interesses, apresentando-se assim a mediação familiar como uma das alternativas mais viáveis.

- q) A Mediação Familiar enquanto meio extrajudicial de resolução de conflitos conjugais surgiu inicialmente nos EUA nos anos 70 (Folberg, 1984; Haynes, 1981; Saposnek, 1985). Na Europa o país pioneiro neste domínio foi o Reino Unido, atribuindo-se frequentemente a Lisa Parkinson e Margarita Robinson, em 1973, a criação dos primeiros Serviços de Mediação (Campos & Marqués, 2008), passando a haver neste mesmo Continente, a partir dos anos 80, um movimento pró-mediação cuja força foi decisiva para a criação e funcionamento de vários serviços de mediação familiar neste contexto geográfico (Rios, 2005), embora os Estados Europeus se encontrem em fases diferentes quanto à existência de legislação e dotação de fundos públicos para o seu exercício (Parkinson, 2005).
- r) A Mediação Familiar assenta num processo no qual as partes implicadas, em instância de separação e divórcio, solicitam voluntariamente ajuda confidencial a uma terceira pessoa, neutra e qualificada, para resolver os seus conflitos de uma forma reciprocamente aceitável que lhes permitirá estabelecer um acordo durável e equilibrado para a vida pós-divórcio que tenha em linha de conta as necessidades de todos os membros da família, especialmente das crianças (Elkin, 1982). De acordo com Parkinson (2005) são princípios orientadores da Mediação Familiar: a participação voluntária das partes; a neutralidade e imparcialidade do mediador; a relevação de qualquer conflito de interesses por parte do mediador; a capacitação das partes para alcançar as suas próprias decisões; o respeito pelas pessoas e pela sua diversidade cultural; a segurança pessoal e proteção face ao risco; a

confidencialidade; o enfoque no futuro; a ênfase nos interesses mútuos mais que nos direitos individuais; a atenção às necessidades de toda a família, especialmente das crianças; a competência do mediador.

- s) Existem vários os Modelos de Mediação, todos eles representando formas específicas de agir tecnicamente ou metodologias de prática profissional. Assentam em conceitos teóricos, orientações estratégicas e papéis de atuação bem definidos, associados a particulares métodos e técnicas de intervenção (Taylor, 2002). Dos mais conhecidos e apresentados no âmbito deste trabalho, o Ecossistémico é aquele que claramente se centra na família como um todo e que sustenta a ideia de que além do casal em litígio crianças e outros familiares devem ser incluídos, direta ou indiretamente, no processo (Parkinson, 2005).
- t) A Mediação Familiar é um processo conduzido por um profissional altamente competente, qualificado com funções muito específicas que tem como objetivo último fazer com que as partes em conflito alcancem acordos que satisfaçam, de igual modo, os seus interesses (González, 2008) e permitir a continuidade das relações entre pessoas envolvidas na contenda (Haynes, 2006). Será por esta razão que Mediação é tão indicada na resolução de conflitos no domínio da separação e divórcio de casais com filhos (Haynes, 2006).
- u) A Mediação Familiar em Portugal é relativamente recente. O início da sua história remonta a 1997, altura em que é celebrado um protocolo de colaboração entre o Ministério da Justiça e a Ordem dos Advogados no âmbito do Projeto “*Mediação Familiar em Conflito Parental*”. Tinha como principal objetivo implementar, a título experimental, um Serviço de Mediação Familiar em matéria do exercício do poder parental limitado à comarca de Lisboa, alicerçado em equipas técnicas interdisciplinares em articulação com os tribunais e destinado a casais em situação de rutura (Rios, 2005). Dez anos depois é criado o Sistema de Mediação Familiar cuja organização e funcionamento se processa a partir do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) do Ministério da Justiça.
- v) Na RAM a Mediação Familiar possui uma história ainda mais curta que a de Portugal Continental, apresentando-se como marcos mais significativos: a

realização de dois Cursos de Mediação Familiar ministrados pelo IPMF entre 2004 e 2007, que deram origem à formação especializada de 33 profissionais; a realização de dois Encontros de Mediação Familiar organizados pelo GRAL e IPMF; a assinatura, em 29 de Dezembro de 2008, de um Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Justiça, representado pelo Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), e a Câmara Municipal do Funchal (CMF), com o objetivo da criação de condições adequadas ao desenvolvimento do SMF na RAM; a abertura, em Julho de 2010, do Procedimento de Seleção de Mediadores Familiares para prestar serviços no SMF na Região.

- w) A Mediação Familiar é encarada como verdadeira alternativa ao tribunal nos casos de separação e divórcio (Haynes, 1980; Irving, 1980; Folberg, 1983; Folberg & Taylor, 1984; Saponek, 1983, 1998; Folberg, Milne & Salem, 2004; Camus, 2007). Esta ideia tem vindo crescer com a convicção de que o sistema tradicional tipicamente adversarial não satisfaz as necessidades das famílias e das crianças (Irving, 1980; Kelly, 2002; Emery, Sbarra & Grover, 2005). Acredita-se, assim, que contexto extrajudicial afigura-se como espaço adequado à satisfação dos direitos e das necessidades de toda a família, especialmente das crianças (Davis & Roberts, 1988; Kelly, 2004; Roberts, 2008) quer estas participem diretamente, ou não, no processo de Mediação, sendo certo que este ambiente, o da Mediação, oferece o melhor “setting” para as crianças serem ouvidas (Simpson, 1989). Contudo, a decisão de fazer participar as crianças na Mediação não é pacífica. De facto, o debate sobre a participação das crianças na Mediação Familiar tem sido vivo e remota às suas origens (Heredia, 2008; Roberts, 2008). É, assim, algo que tem perdurado no tempo, chega aos nossos dias e permanecerá, certamente, apesar da mudança de paradigmas sobre a infância, que muito se deveu aos contributos das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia da Infância e da Psicologia do Desenvolvimento (Parkinson & Cashmore, 2008).
- x) Existe, assim, quem defenda e se oponha à participação das crianças e dos jovens na Mediação Familiar, com recurso à apresentação de inúmeros argumentos, contra e a favor. Aqueles que concordam ou admitem a possibilidade de participação dos mais novos no processo defendem que a

mesma deve obedecer à observação de determinados requisitos e/ou orientações, como aliás é sustentado por Kelly (2002) e Saposnek (2004), por exemplo.

- y) Além da falta de consenso sobre se as crianças devem ou não ser incluídas na Mediação, permanecem também muitas dúvidas quanto à forma de as fazer participar, o que pode estar relacionado com a menor atenção que tem sido dada à investigação que possa confirmar ou refutar a participação dos filhos nos processos de mediação (O'Connor, 2004). O que é facto é que o envolvimento das crianças na mediação familiar nos casos de separação e divórcio dos pais tem sido bastante limitado (Austin, Jaffe & Hurley, 1991), mesmo recentemente (Goldson, 2006; McIntosh, 2007; Saposnek, 2004), como aliás atestam alguns dos trabalhos realizados e atrás referidos. Quando a inclusão das crianças no processo acontece não se dá sempre da mesma maneira, varia significativamente (Brown, 1995). Na verdade, a forma de participação das crianças no processo encontra-se dependente da idade, maturidade e desenvolvimento das crianças; dos momentos ou fases do processo destinados à sua audição; dos assuntos a abordar durante a participação; do contexto/espço físico destinado à auscultação; das funções e qualificações do mediador (conforme se encontra previsto, por exemplo, pelo United Kingdom College of Family Mediators, 2002).
- z) No nosso País não se conhece a opinião e a prática dos Mediadores Familiares ao nível da Audição das Crianças no processo, sendo este estudo um importante contributo para o efeito, apesar da pesquisa se encontrar circunscrita ao testemunho e experiência dos profissionais com especialização em Mediação Familiar da RAM sobre o tema.

## Parte II – Trabalho de Campo

“Todos os sociólogos sonharam num dia ou noutro que os seus trabalhos poderiam ter um efeito social. Todo o sociólogo teve o desejo de ver as suas pesquisas modificarem a sociedade. Por detrás de qualquer sociólogo dormita a ideia de mudança social.”

Rémy Hess (1983) In, Isabel Carvalho Guerra.  
*Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Principia Editora, Lda. 2007, p.9.

## Capítulo 5 – Metodologia Adotada

### 5.1 Pergunta de partida e objetivos

A opinião sobre o envolvimento das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar nos casos de separação ou divórcio dos pais, através da sua Audição, não é unânime. Na verdade, como vimos na contextualização teórica deste trabalho a questão continua a suscitar acérrima controvérsia quer do ponto de vista técnico, quer académico, onde os assuntos do foro jurídico, social e cultural se colocam com grandíssima acuidade. Pelas características que o tema em análise encerra, pela recente introdução da Mediação Familiar em Portugal Continental bem como na Região Autónoma da Madeira, como método alternativo de resolução de litígios na Família e, ainda, pela escassa ou inexistente abordagens académicas nacionais acerca da problemática, facilmente se depreende que estamos na presença um campo estudo com relevante pertinência científica, tanto no domínio das Ciências Sociais, em geral, como da Sociologia, em particular. Esta pertinência, que nos parece inequívoca, decorre igualmente da importância que comportam os trabalhos no âmbito da Intervenção na Família em processo de rutura de casal e do entendimento e conceção de estratégias essenciais ao questionamento, melhoramento, sugestionamento e implementação de novas orientações políticas nacionais e regionais promotoras do bem-estar familiar global em geral e do subsistema filial em particular.

A pesquisa intitulada *“Audição de Crianças e Jovens na Mediação Familiar nos Casos de Separação e Divórcio – um estudo do ponto de vista dos Mediadores Familiares da Região Autónoma da Madeira”*, foi realizada no contexto geográfico e profissional desta Região Autónoma (Madeira e Porto Santo). Mesmo antes de falarmos da Investigação propriamente dita, convirá aqui referir quão importantes e determinantes foram, numa fase anterior à sua condição de Projeto, as discussões suscitadas e calorosamente experienciadas entre colegas do I Curso de Mediação Familiar ministrado pelo Instituto Português de Mediação Familiar na RAM, iniciado em 2004 e concluído em 2005/6? a propósito do tema; os contactos exploratórios posteriormente efetuados com individualidades com inequívocos conhecimentos teórico-práticos no domínio da Mediação Familiar e do Direito de Família e Menores (para uma melhor identificação com tema e a reflexão sobre a sua respectiva pertinência

científica) designadamente: a Presidente do Instituto Português de Mediação Familiar, Dr. Maria Saldanha Pinto Ribeiro; o Dr. Norberto Martins, Procurador da República; e o Dr. Mário Rodrigues da Silva, Juiz Presidente do Tribunal Família e Menores do Funchal. Foram igualmente determinantes neste processo todo um conjunto de leituras exploratórias a respeito do assunto e, ainda, as incursões levadas a cabo na Região a fim de avaliar a viabilidade da consecução da investigação e, naturalmente, as possibilidades práticas da recolha e qualidade dos dados.

Assim, e já numa fase posterior à elaboração e aprovação do Projeto de Investigação, direccionámos a nossa total disponibilidade e intenção em inquirir os Mediadores Familiares da Região Autónoma da Madeira acerca do Tema. Foi desde logo nossa preocupação conhecer o número exacto de Mediadores existentes na RAM suscetíveis de serem questionados (n=32), todos formados pelo Instituto Português de Mediação Familiar em dois momentos ou contextos formativos distintos, mais concretamente nos períodos compreendidos entre 2004/2006? e 2006/ 2007/8?

Neste sentido, foi, numa primeira instância, nosso desígnio procurar saber: ***Qual a perspectiva dos Mediadores Familiares da Região Autónoma da Madeira acerca da Audição de Crianças/Jovens nos processos de Mediação nos Casos de Separação/Divórcio dos Pais?*** E na sequência desta pergunta, previamente avaliada no que concerne às suas qualidades de clareza, exequibilidade, pertinência, conforme preconizam Quivy & Campenhoudt (1992), mas suficientemente geral e pouco estruturada, para permitir a exploração de todos os caminhos (Amaro, 2008), foram definidos como objetivos do estudo os seguintes:

### **Geral**

Conhecer qual a importância atribuída pelos Mediadores Familiares da Região Autónoma da Madeira à Audição de Crianças/Jovens nos processos de Mediação Familiar nos Casos de Separação/Divórcio dos Pais.

### **Específicos**

- a) Proceder à caracterização do perfil sociodemográfico, académico e profissional dos Mediadores Familiares da Região Autónoma da Madeira (RAM).

- b) Conhecer a perspetiva dos Mediadores Familiares da RAM sobre o que deve ser o bem-estar das crianças/jovens no seio da Família;
- c) Saber de que modo os Mediadores Familiares da RAM analisam os conflitos conjugais nos dias de hoje e que razões apontam para a ocorrência de situações de separação/divórcio.
- d) Conhecer, na perspetiva dos Mediadores Familiares da RAM, que consequências sociais e familiares estão associadas aos casos de separação/divórcio e de que forma é que nestas situações de rutura familiar o Superior Interesse das crianças e dos jovens pode ser garantido.
- e) Saber, na ótica dos Mediadores Familiares da RAM, a partir de que etapa do seu desenvolvimento estão as crianças e os jovens capacitados para emitir opiniões no seio da Família e sobre que assuntos;
- f) Avaliar a ideia que os Mediadores Familiares da RAM possuem dos divórcios/conflitos familiares resolvidos em Tribunal e a opinião que os mesmos profissionais têm acerca dos contributos que a Mediação Familiar pode dar na resolução de litígios nos casos de separação/divórcio de casais com filhos.
- g) Conhecer como é que os Mediadores Familiares da RAM perspectivam idealmente a Mediação Familiar em termos da sua organização e funcionamento e que condições gostariam os mesmos de desfrutar na Região para exercer a sua atividade profissional.
- h) Averiguar como é que os Mediadores Familiares da RAM percebem o Superior Interesse das crianças e dos jovens na Mediação Familiar nos casos de separação/divórcio dos pais e perspectivam a participação dos filhos no Processo.
- i) Averiguar a opinião que os Mediadores Familiares da RAM possuem sobre a Audição de crianças e dos Jovens em Tribunal nos casos de separação/divórcio dos pais e conhecer, na perspetiva dos mesmos profissionais, de que forma é que o “Direito dos Filhos à Opinião” pode ser assegurado/concretizado na Mediação Familiar.
- j) Conhecer a opinião dos Mediadores Familiares da RAM acerca da Audição de Crianças/Jovens na Mediação Familiar em contexto de separação/divórcio dos pais.



## 5.2 Método da Grounded Theory

Na concretização da investigação empírica elegemos a **Grounded Theory**, em português “Teoria Fundamentada nos Dados”, como metodologia de referência. Trata-se de uma metodologia originariamente desenvolvida pelos sociólogos americanos, Barney Glaser e Anselm Strauss, que obedece ao paradigma das investigações de carácter qualitativo que tem vindo a ser muito utilizada pelos investigadores no domínio das Ciências Sociais e Humanas (Fernandes & Maia, 2001) com vista à construção de teoria (Amaro, 2005) acerca de um problema específico e/ou de uma população específica sem possibilidade de extrapolação ou generalização (Ribeiro, 2009). Esta metodologia preconiza que a teoria evolui no decorrer da própria investigação através de uma relação estreita e dinâmica entre a análise e recolha de dados (Strauss & Corbin, 1994). Assim, a recolha de dados e a construção da teoria, a partir deles, são duas partes do mesmo processo (Amaro, 2008).

De acordo com Bianchi e Ikeda (2008), a **Grounded Theory** está recomendada para situações onde muito pouco é conhecido sobre determinado assunto. Estes autores defendem ainda que embora o objetivo desta metodologia seja o desenvolvimento de teoria não se pode dizer que é um processo onde se exclua a teoria já que qualquer investigador traz consigo conhecimentos teóricos de outros trabalhos empíricos pelo que seu uso na fase de tratamento de dados pode ocorrer (Bianchi & Ikeda, 2008).

Para Amaro (2008), apresentam-se como principais características da **Grounded Theory**:

- a) a tónica no desenvolvimento de teoria;
- b) a aplicação do método indutivo;
- c) a teoria é fundamentada nos dados empíricos;
- d) o uso recorrente do método comparativo;
- e) a teoria visa entender o processo de interação entre o indivíduo e o fenómeno objeto de estudo;
- f) a ausência de separação entre recolha e análise de dados;
- g) o recurso à codificação sistemática de dados, logo que disponíveis;
- h) a ênfase na densidade conceptual e não na descritiva;

- i) a pesquisa de novos dados é baseada em conceitos emergentes com recurso a amostragens selectivas que permitam esclarecer os conceitos e as categorias já definidas;
- j) a análise da literatura relevante é realizada depois da análise de dados e não antes.

Sintética e objetivamente com o recurso a esta metodologia, pretendemos ousar compreender o fenómeno em estudo através da análise dos dados recolhidos e com a sua interpretação desenvolver teoria acerca desta área de investigação. Neste sentido, foi igualmente suposto que o estudo aqui realizado fosse exaustivo relativamente a uma determinada população, já que se centra no conhecimento em profundidade das experiências e significações dos sujeitos, no modo como estes captam a realidade e lhe dão sentido, permitindo, assim, acrescentar novas perspectivas de entendimento quanto ao fenómeno que nos propusemos analisar (Vilelas, 2009).

### **5.3 Processo de constituição da amostra**

A determinação dos elementos de estudo é tratada no Método Grounded como Theoretical Sampling (Bianchi & Ikeda, 2008). As investigações com recurso a metodologia da Grounded Theory constroem uma amostra teórica, isto é, a amostra vai sendo constituída pela análise e não seleccionada prévia e integralmente (Fernandes & Maia, 2001), como aliás acontece no paradigma quantitativo de pesquisa (Amaro, 2008). Na realidade, vai-se constituindo em função das questões e das ideias que vão emergindo durante a análise, não se tratando, por conseguinte, de uma amostra com representatividade estatística, mas de uma amostra com importância para o fenómeno em estudo e que visa ser representativa das variações e tipicidades desse mesmo fenómeno sendo por isso direta e intencionalmente dirigida pelo processo de análise dos dados (Strauss & Corbin, 1990).

Segundo Fernandes e Maia (2001) de modo a satisfazer os requisitos de construção de uma amostra teórica o procedimento mais adequado é ir analisando as entrevistas ao mesmo tempo que vão sendo efetuadas finalizando-se o processo quando se alcança a saturação teórica, isto é, quando as categorias identificadas entram em fase de estabilização e os casos subsequentes nada trazem de novo ao investigador. Nesta mesma perspectiva, Guerra refere que a “saturação pode ser considerada uma categoria

de análise, significando que no contexto da interrogação, o entrevistador dá conta da repetição das informações face aos nós centrais de questionamento” (2006:42). Assim, a recolha de dados conclui-se quando já não é previsível que surjam novas e significativas variantes conceptuais (Amaro, 2008).

No nosso caso, e dada a natureza dos objetivos do estudo a empreender, optámos por um processo de amostragem teórica, na qual o critério, como vimos, não é representatividade estatística dos participantes mas o grau de profundidade de conhecimento dos mesmos sobre o objeto de estudo. Nesta perspetiva, os sujeitos da amostra foram encarados como especialistas ou “peritos experimentais, como são designados por Morse (1994). Esta escolha, consentânea aliás com todo o referencial metodológico adoptado, determinou que estivéssemos, desde logo, atentos há necessidade de poder vir a ajustar o número de indivíduos a inquirir, incorporando-os no processo de questionamento. Foi o que na verdade aconteceu de forma mais evidente aquando da realização das entrevistas aos Mediadores Familiares, já que nenhum deles (n=29), sobretudo dos poucos que tinham já experienciado o exercício da mediação (n=4), se referiu à sua atividade junto de crianças ou jovens filhos de casais em processo de separação/divórcio. Por esta razão, e por se tratar de uma matéria de crucial relevância para o estudo em questão, foram incluídos outros sujeitos que, não sendo Mediadores Familiares, possuíam experiência no trabalho directo com crianças e/ou jovens em contexto de processos tutelares cíveis, incluindo a sua audição (n=2). Estamos, neste caso concreto, a referir-nos a um Magistrado com currículo e experiência na área do Direito da Família e a um profissional do Centro de Segurança Social da Madeira cuja função primordial é prestar regularmente assessoria técnica aos Juízes nos processos de separação/divórcio com incidência particular nas questões associadas à regulação das responsabilidades parentais.

## **5.4 Técnica e instrumentos utilizados na recolha dos dados**

### **5.4.1 A Entrevista**

A maior parte dos estudos que seguem a metodologia de **Grounded Theory** utiliza fundamentalmente dados coligidos no terreno através de observações e entrevistas, sendo igualmente possível o aproveitamento de dados de natureza quantitativa, arquivos, fotografias, afinal tudo o que possa viabilizar um melhor conhecimento do

fenómeno (Vilelas, 2009). Assim sendo, e em função do objeto e dos objetivos do estudo optámos por uma estratégia de recolha de dados de natureza qualitativa com recurso óbvio à técnica de entrevista, sempre norteadas pelo princípio de que no âmbito das metodologias qualitativas não se procura uma representatividade estatística mas sim uma representatividade social (Guerra, 2006). O mesmo é dizer que neste tipo de abordagem, não é o número/representatividade estatística dos participantes que importa, mas o nível de profundidade do seu conhecimento e entendimento acerca do objeto a estudar (Ribeiro, 2009).

A escolha e a utilização da técnica de entrevista, que permite o relacionamento estreito entre entrevistador e entrevistado (Freixo, 2009), obedeceu ao respeito integral de um conjunto de condições metodológicas, advogadas aliás, por Ruquoy (1997) e que se traduziram no facto de que não existiam dados sobre a realidade estudada e que por isso era necessário obtê-los, que a mesma implicaria uma relação verbal entre o investigador e a pessoa a ser interrogada, que para acontecer teria que ser provocada pelo investigador, que se realizaria com e para fins exclusivamente científicos, que seria levada a efeito e concretizada com recurso a um guião de entrevista e, finalmente, que obedeceria a uma perspetiva intensiva de recolha de dados já que se procurava conhecer em profundidade as reações da pessoa e identificar processos.

De entre os vários tipos de entrevistas, entendemos optar pela “**entrevista semi directiva**” ou “**semidirigida**”, que é, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1992), a mais utilizada em investigação social. Este tipo de entrevista permite que o entrevistado estruture o seu pensamento à volta do objeto perspectivado, daí o seu cariz parcialmente “não directivo”. No entanto, a definição do objeto de estudo apaga do campo de interesse diversas considerações para as quais o entrevistado se deixa arrastar e impele-o a aprofundar pontos que o próprio não teria explicitado, situação decorrente das intervenções mais directivas por parte do entrevistador (Ruquoy, 1997).

Quivy e Campenhoudt (1992) consideram ainda acerca da “**entrevista semidirectiva**” que o investigador ao utilizar esta técnica de recolha dispõe de um grande número de perguntas precisas e de uma série de perguntas-guias relativamente abertas sobre as quais é necessário receber informação da parte do entrevistado, sem que para isso seja preciso colocar todas as perguntas na ordem e sob a formulação prevista. Dentro do possível o entrevistador dará liberdade ao entrevistado para que possa falar abertamente com as palavras que entender e na ordem que considerar mais adequada. O investigador

terá apenas o papel de reencaminhar a entrevista para os seus objetivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar e de questionar o mesmo, do modo mais natural e espontâneo possível, sobre temas ou assuntos a que ele não chega por si próprio. É neste sentido que Guerra refere que “...a verbalização franca por parte do entrevistado (considerado informador privilegiado) é fundamental e, quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do informante emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas” (2006:51).

#### **5.4.2 Os Instrumentos: guiões de entrevista**

O tipo de entrevista utilizado na nossa pesquisa (“**semidirectiva**”), encontra-se, como vimos, inevitavelmente ligado aos dois Guiões que deram suporte à mesma, não sendo estes mais que documentos estruturados por temas, integrando perguntas ou tópicos de lembrança que auxiliam o entrevistador na condução da entrevista e na obtenção da informação pretendida, sendo apenas introduzidos caso o entrevistado enverede, nas respostas às questões, por discursos ou temas descontextualizados quanto ao que se busca. Assim, durante a entrevista, com recurso aos guiões referidos, fomos introduzindo temas com o objetivo de deixar falar livremente os entrevistados procurando testemunhos e opiniões autênticos sobre os assuntos em análise.

##### **5.4.2.1 Construção dos guiões de entrevista**

Antes de mais referir que a construção dos Guiões obedeceu ao cumprimento rigoroso de alguns requisitos essenciais à elaboração de instrumentos de recolha de informação metodologicamente consentâneo com as características do estudo a realizar, entre os quais podemos destacar o facto de a sua edificação, sobretudo numa fase inicial, ocorrer em perfeita sintonia com os objetivos decorrentes da problematização e a necessidade de a sua estruturação configurar grandes capítulos integradores de “perguntas de lembrança”, apenas introduzidas na conversação caso o entrevistado as não referisse nas respostas (Guerra, 2006).

Na base da sua construção, para além dos aspetos por nós aludidos, estiveram também presentes inúmeras reflexões do foro individual e muitas outras suscitadas e/ou aprofundadas em contexto de orientação da tese.

Embora os Guiões apresentassem uma estrutura pré-definida nunca deixámos de considerar a possibilidade de em contexto de entrevista os tópicos serem abordados de forma flexível, de prever e utilizar uma linguagem familiar aos sujeitos e, ainda, assegurar que qualquer questão menos entendível ou perceptível seria facilmente “descodificada” com o recurso a outras expressões constantes no instrumento que permitissem, uma diferente forma de questionamento, que não perdendo em rigor científico, criaram ambientes de conversa informal e de espontaneidade no discurso.

Muitas vezes o simples facto de assumirmos em simultâneo o papel de investigador e de entrevistador, levou-nos a um processo de memorização do instrumento que, na ótica de Guerra (2006), permite ao pesquisador seguir o discurso do entrevistado na sua lógica e ritmo próprios.

Na esteira do atrás referido, e se procurarmos sintetizar algumas das precauções tidas aquando da construção dos Guiões, reconhecidas aliás por Vilelas (2009), diríamos que essas mesmas precauções se basearam claramente:

- a) no modo como se deveria iniciar as entrevistas, quanto tempo poderia ser despendido com as mesmas, em que contextos físicos e circunstâncias as mesmas iam ser efetuadas e como deveríamos agir em caso de recusa do potencial entrevistado;
- b) no facto de assegurar que as questões a introduzir nos guiões deveriam ser facilmente entendíveis pelos entrevistados;
- c) na forma de ordenamento e encadeamento das entrevistas de modo a favorecer a rápida integração dos entrevistados na entrevista, bem como a manutenção do seu interesse .

#### **5.4.2.2 Estrutura dos guiões de entrevista**

Como já fizemos notar o desenvolvimento do nosso trabalho determinou a necessidade de elaborarmos dois **Guiões de Entrevista**. Assim, utilizámos o **Guião 1 (Anexo V)** na entrevista aos MF e o **Guião 2 (Anexo VI)** na abordagem aos sujeitos sem especialização em MF que embora não sendo mediadores trabalhavam diariamente com casos de separação e divórcio, mormente um Juiz do Tribunal de Família e Menores do Funchal e um Técnico da Equipa Tutelar Cível do Centro de Segurança Social da Madeira.

O **Guião 1** utilizado encontra-se estruturado em **cinco secções** ou **capítulos** constituídos por tópicos ou questões abertas antecédidos por um espaço destinado: a esclarecer a finalidade da entrevista; a contextualizar institucional e academicamente o estudo a levar a cabo; a valorizar os testemunhos dos Mediadores e referir quão importante as suas opiniões se assumiam para o avanço do conhecimento científico sobre a Mediação Familiar em geral e para o tema objeto de investigação em particular; a solicitar autorização para a gravação das entrevistas a realizar aos MF e remeter os mesmos para a leitura e subsequente assinatura da Declaração de Consentimento Informado especialmente elaborada para o efeito (**Anexo VII**).

Deste modo, com a **primeira secção**, designada ***Condição Social, Demográfica, Académica e Profissional do Mediador***, procurámos informação relativa: às características de natureza sociodemográfica do MF e ao seu percurso académico e profissional; à formação em Mediação familiar do entrevistado; às causas subjacentes à frequência da especialização/curso; entidade formadora que conferiu o título profissional e data da sua conclusão; trajeto formativo na área; ligação dos MF a Instituições/Associações Nacionais ou Regionais com responsabilidades na área da Mediação; condição dos MF diante do SMF do GRAL.

Na **segunda secção** intitulada, ***Sociedade, Família e Bem-estar***, foi nossa intenção conhecer: a opinião dos Mediadores familiares sobre a participação das crianças e dos jovens na Sociedade em geral e na Família em particular; a perspetiva dos MF sobre o Bem-estar dos “menores” na Família.

Na **terceira secção** denominada ***Superior Interesse da Criança/Jovem e a Separação/Divórcio na Família*** foi basicamente nossa finalidade auscultar como é que os MF viam os conflitos conjugais nos dias de hoje; quais os motivos ou razões que, na sua ótica, levam aos divórcios e que consequências sociais e familiares podem decorrer desses eventos; como perspetivavam o “Superior Interesse” dos menores de idade nas separações e divórcios e de que forma é que o referido Princípio pode ser salvaguardado; que entendimento possuíam os MF sobre a partir de que momento do seu desenvolvimento estão as crianças capacitadas para emitir opiniões na família e sobre que matérias; que justificações apresentavam para o incumprimento das decisões judiciais no âmbito da família e que utilidade poderá ter a Mediação na prevenção ou decréscimo do fenómeno.

Na **quarta secção** com a expressão, *Crianças/Jovens e a Mediação Familiar como Método Alternativo de Resolução de Conflitos na Família*, intentámos apurar: como idealizavam os MF a Mediação, quer no plano organizativo quer funcional; como perspectivavam a participação dos “menores” na Mediação Familiar nos casos de separação/divórcio; que questões ou assuntos de família devem constar no acordo escrito a celebrar em sede de Mediação entre as partes de modo a preservar e a promover o bem-estar dos filhos após a separação/divórcio dos pais.

Na **quinta** e última **secção**, mais extensa e diretamente relacionada com a questão central do estudo, identificada com a designação *Audição de Crianças/Jovens na Mediação Familiar em contexto de Separação/Divórcio dos Pais*, foi nosso propósito conhecer: a opinião dos MF sobre a Audição das Crianças e dos Jovens em Tribunal nas situações de divórcio dos pais; como tipificavam o ambiente/relação entre os cônjuges nas sessões de MF; qual o ponto de vista dos profissionais sobre o concretizar do direito das crianças e dos jovens à opinião na Mediação Familiar; a posição dos MF sobre a audição dos menores na Mediação Familiar nos casos de separação/divórcio e respetivos fundamentos; contextos relacionais, físicos e processuais de realização da audição; experiência técnica na área da Mediação quer juntos de casais em processo de separação/divórcio quer das crianças e dos jovens; fundamentos associados à inatividade técnica na área, desde a conclusão da especialização, e condições desejadas para exercerem a sua atividade profissional na RAM.

O **Guião 2** utilizado apresenta uma estrutura igualmente composta por cinco secções ou áreas temáticas constituídas por tópicos precedidos por uma nota prévia com vista a explicitar o objetivo da entrevista; a enquadrar academicamente o estudo a empreender; a fazer notar a importância da opinião dos entrevistados, como especialistas na área, e a relevância dos seus testemunhos para o avanço conhecimento científico sobre o tema objeto de estudo; a solicitar permissão para a gravação das entrevistas a realizar e remeter os sujeitos para a leitura e subsequente assinatura da correspondente Declaração de Consentimento Informado (**Anexo VIII**).

Com a **primeira secção** denominada, *Condição Social, Demográfica, Académica e Profissional do Técnico*, diligenciámos informação referente à idade, estado civil e local de residência do profissional do inquirido bem como as suas habilitações literárias, profissões exercidas (até à data da realização da entrevista) e experiência técnica no trabalho directo com crianças e/ou jovens.



Na **segunda secção** intitulada, *Superior Interesse da Criança/Jovem e Separação ou Divórcio na Família*, foi nossa intenção a opinião dos técnicos sem especialização em MF relativa aos motivos inerentes às rupturas de casal e consequências destas em termos sociais e familiares; perspetiva dos referidos profissionais sobre o “Superior Interesse dos menores na família” e defesa deste princípio nos casos de separação e divórcio; razões explicativas do incumprimento das decisões judiciais em matéria de Família e formas de prevenir e/ou reduzir a problemática.

Com a **terceira secção** cognominada, *Audição Judicial de Crianças e de Jovens em contexto de Separação e Divórcio dos Pais* empreendemos um conjunto de tópicos de entrevista cujo objetivo visou conhecer a perspetiva dos entrevistados acerca do ambiente entre os cônjuges em sede de tribunal nos casos de separação e divórcio; as dificuldades profissionais percebidas/sentidas neste contexto de intervenção; a receptividade dos pais relativamente à audição dos filhos durante o processo judicial; a opinião sobre a audição de crianças ou jovens em tribunal e perceção sobre outras possibilidades de concretização do “direito da criança ou do jovem à opinião” naquelas circunstâncias. Foi, também, nosso propósito neste âmbito da entrevista auscultar os profissionais sobre em que casos se deve realizar a audição; contextos ambientais, pessoais e técnicos necessários e/ou ideais à sua execução e as experiências profissionais advindas dessa realidade social. Foi, ainda, intenção neste campo da entrevista perceber a opinião dos técnicos relativamente aos casos em que não se deve realizar a audição; conhecer o seu parecer no que concerne à eventualidade de os menores serem intervencionados noutros contextos técnicos no curso do processo de separação ou divórcio dos pais; e saber a perspetiva destes profissionais sobre a forma ou formas de garantir o direito dos filhos à opinião aquando da separação ou divórcio dos pais.

Na **quarta secção** relativa à *Mediação Familiar como Método Alternativo de Resolução de Conflitos na Família em processo de Separação/Divórcio*, intentámos aferir qual o conhecimento destes profissionais acerca da MF; como perspetivavam a sua organização e funcionamento na RAM; que opiniões possuíam relativamente à participação das crianças e dos jovens no processo de Mediação nos casos de separação e divórcio dos pais; que tipo de questões ou assuntos consideravam fundamental fazer constar nos acordos escritos celebrados entre as partes em sede de Mediação Familiar,

de modo a proteger e promover o bem-estar dos filhos na fase pós-divórcio dos progenitores.

Com a **quinta** e última **secção** designada, *Condições para Desempenho Técnico na abordagem às situações de Separação/Divórcio na Família*, contemplando um só tópico de entrevista, procurámos saber que condições gostariam estes profissionais de possuir na RAM para um melhor exercício da sua atividade junto das famílias em processo de separação e divórcio.

No fim do Guião, e antes de expressar o nosso agradecimento e de manifestar a eventualidade necessidade de voltar a contactar o entrevistado, fizemos constar um tópico destinado a solicitar informação adicional sobre qualquer questão que o profissional entendesse ser pertinente abordar no âmbito da entrevista e do estudo a empreender.

## **5.5 Operacionalização do método da Grounded Theory**

### **5.5.1 Condições prévias necessárias ao processo de recolha dos dados**

Para melhor compreensão do *processo de análise e tratamento da informação* será oportuno aludirmos ao facto de ter sido necessário salvaguardar e garantir algumas condições imprescindíveis às fases de recolha e análise dos dados. Assim, numa etapa anterior à realização das entrevistas, foi necessário, independentemente na natureza dos sujeitos, adoptar alguns procedimentos essenciais à sua concretização.

No caso concreto da recolha de informação junto dos **MF** há a salientar que se procedeu previamente:

- a) ao levantamento do número efetivo de MF residentes na RAM e consequente elaboração de uma lista com os seus nomes, contactos de telefone (pessoais e profissionais) e e-mails. Para o efeito, foi imprescindível a colaboração do Instituto Português de Mediação Familiar (Lisboa) e da sua Delegação no Funchal.
- b) ao contacto telefónico com os Mediadores com vista à auscultação da sua eventual disponibilidade para participar no estudo. Há que referir que esta auscultação foi bastante mais facilitada nos casos e situações em que os Mediadores foram nossos colegas de formação. Nos restantes casos, a dificuldade na abordagem aos sujeitos (aos Mediadores) foi ligeiramente maior e

- a resposta por parte destes relativamente a uma eventual adesão às entrevistas, mais incerta, tímida e reservada;
- c) ao agendamento da realização das entrevistas (dia/hora) bem como o acerto do contexto físico para a sua observância (cf. **Anexo IX** – grelha especialmente elaborada para este efeito);
  - d) à preparação do equipamento destinado à gravação das entrevistas. A este respeito há a realçar a disponibilização de um gravador digital de marca Sony (modelo ICD – P520) e instalação, em computador portátil, (Compaq Presario CQ61-Sistema Operativo Windows Vista – Home Premium) de “software” para audição das entrevistas.

No que concerne à salvaguarda das condições essenciais à recolha de informação junto dos profissionais sem especialização em mediação familiar (**PSEMF**) importa notar, fundamentalmente:

- a) a auscultação junto de serviços, instituições ou técnicos de referência da Região, para conhecimento da disponibilidade pessoal e profissional de profissionais com experiência significativa nas áreas de promoção, proteção e tutelar cível (convirá assumir que da panóplia de potenciais técnicos e em condições de poderem vir a ser inquiridos, alguns já estariam naturalmente referenciados em virtude dos cargos que ocupavam e funções que exerciam nos contextos atrás referidos);
- b) a realização de um contacto telefónico ou presencial inicial com os profissionais para confirmação da sua colaboração (ou recusa);
- c) o agendamento da realização das entrevistas (dia/hora/local);
- d) a preparação do equipamento e do material imprescindíveis à realização e condução das entrevistas (tal como nas entrevistas realizadas aos Mediadores).

### **5.5.2 Processo de recolha dos dados**

Garantidas as condições atrás referidas, a recolha da informação por nós efetuada em contexto de entrevista processou-se do modo que a seguir explicitamos:

## **Junto dos MF**

- a) contacto pessoal ou telefónico com o Mediador com vista ao agendamento da entrevista (data, hora e local). De referir que os agendamentos das entrevistas, no que às datas e horas diz respeito, foram sempre efectuados em função da disponibilidade pessoal e profissional dos entrevistados e que o contexto físico e espacial de realização das mesmas foi, na esmagadora maioria dos casos, sugerido pelos mediadores.

Este contacto foi igualmente relevante para sensibilizar o profissional para o interesse do estudo, para dissipar alguns receios que o mesmo pudesse sentir com a nossa abordagem e aproximação e, ainda, para explicar como e por que razão a pessoa foi escolhida (Ruquoy, 1997).

- b) esclarecimento dos entrevistados acerca da finalidade da entrevista, do contexto institucional e académico do estudo, da relevância dos testemunhos e das opiniões dos Mediadores para o avanço do conhecimento científico no domínio da Mediação Familiar em geral e do tema objeto de pesquisa em particular. Esta primeira abordagem, já em contexto de entrevista, serviu igualmente para solicitarmos autorização aos Mediadores para a gravação das entrevistas e lhes pedir que formalizassem essa mesma anuência com recurso ao preenchimento e assinatura da Declaração de Consentimento Informado já referida.
- c) realização efectiva das entrevistas. Nestas, designadamente no seu início, procurámos situar os entrevistados no “tema da entrevista” e criar um clima de confiança essencial ao seu desenvolvimento. No corpo das entrevistas tivemos como preocupações: revelar uma postura de escuta, evitando interromper os entrevistados, fornecendo-lhes espaço e confiança para se exprimirem pelas suas palavras e no seu ritmo próprio; controlar o fluxo de informação; evitar perguntas tendenciosas; confirmar que íamos entendendo o que e os entrevistados iam dizendo; resumir o que ia sendo dito pelos mediadores, confirmando assim a compreensão dos testemunhos motivando-os a falar mais; evitar generalizações por parte dos entrevistados levando-os a citar casos específicos; apelar à autenticidade dos conteúdos dos testemunhos (socorrendo-nos da “técnica de Kinsey” – *“Olhando-os nos olhos”*); enquadrar as “perguntas difíceis” colocando as questões centrais do estudo para o fim das entrevistas,

altura em que a confiança dos mediadores era mais evidente e significativa (Villas, 2009).

Foram realizadas **vinte e nove entrevistas** em profundidade (n=29), com um total de pouco mais de *trinta e oito horas de conversação* (tempo mínimo e máximo de entrevista, respectivamente: 0:59:42 e 1:53:44, cf. **Anexo X**), número considerável para um estudo de cariz qualitativo (Guerra, 2006). Sobre este número de entrevistas levadas a cabo, falaremos mais à frente aquando da abordagem acerca da **Metodologia Grounded** no que concerne especificamente aos procedimentos empregues na análise e tratamento dos dados.

No fim das entrevistas tivemos o acrescido, redobrado e especial cuidado em registar algumas observações a respeito do comportamento dos entrevistados e do ambiente onde encontros ocorreram (registos efetuados na Grelha já referida e identificada como **Anexo IX**). Assim, relativamente à postura dos **MF** há na nossa perspetiva a relevar: a grande disponibilidade dos entrevistados em colaborar connosco; o facto de manifestarem sentimentos de alguma satisfação em saberem que podiam estar a contribuir para o avanço do conhecimento científico acerca duma questão particularmente exigente em termos de reflexão pessoal e profissional; o encararem as entrevistas como mais uma oportunidade para voltarem a lidar de perto com alguns conceitos e temas ligados à Mediação; o receio, expresso ou camuflado, de alguns interlocutores em não conseguirem corresponder ao desafio colocado, já que muitos deles não mais tinham tido contacto com determinadas matérias objeto de análise.

No que concerne ao ambiente será pertinente salientarmos que os locais onde se realizaram as entrevistas foram sempre do agrado dos entrevistados (domicílio, locais de trabalho ou lugares públicos). Ainda relativamente aos locais de realização das entrevistas, foi nossa preocupação assegurar que os mesmos, independentemente da sua natureza, apresentavam condições ideais a nível acústico, comodidade, discrição e privacidade.

### **Junto dos “PSEMF”**

- a) contacto telefónico com os técnicos destinado a calendarizar a realização das entrevistas (data/hora/local). De salientar que, tal como sucedeu com os Mediadores, a calendarização das entrevistas foi efetuada de acordo com

disponibilidade pessoal e profissional dos sujeitos e que o seu espaço de realização foi escolhido pelos memos.

Este contacto foi igualmente oportuno e relevante para evidenciar a importância do estudo e dissipar eventuais dúvidas que pudessem surgir relativamente à escolha dos sujeitos e à prestação dos seus testemunhos.

- b) envio aos entrevistados, via e-mail, do Guião de Entrevista. De notar que esta circunstância foi solicitada pelos profissionais objeto de estudo, argumentando que seria para si uma mais-valia já que lhes permitiria um tempo para melhor refletir sobre os assuntos a tratar. Com o cuidado de não referir susceptibilidades, foi-lhes comunicado que o interesse dos testemunhos radicaria na sua experiência profissional e que qualquer colagem direta a aspetos teóricos seria contraproducente sob ponto de vista científico.
- c) realização das entrevistas. No início das mesmas procurámos situar os entrevistados no tema, criar um clima de confiança e requerer autorização formal para a gravação da conversa com recurso final à assinatura da Declaração do Consentimento Informado atrás aludido. No decurso das entrevistas, tivemos como preocupações acrescidas: evitar não interromper os entrevistados; não induzir respostas; assegurar que íamos entendendo o discurso; sintetizar o que ia sendo transmitido pelos profissionais; fazer apelo à espontaneidade da verbalização dos conteúdos.

Foram efetuadas duas entrevistas em profundidade (n=2), com um total de pouco mais três horas de diálogo (3:10:44). Como já tivemos oportunidade de ver, uma ao Juiz Presidente do Tribunal de Família e Menores do Funchal; outra a um Técnico Superior do Centro de Segurança Social da Madeira com intervenção regular em processos de natureza Tutelar Cível.

### **5.5.3 Dificuldades diagnosticadas na recolha dos dados**

Vimos que a entrevista foi a técnica eleita para a coleta da informação. Esta técnica de recolha, como todas as outras, apresenta algumas limitações ou dificuldades, que podem ser superadas ou minimizadas se o entrevistador for experiente (Freixo, 2009). Embora considerando que as entrevistas tenham corrido sem especiais anomalias e que estas foram, com maior ou menor dificuldade, inteiramente transpostas, julgamos sensato assumir aqui algumas das nossas vulnerabilidades enquanto entrevistadores e outras que

não sendo imputáveis a nós próprios, não deixaram de se fazer sentir e de causar alguns constrangimentos num momento tão crucial e determinante como o da recolha dos dados. A este propósito, salientamos como especiais adversidades neste processo junto dos MF:

- a) a dificuldade na condução de algumas das entrevistas, especialmente quando os entrevistados apresentavam algum embaraço ao nível da sua expressão ou discurso verbal ou se estendiam demasiadamente em assuntos alheios aos contextos de análise/interesse;
- b) o esforço por nós dispendido com o propósito de não influenciar a opinião do entrevistado (sobre esta questão não será alheio o facto de também sermos Mediadores Familiares, com saberes e posições pessoais sobre os assuntos e matérias abordados);
- c) a gestão de alguns momentos em que os entrevistados manifestaram ou indicaram uma certa dificuldade na compreensão do significado e da intenção de algumas perguntas formuladas;
- d) o facto de muitas das entrevistas serem realizadas após um dia normal de trabalho (entrevistador e entrevistado), o que exigiu, pelo menos da nossa parte, um esforço acrescido quer ao nível da condução das entrevistas quer da sua dinamização.

## **5.6 Procedimentos adotados na análise e tratamento da informação**

Salientemos em primeiro lugar que a codificação ou análise da informação não é mais que o processo através do qual os dados são compartilhados, conceptualizados, estabelecendo-se as suas relações (Vilelas, 2009).

Na nossa pesquisa, toda a informação recolhida nas entrevistas por nós realizadas aos Mediadores (n=29) foi integralmente ouvida e transcrita para *Word* (tarefa árdua, morosa mas produtiva sob ponto de vista da análise e tratamento dos dados), facto que nos permitiu uma imediata imersão no material. Esta circunstância foi por nós perspectivada como o primeiro momento de análise dos dados e conduziu-nos a uma primeira estruturação conceptual dos mesmos, facilitando assim o trabalho de subsequente análise da informação. A este respeito, Silverman (2000) refere que o acto

de preparação associado a uma transcrição é uma atividade teoricamente saturada já que o que se vê e ouve é uma tarefa não de recolha mas de pura análise dos dados.

As vinte e nove entrevistas (n=29) exclusivamente efetuadas aos **MF** resultaram assim numa panóplia de discursos inteiramente transcritos e sobre o qual foi efetuada a análise e o tratamento da informação.

No caso do atual estudo, e conforme já tivemos oportunidade verificar mais atrás, o processo de análise dos dados baseou-se fundamentalmente na metodologia preconizada por Glaser e Strauss, denominada ***Grounded Theory***, de natureza qualitativa com vista à construção de teoria. Neste sentido, não se trata de no presente estudo de verificar uma ou várias abordagens teóricas sobre o tema objeto de análise, mas de tentar compreender o fenómeno em estudo com recurso à análise e interpretação da informação empírica recolhida com o fito de desenvolver teoricamente este campo de investigação (Amaro, 2005). Deste modo, o objetivo da ***Grounded Theory*** é desenvolver teoria substantiva relativa à realidade estudada, ou seja, uma explicação global acerca do fenómeno objeto de estudo (Strauss & Corbin, 1990; Amaro, 2005).

Assim, e considerando o preconizado por esta metodologia, podemos referir que a análise do material ocorreu em simultâneo com a sua recolha o que nos levou a orientar a pesquisa numa alternância entre dois pólos em interação (Ribeiro, 2009) e num processo de constante comparação da informação empírica (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1994).

O primeiro momento da ***operacionalização da análise e tratamento da informação*** traduziu-se naquilo que, à luz da ***Grounded***, se designa ***codificação aberta***, que é a mais exaustiva e ampla possível. Este procedimento de codificação consistiu, como aliás defendem Strauss & Corbin (1990), na decomposição, análise, comparação, conceptualização e categorização dos dados com recurso, segundo afirmam Fernandes & Maia (2001), a processos de questionamento, comparação, rotulação e etiquetagem. Neste tipo de codificação os dados foram tratados analiticamente com vista à descoberta de conceitos subjacentes aos dados empíricos recolhidos (Amaro, 2005; Amaro, 2008). Neste âmbito, recorreremos à técnica de codificação dos textos linha a linha, codificando-se cada palavra, frase ou oração (Vilelas, 2009), mantendo, como refere Amaro (2008), “o espírito aberto a todas as categorias possíveis” procurando, em contexto de processo, “identificar propriedades, objetivos ou inter-relações”. Esta foi a primeira etapa utilizada na redução dos dados.



Já com a **codificação axial**, que consiste, de acordo com Strauss e Corbin (1990), numa panóplia de acções ou procedimentos, através dos quais os dados são reagrupados depois da operação de codificação aberta, com recurso ao estabelecimento de relações entre as categorias, foi possível o desenvolvimento de categorias e a articulação entre elas (categorias e subcategorias). Este processo, foi, de sobremaneira, importante para que pudéssemos reduzir significativamente o número de categorias já que desta forma começaram a ficar organizadas (Vilelas, 2009). É neste procedimento de codificação que Strauss & Corbin (1990) sugerem que se relacione as categorias com as suas subcategorias com recurso ao estabelecimento de um conjunto de relações, a que chamam *paradigma de codificação* que envolve: fenómeno, condições causais, contexto, estratégias de ação/interação e consequências.

Por fim a **codificação selectiva ou focalizada** levou-nos a um processo de identificação de categorias principais ou centrais relacionando-as, de forma ordenada, com as outras categorias (Amaro, 2008). Constitui-se como o último procedimento da análise, mas mais abstracto, integrado e complexo (Strauss & Corbin 1990; Amaro, 2008).

Segundo Strauss e Corbin (1990) nesta fase de análise, edifica-se a “*story line*” (linha-de-história) assente numa categoria central que reflecte o que de mais marcante foi considerado pelos participantes, e nas relações entre ela, categorial central, e as outras categorias mais relevantes para o estudo.

Considerando que na **Grounded Theory** a amostra se encontra intimamente vinculada à análise dos dados, os indivíduos objeto de estudo foram seleccionados e determinados em função da sua pertinência para a elaboração e definição das categorias conceptuais e da relação entre elas e não para efeitos de representatividade (Laperrière, 1997 citado por Vilelas, 2009). Importa também aqui aludir, não obstante tenhamos respeitado o que esta opção metodológica determina relativamente ao processo de amostragem (“*saturação teórica*”), que o número de sujeitos objeto de estudo (e estamos a referir-nos exclusivamente aos MF) foi igualmente estabelecido pela procura, quase incessante, de profissionais desta área experimentados na tarefa de Audição de Crianças/Jovens em contexto de Mediação Familiar (*questão central da pesquisa*). Tal procura revelou-se infrutífera, pelo que como resultado da conjugação de ambas as circunstâncias ficou definida uma amostra constituída pelo número de Mediadores Familiares atrás aludido. Este rumo metodológico manifestou-se particularmente útil na análise dos vinte e nove casos relativos aos **MF** da RAM entrevistados já que relativamente aos restantes

sujeitos (“**PSEMF**”), tal orientação metodológica foi impossível ser seguida na íntegra, de acordo com todos os seus cânones, quer pela limitação do número de indivíduos suscetíveis de poderem vir a ser entrevistados quer, obviamente, pelo tema objeto de estudo, centrado especificamente na opinião dos sujeitos com formação em Mediação Familiar quanto à “*Audição das Crianças e Jovens nos processos de Mediação Familiar nos casos de Separação e Divórcio dos Pais*”.

## Capítulo 6 – Sinopse dos Casos Estudados

Como já tivemos ocasião de ver, os sujeitos objeto de estudo – vinte e nove “Mediadores Familiares” (MF) e dois “Profissionais Sem Especialização em Mediação Familiar” (PSEMF) ligados ao sistema judicial e integrados na investigação após a realização das entrevistas aos primeiros, já que oriundos de uma realidade com a tradição e a experiência que a resolução extrajudicial de litígios na família nos casos de separação/divórcio não possui, pelo menos no nosso país – foram selecionados por ocuparem lugares preponderantes na unidade social estudada (Firmino da Costa, 2007). Sobre estes importa antes de mais notar, não obstante o facto de esta investigação poder constituir-se como um “contributo científico sem fronteiras” destinado à melhor compreensão do fenómeno em análise, que as narrativas dos sujeitos estudados são sempre elaboradas através de sistemas de representação específicos do contexto social e cultural (do local ou lugar) a que os mesmos pertencem (Firmino da Costa, 2007).

Vejamos, então, e em primeiro lugar, cada caso em particular, cuja sequência corresponde verdadeiramente à ordem pela qual as entrevistas foram realizadas aos “informantes privilegiados” e as siglas anunciadas, à forma usada para preservar o seu anonimato. De referir ainda quanto à “*Sinopse dos Casos Estudados*” propriamente dita, que para a mesma não deixasse de sê-lo, acresceria ainda o risco de nos tornarmos enfadonhos neste âmbito, alguns testemunhos produzidos pelos sujeitos acerca das questões aqui tratadas tenham sido oportunamente remetidos para anexo (**Anexo XI**).

No fim, procedemos a uma breve caracterização sociodemográfica, académica e profissional dos MF por força de sobre estes recair o “principal protagonismo” na pesquisa aqui patenteada.

### 6.1 Mediadores Familiares

**6.1.1 Caso SG** – Trinta e nove anos, casada, mãe de dois filhos (de doze e seis anos), residente no Concelho de Santa Cruz, Ilha da Madeira. Psicóloga Clínica, licenciatura concluída na Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade Clássica de Lisboa. Trabalhava há quinze anos como psicóloga tendo iniciado a sua atividade no Centro de Saúde Mental da RAM com intervenção junto de crianças, adolescentes e adultos, passando mais tarde a intervir, quase exclusivamente, na área da

Toxicodependência. Exercia clínica privada com pacientes de todas as idades. Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar por influência de alguns colegas com quem trabalhava no Centro de Tratamento de Toxicodependência da RAM (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Frequentou o I Curso de Mediação Familiar ministrado na Madeira pelo IPMF (organizado e leccionado na RAM entre 2004-2005/6?). Aquando da conclusão do referido curso não possuía quaisquer expectativas de exercer esta atividade profissional. A sua preocupação foi sempre a aquisição conhecimentos e técnicas de mediação para depois proceder à sua aplicação na clínica privada na ajuda e orientação a casais em processo de separação ou divórcio (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**). Desde que concluiu o Curso de Mediação Familiar não mais frequentou qualquer formação na área, incluindo sessões de supervisão, tendo apenas estado presente num Encontro de Mediação Familiar organizado pelo IPMF na Madeira. Afirmou frequentar com alguma regularidade formação no campo da psicologia clínica e da terapia familiar, formação proporcionada pelo Serviço Público a que pertence (Unidade de Tratamento da Toxicodependência). Assegurou não se encontrar ligada a qualquer Instituição Privada com ação e protagonismo no domínio da Mediação Familiar. Relativamente ao SMF verbalizou não o integrar, situação vivenciada com alguma tranquilidade já que a sua preocupação neste campo da Mediação Familiar sempre esteve associada a questões de mera valorização técnica e engrandecimento profissional (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.2 Caso CV** – Trinta e sete anos, casada, dois filhos (um de oito anos e outro de oito meses), residente na cidade do Funchal. Licenciada em Serviço Social (curso concluído em 1994) pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (actualmente Instituto Superior Miguel Torga). Iniciou a sua atividade profissional na RAM como Técnica Superior de Serviço Social do CSSM. Numa fase inicial trabalhou diretamente no Serviço de Acção Social do Concelho da Calheta, localidade onde, em 1996, passou a desempenhar funções de Coordenadora de Núcleo no âmbito de um projecto-piloto associado ao Rendimento Mínimo Garantido (1996-1997). Paralelamente, na mesma Zona da Ilha da Madeira, esteve ligada a um Projeto de Luta Contra a Pobreza. Em 1998 assume funções de Coordenadora de Zona dos Técnicos de Acção Social dos Concelhos da Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz e São Vicente. Em 2001, e ainda no âmbito da Acção Social, passou a coordenar a equipa dos Concelhos de Santa Cruz, Machico, Santana e Porto Santo (Zona Leste da Ilha). Em 2002 assume o cargo de Chefe de

Divisão da Zona Leste, funções que exerce até inícios de 2008, ano em que passa a integrar a Direcção de Serviços de Prestação de Acção Social, com intervenção na área de Promoção da Acção Social e noutros domínios como o Rendimento Social de Inserção (RSI) e articulação com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). À data da entrevista encontrava-se ligada à área dos idosos com incidência na ajuda domiciliária, estabelecimentos oficiais para idosos, centros de dia, centros de convívio e assessoria técnica a instituições particulares de solidariedade social da Região. Neste âmbito, coordenava uma equipa de técnicos superiores. Ainda no âmbito da Segurança Social encontrava-se também a coordenar a Equipa Tutelar Cível de apoio ao Tribunal de Família Menores do Funchal. Afirmou que durante o tempo que exerceu funções de técnica de terreno, entre 1995 e 1998, interveio diretamente com crianças e jovens.

Frequentou na RAM uma Pós-graduação em Protecção de Menores (curso resultado de uma parceria entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Frequentou, igualmente, o Curso de Mediação Familiar na RAM ministrado pelo IPMF (formação concluída em 2008).

Decidiu frequentar o Curso de Mediação como forma de actualizar conhecimentos e por considerar que a Mediação é algo que está a emergir na nossa sociedade e uma forma civilizada de as pessoas resolverem os seus próprios conflitos (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Entendeu ser pouco provável exercer a atividade de mediadora familiar enquanto estiver a Coordenar a Equipa Tutelar Cível do CSSM. Sobre esta escassa probabilidade de exercício da mediação familiar, apontou como razões fundamentais a incompatibilidade profissional inerente ao desempenho das funções aludidas e por não ter nenhuma disponibilidade pessoal para abraçar essa profissão (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Desde que concluiu o Curso de Mediação não mais frequentou acções de formação na área ou participou em grupos destinados a supervisão técnica ou a discussão de casos (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**). Disse não integrar as Listas do SMF, nunca ter tomado qualquer iniciativa para esse efeito e que jamais foi auscultada, por quem quer que seja, sobre o assunto. (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**).

Afirmou não estar associada a qualquer instituição particular com intervenção direta no domínio da Mediação Familiar.

**6.1.3 Caso PC** – Trinta e três anos, solteira, residente no Funchal. Licenciada em Serviço Social desde 1999. Iniciou a sua atividade profissional numa Associação de Desenvolvimento Comunitário (entre Dezembro de 1999 e Maio de 2000). Veio posteriormente para a RAM e, em Dezembro de 2000, ingressa nos quadros da Segurança Social. Nesta Instituição sempre desempenhou funções na área da Acção Social (Concelho de Santana), realidade que, através do seguimento de famílias, lhe conferiu a possibilidade de trabalhar diretamente com crianças e jovens.

Referiu ser, desde 2004, representante do CSSM na CPCJ de Santana, Comissão onde, a partir de Fevereiro de 2009, passou a assumir funções de Presidente.

Relatou que a motivação para frequentar o Curso de Mediação residia na possibilidade de poder aprofundar algumas temáticas por si já conhecidas e na oportunidade de aprender a dominar um conjunto de instrumentos e técnicas com vista à sua aplicação nas funções profissionais que leva a cabo quotidianamente (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Concluiu o Curso de Mediação Familiar, em 2008, pelo IPMF. Na altura, as suas expectativas profissionais eram apenas de adquirir mais conhecimentos para poder aplicá-los no dia-a-dia. Referiu nunca ter sido seu principal objetivo exercer a atividade de Mediadora Familiar, embora estivesse disponível para essa possibilidade (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Desde o dia em que concluiu o Curso de Mediação Familiar, não mais frequentou formações na área. Não possui qualquer vínculo a instituições com intervenção neste domínio. Salientou não se encontrar integrada no SMF, situação que não a inquieta.

**6.1.4 Caso NJ** – Quarenta e seis anos, casado, pai de três filhas (de vinte, de onze e de dois anos), residente na cidade do Funchal. cursou Teologia, frequentou um Curso de Criação Literária e Jornalística e mais tarde uma Pós-graduação em Bioética.

Profissionalmente foi Professor de Educação Moral e Religiosa, de Educação Cívica e Português mas a sua principal atividade sempre foi o Jornalismo. Como Jornalista esteve ligado ao Posto Emissor do Funchal e à TSF onde chegou a chefiar a sua redação (Rádio de Informação). Já teve uma experiência televisiva na RTP Madeira participando como comentador da actualidade Regional.

Enquanto estudante, e na cidade de Lisboa, teve uma experiência de trabalho com crianças e jovens através do Movimento de Apostolado das Crianças (Movimento Católico de Apoio a Crianças de Rua) Projeto que se chegou a estender à Madeira.

Referiu nunca ter frequentado qualquer curso direccionado para intervenção no campo das crianças e jovens.

Alegou que a frequência do Curso de Mediação Familiar teve somente a ver com a necessidade de sair da rotina associada à sua vida profissional (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Formado pelo IPMF afirmou nunca ter pensado dedicar-se exclusivamente à Mediação na medida em que jamais admitiu deixar de ser Jornalista (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**). Afirmou pertencer à Delegação do Funchal do IPMF e nesta condição colaborou ativamente na organização de alguns Encontros realizados na Madeira pelo referido Instituto. Sobre estes Encontros afirmou terem sido realizados com a finalidade de permitir uma reflexão sobre a questão da Mediação e sensibilizar a Sociedade para a mesma (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

Enquanto Mediador Familiar nunca participou em espaços destinados à supervisão e discussão de casos e considera lamentável a circunstância de não haver condições que permitam desenvolver alguns projectos na Madeira. A este propósito entendeu que a Mediação Familiar na Madeira se encontrava numa fase inicial e algo complexa devido à ausência de estruturas (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**).

Afirmou desconhecer oficialmente qual a sua situação perante o SMF, Sistema que na sua perspetiva apresenta algumas debilidades (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 5**).

**6.1.5 Caso MC** – Cinquenta anos, solteira, natural da Madeira, Porto da Cruz, residente no Funchal (freguesia de São Roque). Formada em Enfermagem e Psicologia. Exerceu Enfermagem durante nove anos (na cidade do Porto, cinco anos no Hospital Pediátrico Maria Pia; no Funchal, um ano no Serviço de Medicina, dois no Serviço de Urgência e um ano no Centro de Saúde do Bom Jesus, na consulta de Saúde Escolar). Como Psicóloga iniciou a sua atividade profissional na Equipa do Instituto de Reinserção Social (Funchal) durante seis anos tendo trabalho igual período no Centro Polivalente do Funchal, atual Estabelecimento Vila-Mar, Instituição pertencente ao CSSM destinada a Crianças e Jovens em Risco. À data da entrevista encontrava-se a trabalhar na Equipa de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica do CSSM. Ainda como Psicóloga sempre se interessou pelas áreas da Clínica e do Desenvolvimento.

Referiu ter trabalhado diretamente com crianças e jovens, designadamente na área da saúde (Pediatria e Saúde Escolar) e das crianças e jovens em risco (Segurança Social).

Terapeuta Familiar confessou que a maior motivação para frequentar o Curso de Mediação residia no facto de lhe poder ser vir na gestão dos casos que acompanha no atual Serviço do CSSM.

Formada pelo IPMF, curso concluído em 2008.

As suas expectativas profissionais nunca passaram por exercer a atividade profissional de Mediador Familiar. Sempre se viu como Terapeuta Familiar mas valoriza os conhecimentos que a Mediação lhe trouxe (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista 1**).

Desde a conclusão do Curso nunca mais frequentou formações na área da Mediação Familiar, circunstância que não sucede no âmbito da Terapia Familiar.

Afirmou não valorizar a questão das Listas do SMF já que nunca tencionou ser Mediadora (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

**6.1.6 Caso SS** – Casada, trinta e quatro anos, mãe de uma criança com três anos de idade, residente na Ilha do Porto Santo.

É Formada em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante pela Universidade Lusófona (1999).

Logo após a conclusão da Licenciatura iniciou a sua atividade profissional no Instituto de Reinserção Social (IRS) do Funchal, ao abrigo de um estágio profissional, tendo permanecido mais dois anos neste Serviço. Por questões que afirmou ainda hoje desconhecer (porventura meramente administrativas e de vínculo laboral) foi forçada a deixar o Instituto tendo depois aceitado um convite para dirigir um Lar de Idosos no Porto Santo, onde permaneceu durante 1 ano. Concorreu mais tarde para a Educação Especial (Secretaria Regional de Educação - SRE), onde realiza um estágio, e pouco tempo depois assume funções de Coordenadora da Equipa do Porto Santo.

Representou a durante algum tempo a Educação Especial na CPCJ do Porto Santo, tendo tomado posse como Presidente desta Comissão em Janeiro de 2009.

A respeito do trabalho diretamente realizado com crianças e jovens, afirmou tê-lo feito aquando da sua passagem pelo IRS (na altura era responsável pela Comarca do Porto Santo) no âmbito das então regulações do poder paternal e enquanto profissional ligada à Comissão de Protecção no desenvolvimento de atividades associadas à feitura e assinatura de Acordos de Promoção e Protecção (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Acerca das razões que a levaram a tirar o Curso de Mediação Familiar, afirmou ter tido contacto com a Mediação durante a Licenciatura em Psicologia e a sua frequência era uma oportunidade para dar continuidade àquilo que já tinha aprendido no



passado. Formada pelo IPMF (2006) assumiu que as suas expectativas profissionais no momento da conclusão do Curso eram exercer a profissão para tentar ajudar as crianças cujos pais se encontram em processo de separação ou divórcio (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**). Afirmou não exercer Mediação mas o seu gosto pela área mantém-se intacto (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**). Afirmou ter participado na organização dos dois Encontros de Mediação Familiar realizados no Funchal pelo IPMF e ter estado presente em várias formações destinadas aos técnicos das CPCJ.

Disse não ter frequentado sessões de supervisão e discussão de casos no âmbito da Mediação e referiu que não havendo este tipo de iniciativas no Porto Santo não se encontra em condições financeiras para as realizar no exterior (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**).

Sublinhou encontrar-se ligada ao IPMF através da sua Delegação do Funchal não exercendo qualquer cargo de Direcção.

Disse integrar as Listas do SMF (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 5**).

Sobre a Mediação Familiar na RAM referiu ter feito o possível para que a mesma vingue embora reconheça que se trata de um processo lento, de conquista no que diz respeito à sua implementação e funcionamento (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 6**).

**6.1.7 Caso LR** – Trinta anos, solteiro, residente no Funchal. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, curso concluído entre 1997-2002. Concluiu o estágio da Ordem dos Advogados em 2004 e exerce advocacia numa Sociedade de Advogados sediada no Funchal.

Possui duas especializações: uma em Mediação Familiar e outra em Direito do Trabalho.

Questionado sobre os motivos que o levaram à frequência do Curso de Mediação referiu ter sido pela curiosidade, pelo interesse pelos assuntos do Direito da Família, pelas críticas associadas à morosidade dos processos neste domínio, por considerar ser uma oportunidade e experiência novas na RAM, e ainda, por se ver como uma pessoa pró-acordo.

Formado pelo IPMF, entre 2006-2008, refere que na altura da conclusão do Curso não possuía grandes expectativas em exercer (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Considerou não ser seu objetivo exercer exclusivamente Mediação Familiar até porque é uma área que a sociedade ainda não conhece bem (cf. **Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Mesmo na Sociedade de Advogados a que pertence (composta por 170 a 180 profissionais) existem somente dois Mediadores Familiares. Afirmou não ter frequentado formações no domínio da Mediação desde a conclusão do Curso e referiu não participar em sessões de supervisão na área porque na Madeira, pura e simplesmente, não existem (cf. **Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

Foi da opinião que falta organização e apoios na RAM neste campo que permitam a realização de reuniões de mediadores e de outro tipo de iniciativas importantes (cf. **Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**).

Disse manter uma certa ligação ao IPMF porque foi a Instituição que o formou. Como mediador afirmou que o GRAL se encontra na posse de um documento com referência aos trinta e três Mediadores Familiares da Região mas que essa situação não lhes confere a circunstância de integrarem automaticamente a Lista do SMF, até porque isso implica o recurso a um concurso público. Para si, a Mediação Pública na Madeira não existe.

Afirmou exercer Mediação Familiar Privada.

**6.1.8 Caso AF** – Trinta anos, casada, dois filhos (de 2 anos e de 8 meses), residente no Funchal. Licenciada em Direito, desde que finalizou o estágio na Ordem dos Advogados, tem-se dedicado exclusivamente à prática da advocacia.

Referiu que a experiência que possui na intervenção direta com crianças e jovens veio dos processos de separação e divórcio e das questões intimamente associadas à regulação das responsabilidades parentais. Considera estes processos muito absorventes e de grande exigência em termos profissionais.

Nunca frequentou qualquer curso ou especialização na área específica de intervenção com crianças e jovens.

Apontou como maiores dificuldades profissionais inerentes aos processos de separação e divórcio a gestão do conflito entre os elementos do casal, razão que a levou a frequentar o Curso de Mediação. Nunca encarou a Mediação Familiar como mais uma saída profissional mas sim como algo que permite um certo enriquecimento técnico (cf. **Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Formou-se como Mediadora em 2008 e as suas expectativas profissionais na altura resumiam-se ao apetrechamento técnico já que algumas experiências profissionais passadas levaram-na a tomar consciência de quão difícil é saber gerir os conflitos entre cônjuges nos processos de divórcio (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Considerou que as recentes alterações à Lei do Divórcio (2008) têm levado a que as pessoas procurem menos os advogados nestes casos e que hoje começa a existir uma maior consciência cultural para os casais chegarem a acordo neste domínio.

Sobre as alterações aduzidas, perspectiva como utopia aquilo que está determinado relativamente às responsabilidades parentais até porque os casais, mesmo que queiram, não se conseguem abstrair dos problemas e das questões inerentes à separação, ao divórcio e ao fim das relações. Defendeu, assim, que as pessoas que vivenciam experiências desta natureza são mesquinhas, não conseguem conversar e muitas vezes prendem-se a assuntos que de jurídico nada tem (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**). Assumiu ter experiência na área do Divórcio (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**) Por considerar estes casos exigentes, defendeu que deveria haver regularmente supervisão e que é imprescindível recorrer-se a mecanismos que permitam uma reciclagem profissional.

Disse não se encontrar associada a qualquer tipo de instituição com intervenção no domínio da Mediação Familiar e desconhecer se o seu nome consta ou não na Lista do SMF do GRAL.

Não demonstrou qualquer vontade em integrar o SMF porque não possui tempo para ser mediadora familiar (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 5**).

**6.1.9 Caso SCG** – Trinta e sete anos, casada, grávida do primeiro filho, residente no Funchal. Licenciada em Psicologia, com especialização em Psicologia Clínica Sistémica, Terapeuta Familiar pela Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar (membro efectivo) e Mediadora Familiar pelo IPMF.

Ainda estudante e já na fase de conclusão da sua licenciatura realizou um estágio no Hospital de Santa Maria em Lisboa onde teve a possibilidade de intervir com adolescentes com perturbações do comportamento alimentar e comportamentos suicidas. É precisamente nesta altura que adquire o gosto pela intervenção clínica sistémica.

Mal conclui o Curso de Psicologia regressa à Madeira (1998) para iniciar funções técnicas na Saúde Mental mais concretamente num Serviço Regional destinado ao

tratamento de toxicodependentes. Aqui, a partir de uma determinada altura, passou a intervir exclusivamente com famílias.

Questionada sobre a sua experiência profissional no âmbito da intervenção junto de crianças e jovens, referiu ter vindo duas situações marcantes. Uma, desde 1999, na Associação Abraço do Funchal, ligada a um Projeto de Apoio a Crianças, Jovens e Famílias em situação de risco de negligência e abandono (primeiro como psicóloga e mais tarde como coordenadora da ação). A outra reportou-a à atividade clínica privada (que exerce desde 1998), sobretudo no domínio da conflitualidade conjugal em famílias com filhos menores de idade.

Sobre as motivações que a levaram a frequentar o curso de Mediação Familiar sustentou a vontade em aprender novas técnicas de mediação para serem utilizadas na terapia de casal em situação de crise ou conflito conjugal, o enriquecimento da sua forma de intervir e, ainda, a possibilidade de assim passar a possuir maior criatividade na sua atividade profissional diária (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Formada pelo IPMF (I Curso realizado na Madeira) confessou nunca ter sido sua intenção querer ser Mediadora Familiar e que a sua verdadeira motivação foi sempre a aprendizagem e o domínio de técnicas de mediação, de negociação para sua utilização em sede de terapia (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Nunca frequentou sessões de supervisão ou de discussão de casos no domínio da Mediação, assegurou não integrar a Lista do SMF e não fazer questão que isso aconteça (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.10 Caso MM** – Quarenta e três anos, casada, mãe de duas filhas, residente no Caniço, Concelho de Santa Cruz.

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Porto (1983-1988) com especialização na área do Comportamento Desviante. Afirmou possuir uma Pós-graduação em Direito de Família e Menores e a especialização em Mediação Familiar. Iniciou a sua carreira profissional numa Instituição Particular de Solidariedade do Porto ligada à Toxicodependência, local onde permaneceu durante um ano. Em 1989 entra para o IRS tendo exercido funções técnicas nos Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira e de Alcoentre (1989-1994).

Mantendo o vínculo laboral ao IRS, veio para a RAM em 1994, a fim de trabalhar na área de Família e Menores. Nesta área específica exerceu funções de simples técnica entre 1994-2001 e de Coordenadora de Equipa, de 2001 a 2008.

Para além da Pós-graduação referida e da especialização em Mediação Familiar referiu ter vindo a frequentar ao longo dos anos inúmeras formações proporcionadas pelo Serviço na área de avaliação de competências parentais e intervenção junto de casais. Afirmou que na altura em que decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar não tinha como objetivo exercer já que a sua situação profissional impedia-a de fazê-lo num local externo ao seu Serviço. Assegurou que a motivação para frequentar a especialização partiu do facto de se encontrar ligada profissionalmente ao Serviço de Apoio aos Tribunais do IRS e às questões relacionadas com a Regulação do Poder Paternal (agora Responsabilidades Parentais) e à frequente vontade em se valorizar técnica e profissionalmente (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Como Mediadora Familiar foi formada pelo IPMF, formação concluída em 2008. Nesta altura detinha apenas como expectativas profissionais aplicar os conhecimentos adquiridos na sua realidade técnica diária (IRS) já que faziam avaliações para o Tribunal de Família e Menores e acompanhavam casos. Ainda neste domínio de intervenção referiu trabalhar frequentemente com os pais de modo a que os mesmos pudessem ajudar delinear um acordo judicial que salvaguardasse o interesse dos filhos (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Nunca frequentou sessões de Supervisão em Mediação Familiar ou participou em reuniões da área para discussão de casos.

Afirmou não se encontrar associada a qualquer tipo de instituição privada ligada à Mediação, referiu desconhecer totalmente qual a sua situação perante as Listas do SMF e revelou absoluta ausência de motivação em poder vir a integrá-las (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.11 Caso RS** – Quarenta e seis anos, divorciada, residente na freguesia do Caniço, Concelho de Santa Cruz. Licenciada em Serviço Social desde 1987, iniciou funções profissionais em Montemor-o-Velho (Coimbra) num Projeto de Intervenção Comunitária. Desde 1990 que exerce funções de Técnica de Serviço Social no Hospital Central do Funchal, hoje Hospital Dr. Nélcio Mendonça.

A sua experiência no trabalho directo com crianças remonta a uma fase da sua vida em que ainda não era Técnica Superior de Serviço Social: primeiro como monitora numa colónia de férias pertencente ao Exército Português; depois como Auxiliar de Infância na Fundação Bissaya-Barreto (Coimbra).

A nível formativo assegurou nunca ter frequentado qualquer curso de especialização no campo específico de intervenção com crianças e jovens muito embora tenha vindo a participar em inúmeras formações de curta duração ligadas à infância e juventude.

Apesar de no início da sua atividade profissional como técnica superior não ter trabalhado diretamente com crianças ou jovens, mas com população adulta (alguma idosa), o seu gosto pela população infantil e juvenil foi vivamente expressado.

Referiu como motivos que a levaram a frequentar o Curso de Mediação Familiar o gosto pelas crianças e jovens e o interesse pelas questões associadas às separações e divórcios, sobretudo numa fase associada à vivência da sua rutura conjugal (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**). Formada pelo IPMF (2006) tinha, na altura da conclusão do Curso de Mediação, a expectativa de exercer esta atividade profissional por considerá-la uma mais-valia para a sua vida pessoal e profissional. Afirmou não ter frequentado formação na área específica da Mediação Familiar mas em áreas afins: Direito da Família (acerca da última Legislação sobre o Divórcio), por exemplo.

Nunca participou em sessões de Supervisão em Mediação Familiar ou frequentou reuniões para discussão de casos. A este respeito defendeu que a ausência deste tipo de apoio formativo é altamente prejudicial já que conduz a um período demasiado longo sem formação na área. Considerou, ainda, que viver na Madeira agrava mais esta situação, tornando-se numa considerável desvantagem profissional (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**).

Como sócia fundadora da Delegação do Funchal do IPMF referiu ter participado na organização de alguns Encontros já realizados na Região destinados a divulgar a Mediação Familiar e em reuniões de trabalho com o mesmo propósito.

No que concerne às Listas do SMF do GRAL afirmou ter-se candidatado em 2007 (primeiro concurso público a nível nacional), tendo ficado colocada na 13ª posição “*exéquo*” com outros colegas mediadores (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.12 Caso CA** – Cinquenta e dois anos, divorciada, residente no Concelho de Machico.

Licenciada em Serviço Social, desde 1979, iniciou funções técnicas numa Instituição de Crianças (Coimbra) onde chegou a exercer funções de Directora Técnica.

Veio para a Madeira onde trabalhou no IRS (área Penal e Tutelar Cível) e na Segurança Social. Em 1994 passa a exercer funções no Centro Polivalente do Funchal, atual Centro Vila-Mar, instituição afeta ao CSSM destinada a acolher Crianças e Jovens em Risco.

À data da realização da entrevista coordenava a Equipa da Segurança Social que presta assessoria ao Tribunal de Família e Menores no domínio dos Processos de Promoção e Protecção.

O trabalho que tem desenvolvido neste âmbito tem-na levado a frequentar imensas formações na área das Crianças e Jovens em Risco.

Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar por achar que seria uma excelente oportunidade para enriquecer o seu modo de intervir junto das famílias apoiadas pelo Serviço que coordena (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Formada pelo IPMF, desde 2006, tinha, na altura da conclusão do Curso, como expectativa exercer Mediação no imediato já que entendeu ser uma forma estupenda de ajudar as Crianças e uma alternativa extraordinária para ajudar os pais no relacionamento com os filhos por ocasião das separações e divórcios (**cf. Anexo X Extrato de Entrevista n.º 2**).

Defendeu que muitos dos Processos de Promoção e Protecção decorrem dos Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais mal geridos pelos próprios progenitores onde estes não pensam no interesse dos filhos (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**).

Considerou a Mediação Familiar como uma excelente alternativa aos Tribunais de Família e Menores.

Frequentou, em 2008, uma formação sobre Assessoria aos Tribunais de Família tendo parte dessa mesma formação estado relacionada com a Mediação Familiar.

Mencionou já ter participado nalgumas reuniões de mediadores familiares que serviram para discutir alguns casos, mas nunca sessões de supervisão (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**). Referiu ser do IPMF (apelidou-se “Amigo”) e nesta condição participa em reuniões e noutras iniciativas da Delegação do Funchal para divulgação da Mediação e realização de Encontros.

Disse integrar, desde 2008, uma bolsa de Mediadores para a Região existente no GRAL do MJ. Considerou, contudo, não existir Mediação Familiar Pública na RAM tendo apresentado como possíveis causas a escassa divulgação a nível estatal e o hábito das pessoas recorrerem aos advogados nas situações de divórcio (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 5**).

**6.1.13 Caso GM** – Trinta e seis anos, solteiro, reside na RAM há 8 anos, mais especificamente no Concelho do Funchal.

Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra), desde 1999. Iniciou a sua carreira profissional numa IPSS (Centro Social e Paroquial de Santo Contestável - Bragança) num Projeto de Luta Contra a Pobreza. Seis meses depois ingressou no CSSM, mais concretamente nos Serviços de Promoção de Acção Social, onde permaneceu até Dezembro de 2004.

Afirmou integrar, desde Abril de 2004, a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores do Funchal do CSSM.

Durante o período em que frequentou o Curso de Mediação Familiar teve uma experiência docente na Universidade da Madeira onde leccionou, no Curso de Serviço Social, a disciplina de “Teorias e Metodologias do Serviço Social”.

Salientou que a sua atividade profissional principal tem-lhe permitido realizar um trabalho directo com crianças e jovens e neste âmbito tem realizado frequentes deslocações ao terreno e estabelecido parcerias e articulações com variadíssimas instituições e projectos comunitários existentes nas áreas de residência das famílias objeto de intervenção.

Referiu ter frequentado imensa formação (por iniciativa própria ou proporcionada pelo serviço) com o objetivo estar sempre actualizado já que, na sua perspetiva, a realidade social encontra-se em constante mutação (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 1**).

Apontou como motivos subjacentes à frequência do Curso de Mediação o facto de se identificar profissionalmente com a área e desejo de poder vir a trabalhar neste domínio. Embora não exerça esta atividade técnica, salientou possuir uma enorme vontade em poder vir a fazê-lo e recorrer frequentemente aos seus conhecimentos (da Mediação Familiar) no trabalho que desenvolve diariamente junto dos pais de crianças sinalizadas como estando em perigo. Formado pelo IPMF (2008) considerou que o Curso foi bastante prolongado (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 2**). Referiu ter como expectativas profissionais exercer Mediação embora tenha admitido não existir na RAM condições para a pôr em prática (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 3**). Desde a conclusão do Curso afirmou não mais ter frequentado formação em Mediação Familiar. Participou apenas num congresso organizado pela Delegação da Madeira do IPMF.

Relatou não se encontrar associado a nenhuma instituição com evidência na área da Mediação embora tenha conhecimento da existência de um grupo de Mediadores que se têm vindo a encontrar e a reunir com alguma regularidade (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 4**).



Declarou desconhecer, totalmente, qual a sua situação perante o SMF e manifestou a convicção de uma parte significativa de Mediadores da RAM (os provenientes do II grupo de formandos) não integrarem as Listas do GRAL. Apontou como razões a circunstância da insularidade, a forma como o próprio Sistema Público de Mediação está organizado e o facto da comunicação na RAM não fluir convenientemente, especialmente da parte da Delegação do IPMF do Funchal (**cf. Anexo XI Extrato de Entrevista n.º 5**).

**6.1.14 Caso IR** – Trinta anos, casada, grávida do primeiro filho, residente na cidade de Machico. Licenciada em Enfermagem e Especialista em Saúde Maternal e Obstétrica, desde 2008. Trabalha no Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SESARAM, EPE) mais concretamente no Centro de Saúde de Machico. No exercício da sua profissão, afirmou contactar regularmente com grávidas, crianças e jovens.

Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar para melhorar a sua capacidade de intervir nas famílias, quando nestas são detectadas algumas dificuldades de funcionamento e, ainda, para adquirir novos conhecimentos (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Formada pelo IPMF (2008), tinha como expectativas profissionais, à data da conclusão do Curso, exercer a atividade técnica, quer em termos privados quer públicos (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Relatou que o gosto pela Mediação Familiar fá-la ambicionar frequentar uma Pós-graduação ou Mestrado na área (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

Relativamente à frequência de formações no campo da Mediação, referiu ter participado apenas no II Encontro de Mediação Familiar realizado na RAM e organizado pela Delegação da Madeira do IPMF.

Afirmou nunca ter participado em sessões de supervisão ou discussão de casos na área da Mediação Familiar.

Na Associação Presença Feminina (Funchal), em regime de voluntariado e com uma intervenção de cariz meramente informativo, afirmou ter auxiliado alguns casais em situação de separação de divórcio. Declarou pertencer à Delegação da Madeira do IPMF da qual disse ser sócia (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**).

No que respeita ao SMF do GRAL referiu integrar as suas listas desde 2008 (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 5**).

#### **6.1.15 Caso LG – Trinta e seis anos, solteira, residente no Concelho do Funchal.**

Licenciada em Serviço Social, desde 2000, realizou um estágio profissional no IRS exercendo funções técnicas como Educadora no Centro Educativo dos Olivais (Coimbra), instituição de acolhimento para crianças e jovens em risco.

Em 2001 viajou para a Região Autónoma dos Açores onde veio a trabalhar na Equipa de Família e Menores do IRS de Ponta Delgada. Nesta Região exerceu funções técnicas numa Instituição de apoio a crianças e jovens do sexo feminino vítimas de negligência e abandono parental (dos 5 aos 20 anos).

Em 2003 veio para a RAM a fim de exercer funções no CSSM. À data da entrevista trabalhava na Equipa de Assessoria Técnica ao Tribunal nos Processos Promoção e Protecção (Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal – EMAT).

Enquanto técnica do IRS frequentou algumas formações sobre a Lei Educativa de Promoção e Protecção.

A respeito dos motivos que a levaram a frequentar o Curso de Mediação Familiar, referiu a forte ligação à área das crianças e jovens, o seu enriquecimento curricular e o facto de aprender a lidar e a gerir melhor os casos de conflito familiar (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Aquando da sua formatura em Mediação Familiar (2006) tinha como expectativas profissionais exercer. Sobre esta questão, fez notar que gostaria de exercer a atividade no SMF mas não exclui a possibilidade de exercer esta atividade em regime privado (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Na Madeira tem frequentado os colóquios organizados pelo IMPF e outras formações na área da Lei de Promoção e Protecção, formação, esta, assegurada pelo Serviço a que se encontra ligada.

Afirmou nunca ter participado em sessões de supervisão em Mediação Familiar ou reuniões para discussão de casos, circunstância que considera altamente negativa para todos os profissionais da RAM já que sem este tipo de apoio o exercício da atividade torna-se num grande risco e provoca grande insegurança (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**). Declarou ser sócia fundadora da Delegação da Madeira do IPMF e tem participado nalgumas das suas reuniões.

Afirmou julgar integrar a lista do SMF do GRAL desde de 2009. Para o efeito referiu não ter havido concurso na RAM e que terá sido a Delegação da Madeira do IPMF a

enviar uma lista de Mediadores para o MJ ou este através do GRAL a solicitar à Delegação os seus nomes (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**).

**6.1.16 Caso CRA** – Trinta e sete anos, solteira, residente no Concelho do Funchal.

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya- Barreto (Coimbra).

Frequentou a parte escolar do Mestrado em Sistemas Familiares no Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra).

Trabalhou em diversas áreas: Comunidade e Saúde. Neste último campo profissional chegou a exercer funções em instituições hospitalares e nalguns Serviços existentes no Continente ligados à RAM.

À data da entrevista encontrava-se profissionalmente ligada ao CSSM tendo já exercido nesta instituição funções técnicas na área da população idosa.

Afirmou não possuir experiência no trabalho directo com crianças e jovens.

Em termos formativos nunca frequentou qualquer curso de especialização no campo de intervenção familiar directa com crianças e jovens.

Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar com o propósito de enriquecer profissionalmente e de aplicar os seus conhecimentos à prática profissional diária.

Formada pelo IPMF, desde 2006, possuía, aquando da conclusão do Curso, como expectativas a implementação rápida da Mediação na Região, uma maior receptividade da sociedade madeirense em relação à mesma e, ainda, exercer a profissão de mediador (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Afirmou ter frequentado os dois Encontros de Mediação Familiar organizados e realizados pelo IPMF na RAM (em 2006 e 2008).

Nunca frequentou sessões de supervisão na área da Mediação Familiar.

Referiu fazer parte da Direcção da Delegação da Madeira do IPMF facto que a levou a participar, com alguma regularidade, nas reuniões da mesma. Nesta Delegação, para além de participar em reuniões, afirmou encontrar-se ligada à elaboração de planos de atividade, à realização de acções destinadas à divulgação e implementação da Mediação Familiar na Região e à concretização de alguns Projectos como o designado “Espaço Família”.

Salientou a importância e existência de um acordo entre a Delegação da Madeira do IPMF e uma Associação do Funchal (Presença Feminina) com vista à cedência de um espaço físico destinado à prática da Mediação com realce no atendimento, aconselhamento e informação a casais e famílias em crise (cf. **Anexo XI de Extrato de**

**Entrevista n.º 2).** Referiu integrar a Lista de Mediadores Familiares do SMF do GRAL para a RAM (relativa ao ano de 2009). Para 2010, adiantou ser já necessário haver um concurso público como acontece em Portugal Continental (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3).**

Esclareceu que na Madeira qualquer intervenção do SMF passa antecipadamente por um contacto com a Presidente da Delegação do IPMF a quem cabe receber todas as chamadas telefónicas provenientes do GRAL do MJ recaindo igualmente sobre si a responsabilidade de proceder à convocação de profissionais para Mediar assim como a tarefa de auscultar a sua disponibilidade para o efeito (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4).**

**6.1.17 Caso IS** – Trinta e dois anos, casada, mãe de uma filha com 6 meses, residente no Caniço, Concelho de Santa Cruz.

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa afirmou ter frequentado várias formações na área das Crianças em Risco, Maus Tratos Infantis e do Direito da Família.

Referiu ter tido conhecimento do Curso de Mediação Familiar através de um colega de trabalho, pois considerou ter havido pouca informação na sua divulgação inicial.

Iniciou funções técnicas na Segurança Social na RAM nos Serviços de Acção Social de Santana com intervenção em áreas como: ajuda domiciliária; Rendimento Social de Inserção; famílias carenciadas; crianças em risco. Veio depois trabalhar para o Funchal, freguesia de Santo António, e mais tarde para os serviços de acção social de Santa Luzia, também no Funchal, local onde à data da entrevista já se encontrava há cerca de dois anos.

Referiu trabalhar diariamente com famílias e crianças realizando no âmbito das suas funções técnicas, para além de outro tipo de atividades, visitas domiciliárias e trabalho de articulação com escolas, creches e infantários.

Como razões subjacentes à frequência do Curso de Mediação evidenciou a influência de uma colega de trabalho e a vontade de se enriquecer pessoal e profissionalmente.

Formada pelo IPMF, concluiu o Curso em 2008. Na altura, tinha como expectativas profissionais, exercer no público ou no privado (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1).**

Declarou não ter frequentado formação na área da Mediação Familiar desde que concluiu o curso, embora tenha tido oportunidade de participar nalgumas acções formativas no âmbito do Direito da Família.

Nunca assistiu a sessões de supervisão em Mediação familiar ou frequentou reuniões de grupo de pares para discussão de casos.

Considerou grassar no seio dos Mediadores Familiares da RAM um sentimento de grande tristeza não só por se encontrarem inactivos mas também por haver uma total ausência de informação sobre a Mediação na Região e o seu futuro (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Afirmou não se encontrar ligada a qualquer tipo de instituição com intervenção na área da Mediação.

Relativamente ao SMF referiu não integrar as listas do GRAL e assegurou desconhecer o modo de poder vir a fazê-lo. Reconheceu desconhecer a existência do SMF na RAM (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.18 Caso AQ** – Trinta e sete anos, casado, pai de duas filhas (nove e três anos), residente no Concelho do Funchal. Licenciado em Psicologia pela Universidade Lusófona (Lisboa) na especialidade de Clínica e Aconselhamento.

Iniciou a sua atividade técnica na Toxicodependência em 2003. Desde então tem vindo a exercer funções na Unidade de Tratamento da Toxicodependência do Serviço de Saúde da RAM como na extensão Serviço existente no Estabelecimento Prisional do Funchal. Aqui, além de trabalhar como Psicólogo, tem vindo a exercer funções de coordenador da referida extensão de saúde.

Referiu encontrar-se a frequentar uma Pós-graduação em “Intervenção Sistémica e Terapia Familiar”.

Como Psicólogo nunca trabalhou com crianças ou jovens. Teve no passado uma curta experiência com esta população, proporcionada pelo estágio de carreira que se encontrava a realizar.

Na área das crianças e jovens referiu ter vindo a frequentar curso de curta duração, proporcionado pelo Serviço Público que representa.

Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar por mera curiosidade e por considerar que a mesma lhe proporcionaria um certo enriquecimento no campo da intervenção com famílias em crise (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

À data da conclusão do Curso de Mediação ministrado pelo IPMF (em 2006) possuía como expectativas profissionais vir a exercer.

Referiu não ter tido formação na área da Mediação desde que terminou o Curso e que os seus conhecimentos neste domínio têm sido francamente úteis na sua atividade clínica.

Declarou não se encontrar associado a qualquer tipo de instituição com protagonismo na área da Mediação Familiar.

Relativamente às listas do SMF afirmou desconhecer totalmente qual a sua real situação. Sobre este assunto, assumiu uma notória falta de investimento pessoal apresentado como argumentos a falta de tempo e outros compromissos profissionais (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

**6.1.19 Caso TF** – Trinta e seis anos, solteira, residente no Concelho do Funchal. Socióloga, formatura concluída, em 1996, na Universidade Autónoma de Lisboa. Iniciou a sua carreira profissional no Instituto da Juventude da RAM em 1998, onde trabalhou cinco anos desenvolvendo estudos relacionados com políticas destinadas à infância e juventude (políticas pró-ativas, como refere) e dando assessoria à Direcção do mesmo Instituto.

Em 2001 foi convidada a fazer parte da Comissão de Dissuasão da Toxicodependência da RAM funções que exerce em regime de acumulação.

Em 2004 transfere-se para o Serviço de Prevenção da Toxicodependência integrado hoje no Instituto de Administração da Saúde da RAM (IA Saúde). Neste Instituto, referiu levar a cabo atividades com o objetivo de implementar na comunidade em geral e nas escolas em particular projectos de prevenção das toxicodependências com recurso a um trabalho rigoroso desenvolvido junto de crianças, jovens, famílias e professores. De uma maneira geral considerou ser mais fácil trabalhar com crianças e jovens do que fazê-lo junto da população adulta já que são mais espontâneos e mais comunicativos. Relativamente aos adultos, sustentou que estes apresentam na relação uma postura com mais resistências e ideias pré-concebidas (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Referiu ter um agrade experiência de trabalho com crianças e jovens muito embora não possua qualquer curso de formação específico na área de intervenção junto desta população.

Declarou ter-se candidatado à frequência do Curso de Mediação Familiar com o objetivo de enriquecer curricularmente.

Formada pelo IPMF desde 2006, considerou que a formação foi demasiado prolongada e que as suas expectativas profissionais sempre passaram por vir a exercer a nível privado, em regime de acumulação com a sua atividade profissional principal (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**). Sobre esta questão adiantou que só deixaria de fazer o que faz para se dedicar exclusivamente à Mediação caso compensasse financeiramente (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**). A nível da formação na área, referiu ter participado num encontro organizado pela Delegação do IPMF na RAM.

Em relação à supervisão e participação em sessões destinadas à discussão de casos fez notar que nunca teve esse privilégio até porque nunca teve casos para acompanhar (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**). Ainda a propósito da supervisão referiu ser a mesma fundamental ao aperfeiçoamento das técnicas adquiridas durante o Curso e que se a Mediação Familiar se institucionalizar na Região terá que haver, forçosamente, esta circunstância formativa (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 5**).

Afirmou ser um dos elementos da Direcção da Delegação da Madeira do IPMF, ocupando o cargo de tesoureira e integrar as listas do SMF, desde 2008, não tendo ainda, neste âmbito, sido contactada para exercer as funções de Mediadora Familiar (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 6**).

**6.1.20 Caso CR** – Trinta e um anos, casada, mãe de uma criança (com catorze meses), residente no Funchal.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (1995-2000), manifestou ter tido sempre o desejo de ser advogada.

No início da sua atividade profissional realizou um estágio na função pública, mais concretamente no Gabinete Jurídico do CSSM onde passou a trabalhar após ter sido admitida através de concurso público. Sempre exerceu advocacia, atividade que concilia com as funções de Consultora Jurídica do CSSM.

Como Advogada, há oito anos, e no âmbito dos processos de separação e divórcio e das regulações das responsabilidades parentais, tem tido contacto directo com crianças e jovens. A este respeito referiu que muitos dos seus clientes fazem questão de levar os filhos ao seu escritório e que nunca questionou a sua entrada até porque os pais têm competência para avaliar a capacidade mental daqueles para estarem ou não presentes. Nestes casos, referiu nunca se ter dirigido diretamente às crianças, só nas situações em que fosse estritamente necessário.

Concluiu uma Pós-graduação em Protecção de Menores, Curso organizado e ministrado pela Universidade de Coimbra (Centro de Direito da Família), mas cuja realização aconteceu na RAM. Frequentou este Curso devido à curiosidade e ao interesse que sempre nutriu pela área da Família. Neste âmbito, do Curso, empreendeu um trabalho final sobre Mediação Familiar.

Decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar devido à dificuldade que sentia nas audiências em tribunal no que às regulações das responsabilidades das responsabilidades parentais diz respeito (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**). A sua experiência em tribunal diz-lhe que os juízes têm imensas dificuldades nestes domínios, tornam as audiências muito formais, não conseguem corresponder aos anseios das pessoas e que de uma maneira geral o ambiente é manifestamente desconfortável (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**). Formada pelo IPMF (2006), possuía nesta altura como expectativas exercer conciliando a Mediação com a Advocacia (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

O seu gosto pela Mediação fê-la desejar exercer esta atividade em regime de exclusividade. Participou nas duas Jornadas de Mediação Familiar organizadas na Região.

Nunca frequentou qualquer sessão de supervisão em Mediação Familiar ou participou noutro tipo de encontros de pares para discussão de casos.

Afirmou participar nalgumas reuniões da Delegação do IPMF à qual presta apoio jurídico a nível de eventuais contratos, protocolos e esclarecimento de dúvidas que possam surgir no âmbito da intervenção levada ao cabo pelos seus colegas Mediadores. Referiu integrar as Listas do SMF do GRAL para a RAM e Bolsa de Mediadores do IPMF (Mediação Privada). Sobre esta realidade, considerou que na Região existem dois Sistemas de Mediação: um público e um privado (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**).

Em termos de SMF assegurou integrá-lo desde 2008 (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 5**).

**6.1.21 Caso EG** – Trinta e três anos, solteira, residente no Concelho de Santa Cruz. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya-Batrito (Coimbra), referiu à data da entrevista frequentar o Curso de Terapia Familiar em Lisboa. Declarou exercer a profissão de Assistente Social há cerca de sete anos. Trabalhou no CSSM mais



concretamente numa instituição destinada a acolher crianças e jovens (dos sete aos vinte e um anos) em situação de risco ou com comportamentos delinquentes.

Afirmou trabalhar presentemente na área da Saúde (SESARAM, EPE) nos Cuidados de Saúde Primários numa perspetiva de intervenção generalizada, o que pressupõe uma ação em vários domínios e faixas etárias, e num campo mais específico como o dos jovens e grávidas adolescentes. Neste nível de intervenção referiu dedicar-se sobretudo à sinalização de casos de risco.

Referiu ter frequentado várias formações de curta duração sobre crianças e jovens embora as mais recentes tenham versado sobre questões particularmente importantes como: a “Problemática da Adolescência” e os “Abusos Sexuais em Crianças”.

O seu interesse pela Mediação Familiar despertou aquando da conclusão do Curso de Serviço Social. Na altura encontrava-se a finalizar o seu projeto final de licenciatura tendo para esse efeito lido bastante bibliografia sobre o tema.

Considerou existir bastante afinidade entre o Serviço Social e a Mediação e que a decisão de tirar o Curso passou também por agarrar uma oportunidade formativa de enriquecimento curricular.

Formada pelo IPMF (2006) na ocasião da conclusão da especialidade em Mediação Familiar tinha como séria expectativa profissional exercer. Não tendo tido esse ensejo, tem aproveitado para fazer uso dos seus conhecimentos e técnicas na sua atividade técnica diária no Centro de Saúde (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Desde da conclusão do Curso de Mediação Familiar apenas esteve presente nos Encontros realizados na RAM (I e II Encontros). Nesta área, nunca frequentou supervisão ou participou em qualquer tipo de evento destinado à discussão de casos.

Afirmou encontrar-se ligada à Delegação da Madeira do IPMF, não desempenhando no seu seio qualquer tipo cargo.

No que concerne ao SMF afirmou julgar fazer parte das suas listas mas confessou não se encontrar devidamente informada sobre o assunto, até porque essa circunstância não aconteceu por sua diligência, mas por iniciativa da Delegação da Madeira do IPMF (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

**6.1.22 Caso MS** – Quarenta e oito anos, três filhos (entre os 22 e os 27 anos), residente na Cidade do Funchal. Coursou de Enfermagem, concluiu o Mestrado em Sociopsicologia da Saúde e à data da entrevista encontrava-se a frequentar o Doutoramento em Ciências de Enfermagem.

Em tempos profissionais começou como Enfermeira de Cuidados Gerais Hospitalares, onde exerceu funções durante dezasseis anos. A fim de progredir na carreira concluiu uma especialidade na sua área de formação de base. Após finalizar a sua especialidade, foi convidada para leccionar na Escola Superior de Enfermagem à qual se encontra ligada há treze anos, como docente (Professora Adjunta).

Referiu que o interesse pela Área da Família e pelas Metodologias de Intervenção neste campo levou-a a frequentar o Curso de Mediação Familiar.

Formada pelo IPMF (2006) tinha como expectativas à data da conclusão do Curso poder vir a exercer a profissão. A este respeito considerou que o exercício da atividade depende exclusivamente de cada Mediador, bastando, para isso, ter condições logísticas, designadamente um consultório.

Na sua opinião, à data da conclusão do Curso de Mediação Familiar, não existiam, sobretudo a nível Regional, estruturas que pudessem apoiar convenientemente a Mediação. Considerou que na altura alguns governantes e a própria Sociedade desconheciam quais eram, efetivamente, os objetivos e potencialidades da Mediação Familiar (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**). Para fazer face a esta realidade afirmou ter sido criada uma estrutura por um grupo de mediadores destinada ajudar a inverter a situação da Mediação na RAM. Dessa iniciativa surgiu a Delegação do Funchal do IPMF (Junho de 2007) com projectos ligados à realização de acções de formação e de divulgação da Mediação junto da comunidade regional (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**) de que foram exemplo o I e II Encontros de Mediação que tiveram lugar na Cidade do Funchal.

Salientou que se assumem também como objetivos da Delegação apostar na formação dos Mediadores, criar um Serviço de Mediação Familiar Privado que dê resposta à comunidade (projeto a concretizar com a criação de uma sede da Delegação), ajudar a implementar um “Espaço Família” (com o propósito de facilitar algumas situações problemáticas associadas ao regime de visitas) e, ainda, procurar colaborar no projeto criação na Universidade da Madeira de uma Pós-graduação ou Mestrado em Mediação Familiar. Sobre esta última questão, e como docente da Universidade da Madeira (UMA), declarou encontrar-se especialmente empenhada na elaboração de uma proposta relativa ao seu Plano Curricular.

Considerou a Nova Lei do Divórcio (2008) benéfica para a implementação e sucesso da Mediação Familiar, embora tivesse reconhecido que a nível Regional e a nível da Mediação Privada, a situação seja de certo impasse devido à escassez de recursos.

Acerca do SMF na Região, que considerou à data da entrevista incipiente, referiu que o mesmo era coordenado através de Lisboa existindo um Protocolo entre o GRAL e a Câmara Municipal do Funchal com vista à sua melhor operacionalização e eficácia (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**). Sobre a questão da Mediação Familiar Privada, fez saber que a Delegação do Funchal do IPMF, com o apoio de uma Associação Privada, criou, em Março de 2009, um espaço destinado à efectivação de sessões de Mediação. Nas suas palavras esta parceria assumiu-se como fundamental para a existência e disponibilização de um espaço físico onde os Mediadores afectos à Delegação pudessem desenvolver algumas das suas atividades (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**). Ainda sobre a Delegação, referiu que a mesma possui uma Direcção na qual ocupa o cargo de Administradora Principal (ou Presidente). Esta Delegação possui apenas autonomia de gestão e não financeira, dependendo, por conseguinte, a este nível, da “Casa Mãe” do IPMF sediada em Lisboa.

Assegurou integrar as Listas do SMF, desde fins de 2008, apesar de não ter havido concurso público para esse efeito. Considerou que os 33 Mediadores Familiares da RAM integram provisoriamente as Listas do SMF para a Região e que esta orientação fornecida pelo GRAL (Ministério da Justiça) assenta no facto de reconhecer o IPMF como entidade idónea na área (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 5**). Ainda sobre o SMF referiu ter conhecimento da abertura de concurso público para Região (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 6**). Sobre o funcionamento do SMF na RAM, expressou apenas que a solicitação aos Serviços Públicos de Mediação pode ser feita directamente pelo casal ou por uma das partes, tendo o tribunal a responsabilidade de informar as pessoas acerca da existência na Região deste tipo de resposta pública e que esta não se encontra junto da estrutura judicial (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 7**).

**6.1.23 Caso HV** – Quarenta e quatro anos, casada, mãe de um filho com oito anos, residente no Concelho do Funchal. Licenciada em Psicologia (Porto) na área do Comportamento Desviante. Após conclusão do Curso regressou à Madeira tendo sido contratada pela Junta de Freguesia da “Fajã da Ovelha” (Concelho da Calheta) para

trabalhar no Projeto “Ser Criança”. Neste Projeto, destinado a apoiar famílias disfuncionais chegou a desempenhar funções de Coordenadora.

Mais tarde entra para a Segurança Social e passa a exercer funções na localidade de Câmara de Lobos, mais especificamente na área da Promoção e Protecção de Crianças e Jovens oriundos de contextos familiares com problemas sociais graves como toxicod dependência, alcoolismo, baixos rendimentos, etc.

Veio depois para os Serviços Centrais da Segurança Social do Funchal para trabalhar na Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT) e, desde Maio 2009, que integra a Equipa Tutelar Cível do CSSM cuja competência também se traduz em assessorar as instâncias judiciais nos processos tutelar cíveis. Referiu já ter frequentado duas Pós-graduações mas nunca as concluiu.

Afirmou que o seu trajecto profissional tem-lhe proporcionado uma experiência bastante significativa no trabalho com crianças e jovens provenientes de meios desfavoráveis e de famílias disfuncionais. Declarou ter frequentado variadíssimas formações (que apelida de “complementares”), umas proporcionadas pelo Serviço, outras por iniciativa própria. Formada pelo IPMF desde 2008, decidiu frequentar o Curso de Mediação Familiar por vários motivos: o interesse pela área; o facto de o mesmo ser organizado pela Dr.<sup>a</sup> Maria Saldanha; a oportunidade de enriquecer curricularmente; a esperança de poder vir a exercer Mediação (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Referiu nunca ter tido vontade de se dedicar exclusivamente à Mediação, atividade que não exerce, mas cujos conhecimentos utiliza regularmente nos casos que acompanha na Equipa da Segurança Social à qual se encontra profissionalmente vinculada (Tutelar Cível) (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**). Considerou, no entanto, sentir-se pronta para fazer Mediação caso a oportunidade surja (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

Afirmou nunca ter frequentado formação diretamente relacionada com a Mediação Familiar, mas a que tem tido a nível Tutelar Cível tem-lhe permitido conhecer melhor a da Mediação Familiar em Portugal Continental, cuja situação encarou como bastante melhor comparativamente à da RAM (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**).

Não obstante tenha considerado a Supervisão como algo fundamental à Mediação Familiar, nunca teve o ensejo de participar em sessões desta natureza. Referiu ter apenas frequentado reuniões de discussão de casos, no âmbito da sua atividade profissional

regular (na Equipa Tutelar Cível do Centro de Segurança Social da Madeira) (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 5**).

Considerou a Mediação Familiar na RAM num impasse (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 6**).

Referiu não se encontrar ligada a qualquer associação ou instituição com intervenção nesta área e, expressou, desconhecer totalmente a sua situação no que concerne às listas do SMF do GRAL (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 7**).

**6.1.24 Caso PB** – Quarenta e um anos, casada, mãe de dois filhos (de sete e de onze anos), residente na Cidade do Funchal.

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, desde 1991, tendo realizado estágio em duas áreas distintas: Clínica Familiar e Organizacional.

Iniciou a sua carreira profissional no IRS da RAM. Nesta Instituição, onde permaneceu três a quatro anos, interveio em duas áreas distintas: Penal e Cível (com recurso à elaboração de relatórios e avaliações para julgamento).

Depois desta experiência, ingressa no Centro Polivalente do Funchal (hoje Estabelecimento Vila Mar), instituição afeta ao CSSM e que se destina ao internamento de a Crianças e Jovens com Comportamentos Desviantes ou carecendo de Protecção Social (seis anos de permanência).

Ainda a nível laboral, teve uma efémera passagem pelo Instituto de Investimentos Habitacionais da Madeira, onde empreendeu um trabalho de carácter comunitário ligado a um Projeto designado: “Férias Vivas” (um ano de atividade).

Referiu integrar, desde 2004, a Equipa de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica do CSSM.

Ao longo do seu trajecto profissional foi frequentando inúmeras formações entre as quais se encontram algumas específicas na área da Intervenção com Crianças e Jovens, com incidência particular no campo da Psicopatologia da Criança e do Adolescente.

Terapeuta Familiar, questionada sobre os motivos que a levaram a frequentar o Curso de Mediação Familiar fez referência à oportunidade para aumentar os conhecimentos na área específica do Divórcio e da situação que as Crianças vivem neste contexto, até porque são circunstâncias que se colocam, recorrentemente, no trabalho que desenvolve diariamente (Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica) (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**). Formada pelo IPMF, desde 2008, divulgou não querer ser

Mediadora Familiar (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**). Declarou ver-se mais como Terapeuta Familiar, admitindo, no entanto, que os conhecimentos proporcionados pelo Curso de Mediação são profissionalmente úteis. Referiu apenas ter participado numa formação sobre Mediação (I Encontro de Mediação Familiar da RAM organizado pela Delegação do IPMF do Funchal) mas nunca frequentou qualquer tipo de reunião de pares destinada à supervisão ou discussão de casos.

Questionada sobre a sua ligação a alguma instituição, ou instituições, com papel relevante na área da Mediação Familiar, adiantou não ter qualquer tipo de vínculo institucional ou associativo.

No que concerne às Listas do SMF referiu desconhecer totalmente a sua condição perante tal Sistema, afirmando não ter tomado qualquer tipo de iniciativa com vista à sua inclusão neste campo de intervenção profissional (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.25 Caso PE** – Trinta e seis anos, casada, mãe de dois filhos (dez e cinco anos), residente no Caniço, Concelho de Santa Cruz.

Licenciada em Serviço Social iniciou a sua atividade técnica e profissional em 1996 numa Instituição Particular de Solidariedade Social (Centro Social e Paroquial de Santo António – Funchal).

Em 1998 iniciou um estágio com a duração de um ano no CSSM no Funchal, freguesia de Santo António (Serviço Local de Acção Social), com vista ao seu ingresso na Instituição.

Em 2003 foi colocada na CPCJ do Funchal onde chega a Presidente em 2005, cargo que manteve até 28 de Fevereiro de 2007.

Referiu integrar desde então a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores do Funchal tendo à sua responsabilidade técnica os Concelhos do Funchal e Câmara de Lobos.

Possui uma Pós-graduação em “Protecção de Menores” e a especialização em Mediação Familiar.

Considerou ter muita experiência na área das Crianças e Jovens e que a EMAT acaba por acompanhar aquelas situações-problema cujas CPCJ acabaram por não conseguir solucionar.

Referiu ter frequentado ao longo dos últimos anos inúmeras formações na área das Crianças e Jovens com particular incidência em temáticas como a intervenção junto

daquelas nas Equipas de Assessoria a Tribunais de Família e Menores, Adopção e Abuso Sexual.

No âmbito da sua atividade profissional atual adiantou lamentar o facto de não existir supervisão na área embora frequente semanalmente reuniões para discussão de casos onde as decisões tomadas e os pareceres emitidos são da Equipa e não individuais. Sobre os motivos subjacentes à frequência da Especialização em Mediação Familiar sublinhou a constatação de que muitos dos Processos de Promoção e Protecção resultarem de incumprimentos relativos às Regulações do Exercício das Responsabilidades Parentais pelo que a formação neste domínio constituiria sempre uma mais-valia (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**). A este respeito, adiantou acreditar que a formação em Mediação Familiar possa permitir um maior enriquecimento profissional e um melhor desempenho técnico na ação direta com Crianças, Jovens e Famílias (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Formada pelo IPMF (II Grupo Formativo) considerou o Curso bastante longo mas interessante e enriquecedor.

Aquando da sua conclusão possuía apenas como expectativa profissional de intervir com maior qualidade na sua atividade técnica diária e não a de exercer Mediação.

Sobre a Mediação Familiar na RAM considerou que as pessoas ainda não estão especialmente interessadas na sua utilização e que a formação frequentada na Região, após conclusão do seu Curso, se resumiu aos Encontros organizados pela Delegação do Funchal do IPMF. Adiantou não se encontrar ligada a qualquer Instituição com protagonismo na área, embora reconheça que o mesmo não acontece com alguns dos seus colegas Madeirenses e que a vontade destes relativamente ao exercício da Mediação não é, definitivamente, a sua. No que concerne às Listas do SMF afirmou desconhecer verdadeiramente qual a sua situação perante as mesmas e defendeu que não estão presentemente reunidas na Região as condições mínimas para que o seu exercício se faça com a dignidade que a Mediação exige (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**). Discordou da Mediação Familiar Privada em regime de voluntariado, situação que julga existir actualmente na Madeira, por considerar que a mesma enegrece a sua imagem, e defendeu que o desempenho dos Mediadores a nível privado devia acontecer num regime semelhante ao de outros profissionais liberais, como o dos psicólogos, por exemplo (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 4**).

**6.1.26 Caso ET** – Quarenta e quatro anos, divorciada, mãe de duas filhas (vinte e três e vinte e um anos), residente na Cidade do Funchal.

Referiu possuir o Curso de Educadora de Infância, uma licenciatura em Serviço Social e uma Pós-graduação em Filosofia e Bioética pela Universidade Católica de Braga.

Antes de exercer funções de Assistente Social, trabalhou durante doze anos como Educadora num Bairro problemático caracterizado pelo consumo e tráfico de droga.

Na RAM, e já como Técnica de Serviço Social do CSSM, iniciou funções no Serviço Local de Acção Social do Caniço passando mais tarde a trabalhar num Serviço Específico destinado ao “Apoio aos Sem-Abrigo”.

Desde Janeiro de 2009, e no âmbito de um Protocolo entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) e a Universidade da Madeira (UMa), referiu que coordena o Serviço de Acção Social desta instituição de Ensino Superior, embora mantenha o vínculo profissional ao CSSM.

Relativamente aos motivos que a levaram a frequentar a especialização em Mediação Familiar referiu o gosto pelas matérias ligadas à intervenção na família e o facto de ter crescido num ambiente familiar onde as questões e discussões ligadas ao Direito de Família sempre foram uma constante.

O seu primeiro contacto com a Mediação Familiar no plano meramente teórico e como alternativa à Resolução de Litígios em Tribunal aconteceu em 1999, durante a frequência do Curso de Serviço Social.

Formada pelo IPMF, referiu desejar exercer Mediação Familiar desde a conclusão do Curso em 2008 (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Relativamente a frequência de formações nesta área, referiu não ter participado e que a supervisão na Madeira, apesar de ter sido solicitada, nunca existiu.

Afirmou ter conhecimento de que existe Mediação Familiar Privada na Madeira, através de um Protocolo celebrado entre a Delegação do Funchal do IPMF e a “Associação Presença Feminina”, Instituição Particular de Solidariedade Social, mas que nunca foi convocada ou contactada para mediar qualquer tipo de caso ou situação.

Verbalizou encontrar-se ligada ao IPMF, do qual é sócia com cotas em dia, e que a informação disponibilizada por esta instituição é escassa, não sabendo, portanto, ao certo, o que se passa na Região neste domínio (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).



Relativamente à Mediação Pública relatou apenas saber que integra a Lista de Mediadores para a RAM.

**6.1.27 Caso MB** – Trinta e nove anos, solteira, residente no Concelho do Funchal. Licenciada em Serviço Social, possui uma Pós-graduação em “Protecção de Menores” e a Especialização em Mediação Familiar.

Começou a trabalhar como Assistente Social num Centro de Dia, no distrito de Santarém, onde permaneceu cerca de um ano, para depois transitar para a Segurança Social de Portimão. Aqui, trabalhou com o então denominado Rendimento Mínimo Garantido (RMG), agora RSI, no apoio a famílias carenciadas e com a Comissão de Protecção de Menores local.

Em 2000 veio trabalhar para a RAM, mais concretamente para o Centro de Segurança Social. Na Região começou por desempenhar funções técnicas no Concelho da Ribeira Brava, intervindo no apoio a famílias em especial vulnerabilidade e em Projectos de Luta Contra a Pobreza. Nesta mesma localidade, e ainda a nível do RMG, chegou a assumir responsabilidades de Coordenação.

Mais tarde ingressa na Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais no Centro de Segurança Social do Funchal passando a intervir nos “Processos de Promoção e Protecção” através da assessoria técnica ao Tribunal de Família e Menores do Funchal.

À data da entrevista referiu integrar a Equipa Tutelar Cível (ETC) do referido Centro de Segurança Social dando também assessoria técnica ao referido Tribunal, mas agora nos casos de Regulação, Alteração ou Inibição do Exercício das Responsabilidades Parentais.

Sempre trabalhou com Crianças e Jovens mais afirmou encontrar-se agora a exercer um trabalho que visa permitir uma melhor avaliação dos casos para uma melhor organização do tempo das crianças e dos jovens após a separação e divórcio dos progenitores.

Afirmou ter frequentado vários Cursos de Formação de curta duração sobre Intervenção com Crianças e Jovens, muitos deles proporcionados pelo Serviço a que pertence.

Decidiu investir na Especialização em Mediação Familiar por observar na sua prática profissional diária, anterior e atual, problemáticas a carecer de uma intervenção desta natureza.

Formada pelo IPMF, em 2008, tinha como expectativas exercer (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**). Contudo, o facto de passar a integrar a ETC fez cair por

terra este seu desejo já que o exercício simultâneo das duas atividades poderia levá-la a uma situação de incompatibilidade profissional e, neste caso, jamais as suas chefias viabilizariam tal ensejo (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Desde a conclusão da sua Especialização em Mediação, afirmou ter frequentado um Curso de curta duração na área da “Avaliação de Competências Parentais” e da “Gestão de Conflitos”.

Afirmou nunca ter frequentado sessões de supervisão ou reuniões para discussão de casos na área da Mediação.

Relativamente ao SMF afirmou não o integrar até porque considera que o mesmo não existe na RAM (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

**6.1.28 Caso MG** – Quarenta e oito anos, casada, mãe de uma criança com oito anos, residente no Concelho de São Vicente. Enfermeira de profissão, especialista em Saúde Pública e Mediação Familiar. À data da entrevista encontrava-se inscrita num Mestrado em Gerontologia, cujo início, verbalizou, ser para breve. Referiu trabalhar como Enfermeira no SESARAM,EPE desde 1987, tendo exercido a sua atividade profissional em Projectos e Acções de Intervenção na Comunidade (ligados à Educação para a Saúde) nos Concelhos de São Vicente e de Porto Moniz.

Referiu integrar a CPCJ de Porto Moniz.

Resolveu frequentar a especialização em Mediação Familiar por considerar que seria uma mais-valia para as funções que desempenha enquanto membro da referida Comissão.

Frequentou o II Curso de Mediação Familiar ministrado pelo IPMF na Madeira tendo nessa altura como séria expectativa começar a exercer a profissão.

Desde a conclusão da sua Especialização, frequentou uma formação na área da Mediação Familiar e dois Encontros associados à atividade que exerce na Comissão de Crianças e Jovens.

Nunca frequentou reuniões de trabalho ou sessões de supervisão na área da Mediação Familiar.

Relativamente às listas do GRAL afirmou não fazer parte das mesmas e que este assunto tem sido protelado também devido à sua atividade profissional (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

**6.1.29 Caso RC** – Enfermeira Graduada, 37 anos, solteira, residente na cidade do Funchal. No exercício da sua profissão, no Centro de Saúde do Porto Moniz do SESARAM, EPE, referiu contactar com todo o tipo de população mas a sua maior paixão são as Crianças, daí o interesse em poder vir a tirar uma especialidade na área da Saúde Infantil. Resolveu, sobretudo, frequentar o Curso de Mediação Familiar organizado pelo IPMF já que o mesmo lhe permitiria contactar com matérias relacionadas com Crianças.

Confessou ter sentido alguma desilusão em relação às matérias leccionadas no Curso e afirmou que o mesmo exagerou na abordagem jurídica das questões (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Referiu não tencionar exercer Mediação já que não possui disponibilidade para tal e porque não se sente motivada para o efeito (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

Afirmou que depois de terminar o Curso não mais contactou com matérias relacionadas com a Mediação. Relativamente às Listas do SMF declarou ter conhecimento das mesmas para a Região mas desconhece, por puro desinteresse, se o seu nome consta ou não nas mesmas (cf. **Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 3**).

## **6.2 “Profissionais Sem Especialização em Mediação Familiar”**

**6.2.1 Caso 30 LP** – Trinta e três anos, vivia em união de facto no Concelho de Santa Cruz. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya-Barreto (Coimbra), desde 2000.

Declarou possuir uma Pós-Graduação em Gestão (“Gestão e Pessoas: Mudança e Dinâmica Organizacional”) concluída na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e o Mestrado em Ciências Empresariais pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Iniciou as suas funções profissionais num Centro Social da Lousã (Distrito de Coimbra) desenvolvendo atividades ligadas à Intervenção Comunitária com especial incidência em áreas como a Formação Profissional e Cultura. Aqui, chegou a empreender acções ligadas aos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em processos de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências.

Ingressa mais tarde na “Casa dos Rapazes e Oficinas de São José”, em Viana do Castelo, Instituição destinada ao Acolhimento de Jovens, onde assume funções de Director Técnico.

Na RAM, e já na Administração Pública, inicia a sua atividade profissional nos Serviços de Acção Social Local da Camacha afectos ao CSSM, lidando de perto com problemáticas populacionais como a toxicodependência, o alcoolismo e o desemprego.

Após esta sua primeira experiência laboral, ingressa na Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores do Funchal do Centro de Segurança Social da Madeira, onde exerceu funções durante 5 anos, aproximadamente. Aqui, desenvolvia um conjunto de atividades que passavam, sobretudo pelo atendimento às pessoas (famílias e crianças), elaboração de relatórios e participação nas audiências judiciais como consultor técnico (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

À data da realização da entrevista afirmou fazer parte da equipa técnica do CSSM na Assessoria aos Tribunais na Área Tutelar Cível (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

**6.2.2 Caso 31 MRS** – Quarenta e dois anos, casado, residente na Cidade do Funchal.

Licenciado em Direito e Juiz há 17 anos, sete dos quais no Tribunal de Família e Menores do Funchal.

Afirmou possuir uma Pós-Graduação em “Direito do Consumo” e alguns Cursos de Especialização promovidos pelo Centro de Estudos Judiciários nas áreas do Direito da Família e das Crianças e Jovens (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 1**).

Referiu, ainda, ter também frequentado vários Seminários, alguns deles Internacionais, no campo da sua área atual de intervenção profissional (**cf. Anexo XI de Extrato de Entrevista n.º 2**).

### **6.3 Caracterização sociodemográfica, académica e profissional dos mediadores familiares**

Baseando-nos, em parte, na informação atrás esmiuçada referente aos Mediadores Familiares objeto de estudo (n=29), apresentemos agora, e apenas em relação a estes técnicos, um Quadro Resumo (**Quadro VIII**), que nos possibilitará uma melhor visualização e sistematização das características sociodemográficas, académicas e profissionais dos **MF**, bem como a construção e objectivação do seu perfil, à luz, evidentemente, dos parâmetros de análise referidos.

**Quadro VIII** – Características sociodemográficas, académicas e profissionais dos Mediadores Familiares objeto de estudo

| <b>Grupo Etário*</b>                    | <b>Mediadores Familiares</b> |
|---|------------------------------|
| [30-35]                                 | 8                            |
| [36-41]                                 | 12                           |
| [42-47]                                 | 5                            |
| + 47                                    | 4                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Género</b>                           | <b>Mediadores Familiares</b> |
| Masculino                               | 4                            |
| Feminino                                | 25                           |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Estado Civil</b>                     | <b>Mediadores Familiares</b> |
| Solteiro                                | 12                           |
| Casado                                  | 14                           |
| Divorciado                              | 3                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Concelho Residência</b>              | <b>Mediadores Familiares</b> |
| Funchal                                 | 19                           |
| Machico                                 | 6                            |
| Santa Cruz                              | 2                            |
| São Vicente                             | 1                            |
| Porto Santo                             | 1                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Formação Académica de Base</b>       | <b>Mediadores Familiares</b> |
| Direito                                 | 3                            |
| Enfermagem                              | 3                            |
| Psicologia                              | 9                            |
| Teologia                                | 1                            |
| Serviço Social                          | 12                           |
| Sociologia                              | 1                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Sector Atividade Profissional</b>    | <b>Mediadores Familiares</b> |
| <b>Educação/Ensino</b>                  | 2                            |
| <b>Justiça</b>                          | 3                            |
| <b>Saúde</b>                            | 9                            |
| <b>Segurança Social</b>                 | 14                           |
| <b>Outra</b>                            | 1                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |
| <b>Experiência na Mediação Familiar</b> | <b>Mediação Familiar</b>     |
| Sem Experiência Anterior                | 25                           |
| Com Experiência Anterior                | 4                            |
| <b>Total</b>                            | <b>29</b>                    |

\*Idade Mínima e Máxima: 30/52 anos  
Média de Idades: 38.6 anos

## Capítulo 7 – Contributo para o Estudo Sociológico sobre a Audição das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar

### 7.1 Bem-estar das crianças e dos jovens na família: dimensões, direitos associados e de mais questões conexas

Vimos na primeira parte do nosso trabalho que não existe consenso quanto à definição e avaliação do bem-estar (Danna & Griffin, 1999; Thompson & Aked, 2009; Marrow & Mayall, 2009) e que este, enquanto conceito global e integrador geralmente usado para descrever a qualidade de vida das pessoas (Rees, et al., 2009), contempla aspetos objetivos e subjectivos da vida dos indivíduos (Statham & Chase, 2010), tornando-se, portanto, na sua essência, multidimensional (Ferreira & Sarmento, 2008; Statham & Chase, 2010; Casas, 2010).

No nosso estudo identificámos como *“características intrínsecas à expressão bem-estar”* a “abstracção”, a “relatividade” e a “multidimensionalidade”, como tão bem atestam os extratos de texto extraídos das entrevistas realizadas aos Mediadores Familiares CA, CV e MM:

*“É um termo abstracto...” CA*

*“...muita gente acha que o bem-estar é não lhes faltar nada, desde a alimentação até à “playstation”. Outros acham que o bem-estar é ser amado.” CA*

*“O bem-estar é um bem-estar físico, psíquico e social.” CV*

*“...o bem-estar, no fundo, será o suprir essas necessidades que as crianças vão tendo a vários níveis, não só a nível físico mas depois, também, a nível psicológico, moral, existencial.” MM*

As características atribuídas pelos Mediadores à expressão bem-estar encontram-se, de algum modo, relacionadas com as questões anteriormente expostas no enquadramento teórico sobre o assunto. Por um lado, a existência de possíveis divergências quanto à definição e avaliação do bem-estar; por outro, ao facto de o mesmo estar apegado a aspetos objetivos (como o rendimento familiar, o estado de saúde, etc.) assim como subjectivos (como por exemplo, a felicidade e a perceção que as crianças e os jovens poderão ter das suas vidas (cf. Statham & Chase, 2010). Parece aliás ter sido numa lógica de valorização da dimensão subjetiva do bem-estar que os mediadores familiares consideraram como *“sentimentos ou estados subjectivos de bem-estar”*, o *“sentir-se amada”*, *“sentir-se feliz”*, *“sentir-se pertença da família”*, *“sentir-se segura/protegida”*, *“estar em paz”* e *“sentir-se respeitada”*. Sobre cada um destas vivências ou estados

subjectivos vejamos o que nos disseram os Mediadores Familiares **CRA, CV, LG, IR e CA**:

**“Sentir-se amada”**

*“...a Criança sentir que é amada, ...” CRA*

**“Sentir-se feliz”**

*“É a criança sentir-se bem e ser capaz de sorrir perante todas as situações...” CV*

**“Sentir-se pertença da família”**

*“...sentir-se pertença dela, [da família]. ” LG*

**“Sentir-se segura/protegida”**

*“Para mim, o bem-estar do jovem é ele sentir-se seguro. (...) É sentir essa segurança, sentir que pode contar com os pais, que os seus pais são o porto de abrigo, são aqueles que acima de tudo estão prontos para os confortar e os ajudar.” IR*

**“Estar em paz”**

*“O bem-estar de uma criança...é quando ela está em paz...” CA*

**“Sentir-se respeitada”**

*“... se se sentir respeitada, ...” CRA*

Os estados subjectivos enunciados, que implicam como já vimos a percepção que os sujeitos têm das suas vidas no seio das realidades ou contextos onde se encontram inseridos, remetem-nos, em relação à avaliação do seu bem-estar na família, para a importância da auscultação direta das crianças e dos jovens. Esta possibilidade permite a apreciação fidedigna do modo como os menores de idade se sentem e vivem as suas experiências familiares e o afastamento da circunstância de serem os adultos, por muito próximos que deles estejam, a definir e a traduzir pelas suas palavras o que entendem e sentem como bem-estar.

Pegando no caso particular do estado subjectivo que se reporta ao **“Sentir-se respeitada”** será oportuno referirmos a estreita relação desta dimensão de bem-estar com atitude de respeito dos adultos pela individualidade da criança, por aquilo que ela representa como pessoa, por aquilo que ela pensa e diz (cf. a este propósito artigos 12º, 13º e 16º da CDC que estatuem, respectivamente, o ser ouvida sobre assuntos que lhe digam respeito, o expressar-se livremente e o ser respeitada e ser vista como pessoa, sujeito de direitos).

Os dados recolhidos junto dos Mediadores Familiares acerca desta temática permitiram-nos também identificar um conjunto de condições ou circunstâncias que os mesmos profissionais entenderam ser fundamentais na promoção de bem-estar das crianças e jovens na família. Da panóplia de aspetos revelados pelos técnicos a este propósito, foi possível agrupar a informação analisada em três grandes domínios ou áreas: **“Factores de prestação”, “Factores de proteção” e “Factores de participação”**. Olhando para estes três grandes domínios de fatores promotores de bem-estar encontramos alguma correspondência com a classificação que Hammarberg (1990) apresenta quanto ao tipo de Direitos consagrados na CDC na salvaguarda do seu bem-estar: os *Direitos de Prestação* intimamente relacionados com a satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento das crianças; os *Direitos de Protecção* relativos à prevenção e reparação da violação dos seus direitos; os *Direitos de Participação* relacionados com a expressão e valorização da opinião das crianças sobre todas decisões que lhes respeitam. Neste sentido, foram identificados como **“Factores promotores do Bem-Estar das Crianças e dos Jovens na Família Associados à Prestação”**: o **“ser saudável e poder aceder aos cuidados de saúde”**; a **“convivência familiar e acesso a relações afectivo-emocionais positivas”**; o **“acesso aos cuidados físicos diários”**; o **“incentivo e acesso ao conhecimento”**; o **“ser objeto de supervisão parental”**; o **“acesso ao entretenimento e ao lazer”**. Relativamente a cada uma destas subcategorias de factores de bem-estar infanto-juvenil associadas à **prestação** vejamos alguns testemunhos que as comprovam e definem:

**“ser saudável e poder aceder aos cuidados de saúde”**

“Bem-estar é também a criança... (...) ... estar saudável, física e psicologicamente.” **CV**

“...quando vai ao médico, quando é preciso, e toma as vacinas.” **CA**

“...a nível de saúde, cuidados.” **HV**

**“convivência familiar e acesso a relações afectivo-emocionais positivas”**

“Para mim... o bem-estar é ter afecto na relação...” **SS**

“Eu acho que passa necessariamente por uma relação próxima de convivência com os pais e com quem mais compõe o agregado familiar!” **AF**

“Penso que estas condições e estes nutrientes, ao nível da relação e do afecto, são fundamentais para garantir que se sinta bem, ...” **SG**

“Acima de tudo a componente afectiva.” **TF**



*“Para mim esse bem-estar da criança na família tem a ver com a parte emocional, ...(...) Uma criança feliz na família é, para mim, uma criança emocional bem e com bem-estar na família.”*  
**MS**

*“Traduz-se na relação com uma família coesa, uma família que lhes dê atenção!”* **HV**

*“Porque pode-se dar tudo a uma criança, mas se não houver afectos, não existe equilíbrio.”*  
**ET**

#### **“acesso aos cuidados físicos diários”**

*“...é ter os cuidados de higiene assegurados...”* **SS**

*“...uma criança para estar numa condição de bem-estar, é uma criança que está integrada num meio em que os adultos asseguram o seu bem-estar ao nível se calhar mais básico e vamos à parte da alimentação, do conforto físico...”* **SS**

*“O que é que é o bem-estar da criança? Olhe, para já é ter aquelas necessidades básicas asseguradas, não é? A necessidade de alimentação, ...”* **MM**

*“Quanto a mim, esse bem-estar tem que se traduzir obrigatoriamente na satisfação das necessidades físicas. (...) E quando me refiro a necessidades físicas, são as necessidades elementares: da alimentação, do vestuário, ...”* **GM**

*“Ter uma casa com uma cama para deitar, uma mesa para comer e uma casa de banho para tomar banho... é importante!”* **HV**

#### **“incentivo e acesso ao conhecimento”**

*“ [Falamos] ...do acesso à escola, do acesso à educação, do acesso à cultura, dentro da idade própria de cada um. (...) [E depois] ... os pais devem ter o mínimo de competências pessoais e de condições para poderem proporcionar outro bem-estar às crianças, nomeadamente, o acesso e o incentivo à formação.”* **GM**

*“Condições a vários níveis: educação, (...) cultura...”* **IS**

#### **“ser objeto de supervisão parental”**

*“Para mim, o bem-estar de uma criança num seio familiar passa por um seio familiar atento, capaz de responder aos problemas e às necessidades da Criança, dando-lhe sempre limites, como é evidente. A ausência de limites é uma circunstância que se verifica hoje em dia e que afecta o ambiente propício ao desenvolvimento da criança.”* **LR**

*“Eu conheço um pediatra que costuma dizer que a falta de firmeza e o excesso de facilidade à criança é uma negligência e é uma forma de maus-tratos, e eu concordo. Ou seja, eu acho que um bom pai e uma boa mãe para fornecer um ambiente seguro a uma criança para que cresça bem, tirando as partes básicas que são consensuais, têm que ser capazes de dar amor e firmeza. É aquele pai ou mãe que é capaz de amar como de frustrar a criança para que assim ela possa crescer com competências para poder vir a ser um adulto autónomo e independente e com um “stock” e com “plafond” ou com capital que de algum modo lhe foi dado através deste espelho, que espelhou muito esta protecção, este cuidado e este respeito para ser capaz de tomar decisões quando tiver idade para isso.”* **SG**

*“...tem que ter os orientadores da caminhada no sentido de lhes fazer ver o certo e o errado, o adequado e o inadequado, para que eles encontrem uma estabilidade e se sintam, acima de tudo, seguros. Isto vai permitir também, por outro lado, que eles vão desenvolvendo um olhar consciente, um olhar para eles, a*

*construção de uma identidade, uma identidade considerada sólida, que lhes permita estarem preparados para a vida adulta.” AQ*

**“acesso ao entretenimento e ao lazer”**

*“...ter actividades de interesse para ela, para que sejam desenvolvidas as suas capacidades... ou que os pais tenham essa preocupação de aproveitar os seus gostos e suas capacidades para serem desenvolvidas.” CA*

*“...assim como [ter] espaços de lazer ou encontros com outras crianças da idade dela.” ET*

Ainda em relação aos **“Factores promotores do bem-estar associados à prestação”** os dados apresentados sugerem-nos essencialmente a circunstância de que a satisfação dos mesmos sobrevirá, nalguns casos, da exclusiva responsabilidade e atitude parentais em relação aos filhos, e noutros, da acção complementar pública que, dependendo das situações, incorpora as políticas sociais que caracterizam a natureza dos Estados e das Sociedades que as arquitectam e põem em prática. Assim, no primeiro caso, acreditamos que o bem-estar dos filhos encontra-se dependente da prática de uma parentalidade responsável e do tipo de postura dos progenitores enquanto educadores. No segundo caso, encontram-se as situações que não dependem unicamente dos progenitores mas sim de um conjunto extrínseco de circunstâncias externas à família (como as sociais) com influência directa em determinados domínios do bem-estar infantil e juvenil como o acesso aos cuidados de saúde, à educação, à cultura e ao conhecimento, cuja satisfação muito tem a ver com a “acção pública” entendida por Lebaron (2010) como a acção do Estado e das colectividades locais. Em qualquer caso, o Desenvolvimento e o Bem-estar Infantil dependem sempre de três tipos de factores: individuais; familiares; sociais (Garmezy, 1985; Garmezy & Masten, 1991).

Como **“Factores promotores do Bem-Estar das Crianças e dos Jovens na Família Associados à Protecção”** os dados colectados permitiram-nos fazer a distinção entre duas situações particulares: o respeito pela integridade física e psíquica das crianças e dos jovens (cf. a este propósito, artigo 19º, n.º 1 da CDC). Em relação ao **“respeito pela integridade física”** há a sublinhar a estima na família pela vida da pessoa de menor idade não a expondo a condições ou circunstâncias que envolvam risco para a sua saúde física. No que concerne ao **“respeito pela integridade psíquica”** de notar, para além das referências mais gerais a este factor de bem-estar, as menções dos Mediadores Familiares relativamente a algumas condições mais específicas capazes de afetar o equilíbrio e o bem-estar emocional das Crianças e Jovens como o caso dos conflitos negativos na família (entre os progenitores, por exemplo) ou a sua exposição intencional

a assuntos ou temas que não lhes digam respeito e para os quais não se encontram devidamente preparados para se pronunciar. À luz desta perspectiva, em ambos os casos, a ausência de respeito parental pela integridade das crianças configurará situações de negligência susceptíveis de comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento. Sobre o tratamento negligente das crianças e outras situações mais gravosas para a sua integridade física e mental citemos novamente o artigo 19º da CDC, especialmente elucidativo e orientador sobre esta questão.

#### ***“respeito pela integridade física”***

“ [Bem-Estar é sentir] ...segurança física mas também uma segurança emocional!” **MM**

“O bem-estar é desde o momento que os pais, os progenitores, não coloquem em risco a vida do menor.” **IS**

#### ***“respeito pela integridade psíquica”***

“...o bem-estar tem também a ver com a questão da criança ser protegida, com o estar num ambiente securizante, protector dos seus interesses, e proteger os seus interesses é ter o cuidado de balizar aquilo que são assuntos da criança. (...) Se uma criança sentir que é amada, que é protegida... (...) ... que é protegida dos ciúmes, do terror que é o mundo adulto, com os seus problemas que são naturais, estamos a fazer com que ela cresça numa estrutura de equilíbrio com um “stock” ou um “plafond” de amor-próprio” **SG**

“...as necessidades de protecção mais a nível emocional, mais psicológico... de segurança.” **MM**

“Mas este equilíbrio que eu estou aqui a falar, em termos emocionais, tem uma grande influência [no seu Bem-Estar] ” **MS**

No que respeita aos ***“Factores promotores do Bem-Estar das Crianças e dos Jovens na Família Associados à Participação”*** de referir que neste domínio do Bem-Estar foi realçada a participação activa das Crianças e dos Jovens na sua família como um Direito fundamental que lhes assiste, dependendo a sua satisfação de ambientes ou contextos familiares dialogantes, não autoritários, democráticos, promotores de responsabilidade e respeito mútuo entre os membros da família, conforme atestam as palavras de **MC**:

“Traduz-se (...)...também numa participação activa! (...) ...saber-se pertencente... sentindo que isso é um direito que ela conquistou e não simplesmente um direito que lhe foi dado! Um direito que lhe foi dado e mas que ela também sabe usá-lo!”

Ainda no que concerne aos ***“Factores de Participação”*** os discursos dos entrevistados fizeram nitidamente emergir duas condições indutoras de Bem-Estar nas Crianças e nos Jovens em contexto familiar – o ***“acesso à informação e ao diálogo positivo”*** e a ***“liberdade de expressão e de opinião”*** – encontrando-se ambas as circunstâncias de

bem-estar em correspondência directa com o determinado nos artigos 12º e 13º da CDC. Sobre estas duas realidades intimamente relacionadas com a questão da Participação das Crianças e dos Jovens na Família, damos conta, recorrendo para o efeito aos depoimentos de alguns Mediadores Familiares inquiridos.

***“acesso à informação e ao diálogo positivo”***

*“Um bom nível de comunicação entre pais e filhos, ...”* **GM**

*“No fundo, estar-lhe sempre a explicar tudo e explicar-lhe as razões das opções dos pais. Não é propriamente os pais se radicarem na criança para tomar as suas opções, mas explicarem as suas opções às crianças. Para quê? Para elas se sentirem seguras!”* **CR**

*“É ter um ambiente dito normal em que a criança tenha um papel activo, participativo, uma boa comunicação.”* **EG**

***“liberdade de expressão/opinião”***

*“[É a Criança] ...ser capaz também de poder expressar-se.”* **CV**

*“Precisa de ouvir e ser ouvida.”* **LG**

*“É estar num ambiente que lhe permita também comunicar os seus desejos, as suas necessidades, ...”* **PB**

*“...o facto de as crianças e os jovens se sentirem à vontade para ir ter com as suas figuras parentais e estarem à vontade para falar com eles, comunicar com eles quer sobre problemas quer sobre as mais diversas coisas, seja lá o que for.”* **MB**

Esta questão dos ***“Factores promotores da Participação”*** como agentes de Bem-Estar das Crianças na Família encontra-se ainda inevitavelmente associada a um outro tema igualmente central do nosso estudo e que se refere ao entendimento dos Mediadores Familiares da RAM sobre a Opinião das Crianças e dos Jovens na Família. Assim, os dados compilados junto dos referidos profissionais fizeram emergir variadíssimos entendimentos acerca do assunto em análise que resultaram em categorias e subcategorias de análise relacionadas com um conjunto significativo de assuntos de particular importância para a investigação realizada e que passamos desde já a dissecar e a discutir.

No que respeita à questão particular do ***“reconhecimento do Direito das crianças e dos jovens à opinião na família”***, que mais não traduz do que a posição dos Mediadores Familiares sobre o “timing” a partir do qual os filhos têm Direito à Opinião no seio familiar, um dos discursos proferidos parece-nos especialmente relevante por se encontrar em conformidade com a posição assumida pelo Comité dos Direitos da

Criança sobre “O Direito da Criança a ser ouvida”. Este Comité, no seu Comentário Geral 12, sobre o tema, recomenda, entre muitos outros aspectos, que os Estados Partes não podem supor que uma criança é alguém inapto, incapacitado para exprimir as suas opiniões (parágrafo 20) nem devem estabelecer uma idade mínima para o exercício desse direito que aliás o artigo 12º não prediz (parágrafo 21) e ainda que a plena aplicação deste artigo implica o reconhecimento e aceitação de formas não-verbais de comunicação através das quais as crianças, mesmo que muito pequenas, possam demonstrar compreensão, escolhas e preferências. Sobre esta circunstância será pertinente atendermos, particularmente, aos discursos produzidos por **LG**:

**“à nascença”**

*“A criança, desde tenra idade, (...) desde que nasce (...) tem direito à opinião e a emitir uma opinião.”*

**“a partir do começo da fala”**

*“Emitir opiniões... penso que a partir do momento que começam a falar e que conseguem expressar alguma coisa, começam a articular algumas palavras, eles já começam a emitir opinião. Com um “Sim” ou “Não”, já começam a emitir a sua opinião. A partir daí e ao longo da vida, vão ter direito a uma opinião.”*

Sobre os “*momentos de vida das crianças associados ao início de emissão da sua opinião na família*” os testemunhos dos entrevistados foram variados e induziram-nos a considerar como momentos marcantes a este nível: o “**nascimento**”; o “**aparecimento da linguagem**”; o “**início da idade escolar**”.

Em relação ao momento concordante com o “**nascimento**” parece-nos que o discurso proferido por **SMG** entronca, de algum modo, na linha de pensamento anteriormente apresentado por **LG** a respeito do “**reconhecimento do Direito das crianças e dos jovens à opinião na família**”.

**“nascimento”**

*“Eu acho que as Crianças estão capacitadas para transmitir a sua opinião desde sempre, mal nascem, se falassem. Mas como são muito pequeninas transmitem a opinião através do choro, através da febre, através das birras, através da recusa em comer...” **SG***

Já a perspectiva associada ao “**aparecimento da linguagem**”, estabelecendo o começo da mesma como marco que inaugura o início de emissão de opinião das crianças na família, aponta para uma associação clara entre a palavra e a acção de opinar, deprecando outras formas susceptíveis de serem utilizadas para o efeito. A partir deste

momento, como refere um dos entrevistados, as crianças apresentam cada vez mais capacidade ao nível da clareza de discurso e de pensamento sobre os assuntos a opinar. Este facto não traduz mais que o processo de desenvolvimento cognitivo do ser humano. A este respeito, e sobre o “aparecimento da linguagem” como etapa ao partir da qual as crianças começam a emitir a sua opinião, observemos as citações dos Mediadores Familiares **TC** e **TM**:

*“Expressar mesmo opinião, já alguma afirmação, vão fazendo-o a partir do dia em que começa a linguagem. A partir daí começam a poder expressar-se de uma forma mais clara e crescentemente de acordo com o seu nível de abordagem das situações!” TC*

*“Eu acho que desde que as crianças começam a falar, opinam!” MM*

O “*início da idade escolar*”, que corresponde na generalidade dos casos aos 6 anos de idade, como momento partir do qual as crianças passam a poder expressar a sua opinião, leva-nos a considerar que alguns profissionais estabeleceram uma relação clara entre a capacidade de emitir opinião a partir desta idade e o valor daquilo que é dito e, por conseguinte, mais susceptível de ser tido em conta.

*“Eu penso que a partir dos 6 anos já estão capazes de dizer aquilo que querem e de termos em conta, bastante em conta, essa informação!” HV*

Recordemos que de acordo com a teoria Piagetiana do desenvolvimento cognitivo o início da idade escolar situa-se entre o fim do estágio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos), em que a criança adquire o domínio da linguagem e torna-se capaz de usar palavras para representar objectos e imagens de forma simbólica (Dolle, 1995), sendo por isso capaz de representar as suas vivências e a sua realidade através de diferentes significantes como o jogo, o desenho, a linguagem e a imagem, e o começo do estágio das operações concretas (dos 7 aos 12 anos) a partir do qual as crianças começam a ver o mundo com mais realismo e deixam de confundir o real com a fantasia (Dolle, 1995) embora tenham dificuldade em pensar abstractamente (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Já de acordo com a Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg o “início da idade escolar” coincide com o nível I da moralidade pré-convencional (entre os 4-10 anos), que corresponde a uma fase em que o sujeito apresenta um raciocínio moral essencialmente egocêntrico, imediatista e inteiramente dominado pelo interesse próprio. Nesta fase as pessoas, sob controlo externo, respeitam as regras para evitar punições, para serem recompensados ou agem por interesse próprio.

As “*Formas de emissão de opinião das crianças e dos jovens na família*” foi também uma das questões veiculadas pelos entrevistados. Para Sequeira (2006) a comunicação humana pode assumir duas formas, ambas importantes e complementares: a comunicação analógica, que corresponde dimensão não-verbal das mensagens (envolve a linguagem gestual, a expressão facial e corporal); e a comunicação digital que corresponde à utilização de um código sintáctico e semântico claro e preciso (abrange a linguagem escrita ou verbal).

Na óptica dos mediadores familiares estudados as crianças e os jovens comunicam ou transmitem a sua opinião através do “*comportamento*”, da “*fala*” e do “*desenho*”.

No que se restringe ao “*comportamento*”, que se enquadra no modo de comunicação analógica, para além da óbvia evidência de que este é uma forma muito frequente de as crianças e dos jovens comunicarem, um dos sujeitos quis salientar a importância e necessidade de os progenitores estarem especialmente despertos para a sua expressão que, não sendo verbal, e por conseguinte menos explícita que a digital, poderá assumir-se como bastante ilustrativa e fidedigna quanto à avaliação ou percepção do estado emocional em que os filhos se encontram num determinado momento. Sobre esta questão muito particular **GM** referiu:

**“comportamento”**

*“É, de facto, muito importante estarmos atentos àquilo que elas expressam, à forma como reagem, à conduta comportamental que assumem no dia-a-dia na medida porque poderão ser indicadores para os pais, para os adultos, da forma como as crianças se sentem e, portanto, é uma questão de vigilância e de supervisão que deve ser feita para nos podermos aperceber daquilo que elas nos estão a dizer.”* **GM**

Quanto às restantes formas de comunicar ou expressar a opinião, “*Fala*” e “*Desenho*”, os testemunhos dos profissionais sugeriram a comunicação verbal (“comunicação digital”) como uma das formas de comunicação mais usadas pelas crianças na interacção com os pais em contextos normais da vida familiar; e a segunda, que não sendo enquadrável na forma de comunicação analógica ou digital foi reflectida por **MM** como modo de comunicação igualmente válido, utilizável pelas crianças de tenra idade para demonstrarem compreensão, opções e preferências (cf. Comité dos Direitos da Criança no seu Comentário Geral 12 sobre “O Direito da Criança a ser ouvida”). Sobre estas duas formas de expressão de opinião vejamos o que nos disseram **GM** e **MM**:

**“fala”**

*“Elas expressam as ideias e fazem-se ouvir... (...) ...através da verbalização, ...” GM*

**“desenho”**

*“Elas até podem expressar-se através de um desenho, têm é que se expressar sobre os assuntos da família!” MM*

Uma outra questão particularmente relevante sobre a conceção dos Mediadores Familiares da RAM acerca da Opinião das Crianças e dos Jovens na Família encontra-se relacionada com o que os mesmos profissionais entenderam ser os **“Factores associados à capacidade das crianças e dos jovens para emitir opinião na família”**. A este respeito a análise detalhada dos depoimentos pronunciados pelos profissionais em sede de entrevista permitiu-nos ir identificando as condições que os mesmos consideram influir diretamente na aptidão das crianças e dos jovens para transmitir as suas ideias, os seus entendimentos na família. Neste âmbito foram identificados como factores determinantes: a **“Idade”**; o **“Estádio de desenvolvimento”**; a **“Personalidade”**; a **“Natureza do tema”**; a **“Vivência intra-familiar”**; a **“Vivência extra-familiar”**.

Quanto à **“Idade”** há a considerar a circunstância de que a mesma foi muitas vezes relatada como equivalente ou correspondente a um nível de desenvolvimento humano e nesta lógica de pensamento, referir que a maior ou menor capacidade das crianças para opinar encontra-se directa e proporcionalmente relacionada com a maior ou menor idade correspondendo esta a um índice combinado de todas as estimativas do desenvolvimento ou medidas do desenvolvimento formulada em unidades etárias, como bem refere Chaplin (1981). Outro facto que nos parece relevante salientar foi a inexistência de unanimidade entre os Mediadores Familiares quanto à idade que os mesmos consideram constituir-se como crível indicador de capacidade de uma criança para expressar a sua opinião no seio familiar, muito embora, nalguns casos, a faixa etária que baliza a adolescência tenha sido apontada como etapa de desenvolvimento a partir do qual os menores de idade se encontram inteiramente aptos para se expressarem sobre os mais diversos assuntos, mesmo quando a sua complexidade é efetiva, devendo, por isso, as suas opiniões ser percecionadas na família como válidas. Na Adolescência, que corresponde na Teoria sobre o Desenvolvimento Cognitivo de Piaget ao estágio das operações formais (dos 12 anos até à idade adulta), a criança torna-se capaz de pensar e de entender ideias abstractas e hipotéticas (Papalia, Olds & Feldman, 2006), quando



confrontada com um problema, possui capacidade de examinar todas as formas possíveis de o solucionar (Giddens, 1997). Mas sobre as asserções referidas a acerca da idade como factor decisivo no campo da capacidade das crianças e dos jovens para opinar vejamos o que nos disseram alguns profissionais.

*“Evidentemente que se for uma criança muito pequena não terá essa capacidade. Quando eu digo muito pequena, digo com menos de 5 anos, não terá... (...) Se for uma criança com 7, 10 anos já vai tendo uma percepção de como funciona a família, ...(...) Agora crianças com mais de 10 anos, 10 a 14 anos, acho que sim, já têm uma apreciação mais completa da vida familiar e são capazes de emitir opiniões sobre as suas preferências, coisas diversas no dia-a-dia da família, de influenciar as próprias decisões dos pais, adquirir coisas básicas para casa. (...) Claro que entre os 14 e os 17 anos terão esse percurso mas conseguem opinar perfeitamente sobre a vida da família, sobre assuntos, vários.” IR*

*“Eu penso que a partir dos 6, 7 anos, mais ou menos dentro dessas idades, a criança vai querendo participar no seio familiar a vai querendo opinar sobre os assuntos familiares, sobre assuntos escolares.” IS*

*“Mas capacidade para formar uma opinião que seja válida... eu penso que a partir da adolescência! Penso que a partir dos 14 anos elas já são capazes... as crianças, os jovens, neste caso, já são capazes de formular, de emitir uma opinião que para os pais possa ser considerada válida.” CG*

*“...obviamente que um miúdo de seis anos não pode ter a mesma capacidade de responder que um miúdo de dezasseis anos.” EG*

Já no que concerne ao “**Estádio de desenvolvimento**” os Mediadores Familiares foram mais objectivos nos seus discursos, deixando por conseguinte bem patente a ideia de que nem sempre a “idade do calendário ou cronológica” corresponde ao nível de desenvolvimento mental da criança ou do jovem. Esta circunstância impele-nos, entre outros aspectos, para a oportunidade e necessidade de estabelecer uma distinção entre idade mental (IM) e idade cronológica (IC). Assim “a criança cuja IM é significativamente superior à IC (idade cronológica) é mais esperta que a normal” (Chaplin, 1981:276). Parece-nos, neste sentido, que a expressão “maturidade” recorrentemente utilizada pelos profissionais neste âmbito não quis representar e significar mais que a capacidade mental, intelectual de cada criança para emitir opinião, sendo certo que a mesma é determinada por um conjunto de factores que fazem com que cada criança seja invariavelmente diferente de outras e apresente mais ou menos competências no acto de pensar e de se expressar. Citemos, sobre esta questão particular, alguns dos sujeitos:

*“O desenvolvimento das crianças é diferente... (...) O momento, acho que é quando a criança revele maturidade suficiente para intervir nos assuntos da família. (...) É assim, a criança pode ter determinada idade e não ter maturidade suficiente para participar em assuntos de família ou para emitir opinião.” PC*

*“Nós sabemos que há crianças que aos 8 anos são extremamente adultas e crianças que aos 14 são extremamente infantis!” LR*

*“Na minha perspectiva... acho que não há propriamente idades, depende do estágio de desenvolvimento que a criança tem e isso poderá ser avaliado a vários níveis.” RS*

*“Há miúdos com treze, catorze anos que são muito imaturos. Eu acho que não tem nada a ver com a idade.” PE*

Em relação à “**Personalidade**”, podendo esta ser entendida como a “organização dinâmica, dentro do indivíduo, dos sistemas psicofisiológicos que determinam o seu comportamento e pensamento característico” (Chaplin, 1981:418), os Mediadores Familiares patentearam as características pessoais, de carácter, de temperamento e forma de cada um se posicionar perante a vida e as situações como aspectos determinantes na capacidade das crianças e dos jovens para emitir opiniões.

*“Não quero julgar aqui... aos 10, aos 9, aos 8... porque isso depende também da personalidade da própria criança.” AF*

*“Há crianças que são muito mimadas, que têm tudo na vida e que não conseguem transmitir [opinião].” PE*

Em relação à “**Natureza do tema**” os discursos revelaram-nos que na óptica dos profissionais existem determinadas matérias que, independentemente da idade, do desenvolvimento e da personalidade da criança ou do jovem, jamais poderão ou deverão ser por si objeto de análise ou opinião, como, por exemplo, os relacionados com as características da relação entre os progenitores ou a circunstância da sua separação ou divórcio.

*“Nunca considero bom uma criança opinar sobre o relacionamento dos pais, do casal. Nesta situação eu acho que pôr uma criança a opinar sobre a relação conjugal dos pais não é muito saudável.” EG*

*“Não se vai perguntar numa situação de ruptura ou divórcio com quem é que queres ficar. Acho que é a coisa pior que se pode fazer a uma criança. Por muita maturidade que tenha.” PE*

Os restantes dois factores indicados, “**Vivência intra e extra-familiar**”, materializam a importância atribuída pelos Mediadores Familiares à família e ao meio extra-familiar como condições especialmente influentes na competência que as crianças poderão ou

não exibir no domínio da produção de opinião. Assim, a “*Vivência intra-familiar*” como factor determinante a este nível radica na ideia de que a família, tanto nuclear como alargada, é um importante agente socializador e modelador pois é também nela que cada indivíduo desenvolve a sua capacidade de agir, argumentar, descobrir e ser. Neste caso cada pessoa também é fruto do meio familiar do qual provém. Em última análise tem a ver com o que Setton (2002) refere sobre a família como espaço de relações identitárias e de identificação afectiva e moral responsável pela transmissão de um património económico e cultural (cf. Berger & Luckman, 1983; Bourdieu, 1998, 1999 citados por Setton, 2002). Os excertos a seguir apresentados são, do nosso ponto de vista, eloquentes sobre a questão:

*“...uma criança de 11 anos pode ter um determinado desenvolvimento numa determinada família e uma criança com a mesma idade de outra família estar numa etapa completamente diferente.” NJ*

*“Eu acho que as crianças estão capacitadas para dar a sua opinião quando realmente conseguem entender o assunto de que estamos a tratar e isso depende dos pais, da educação que lhes deram e daquilo a que ela teve acesso...” CA*

*“...uma criança poderá ter capacidade porque foi estimulada para ter essa capacidade e podermos ter outra criança com a mesma idade que encolhe ombros, não consegue ter uma opinião.” CRA*

*“Eu acho que tem muito a ver com o meio, com o contexto em que a criança está inserida e com aquilo que ela foi estimulada, motivada pela família, quer nuclear quer alargada ...(...) Portanto eu não consigo responder a essa pergunta em termos de faixas etárias.” EG*

Já a “*Vivência extra-familiar*” encerra a ideia pronunciada de que a maior ou menor aptidão das crianças ou dos jovens neste campo encontra-se igualmente dependente daquilo que lhes é transmitido e oferecido experienciar noutros contextos que não o familiar, nomeadamente o escolar. Foi aliás nesta linha de pensamento que os Mediadores afirmaram ver a escola e as novas tecnologias como recursos e circunstâncias essenciais ao desenvolvimento e ao processo de aprendizagem do ser humano, na medida em que contribuem de forma concludente para o surgimento e aprimoramento do seu juízo crítico e do seu nível de participação, tanto no plano familiar como social. A propósito, convirá lembrar as palavras de Sousa e Filho sustentando que “A escola ao incentivar a busca de um fim... (...) ...em determinada actividade além de estimular o desejo de aprender, também propicia que a criança tome consciência dos seus progressos tanto em relação aos conhecimentos adquiridos como à

sua capacidade criadora, fazendo com que ela obtenha estima e aprovação, servindo-se disto, como um meio de consolidação da sua personalidade” (2008:5-6).

*“Obviamente que um jovem já tem um conjunto de conhecimentos e outras competências porque também na escola aprende “n” assuntos e “n” disciplinas. (...) [Essa capacidade deve-se] Às características da personalidade, da educação que teve, da experiência que teve ao longo do seu percurso, dentro e fora da família.” TF*

*“...com a estimulação que as crianças têm, estímulos não só familiares mas também a nível exterior, têm uma participação muito maior. Quer dizer, antigamente não havia computadores, não havia internet, portanto hoje em dia as crianças recebem informação de muitos lados, e, portanto, começam a ter uma participação na sociedade desde logo, muito cedo.” MB*

Outra questão particularmente relevante acerca do entendimento dos sujeitos sobre este assunto reporta-se aos **“Factores associados à determinação dos assuntos passíveis de opinião por parte das crianças e dos jovens na família”**. Neste plano foram apontadas como condições relevantes a **“Idade”**, o **“Estádio de desenvolvimento”** e o **“Tipo de assunto”** encontrando-se a sua fundamentação nas análises já expostas na abordagem aos factores associados à competência das crianças e dos jovens para emitir opiniões. Assim, relativamente à **“Idade”** SS e TF referiram:

*“Eu acho que mudam com a idade! Vão mudando com a idade! (...) ...dependendo da idade, o assunto será diferente.” SS*

*“Claro que a complexidade dos assuntos... penso que um jovem está mais apto do que uma criança.” TF*

No que respeita ao **“Estádio de desenvolvimento”** MC, AF e LS disseram:

*“...os assuntos deveriam ser apresentados à medida do seu entendimento! Se não entendem acho que não deveriam ser apresentados! A partir do momento que entendem, acho que é importante darem a sua opinião, por pequeninas que sejam!” MC*

*“Depende, depende muito da maturidade das pessoas em questão!” AF*

*“...é variável, porque vai depender não de uma faixa etária mas sim da sua capacidade de se expressar...” LS*

No que diz respeito ao **“Tipo de assunto”** como factor proeminente na seleção dos temas passíveis de opinião, foram várias as referências à relação conjugal e ao divórcio como temas a excluir categoricamente do campo de análise e de pensamento por parte das crianças e dos jovens, não só pela carga emocional que encerram mas, fundamentalmente, pelo sofrimento e consequências que lhes podem ocasionar.

*“...em termos de intimidade do casal, não.” EG*

*“A Criança tem e merece ter opinião na Família, não deve, é ter opinião no mundo dos adultos, .... (...) Eu acho que as crianças não devem opinar em relação ao divórcio.” SG*

*“Mas acho que em relação ao divórcio que... (...) ...não há idade. É um assunto do qual elas devem ser protegidas e que não devem ser rebentadas.” SCG*

Posição contrária foi patenteada por **LR** para quem a questão não pode ser radicalizada. Para este profissional a participação dos filhos nos casos de separação ou divórcio pode e deve acontecer mas desde que seja sobre matérias ou temas que lhe digam diretamente respeito.

*“Onde é que o papel da criança é relevante? É relevante porque com o divórcio é preciso decidir aspectos sobre a vida da criança... (...) Aqui sim, no meu entender, a criança tem de ter intervenção. (...) Também não podemos abrir isto “a torto e a direito”, mas acho que o papel da criança aqui é importante para determinar matérias ou para expor a sua opinião, em matérias que lhe digam diretamente respeito”. LR*

A propósito desta complexa questão e da falta de concordância que a mesma sempre suscita, falaremos mais à frente e de forma muitíssimo mais aprofundada, como aliás determina o tema central da nossa investigação.

Sobre o **“Poder de influência da opinião das crianças ou dos jovens na tomada de decisão familiar”** a análise aturada das entrevistas levou-nos à identificação de dois tipos de situações perspectivadas pelos entrevistados: **“Não vincula a decisão”** e **“Ajuda na decisão”**. No primeiro caso, a posição dos sujeitos foi a de que a opinião pode ser transmitida, analisada, ponderada, mas não encarada como delimitador da decisão parental. Este caso consubstancia aquilo que podemos denominar de “pura auscultação” (*“ouvir para conhecer e não para decidir”*) muito embora a opinião transmitida possa fazer algum eco nas deliberações parentais sobre determinados assuntos. A respeito desta situação, **“Não vincula a decisão”**, vejamos o que nos foi transmitido **SG, SCG e MM**:

*“Eu acho que as Crianças têm direito a opinar durante a vida inteira mas as coisas são sempre determinadas pelos pais. (...) Podemos ouvir a opinião dela mas não é ela que vai decidir, não vai ser determinante a sua opinião. (...) É por isso que os adultos existem para determinar, para orientar.” SG*

*“...é uma opinião que deve ser ouvida e que acho que, por uma questão de respeito, deve ser tida em conta, mas que não tem que ser determinante. Porque a casa é do pai e da mãe, quem manda são eles...senão daqui a pouco estamos, se calhar, a criar tiranos e é o que muitos pais hoje em dia têm em casa.” SCG*

*“Eu estou a dizer que a criança tem que ser escutada, tem que ser ouvida... (...) Ser tida em conta! E depois, os adultos têm o dever de tomar decisões e também têm o dever de explicar o melhor possível, essas decisões. Ou então têm que dizer às crianças: olha, tu agora não entendes, mas um dia vais entender.” MM*

No segundo caso, “*Ajuda na decisão*”, as crianças e os jovens foram perspectivados como elementos activos na família cuja opinião contribui para a tomada de decisões no seio do grupo familiar. Neste caso concreto o grau de participação das crianças e a influência da sua opinião depende diretamente das estratégias de comunicação familiar adoptadas por cada família, comunicação aberta, superficial e fechada (cf. Ríos-Gonzáles, 1994), e no seio da qual é realizado o exercício da autoridade parental que, como refere Ballenato (2009), não pode ser confundida com autoritarismo (designação profundamente associada à imposição do poder parental com a finalidade de obter a sujeição, a obediência e a subordinação dos filhos).

Foi o que nos deu a entender **MS** quando referiu:

*“...as crianças são vistas como elementos activos, activos nestas decisões, nestas construções. Mas isto vai depender um bocadinho do funcionamento de cada família e do regime de liderança que lá existe: mais democrático ou mais rígido.”* **MS**

Assim, e pegando na citação de **MS** nas famílias onde os seus membros podem manifestar os seus sentimentos sem se sentirem intimidados existe, provavelmente, uma comunicação aberta, intensa e real (Wagner et al. 2005). Certo é que a estabilidade emocional de uma criança ou de um jovem e o desenvolvimento ajustado da sua auto-estima encontram-se intimamente ligados à forma como interagem e comunicam os membros da família entre si (Ballenato, 2009).

Quanto ao “*Impacto nas crianças e nos jovens provocado pela emissão da sua opinião na família*” a análise e interpretação dos dados fez emergir dois tipos de resultados: “*Sentimento de pertença e valorização individual*” e “*Sentimento de afirmação pessoal*”. Estas duas circunstâncias encontram-se em conexão directa com a tese de que o ensejo de participação activa das crianças e dos jovens na família, para além de representar o seu reconhecimento e a sua valorização parental, assume-se como dimensão inequívoca referente à Criança como Sujeito de Direitos, de que o Direito da mesma à opinião e à liberdade de expressão são casos concretos.

É neste contexto que podemos chamar aqui à colação o pensamento de Rogers (1985) relativamente às três atitudes comunicacionais básicas de modo a que haja no sistema familiar uma relação equilibrada e de mútuo respeito entre os seus membros. A primeira assenta na necessidade de os pais serem *autênticos* e *congruentes* nas relações com os filhos, serem verdadeiros, abertos. A segunda refere-se à importância da *aceitação positiva* e *incondicional* dos filhos, que significa aceitar as suas manifestações sem

juízos prévios. A terceira reporta-se à *compreensão empática* dos filhos entendendo com a precisão possível o que os mesmos pensam e dizem sem no entanto deixarem de ser pais, sem se demitirem das funções de educadores.

Sobre o “*Sentimento de pertença e valorização individual*” SS referiu:

*“A criança vai-se sentir parte integrante da família ao estarem a valorizar aquilo que ela está a dizer. E isso só vai conferir-lhe respeito na própria família. (...) E também ao emitir a sua opinião vai-se sentir valorizada e eu acho que isso é muito importante!”* SS

A respeito do “*Sentimento de afirmação pessoal*” como impacto positivo nas crianças e jovens decorrente da emissão da sua opinião em contexto familiar IS afirmou:

*“Eu penso que é mais no sentido de marcar a sua presença.”* IS

## **7.2 Família como espaço de tensão, conflito e rutura**

Este tema totaliza duas dimensões de análise e discussão: perceção sobre o *conflito* e a *ruptura conjugal*. A primeira integra exclusivamente os testemunhos dos MF. A segunda acolhe os depoimentos de todos os entrevistados MF e PSEMF.

### **7.2.1 Perceção sobre a conflitualidade conjugal**

Num olhar inaugural sobre conflitualidade conjugal realcemos as conotações positivas e negativas atribuídas pelos mediadores ao fenómeno e que de algum modo entroncam nas considerações teóricas previamente produzidas sobre a questão. Seguindo de perto a classificação de Redorta (2004) e fazendo-a corresponder com os dados obtidos sobre o assunto, diremos que a conflitualidade conjugal positiva assenta nas disputas de casal construtivas, funcionais, declaradas e simétricas, sendo, por conseguinte, tão naturais como necessárias à família, como aliás afirmaram MC e SCG.

*“Os conflitos, de uma forma muito genérica, parecem-me ser, muitas vezes, do melhor que há porque é... a possibilidade de haver um debate de posições, de acerto de atitudes, de reparação de elementos da relação que não estão bem. E se este conflito acontecer de uma forma saudável os dois assumem-se como parte integrante na mudança da vida familiar, sem receios sem sobreposição de alguém! Se isto acontecer, penso que são de toda a utilidade. E ainda bem que acontecem porque uma relação tem ajustamentos, tem... dinâmica!”* MC

*“E os conflitos não têm que ser necessariamente encarados de forma negativa porque eles são necessários para o crescimento, são necessários para resolver problemas e são necessários para encontrar soluções e às vezes a solução é o divórcio....”. SCG*

Já a conflitualidade conjugal negativa baseia-se nas disputas de casal caracterizadas por incidências e dinâmicas relacionais destrutivas, disfuncionais, latentes e assimétricas (Redorta, 2004).

*“Se... se este conflito já tem contornos de dominação, penso que é do mais destruidor possível! (...) Esses conflitos penso que acabam por ser muito traumáticos....” MC*

Embora alguns dos testemunhos tenham evidenciado a possibilidade de os conflitos serem também algo de bom e de importante para a família, como referem e defendem, por exemplo, Benetti (2006) e Maldonado (2010), a verdade é que a maioria dos Mediadores entrevistados perspectivou e conotou pejorativamente a conflitualidade conjugal, tendo os seus discursos suscitado a criação a este nível e nesta linha de valoração, duas categorias principais: **“Fundamentos”** e **“Consequências dos conflitos no casal”**.

Relativamente aos **“Fundamentos responsáveis pela conflitualidade no casal”** os testemunhos dos profissionais permitiram-nos a identificação de um conjunto muito diversificado de condições que na óptica dos sujeitos influem negativamente na vida conjugal. Olhemos assim para a definição de cada uma dessas condições recorrendo para a sua melhor compreensão e análise à exibição de excertos extraídos das entrevistas realizadas aos mediadores familiares.

As **“Dificuldades financeiras”** como circunstância causadora de conflitos no casal foram salientadas por LR que as associou sobretudo a situações como a precariedade no emprego, desemprego e, ainda, a encargos financeiros expressivos resultantes de naturais processos de endividamento ou sobre endividamento familiar. Esta ideia de que as dificuldades financeiras constituem um factor de instabilidade conjugal encontra eco em muitos estudos já realizados (Guin, Jakes & Roper, 2010; Papp, Cummings & Goeke-Morey, 2009). O trabalho de Howe, Levy e Caplan (2004), por exemplo, demonstra, que quando num casal o homem fica desempregado, ambos os elementos do casal experienciam sintomas de depressão. Na verdade, a situação de stresse económico interfere negativamente na saúde e no bem-estar familiar (Howe, Levy & Caplan, 2004; Alarcão, 2006) e nas relações que os seus membros estabelecem entre si, (Guin, Jakes & Roper, 2010).

*“Hoje em dia, já verificamos que estes conflitos familiares surgem... de um reflexo da crise que ninguém fala, desta crise que existe. E a crise de que estamos a falar é uma crise monetária. Falta dinheiro às famílias e isto é um poço de conflitos porque acumulam dívidas. O início do casal é um início já endividado porque “quem casa quer casa”, já diz o ditado. É logo ali uma dívida para quase toda a vida. Depois, normalmente os rendimentos de um ou de outro, se*



*calhar, dão no início, mas depois acontece qualquer coisa... Muitas vezes as pessoas têm trabalhos precários, mesmo licenciados têm trabalhos mal pagos ou vão para o desemprego, ou não conseguem emprego na sua área, ou não conseguem emprego de todo.” LR*

Os “**Problemas comunicacionais**” como agente de conflitualidade na relação conjugal foram aliados à escassa ou inadequada comunicação na mesma. Enfatizam, por conseguinte, a indisponibilidade e inabilidade dos cônjuges para o diálogo, mesmo sobre os aspectos mais comuns do dia-a-dia, dando assim origem a discórdias que poderão ser mais ou menos intensas, mais ou menos consequentes relativamente ao futuro da relação a dois. É nesta óptica que se afirma que o insucesso em comunicar de maneira efectiva é apontado como importante desencadeador de conflitos no casal (Bereza et al., 2005) e Sequeira fala da “comunicação patológica” como “Interacção que não cumpre com a função da comunicação, i. é, que não permite a ligação entre comunicantes” (2006: 3).

*“Os conflitos conjugais surgem, muitas vezes, por dificuldades no diálogo, ...” CV*

*“...alguns deles [de casos de conflito] passam-me todos os dias pelas mãos que é a falta de comunicação no casal, acima de tudo, e, se calhar, a falta de tempo ou organização da própria família para poderem comunicar e falar de coisas simples, básicas do dia-a-dia.” IR*

*“Muitas vezes é a falta de diálogo.” LG*

O que se sabe é que a “boa comunicação” é uma condição para o bem-estar do casal auxiliando o mesmo a resolver os problemas que possam surgir no seio do mesmo (Amaro, 2006).

O “**Individualismo na relação**” como factor de conflitualidade no casal foi associado ao comportamento comodista adoptado por um ou ambos os cônjuges na relação, contrário à vida em comunhão que exige uma postura de partilha, de entendimento e de cooperação relacional. Nesta linha de pensamento o conflito surge da dificuldade de o casal em compatibilizar o interesse individual com o conjugal e a postura egocêntrica de um ou ambos os membros, o rastilho capaz de afetar negativamente o futuro e o projeto de vida a dois.

*“Este excesso de individualismo, esta indiferença, tem o gérmen do conflito.” NJ*

*“Olhe... eu acho que a sociedade ainda espera que as pessoas se casem e constituam família! (...) Mas acho que existe muita gente que nasceu para isso e muita gente que não nasceu.” AF*

*“Porque quando estamos a falar de casal, estamos a falar de um jogo e de uma dança que envolve três identidades, que é o “eu do homem”, o “eu da mulher” e o “nós absoluto” que é aquilo que as pessoas vão ser capazes de criar ou de construir os dois. E penso que é nesta*

*dança, onde os três tentam neste palco ter um canto para a sua existência, que muitas vezes não fácil.”* **SCG**

*“...e o facto de quando decidem para uma vida a dois as pessoas não estão, em grande parte dos casos, preparadas para assumirem tal compromisso.”* **GM**

*“As pessoas andam muito mais desligadas, não querem apostar tanto na relação...”* **AQ**

*“Há casais que entram em grandes conflitos e até em separação quando decidem construir uma casa porque também há a questão do poder: um quer impor a sua vontade ao outro e às vezes as questões do poder e do ceder...”* **PB**

Consideramos ser no âmbito desta questão que Féres-Carneiro (1998) refere que o casamento contemporâneo quer na sua constituição quer manutenção, é muito influenciado pelos valores do individualismo. Para este autor os casais contemporâneos são invariavelmente confrontados com o “*difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*”.

Na mesma lógica de pensamento Singly (2007), ao evidenciar as características individualistas da família, afirma que a relação conjugal mantém-se enquanto der prazer e for útil aos cônjuges e que, na mesma, valorizar espaços individuais representa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais, assim como fortalecer a conjugalidade exige, muito provavelmente, cedências no campo da individualidade de cada um dos elementos do casal.

As “*Expectativas goradas quanto à relação a dois*” como causa de conflitualidade foi relacionada com a desilusão e o nível de exigência que os membros do casal imprimem na relação a vários níveis. Nesta óptica o conflito surge quando a insatisfação com a vida a dois não corresponde àquilo que as pessoas um dia pensaram ou sonharam.

*“Eu penso que muitos dos conflitos de hoje em dia são resultado destas novas exigências de dois seres que vão para um contrato onde os dois dizem que se querem sentir realizados a vários níveis. Quando falamos a vários níveis estamos a falar ao nível sexual, estamos a falar ao nível do romance, estamos a falar ao nível de uma realização de construção de um projecto a dois que envolve família ou o aumento de uma família e a construção de uma família, e aqui falamos de filhos.”* **SCG**

*“É preciso que lhe corra tudo às mil maravilhas e isso é difícil, porque é preciso ter uma situação económica estável: a casa que se quer; o carro que se quer; os filhos que se quer e quando se quer....Ora bem, se tudo isso não acontece, facilmente a pessoa fragiliza e depois as coisas começam a correr mal, a ser cada vez pior até à ruptura.”* **CA**

Sobre esta circunstância familiar Féres-Carneiro (1998) refere que hoje as expectativas sobre as relações conjugais são elevadas, existe uma extrema idealização do outro e uma super exigência consigo mesmo, fomentando tensões e conflitos que podem bem levar à separação do casal.

O “**Alcoolismo**” foi também referido como causa de disfuncionalidade conjugal, como factor de violência familiar que, prolongada no tempo, levam as vítimas, geralmente num estado de esgotamento psíquico, a solicitar apoio técnico especializado.

*“Por causa do álcool... o álcool também é uma constante: maridos alcoólicos que depois podem enveredar pela violência doméstica e a mulher vai...vai conseguindo suportar até que depois não consegue e vem à procura de estruturas para conseguir ultrapassar e para conseguir libertar-se um bocadinho...” SS*

Para Mercês de Mello, Barrias e Breda (2001) a acção do alcoolismo sobre a família faz-se sentir a vários níveis de que as perturbações relacionais e a desagregação familiar são exemplos. Segundo os mesmos autores estas perturbações de carácter relacional foram exemplarmente descritas por J. K. Jackson, sociólogo norte-americano, que estudou a evolução da dinâmica familiar do alcoólico, distinguindo diferentes estádios nessa perturbação. Nesta evolução a família e o casal passam por experiências carregadas de conflito, agressividade, dependência e dramatização.

Já a “**Intromissão das famílias de origem na relação**” como causa de conflitualidade no casal, na medida em que perturba a dinâmica e funcionamento normal do mesmo, foi relatada por SS e PB.

*“Pode também haver conflitos internos a nível de família por influência da mais alargada, dos sogros.” SS*

*“...e as questões das famílias alargadas, do lado do homem e do lado da mulher. (...) Acho que muitos dos conflitos surgem a partir desta relação com as famílias alargadas.” PB*

Olhando para o que nos foi transmitido a este respeito compreendemos porque Carter e McGoldrick (1995) apontam como factores susceptíveis de entravar a evolução satisfatória do relacionamento conjugal o facto de os casais residirem perto das famílias de origem ou dependerem delas em termos, financeiros, físicos ou emocionais, por exemplo (Carter & McGoldrick, 1995 citados por Garcês & Baptista, 2001).

As “**heranças familiares**” como factor de conflito na relação de que tanto nos fala Alarcão (2006), foi associada à importância e influência dos legados familiares de ambos os elementos do casal na relação, parece ter também a ver com o que Carter e McGoldrick (1995) relataram acerca dos “backgrounds familiares dos cônjuges” como circunstâncias capazes de dificultar o desenvolvimento satisfatório do relacionamento conjugal, entre as quais poderão estar a religião, a educação e a classe social (Carter & McGoldrick, 1995 citados por Garcês & Baptista, 2001). A este respeito AQ e EG afirmaram:

*“Outro ponto que eu acho e que também é muito frequente, é o conflito conjugal em função daquilo que é a educação dos filhos. Os dois têm histórias diferentes, cada um criou o seu modelo de educação e muitas vezes é importante encontrar aqui um ponto de equilíbrio que muitas vezes não existe.” AQ*

*“...se formos falar em termos conjugais também temos que ver as heranças familiares e as educações de cada um. E aí vamos para uma coisa básica: a educação de um homem e a educação de uma mulher muitas das vezes numa união fazem com que exista uma fricção porque um está habituado a uma coisa e o outro está habituado a outra. E depois quando estas duas educações se unem fazem fricção, ... (...) ...as heranças familiares é uma coisa muito difícil e que, sem dúvida alguma, leva a vários conflitos familiares.” EG*

Analisando estes dois testemunhos compreendemos claramente o raciocínio de Alarcão quando afirma: “Ao casarmos levamos na bagagem muito mais do que habitualmente pensamos. Transpomos heranças familiares e aquisições nossas, numa melodia mais ou menos harmónica. Do contacto com os nossos pais e das vivências que com eles tivemos, assim como das inferências que tirámos acerca das próprias vidas (conjugal, familiar e individual), cada um de nós constrói um modelo de vida pessoal (afectiva, profissional e social), conjugal e familiar que, no casamento, mais concretamente na criação e no desenvolvimento do sub-sistema conjugal, vai ter que ser confrontado e negociado com o do nosso parceiro” (2006:118), processo que nem sempre é fácil.

Sobre o “*Ciúme*” como fator de conflitualidade na relação conjugal o testemunho de SS, residente na Ilha do Porto Santo, foi especialmente elucidativo referindo-se às zonas geográficas de menor dimensão e densidade populacional onde o controlo social informal é maior que nas grandes cidades das sociedades contemporâneas (Étienne et al., 2008), como locais especialmente propensos a sentimentos de suspeição, geralmente nos homens relativamente às mulheres, quanto à possibilidade de adultério.

*“Eu penso que aqui no Porto Santo, e aqui é muito comum, ... o que na Madeira se fala de “bilhardice” aqui, no Porto Santo, é bilhardice ao quadrado”! O “diz que disse” aqui, no Porto Santo, é muito importante! Ainda há muito o “diz que disse” e agora estou-me a lembrar de casos concretos do marido vir dizer que a mulher olhou para um homem que não era o marido! Aqui, no Porto Santo há muito isto! Há muito... a mulher ir ao café e não poder olhar para o lado!” SS*

Para Pereira (2009) o problema do ciúme dá-se quando a insegurança passa a manifestar-se diariamente na relação, a ser o centro da vida conjugal, quando o enciumado encontra em tudo sinais de traição, infidelidade. Neste caso estamos perante o chamado “ciúme mórbido” que faz sofrer ambos os cônjuges podendo o enciumado nos casos de delírio de ciúme chegar a adoptar uma conduta de violenta extrema contra o parceiro.

O “**Bulício da vida diária**” foi também apontado como condição propiciadora de conflitos no casal. Alguns dos sujeitos referiram a vida moderna, dura e desumanizada, como ponto de partida para a tensão relacional (Pereira, 2009). Sobre esta a falta de disponibilidade tempo para os casais investirem na relação, fruto das exigências financeiras e profissionais quotidianas, como restrição ao normal funcionamento da mesma, **CV**, **AF**, **LG** e **CRA** foram particularmente eloquentes nos discursos.

*“Muitas vezes as pessoas passam o dia inteiro a correr e quando chegam a casa não têm a mínima pachorra para estar ainda a conversar sobre situações que se calhar são complicadas e que mereciam mais tempo e espaço mental na cabeça de cada um para poderem interagir.” CV*

*“Por um lado, a minha geração padece profundamente do trauma de não haver emprego e, portanto, tem-se que trabalhar muito para conseguir subir na carreira e chegar mais longe. (...) E isto acaba por coincidir numa fase em que elas têm muito pouco tempo para investir na família, porque estão a investir no emprego! E eu acho que os grandes... grandes... grande parte dos conflitos nasce necessariamente disto!” AF*

*“Muita preocupação com o trabalho e muita agitação no dia-a-dia.” LG*

*“...o lar acaba por ser o refúgio muitas vezes pela negativa, ou seja, descarregam lá a sua pressão do dia.” CRA*

Já a “**Saturação relacional**” e a “**Personalidade conflituosa**” como fontes de conflito na relação de casal foram claramente pronunciadas por **CRA**.

*“...o desgaste que as pessoas sintam na relação...que pode ser muito grande e que leve a que as pessoas não se consigam controlar nas suas emoções, nos seus actos...”*

Sobre este desgaste relacional Pereira (2009) fala-nos da rotina como algo semelhante a uma “doença crónica letal” que pode fazer evoluir a relação para a separação ou divórcio.

*“... ou porque as pessoas já têm uma personalidade conflituosa e a sua natureza leva a que isso aconteça.” CRA*

A respeito da “**Personalidade conflituosa**” como factor de conflitualidade na relação de casal, pensamos que **CRA** ter-se-á querido referir a alguns padrões de comportamento instável ao nível do relacionamento interpessoal próprios de determinados indivíduos, podendo, estes sim, ser encarados como condições determinantes para a existência de conflito no casal. No domínio clínico podemos falar, por exemplo, da “Perturbação Anti-Social da Personalidade”, da “Perturbação Estado-Limite”, da “Personalidade e da Perturbação Evitante da Personalidade” como perturbações em que o relacionamento interpessoal é profundamente afectado (In American Psychiatric Association, DSM – IV – TR (2006), “Perturbações da Personalidade” p.685-729).

Outro dos motivos apontados como responsável pela maior conflitualidade no casal mas que não pode, de modo algum, ficar associado à imagem negativa que os anteriores encerram foi o da *“Emancipação e poder da mulher na relação”*. Na nossa óptica, esta situação poderá, quando muito, configurar uma fonte positiva de conflito já que promove e/ou institui a possibilidade de a mulher deter na relação e no próprio conflito o mesmo poder que o parceiro. Estamos assim a falar de conflitos familiares simétricos/horizontais, por conseguinte positivos, e não assimétricos/verticais relacionados com a desigualdade de poder relacional que conduz à situação de fortalecimento de uns e à debilidade de outros (Redorta, 2004).

*“Claro que desde que a mulher conquista algum poder na relação e conquista mais direitos, ela própria já não está para se conformar e resignar a situações que, se calhar, antigamente se resignava! E portanto, se calhar, confronto mais e entra mais, também, com o seu papel no conflito, com a sua posição!”* **TM**

*“E também um pouco à emancipação da mulher, porque que fez muita diferença, parecendo que não. (...) Deixou de ser a mulher submissa, deixou de ser a mulher que se dedicava à casa, a mulher que se dedicava 100% ao marido. Portanto aqui há uma mudança de papéis também, e esta mudança de papéis leva a que os conflitos acabem muitas vezes por estar mais eminentes...”* **AQ**

Voltando aos conflitos conjugais numa óptica marcadamente negativa, os Mediadores evidenciaram poder existir como consequência dos mesmos cinco situações altamente prováveis: o *“recurso ao consumo de substâncias psicoactivas”*, a *“busca de apoio nos amigos”*, a *“procura de apoio técnico especializado”*, a *“separação/divórcio no casal”* e, por fim, o *“ambiente familiar nefasto aos filhos”*. Relativamente a estas duas últimas situações, por terem particularmente a ver com o nosso estudo, salientemos o que nos disseram **CRA, IR, SG, PE e MB**.

*“Bem... no caso dos divórcios obviamente que houve conflito em que a relação entre o casal chegou a uma situação de muita...deterioração...ou de muito desgaste...”* **CRA**

*“Há conflitos que não levam ao divórcio, mas há outros que sim.”* **IR**

*“Às vezes, infelizmente, as coisas não correm bem e as crianças que estão no meio sofrem pela forma como os adultos tratam das coisas...”* **SG**

*“Os conflitos conjugais... muitas vezes as crianças e os jovens assistem a esta conflitualidade e isto reflecte-se depois no desenvolvimento escolar e no estado emocional destas crianças.”* **PE**

*“...e pena é que, de facto, as pessoas tenham por vezes comportamentos que não são os mais apropriados sobretudo quando existem crianças e elas estejam a assistir a esse ambiente.”* **MB**

Os dados e as reflexões aduzidas sobre as causas e as consequências da conflitualidade conjugal levam-nos a perspectivar esta realidade como sendo um fenómeno

multidimensional e multideterminado (Grych & Fincham, 1990, citados por Benetti, 2006). Contudo a sua intensidade, frequência e impacto nos indivíduos e nas famílias, dependerá, certamente, da maior ou menor concentração de factores de risco e existência, ou não, de recursos ou circunstâncias protectoras (individuais, familiares e sociais). É este, aliás, o entendimento de muitos autores como Anaut (2005) advogando que é a constelação de factores de risco que pode transformar-se em causa de risco e não um dos riscos por si só. Assim, o risco de ocorrer uma situação concreta, como a da separação de casal ou de divórcio, por exemplo, aumenta com a aglomeração de factores de risco ou condições predisponentes (Garmezy, 1991).

### 7.2.2 Perceção sobre a rutura de casal/conjugal

Tal como em relação aos conflitos conjugais a percepção dos entrevistados sobre o divórcio é que o mesmo é um fenómeno social cuja origem é multifactorial, coincidindo assim com o indicado na parte teórica da nossa investigação (cf., por exemplo, Amaro, 2006; Giddens, 1997; Carter & McGoldrick, 1995 citados por Garcês & Baptista 2001, Amato & Rogers, 1997). Esta multicausalidade foi desde logo muito bem vinculada quando sobre o assunto **TM**, **CA** e **MS** consideraram:

*“Portanto, há milhentas situações para as pessoas se separarem!”* **TM**

*“As pessoas separam-se pelos mais variados motivos.”* **CA**

*“Portanto, não é fácil estar a traçar uma ideia geral ou um motivo único ou principal das separações e dos divórcios.”* **MS**

Em relação às razões percebidas como causas de divórcio, cujos discursos dos sujeitos situamos no campo da “causalidade humana” e das suas “realidades subjectivas” (Pasquali & Moura, 2003:4), os dados recolhidos estabeleceram como condições para a dissolução da relação a dois: as *“dificuldades de comunicação”*; a *“falta de amor”*; a *“violência doméstica”*; a *“infidelidade”*; a *“saturação com o tipo de vida a dois”*; as *“diferenças de género”*; o *“individualismo”*; as *“exigências da vida profissional”*; a *“procura de felicidade”*; a *“patologia mental”*; a *“imaturidade na relação”*; as *“diferenças de personalidade”* as *“diferenças socioculturais e de estilo de vida”*; os *“problemas económicos e financeiros”*; a *“ingerência das famílias de origem na relação”*; as *“mudanças significativas ou acontecimentos inesperados na família”*; o *“ciúme”*; a *“não condenação social do divórcio”*.

As “**Dificuldades de comunicação**” como causa de divórcio, foi sustentada na compreensão de que a “comunicação disfuncional ou patológica” afasta as pessoas e cria ambientes de animosidade (Alarcão, 2006), contrários aos de negociação e de entendimento necessários à resolução de problemas no seio da relação. A falta de diálogo apareceu assim como condição responsável pela erosão da vida relacional levando cada um dos elementos do casal ao desinteresse pelos projectos e objectivos em comum, tornando-os mais centrados nas suas necessidades individuais, mais egocêntricos e, por conseguinte, incapazes de dirimir conflitos. Sobre a “falta de diálogo” como expressa dificuldade comunicacional, muito característica dos casais que evitam o “compromisso comunicacional” (Alarcão, 2006), **AQ** e **MB** referiram:

*“E aqui a palavra diálogo assume um papel determinante nesta situação e acho que muitas vezes as pessoas estão juntas mas estão de costas voltadas onde não existe sequer um espaço para falarem sobre aquilo que cada um sente em relação à relação.” AQ*

*“A falta de comunicação é das coisas que mais salta à vista. (...) ...eu diria mesmo que é falta de comunicação que leva a uma série de conflitos que depois provocam um desamor, digamos assim, um descontentamento relativamente ao relacionamento, à vivência conjugal, de tal forma conflituosa, que já não se consegue suportar a presença da outra pessoa.” MB*

Acerca da “**Inabilidade na resolução de conflitos**” como expressão e resultado das dificuldades comunicacionais, **CRA** e **MRS** afirmaram:

*“O outro poderá ser a incapacidade para gerir conflitos, pura e simples. Ou seja, o conflito existe e depois as pessoas não têm capacidade para acabar com ele...” CRA*

*“A separação tem a ver (...) com uma certa incapacidade das pessoas para superarem os conflitos. Há muitos conflitos familiares. (...) Antigamente as pessoas parecem que tinham uma maior capacidade para lidar com determinadas dificuldades próprias dos relacionamentos. Hoje em dia, às vezes, por questões aparentemente fúteis (...) optam por separações ou rupturas e, muitas vezes, não pensam na situação dos filhos.” MRS*

A “**Falta de amor**” foi também encarada como factor decisivo nas situações de separação e divórcio.

*“...tive aqui um caso muito curioso... que a justificação dele para querer o divórcio era porque já não gostava daquela pessoa... Tão simples quanto isto!” LR*

*“Eu acho que é deixar de haver amor, deixar de haver um sentimento, ....” TF*

*“E depois, claro, algum mal-estar mais individual quando um não está bem na relação e quer ir embora e o outro ainda permanece...” EG*

Sobre a importância do amor na realidade conjugal e as consequências inevitáveis da sua ausência na relação de casal, convirá trazer aqui à colação as palavras de Pereira considerando-o como “origem e factor de manutenção das relações conjugais” e



sustentando que “Amar é muitas vezes um exercício difícil que pressupõe inteligência e equilíbrio emocional, segurança pessoal, confiança no outro e um permanente desejo de agradar e seduzir, circunstâncias que nem sempre são facilmente coexistentes” (2009:154).

Quanto ao fenómeno específico da “**Violência conjugal**” como causa de divórcio os sujeitos indicaram sobretudo as situações de violência física e emocional entre os cônjuges.

*“Aquilo que na minha experiência profissional observo é que os motivos, na maior parte das vezes, estão relacionados com o abuso de uma das partes, o abuso de poder. Às vezes, pode até ser... é um abuso físico ou um abuso que tem a ver com questões de liberdade, com a possibilidade de decisão da outra parte.” PB*

*“Portanto, ao nível dos divórcios, basicamente, tem a ver com a violação dos chamados direitos conjugais, sobretudo, com o dever conjugal que normalmente é violado por excelência que é o dever de respeito, que tem a ver com agressões verbais, agressões físicas, tem a ver com atitudes, digamos, menos próprias em relação aos cônjuges. Normalmente é o dever conjugal que é evocado como fundamento do pedido de divórcio.” MRS*

Contrariando a idealização da família como local seguro, espaço de realização e entendimento entre os seus membros, Corsi (1995) refere que o sistema familiar tende a tornar-se, cada vez, conflituoso, considerando que 50% das famílias conhece ou já conheceu alguma forma de violência familiar, representando os homens apenas 2% das vítimas de abuso (Corsi, 1995 citado por Alarcão, 2006).

Para Alarcão (2006) a violência conjugal, podendo assumir várias formas como a física, emocional, sexual, constitui sempre uma figura de exercício de poder e pode aparecer como um método possível de resolução de conflitos interpessoais, procurando o agressor que a vítima faça o que ele exige, concorde com o que ele diz ou se anule para assim fortalecer a sua posição/identidade.

Na mesma linha de pensamento, a respeito das “*esposas batidas*”, Amaro refere que “A principal causa desse tipo de comportamento parece ser de natureza cultural, uma vez que os homens agressores têm, geralmente ideias de posse sobre as respectivas mulheres, pelo que não se sentem no dever de controlar os seus impulsos agressivos...” (2006: 114).

Já a “**Infidelidade**” como motivo de divórcio na família apareceu especialmente relatado nos discursos de **EG**, **HV** e **MRS**:

*“...e, obviamente, as traições, quando existe uma terceira pessoa.” EG*

*“Eu acho que... tem a ver com (...) infidelidades, ...” HV*

*“Depois há situações que têm a ver com a violação do dever de fidelidade, situações de adultério.” MRS*

Na perspectiva de Almeida (2007) a infidelidade sendo, provavelmente, o acontecimento mais devastador num casamento, ocorre fruto da idealização *“da mulher e do homem perfeitos”*. Neste sentido, e para o mesmo autor, isto faz com que as pessoas exijam muito umas das outras, gera frustrações, desencantos e abra caminho aos relacionamentos extra-conjugais.

Embora a possibilidade de uma crise conjugal por infidelidade possa constituir uma oportunidade de crescimento relacional, a verdade é que algumas pessoas consideram impossível manter-se num relacionamento maculado pelo adultério (Almeida, 2007). Nestes casos a separação torna-se inevitável e, portanto, factor de dissolução familiar como tantas vezes é suportado na literatura científica sobre as verdadeiras causas do divórcio.

Já a *“Saturação com o tipo de vida a dois”* como causa de ruptura no casal foi particularmente evidenciada por MC. No discurso deste profissional a rotina da vida conjugal foi designada como condição responsável pelo desencantamento de um ou ambos os elementos do casal com a relação, cujo resultado pode ser o fim da mesma.

*“Muitas vezes há esta dificuldade de perceber a possibilidade de conciliação da responsabilidade com o prazer que pode ser alimentado e que deve ser alimentado. E portanto penso que há um desgaste, muitas vezes natural, que vai sendo natural, quando não é isso que é o natural numa relação!” MC*

A este respeito devemos observar que a manutenção de uma relação de casal por longo período de tempo, não significa necessariamente que os seus membros tenham uma boa relação (Norgren et al. 2004). Uma relação conjugal, mesmo não satisfatória, pode durar por variadíssimas razões: ambos os cônjuges são contra o divórcio (por questões pessoais ou religiosas); podem ter receio da mudança e da solidão; não conseguir lidar adequadamente com a liberdade e com a condição de se tornarem auto-suficientes; não desejarem a divisão do património constituído; o estarem casados e fazerem parte de uma família pode ser uma situação menos ansiogénica que estar separado (Spanier & Lewis, 1980; Kaslow & Hammerschmidt, 1992 citados por Norgren et al., 2004). Esta lógica de funcionamento individual e relacional parece identificar-se e encontrar eco nas ideias preconizadas pela “Teoria das Trocas Sociais” sucintamente apresentada na parte teórica do nosso trabalho. Porém, num contexto ético e socioculturalmente favorável à

procura da felicidade individual, a rotina do dia-a-dia pode constituir-se como algo fatal para a relação a dois, pois o que é contentamento para uns pode ser marasmo para outros (Pereira, 2009). Fazem assim aqui especialmente sentido as palavras de Giddens para quem “As taxas crescentes de divórcio não parecem indicar uma insatisfação com o casamento propriamente dito, mas uma determinação cada vez maior para fazer dele uma relação gratificante e satisfatória” (1997:480).

As “**Diferenças de género**” como motivo de separação e ruptura, foi aludida por **SCG**. A este respeito foram evidenciadas as divergências no casal suscitadas pela forma como homem e mulher olham para a relação a dois. Integra a ideia de que o género é determinante na forma de ver, sentir e desejar a relação conjugal, podendo esta situação levar à cisão relacional quando as circunstâncias são mal geridas pelos cônjuges no seu seio.

*“Estou a falar nos registos de ser homem e nos registos de ser mulher, ... (...) Não sei se não devia haver aulas de sensibilização para o que é ser homem e mulher e o que é viver e sentir o mundo com algumas diferenças. E aquilo que eu sinto é que muitas das vezes os casais vão para esta viagem e um vai tentar ou lutar para que o outro sinta e pense da mesma forma. (...) Porque o homem lê o comportamento da mulher com as lentes dele e ela ao contrário e, frequentemente, há colisão. Veja, quando eu falo destas separações e destas razões das diferenças de género, estamos a falar das diferenças de género que acabam por trazer mudanças e mexer com outras dimensões, como viver a vida sexual, a intimidade, como gerir projectos individuais de cada um.” SCG*

Este caso ilustra bem o paradigma da família como instituição social onde se trava uma luta diária entre sexos (Demartis, 2006), onde cada um dos cônjuges tenta controlar e impor-se ao outro e onde a gestão das suas diferenças, para além de difícil, pode ser insuficiente para evitar a ruptura (Kaufmann, 1993 citado por Etiéne et al., 2008). Esta ideia encontra-se assim conectada com os princípios sustentados pela “Teoria Conflitualista” inicialmente anunciada no enquadramento teórico da nossa dissertação.

O “**Individualismo**” como motivo de divórcio foi associado à escassa ou total ausência de sensibilidade das pessoas para o compromisso, para a aceitação do outro tal como ele é, para a vida em conjunto, que obriga a uma postura de abertura, de cedência, de negociação e entendimento. O inverso deste último cenário relacional representa uma vivência individualista, egocêntrica, “autista” por parte dos indivíduos na relação. Parece-nos ser nesta linha de pensamento que Féres-Carneiro refere que “Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles” (1998:s/p).

*“...identifico habitualmente uma falta de notoriedade para a relação! Isto é estar, muitas vezes, tão autocentrado e não preparado para a cedência, para o respeito pelo outro, para entender o processo de mudança do outro e para respeitar a diferença do outro!” MC*

*“As pessoas... a sociedade ainda espera que as pessoas se casem, mas ninguém está sensibilizado para investir no casamento nem nas relações!” AF*

*“...eu penso que os grandes motivos são realmente as pessoas em termos pessoais colocarem-se acima do casal e da família.” CRA*

A “**Exigência da vida profissional**” como causa de divórcio foi apontada como situação diretamente relacionada com alguns constrangimentos laborais característicos da sociedade contemporânea: incerteza quanto à “garantia de emprego para a vida”; mudança frequente de local de trabalho. A este respeito **LP** referiu:

*“O conceito ou conceção de um emprego para a vida, hoje não existe. (...) A predisposição e a capacidade de adaptação das pessoas, em termos de mobilidade laboral, assume-se, hoje, como um factor determinante para a sustentabilidade da progressão das pessoas, do desenvolvimento de uma profissão ou de várias profissões. A realidade do mundo de hoje exige essa mobilidade. Ora bem, quando isso acontece, de facto, há como que um risco de desmoronamento da célula familiar. De facto, torna-se extremamente difícil o planeamento de uma vida a dois, quando todos os dias nós assistimos a fenómenos que exigem das pessoas uma mudança, quase regular, em termos da sua actividade.” LP*

Embora os aspectos relativos à vida profissional dos cônjuges possam surgir e ser percebidos como razões de divórcio a verdade é que nalgumas investigações a sua preponderância parece pouco significativa quando comparados com motivos de outra natureza, como os afectivos (cf. por exemplo, a este respeito, estudo de Wolcott & Hughes (1999) do Australian Institute of Family Studies - “Towards understanding the reasons for divorce”, envolvendo uma amostra de 633 indivíduos: 354 mulheres/279 homens).

Em todo o caso é forte a evidência sobre a “relação problemática entre a família e trabalho” nos dias de hoje. Os “longos horários”, o “desemprego” e a “precarização do trabalho”, penalizam fortemente a qualidade da relação entre os cônjuges e destes com os filhos (Giddens, 2010). Acerca da “precarização laboral” e de esta poder contagiar o ambiente familiar Giddens (2010) citando Burchell e colaboradores (1999) refere que: “...os trabalhadores submetidos a situações de grande precariedade a nível laboral também tendem a viver sob tensão em casa.” (Burchell et al., 1999 citado por Giddens, 2010:416). Esta é infelizmente uma realidade muitíssimo atual que parece poder vir a ter efeitos catastróficos a nível afetivo e relacional quer nas relações conjugais quer parentais.

Já a “**Procura de felicidade**” como factor de ruptura foi encarada como possibilidade de os cônjuges procurarem noutra contexto relacional a felicidade individual tão ambicionada. Esta situação parece assim estar relacionada com o facto de os divorciados, em geral, caminharem para o recasamento (Féres-Carneiro, 1998; Amaro 2006). Representa a afirmação do “divórcio-fracasso”, contrário ao “divórcio-sanção”, do reforço da autonomia individual no plano dos afectos e a confirmação do “amor romântico” (Demartis, 2006) na sociedade contemporânea.

Acerca desta circunstância **CRA** e **MRS** afirmaram:

*“...por não se sentir realizada naquele contexto, naquele contexto familiar, naquele contexto de casal...”* **CRA**

*“Eu noto também uma espécie de ânsia na procura da felicidade individual que faz muitas vezes que as pessoas optem por rupturas conjugais ou rupturas familiares. (...) Ou seja, a ruptura dá-se porque a pessoa não está satisfeita com aquela relação ou, naquela fase, não está satisfeita com a relação, e as coisas não são pensadas em termos familiares mas em termos individuais.”* **MRS**

A “**Patologia mental**” foi outra das razões anunciadas como causa de ruptura. A sua influência e importância neste domínio foram acentuadas quando **SG** referiu que circunstâncias clínicas como a esquizofrenia e a depressão são difíceis de tolerar pelo “cônjuge não doente”, mesmo que este sinta amor pelo seu parceiro.

*“A doença mental, as depressões, também são muito difíceis...Nós, quando casamos, só estamos preparados para a parte boa do casamento e quando acontece uma doença, e, principalmente uma não física mas do foro mental como uma grande depressão, ou falando de coisas mais graves como as esquizofrenias, é muito difícil aguentar, mesmo que haja amor. É muito difícil aguentar o deprimido, tanto feminino como masculino.”* **SG**

Opinião semelhante é-nos dada por Fernandes para quem “ A doença, na actualidade, é um dos factores de forte desgaste na família. (...) ...não é tolerada para além de um prazo razoável para o não ser. Quando surge sem prazo, cria enfado e uma vontade de rejeição” (1994:1165).

Ainda sobre esta questão, são vários os estudos e artigos científicos que se debruçam sobre a relação entre o nível de satisfação das pessoas no casamento e a existência de quadros psicopatológicos nos cônjuges. Sobre o impacto da depressão na satisfação dos indivíduos com a sua vida conjugal, alguns trabalhos como os de Whisman e Uebelacker (2003), Whisman, Uebelacker e Weinstock (2004), Sacco e Phares (2001), parecem ser especialmente elucidativos.

A “**Imaturidade na relação**” como factor de cisão relacional, de que alguns autores como Carter e McGoldrick (1995) falam, foi também percebida no nosso estudo como

causa de ruptura no casal. Esta circunstância fez-se notar nos discursos proferidos por **CA** e **PE** assentando na ideia de que a juventude, a inexperiência e consequente imaturidade relacional das pessoas podem levar ao divórcio. Um dos sujeitos admitiu, mesmo, ter sido essa a causa do seu próprio divórcio.

*“Olhe, eu acho que quando são muito novos... talvez tenha a ver com a imaturidade. (...) Por exemplo, eu acho que isso teve a ver com o meu divórcio...” CA*

*“O facto de se casarem muito novos também...” PE*

Quanto à **“Incompatibilidade de personalidades”**, também referida por Amaro (2006) como causa de divórcio nas sociedades ocidentais, os discursos proferidos no nosso estudo foram no sentido vincar as diferenças de maneiras de ser e estar dos cônjuges. Sobre este caso concreto foi realçada a ausência de afinidade entre os cônjuges na relação e o seu desconhecimento recíproco como factor de separação.

*“Ao longo da minha experiência com famílias que fui acompanhando e daquilo que observo nos amigos, há muitos casais que se casam sem se conhecer.” LG*

*“Motivos... incompatibilidade, incompatibilidade de maneiras de ser ...” EG*

*“As pessoas também vão evoluindo e desenvolvem-se de forma diferente e depois percebem que não têm muito em comum...” PB*

*“Também há situações em que se casam e acham que está tudo bem e depois vêem que as personalidades não coincidem...” PE*

Representa o que o povo classifica, com toda a lisura mas muita sapiência, **“incompatibilidade de feitios”**, conforme refere Pereira (2009:91).

Na questão das **“Heranças familiares”** como factor de ruptura familiar foi enfatizada a as assimetrias sociais, familiares e culturais dos cônjuges como fonte de tensão e discórdia conjugal podendo estas conduzir à ruptura.

*“...a verdade é que estes casais trazem do seu passado e da sua história familiar coisas que muitas das vezes não se conseguem ultrapassar, não se conseguem libertar... (...) Ou seja, alguns padrões que cada um traz do seu historial, do seu currículo de registos, de culturas e de estar na vida diferentes.” SCG*

Sobre esta complexa questão das “heranças familiares” e da “importância da delimitação casal-família de origem” como um dos principais aspectos a trabalhar no início de uma relação de casal, de modo a que as etapas subsequentes sejam de maior facilidade relacional, Relvas refere que “...o indivíduo ao casar, para além de se unir a um parceiro, une-se também à respectiva família de origem. A criação de regras, de normas que definam as relações do novo casal com as suas famílias, exige, tanto da

parte de uns como de outros, um esforço de negociação por vezes muito relevante. (...) Ao contrário, quando esta definição é protelada no tempo, as implicações podem ser dramáticas contaminando toda a relação conjugal e familiar...” (1996:66-69).

Os “*Problemas económicos e financeiros*”, tão dramaticamente presentes na sociedade de hoje, como factor de dissolução da relação conjugal foram especialmente sublinhados nos discursos dos entrevistados **CV**, **LR** e **CR**.

*“E também não nos podemos esquecer do factor económico. Tudo bem que não dá saúde nem dá alegria a ninguém, mas é preciso dinheiro para comer, para pagar a casa, enfim, para tudo.” CV*

*“...muitos dos divórcios que nós temos tido têm exactamente a ver com isto: há menos dinheiro dentro de casa; há muitas dívidas dentro de casa; há um conflito permanente porque um traz e o outro não traz...” LR*

*“Sem dúvida que o aspeto financeiro e económico do agregado familiar é muito importante. Eu não consigo dizer em percentagem mas é quase tão importante como a harmonia das duas pessoas entre si!” CR*

Segundo Guin, Jakes e Roper (2010) são vários os estudos que suportam a relação entre o impacto do “stress económico e financeiro” no estado emocional das pessoas e dos efeitos negativos deste na relação conjugal.

Ainda a respeito da importância da falta de dinheiro nas famílias como causa de instabilidade familiar e de ruptura Giddens (2010), apoiando-se em dados oriundos de um Inquérito Nacional aos Agregados na Grã-Bretanha (Office for National Statistics. Social Trends 30 (2000) p. 68. Crown Copyright), refere que existe um acréscimo de rupturas nos agregados em que no máximo um indivíduo adulto tem rendimentos.

Sobre a “*Ingerência das famílias de origem na relação*” como causa percebida de ruptura conjugal, as palavras de SCG foram, na nossa perspectiva, particularmente esclarecedoras: *“Aqui as famílias de origem continuam a ser um dos problemas. (...) Continuo a sentir que as famílias de origem são um problema difícil de gerir para os casais e que muitas das vezes levam a um desgaste que poderá levar a uma ruptura.”SCG*

As palavras de **SCG** relativamente à intromissão das famílias de origem na relação como motivo de dissolução da relação de casal fazem especialmente sentido quando Pereira afirma que “Uma relação conjugal é, tendencialmente, «fechada», isto é, não admite, por norma, intromissões. O povo, sábio, diz que entre marido e mulher não se deve meter a colher. As fronteiras da relação conjugal (da relação daquelas duas pessoas, enquanto marido e mulher) devem ser impermeáveis.” (2009:32). Na mesma

linha de pensamento Alarcão (2006) refere que as “imiscuições inter-familiares” que mostram a “fragilidade das fronteiras ou limites entre sub-sistema conjugal e as respectivas famílias de origem”, mais do que complexas podem ser potencialmente fatais em termos relacionais. (p.121-122).

Já as “*Mudanças significativas ou acontecimentos inesperados na família*” como factor de divórcio assenta no entendimento dos sujeitos de que a ocorrência de acontecimentos relevantes ou imprevisíveis na família pode desencadear situações de crise e de stresse relacional passíveis de determinar o fim da relação conjugal. Sobre esta situação os discursos de **EG** e **MB** remeteram-nos especialmente para situações como o “aparecimento do primeiro filho”, para as responsabilidades e “tarefas familiares acrescidas que o aparecimento das crianças na relação determina” e o “luto familiar”.

*“Quando há uma crise e quando falamos de crise nós estamos a falar, por exemplo, do aparecimento de filhos numa relação que muda drasticamente a relação a dois, que passa para três. O nascimento do primeiro filho ou do segundo é muito complicado. Obviamente... uma crise associada à morte ou um luto na família, uma perda drástica... desemprego têm levado a situações de divórcio.”* **EG**

*“E depois aquele stress diário, aquela correria, quando vêm os filhos, de não pensarem atempadamente no facto de quererem os filhos e o que é que significa esse filhos e o acompanhamento necessário aos filhos... e depois de não conseguirem lidar com o stress diário.”* **MB**

À luz dos ensinamentos de Alarcão (2006) algumas das situações referidas tipificam “fontes de stresse” a que qualquer sistema familiar pode estar sujeito. Fontes de stresse que podem decorrer de “crises familiares naturais ou acidentais”. Na perspectiva da mesma autora as primeiras estão associadas às diferentes fases do seu ciclo vital; as segundas ocorrem inesperadamente, podendo ser trágicas para a família. Percebe-se agora porque autores como Carter e McGoldrick (1995) enunciam como condições susceptíveis de entravar a evolução satisfatória do relacionamento conjugal situações como o casal conhecer-se ou casar-se imediatamente após uma perda significativa ou a mulher ficar grávida antes ou durante o primeiro ano de casamento, por exemplo. Esta última situação tem diretamente a ver com a sempre delicada questão da transição dos casais para a parentalidade, processo que exige um necessário ajustamento conjugal e emocional, conforme sustenta a literatura científica sobre a temática (Hernandez & Hutz, 2009). A este propósito Hernandez e Hutz (2009) referem que numa revisão das investigações realizadas sobre a transição dos casais para a parentalidade até inícios dos anos 90 (assente nos trabalhos levados a cabo por Belsky & Kelly, 1994; Cowan &



Cowan, 1992; Lewis, 1989; Michaels & Goldberg, 1988, baseados em aproximadamente 15 longitudinais e algumas transversais) os autores desses estudos chegaram à conclusão que houve uma quebra na qualidade da relação matrimonial em 40-70% dos casais após o nascimento do primeiro filho. Objectivamente os estudos demonstraram que os factores responsáveis pela conflitualidade nos casais seriam: a maior vulnerabilidade das pessoas à depressão; o retorno aos papéis estereotipados de género; maior sobrecarga com as lidas domésticas e cuidados prestados às crianças; maior investimento profissional por parte dos homens face à maior situação de pressão familiar; diminuição do diálogo e das relações sexuais.

O “**Ciúme**”, embora tenha sido por uma só vez referido como causa directa de divórcio, apareceu no nosso estudo associado aos rumores verificados em contextos geográficos e populacionais de reduzida dimensão e densidade, como o Porto Santo. Sobre esta realidade concreta **SS** explicou:

*“Eu estava aqui a lembrar-me de um caso de uma... senhora que sempre viveu para a família e o marido por causa da “bilhardice” de uma vizinha põe-se a mal com a mulher e pediu-lhe o divórcio! Quer dizer, fundamento não havia nenhum! Portanto, o “diz que disse” aqui no Porto Santo é muito, muito importante.” **SS***

O excerto de entrevista apresentado parece representar aquilo que Claten e Smith (1998) tipificam como caso de ciúme que ocorre quando o adulto acredita que o seu casamento ou relacionamento romântico se encontra ameaçado por um “concorrente romântico” real ou imaginário (Claten & Smith, 1998 citados por Hernandez & Hutz, 2009), podendo este sentimento levar à destruição da relação quando transcende os limites do concebível (Hernandez & Hutz, 2009) ou o seu carácter patológico leva o ciumento a agredir o parceiro (Pereira, 2009; Edalati & Redzuan, 2010).

Por fim, mas ainda na abordagem às causas de separação ou divórcio **NJ** referiu a “**Não condenação social do divórcio**” como situação favorecedora do mesmo (Demartis, 2006; Giddens, 1997). Sobre esta circunstância foi observada a aceitação e a existência de uma mentalidade societária favorável à dissolução da relação conjugal, quando os fundamentos configuram situações sociais humanamente condenáveis.

*“Hoje em dia, obviamente, felizmente também, já não há a pressão social que existia em que as pessoas eram capazes de aguentar situações perfeitamente insuportáveis durante muitos anos. Há outra consciência.” **NJ***

Este excerto de entrevista parece-nos introduzir também aqui uma outra questão particularmente importante que tem a ver com a conotação positiva atribuída pelos

sujeitos ao divórcio, argumentando que dele poderão advir benefícios para a família em geral, adultos e crianças/jovens, conforme demonstram as palavras de **SG**, **SCG**, **TM** e **PB**:

*“O divórcio só por si não tem nada de negativo porque ele quando acontece é porque as coisas já estão mesmo muito mal na relação de casal, ...” SG*

*“E eu não estou nem quero dizer de modo algum que o divórcio seja sempre algo de positivo, mas é que na maior parte das vezes eu acho que é isso que é.” SCG*

*“...eu acredito mesmo que quando um casal chega a uma situação em que maduramente acha que se deve separar que é muito melhor para as crianças.” TM*

*“...eu acho que as separações não têm necessariamente que significar uma fragilização ou uma menor possibilidade de bem-estar das crianças, de desenvolvimento integrado e de pessoas seguras, com uma boa integração social, educacional, etc.” PB*

Assim, na base deste *“Olhar positivo sobre a ruptura conjugal”* encontrámos duas razões fundamentais: a *“extinção de situações prejudiciais à família”* e a *“oportunidade de ser/voltar a ser feliz”*.

No primeiro caso as opiniões positivas sobre a ruptura encontravam-se associadas à circunstância de a separação no casal possibilitar o fim de situações que penalizam a família no seu todo, como o exemplo: das relações onde graça a infelicidade por falta de afecto/amor entre os elementos do casal; da recorrente conflitualidade familiar com risco e perigo eminente para as crianças; da violência conjugal efectiva. Nesta linha de pensamento e abordagem **SG**, **MM** e **IS** referiram:

*“...é verdade que o ideal para uma criança era viver com o pai e com a mãe, mas viver com o pai e com a mãe que estivessem os dois realizados, felizes e satisfeitos para lhes poder dar todas aquelas condições de que falávamos há pouco. Ninguém consegue dar segurança, dar amor, dar colo e dar protecção e fazer o outro se sentir especial e até amar se não se sente amado e não se sente seguro e não se sente satisfeito.” SG*

*“...é muito melhor para as crianças do que se manterem numa relação que, mesmo que não seja fisicamente violenta, possa... elas viverem naquele sentimento de perigo eminente que a qualquer momento qualquer coisa vai explodir. E portanto, eu acho que a exposição continuada das crianças, a esse tipo de dinâmicas familiares, é altamente perturbadora para essas crianças.” MM*

*“Por exemplo, no caso de haver maus-tratos, ou seja, se o homem maltratar a mulher, o facto de haver uma separação é uma vantagem.” IS*

No segundo caso, ou seja, relativamente à *“Oportunidade para ser/voltar a ser feliz”* os discursos dos sujeitos foram no sentido de perspectivar a ruptura de casal como possibilidade de os mesmos investirem noutras relações afetivas/amorosas que os

satisfaça emocionalmente e eleve os seus níveis de bem-estar, ganhando, com isto, toda a sociedade em geral.

*“Eu acho que o divórcio foi mais um mecanismo que o ser humano, na sua criatividade, tentou encontrar como mais uma solução à procura da felicidade. (...) A maior parte das pessoas que se divorcia volta a tentar a construção de uma família e de um projecto a dois.” SCG*

*“...porque cada um vai ter a oportunidade de fazer o seu percurso de vida à sua maneira e semelhança. Portanto, eu julgo que a consequência para ambos, só pode ser boa.” GM*

*“...se se separam à procura do melhor (...) eu vou acreditar que a sociedade ganha com isso. Portanto, a sociedade vai ter pessoas mais felizes, mais realizadas, pessoas mais produtivas, pessoas mais interventivas, pessoas mais motivadas, etc, etc.” MS*

Numa óptica distinta mas complementar à anterior, os sujeitos fizeram referência àquilo que podemos pronunciar de **“Factores que interferem na imagem positiva sobre a ruptura conjugal”**. Sobre esta questão particular os testemunhos evidenciaram um conjunto de circunstâncias importantes para o efeito: o **“fim do estigma social do divórcio”**; a **“inexistência de filhos na relação”**; a **“ruptura conjugal sem conflito destrutivo”**; a **“ruptura conjugal sem envolvimento dos filhos nos assuntos do casal”**; a **“ruptura conjugal como melhor solução para a família”**.

Sobre o **“Fim do estigma social do divórcio”** e a possibilidade socialmente reconhecida de uma pessoa se divorciar, comum do Ocidente industrializado (Demartis, 2006), SS e MRS referiram:

*“Antigamente, nós víamos a discriminação! Havia discriminação do divorciado! Parecia que era uma coisa contagiosa! Eu digo isto porque a minha mãe é divorciada desde que eu me lembro...E eu lembro-me que houve muito afastamento de...pessoas que se davam connosco porque parecia que ia haver um contágio! A minha mãe divorciou-se, se calhar, o outro casal vizinho também se divorciaria porque estava muito próximo. Neste momento as coisas não são assim!” SS*

*“Hoje em dia já ninguém é discriminado por ser divorciado ou por estar numa situação de ruptura, ao contrário ao que sucedia há uns anos que, inclusive, na escola, os miúdos eram um bocadinho apontados a dedo porque eram filhos de pais divorciados. Hoje também, e Graças a Deus, nesse aspeto, há uma evolução. Portanto, as coisas já não são vistas dessa maneira. Socialmente, do ponto de vista da imagem das pessoas, não me parece que seja muito afectada.” MRS*

Relativamente à **“Inexistência de filhos na relação”** como condição capaz de contribuir para a representação positiva sobre a ruptura de casal, não havendo assim a possibilidade de esta causar qualquer tipo de sofrimento, GM foi especialmente eloquente quando afirmou:

*“Agora, quando não se tem filhos e a relação já está por si deteriorada, defendo o divórcio e a separação, sem dúvida nenhuma.” GM*

No que respeita à “**Ruptura conjugal sem conflito destrutivo**”, princípio e fim da Mediação Familiar (Verde, 2008), **SG** sublinhou:

*“Mas o divórcio bem-feito, bem mediado, com sensatez, com maturidade, com respeito por todas as partes envolvidas, acho que o divórcio pode realmente vir a trazer coisas positivas, ...” SG*

Em relação à “**Ruptura conjugal sem envolvimento dos filhos nos assuntos do casal**”, com o fito de se proteger a integridade psíquica e emocional das crianças ou jovens durante o processo de separação, as palavras de **LG** enfatizaram a necessidade de os pais por essa ocasião estabelecerem uma distinção clara entre “*conjugalidade*” e “*parentalidade*”, devendo esta perdurar após o processo de “desmembramento do casal conjugal” (Poussin & Martin-Lebrun, 1999:236).

*“Quando o casal conversa, quando é uma separação de comum acordo, em que se entendem, conseguem resolver e conseguem separar os problemas deles dos problemas dos filhos, penso que a melhor coisa será sempre a separação.” LG*

Por fim, a “**Ruptura conjugal como melhor solução para a família**” como circunstância favorecedora de uma imagem positiva acerca da desagregação matrimonial, **SCG** venceu a premência do término das relações de casal quando as mesmas se exibem como prejudiciais à família e aos seus elementos, especialmente às crianças.

*“A minha experiência diz-me que o divórcio, na maior parte das vezes, é a solução possível e é a solução possível para uma situação melhor para toda a gente.” SCG*

Numa visão oposta à imagem positiva sobre a ruptura conjugal os sujeitos mencionaram como consequências possíveis da mesma: o “**sofrimento ou perturbação psico-emocional individual**”; o “**empobrecimento financeiro e patrimonial**”; o “**endividamento e sobreendividamento**”; a “**estigmatização social**”; a “**perda de status**”; a “**perda de amigos**”; o “**desenraizamento dos filhos do casal e necessária adaptação a novas realidades familiares**”; a “**monoparentalidade**”; a “**conflitualidade familiar**”; a “**menor convivência das famílias de origem com os filhos dos ex-cônjuges**”; a “**sofrimento psico-emocional na família alargada**”; a “**desvalorização social do casamento e do amor no seu seio**”; o “**aumento da despesa pública**”; a “**desvalorização social da família e da sua função socializadora/educadora**”.

No que respeita “**Sofrimento ou perturbação psico-emocional individual**”, tão retratada e valorizada pela literatura científica acerca do tema, as narrativas foram

inequívocas quanto ao reconhecimento desta situação como uma das principais e inevitáveis consequências da ruptura conjugal (cf. Gameiro, 2001). Mesmo considerando que a reacção dos filhos menores à separação ou divórcio dos pais pode ser multifacetada e que o impacto nos mesmos depende de uma panóplia quase infindável de factores que podem ser de natureza individual, familiar e social (cf. Ramires, 2004; Ávila, 2004; Martínez, 2001; Kelly, 1993; Cartujo, 2008; Giddens, 1997; Ribeiro, 2007; Duarte, Arboleda & Diaz, 2002), foram especialmente apontadas como expressão do sofrimento ou perturbação psico-emocional das crianças e dos jovens à separação ou divórcio dos pais: os sentimentos de culpa pela separação dos progenitores; os sentimentos de ambivalência associados à percepção de que terão de optar por um dos pais; os sentimentos de angústia, mal-estar geral fruto da mágoa que vivenciam, podendo esta ser a “*porta de entrada*” para a iniciação de consumo de substâncias psicoactivas; os sentimentos de insegurança e de baixa auto-estima; dificuldades de relacionamento interpessoal e de integração social geral.

*“As crianças sentem-se muito culpadas e ambivalentes já que têm que decidir se vão com o pai ou com a mãe, ...”.* **SG**

*“...os filhos que ficam com possibilidade de serem crianças com algumas dificuldades acrescidas, em termos da saúde psíquica e da saúde social...”.* **MC**

*“Elas vão sempre achar que foram elas as responsáveis pelo casamento ter terminado, pelos pais se terem separado. (...) Portanto... as crianças vão-se culpabilizar, sempre.”* **MM**

*“...há um desgosto e um sofrimento grande para as crianças de não poderem ter os seus pais juntos, pelo menos é o que eu ouço da parte dos miúdos que realmente queriam ter os dois pais a viver na mesma casa e não têm, e isso leva a situações de maior stress.”* **CA**

*“Porque muitas vezes as coisas não são bem-feitas, as crianças e adolescentes andam um bocadinho perdidos porque muitas vezes a autoridade parental foi-se, os limites foram-se, e acho que isso acaba por ter consequências depois a nível também do desenvolvimento destas crianças que acabam por encontrar saídas para este sofrimento, entrando em vivências um pedacinho complicadas. Estou a pensar na toxicodependência ou outras saídas.”* **AQ**

*“...acho que as crianças ficam de alguma forma a se sentirem menos seguras e menos protegidas.”* **PB**

No que concerne ao “***Sofrimento ou perturbação psico-emocional individual***” nos adultos, igualmente documentado na literatura sobre o fenómeno de divórcio como um dos acontecimentos mais traumáticos do ciclo vital do indivíduo (Holmes & Rahe, 1967) e enquanto processo de necessário ajustamento pessoal e familiar, como tão bem retratam os Modelos de Bohannon (1970), de Wiseman (1975), de Kessler (1975) e de Guttman (1993), os dados estudados revelam-nos variadíssimas situações como: o

sentimento de fracasso pessoal pelo fim da relação; o sentimento de tristeza, de desgaste, de perda, sobretudo no rejeitado, impondo-se-lhe, para seu benefício, a realização de um penoso processo de luto relativamente à pessoa amada; as dificuldades profissionais/laborais ao nível da quebra de produtividade, de integração e absentismo; a imatura investida em novas relações, apenas destinadas a preencher vazios afectivo-emocionais, com consequências óbvias, quer no plano individual quer familiar individual; a baixa auto-estima; a menor disponibilidade ou mesmo comportamento negligente dos pais relativamente às suas obrigações parentais; os eventuais maus-tratos aos filhos; o mal-estar físico, despoletado, amiúde, por processos de somatização.

*“Eu acho também que o que se sente mais perdedor ou menos fortalecido é aquele que cai mais na ratoeira de fazer disparates educacionais...”* **SG**

*“...o sentimento de frustração de não ter conseguido levar uma relação a bom termo.”* **CV**

*“...consequências no mundo laboral com absentismos...”* **NJ**

*“...efeitos a nível de uma pior integração sócio-laboral e pior produtividade também, naturalmente!”* **MC**

*“...em termos de auto-estima, em termos bem-estar, em termos de tranquilidade, em termos de... sei lá.... de capacidade de enfrentar os problemas de dia-a-dia. As pessoas que têm um problema ou uma separação naturalmente que depois têm menor capacidade para resolver todo o resto dos problemas e até menos capacidade de educar os filhos, menos paciência, menos tudo!”* **AF**

*“... o assumir socialmente o fracasso num projecto que foi pessoal, ...”* **SCG**

*“Isso acarreta sempre sofrimento, independentemente dos motivos ou da situação que envolveu a separação.”* **IR**

*“Mas acaba por levar as pessoas a caírem um bocadinho no vazio e a preencher vazios com relações que muitas vezes não são as relações desejadas.”* **AQ**

*“E depois, também, é as crianças que são relegadas para segundo plano.”* **HV**

*“Porque...normalmente uma das partes não fez luto da vida conjugal e isso acaba por reflectir-se nos filhos ou a revolta nos filhos.”* **PE**

*“As pessoas têm muita dificuldade em aceitar uma nova realidade que às vezes também têm a ver com situações de terceiras pessoas, ...”* **MRS**

O **“Empobrecimento financeiro e patrimonial”** da família e dos seus elementos também se apresentou como outra das consequências notadas pelos sujeitos. A este nível os testemunhos proferidos associaram-no: à perda geral de qualidade de vida dos indivíduos; à existência de constrangimentos no acesso das crianças às condições de ensino e de lazer anteriores à separação/divórcio; à ausência de rendimentos nos casos

em que um dos ex-cônjuges vivia na dependência financeira do outro; ao recurso a ajudas públicas para satisfação de necessidades básicas ou observância de obrigações financeiras regulares; à coabitação do ex-casal após a separação ou divórcio, devido à sua incapacidade para novos investimentos habitacionais; ao regresso de um ou de ambos os elementos do casal desavindo à família de origem.

*“...traz problemas graves ao nível de maior precariedade nas condições de vida, não só dos separados como também dos filhos que são filhos do casal.” MC*

*“...eu diria que as separações trazem, necessariamente, pessoas mais pobres...” AF*

*“Se fôssemos falar de outros casais com nível sócio-económico mais baixo podemos falar de pessoas que têm que recorrer a ajudas públicas de apoio social para pagamento de rendas, ao nível da alimentação e de outras coisas básicas” SCG*

*“Isso é inevitável e as crianças perdem, inevitavelmente, qualidade de vida em termos económicos, em termos materiais.” MM*

*“Temos depois também aqueles, eu não sei se há um nome específico, que se chamam os “casais modernos” que são aqueles que se separam mas continuam a viver na mesma casa, porque não podem regressar à família, porque a família não tem condições. Partilham a mesma casa, um fica a dormir no sofá ou fica a dormir no quarto do filho porque em termos financeiros não há sustentabilidade.” EG*

*“A nível económico há logo esta ruptura óbvia e as consequências para a criança podem ser várias. Desde a mudança de escola, se estivesse numa escola privada em que a prestação ou a mensalidade era elevada, em termos de actividades de tempos livres no período de férias, sobretudo no verão que é longo.” MB*

*“...há o empobrecimento das famílias. Há situações muito dramáticas que têm a ver com a questão da atribuição da casa de morada de família. Muitas vezes acaba-se por decretar o divórcio, mas as pessoas permanecem no mesmo espaço porque não têm outras soluções do ponto de vista habitacional.” MRS*

Esta realidade do **“Empobrecimento financeiro e patrimonial”** da família encontra-se de algum modo associada ao “divórcio económico” a que Bohannan (1970) fazia referência no seu modelo, representado o mesmo a divisão da riqueza e da propriedade do casal, tornando, na generalidade dos casos, as partes mais pobres. De acordo como o modelo do referido autor acerca das “transições no divórcio” o casal que intentasse separar-se teria que enfrentar e superar um conjunto de seis estádios sobreponíveis com interferência significativa no seu estilo de vida. O “divórcio económico” é um deles.

Quanto ao **“Endividamento e sobre-endividamento”** como consequência da ruptura familiar, podendo esta estar relacionada com a anterior, as verbalizações dos sujeitos abarcaram os casos de dificuldade de gestão e liquidação de dívida à banca, as penhoras e recurso a novo crédito imposto pelo novo projecto de vida das pessoas divorciadas ou separadas. Como resultado deste tipo de situações foi igualmente referida a necessidade

de as pessoas terem que trabalhar mais horas ou exercer mais do que uma actividade profissional de modo a fazer face aos seus novos e stressantes encargos financeiros.

*“Depois, muitas vezes, mesmo com os pagamentos que já foram feitos, a venda da casa não é suficiente para saldar a dívida e isto traz consequências sociais muito graves... (...) E depois temos casos de processos em tribunal, situações de penhoras, ...” NJ*

*“Portanto, por vezes os divórcios acarretam processos de dívidas e isso implica que terão de desdobrar-se, adquirir uma nova casa, a nível da habitação, provavelmente, contrair empréstimos... Se calhar faz aumentar a carga financeira ou as despesas de cada um dos elementos do casal. Pode ter consequências a nível do trabalho... há pessoas que têm que ter dois trabalhos para tentar equilibrar as despesas e os compromissos que tinham.” IR*

*“...compraram a casa e depois não se conseguem livrar da dívida, do crédito ao banco.” EG*

*“Depois, normalmente, as famílias encontram-se asfixiadas por dívidas. Torna-se muito difícil a resolução junto dos bancos, de forma a alguém assumir esses encargos e nessas situações, os bancos como regra, também não vão perder as garantias que têm a esse nível. (...) Portanto, cada vez mais os divórcios acontecem com poucos anos de casamento, quando as dívidas ainda estão bastante grandes.” MRS*

A **“Estigmatização social”** como sequela do divórcio foi relatada por **SG** e exclusivamente associada à circunstância de as saídas à noite das pessoas divorciadas poderem ser serem olhadas como tendo o exclusivo objectivo de procurar novo parceiro sexual.

*“...e depois quando saem há noite dizem que andam à caça de pessoas.” SG*

Esta situação parece, em parte, ir ao encontro do pensamento de Giddens (2010) para quem o divórcio, apesar de não ser hoje um grande factor de estigma, leva a que ainda haja a alguma desaprovação social em relação aos progenitores solitários. Contudo e se considerarmos que “As taxas crescentes de divórcio não parecem indicar uma profunda insatisfação com o casamento propriamente dito, mas uma determinação cada vez maior para fazer dele uma relação gratificante e satisfatória” (Giddens, 2010:183) é provável que as saídas nocturnas em contexto de diversão a que **SG** se referiu atrás possam ser utilizadas pelas pessoas como via para conhecer outras com quem possam eventualmente estabelecer uma nova relação afectiva buscando através dela a felicidade tão desejada para as suas vidas.

No caso concreto da **“Perda de status”** como situação resultante da dissolução da relação de casal, **TF** fez referência ao facto de a ruptura poder conduzir ao desaparecimento do prestígio social granjeado por um dos elementos do casal quando esse mesmo “estatuto ou reconhecimento na sociedade” provinha do ex-cônjuge.



*“A perda de algum estatuto que poderia ter junto do ex-marido ou da ex-mulher.” TF*

Já a circunstância relacionada com a **“Perda de amizades”** foi referida como condição associada ao facto de as pessoas após a separação ou divórcio serem privadas de determinadas amizades que tinham antes da rutura e sem estas ficarem também impossibilitadas de visitar alguns locais de convívio anteriormente frequentados. Neste domínio foi igualmente sublinhada a circunstância de um dos ex-cônjuges, eventualmente o menos sociável e com menor número de amigos, poder enfrentar após a rutura mais e recorrentes momentos forçados de “solidão e isolamento”.

*“O perdedor, digamos assim, fica geralmente mais isolado. Há pessoas que perdem os seus amigos, porque tinham amigos em comum ...” SG*

*“As pessoas fazem rupturas com os amigos, fazem rupturas com famílias inteiras, fazem rupturas até mesmo com... com locais, se calhar havia locais onde elas iam e depois deixam de ir...” AF*

*“...eu diria que depois coloca-se aquela questão de um afastamento das próprias pessoas relativamente a alguns amigos comuns.” MB*

Esta **“perda de amizades”** a que nos referimos e que os extractos de entrevista tão bem elucidam, enquadra-se no estágio “divórcio comunitário” preconizado por Bohannan (1970) referindo-se o autor neste caso às mudanças de amizades e de outro tipo de relações sociais pelas quais uma pessoa divorciada passa.

Quanto ao **“Desenraizamento dos filhos do casal e necessária adaptação a novas realidades familiares”** como efeito directo da ruptura familiar, foi feita referência à alteração profunda das rotinas diárias das crianças e dos jovens por força da separação dos pais e ao penoso processo de adaptação que os filhos terão de enfrentar face a um conjunto multifacetado de possíveis realidades familiares já caracterizadas na parte teórica do nosso trabalho. Este complexo, mas não menos necessário processo de adaptação dos filhos a outras circunstâncias ou contextos familiares, pode ocorrer especialmente nos casos de criação de novas famílias (processo reconstrução familiar) ou por ocasião da visita dos filhos a casa do progenitor não guardião, onde as condições relacionais, físicas e materiais de vida poderão ser inferiores às diariamente encontradas na sua residência habitual ou **“casa de morada de família”** que mais não representa que a “...residência permanente da família, onde está o centro da vida familiar e social e da economia doméstica. (...) O local onde a família (...) habitualmente pernoita, toma as refeições, convive, recebe os amigos e recolhe correspondência” (Belo, 2009:88).

*“Os miúdos também têm que aceitar novas realidades, porque têm de conviver com outras famílias...são as chamadas famílias combinadas. Ao fim-de-semana, por exemplo, terem de transitar da casa deles, que é a casa onde vivem, para a casa do outro progenitor, que muitas vezes não têm boas condições de acolhimento e onde existem outros membros da família que, às vezes, não aceitam bem os filhos...” MRS*

É também neste âmbito que Gameiro (2001) refere que o processo de criação de uma nova família é muito complexo, com fases de grande sofrimento e receio por parte das crianças que podem variar de acordo com a sua idade. O mesmo autor afirma ainda que por esta ocasião a sensibilidade dos filhos à mudança é mais marcada já que os mesmos são “obrigados” a colossais alterações na sua vida que não foram desejadas: mudança de escola, muitas vezes acompanhadas por afastamento em relação a algumas amizades; a mudança de casa com implicação na modificação de hábitos; a vizinhança; o distanciamento em relação aos avós, paternos e/ou maternos, etc.

As consequências negativas das separações e dos divórcios a nível familiar foram também evidenciadas pelos sujeitos.

*“Portanto, penso que isso será um custo social, mas, fundamentalmente, um custo familiar.” MC*

*“Portanto, eu acho que as consequências familiares... tudo aquilo que eu disse em relação à Sociedade, eu acho que se tem de multiplicar por 10 para conseguir perceber em termos familiares, ...” AF*

*“...eu acho que sempre que há uma separação, há famílias que se “destroem”. Podem não ficar de costas voltadas mas já não é a mesma coisa a nível do ambiente criado, dos sentimentos, a nível social.” RS*

Objetivamente como “**Consequências familiares negativas**” decorrentes da separação de casal ou divórcio foram referidas: a “**monoparentalidade**”; a “**conflitualidade familiar**”; a “**menor convivência das famílias de origem com os filhos dos ex-cônjuges**”; o “**sofrimento pisco-emocional na família de origem dos ex-cônjuges**”.

Sobre a “**Monoparentalidade**” os entrevistados conotaram negativamente esta condição familiar pelas dificuldades que a mesma coloca ao “progenitor guardião” na educação dos filhos mesmo quando o outro pai não se encontra física e geograficamente longe dos filhos, embora as coisas sejam bem mais intrincadas quando um dos progenitores se encontra ausente.

*“Aqui, no Porto Santo, o que acontece é que quem fica com os filhos, às vezes, quer se pôr a andar e quer sair da ilha. Ou então, a pessoa que não fica, afasta-se! Precisamente longe da vista, longe do coração! E aqui é fácil... é fácil sair, é fácil ir para o Funchal, é fácil ir para o Continente ou mesmo para o estrangeiro.” SS*

*“...é muito mais difícil educar as crianças sozinha...Porque, por muitas guardas conjuntas que haja, há sempre uma casa onde eles ficam e é sempre muito mais complicado educá-los dessa maneira.” CA*

*“E depois... o que vai surgindo são crianças que acabam por, na maioria das vezes, crescer com um pai ou uma mãe, que têm que dividir uma pequena parte do seu tempo com o outro progenitor.” CRA*

Segundo Giddens (2010) as famílias monoparentais têm-se tornado cada vez mais comuns nos últimos trinta anos e embora exista uma imensa variedade deste tipo de famílias o que é facto é que todas apresentam algumas desvantagens sociais e económicas (Demartis, 2006; Giddens, 2010). Estas famílias são na esmagadora maioria “chefiadas” por mulheres já que a mulher fica habitualmente com a custódia dos filhos aquando da separação ou do divórcio (Giddens, 1997).

Ainda relacionado a “*Monoparentalidade*” SS fez referência à possibilidade de esta realidade familiar, fruto da ausência de um dos progenitores, potenciar situações de parentificação no seio familiar causando sérios riscos a nível do normal de desenvolvimento e bem-estar dos filhos. De acordo com Sequeira (2006) o fenómeno da parentificação “Consiste na atribuição de funções ao sub-sistema parental a um ou mais elementos do subsistema filial. [Assim] O filho parentificado assume funções e poderes que cabem aos pais pelo que a parentificação implica a inversão de papéis e está relacionada com uma perturbação das fronteiras intergeracionais” (p.353-354).

*“É assim, se for, por exemplo, um filho mais velho normalmente o que acontece é que no divórcio, e isto partindo do princípio que a mãe é que fica com as crianças... a mãe transforma o filho mais velho, e eu já vi isto, no seu melhor amigo e confidente ou na sua melhor amiga e confidente! O que está errado, mas é assim que acontece! E portanto, aquele jovem cresce muito mais depressa porque tem mesmo necessidade de crescer mais depressa para conseguir estruturar... para conseguir aguentar o resto da família!”SS*

A “*Conflitualidade familiar*” como consequência de ruptura de casal foi também particularmente enfatizada ao nível da sua dupla natureza, “restrita” e “alargada”. Em termos restritos foram relevados aspectos como a perpetuação do conflito entre os ex-cônjuges utilizando os “filhos como arma de arremesso” tão bem documentada no domínio científico e profissional. Em termos alargados foi feita referência ao envolvimento das respectivas familiares de origem no conflito entre os ex-cônjuges. Assim, neste jugo da conflitualidade familiar foram especialmente evidenciadas situações como o envolvimento dos filhos do casal no conflito, de que a “Síndrome de Alienação Parental” é expoente máximo e a participação das “famílias extensas” no conflito, numa postura de quase fatal e humana lealdade familiar, representando a

mesma os laços imperceptíveis mas inquebráveis que ligam os elementos de uma determinada família (Sequeira, 2006).

*“No plano familiar lembro-me logo das crianças e dos jogos envolvendo as crianças, que são as últimas a perceber o que se está a passar, num processo de manipulação por parte dos pais.” SG*

*“Eu acho que é a manipulação das próprias crianças, ou seja, a utilização das crianças como arma de arremesso para atingir o outro. Para mim é a consequência mais grave, esta manipulação permanente. Numa situação de conflito e em que existem crianças envolvidas, surgem situações muito complicadas para que a criança forme uma postura também de combate ao ex-cônjuge.” NJ*

*“Depois dá-se uma situação de grande conflito em que os filhos também são apanhados, muitas vezes intencionalmente, com intenção de servirem como brinquedos.” MS*

*“E claro... quer se queira, quer não, as pessoas acabam por tomar partidos porque é evidente que a família de um lado e do outro, inconscientemente ou indiretamente, acaba por funcionar assim, porque é legítimo, é normal.” RS*

*“É uma consequência negativa que se assiste com muita frequência é o uso da parte mais fraca, é o uso da criança contra o adversário: o pai usar a criança contra a mãe ou vice-versa. Cada vez se assiste mais à alienação parental e muitas das vezes esta alienação parental é levada ao extremo. Portanto, esta é a grande consequência negativa, quando há filhos.” GM*

Olhando para os extractos de entrevista apresentados afigura-se-nos pertinente referir que são diversos os estudos que demonstram que o conflito parental, após o divórcio, causa graves danos emocionais às crianças (Emery, 1982; Wallerstein, 1983; Hetherington, 1989). Porém o caso da manipulação dos filhos por um dos progenitores para odiar o outro (a que Richard Gardner (1985), Professor de Psiquiatria Clínica do Departamento Infantil da Universidade de Columbia - EUA, deu o nome de “Síndrome de Alienação Parental”) parece configurar uma das situações mais problemáticas, alarmantes e recorrentes do conflito entre progenitores, tanto na fase de divórcio como pós divórcio. Para Maria Saldanha Pinto Ribeiro “A «Síndrome de Alienação Parental» pode ser entendida como a criação de uma relação de carácter exclusivo entre a criança e um dos progenitores com o objectivo de excluir o outro” (2007:30) e a acusação de falso assédio sexual do pai alienante em relação ao pai alienado uma das suas formas mais abomináveis, conforme documenta a referida autora na sua obra “*Amor de Pai – Divórcio, falso assédio e poder paternal. A guarda dos filhos em tempo de divórcio*”.

A “*Menor convivência das famílias de origem com os filhos dos ex-cônjuges*” surgiu também como consequência da dissolução do sistema conjugal.

*“Familiares... é a dificuldade de gerir em termos de tempo para que a criança ou o jovem possam estar com a família materna e paterna.” ET*

A este nível a literatura científica coloca a tónica na redução dos contactos entre avós e netos após a separação ou divórcio na família, existindo, no entanto, algumas particularidades neste domínio. Uma dessas especificidades, porventura a mais relevante, é o facto de a situação referida se fazer sentir mais ao nível da diminuição dos contactos e da qualidade das relações entre netos e avós paternos (cf. Johnson, 1988; Creasy, 1993), já que vulgarmente são as mães a ficar com a guarda dos filhos (Sampaio, 2008; Giddens, 2010).

Nos casos mais intrincados estes avós podem ficar, pura e simplesmente, sem conviver com os netos, situação indesejável e potencialmente nociva para ambas as partes (Wilson & DeShane, 1982).

Para além de a custódia constituir um factor determinante em relação ao tempo que os avós passam com os netos após o divórcio dos filhos (Gladstone, 1987; Kruk & Hall, 1995; Timonen et al., 2009) existem outros factores que contribuem para a redução do contacto ou maior afastamento dos avós em relação aos netos numa fase pós separação, como por exemplo: os conflitos familiares não resolvidos (Gladstone, 1987; Kruk & Hall, 1995); a idade dos avós (Johnson, 1988); a idade dos netos (Gladstone, 1988; Kalish & Visser, 1982); distância geográfica entre residências (Matthews & Sprey, 1984; Gladstone, 1987; Johnson, 1988).

Considerando que os avós, quer paternos quer maternos, constituem-se como um importante apoio familiar aos filhos e netos na fase pré e pós divórcio (Sampaio, 2008) a questão em apreço torna-se especialmente preocupante sob ponto de vista social e familiar. Para Sampaio (2008) na fase posterior à separação os avós podem desempenhar um papel imprescindível no domínio da manutenção dos laços familiares entre progenitor não guardião/filhos e na ajuda financeira e de suporte afectivo-emocional à família monoparental susceptível de maior vulnerabilidade familiar e social. Contudo este apoio encontra-se intrinsecamente relacionado com aspectos como, por exemplo, a distância geográfica, a custódia parental, a situação profissional, a idade, o sexo e o estado civil dos avós (Gladstone, 1987; Jaskowski & Dellasega, 1993).

Já relativamente ao *“Sofrimento pisco-emocional na família de origem dos ex-cônjuges”* TC e EG referiram:

*“Portanto, há, de facto, todo este sofrimento de todos os envolvidos, não só do núcleo familiar, mas também da família de origem, das famílias alargadas.” MC*

*“Para a própria família alargada também, porque acaba por apanhar com uma situação de crise. Muitas das vezes as pessoas ficam ali na corda bamba e não sabem para que lado se viram, porque são leais ao parente mas até simpatizavam com o outro. O que é extremamente complicado de lidar...” EG*

Esta situação leva-nos a evocar as palavras de Sampaio (2008) quando este autor sobre “Os avós e o divórcio” afirma que “... a separação de um filho é quase sempre sentida como um fracasso pessoal: derrota da educação que deram, falhanço da própria parentalidade. (...) [E acrescenta que] ... mesmo quando previsto, desencadeia emoções: é como se estivesse em causa a relação afectiva com o filho e a noção de família íntegra a que se aspirou no passado” (p.119).

Este sofrimento parece, contudo, ganhar maior dimensão quando os avós, por exemplo, perdem ou reduzem o contacto com os netos na sequência do divórcio dos filhos. A este respeito Drew e Silverstein (2007) com base num estudo realizado com 442 casais descobriram que os avós que tinham perdido o contacto com os netos manifestavam sinais de depressão quando comparados com outros avós da mesma idade mas que não tinham experienciado aquela separação relacional. Os mesmos autores referiram ainda como efeitos psicológicos nos avós decorrentes da redução do contacto os netos, estados de ansiedade, desamparo, fraqueza e sentimentos de perda comparáveis ao desaparecimento de um familiar ou amigo.

No plano social foram aludidas como consequências negativas associadas à ruptura familiar: as *“dificuldades na definição de família e dos papéis dos seus membros no âmbito das novas realidades familiares”*, a *“desvalorização social do casamento e do amor no seu seio”*, o *“aumento da despesa pública”* e a *“desvalorização social da família e da sua função socializadora”*.

Sobre a primeira circunstância, o discurso de **CR** foi especialmente expressivo no que à problematização da questão diz respeito:

*“Desde logo, uma confusão a nível dos conceitos que estavam instalados acerca do conceito de família! Desde logo, uma confusão a esse nível e que com os quais temos que inevitavelmente... de lidar no futuro! (...) Mas isso agora causa socialmente uma confusão porque as pessoas têm: vários pais, várias mães, vários tios, vários primos... É verdade! Têm segundos irmãos, terceiros irmãos, depois têm meios-irmãos... Bem, em termos sociais, as pessoas estão ainda a começar a se habituar a gerir a sua vida em prol desses vários papéis que estão a ser forçadas a desempenhar. (...) Por causa dessas separações e desses divórcios as pessoas vão arranjar novos companheiros, novas uniões, novos filhos, de outras uniões... Tudo isto leva a que socialmente ainda estejamos numa fase de confusão.” CR*

Num olhar aturado sobre as palavras de **CR**, que nos parecem denunciativas do impacto social que as transformações familiares dos nossos tempos podem causar, como se de uma “anarquia de relações e laços familiares” se tratasse, pensamos que o fenómeno em causa não representa mais que uma “nova era familiar”, fruto de mudanças cultural e socialmente aceitáveis exigindo as necessárias adaptações que poderão ser mais ou menos exigentes em função do quadro de valores e ideologias de origem próprios de cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Parece-nos ser, aliás, neste âmbito que Sampaio refere que “Muitos dos pais divorciados voltam a casar ou passam a viver em união de facto com novas pessoas. A família reconstruída é uma realidade dos nossos dias e a defesa ideológica da família nuclear, unida para sempre, não é útil para resolver as questões de hoje. Para compreendermos estas novas famílias, temos de ajudar os seus membros a admitir o necessário abandono do modelo idealizado da primeira família e dar-lhes o tempo e o espaço necessários para a construção da nova realidade” (2008: 126-127). Na mesma linha de pensamento Alarcão afirma a respeito das famílias reconstruídas que “Um dos grandes desafios que o novo casal, aliás como a nova família tem que enfrentar é a construção de novos padrões de relação e de novas regras de funcionamento familiar” (2006:209) e é neste processo que tudo se pode complexificar já que “...cada elemento traz consigo memórias que inevitavelmente compara com as vivências actuais” (2006:209-210).

Já a “*Desvalorização social do casamento e do amor no seu seio*” como consequência social da relação de casal foi salientada a ideia de que na sociedade actual constata-se a reprodução de uma mentalidade despojada de valores e de respeito quanto ao amor e à vida em comum. Assim, na perspectiva de **SS**, **LR** e **AF** para além do egoísmo, da falta de seriedade com que os indivíduos encaram as relações amorosas, assiste-se presentemente, na sua óptica, à total perversão das ligações afectivas entre as pessoas e à completa levandade com que muitas dessas mesmas pessoas encaram o matrimónio e as relações no seio da família.

*“Neste momento, as pessoas estão a casar e no dia do casamento já estão a pensar: ah, se isto não der certo, a gente divorcia-se! (...) Eu, no outro dia, fui a um casamento em que ele dizia: ah, se isto não der certo, divorciamo-nos e acabou-se! Quer dizer...” SS*

*“Evidentemente que houve algumas mudanças que estão necessariamente implicadas com esta visão que as coisas já não são feitas para durar para sempre e os jovens, naturalmente, são influenciados pelas relações dos seus próprios pais. Se antigamente um filho de um casal divorciado, em 10 havia 1, hoje em dia já, se calhar, já são 5 ou 6 em 10... Portanto, a própria visão que, se calhar, os jovens actualmente têm do casamento e da união, em si, já será mais utilitária do que propriamente amorosa, chamemos assim. (...) Não tenho dúvidas disso,*

*porque... apesar de todos nós termos aquele ideal romântico do amor à primeira vista e do amor para sempre, penso que cada vez mais as pessoas se apercebem, até pelo nível de vida, pelas dificuldades que todas as pessoas têm e de, sobretudo, de uma menor responsabilização das pessoas nesta circunstância.” LR*

*“Eu acho que (...) hoje em dia, se casa e descasa como quem dá uma voltinha no parque, ...” AF*

Estas ideias contrastam com o pensamento de muitos autores que defendem que o divórcio quando ocorre não significa que os indivíduos estejam a desacreditá-lo mas, tão-somente, que valorizam o “amor”, a sua felicidade e, neste sentido, o tipo de vivências e de sensações que aquele determina (Étienne et al., 2008; Pereira, 2009; Giddens, 2010) como condições básicas à manutenção de qualquer relação a dois, seja de casamento seja em contexto de união de facto.

Na apresentação do **“Aumento da despesa pública”** como consequência social negativa do divórcio, **HV** aludiu à descomunal concentração e mobilização de recursos públicos técnicos e financeiros verificados na resolução da contenda familiar em tribunal, aumentando assim a despesa pública.

*“Social? Para já... é um custo acrescido porque envolve, envolve... muita gente e muitas despesas e sobrecarga dos vários serviços: Tribunais, Segurança Social...” HV*

Este discurso vem assim de encontro ao atrás referido na parte teórica e à posição assumida por Pinto e Pereira (2005:182) quanto à opção da Mediação Familiar como alternativa ao “sistema judicial adversário” visto como burocrático, emocionalmente caro, incerto, arrastado no tempo e, por conseguinte, dispendioso (Pinto & Pereira (2005; Parga, 2007).

Finalmente, quanto à **“Desvalorização social da família e da sua função socializadora”** como impacto social negativo associado ao divórcio, foi destacado por **LP** o facto de as rupturas conjugais levarem a uma crescente restrição da importância social da família, afectando assim a sua imagem enquanto instituição socializadora por excelência.

*“...o agravamento da crise de valores na Família, do conceito de Família, da percepção que se tinha do contexto mais adequado ou mais padronizado para a educação dos filhos.” LP*

Tendo consciência e observando as profundas alterações que a família tem sofrido mais recentemente – como o aumento do número de divórcios, a diminuição da taxa de fecundidade, a diminuição da nupcialidade, as diferentes forma de conjugalidade fora do casamento, o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho e sua consequente independência financeira face ao homem – as palavras de **LP** parecem



encaminhar-nos para a recorrente questão sobre se instituição familiar se encontra, ou não, em crise (Étienne et al., 2008).

Para Étienne e colaboradores as transformações referidas mais do que evidenciem uma crise, representam o pôr em causa a instituição familiar, passando-se assim da realidade “família instituída” para a “família instituidora” (2008:187-188). Concretizando, transita-se da família tradicional, assente numa estabilidade do elo conjugal e caracterizada por uma pré-estabelecida divisão hierárquica de funções, para a “família instituidora” que respeita regras criadas por si e que se podem modificar caso os seus membros assim o entendam e achem necessário. É neste sentido que os mesmos autores referem que “A família moderna aplica o princípio da livre entrada e livre saída: o casamento é livre com aquele que se ama, e o divórcio sucede quando já não existe amor. [E que] ...as funções no seio da família não são definidas antecipadamente, em função dos estatutos (marido/mulher; pais/filhos), mas são objeto de negociações permanentes” (Étienne et al., 2008:188).

Sobre as metamorfoses na sociedade portuguesa que afectam directamente a forma de encarar e viver o casamento e a família actuais, Boaventura Sousa Santos e colaboradores, no âmbito de uma análise ao “Novo Regime Jurídico do Divórcio” referem e destacam, nessas transformações, as decorrentes dos processos de “sentimentalização”, “individualização” e “secularização”. A “sentimentalização” significa que “...é na dimensão afectiva que se centra a vida e a relação entre pais e filhos. Por isso, quer na construção, quer na ruptura das relações familiares, a lei deve dar àquela dimensão igual centralidade.” Na “individualização” ...realça-se a afirmação da igualdade entre homens e mulheres ` que se reflecte de forma directa no casamento e o transforma numa relação entre iguais.” A “secularização” representa que para o legislador “...o contexto valorativo em que se fundam as relações de família deixou de se centrar na esfera da religiosidade...” (2010:7-8)

Numa óptima não valorativa, alguns entrevistados consideraram ainda como consequências sociais directas do divórcio a ***“revolução na concepção de família e o fim da noção tradicional associada à mesma”*** e a ***“alteração à lei”***.

Relativamente à primeira situação **LR** e **CRA** referiram que as frequentes rupturas conjugais levam a uma maior aceitação social do fenómeno e ao natural aparecimento de uma pluralidade de famílias diferentes das tradicionalmente existentes, muito por

força da evidência de que quem se separa volta a investir noutras relações afectivas, que poderão ser mais ou menos duradouras.

*“É assim, a principal consequência... é nós, de uma vez por todas, definirmos ou abdicarmos do conceito tradicional de família! Porque se isso era uma situação real à 20 anos atrás, actualmente já não é! Família era... tinha um vínculo de sangue, depois um vínculo de afinidade que, através de um laço de matrimónio religioso, que era muito forte na mentalidade das pessoas e na vida social. (...) Mas a família já não é o que era antes! Hoje em dia, já não podemos considerar a família como aquela que toda a gente idealizava que era: pai, mãe, filhos, avós, tios próximos e irmãos e... por aí fora! Hoje em dia será justo dizermos que não é uma família uma mãe que vive com os seus dois filhos e que tem o apoio dos pais? Isto é uma família! Será justo, nós não considerarmos que não se trata de uma família dois pais que vivem juntos com os seus filhos mas que não estão casados? (...) De facto, isto tudo pôs em causa, socialmente, a noção da família. Esta sequência de casamentos, divórcios, separações... e até de não haver casamentos... (...) ...de homens que querem ser pais mas não terem nenhum relacionamento directo com a mãe, veio pôr em causa toda esta noção tradicional de família.”*

**LR**

*“...o que existe... são famílias recompostas, reconstituídas, ou com vários filhos... casais que têm filhos de outros casamentos e que se juntam e que vivem todos com um filho de um ou filho de outro. Acabam por surgir essas novas famílias.”* **CRA**

Estamos, sobretudo, a falar das “famílias recompostas” ou “reconstituídas” já abordadas anteriormente, que segundo o sociólogo Andrew Cherlin apresentam uma “geometria variável” “...cujos membros mobilizam com maior ou menor eficácia as margens de manobra de que dispõem em função do meio social e das formas de sociabilidade nas quais se inserem” (Andrew Cherlin citado por Étienne et al., 2008:190-191).

No que respeita à “**Alteração à lei**” como consequência das dissoluções familiares **LR** venceu a ideia de que as modificações legislativas no campo do Direito da Família são o reflexo e o resultado inevitável das mutações sociais verificadas, admitindo, no entanto, a possibilidade de acontecer o processo inverso, ou seja, fazendo com que sejam as normas jurídicas a determinar e transformar a realidade social e familiar.

*“A Lei reflecte a sociedade e estas alterações recentes, muitas delas, algumas agora em Dezembro de 2008, são nada mais nada menos que um reflexo daquilo que a sociedade já para lá caminha. Será que a sociedade influenciou este disposto normativo? Ou foi o próprio disposto normativo é que influenciou a Sociedade? Creio que ambas as disposições são correctas, mas a Sociedade mudou, claramente! Se não mudasse esta alteração não era possível. (...) Eu penso que isto foi a maior consequência social desta liberalização do casamento, chamemos assim, e das relações entre as pessoas.”* **LR**

De uma maneira geral as palavras de **LR** parecem-nos ir de encontro ao pensamento de Boaventura Sousa Santos e colaboradores quando estes afirmam que “o debate das reformas no campo do direito da família invoca, de forma especial, o contexto social e

cultural. [E que] O rumo da reforma depende, em grande medida, da leitura que o legislador faça, num dado momento, das mutações sociais, do papel e dos limites da acção reguladora do Estado no espaço estrutural da família” (2010:7). Neste sentido, e ainda segundo os mesmos autores, o Direito não pode ser concebido nem se coaduna com a adopção de uma postura estática, hirta e arredada do mundo em permanente transformação; ele sofre com o decorrer dos tempos diversas alterações e reformas para se adequar à realidade social e vivencial dos homens.

### **7.3 “Superior Interesse dos Menores”: perspectiva e seu resguardo nos casos de separação/divórcio dos progenitores**

Assume-se como um dos temas centrais desta investigação e reúne os dados obtidos sobre o assunto junto de todos os sujeitos auscultados, “mediadores familiares” e “profissionais sem especialização em mediação familiar”. A multiplicidade da informação coligida neste âmbito permitiu-nos predizer sobre esta questão duas abordagens distintas: a que enquadra o “entendimento genérico dos sujeitos sobre o *Princípio Normativo*”, independentemente do contexto e âmbito de aplicação; a centrada na “perspectiva dos entrevistados acerca da defesa do preceito nos casos de dissolução da relação de casal e associada à regulação do exercício das responsabilidades parentais”.

Quanto à percepção genérica dos entrevistados sobre o *Princípio*, importa, antes de mais, sublinharmos a relevância e a notoriedade conferidas pelos sujeitos ao mesmo. Assim conotado, o “*Superior Interesse dos Menores de Idade*” surgiu com o estatuto de princípio-orientador das responsabilidades públicas e privadas em relação às crianças ou jovens, a que se refere Monteiro sobre o enquadramento do mesmo na CDC (2010), embora sempre dependente de um determinado projecto de sociedade (Melo et al, 2009), e a sua importância social de tal forma patente que faz com seja invariavelmente objeto de mediatização e publicitação.

Neste sentido, como “*Norma orientadora*” da acção adulta relativamente às Crianças e aos Jovens CV referiu:

“Este é um princípio que deve ser um princípio cimeiro, que técnicos, familiares e os próprios pais devem ter sempre em mente, ...”. CV

Como “*Assunto com visibilidade pública*” foi observado:

*“...é uma questão muito em voga hoje, ...” CV; “Realmente ouvimos e temos cada vez mais casos mediáticos acerca do famoso Superior Interesse da Criança.” EG; “É um chavão.” PB.*

Ainda relativamente ao “entendimento indeterminado” sobre o “Interesse Superior das Crianças e dos Jovens”, os sujeitos caracterizaram-no como “*Princípio*” altamente complexo, abrangente, abstrato e subjetivo, facto que poderá estar associado, como sustenta Monteiro (2010), à circunstância de a própria CDC não definir critérios para a sua interpretação e aplicação. A este respeito o mesmo autor refere que essa lacuna quanto ao “*Princípio*” pode suscitar algumas questões complexas como as de se incorrer no risco da sua aceção poder ser culturalmente relativista e o seu uso desmesurado e discricionário (Monteiro, 2010), a que **MB** tão bem fez referência:

*“...aqueles títulos enormes nos jornais de que estão a ofender o “Superior Interesse da Criança” sem analisar muito bem as situações.” MB*

Discricionariedade, esta, integralmente assumida por **MRS** quando entendeu caber aos Magistrados a decisão de decidir, em sede judicial, qual o “Superior Interesse Criança” em cada caso concreto:

*“...[algo] genérico, para que o juiz, no fundo, o julgador, caso a caso decida qual é o maior Interesse da Criança.” MRS*

Ainda sobre as características anteriormente apontadas quanto à noção de “Superior Interesse” e a respeito da sua intrínseca “*Complexidade*” **CV** e **SCG** referiram:

*“...é uma questão que dava horas para explicar...” CV*

*“...é um conceito complexo e que nos pode dizer muita coisa.” SCG*

Relativamente à sua “*Abrangência*”, **GM** afirmou:

*“...é um conceito demasiado abrangente, é um conceito demasiado amplo.”; “Eu julgo que não há uma definição concreta que, por si, consiga definir o “Superior Interesse da Criança”.*  
**GM**

Sobre a “*Subjetividade*” que a expressão encerra, **MC**, **PE** e **MB** observaram:

*“Isso é daquelas questões que, se calhar, são muito difíceis de responder... Não só pela subjectividade, há muita subjectividade, mas também pela multiplicidade de respostas para as múltiplas Crianças que existem.” MC*

*“Isso é uma palavra muito subjetiva.” PE*

*“É um conceito muito subjectivo e mesmo na actual Lei do Divórcio houve uma tentativa, digamos assim, de definição, mas continua a ser um conceito subjectivo...” MB*

No que respeita à “*Abstracção*” já aludida, **MRS** adiantou:

*“O Superior Interesse das Crianças é...é uma das finalidades... ou seja, o próprio legislador em si deu-nos um conceito abstracto, ...”.* **MRS**

Entendimento diferente sobre o “**Princípio**” teve **LP**, único dos sujeitos a referir-se ao “*Preceito*” como algo claro, objectivo, sob ponto de vista jurídico, e à necessidade de o seu cômputo implicar uma avaliação especializada, criteriosa levada a cabo quer pelos tribunais com o recurso aos técnicos que lhes prestam assessoria. É, assim, um princípio meta-jurídico cuja determinação requer o auxílio de outros profissionais e saberes (Monteiro, 2010)

*“O Superior Interesse da Criança é algo que, muitas vezes, se interpreta como discutível, mas que, em termos de enquadramento jurídico-institucional, está bem definido e, do meu ponto de vista, bem. Passa pela garantia das condições de saúde, higiene, conforto, habitação, formação, segurança, no fundo, do bem-estar integral da Criança. E estando definidas, parece-me que desse ponto de vista não devemos cair no erro de complicar aquilo que, do meu ponto de vista, é simples. (...) De facto, hoje sabe-se, ou há condições para se saber, em bom rigor, quando é que um contexto familiar é ou não abonatório ao desenvolvimento sustentado e integral de uma Criança ou Jovem, com vista à sua formação cívica, pessoal e formativa. (...) Ora, se estamos a falar de consultores técnicos, há de facto uma predisposição por parte dos Tribunais em reconhecer que esse mesmo auxílio e apoio são, de facto, fundamentais para que a decisão seja, de facto, fundamentada, equilibrada e perspectivada, à luz da realidade das circunstâncias.”* **LP**

O discurso de **LP** parece fazer lembrar a posição de Hammarberg (2008) quando à luz da CDC considera como situações concretas associadas ao “Superior Interesse da Criança”, o direito da mesma a ter relações com a família (artigo 8.º), o de conhecer e ser cuidada pelos pais (artigo 7.º), o de ser ouvida sobre assuntos que lhe digam respeito (artigo 12.º) e de ser vista como indivíduo (artigo 16.º).

Pegando nas considerações aduzidas mas centrando-nos entrando já no âmbito da defesa do referido “*Princípio*” nos casos de separação ou divórcio, que para Melo e colaboradores (2009:60) deverá ser analisado caso a caso, visto como em desenvolvimento contínuo e progressivo e por esta razão susceptível de modificação, os dados recolhidos foram-nos levando a um conjunto de grandezas a acautelar e que se encontram, grosso modo, directamente associadas às “*dimensões de bem-estar*” antes anunciadas neste estudo: “*bem-estar na família relacionado com a provisão de bens essenciais*”; “*bem-estar na família apegado ao sentimento de protecção física e psíquica*”; “*bem-estar aliado à participação da criança na família*”, particularmente representado pelo seu direito à liberdade de expressão e opinião a que fazem referência inequívoca os artigos 12.º e 13º da CDC.

Sem seguirmos de perto esta classificação, mas adoptando uma outra suscitada pela informação disponibilizada neste estudo sobre o assunto, podemos atender a três tipos de áreas alusivas à salvaguarda do “*Superior Interesse das Crianças e dos Jovens nos casos de separação e divórcio dos pais*”, confirmando assim a ideia de Melo e colaboradores (2009) quanto ao facto de este princípio ser entendido como “pedra de toque” do processo de regulação do exercício das responsabilidades parentais (p.60) e correspondendo ao estatuído no artigo 1878.º do nosso Código Civil: “*Provisão e Assistência*”; “*Manutenção da convivência familiar e social*”; “*Valorização, integração e oportunidade para a evidência*”.

No domínio da “*Provisão e Assistência*” os testemunhos remetem-nos para a necessária prestação de cuidados básicos essenciais ao desenvolvimento integral da Criança ou do Adolescente, impondo aos pais o dever de tudo fazer para assegurar aos filhos a manutenção das condições financeiras e materiais anteriores à separação ou divórcio, bem como a salvaguarda da sua integridade física, psico-emocional e afectiva. Assim, enquadrável nesta área de defesa do “Superior Interesse”, vejamos o que nos disseram alguns entrevistados:

*“Portanto, o “Interesse Superior” é ter em conta sempre ou salvaguardar as necessidades básicas do menor. (...) ...que uma das partes ou ambos não coloquem em risco a vida do menor.” IS*

*“Na minha perspectiva, só existe o “Superior Interesse da Criança” quando o aspeto afectivo consegue ser salvaguardado por ambas as partes...” RS*

*“As tais coisas que eu falei anteriormente: o afecto, a estabilidade emocional, o suporte afectivo...” MB*

*“Tentar manter o mesmo nível financeiro... ou seja quilo que se proporciona materialmente à Criança. (...) Isso é muito grave. (...) ...tem de manter materialmente o mesmo nível!” CR*

*“É muito complicado para uma Criança que está habituada a ter o seu quarto, o seu espaço, de repente a casa é vendida...” ET*

Já no campo da “*Manutenção da convivência familiar e social*” os discursos passaram pela referência à indispensabilidade de os filhos não deverem ser privados das relações familiares e sociais positivas, igualmente vistas como essenciais ao seu desenvolvimento e bem-estar. Sobre esta realidade concreta, dir-se-á assim que a família não se deve esgotar no matrimónio devendo pois continuar entre pais divorciados e filhos (Barreto, 2004), circunstância tão bem sustentada por Ricci (2004) na sua obra “*Casa da Mãe, Casa do Pai. Construir dois Lares para os seus Filhos*”. Fora dela, da instituição familiar, a questão é tal-qualmente colocada, significando,

portanto, que as relações sociais e afectivo-emocionais deverão manter-se em nome do seu “Superior Interesse”.

“...não privá-la das relações que são importantes para ela...” **MC**

“Ok, tudo bem, a separação é um facto, e se é isso que eles pretendem não se poderão esquecer que a Criança também está envolvida nessa separação que tem todo o direito de ter o seu pai e todo o direito de ter a sua mãe. (...) Também penso que a família, havendo essa capacidade, a família restrita ou alargada desse casal poderá ter um papel importante.” **CRA**

“Se imaginarmos que os amigos da Criança estão ali... e depois ela pode estar muito agarrada àquele espaço.” **ET**

“O Direito da Criança a frequentar a mesma escola e as mesmas actividades que frequentava antes do divórcio!” **SS**

Na área da **“Valorização, integração e oportunidade para a evidência”** como forma de defesa do “Superior Interesse” nos processos de separação e divórcio, foi destacada a importância do **“Direito do Menor de Idade à Palavra”** na família como meio de proteger a sua auto-estima, o seu sentimento de pertença, reconhecimento e valorização familiar. Neste âmbito foi ainda evidenciada a relevância da auscultação dos filhos como mais-valia para o conhecimento objectivo sobre o que os mesmos estimam e desejam para as suas vidas futuras, desde que para o efeito demonstrem possuir maturidade suficiente, podendo esta, no entanto, ser entendida como critério subjectivo, como, aliás, reconhece Monteiro (2010).

“Daí que se calhar, e partindo para a questão da audição, se a criança já tiver uma certa maturidade e já conseguir verbalizar o que gosta, o que quer, o que gostaria que acontecesse, acho que poderia ser sempre privilegiada, para tentarmos perceber até que ponto naquela realidade específica o que é que significa o “Superior Interesse da Criança”. **CV**

Esta circunstância faz recordar o pensamento de Monteiro (2010:83), Albuquerque (2004) e a posição do IAC (2009) sobre a relação indissociável entre o “Superior Interesse da Criança” e o artigo 12.º da CDC que reconhece à Criança o direito de a mesma ser ouvida sobre todos os assuntos que lhe digam respeito.

Outro aspeto intimamente relacionado com o tema aqui tratado tem a ver com as considerações produzidas pelos entrevistados acerca do tipo de **“Dificuldades que se colocam à defesa do Superior Interesse das Crianças e dos Jovens”** nos casos de separação e divórcio dos pais. A este respeito os sujeitos referiram três tipos de contrariedades: as **“Decorrentes do conflito entre os progenitores”**; as **“Decorrentes das consequências naturais da separação e divórcio dos progenitores”**; as **“Decorrentes da variabilidade de opinião e dos critérios utilizados na sua aferição”**.

A primeira categoria de dificuldades contempla um conjunto de asserções que incorporam conflitualidade entre progenitores como factor determinante na obstaculização à materialização do **“Princípio”** em análise. Na tipificação desta conflitualidade alguns dos entrevistados referiram-se à dificuldade parental nestes casos em separar papéis (de progenitores e de cônjuges/ex-cônjuges), à manipulação/instrumentalização das crianças pelos adultos, utilizando-os como arma de arremesso, e aos casos de alienação parental com recurso a falsas acusações de abuso sexual, a que já fizemos anteriormente referência.

*“...no entanto é um Princípio muito difícil, penso eu, de se atingir nalgumas situações, especialmente de maior conflito. Primeiro porque os pais muitas vezes esquecem-se que os filhos não têm culpa da relação não ter resultado e daí acabam por misturar tudo e este princípio fica um bocado esquecido.” CV*

*“Não há “Superior Interesse da Criança”... Eu acho que devia começar pelos pais a pensar primeiro nos filhos do que neles próprios, não é? Primeiro é a conflitualidade depois é a casa, são os bens, é a pensão de alimentos, onde há sempre brigas horríveis ...(...) Agora a questão do “Interesse Superior da Criança”... acho que é uma palavra muito subjetiva e acho que ainda continua a não haver o “Interesse Superior da Criança” nas situações de ruptura e separação por muito que os pais tentem transmitir isso aos filhos, na prática não acontece. Temos, cada vez mais, situações bem graves em que há guerras entre o casal, em que usam os filhos, inventam coisas, como situações de abuso sexual, para o pai não poder ter contacto com o filho e muitas vezes é mentira, a maior parte das vezes é mentira, e ninguém aqui está a pensar nos filhos. Depois há também situações que instrumentalizam os filhos e os filhos acabam por dizer aquilo que a mãe disse ou o pai disse.” PE*

Sobre esta realidade e numa óptica de real e premente defesa do **“Princípio”** neste domínio, **MB** referiu:

*“Tem de haver uma mudança de mentalidade dos pais no sentido de ultrapassarem os seus conflitos, de se colocarem como pais, de assumirem a postura de pais.” MB*

Em relação ao segundo grupo de possíveis impedimentos à satisfação do **“Superior Interesse das Crianças e dos Jovens”** neste âmbito, foram identificados os que decorrem, naturalmente, do processo de divórcio na família. Neste caso concreto foi salientado o inevitável sofrimento dos filhos com a separação física dos pais e de a família deixar de ser o que fora antes. Sobre esta delicada questão, será oportuno lembrar que o sofrimento psíquico não equivale à existência de um quadro psicopatológico mas quando mal resolvido pode constituir-se como base futura de perturbações importantes e duradouras na infância e juventude (Strecht, 2009), o que torna a intervenção preventiva não só importante como inadiável para bem de todos.

*“Eu acho que consiste na Criança perder o menos possível com a ruptura.” SG*



*“Claro que o Superior Interesse da Criança não é sofrer, só que passa por um processo, o processo de separação dos pais, que é obrigatoriamente de sofrimento!” MC*

*“Naturalmente que no primeiro momento a criança sofre com o divórcio...” PB*

Já as dificuldades ***“Decorrentes da variabilidade de opinião e dos critérios utilizados na sua aferição”*** os sujeitos associaram-nas à forma, por vezes oscilante, como se avalia o “Superior Interesse da Criança ou dos Jovens”, à sua inapropriada pronúncia e insuficiente ou total ausência de rigor na sua apreciação. Foi assim destacada a ideia de o *“Princípio”* poder ser incumprido ou inadequadamente salvaguardado, devido à subjectividade com que a sua avaliação é muitas vezes realizada, ao tipo e número de indicadores que por vezes são privilegiados na averiguação casuística, em detrimento de outros, eventualmente mais relevantes, e, ainda, à forma abusiva e ordinária como o preceito é debatido e utilizado. Desta realidade nos dá conta Monteiro quando defende que o Princípio possui um conteúdo sempre variável, circunstância sujeita a uma indeterminada diversidade de leituras e interpretações (2010). A respeito das circunstâncias que na óptica dos sujeitos também contribuem para a difícil concretização do “Superior Interesse das Crianças e dos Jovens” neste domínio de análise, vejamos o que nos disseram os entrevistados **CV** e **LR**:

*“Depois porque muitas vezes se pensa que o “Superior Interesse da Criança” é ficar com o pai que lhe pode dar a PlayStation, ter o quarto “XPTO”, andar no colégio X e fazer as actividades Y. (...)... muitas vezes esse interesse é evocado para, de alguma forma, a parte que tem uma situação económica mais consistente jogar a favor e em detrimento daquela que tem uma situação económica mais frágil. E, do ponto de vista técnico, muitas vezes também os técnicos no meio deste emaranhado todo, muitas vezes também acabam por usar este termo, “Superior Interesse da Criança”, de uma forma às vezes um bocado exacerbada.” CV*

*“... é um chavão que acho que é sobrevalorizado! (...) É sobrevalorizado porquê? Porque nem sempre esta situação é a ideal. Isto tem de ser sempre aferido caso a caso. A mim choca-me um bocado e causa-me arrepios quando tudo é decidido pelo “Superior Interesse da Criança”. Qual é o Superior Interesse da Criança, aqui? Isto serve de desculpa para tudo! É como a utilidade pública, que serve para tudo e mais alguma coisa.” LR*

Já no campo das ***“Atitudes parentais defensoras do Superior Interesse da Criança ou do Jovem em contexto de ruptura de casal/conjugal”***, a informação recolhida permitiu-nos distinguir duas dimensões de análise: ***“Na relação com os filhos”*** e ***“Em relação à vida futura dos filhos”***.

No que respeita à primeira situação a informação transmitida pelos sujeitos permitiu-nos identificar cinco atitudes parentais tidas ou apreciadas como basilares quanto ao propósito de salvaguarda dos interesses dos filhos nos casos de separação/divórcio que

em muito se assemelham a algumas das preconizadas por Strecht (2009) na sua Obra *“Dá-nos a Paz – As crianças e os adolescentes face à separação dos pais”*: colocar os filhos em primeiro lugar; informar os filhos e conversar com eles acerca da realidade familiar presente e futura; não envolver, expor ou usar os filhos no conflito conjugal; respeitar a sua individualidade; excluir as crianças ou os jovens de qualquer assunto relacionado com a separação ou divórcio dos pais.

A **“Prioridade aos filhos”** traduz a ideia de ser dever dos pais colocar constantemente os filhos em primeiro lugar, devendo, por conseguinte, as suas atitudes e decisões em relação aos mesmos assentar no princípio fundamental de que os mesmos constituem no processo a primordial de uma constelação sistémica de prioridades. Esta circunstância frisa, assim, a necessidade de uma postura parental positiva, altruísta, ponderada e responsável de modo a evitar que os assuntos ou problemas dos progenitores enquanto casal coloquem em risco as necessidades genuínas dos filhos.

*“...esse “Superior Interesse da Criança” só está salvaguardado quando os pais têm muito bom senso e são “mediadores familiares naturais”, inatos, o que também acontece. A Mediação Familiar só surgiu agorinha e nem todos os divórcios eram problemáticos. Com certeza que existiam pessoas que pelo seu bom senso conseguiram pensar primeiro nas Crianças e depois nelas.” SG*

*“Salvaguardar o “Superior Interesse da Criança” é ela estar sempre em primeiro plano, ...” PC*

*“Pode ser salvaguardado se os pais, na altura do divórcio, pelo menos na altura da regulação das responsabilidades parentais, pensarem nos filhos e não neles. (...) Porque, no âmbito do meu trabalho, eu vejo, cada vez mais, pais, que estão em processo de divórcio, a não salvaguardarem os interesses das crianças. É terrível, porque ou não lhes interessa, não lhes interessa não...o grande objectivo deles, no momento, é atacar o outro e como tal não se preocupam minimamente com a salvaguarda dos interesses daquela Criança.” CA*

Relativamente à **“Informação e diálogo com os filhos sobre a situação familiar, presente e futura”** os discursos remeteram-nos para a imprescindível disponibilidade comunicativa dos pais para escutar e entender as necessidades emocionais dos filhos face à separação dos progenitores, também referida por Strecht (2009). Por outras palavras, acentua o interesse do acesso dos filhos à informação sobre a sua vida familiar durante e pós divórcio bem como a comunicação pais-filhos como atitude parental necessária à estabilidade emocional das crianças e dos jovens nestes casos e a minimização do seu sofrimento na medida em que qualquer separação lhes exige um moroso trabalho emocional de ajustamento a uma nova realidade, com privações, ausências e adaptações difíceis de superar (Strecht, 2009). A antítese deste padrão de

comportamento parental pode levar os filhos a incorporar sentimentos de culpa pelo sucedido na família.

*“Se a Criança conseguir, de forma natural ...(...) ...encarar a separação dos pais através de um diálogo gradual sobre o que está a acontecer, como é que vai ser, onde é que vai ser a sua casa, como é que vai ser com o pai e com a mãe, assegurar que vão ser sempre os seus pais e que, aconteça o que acontecer, a avó “Maria”, a avó “Nélia”, vão ser sempre as suas avós... (...) ...eu acho que minimiza muito o sofrimento, o trauma e o mal-estar da Criança.” RS*

*“Este princípio é salvaguardado pelos pais quando conseguem manter um diálogo com a Criança, conseguem lhe explicar o motivo pelo qual os pais vão separar-se, pelo menos tentar explicar minimamente o porquê. Explicar à Criança que ela não vai ser afectada pela separação, que vão continuar a gostar dela, que vão continuar a ser os seus pais, para que ela também possa perceber que apesar dos pais se separarem e ir um para cada lado, ela vai continuar a ter o amor dos pais. Isso salvaguardado, minimiza o seu sofrimento. (...) E principalmente não andar a mentir à Criança. Ser o mais honesto possível e consoante a idade da Criança, poder explicar o que se está a passar.” LG*

*“...fazer entender à Criança que se o pai está zangado com a mãe a culpa não é do filho. Muitas vezes sabemos que na prática isso não acontece.” TF*

Quanto à **“Não exposição e envolvimento dos filhos no conflito parental”**, os discursos dos sujeitos salientaram a importância de não colocar as crianças ou os jovens em contextos que os leve a testemunhar ou participar nos conflitos entre adultos, independentemente da sua natureza.

*“Perceberem que a Criança é um fim em si mesmo. Ela não é um caminho para nada! (...) Ou seja, o certo seria o pai e a mãe chatearam-se, e que resolvessem as suas chatices enquanto fulano A e fulano B, não enquanto mãe e pai. Só que, na prática, o que se vê é que eles usam os filhos para se degladiarem, um ao outro.(...) Nas situações de ruptura, seria que o pai e a mãe conseguissem perceber que a Criança nunca será um objeto de troca, a Criança nunca será uma forma de discussão! E não é pela Criança que elas vão conseguir atingir directamente a outra pessoa porque, quanto mais o fazem, estão a magoar a Criança ou então a magoar o outro, necessariamente.” AF*

*“Salvaguardar a estabilidade da Criança, do conflito que é gerado entre as figuras parentais. Tentar salvaguardá-la ao máximo e separá-la desses conflitos.” GM*

*“Ou seja, os progenitores num acto de separação devem ter sempre em conta o menor. Portanto, não ter conflitos na presença do menor, ...” IS*

*“Tudo tem de ser feito para que a criança seja a menos lesada neste processo todo, ou seja, aos pais separados cabe o papel de zelar por estes interesses e estes interesses passam obrigatoriamente por não fazer da criança uma bola de ping-pong...” AQ*

*“Não vê-los como uma arma de arremesso, ...”. TF*

Esta circunstância enquadra-se, assim, nas considerações aduzidas por Strecht quando o autor sustenta que “a forma como uma separação de pais pode ou não deixar marcas duradouras nos filhos depende sempre da maneira como os adultos envolvidos souberam precocemente preservar os mais novos do impacto negativo da situação” (2009:39). Nos

casos em que as separações marcam negativamente a vida psíquica dos filhos, podendo esse efeito perdurar na vida adulta, o mesmo autor refere como áreas de manifestação de mal-estar psicológico a afectiva, a sexual, a profissional e social podendo as perturbações psicológicas mais graves configurar quadros de depressão, fobias, problemas de comportamento alimentar, abuso de álcool e consumo de drogas (Strecht, 2009).

Já o **“Respeito pela individualidade dos filhos”** como condição defensora do “Superior Interesse” a informação recolhida junto dos sujeitos objeto de estudo institui, neste âmbito, o ideário de os pais deverem olhar os filhos como pessoas, indivíduos com características únicas, titulares de cidadania plena, embora com uma identidade diferente da do adulto, por força das particulares condições e exigências das suas distintas etapas de desenvolvimento (Leandro, 2004) e não como objectos *“passíveis de registo de propriedade”*. Releva, em última instância, o necessário respeito parental relativamente às necessidades, formas de ser e de estar das crianças ou adolescentes cujos pais, “por acaso”, optaram por se separar ou divorciar.

*“.... respeitar a sua condição e individualidade... Acima de tudo ter respeito pela Criança e pelo seu desenvolvimento. (...) É sobretudo respeitar a criança e o jovem, as necessidades deles, as necessidades básicas, o historial familiar que a criança e o jovem herdaram. ” PC*

*“...tendo em conta as suas características. E estamos a falar de características emocionais, de características psicológicas e de características físicas.” SCG*

*“...e que continuam a ter o pai por inteiro, a mãe por inteiro e que não sejam propriedade de nenhum deles.” MM*

*“...onde ela [a criança] tenha a possibilidade de se manter íntegra na sua forma de estar, na sua forma de pensar, no seu gostar em relação a cada um dos progenitores...” AQ*

A **“Exclusão dos filhos de qualquer assunto relacionado com a separação/divórcio”** integra o pensamento de que o “Superior Interesse das Crianças e dos Jovens” só se encontra salvaguardado quando os pais, enquanto cônjuges, os excluem inteiramente dos seus assuntos. Perfilha, portanto, a conceção de protecção absoluta da criança ou do adolescente quanto aos temas da separação (cf. a este respeito Strecht, 2009:22-24), notados como factores altamente perniciosos ao seu equilíbrio psico-emocional e normal desenvolvimento. A este propósito, vejamos o que nos foi transmitido por **SCG** e **TF**:

*“Nas situações de separação e divórcio eu penso que uma das formas de se aplicar este conceito da defesa do “Superior Interesse das Crianças” é protegendo-as, afastando-as a 100%. Quando digo a 100% significa que elas não podem estar envolvidas naquilo que me parece que é uma saca de 50kg para uma coluna que está em crescimento e que está em formação. Ou seja, a família é um sub-sistema, mas vamos falar dela como sistema, é um sistema que tem sub-sistemas e nesse sub-sistema existe o individual, o conjugal, o parental, o filial e, como tal, se estamos a falar de sub-sistemas estamos a falar de cada “macaco no seu galho”. Ao falar de “cada macaco no seu galho” estamos a dizer que existem assuntos que são do foro individual, que existem assuntos que são do foro do casal, que existem assuntos que são do foro de pai e mãe, que existem assuntos que são do foro dos filhos ou até dos irmãos, quando existem. Nas situações de divórcio, eu suporto muito esta minha intervenção com algumas defesas teóricas que existem e com todas as experiências que eu tive e que me fizeram sentir que as crianças que não foram salvaguardadas nos divórcios rebentaram com elas. Rebentaram com emoções, fragilizaram, vulnerabilizaram com um assunto que não era delas. O divórcio é entre marido e mulher, o divórcio é um assunto de adultos, não existem divórcios entre pais e filhos...As crianças não têm que ser ouvidas sobre um assunto que não lhes diz respeito.” SCG*

*“Não envolver as Crianças nos assuntos dos adultos.” TF*

No domínio da atitude parental relacionada com a vida futura dos filhos, protectora do seu “Superior Interesse”, as opiniões dos entrevistados foram no sentido de os pais assumirem a total a responsabilidade das decisões relativas ao futuro das crianças e dos adolescentes, por respeitarem as suas rotinas diárias e qualidade de vida, por estarem presentes e se envolverem nas suas vidas, por assegurarem e apoiarem a manutenção do contacto dos filhos com outros familiares e, ainda, estabelecerem entendimentos, consensos em seu benefício.

No que toca à **“Responsabilidade parental exclusiva quanto ao futuro dos filhos”** foi vincada a ideia de os mesmos não possuírem maturidade suficiente, independentemente da idade que possam apresentar, para serem eles próprios a projectar e a definir a sua vida após o divórcio dos pais.

*“É importantíssimo ser definido pelos adultos e sempre pelos adultos e não pela Criança.” SG*

*“Mas isso tudo decidido pelos adultos.” AQ*

Subjacente a esta ideia nuclear foi relatado por **SG** a possibilidade de ser menos complexo na Ilha da Madeira o entendimento entre os progenitores quanto ao planeamento e decisão sobre o futuro dos filhos devido à real proximidade geográfica entre os elementos da família, caso ambos os pais permaneçam na RAM.

*“Aqui na Madeira é muito mais tranquilo e é importante estar definido pelos adultos o que vai acontecer à Criança durante os próximos anos.” SG*

No domínio do **“Respeito pelo anterior nível e rotina de vida dos filhos”** como atitude parental defensora do “Superior Interesse” os sujeitos **SS** e **CR** foram especialmente eloquentes ao afirmar:

*“O Direito que a Criança tem em manter o nível de vida, seja ele qual for... que continue mais ou menos idêntico aquilo que era!” “O Direito que a Criança tem em passar o seu próprio aniversário com os progenitores.” SS*

*“Bem, para ser salvaguardado o “Superior Interesse da Criança”, num divórcio, há que salvaguardar que as opções que um ou outro dos pais, ou ambos tomem, vão ser no sentido de... e esta para mim é a regra... no sentido de garantir à Criança aquilo que ela tinha antes do divórcio. E que ela sinta o mínimo de diferença possível porque já vai sentir uma diferença enorme pelos pais não estarem juntos! Para mim, o objectivo primordial é: já que os pais vão se separar e têm que se separar, por opção própria, devem, garantir que aquela Criança, depois da separação deles, vai ter o mesmo nível de vida que tinha antes da separação. (...) No fundo, garantir o “Superior Interesse da Criança num divórcio é isto: fazer com que ela tenha, um dia depois do divórcio, o mesmo nível de vida que tinha um dia antes do divórcio e não levá-la para a serra para viver e metê-la numa escola com 3 crianças, quando ela estava numa escola de cidade, com 150!” CR*

Estes dois discursos salientam a importância atribuída pelos sujeitos à preservação das condições e hábitos de vida das crianças ou dos adolescentes anteriores à separação dos pais como circunstância essencial à salvaguarda do “Superior Interesse” dos mais novos. Perante os testemunhos apresentados, e no que respeita ao “*Nível de vida*”, a salvaguarda do Princípio foi associada às condições relacionadas com o conforto, alimentação, vestuário, acesso aos cuidados de saúde e frequência de actividades de lazer. No que concerne à manutenção da “*Rotina de vida*” dos filhos dos casais desavindos, para além dos aspectos já explicitados nos fragmentos de entrevista supracitados, a defesa do “Superior Interesse” foi primordialmente ligada à conservação de determinados hábitos e experiências pessoais vistas como fundamentais à sua auto-valorização e identificação como indivíduos e actores sociais de pleno direito (cf. a este respeito Strecht, 2009:40-41).

No campo da “*Presença e envolvimento de ambos os pais na vida dos filhos*” os discursos dos entrevistados atestaram a presença e a implicação regulares dos pais na vida das crianças como condição fundamental à defesa do seu “Interesse Superior”, conforme fazem, aliás, referência os artigos 7º e 8º da CDC e preconiza a Lei n.º 61/2008 (Melo et al., 2009). Foi assim destacada a utilidade da constante presença física e emocional de ambos os progenitores na vida dos filhos, salvo se esta constituir factor prejudicial à sua saúde e desenvolvimento, e sublimada a co-parentalidade como atitude familiar positiva. Na perspectiva Ballenato (2009) esta co-parentalidade passa, inevitavelmente, pelos pais nunca se divorciarem do seu dever de educar os filhos e de continuarem a viabilizar-lhe o seu desenvolvimento pessoal, cognitivo-emocional e social havendo para o efeito a necessária manutenção de uma comunicação que permita unificar critérios e propiciar entendimentos.

No que respeita directamente à indispensável presença de ambos os pais na vida dos filhos, observemos algumas das afirmações produzidas:

*“Estava-me a perguntar como é que se pode proteger a Criança? Passando, a Criança, o mais tempo possível com os pais, na adequada divisão do tempo, porque em muitos divórcios as crianças simplesmente deixam de ver um dos progenitores.”* **SG**

*“O Direito da Criança a estar com ambos os adultos! (...) O Direito que a Criança tem em passar o Natal e todas as festas natalícias, e outras, com os progenitores, alternadamente!”* **SS**

*“Que a Criança tenha um acesso livre aos dois pais, quer ao pai quer à mãe. (...) ...exceptuando-se os casos de maus-tratos e negligência em que a Criança esteja em perigo.”* **MM**

*“Portanto, o “Superior Interesse da Criança” só está salvaguardado quando as pessoas perceberem que a Criança tem direito ao pai e tem direito à mãe, em tempos iguais. Não são os pais que têm direito!”* **CA**

*“Para já, qualquer Criança tem direito a um pai e a uma mãe, é assim que está preconizado. (...) O casal separou-se em si mas os filhos continuam a ter o mesmo pai e a mesma mãe, independentemente de existirem ou se situarem em locais físicos diferentes. Acho que as crianças e jovens deviam ter sempre a oportunidade de ter ligação com os pais, portanto, o pai e a mãe.”* **IR**

*“...o direito a estar com o pai, o direito a estar com a mãe.”* **AQ**

*“Ora bem, o que eu entendo é que a Criança deverá continuar a estar com o pai e com a mãe!”* **HV**

Quanto ao necessário e “obrigatório” envolvimento dos progenitores na vida das crianças ou jovens, circunstância que nem sempre acontece com a regularidade e modo desejados, contemplemos os seguintes testemunhos:

*“De ambas as partes, um bom exercício das responsabilidades parentais.”* **GM**

*“Que a Criança tivesse essa oportunidade de ter essa ligação a ambos. (...) Exactamente, com tudo o que isso implica: responsabilidades a todos os níveis, com decisões financeiras, a nível educativo. Portanto de tudo o que há-de fazer parte da vida daquela criança ou jovem.”* **IR**

*“É zelar pela condição de pais.”* **MS**

Ainda relativamente a este assunto, **SG** voltou a referir a vantagem que representa o facto de se viver numa Ilha como a da Madeira.

*“Aqui na Madeira é tudo mais fácil porque como é uma ilha muito pequenina é muito fácil passar um fim-de-semana com um ou com outro, o que é diferente do Continente, do Porto, de Lisboa ou dos Estados Unidos onde Criança vai ter passar a vida nos aviões.”* **SG**

Na nossa opinião esta situação só se constitui como verdadeira vantagem quando ambos os pais se mantêm por perto, são verdadeiramente responsáveis enquanto tal. Que

importa estar geograficamente perto quando não há respeito pelo outro e “sentido de família”?

Já a *“Manutenção da convivência dos filhos com outros familiares”*, remete para a necessidade de os pais, após a separação ou divórcio, estarem sensibilizados e jamais obstaculizarem o contacto dos filhos com outros familiares próximos. Sobre esta condição, os extractos de entrevista encontrados enfatizam a importância da conservação das relações familiares significativas como circunstância defensora do “Superior Interesse”, até porque podem existir situações em que a ruptura na família pode infelizmente implicar a separação física diária de irmãos.

A este nível, apreciemos o que nos disseram os entrevistados **PC** e **HV**:

*“...assegurar que não haja uma ruptura com a família de ambas as partes. Lá por haver uma ruptura no casamento não quer dizer que haja também uma ruptura com uma das partes dos pais ou da família dos pais.” PC*

*“Temos que assegurar os convívios (...) com os outros familiares e com os outros... irmãos, por exemplo!” HV*

Por último, o *“Entendimento parental em prol dos filhos”* representa as verbalizações dos inquiridos sustentando o pensamento de que a salvaguarda do “Superior Interesse” encontra-se relacionado com o facto de os pais assumirem uma postura de compromisso, diálogo, tolerância, flexibilidade, negociação e total separação de papéis, por sinal já falada, com o intuito, puro e simples, de beneficiar os filhos. Assenta, portanto, no espírito de concórdia entre as partes para que as suas decisões a respeito dos filhos sejam conjuntas, as mais sensatas e congruentes possíveis e verdadeiramente defensoras dos seus reais interesses. Encarna e incorpora, assim, na nossa óptica, o espírito que deverá subsistir na relação entre os progenitores em todas as fases relacionadas com o processo de ruptura conjugal, sobretudo na fase de divórcio. Parece-nos ser neste âmbito que para diminuir o sofrimento dos filhos face à separação dos pais Strecht aconselha os mesmos na existência de conflitos importantes e antes do recurso aos Tribunais de Família e Menores tentar o suporte dos Gabinetes de Mediação Familiar (2009:40).

Sobre este padrão de atitude parental essencial à salvaguarda do *“Superior Interesse dos Filhos”* nos casos de ruptura **AF**, **LG** e **IS** afirmaram:

*“...eu penso que o princípio do “Superior Interesse da Criança” ou do Jovem passaria, necessariamente, pela capacidade de os pais em se entenderem sempre em relação aos filhos. Eu penso que qualquer Criança não sofrerá tanto se perceber que, pelo menos, em relação a si*



*os seus pais não discutem. Que pelo menos em relação a si, as coisas... os assuntos resolvem-se de forma pacífica. E portanto, para mim, o “Superior Interesse da Criança” seria isso!” AF*

*“Mas depois tem tudo o resto: a parte escolar; a parte da saúde; a parte de como e com quem vai ficar; onde fica com um progenitor; se fica com o outro; se vai ficar em guarda conjunta; o que vão fazer... Isso tem que ficar muito bem esclarecido e os pais devem ter essa capacidade de conseguir fazer essa separação.” LG*

*“Exactamente, e tentar resolver as situações sempre da melhor forma. Acho que ambos devem ser flexíveis, tolerantes. Não é fácil, mas numa separação eu acho que as pessoas têm que ser muito racionais para poderem chegar a bom porto, como se costuma dizer.” IS*

Ainda em relação à salvaguarda do **“Superior Interesse das Crianças e dos Jovens nos casos de separação/divórcio”**, os entrevistados relataram, curiosamente, um conjunto de condições tidas como obrigatórias à sua satisfação em contexto judicial. Tendo em linha de conta os discursos apresentados, estas condições foram agregadas em quatro grandes áreas: **“Infra-estruturais e organizacionais”**; **“Jurídico-legais”**; **“Técnico-profissionais”**; **“Extrajudiciais”**.

No campo das condições **“Infra-estruturais e organizacionais”** foram referidas como questões capitais a inclusão da Mediação Familiar no Sistema Judicial e o maior número de Tribunais Especializados em Assuntos de Família. Sobre a apologia da “Mediação Familiar Judicial” e a forma como a mesma poderia funcionar nos Tribunais de Família **LR** e **MB** referiram:

*“Só dando uma organização a todo o Sistema Judicial actual, de modo até a incluir a Mediação Familiar, porque para mim a Mediação Familiar não exclui o tribunal, muito pelo contrário, é um complemento... (...) ...Mediação Familiar numa primeira fase, fase de entrada do processo num tribunal, obrigatória nesta fase, senão as pessoas não vão... Obrigatória, numa primeira fase, com a consulta de um Mediador Familiar nomeado pelo tribunal e depois, se houver acordo muito bem, se não houver acordo... o processo prossegue mas já há relatórios, já há análises...” LR*

*“Aí sim, acho que é muito importante a Mediação Familiar. Aí acho que sim. E acho, cada vez mais, que os Tribunais deveriam ter as equipas técnicas num gabinete ao lado do gabinete da juíza e dos procuradores que trabalhassem diariamente lado a lado com eles no sentido de obviamente os assessorar a nível desta matéria, e não só em termos de Mediação Familiar.” MB*

Na linha de pensamento dos excertos de entrevista supracitados, a “Mediação Familiar Forense” é apresentada como primeira e verdadeira alternativa à acção dos Tribunais nos casos de divórcio e a sua operatividade necessária ao Sistema Judicial.

No que concerne ao maior número de Tribunais Especializados em Assuntos de Família como condição indispensável à defesa do **“Princípio”**, sublinhemos a ideia manifestada por **LR**, com formação de base em Direito, preconizando, para o efeito, a extrema

necessidade de haver na Região mais instituições judiciais especializadas em assuntos de família.

*“Para mim, o ideal, muito sinceramente, seria uma organização dos Tribunais de Família já especializados, que já existe mas, se nós formos à Comarca de Santa Cruz, por exemplo, Tribunal de Família é o Tribunal Judicial, porque não há tribunais especializados. Para mim, muito sinceramente, tinha que existir tribunais unicamente especializados na Família, tribunais com juízes unicamente especializados naquela área.” LR*

No plano jurídico-legal foi destacada como forma de acautelar o “Superior Interesse das Crianças e dos Jovens” neste âmbito, o necessário “**Cumprimento da lei vigente**” mas também a criação de outros dispositivos legais (“**Nova produção legislativa**”), que, segundo NJ, traduzirão e funcionarão numa linha de melhor adaptação e resposta célere às realidades sociofamiliares emergentes. Ainda neste domínio, convirá aludirmos ao preconizado por SS que salientou a importância da existência de um documento ou diploma legal que traduza de forma específica, genuína e inequívoca qual o “Interesse Superior dos Menores de Idade” nos casos de separação e divórcio dos pais em matérias e áreas tão sensíveis como: morada; regime de visitas; pensão de alimentos; regulação das responsabilidades parentais. Interessa contudo não esquecer, como afirma Melo e colaboradores que “O interesse de uma criança não é o interesse de uma outra criança e o interesse de cada criança é, ele próprio, susceptível de se modificar” (2009:60). É, por conseguinte, humana e socioculturalmente único e transformável.

Sobre as condições necessárias apresentadas AQ, NJ e SS testemunharam o seguinte:

*“Aquilo que está legislado (...) desde que a Criança fique salvaguardada.” AQ*

*“Se calhar ainda temos um sistema demasiado burocratizado, se calhar porque a legislação ainda não está adaptada às novas realidades.” NJ*

*“Tem de haver um documento onde estejam consagrados os Direitos principais da Criança [nos casos de separação ou divórcio dos pais]!” SS*

Na área das condições “**Técnico-profissionais**” emergiram como circunstâncias comprometidas com a defesa do “Superior Interesse das Crianças e dos Jovens” em contexto judicial: a “**formação especializada extrajudicial dos profissionais do direito**” (especialmente dirigida a advogados e juízes); a “**afecção dos juízes aos tribunais de família**”; a “**maior e melhor assessoria/apoio técnico especializado à tomada de decisão ou celebração de acordo judicial**”.

A respeito da necessidade de tais condições, que mais não parecem ser parte integrante de um diagnóstico mais global e altamente preocupante quanto à realidade judicial portuguesa neste âmbito (“**Direito da Família**”), muitas vezes apelidado de “**Direito**

**Menor”** foi referido por **LR**: A nível da necessária **“formação especializada extrajudicial dos profissionais do direito”**:

*“Como é que se pode salvaguardar esta situação? Salvaguarda-se esta situação num tribunal fornecendo ao juiz as melhores condições possíveis para ele tomar a decisão que ele achar que é a mais correta, naquela circunstância. Isto passa porquê? Passa, muito sinceramente, no caso de estarmos a falar de Tribunal de Família, numa maior formação dos próprios juízes. Sinto que em muitos aspectos, os Juízes que vão para Tribunal de Família não são dotados, não digo tecnicamente porque naturalmente todos eles são, mas em termos de personalidade não são dotados de ferramentas para saber determinar o alcance da decisão deles, e vemos casos como alguns que aconteceram.” (...)“E aqui assumo também as minhas responsabilidades como advogado e aceito que a maior parte dos meus colegas não estão preparados e querem resolver aquilo o mais rápido possível a favor do seu cliente. É assim que eles consideram que o caso ficará bem resolvido, quando muitas vezes nós sabemos que não é o caso, não é assim. Nós sabemos que aquela pessoa não está a fazer um bom acordo ou está mal preparada para aquela situação que vai herdar.”*

A nível da **“afecção dos juízes aos tribunais de família”**:

*“Juízes que não pudessem rodar para outro tribunal como aconteceu agora recentemente em que houve uma [Juíza] de Família que foi para o Tribunal de Trabalho... Bem sei que ela tava cansada daquilo, mas pronto!” **LR***

A nível da premência de uma **“maior e melhor assessoria/apoio técnico especializado à tomada de decisão ou acordo judicial”**:

*“Os próprios Serviços de Apoio ao Tribunal, nomeadamente, Segurança Social, Instituto de Reinserção Social, que trabalha noutro nível, psicólogos, assistentes sociais, técnicos especializados... têm que fornecer ao Tribunal necessariamente um acompanhamento melhor do que acontece. Porque não acontece um acompanhamento melhor? Falta de meios, falta de pessoal..., freguesias com.... famílias com mais de... cinquenta famílias acompanhadas pelo mesmo assistente social... é impossível conseguir acompanhar famílias assim! É impossível. (...) Fornecer meios para os agentes judiciais... nomeadamente técnicos, peritos, advogados, funcionários, psicólogos, todos eles... psiquiatras, quando necessário,... todos eles pudessem fornecer ao Tribunal os melhores relatórios...” **LR***

Neste campo da assessoria e do apoio técnico especializado aos Tribunais, vistos como essenciais à tomada de decisão/acordo judicial no campo da defesa do **“Superior Interesse das Crianças”**, vinquemos o que nos foi transmitido por **MRS** (“Juiz”), relativamente ao **“Princípio”** e à importância que assume aquela articulação/colaboração nos casos em que a audição judicial das crianças ou dos jovens se realiza, na medida em que facilita a melhor compreensão profissional de cada caso concreto (tanto a nível pessoal como familiar).

*“A nossa procura do Superior Interesse da Criança, sobretudo do meu ponto de vista, centra-se em tentar perceber dos dois progenitores, qual é aquele com quem a criança tem uma maior relação afectiva, com quem se sente mais protegida, de quem se sente mais próxima. (...) ...para tentar perceber qual é o ambiente familiar em que ela se sente mais protegida, mais segura, com quem tem maior ligação afectiva. (...) Nós, felizmente, aqui, temos tido a colaboração da Segurança Social, nomeadamente através da Dr.ª H. C. que tem feito esse trabalho. Portanto, quando eu me apercebo que é para audição de uma criança, convoco-a para estar cá.” MRS*

No que concerne às condições **“Extrajudiciais”**, que aludem à presença e acção de Serviços não directamente ligados ao Sistema Judicial mas que com ele também cooperam na protecção dos menores de idade nos casos de separação ou divórcio dos pais, os sujeitos evocaram como instituições de referência com a função indicada os **“Serviços de Protecção Social”** e os **“Serviços de Mediação Familiar”**.

Quanto aos primeiros, **EG** fez referência às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Processos de Promoção e Protecção) e à Segurança Social que possui no seu seio Equipas Especializadas destinadas à intervenção nos Processos Tutelares Cíveis. No caso particular das CPCJ, tuteladas pelo Ministério da Justiça, de sublinhar a ideia de as mesmas serem consideradas como organismos de imensa relevância na acção em situações em que a separação ou o divórcio comportam risco ou perigo real para os filhos dos casais. Casos que o dia-a-dia nos diz serem recorrentes, infelizmente.

A respeito da importância e complementaridade atribuídas a este tipo de instituições **EG** observou:

*“Depois não podemos descurar o trabalho dos outros serviços, nomeadamente, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e Segurança Social.” EG*

No caso dos Serviços de Mediação Familiar, **EG** e **HV** realçaram de forma muito persuasiva a utilidade da sua actividade na salvaguarda dos interesses das crianças nos processos de separação e divórcio, sejam eles públicos ou privados. Na sua perspectiva essa importância decorre do facto de os Serviços de Mediação funcionarem como instituições de carácter extrajudicial capazes de auxiliar os cônjuges e as famílias em crise a celebrar acordos entre si, com vantagens óbvias para os filhos, numa lógica de inequívoca de defesa dos seus direitos conforme, estatui, aliás, a Recomendação N.º (98) 1 do Conselho da Europa no seu parágrafo 5.

*“Uma das formas será através da Mediação Familiar, sem dúvida alguma. Quer através de um serviço público, que devia existir, ou serviço privado...” EG*

*“Claramente que a Mediação é um recurso nesse sentido! Porque se o casal está em conflito e não consegue ver, de facto, as necessidades da Criança porque eles estão tão concentrados neles próprios, se recorrerem a um terceiro elemento neutro, neste caso um mediador, técnico competente na área, certamente que isso vai ajudá-los a resolver aquele conflito e a chegarem a um acordo, em que vai sair beneficiada a Criança. Portanto aí será, de facto, salvaguardado o Interesse da Criança ou do Jovem!” HV*

À margem deste tipo de instituições foram ainda referidos **“Outros serviços de ajuda técnica especializada”** que na óptica de **IS** e **EG** desempenham um trabalho relevante na protecção às crianças cujos pais tenham decidido divorciar-se. Neste âmbito, foi feita alusão à importância do trabalho desenvolvido por técnicos experimentados junto das crianças em especial estado de dificuldade psíquica e emocional, como psicólogos/psicoterapeutas. Estes contextos técnicos foram apontados como espaços onde as crianças poderão ser adequadamente intervencionadas para melhor enfrentarem as situações inerentes à sua nova realidade familiar e com isso encontrarem um “patamar superior de bem-estar”. Sobre a relevância deste tipo de abordagens Strecht refere que “Intervir terapeuticamente em crianças e adolescentes que passam por situações de separação dos pais é, basicamente, oferecer-lhes um espaço de neutralidade onde possam ser escutadas e compreendidas nas suas dificuldades específicas” (2009:25).

*“O divórcio deixa marcas na Criança, sobretudo psicológicas, e eu penso que os pais também devem ter em atenção este Interesse, este “Superior Interesse”, porque um divórcio é devastador para uma Criança. (...) Muitas das vezes numa separação ou divórcio a Criança tem que ter ajuda de um técnico, de um psicólogo para poder gerir todo aquele conflito, toda aquela situação para poder encarar a vida ou a situação dos pais de forma diferente.” IS*

*“Era os pais conseguirem resolver isto a sós. Não sendo a sós, procurando os técnicos ideais que possam ajudar e afastar um pedacinho a Criança, porque a Criança fica sempre dividida, a mãe é só mãe e o pai é pai. Portanto, o carinho que nutre pelo pai ou pela mãe é igual, não é diferente.” EG*

Por fim, mas ainda relacionado com questão da defesa do “Superior Interesse das Crianças” nos processos de separação e divórcio, os depoimentos dos entrevistados levaram-nos à organização e definição de um conjunto de **“Outros requisitos genéricos essenciais à salvaguarda do princípio”** que poderão obviamente encontrar-se ligados às condições já elencadas, quer sejam de natureza pública ou privada. Assim, **“na área dos recursos físicos e humanos”** foi feita menção ao aumento de infra-estruturas de apoio às famílias e ao incremento de técnicos no apoio às mesmas. O **“aumento de infra-estruturas de apoio às famílias”** representa a convicção dos entrevistados de que o **“Preceito”** aludido será mais facilmente salvaguardado com a criação e funcionamento

de mais estruturas físicas onde os técnicos possam exercer a sua actividade no apoio às Famílias e suas Crianças, como os “Centros de Encontro Familiar” de que nos fala Orgilés e colaboradores (2007).

*“...isto tem implicações muito sérias que são a criação de espaços e de mecanismos legais que permitam a concretização disso. O que é que nós temos a esse nível? Praticamente falta fazer quase tudo. Não estou a dizer que já não haja técnicos a trabalhar de facto com alguma dedicação que é o que ainda vai salvando algumas coisas.” NJ*

O **“Incremento de técnicos no apoio às famílias”** estabelece a necessidade do aumento de especialistas no apoio às distintas realidades familiares num campo em que cada situação encerra uma “complexidade superior” e determina uma exigente e espinhosa tarefa.

*“Fala-se, por exemplo, da falta de emprego... quantos empregos poderiam ser criados nessas áreas porque há muitos profissionais das áreas da Psicologia, da Sociologia, da Pedagogia que poderiam ser aproveitados para trabalhar em conjunto na análise “caso a caso”, porque cada caso é um Mundo.” NJ*

Já **“Na área do desempenho técnico junto das famílias”**, que se reporta às condições ou circunstâncias de natureza técnica essenciais à acção profissional tendente à salvaguarda do “Superior Interesse das Crianças ou dos Jovens” nas circunstâncias referidas, os discursos analisados fizeram emergir quatro requisitos fundamentais: o **“trabalho em equipa”**; a **“cientificidade na acção”**; o **“respeito pela especificidade casuística”**; o **“respeito pela vida individual e familiar”**.

Em relação ao **“Trabalho em equipa”** foi relevada a virtude do mesmo, exaltada importância da acção técnica em regime de complementaridade e confirmada a utilidade de em determinados casos haver a possibilidade de recurso a profissionais com acrescida e especial preparação profissional para lidar direta ou indiretamente com populações com necessidades específicas, como são as crianças e os jovens.

*“Aí não há receitas e a única possibilidade que temos é o trabalho em equipa. Isto é, não é uma pessoa que tem a solução para ver que esta situação é a mais indicada para esta Criança mas há técnicos formados que devem ter uma palavra a dizer nos processos e devem intervir.” NJ*

As palavras de NJ fazem lembrar o pensamento de Monteiro (2010), aliás já aludido, para quem a concreta determinação do “Superior Interesse” requer o contributo de vários profissionais e saberes.

No que concerne **“Cientificidade na acção”**, que traduz a constante necessidade de aplicação do conhecimento científico na acção técnica junto das famílias, quer esta seja de carácter preventivo ou terapêutico, foi refutada a filosofia de intervenção baseada no

senso-comum, destituída de rigor e objectividade, em prol de uma atitude técnica alicerçada em postulados académica e cientificamente comprovados.

*“As descobertas científicas, inclusive, que foram feitas a nível da Pediatria, por exemplo, não.... Há todo um manancial de conhecimentos que ainda não são aplicados. Aí, de facto, o conhecimento está à frente de todo o sistema legal que é produzido, por exemplo, em Portugal.”* **NJ**

*“No fundo, ao termos melhores pais, melhores famílias teremos, em última análise, crianças com menos problemas. (...) De modo que penso que há condições, mediante a aplicação de programas de competências parentais, mas que sejam verdadeiros, que sejam sinceros, que não sejam uma hipocrisia ou pretexto político para inverter uma situação nefasta. Que estes programas sejam aplicados e desenvolvidos por quem realmente tem uma preparação académica e científica para o fazer.”* **LP**

As palavras proferidas levam-nos a falar do sentido que faz dizer em acabar de vez com a intervenção técnica intuitiva, destituída de cientificidade, de estudo especializado sobre determinadas matérias que ainda possa existir. Agir na e com a Criança neste domínio requer perfil e competência pelo que intervir sem conhecimento é coloca-la, porventura, ainda mais em risco.

Já o **“Respeito pela especificidade casuística”** como condição essencial à defesa do “Superior Interesse da Criança”, foi afirmado numa lógica de que *“cada caso é um caso”* e que as generalizações, ao serem realizadas, obstam e comprometem grosseiramente o interesse individual de cada Criança ou Adolescente numa determinada situação familiar.

*“Eu, muito sinceramente considero que o “Superior Interesse da Criança” tem que ser aferido caso a caso. (...) Na minha....perspectiva, só assim é que se consegue salvaguardar o bem-estar da Criança... o “Superior Interesse da Criança”, porque ele tem que ser averiguado caso a caso e o “Superior Interesse da Criança” pode variar. Pode ser: não ter os pais, pode ser afastar o pai ou a mãe que não são capazes de cuidar daquela criança, afastar a criança daqueles pais que não lhe vão dar as condições mínima... Condições mínimas de afecto, de acompanhamento, de carinho e de desenvolvimento harmonioso.”* **LR**

Finalmente, em relação ao **“Respeito pela vida individual e familiar”** foi sustentada a necessidade de na abordagem aos casos de separação ou divórcio na família, os técnicos deverem respeitar o estado e a intimidade das pessoas e dos familiares direta e indiretamente envolvidas na situação. Sobre esta condição, encarada também como circunstância fundamental à **“Defesa do Superior Interesse das Crianças e Jovens”** neste âmbito, que condiz com uma ação técnica alicerçada no respeito pela privacidade, intervenção mínima e proporcional, preceitos orientadores de atuação no domínio da promoção dos Direitos da Criança e do Jovem em Perigo, constantes, aliás, no artigo 4.º da Lei n.º 147/99, **EG** e **MRS** (Mediador Familiar e Juiz, respectivamente), referiram:

*“Depois deixa de haver o “Superior Interesse” quando tem que entrar uma equipa técnica. Quando a gente fala em equipa técnica temos que falar logo de um tribunal, se começar por aí. Às vezes, infelizmente, não começa por aí, começa por uma Segurança Social, pelos técnicos de Serviço Social a avaliar, por uma Comissão e depois pelo Tribunal. Agora eu acho que quando há muitos técnicos a intervir também já é mau para a Criança porque a Criança começa a estar exposta.” EG*

*“...e depois eu avalizo, se se justifica ou não a criança ser ouvida por mim. Porque às vezes estar a massacrar a criança com duas inquirições sobre a situação...” MRS*

## **7.4 Olhares sobre a audição judicial dos “menores” nos casos de separação e divórcio na família: uma incursão necessária na aproximação à questão central do estudo**

Tema enquadrador da opinião de todos os profissionais entrevistados sobre o assunto: **MF e PSEMF**. Em função da natureza dos discursos produzidos por ambos os grupos profissionais, e por considerarmos ser a forma mais adequada para a sua análise, interpretação e discussão, procedemos à divisão da abordagem à questão em duas grandes dimensões de análise: **perspectiva MF sobre o assunto; óptica e prática dos PSEMF**.

### **7.4.1 Perspectiva dos MF**

As narrativas dos Mediadores Familiares sobre a Audição das Crianças/Jovens em Tribunal, cuja regra processual deve ser a da audição dos menores e a sua inobservância tida como desconforme com as normas e preceitos da CDC, do Regulamento CE n.º 2201/2003 e da lei ordinária vigentes (Melo et al., 2009), fizeram emergir um conjunto significativo de categorias e subcategorias sobre o tema. Relativamente ao “**Grau de concordância com a audição**”, foram identificadas duas situações distintas: “**Não concordância**” e “**Concordância com reserva...**”. No caso particular da primeira situação verificámos uma oposição clara e inequívoca de desacordo dos MF em relação à Audição das Crianças e dos Adolescentes em Tribunal traduzida em discursos de nítida reprovação e, até, estranheza e incredibilidade nos casos em que é ou possa vir a ser levada a efeito.

*“Em Tribunal nunca! Já está respondido!” SG*

*“Daquela forma tradicional? Absolutamente contra. Aquilo é um atentado!” NJ*

*“A minha opinião é a pior possível!” AF*



*“Os Tribunais não foram feitos para as crianças irem para lá ser ouvidas. (...) Eu não estou, de modo nenhum, de acordo que uma Criança vá a Tribunal, de modo nenhum, porque já as vi lá e sei como sofrem!” CA*

*“Sou mesmo a favor da não Audição da Criança. Até mesmo numa fase mais avançada, com 18 anos, por exemplo.” AQ*

A **“Concordância com reserva...”**, que mais não representa que o reconhecimento de que a Audição Judicial dos Menores é uma “medida particularmente melindrosa” mas desejável, sempre que possível, seja directa ou indirectamente (Epifânio e Farinha, 1997:315), assenta no beneplácito dos MF relativamente à realização da Audição das Crianças ou dos Jovens em Tribunal, desde que sujeita e orientada pela observância de condições tidas como essenciais para a sua realização. Sobre a salvaguarda e o cumprimento de determinadas formalidades para o efeito falaremos adiante de forma mais detalhada. Vejamos, em todo o caso, algumas das primeiras expressões dos MF relativas a este tipo de posicionamento ou orientação sobre o assunto:

*“...realmente acho que depende das situações. Agora acho que se deve zelar sempre por proteger Criança. Uma coisa é ouvir uma Criança em contexto informal, sabendo que é com um profissional ou com o pai ou com a mãe. Outra coisa é a Criança ter a percepção que a sua Audição pode vincular uma decisão e colocar esse peso em cima dela.” CV*

*“Também concordo, mas os Tribunais deveriam ser dotados de outros espaços para essa mesma função, mais acolhedores, mais informais...” PC*

*“É assim, eu concordo que a Criança seja ouvida e seja tida em conta em contexto de Tribunal! Mas acho que deve ser num local adequado porque o Tribunal não é só a sala de audiências... Eu acho que o próprio Juiz e o Ministério Público podem, e em alguns sítios nós sabemos que é assim, tiram as vestes que têm de levar ao Tribunal e deixam que exista ali uma proximidade com a Criança. Eu acho que isso é o ideal!” SS*

Como **“Argumentos contra a audição das Crianças e dos Jovens em Tribunal”** foram anunciados como motivos contrários à realização da mesma, as situações relacionadas com a impreparação técnica dos juízes para levar a efeito tal procedimento ou função, a natureza dos sujeitos a auscultar, crianças ou jovens e, ainda, as associadas às características físicas e de envolvência, inclui a dimensão relacional, atribuídas ao contexto ou espaço judicial onde a audição é ou pode vir a ser consumada.

Assim, e de acordo com a informação recolhida, a **“Falta de preparação técnica específica dos juízes”** como óbice à realização da audição determina a parca, ou mesmo inexistente, preparação dos magistrados para a sua realização. Refere-se, por conseguinte, à falta de formação técnica/profissional dos referidos profissionais para escutar/ouvir uma população com características muito próprias, como são as crianças e

os jovens. Nos casos em que a auscultação é operada nas circunstâncias aludidas, foi sugerido que quem a efectua nestes moldes age sem rigor e conhecimento especializado necessários, socorrendo-se muitas vezes do saber empírico proveniente de experiências pessoais e de vida. Realizada nestas condições a Audição foi ainda considerada como contraproducente ao desenvolvimento e resolução dos processos e a informação recolhida de qualidade duvidosa quanto à sua fidedignidade. Objectivamente, os Juízes foram apontados como técnicos deficitariamente capazes para intentar este tipo de intervenções.

*“Geralmente as pessoas que estão no Tribunal não são as pessoas mais capazes nem mais experientes para tratar das coisas da Família. (...) Não me faz sentido nenhum.”* **SG**

*“Eu acho que os profissionais do Direito não tão preparados para isso. (...) Os casos que eu tive, até hoje, de Crianças que foram a Tribunal, foram todos péssimos. (...) Aliás, nesta formação que eu fiz sobre a Audição das Crianças em Tribunal, eu tenho a sensação que uma das conclusões a que se chegou é que o juiz só devia ter contacto com a opinião da criança de forma indirecta.”* **AF**

*“Acho que os Juízes não têm que fazer isso! Não têm que ouvir as Crianças, mas têm que pedir intervenções técnicas e confiar na avaliação dos técnicos e se for preciso chamar lá os técnicos, perguntar-lhes como é que eles chegaram àquelas conclusões!”* **MM**

*“Depois, o Juiz não está preparado para fazer perguntas às Crianças, quanto muito terá uma experiência da sua vida pessoal que lhe poderá dar indicações para fazer perguntas.”* **CA**

*“...muitas vezes, assiste-se a audições de Crianças por Magistrados, quer do Ministério Público quer da Magistratura Judicial, que nem sempre, no meu entendimento, são abordadas da melhor forma, da forma mais adequada, o que poderá levar a comportamentos, a respostas por parte das Crianças, que não transmitam, de facto, verdadeiramente aquilo que elas sentem.”* **GM**

As opiniões manifestadas a este respeito encontram-se, assim, em sintonia com a perspectiva de que os Juízes só deverão realizar audições às Crianças ou Jovens se tiverem a oportunidade de beneficiar de formação específica para o efeito (cf. a este respeito Guia Prático para aplicação do Novo Regulamento [Comunidades Europeias, 2005] (CE) n.º 2201/2003 do Conselho de 27 de Novembro de 2003, p.53).

Já a **“Dificuldade das crianças e dos jovens em lidar com a separação e o divórcio dos pais”** como fundamento contra a sua audição foi apontada como impedimento à realização da mesma devido ao entendimento de que crianças e jovens não se encontram aptos a participar num contexto que poderá ser para si bastante traumatizante. Neste sentido fazer comparecer e participar os menores de idade num espaço como o judicial será sempre colocá-los numa situação incómoda, confusa e ambivalente já que apresentam uma natural incapacidade psíquica, cognitiva e emocional para lidar e gerir

adequadamente assuntos que directa e indirectamente, se relacionam com a realidade/circunstância familiar da separação/divórcio dos pais. Este argumento assenta assim na convicção de que a ruptura de casal, e todas as questões que a mesma implica, sejam elas quais forem, é algo que diz unicamente respeito aos adultos e que qualquer movimento ou intervenção no sentido chamar as Crianças ou os Jovens a se pronunciarem sobre qualquer aspeto que a separação envolva, é estar a perturbar, ainda mais, a sua estabilidade emocional, já de si afectada pela “simples” rutura.

*“Toda experiência que eu tenho é de que as Crianças odiaram tirar partidos, odiaram falar sobre isso e queriam que as regras já viessem de cima para baixo determinadas e assim já não tinham que dizer nada. (...) Ninguém lhe pergunta nada, nem convém porque sabemos que faz mal perguntar às Crianças porque as Crianças não vão conseguir ter esse papel.” SG*

*“Seria misturá-la aí num contexto que não é o dela. Estamos a falar da relação conjugal. Acho que era colocá-la num papel muito complicado.” AQ*

Por seu turno, o **“Espaço físico e relacional inadequados”** como fundamento contra a Audição, consubstancia a ideia aventada pelos entrevistados de que o Tribunal não possui o contexto apropriado para receber e atender às Crianças ou os Jovens, tanto a nível infra-estrutural como das relações humanas, podendo nalguns casos tornar-se, como afirma Ribeiro (2010), numa experiência negativa ou traumática.

Relativamente às características físicas impróprias imputadas ao espaço judicial, evidenciemos as palavras de **SG** e **SS**:

*“Em Tribunal nunca, porque acho que os Tribunais não deviam tratar das coisas da Família. Os Tribunais são sítios frios, sítios mais para julgamentos e para penalizações do que para transformação para um novo registo de uma nova família.” SG*

*“A sala de audiências, eu acho que é um choque para qualquer Criança. Acho que é um choque enorme!” SS*

No que concerne aos aspectos de natureza relacional apreciados pelos **MF** como desajustados à auscultação das Crianças ou Jovens neste âmbito, foram identificadas como condições prejudiciais aos mesmos: a frequente conflitualidade entre os progenitores; a forma como as crianças são frequentemente abordadas pelos magistrados neste âmbito; a ausência de sensibilidade, de escrúpulos por parte de alguns advogados que intervêm nos processos (encontrando-se mais empenhados na defesa intransigente, inflexível dos interesses seus clientes do que preocupados com o bem-estar e a defesa da integridade psíquica e emocional dos filhos dos seus constituintes); a imagem e a postura negativa dos juízes como alguém que apenas inibe, intimida, pune e condena.

A respeito de cada uma destas circunstâncias, vistas por alguns dos Mediadores como típicas da realidade judicial, observemos o que nos verbalizaram **PC, NJ, MC, AF e CA**.

*“No Tribunal é uma coisa mais imposta, já é um último recurso, digamos assim. Já há ali uma relação de conflito talvez muito grande e isso acaba por passar um bocadinho também para a Criança e para o Jovem, e aí poderá haver o risco de a Criança se ver pressionada a tomar uma posição.” PC*

*“Para já porque aquilo não reflecte a vida e depois todo o sistema que está organizado é de acusação, acusação mútua, conflito, de agressividade, de quem esmurra com mais força, normalmente, é quem ganha. Isto é tudo aquilo que não deve ser.” NJ*

*“Penso que deve acontecer num contexto de contacto técnico, de abordagem técnica, de compreensão e, também, de uma possibilidade de remeter para alguma tranquilidade à Criança. Num contexto de Tribunal, penso que isso de modo nenhum está salvaguardado, que é um elemento ansiogénio e muitas vezes culpabilizante para a Criança, independentemente das decisões que possam ser tomadas.” MC*

*“E os advogados que também intervêm, de certa forma, neste processo, no fundo, estão a defender a sua dama que é o pai ou a mãe! (...) ...eu conheço “éne” colegas meus que têm um cliente que lhes pede um objectivo e portanto se isso é bom para a Criança ou não é, estão-se perfeitamente a borrifar. O que interessa é salvar o interesse do cliente e portanto tenho a pior das opiniões...” AF*

*“Para já porque o ambiente é formal e muito pesado. Eu conheço Técnicos que têm medo de ir a Tribunal. Ora, se os Técnicos têm medo de ir ao Tribunal emitir uma opinião técnica, imagine uma criança pequenina, ou até um adolescente, ... (...) Segundo, o Juiz mete-lhes medo, porque o juiz aparece na nossa sociedade como a figura que penaliza! (...) Depois, porque há manipulação por parte dos advogados... e isso representa um sofrimento enorme para as crianças.” CA*

Compreende-se, assim, as palavras de Epifânio e Farinha (1997) quando em relação à Audição dos Menores de Idade em Tribunal referem que “ as reservas que uma tal diligência nos suscita (...) prendem-se, obviamente, com os riscos de o menor ser quase sempre inevitavelmente colocado no centro do litígio que opõe os progenitores” (p.315) e, ainda, de Possuin e Martin-Lebrun (1997) quando sustentam que “Nos conflitos que opõem os pais, os filhos tornam-se não só o móbil do litígio, como também potenciais aliados” (p.144).

Por fim, mas ainda no domínio das razões contra a Audição das Crianças e dos Jovens em Tribunal nos processos de separação e divórcio dos pais, foi referida a “**Não fiabilidade dos testemunhos das Crianças/Jovens**”, devido ao facto de os discursos se encontrarem fundados em ganhos fúteis e não assentes nas suas reais necessidades.

Sobre esta posição muito particular, totalmente divergente de orientações que reconhecem nos menores condições para os mesmos produzirem discursos fidedignos e convergentes com as suas reais necessidades, vejamos de forma paradigmática o que nos foi referido por **PB**:

*“...até porque acho que estes testemunhos nunca são testemunhos confiáveis. (...) Da Criança... e do Jovem também. Porque há jovens, e especialmente em fases como a Adolescência que se calhar estão a validar outro tipo de informação, que estão a dar mais importância às questões materiais, de ter alguma coisa de marca ou às questões de liberdade... ter um que deixa ir mais à discoteca. E estas questões são as questões que estão a pesar nesta escolha de estar com o pai ou estar com a mãe.”* **PB**

Esta desvalorização dos discursos dos menores de idade em Tribunal nos processos de separação /divórcio dos pais, ganha também especial acuidade sempre que as Crianças/Jovens não apresentam maturidade psicológica suficiente ou sejam objeto de manipulação por parte dos progenitores, conforme salientam Poussin e Martin-Lebrun (1999:143-146). É por esta razão que os mesmos autores sustentam que “Nem sempre é fácil discernir no discurso da criança a expressão do seu desejo profundo. A chantagem afectiva pode ser grande e insidiosa, sendo o amor apresentado como incondicional e exclusivo” (p.144).

Num campo transversalmente oposto, ou seja, dos “*Argumentos a favor da audição em tribunal*”, os discursos coligidos junto dos MF indicaram como motivos: a circunstância de reconhecer às Crianças e aos Jovens o Direito a se expressarem sobre a sua família e sobre o seu futuro; a circunstância de a auscultação contribuir para a definição de um melhor acordo ou decisão judicial; o direito dos filhos à informação e ao esclarecimento sobre a situação familiar de modo a reduzir ou erradicar eventuais situações indutoras de stresse, ansiedade e de mal-estar individual.

Sobre o “*Direito das Crianças e dos Jovens à Opinião*” circunstância, como já vimos, prevista quer nos dispositivos jurídicos nacionais quer internacionais, como tão bem sublinham Melo e colaboradores (2009), **SS**, **LG** e **TF** afirmaram

*“A Criança tem Direito, porque a Criança faz parte! (...) ... porque faz parte daquela família!”* **SS**

*“...parecem-me que sim, que a Criança deva ser ouvida porque também têm direito a dizer... (...) Muitas vezes estes têm uma palavra a dizer ou explicar porque é que não querem determinada coisa. Acho que eles têm direito a dizer porque é que não querem. Se um jovem, por exemplo, de catorze não quer ir com o pai, se vive na Madeira e o pai no Continente, se e ele não quer ir, por algum motivo é. Há situações em que o Jovem tem de ser ouvido.”* **LG**

*“Eu concordo que a Criança tenha a sua opinião e aceito, por exemplo, que um Jovem queira também manifestar a sua opinião...”* **TF**

Já a Audição dos Menores de Idade como **“Contributo para a definição de um melhor acordo ou decisão judicial”** no âmbito dos processos de divórcio e de regulação das responsabilidades parentais, foi especialmente enfatizada nos discursos de **GM** e **HV** ambos profissionais do CSSM, assistente social e psicóloga, respectivamente:

*“Desde que haja informação que seja pertinente, é essencial ouvir a Criança ou o Jovem...”*  
**GM**

*“Eu penso que o Juiz percebeu isso e quis confirmar. Foi por isso que me chamou! E, de facto, a miúda, na brincadeira, revelou isso tudo. Disse exactamente o tipo de conversa que a mãe tinha com ela. Os tios influenciavam para ela não olhar para o pai, para fazer cara feia ao pai! Ela referia-se, por exemplo, à actual companheira do pai como a “bandida”...”* **HV**

A valorização desta prática em contexto judicial para a definição de um acordo ou decisão que melhor defenda os interesses dos menores encontra-se, aliás, bem vincada na Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro que procedeu à alteração do Regime do Divórcio quando esta passou a permitir a auscultação das crianças em tribunal sem nenhum limite mínimo de idade quando os pais se encontrem em desacordo quanto ao exercício das responsabilidades parentais e da guarda dos filhos (Vieira, 2009).

No que toca ao **“Direito da criança ou do jovem à informação e ao esclarecimento”** como argumento apresentado a favor da Audição Judicial dos mesmos nos casos em análise e das implicações positivas que aquela pode ter nos menores de idade, convirá chamarmos aqui à colação algumas das palavras constantes no Guia Prático para aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho Europeu de 27 de Novembro de 2003 sobre a Audição da Criança que dizem: “Se a audição for realizada de forma adequada e com a necessária discrição pode permitir que a criança expresse os seus próprios desejos e se liberte do sentimento de responsabilidade e de culpa” (2005:53).

*“A Criança tem que ser esclarecida, quanto mais não seja para saber que a culpa não foi dela!”* **SS**

Embora se fale, sobretudo, da idade e do grau de maturidade da Criança e do Jovem como circunstância a ter em conta para e na realização da audição, a verdade é que muitas outras situações devem ser devidamente tidas em consideração e avaliadas para o efeito conforme prevê, por exemplo, o Comentário Geral 12 do Comité dos Direitos da Criança (2009) sobre a questão do Direito da Criança a ser ouvida quer nos processos judiciais quer administrativos. Para os Mediadores objeto de estudo foram apresentados como **“Requisitos a observar para e na realização da audição em tribunal”** das

Crianças e Jovens nos casos de separação e de divórcio: ***“Espaço físico e atmosfera relacional adequados”***; ***“Prévia avaliação psicológica do sujeito a ouvir”***; ***“Em contexto de assessoria técnica ou de apoio técnico especializado”***; ***“Idade do sujeito”***; ***“No caso de progenitores em conflito”***; ***“Nível de desenvolvimento do sujeito”***; ***“Respeito pela vontade da criança ou do jovem em relação à sua participação na audição”***; ***“Audição como mera auscultação”***; ***“Último recurso/mais-valia para o processo/acordo/decisão judicial”***

O ***“Espaço físico e a atmosfera relacional adequados”*** como requisito a observar significa que importa proporcionar ao “menor” as condições e os recursos infra-estruturais, logísticos e profissionais adequados à sua condição, dimensões muito valorizadas na recente obra de Ribeiro (2009) intitulada *“A Criança na Justiça – Trajectórias e Significados do Processo Judicial de Crianças Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar”*.

*“Cuidado com o local... (...) No contexto de Tribunal há que ter cuidado em que sítio é que vai ser ouvida e por quem vai ser ouvida.” SS*

*“Eu acho que a Criança deve ser ouvida, contudo deve ser preparado o espaço.” ET*

A ***“Prévia avaliação psicológica do sujeito a ouvir”*** como condição a presenciar, enquadra-se na perspectiva de que o estado emocional da Criança pode desaconselhar a sua audição num determinado momento. A sua realização efectiva poderá exigir tempo, confiança ou até uma relação terapêutica para que aquela consiga exprimir o que sente e pensa (Poussin & Martin-Lebrun, 1999).

*“Os psicólogos avaliariam esse estado, essa disposição.” TF*

Já a necessidade de a audição dever ser realizada ***“Em contexto de assessoria técnica ou de apoio técnico especializado”*** foi aventada por AF, GM e MB, todos conhecedores da realidade judicial por força das profissões que exercem.

*“...a Criança seria submetida a uma entrevista com um profissional que soubesse falar com ela. Podia ser um psicólogo, ...(...)... o que seja, e o Juiz teria acesso a essa informação, a essa conversa de forma indirecta, nunca directamente.” AF*

*“Eu acho que elas devem ser ouvidas mas por pessoas qualificadas que reportem aos Magistrados, reportem ao Tribunal aquilo que a Criança sente. (...) Quando for feita pelos próprios Magistrados eu julgo que esses mesmos Magistrados devem estar assessorados por um técnico naquele momento em que estão a ouvir a Criança...” GM*

*“Acho que mesmo em caso de jovens, e estamos a falar em jovens adolescentes... eu acho que a interferência técnica de um técnico habilitado e especializado para o efeito é essencial.” MB*

Ainda sobre o interesse deste requisito observemos mais alguns discursos de **MB** que devido ao facto de desempenhar funções de assessora técnica do CSSM junto do Tribunal de Família e Menores do Funchal, no domínio dos processos tutelares cíveis, sublinhou a utilidade dessa mesma assessoria, não hesitando em descrever alguns dos procedimentos adoptados e/ou tidos como ideais neste campo.

*“Eu em Tribunal considero que é muito importante o trabalho técnico porque acho que... (...) ... as Crianças ficam muito assustadas. E nós normalmente nestas situações procuramos estar sempre com a Criança e pedimos ao Juiz um tempo antes para estar com a Criança numa sala do Tribunal. Mas o ideal seria levar a Criança antes ao Tribunal, desmistificar aquele espaço, aquela sala de audiências, dizer o que é um Juiz, o que é um advogado e é isso que nós na fase inicial procuramos fazer.”*

*“O Juiz pede, normalmente, muita assessoria na Audição das crianças mais jovens do que os doze anos de idade. A mais jovem que nós já tivemos aqui foi cinco anos, cinco anos de idade!”*

*“O Juiz quando pede a Audição destas Crianças tão pequenas não quer dizer que as vá ouvir realmente. Ouve através dos técnicos, ou seja, o técnico vai lá, está o tempo que for necessário com a Criança numa sala com ela, fala com ela. Obviamente há também uma consulta prévia do processo por parte do técnico para saber o que é que está ali em questão e muitas vezes o próprio Juiz reúne previamente com o técnico e diz-lhe o que pretende. E aí o técnico orienta a Audição nesse sentido.” **MB***

Quanto à **“Idade do sujeito”** como condição necessária à efectivação da audição das crianças em contexto judicial **RS** e **IS** manifestaram um entendimento diferente do expresso no Comentário Geral 12 do Comité dos Direitos da Criança atrás referido quanto ao “Direito da Criança a ser ouvida” e no novo Regime de Divórcio (Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro).

*“Eu conheço Crianças com 12 anos, por exemplo, que já têm noção daquilo que querem e não querem efetivamente. (...) Até já me aconteceu numa situação particular da vida uma Criança, que até estava a ser seguida por psicólogo... uma psicóloga e a criança chegou ali e de uma forma muito clara disse que não queria nada daquilo. Que não queria estar assim 15 dias com a mãe e a seguir 15 dias com o pai. Sempre que ela quisesse, queria ver o pai e a mãe. Então aquilo para os pais neste caso dito em determinado sítio, chocou-os e foi como que um acordar. Neste caso resultou!” **RS***

*“Eu penso que a partir dos 8 ou 9 anos, na minha opinião, a Criança poderia ser ouvida em Tribunal.” **IS***

No referido Comentário é preconizado que não se deve partir da presunção que uma Criança não tem capacidade para expressar as suas ideias ou opiniões (parágrafo 20) nem deve fixar nenhuma idade mínima para o exercício do direito (parágrafo 21).

Outra das condições tidas pelos MF como requisito necessário à realização da audição judicial dos menores de idade foi a circunstância de dever ser **“No caso de progenitores em conflito”**, o que cria, naturalmente, enormes entraves/dificuldades à definição de



qualquer acordo relativo ao exercício das responsabilidades parentais e guarda dos filhos, por exemplo.

*“...especialmente quando se consegue perceber que há crianças que estão a ser instrumentalizadas por algum motivo, se calhar será benéfico ouvi-las, ...” CV*

*“Eu acho que só se pode ouvir as Crianças quando eles não se entendem... (...) ...e continua o clima de conflitualidade.” PE*

Parece ser neste âmbito que Poussin e Martin-Lebrun sustentam que “Em caso de litígio duas situações podem suceder: a criança pode ser manipulada por um dos progenitores e junto do juiz defender os interesses deste; a criança perante uma situação familiar que a preocupa e a faz infeliz deseja transmiti-lo a um representante da sociedade.” (1999:144).

O “*Nível desenvolvimento do sujeito a ouvir*” foi também referido como requisito a valorizar neste campo. Esta condição surge de modo mais ou menos explícito numa panóplia de dispositivos legais sobre a questão embora seja a expressão “grau de maturidade” a mais comumente utilizada. Pensamos, acima de tudo, que o que importa relevar é que o discurso da Criança dependerá do seu nível de desenvolvimento intelectual e afectivo e que saber escutá-la permite-lhe crescer sob a protecção dos pais, desde que aceitem comportar-se como adultos responsáveis (Poussin & Martin-Lebrun, 1999).

*“...há Crianças em que a idade cronológica não corresponde à idade mental e, portanto, há miúdos com 9, 10 e até com 8 anos que se expressam muito bem. E há miúdos com 13, 14, 15 anos que nem sequer se expressam e, portanto, isso tem muito a ver com o desenvolvimento, com a maturidade de cada um.” GM*

*“Depende da maturidade. (...) Eu, por exemplo, conheço miúdos de dez anos que têm uma maturidade tão grande... se calhar maior que um jovem de dezasseis.” TF*

Já o “*Respeito pela vontade da criança ou do jovem em relação à sua participação na audição*” como condição, entronca no discurso do Comité dos Direitos da Criança para quem a audição é um Direito mas não uma obrigação para o “menor”, que pode não desejar exercê-lo (parágrafo 16).

*“... haverá outros que nem querem falar disso.” TF*

A ***“Audição como mera auscultação”*** foi pronunciada e associada à necessidade de não se atribuir um peso desmesurado ao discurso da criança pois esta circunstância só a fragiliza e remete para o lugar de objeto (Poussin e Martin-Lebrun, 1999).

*“Claro que a opinião da Criança não pode ser a final.”* **TF**

*“...a Criança não tem de tomar decisão nenhuma, a responsabilidade não pode estar de maneira nenhuma sobre os seus ombros...”* **MB**

Finalmente, a Audição como ***“Último recurso/mais-valia para o processo/acordo/decisão judicial”*** foi referenciado numa lógica de que a auscultação só deve acontecer caso seja encarada como algo estritamente necessário ao processo/acordo/decisão judicial, justamente por se entender que a mesma pode, de algum modo, constituir-se ou ocorrer num contexto pouco ajustado e seguro. Parece-nos ser nesta linha de pensamento que Epifânio e Farinha referem que a audição judicial se mostra como circunstância peculiarmente delicada (1997).

*“Acho que se deve evitar o máximo possível que vá uma Criança ou um Jovem a Tribunal.”* **LG**

*“...eu acho que se deve tentar primeiro resolver com o casal e só em último caso é que deve ser ouvida esta Criança.”* **PE**

#### **7.4.2 Óptica e Prática dos PSEMF**

Como já tivemos oportunidade de elucidar, os discursos proferidos pelos **PSEMF** correspondem às narrativas dos técnicos cuja actividade laboral diária se encontrava diária e directamente ligada ao Sistema Judicial, mais concretamente à área Tutelar Cível. Na óptica destes profissionais existem duas ***“Formas de garantir o direito das crianças e dos jovens à opinião/expressão no processo judicial”***: ***“Directa”*** e ***“Indirecta”***. No primeiro caso a satisfação de tal Direito ocorre aquando do contacto directo das crianças ou jovens com os profissionais directa e indirectamente ligados ao Sistema Judicial, podendo os mesmos para comunicar socorrer-se da ***“Palavra”***, do ***“Desenho”*** e da ***“Linguagem gestual”***.

*“Pode assumir-se, por um lado, como um relato directo da criança ou do jovem ao técnico que a entrevistou...”* **LP**

*“Eu pedi para a criança desenhar a família e a criança livremente desenhou-me os dois pais. Normalmente os desenhos coincidem. (...) [Mas] O desenho só por si não revela tudo. (...) E, portanto, aquele desenho foi um dado muito importante porque a partir daí já tive uma noção, uma ideia de que realmente não se passaria nada de grave.”* **MRS**

*“...miúdos com muito pouca idade já exemplificam, não em termos verbais, mas através de gestos determinadas situações. Não digo que por aí se chega à conclusão do que se passou, mas que são alertas que depois se terão de conjugar com uma série de outro tipo de informações.” MRS*

Esta primeira circunstância, contacto directo com os profissionais do sistema judicial, coincide com o sustentado por Melo e colaboradores (2009) quando afirmam que a Audição dos “Menores” em processo judicial pode ser executada em todos os casos com recurso a três vias: sua convocação para a conferência de pais; sua auscultação com recurso a diligência judicial especialmente programada; sua audição por organismo de avaliação social ou psicológica.

No que concerne à segunda via para garantir a observância do Preceito Legal (“*Indirecta*”), os inquiridos fizeram particular referência à “*Recolha técnica de informação junto de terceiros*” prevendo-se, nesta circunstância, a colheita de dados fora do contexto judicial, por autoridade competente, junto de pessoas próximas das Crianças ou dos Jovens, a serem transmitidos numa fase subsequente aos Juízes titulares dos processos.

*“...um relato efectuado pelo técnico, com base num conjunto de informação recolhida junto de todos os elementos que entrevistou.” LP*

*“Portanto, podemos, muitas vezes, ouvir a opinião da criança através de relatos, por exemplo, da escola, relatórios de professores a dizer que a criança expressou isto, ou que o pai lhe fez aquilo. Pode ser através de outros familiares que têm uma maior confiança com a criança.” MRS*

Os excertos de entrevista supracitados revelam a importância atribuída pelos profissionais entrevistados à informação respeitante aos menores em todas as circunstâncias e para todos os processos, embora a “*audição directa*” das Crianças ou Jovens tenha sido especialmente valorizada e notada por MRS, Juiz do Tribunal de Família e Menores do Funchal.

*“...nós estamos a regular uma realidade familiar, temos que dar uma solução jurídica a uma questão de ruptura familiar. Ouvidos os dois pais, também era bom ouvir a criança, por todos fazerem parte da mesma família. Assim, ouvindo só os dois pais, estamos a amputar uma parte que no fundo também terá de ser ouvida. (...) Aliás, todos os filhos deviam ser ouvidos. Toda a gente da família devia ser ouvida. Porque, de facto, vai-se regular uma realidade familiar e considero que toda a gente devia ser ouvida.” MRS*

Quanto aos **“Argumentos a favor da audição em tribunal”** apresentados por estes profissionais, há a referir duas situações que se entrecruzam: a **“Observância legal de um direito da criança ou do jovem”**; o **“Respeito pela vontade individual da criança ou do jovem quanto a ser ouvido”**.

Na primeira situação aludiu-se à Audição da Criança e do Jovem como imperativo legal, previsto em vários diplomas legais, cuja relevância processual poderá recair em determinadas circunstâncias intrínsecas ao processo, como na definição da guarda em caso de conflito parental e após decisões acordadas entre os progenitores.

*“Não é uma questão de concordar. (...) Até por causa de uma série de diplomas legais que existem, alguns deles internacionais, nomeadamente a Convenção dos Direitos da Criança, que vêm impor a audição da criança. Portanto, quase todas as legislações do mundo ocidental, pelo menos as que eu conheço, impõem a obrigatoriedade da audição da criança ou, pelo menos, dão a indicação que deve ser ouvida, não só quando existe conflito sobre quem é que fica com a criança, mas também no caso das decisões acordadas.” MRS*

No segundo caso, **“Respeito pela vontade individual da criança ou do jovem quanto a ser ouvido”**, foi assumido que a Audição mais não é que uma forma de honrar e satisfazer o desejo dos “menores” a expressar o que sentem e pensam nesta circunstância, contribuindo este facto para o seu bem-estar pessoal/individual.

*“Parece-me que nada se pode substituir, ou melhor, nada substituirá melhor, numa acção deste tipo, ou num problema deste tipo, do que a vontade da criança, porque isso reflecte um pouco a sua felicidade...reflecte a sua vontade, e essa deve ser respeitada.” LP*

Existem, contudo, na visão destes mesmos profissionais **“Situações contra-indicáveis ou desnecessárias à audição em tribunal”**. Neste âmbito emergiram dos testemunhos produzidos quatro tipo de situações específicas que passamos a referenciar: **“Crianças/jovens em desacordo com a audição”**; **“Crianças/jovens vítimas de manipulação parental”**; **“Audição solicitada por um dos progenitores”**; **“Existência de elementos processuais suficientes à defesa do interesse superior do menor de idade”**.

A primeira circunstância assenta no princípio de que a Audição deverá ocorrer num quadro/contexto voluntário e não imposto, que a mesma é um direito que assiste aos menores, não uma obrigação, que podem não querer exercê-lo (cf. Comentário Geral 12 do Comité dos Direitos da Criança, 2009, parágrafo 16).

*“Por exemplo quando a criança não quer ser ouvida, obviamente.” MRS*

A segunda condição, **“Crianças/jovens vítimas de manipulação parental”**, como situação contra-indicável à Audição baseia-se no facto de a instrumentalização dos

“menores” fazer com que os seus discursos sejam forjados, não genuínos, podendo assim tornar-se nocivos aos processos e a si mesmos, na medida em que traduzem ou representam interesses de terceiros e não os seus. É neste âmbito que Poussin e Martin-Lebrun (1999) alertam para o facto de nem sempre ser fácil a tarefa de discernir no discurso da criança o seu desejo efectivo, pois a manipulação leva-a a tomar partido de um dos pais perante o juiz.

*“Quando há um dos pais que nós sentimos que manipula a criança e quer que ela seja ouvida.”*

**MRS**

Já na base da *“Audição solicitada por um dos progenitores”*, como situação contraindicada ou desnecessária à Audição, foi evidenciada a necessidade de a mesma dever ocorrer num quadro de concordância e aceitação parental. O contrário institui a desconfiança no processo e condiciona o discurso de quem é ouvido. Entendemos, assim, as palavras de Possuin e Martin-Lebrun quando estes autores argumentam que o discurso da Criança em Tribunal nos processos de divórcio depende do seu desenvolvimento intelectual, afectivo e da relação que a mesma possa ter com cada um dos progenitores (1999).

*“Não aceito, não me parece aceitável que um dos pais indique a criança, porque a criança está aí necessariamente constrangida.”* **MRS**

Por último, a *“Existência de elementos processuais suficientes à defesa do interesse do menor de idade”* foi pronunciada numa lógica de que não havendo carência ou necessidade processual de informação, quer para efeitos de decisão quer de acordo judicial, não fazer sentido pensar-se na realização de audições. Esta posição mostra-se contrária ao preconizado por Melo e colaboradores (2009) quando afirmam que a regra processual deve ser a “audição dos menores”. Além do mais, fazer com que sejam os adultos a decidir se a Criança ou Jovem devem ser ouvidos é estar, certamente, a colocá-los numa posição de subalternidade, passividade e de negação dos seus direitos como os do direito à opinião e liberdade de expressão sobre matérias e assuntos que lhes digam respeito. Assenta na circunstância de ao não existir falta de informação relevante para o processo – mais concretamente para a tomada de decisão ou definição do acordo judicial defensores do real interesse da Criança ou do Jovem – não fará sentido a realização da Audição. Sobre este fundamento, olhemos o que nos foi referido por **LP**:

*“...sempre que o tribunal tenha mecanismos para decidir com base em peças processuais a que tenha acesso que à partida são tidas como credíveis e que permitam fundamentar e sustentar uma decisão no “Interesse do Menor”... neste caso, eu julgo que não há necessidade de o mesmo ser ouvido.” LP*

Acerca dos **“Temas objeto de audição judicial”** os discursos dos profissionais pareceram-nos ir no sentido da não restrição dos assuntos passíveis de opinião por parte dos menores.

*“As três questões deste tipo de acção, nomeadamente: guarda, regime de visitas e pensão de alimentos. As três questões fundamentais deste tipo de acções. Qualquer uma dessas questões pode ser objeto de uma análise directa, em contexto de interacção tribunal - criança para a obtenção de uma resposta que reflecta a opinião da criança.” LP*

*“Eu acho que as crianças podem ser ouvidas sobre todos os temas.” MRS*

Considerando que em contexto de regulação das responsabilidades parentais e para haver homologação do acordo pelo tribunal têm que ficar salvaguardados todos os interesses dos “menores” (Gomes, 2009), as palavras de **MRS** foram, sobretudo, aquelas que previram a possibilidade de os mesmos serem ouvidos sobre questões tão importantes como a pensão de alimentos, a guarda, regime de visitas e o exercício das responsabilidades parentais. Para Gomes (2009) difícil será quando os filhos forem confrontados com situações decorrentes de desentendimentos entre os progenitores, mesmo que estes sejam despoletados por circunstâncias que lhes digam respeito. Neste caso, refere a mesma autora, a situação é psicologicamente violenta para as Crianças e as suas consequências tanto maiores quanto mais pequenas forem.

Sobre a **“Natureza do espaço físico destinado à audição dos menores em tribunal”** encontrámos nos inquiridos duas orientações antagónicas, facto que não deixa de ser relevante já que ambos os profissionais trabalhavam e conheciam bem o contexto judicial em que as audições se realizam num registo de sistemática articulação e interdisciplinaridade. De facto, se é verdade que um dos entrevistados considerou ser indispensável adaptar e aperfeiçoar o espaço forense com vista à realização das audições, apetrechando-o, específica e convenientemente, em termos infra-estruturais, como aliás sucede noutros países que não Portugal, o outro técnico desvalorizou integralmente esta questão, defendendo, inclusivamente, que tal acção poderá ser levada a efeito num lugar sem características especiais. No caso deste último profissional, foi manifesta a importância atribuída às questões relacionais em detrimento dos aspetos como os de carácter logístico.

Assim, defendendo e enfatizando a necessidade de um espaço **“Com características físicas especiais adaptado à realidade dos menores de idade”**, conforme preconiza Gomes (2009) e Ribeiro (2009), por exemplo, **MRS** referiu:

*“É evidente que o espaço aqui não é o ideal. É um espaço exíguo, não temos propriamente uma sala preparada para a audição das crianças, sobretudo das crianças mais novinhas, com brinquedos, por exemplo. Nós não temos propriamente, como nalguns países, uns espaços quase miniatura de jardins-de-infância para, nomeadamente, os miúdos mais pequenos, no meio da brincadeira, serem ouvidos. Senta-se um Técnico a conversar durante horas, de forma a ganhar a confiança da criança para que ela relate determinadas situações que se pretende saber.”* **MRS**

Quanto à apologia de um local destinado à Audição **“Sem diferenças ou características físicas específicas”**, **LP** sublinhou:

*“Esta ideia que muitas vezes se cria, quase como um mito, de que uma criança tem que ser ouvida num espaço especial, em que se sinta como no seu quarto, enfim... (...) Estando, na realidade, os Magistrados preparados para ouvir as crianças, se essa audição for feita num gabinete de um juiz, ou numa sala comum, sem grandes apetrechos para aproximar a criança do ambiente que possivelmente tem, umas sim outras não, em casa, não haverá problema algum. A questão pessoal, essa sim, é importante. A empatia é de facto uma questão importante. Complicarmos aquilo que é simples, é, perdoe-me a expressão, “um disparate”!”* **LP**

As palavras de **LP** não coincidem com o recomendado pelo Comité dos Direitos da Criança, Comentário Geral 12 (2009) sobre o assunto. Para este organismo, nos processos judiciais importa criar condições compatíveis com a idade das crianças a auscultar, que podem ter a ver com as salas dos tribunais, vestuário dos juízes e advogados, salas de espera entre outros aspectos ou recursos (parágrafo 34).

Já no plano das **“Competências profissionais necessárias à realização da audição em tribunal”** foi possível identificarmos duas grandes áreas de aptidões necessárias ao desempenho desta actividade profissional: **“Saber”** e **“Saber estar”**.

No campo do **“Saber”**, ou seja, do conhecimento académico, foi feita alusão às áreas científicas de Serviço Social e Psicologia, especialmente a esta última, como domínios do “Saber Universitário” habilitadores e conducentes a uma preparação ajustada à realização das audições judiciais das Crianças e dos Jovens.

Foi, todavia, referido a este nível que os Juízes dos Tribunais de Família deveriam encontrar-se igualmente aptos para abordar qualquer menor de idade em contexto judicial perspectivando-se as formações promovidas e ministradas pelo Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça como factor determinante para o efeito. A necessidade de formação adequada neste âmbito, quer para juízes quer para outros técnicos intervenientes e/ou ligados ao Sistema Judicial constitui, aliás, uma das

principais orientações do Guia Prático para aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho Europeu de 27 de Novembro de 2003 no que à “Audição dos Menores” diz respeito (cf.p.53).

Ainda no campo do **“Saber”** foi relevada a experiência que os profissionais vão adquirindo ao longo do seu percurso profissional como factor decisivo para a sua conveniente e adequada especialização e capacitação técnica para intervir junto dos menores de idade.

*“Por parte dos técnicos, sendo licenciados em Serviço Social ou Psicologia, presume-se que tenham essas competências, não só pela licenciatura, mas também pelo exercício das suas profissões. (...) Em relação aos juízes, qualquer juiz num Tribunal de Família deve estar habilitado para exercer essa audição ou conversa.” MRS*

*“Julgo que o conhecimento ou conhecimentos na área da intervenção com crianças e jovens, do ponto de vista humano, é extremamente importante. (...) ...o próprio CEJ tem desenvolvido um conjunto de acções, umas destinadas exclusivamente a Magistrados, outras abertas aos diversos actores sociais que intervêm neste tipo de situações, formação específica que permite ter um conhecimento e competências técnicas e, sobretudo, que permite desenvolver competências para actuar neste tipo de situações. Portanto, essa formação existe, essa formação tem tido receptividade não só por parte dos Magistrados como dos restantes interventores.” LP*

*“Obviamente que quando falamos no domínio dos técnicos, se estivermos a falar de um psicólogo, de um assistente social, enfim, grosso modo, poderíamos dizer que essa formação de base, sobretudo na área da psicologia, permite ou traduz-se num “background” sustentado, que permite estar preparado para esse tipo de situações.” LP*

*“Obviamente que se for uma pessoa mais dotada de bom-senso, se já tiver experiência de pai, à partida estará mais sensível e mais capaz, ...”. MRS*

*“Competências pessoais: a sensibilidade que o entrevistador seja ele quem for, ou o técnico ou o Magistrado do Ministério Público ou o Juiz, seja qual for o actor no âmbito desta acção deve ter. No domínio das competências pessoais, é necessária a sensibilidade suficiente para estar na presença de uma criança e não de um adulto. Portanto, a sua postura, a sua sensibilidade aos mais ínfimos pormenores, desde a forma como se aborda a criança, o tom de voz, a forma como interage ou se posiciona fisicamente em relação à criança... Tudo é importante no sentido de, em circunstância alguma, intimidar a criança.” LP*

No domínio do **“Saber estar”** como outra dimensão das competências necessárias para comunicar com Crianças/Jovens nos casos de regulação das responsabilidades parentais em tribunal, foram valorizadas como condições imprescindíveis à construção ou manifestação de um perfil técnico adequado a maturidade (muitas vezes originária das experiências de vida de cada um), a sensatez, a sensibilidade, entendida aqui como capacidade de sentir e de perceber os sujeitos tal como eles são e de estabelecer relações positivas com os mesmos. Assim, e no campo desta dimensão, foram apontados como **“procedimentos indicados e adoptados na audição judicial às**



*crianças ou jovens”*: a *“postura informal e o discurso adequado aos sujeitos objeto da audição”*; a *“postura empática face à situação vivenciada pelos menores”*; a *“não directividade na abordagem”*.

Na primeira situação, tão valorizada por Gomes (2009), foi colocado o enfoque na informalidade na interação e a necessidade do recurso ao uso de uma linguagem adequada à idade dos sujeitos de modo a facilitar a conversação e o melhor entendimento do discurso por eles proferido.

*“É sobretudo tentar ser o mais informal possível e ter uma conversa simples.” MRS*

Relativamente ao segundo aspeto, ou seja, à *“Postura empática face à situação vivenciada pelos menores”*, foi-nos evidenciada a importância da adopção, por parte dos profissionais/técnicos, de uma atitude de compreensão e de respeito pela situação individual e familiar do “menor” (Criança ou Adolescente) de modo a criar uma ambiência positiva e securizante.

*“Em todo o caso, aquilo que eu tenho feito é, e será sempre em primeiro lugar, colocar-me ou tentar-me colocar, porque nem sempre é fácil, no papel da criança e perceber que, muitas vezes, a confusão que aquela criança vive naquele momento exige não só um respeito acrescido, como uma percepção sensibilizada da forma como a abordar. Isto é, primeiro devo colocá-la à vontade, devo criar condições para que a criança sinta alguma empatia com quem está a conversar com ela, ...” LP*

Por fim, no que respeita à *“Não directividade na abordagem”* foi vincado como procedimento técnico utilizado e ajustado à audição das Crianças em Tribunal a criação de um espaço relacional que permita uma desejável liberdade de discurso por parte das mesmas, não deixando de este de se encontrar sujeito a uma orientação técnica criteriosa, objetiva. Faz-se, assim, a apologia de uma participação “não cronometrada” (assente num registo de pergunta-resposta, próprio dos interrogatórios judiciais habituais) procurando-se, deste modo, evitar contextos e mal-estares nos sujeitos, naturalmente contraproducentes à iniciativa técnica levada a cabo.

*“Normalmente opto por deixar as crianças falarem.” MRS*

*“.... aquela que eu considero a técnica fundamental, não será propriamente a de pergunta - resposta, mas apenas de contextualizar o assunto e criar condições para que a criança, de forma livre, o aborde, conforme quiser.” LP*

Além das competências referidas, e da categorização apresentada sobre as mesmas, MRS reportou-se à necessidade de *“Saber Inovar”* como aptidão técnica

imprescindível à execução e desenvolvimento da auscultação aos menores, consubstanciada na versatilidade e criatividade profissionais.

*“Uma realidade sempre muito curta no tempo, em que está toda a gente sempre muito ansiosa e em que o tempo aqui é pouco com a criança, mas que depois parece muito e, portanto, no fundo, nos leva a improvisar umas técnicas, ...” MRS*

É neste âmbito do **“Saber Inovar”** que podemos introduzir aqui o assunto relacionado com as **“Fontes de capacitação e de preparo profissional para a realização da audição”** que emergiram do testemunho proferido por **MRS**. Este profissional, sem ter feito referência à frequência de Cursos de Especialização que lhe tenham proporcionado uma preparação específica neste domínio de intervenção, aludiu como condições ou fontes capacitadoras relevantes para a efectivação de tal acto ou função: os **“Livros”**; as **“Conferências”**; os **“Programas televisivos”**; as **“Experiência de vida e de convivência com crianças/jovens”**.

*“Portanto, temos que actuar de acordo com o que vamos lendo nos livros...”*

*“...sem aquele carácter científico, sem utilizar aqueles métodos todos que vêm nos livros, ...(...) ...vamos improvisando através daquilo que se vai ouvindo em formações e conferências...”*

*“ [Considerar o]...que vamos vendo na televisão...”*

*“Também como tenho a experiência de ser pai, tenho sabido dialogar com as crianças. (...) Todas as experiências da nossa vida... Não digo que seja só o facto de ser pai porque também há que ser justo para com os Juízes do Tribunal de Família que não são pais. Mas, pelo menos, todos nós na nossa família ou na nossa vizinhança temos convívios com crianças, sobrinhos, primos, crianças que vamos conhecendo.” MRS*

Defendendo que a Audição Judicial às Crianças ou Jovens nos casos de divórcio deve ser norteadada e/ou satisfizer um conjunto de condições necessariamente úteis à sua concretização – de natureza individual, familiar e processual – os discursos produzidos neste âmbito, muitos deles com remissão para prática profissional diária dos dois profissionais (**LP e MRS**), levaram-nos à identificação e definição de um conjunto de **“Requisitos a ponderar e a observar para e na realização da audição em tribunal”**, que podemos subdividir em três grandes grupos: os **“requisitos relativos à criança/jovem”**; os **“requisitos relativos aos pais”**; **“requisitos relativos ao processo judicial e à audição enquanto acção técnica necessária ao mesmo”**.

No caso concreto dos **“requisitos relativos à criança/jovem”** foram salientadas como questões importantes a ter em consideração na Audição as suas **“características**

*individuais” e a sua “vontade em participar”.* A primeira destas situações enfatiza aspectos como a idade, o nível de desenvolvimento e a personalidade da criança ou do jovem, sendo estas duas últimas profundamente influenciadas pelo meio ou ambiente donde os mesmos são originários/provêm. Não é por acaso que Tomás (2011), citando Winter (1997), afirma que “o que as crianças podem fazer num determinado momento do seu desenvolvimento não é um factor constante, mas é parcialmente o resultado dos espaços de aprendizagem e experiência que lhes são dados. Alargando o campo de desenvolvimento, por exemplo, envolvendo as crianças desde muito cedo na organização do mundo em que vivem, as suas capacidades aumentarão” (Winter, 1997:163, citado por Tomás, 2011:2002).

*“A opinião de uma criança de 3 anos será extremamente difícil de ser percebida.” LP*

*“Depois as crianças são todas muito diferentes e, às vezes, também depende de todo o contexto familiar em que a criança vive. Há crianças que têm medo de exprimir a sua opinião.” MRS*

*“Há casos em que os miúdos mais pequenos explicam muito bem o que é que se passa entre um irmão mais velho e os pais.” MRS*

*“...é evidente que quanto mais a criança puder participar na sociedade, na escola, mais à vontade terá para vir para os Tribunais. (...) ... as crianças da cidade, as crianças integradas numa família alargada, com o suporte dos avós, dos tios, exprimem-se muito mais facilmente.”MRS*

*“As crianças com mais dificuldades, são as dos meios rurais, que são muito tímidas, muito receosas e de facto não conseguem exprimir muito bem o que sentem.” MRS*

A segunda circunstância, *“Vontade em participar”*, assenta no reconhecimento do “Direito da Criança” a decidir se deseja ou não participar na audição, conforme se encontra determinado no Comentário Geral 12 do Comité dos Direitos da Criança de 2009, no seu parágrafo 16.

*“Isso depende (...) da vontade da criança, de ela querer ou não falar. Eu também tenho que respeitar isso.” MRS*

No que toca aos *“Requisitos relativos aos pais”* foi feita referência à necessária *“Concordância de ambos os progenitores com a audição ou sugestão conjunta para a sua realização”*.

*“Normalmente, na larga maioria dos casos, eles concordam. Eu ainda não tive nenhum caso de um progenitor que se tenha recusado.” MRS*

*“...ao longo dos últimos sete anos da minha vida, em assessoria aos tribunais, até hoje ainda não encontrei nenhum casal que se opusesse à interlocução, digamos assim, ou realmente algum receio de que as crianças fossem ouvidas, em sede de audiência judicial.” LP*

Quanto aos **“Requisitos relativos ao processo judicial e à audição enquanto acção técnica necessária ao mesmo”** foram identificadas como circunstâncias ou condições a ponderar ou observar neste contexto: o **“recurso a assessoria técnica”**; a **“natureza do assunto”**; a **“audição reservada”**; a **“audição como contributo para a tomada de decisão ou acordo judicial”**; a **“confidencialidade e divulgação selectiva da informação recolhida”**; o **“afastamento da criança ou do jovem de qualquer responsabilidade relativa à decisão ou acordo judicial”**; a **“avaliação prévia do caso”**; a **“existência de dúvidas processuais”**; a **“criação de ambiência e relação adequadas”**

Relativamente ao **“Recurso a assessoria técnica”** foi observado e evidenciado como condição essencial a ajuda técnica especializada disponibilizada neste âmbito aos magistrados. Sobre esta questão o discurso de **MRS**, enquanto juiz, foi particularmente elucidativo por força do reconhecimento da complexidade inerente à realização da tarefa.

*“Eu, normalmente, recorro, como lhe disse, a uma psicóloga, que ouve a criança...” MRS*

No que respeita ao requisito **“Natureza do assunto”** foi observado que o tema sobre o qual recairá a Audição é algo a valorizar já que em função da sua essência poderá também depender a sua realização ou não, quando os temas extravasam a esfera dos temas relacionados com a regulação das responsabilidades parentais.

*“...e depois também depende do que se vai falar com a criança. É diferente, os abusos sexuais, de uma disputa familiar apenas quanto à guarda.” MRS*

Já a **“Audição reservada”** foi narrada como circunstância aconselhável/desejável na medida em que respeita em absoluto a intimidade da pessoa objeto de tal procedimento técnico, permitindo evitar situações confrangedoras para a família. Foi pois na defesa e sustentação desta condição que **MRS** e **LP** nos transmitiram que:

*“Normalmente a audição é feita pela Técnica, separadamente, sem a presença dos pais, sem a presença dos advogados.” MRS*

*“...à luz daquilo que é do conhecimento de um tribunal, se se prevê que a audição em simultâneo de um progenitor ou de uma progenitora, na presença de um menor, pode, de alguma forma, criar um ambiente conturbado de agressividade verbal, de disputa verbal, em nada defensor daquilo que é o interesse do menor, muitas vezes confundido, em que prevalece o interesse dos pais em detrimento do dos filhos, deve haver sensibilidade para evitar uma situação dessas.” LP*

As palavras de **MRS** e de **LP** vão assim de encontro ao pensamento de Gomes (2009:23) que acerca da audição dos menores em tribunal refere que tal acto é geralmente presenciado pelo magistrado judicial e pelo ministério público de modo a que não se torne demasiado perturbador para os mesmos.

O caso da “*Audição como contributo para tomada de decisão ou acordo judicial*” estabelece a mesma como mais uma forma ou possibilidade de proporcionar um conjunto de dados úteis ao processo propiciadora assim de outros complementares aos já recolhidos e existentes no mesmo. Esta asserção parece-nos estar bem patente no discurso de **LP** quando afirmou:

*“O relato puro, simples e textual daquilo que a criança diz poderá, quanto muito, ser interpretado numa conjuntura de informação a que o decisor tenha acesso. Deve, portanto, ser contextualizada e ser vista como mais um contributo com recurso à verbalização da criança.”*  
**LP**

Parece ser assim neste sentido que Possuin e Martin-Lebrun (1999) afirmam que neste tipo de circunstâncias os filhos não devem optar por um dos progenitores. Poderão e deverão, isso sim, expressar os seus desejos e interesses relativamente ao domicílio ou ao seu modo de vida, por exemplo.

Considerada igualmente como situação a acatar escrupulosamente para e na audição, a “*Confidencialidade e divulgação selectiva da informação recolhida*” estabelece como condição essencial o respeito pelo “princípio do dever de sigilo”. Na perspectiva de **MRS** só assim será possível o estabelecimento de uma relação de confiança entre “quem ouve e é ouvido” e alcançada a defesa da integridade física e mental de quem se pronuncia.

*“...às vezes está cá o Ministério Público, às vezes não está, e depois eu, perante o que ela me diz é que faço, digamos, um juízo do que é que eu vou dizer aos pais, mesmo conversando com ela, porque, no fundo, também na audição da criança é importante saber o que é que ela quer que se diga aos pais ou que se pode dizer aos pais. Depois faço um sumário, por escrito, quando acho que é matéria que possa ser consultada livremente.”* **MRS**

Outro dos requisitos aventados foi o “*Afastamento da criança ou do jovem de qualquer responsabilidade relativa à decisão ou acordo judicial*”. Da análise realizada às entrevistas parece não suscitar dúvidas que esta condição se encontra associada à preocupação e necessidade de isentar a Criança ou Jovem de qualquer responsabilidade intrínseca à decisão judicial ou acordo parental celebrado em tribunal, salvaguardando

assim a sua estabilidade emocional como tão bem acentuam Possuin e Martin-Lebrun (1999).

*“ [É importante ter cuidado na abordagem] ...para não dar a ideia de que ela é que vai decidir, que o que ela disse é que no fundo vai ser determinante... no fundo, para não cair a responsabilidade de decisão sobre a criança.” MRS*

Já a **“Avaliação prévia do caso”** estabelece como condição necessária à realização da audição a avaliação de cada situação concreta. Obedece à célebre e antiga máxima de que *“cada caso é um caso”*, assente no respeito técnico pela sua singularidade, tanto em termos individuais como familiares e sociais.

*“Torna-se impossível, diria mesmo, dar uma resposta de sim ou não, ou em que circunstâncias isso deve acontecer, sem conhecer o caso concreto.” MRS*

Parece-nos ter sido por esta razão que **MRS** referiu ser crucial ao “melhor resultado” do processo judicial o conhecimento prévio da criança e da sua realidade familiar global. Caso contrário poderão ser inúmeras e flagrantes as dificuldades com que o tribunal e o juiz se poderão deparar na gestão e conclusão do processo em si que melhor defenda os interesses dos filhos dos casais em situação de separação/divórcio. Além dos mais, como advoga Monteiro, “O interesse da criança pode não ser do interesse da criança” (2010:97) sendo assim fundamental o diagnóstico e o conhecimento profundo de cada situação particular a analisar/tratar em contexto judicial.

*“Por isso é que eu defendo que se devia ouvir as crianças previamente, porque elas chegam aqui e nós não as conhecemos, não conhecemos os pais, não conhecemos nada, nós não temos informação absolutamente nenhuma dos pais. (...) Não há informação nenhuma por parte da Segurança Social... e ouvimos só a eles, não ouvimos outros filhos. Às vezes os casais têm três, quatro filhos.” MRS*

O caso da **“Existência de dúvidas processuais”** como condição determinante para a realização da audição estabelece uma relação clara e inequívoca entre a presença de incertezas e de interrogações internas ao processo (por conseguinte a necessidade de mais e melhor informação) e a pertinência e indispensabilidade da realização da audição judicial aos “menores” aquando da separação/divórcio dos pais.

*“...sempre que subsistam dúvidas... (...) ... consideram pertinente em todas essas situações que o decisor ouça a criança. (...) Portanto, concretizando, sempre que há uma situação de dúvida, por exemplo, sobre como sucedem as visitas da criança ao elemento A ou ao elemento B, em caso de disparidade de informação ao nível das peças processuais, o decisor terá de esclarecer essa dúvida e aí ter que recorrer a mais uma perceção, digamos, das circunstâncias reais.” LP*

Por último, a **“Criação de ambiência e de relação adequadas”** como requisito a ter em conta, salienta a importância e a necessidade de haver na Audição Judicial um ambiente securizante, de serenidade e de confiança que leve a Criança ou o Jovem a participar positivamente na acção, ou seja, expressar livremente a sua opinião. É nesta linha de pensamento que Gomes (2009) refere que a decidir-se pela audição do menor em prol do seu “Superior Interesse”, o acto deve ser o menos impessoal possível e ocorrer no gabinete do magistrado judicial ou espaço que o tribunal possa destinar para esse fim, sendo absolutamente desaconselhável que a auscultação se realize na sala de audiências. No que toca à importância desta condição e às dificuldades sentidas no terreno neste domínio, vejamos o que nos foi transmitido por **MRS** encaminhando-nos para alguns exemplos da sua rotina e práticas profissionais.

*“Quando tenho a audição de crianças, procuro marcar para a tarde para que as crianças estejam aqui o menos tempo possível. Pois, às vezes, há aqui uma confusão, não só nos casos delas mas também de outros processos. É tentar diminuir, pelo menos aqui dentro, toda uma pressão que pode haver de um pai ou de uma mãe em relação ao filho. (...) Acredito que também tenha que haver uma certa confiança no juiz que está aqui, porque para mim é, realmente, mais importante que a criança tenha confiança em mim e possa exprimir voluntária e livremente e fique protegida na saída do tribunal, na sua vida familiar, do que se estar aqui a relatar tudo, por uma questão jurídica. (...) Eu tenho que fazer aqui um pacto, um acordo com a criança. A criança tem que se sentir à vontade.” **MRS***

Sobre o **“Timing da audição”** a opinião dos entrevistados foi a de que a mesma pode ou deve ser realizada em dois momentos ou contextos: **“após a recolha/existência de informação escrita necessária ao processo”**; **“após constatação de divergências/falta de acordo entre os pais”**. Em relação ao primeiro caso salienta-se a conveniência da presença no processo de informação antes da realização da audição de modo a que o mesmo decorra com outra solidez, estabilidade e que resulte como verdadeira mais-valia para o processo judicial. Esta circunstância revela a utilidade de um trabalho prévio à Audição, concretizado, aliás, com recurso à articulação entre serviços (trabalho interinstitucional), e a importância da assessoria técnica a que os Magistrados frequentemente recorrem no âmbito dos processos tutelares cíveis. Sobre esta circunstância **MRS** e **LP** afirmaram:

*“No fundo, não tentar logo no início, mas tentar, quando já há elementos no processo que me permitam apontar num determinado sentido.” **MRS***

*“Aquilo que ocorre normalmente são, digamos que, pedidos de relatórios, de pareceres escritos às diversas entidades que têm conhecimento. Posteriormente a essa recolha de informação escrita, se o tribunal entende que é pertinente ouvir a criança, será esse o momento oportuno para o fazer.” LP*

No que concerne ao **“Timing”**, **“após constatação de divergências/falta de acordo entre os pais”**, como condição inequívoca para a verificação do acto, já que “pode apenas questionar-se a necessidade de audição em situação de desacordo entre os progenitores” (Melo et al., 2009:36), vejamos o que nos foi relatado por **MRS** que, na qualidade de Juiz do Tribunal de Família e Menores do Funchal, nos remete uma vez mais para a sua experiência profissional diária.

*“...e depois se eu visse que, de facto, dali não resultava nada que me permitisse decidir, em consciência, chamava a criança numa diligência à parte, dizendo que os pais podiam estar presentes e ouvia a criança. Isto até aos 18 anos. E, muitas vezes, depois conseguia chamar os pais e chegar a um acordo.” MRS*

A propósito do **“Comportamento e sentimentos manifestados pelas crianças/jovens na audição em tribunal”**, as narrativas destes dois profissionais determinaram uma panóplia de situações que pensamos traduzir experiências positivas e negativas relativamente ao contacto dos menores de idade com o Sistema Judicial ou contextos técnicos que lhe dão directamente apoio: **“vontade/necessidade em participar”**; **“discurso que extravasa o pessoal”**; **“desejo de decidir”**, **“atitude/postura variável em função do desenvolvimento e personalidade”**; **“desconhecimento em relação ao motivo da audição”**; **“insegurança/desconfiança”**.

Relativamente à **“Vontade/necessidade em participar”** um dos entrevistados fez referência ao desejo cada vez maior de as crianças se pronunciarem sobre a sua própria vida, o seu futuro familiar, o que nos leva entender por que motivo Melo e colaboradores defendem a necessidade de “...uma drástica mudança de mentalidade na aplicação deste princípios da audição para se conformar com os princípios internacionais e legais” (2009:35)

*“Cada vez mais as crianças têm o gosto... há aquela necessidade de participar, sobretudo em coisas que têm a ver com a sua própria vida, com o seu projecto de vida...coisas importantes, não só com que progenitor fica, em que casa é que fica, se fica com os irmãos.” MRS*

O **“Discurso que extravasa o pessoal”** remete-nos para a circunstância de que o pronunciado pelas crianças ou jovens não se resume a questões que tenham somente a ver com a sua vida, com os seus interesses e experiências individuais. De acordo com esta perspectiva a audição assume-se também como oportunidade para os “menores”



dissertarem sobre os outros elementos da família, designadamente irmãos, e tipo de relacionamentos existentes entre eles.

*“Muitas vezes falam em nome de irmãos, quando são irmãos mais pequenos, o que é muito útil. Porque quando falamos em audição estamos só normalmente a pensar em situações que têm a ver com elas próprias e, muitas vezes, os irmãos transmitem-nos determinados sentimentos, relacionamentos dos pais com os irmãos mais novos ou com os irmãos mais velhos.” MRS*

Já o **“Desejo de decidir”** expressa o recorrente sentimento, sobretudo dos jovens, de serem eles a decidir, a organizar e planear as “coisas” à sua maneira, podendo ocorrer consequências imprevisíveis quando as decisões judiciais não correspondem aos seus reais anseios.

*“...sobretudo na adolescência, eles gostam muito de decidir. (...) Já não é possível estar a decidir contra a vontade deles porque não resulta. Já tive uma situação em que, as decisões até nem tinham sido minhas, em que de facto eles foram confiados à mãe e as crianças queriam estar com o pai e encetaram, eles próprios, uma guerra à mãe, com fugas sistemáticas de casa, com determinadas situações que criaram para fugir para a casa do pai, em que se teve de facto de alterar a decisão porque eles não aceitavam a decisão anterior. Eram eles próprios que incumpriam a decisão judicial.” MRS*

O exemplo desta situação reforça assim a ideia de que a opinião dos “menores” deve ser valorizada, tendo-se, para o efeito, em conta a sua idade e maturidade (cf. Comité dos Direitos da Criança, Comentário 12, 2009, parágrafos 28-30) e o facto, como refere Monteiro, de o interesse pela criança poder não ser efetivamente o da criança (2010).

Por seu lado a **“Atitude/postura variável em função do desenvolvimento e personalidade”** consubstancia a ideia expressa por LP de que o comportamento e os sentimentos expressos pelas crianças e jovens em sede de audição são díspares, dependendo assim da sua personalidade e nível desenvolvimento. Sustenta-se, por conseguinte, uma certa singularidade reactiva e comportamental dos “menores” diante da audição e das perguntas que lhes são colocadas durante a realização da mesma.

*“Repare, naturalmente que há crianças mais fechadas, um pouco mais introvertidas e que têm maior dificuldade, ou pelo menos, um maior constrangimento em se expressar num contexto de entrevista, o que é perfeitamente compreensível! Outras terão uma postura de maior abertura.” LP*

O **“Desconhecimento em relação ao motivo da audição”** refere-se ao estado de ignorância, desconhecimento com que muitas crianças e jovens se apresentam na fase inicial da Audição Judicial, diminuindo paulatinamente com o decorrer do tempo. Traduz, portanto, o total desconhecimento inicial dos sujeitos relativamente ao objectivo da audição dependendo, a perceção e a progressiva compreensão em relação à

mesma e do trabalho que possa vir a ser realizado pelo técnico responsável por tal procedimento.

*“Repare, muitas vezes as crianças quando vão para uma situação ou para uma entrevista, no âmbito de um processo com estas características vão, naturalmente, sem a percepção real daquilo que se está ali a passar. (...) Agora, gradualmente, vão percebendo o que é que se está a fazer.”LP*

Esta circunstância faz-nos relevar a importância de os processos de participação deverem ser, entre outros aspectos, transparentes, respeitadores, inclusivos, amigos das crianças, seguros e sensíveis ao risco (Comité dos Direitos da Criança, Comentário 12, 2009, parágrafo 134).

Finalmente, a **“Insegurança/desconfiança”** alude aos sentimentos de inquietação, intranquilidade, incerteza e desconfiança vivenciados pelas crianças e jovens na audição, especialmente numa fase inaugural, o que nos leva a relevar a utilidade e necessidade de uma intervenção prévia junto dos “menores” a fim de evitar que tais experiências pessoais possam constituir-se como especialmente traumáticas (Comité dos Direitos da Criança, Comentário 12, 2009, parágrafo 24).

*“As dúvidas que têm passam precisamente, numa fase inicial, por encarar essa própria entrevista com um pouco de desconfiança... (...) Essa será, no fundo, a principal preocupação ou motivo de alguma instabilidade da criança. Admito que se gere alguma instabilidade.” LP*

Esta situação explica e fundamenta, de sobremaneira, a indispensabilidade de formação adequada por parte de quem realiza a Audição, seja juiz ou outro técnico (Guia Prático para aplicação do novo Regulamento n.º 2201/2003 do Conselho Europeu de 27 de Novembro de 2003, p. 53), e o facto de ser imprescindível prestar especial atenção às crianças com particulares dificuldades de expressão (Comité dos Direitos da Criança, Comentário 12, 2009, parágrafo 21).

A respeito do **“Entendimento sobre a informação recolhida na audição judicial”** os entrevistados consideraram a mesma como: **“peça processual de auxílio à decisão/acordo judicial”**; **“sujeita a ponderação/avaliação especializada”**; **“fundamental à tomada de decisão/acordo no interesse da criança/jovem”**; **“sujeita a sigilo e a revelação selectiva”**. No que concerne à primeira situação notemos, à luz das perspetivas apresentadas, o reconhecimento da informação recolhida em sede de audição como algo altamente valioso para o processo judicial, designadamente na ajuda à tomada de decisão ou definição de acordo judicial entre os progenitores que respeite verdadeiramente a opinião e a vontade dos filhos.

*“Esta informação serve para decidir, mas depende do que a criança vai dizer.”* **MRS**

*“Eu perspectivou-o apenas como um relato e jamais como uma possibilidade de tirar conclusões...”* **LP**

Esta visão enquadra-se na lógica de raciocínio de Melo e colaboradores quando estes mesmos autores sobre a prática judiciária da audição de menores referem que “... é muito difícil poder fundamentar-se que é possível apreciar o interesse de uma criança ou jovem sem saber aquilo que este pretende e sem apreciar a coerência do regime do acordo com a sua vontade e os seus anseios” (2009:36).

Já o facto de a informação estar ***“Sujeita a ponderação/avaliação especializada”*** indica, de acordo com o pensamento expresso por **MRS**, que é submetida a uma triagem e avaliação criteriosa, prudente, reflectida. Significa, deste modo, a circunstância de a informação proveniente do discurso dos menores de idade só poder ser apreciada como processualmente válida depois de submetida ao “crivo técnico” levado a cabo por pessoas devidamente competentes e especializadas.

*“Também temos que ter noção de que nem tudo o que a criança diz nós temos que seguir a 100%. Temos que analisar o ambiente, ouvir outras pessoas e depois chegar a uma conclusão.”* **MRS**

A circunstância de a informação ser encarada como ***“Fundamental à tomada de decisão/acordo no interesse da criança/jovem”*** significa atribuir à mesma o estatuto de matéria de capital importância no campo da defesa dos seus direitos no âmbito dos processos judiciais de separação ou divórcio dos pais. A informação recolhida representa, neste caso, a “voz dos filhos” no processo, depois de sujeita à avaliação técnica antes referida. Sobre este aspeto **MRS** transmitiu o seguinte:

*“... às vezes, se tivéssemos essa informação prévia, já podíamos, na conversa que temos com os pais, influenciá-los ou arranjar uma solução, digamos, mais próxima daquilo que a criança quer. (...) Às vezes, o que eu faço é pôr determinados factos que digo que presenciei ou que tenho a sensação...como sendo resultado da minha observação, mas obviamente influenciado por aquilo que a criança me diz, como forma de chamar a mim a responsabilidade de determinadas coisas e de comprovar outras, que é também uma forma de proteger a criança.”* **MRS**

É por esta razão que Epifânio e Farinha (1997) consideram preferível e essencial a realização de exames médico psicológicos e de inquéritos pela Segurança Social para que assim seja possível percepcionar com maior exactidão as verdadeiras aspirações e necessidades do menor.

Já a ideia de que a informação deve estar *“Sujeita a sigilo e a revelação selectiva”* encontra-se alicerçada no pensamento de **MRS** segundo o qual o discurso da criança deve ser submetido a uma aturada avaliação e ponderação sobre o que deve ser ou não divulgado, isto é, tornado público. Remete, deste modo, para o “dever de sigilo” e para a “discrição e sentido de reserva” que deve sempre existir em sede judicial ao nível da publicação e divulgação da informação trazida ao mesmo pelo “menor”. A postura inversa pode colocar os menores de idade em risco, transformando a sua participação no processo judicial numa prática eticamente reprovável e desconforme com os modos adequados de aplicação do artigo 12.º da CDC (Comité dos Direitos da Criança, Comentário 12, 2009, parágrafo 132).

*“Agora, há determinadas matérias sobre as quais opto por fazer um depoimento gravado ou obtenho a informação da criança e depois tenho que fazer uma seleção do que é que posso pôr no processo e o que não ponho.” MRS*

Olhando para os testemunhos atrás expostos, sobretudo na voz de **MRS**, é de crer que a prática da auscultação judicial às crianças no Tribunal de Família e Menores do Funchal, embora seja uma efetiva realidade, aparece acontece com “intermitências”. A corroborar esta circunstância **MRS**, quanto à sua *“Expectativa acerca da prática habitual da audição em tribunal”*, exprimiu duas convicções distintas: uma *“negativa”*, relativa a Portugal; uma *“positiva”*, a respeito da realidade estrangeira. Sobre a realidade nacional **MRS** sustentou que embora o ordenamento jurídico português preveja, defenda e reconheça pública e institucionalmente a importância da audição das crianças nos processos judiciais (dentro do qual podemos apreciar o Novo Regime de Divórcio Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro) a sua efetivação e uso regular ficam muito aquém do desejado. Sobre as razões subjacentes a esta situação **MRS** imputou algumas responsabilidades à forma os como os Serviços de Assessoria aos Tribunais de Família têm funcionado, declarando que se têm apresentado manifestamente incapazes de responder às solicitações judiciais no que concerne especialmente à realização das pré-audições, antes das conferências de pais, por exemplo. Na sua opinião, tal circunstância tem contribuído para que se assista em Portugal a uma nítida diferença entre aquilo que está legalmente estabelecido quanto à Audição e o que se faz verdadeiramente no terreno.

*“Em Portugal, o novo ordenamento jurídico diz que a criança deve ser ouvida nos casos de particular importância para a vida dela, excepto se houver circunstâncias que o desaconselhem. Mas, na prática, não se tem seguido, pois seria preciso que os Serviços de Segurança Social funcionassem com maior celeridade, para, antes das conferências de pais, e nas tentativas de conciliação dos divórcios, quando houvesse filhos, ser solicitado à Segurança Social a sua pré-audição (...) ...infelizmente, pelo que nós sabemos dos Serviços da Segurança Social que prestam apoio aos Tribunais de Família, nós não podemos seguir essa linha. Penso que a audição generalizada, de acordo com os textos legais, num futuro próximo, não vai ser regra.” MRS*

Esta mesma ideia entronca no discurso proferido por Melo e colaboradores (2009) quando estes afirmam que conhecendo a prática judiciária, diremos que será necessária uma drástica mudança de pensamento na aplicação deste princípio da audição para se conformar com os princípios internacionais e legais e, ainda, nas palavras de Casanova (2006) quando este mesmo autor considera que tanto no presente como num futuro próximo será difícil, no nosso País, a generalização da Audição, correndo-se assim o risco de a mesma se apresentar como um acontecimento raro e isolado.

Quanto à realidade externa, ou seja internacional, o discurso de **MRS** foi de incontestável optimismo e satisfação, embora tenha reconhecido a existência de alguns obstáculos, quer pelo facto de a Audição estar perfeitamente salvaguardada no panorama jurídico comunitário (cujo paradigma é o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho Europeu de 27 de Novembro de 2003) quer pela forma como a mesma está a ser escrupulosamente seguida e respeitada nalguns países europeus, designadamente da Europa do Norte, divergindo assim da realidade nacional.

*“Existe, nomeadamente, o Regulamento Comunitário n.º 2201/2203 que inclusive, uma das hipóteses, situações de não reconhecimento das decisões das responsabilidades parentais de um estado membro relativamente a uma decisão dada por outro estado membro, assenta precisamente no caso de a criança não ser ouvida. Isso já gerou inclusivamente um tumulto judiciário, nomeadamente, na área do direito das crianças que era a necessidade de os juízes, mesmo nas decisões em que haja acordo, ouvirem as crianças. (...) ...o que nos coloca alguns problemas daqui a uns tempos, pois há países, nomeadamente no norte da Europa, que fazem muita questão do cumprimento dessa norma.” MRS*

## **7.5 Audição extrajudicial das crianças e dos jovens nos casos de separação e divórcio: perspectivas, necessidades e desejos**

### **7.5.1 Características e condições determinantes da relação de casal nos processos de mediação familiar.**

Sobre este Tema os dados colectados fizeram emergir três categorias fundamentais, designadamente: *“Existência e graus de conflitualidade”*; *“Trajectória conflitual”*; *“Factores que influem na atmosfera relacional”*.

Quanto à *“Existência e graus de conflitualidade”* na Mediação Familiar, considerando desde já que os sujeitos conotaram neste âmbito o conflito como algo negativo, foram referenciadas quatro tipos de circunstâncias: *“De elevado conflito”*; *“De conflito”*; *“De conflito latente”*; *“De nenhum conflito”*. No primeiro caso a relação entre as partes foi vista como altamente conflituosa podendo mesmo levar à interrupção do processo. Na óptica de alguns dos profissionais entrevistados, estão associados a este nível de conflitualidade situações de grande mágoa, tensão, zanga, retaliação, ódio, difíceis de gerir, que, no limite, poderão levar as partes a recorrer, ou ter que recorrer, a outras instâncias para dirimir o seu litígio, nomeadamente a via judicial. Os extractos de texto abaixo apresentados, embora remetam, nalguns casos, para experiências profissionais de cariz terapêutico e clínico, são particularmente expressivos quanto a este nível de conflitualidade entre as partes, muito característico, aliás, do contexto judicial onde a litigância é a nota dominante (Parkinson, 2005).

*“É muito tensa, muito conflituosa com alguém...pela experiência que tenho com alguém, muito, muito zangado, muito reactivo, muito magoado.... (...) O que eu sinto é que o ambiente é muito de retaliação e usam as Crianças para isso. (...) O divórcio, juntamente com as mortes, o desemprego, está no topo.” SG*

*“A minha experiência profissional diz-me que nestes momentos de separação em que as pessoas são encaminhadas ou projectadas para o momento da mediação e da negociação, são dos momentos...que eu já presenciei... dos momentos mais difíceis, de maior conflito, de maior tensão, de maior zanga, de ódios difíceis de imaginar.” SCG*

*“Conflituoso, de ruptura, falta de entendimento, etc.” GM*

*“No geral, não tenho dúvidas que seja um ambiente de muita tensão e de muita pressão...” EG*

*“Podem, de facto, estar em conflito mas o que se pretende é que haja... pelo menos, diminuir esse conflito ...(...) Às vezes não conseguimos, não é?” HV*

Na segunda situação, **“De conflito”**, a óptica apresentada pelos MF foi a de presença de um ambiente de inevitável conflito, como fenómeno intrínseco à condição humana (Samper, 2008), podendo não ser excessivo mas, infalivelmente, negativo.

*“...parece-me que cada um quer o melhor para si, num processo de Mediação!” MC*

*“ Uma relação de conflito, necessariamente!” AF*

Já a **“Latência conflitual”** foi apontada como típica dos casos em que o conflito entre as partes não é manifesto, declarado, mas susceptível de ocorrer a qualquer instante, sempre que no seio do processo de Mediação surjam assuntos de especial melindre. Neste caso o conflito entre as partes pode nunca eclodir ou vir a ser protelado por força de as mesmas se encontrarem na presença de uma terceira pessoa, o Mediador, cujas funções se resumem, na óptica de Samper (2008) e Roberts (2008), a facilitar a comunicação entre as partes e a instruir as mesmas para a adequada compreensão do funcionamento do processo e a efetiva participação no mesmo.

*“ [O conflito] ...tocando num assunto mais delicado ou que cause mais desconforto poderá acontecer.” PC*

*“É curioso porque há uns que evitam o confronto. Nota-se mesmo que as pessoas estão ali sentadas, estão perante uma terceira pessoa... e evitam algo... têm uma tentativa de evitar o confronto directo quando, muitas vezes, a gente percebe que é isso quase que eles querem. (...) ...evitam ser os maus da fita, chamemos assim.” LR*

A circunstância **“De nenhum conflito”** alude aos casos em que a interacção entre os elementos do casal é pacífica, colaborante e de respeito pela família, especialmente pelas Crianças. Consubstancia-se, assim, na postura das partes em cooperar, propícia à convergência de posições, à obtenção de entendimentos e celebração de acordos, que podemos fazer corresponder com o tipo de “atitudes emocionais” necessárias adoptar por ambos os elementos casal, durante o processo de ruptura designadamente: reconhecer a incapacidade para resolver os problemas matrimoniais e manter a continuidade da relação a dois; estar interessado e disponível para colaborar como pais; investir na reestruturação da relação com o cônjuge, com a família alargada e manutenção com a do ex-cônjuge se se justificar (sobretudo no caso de existência de filhos); resolver emocionalmente questões relacionadas com feridas, angustias, ódios, culpas, o que envolve um trabalho de renúncia a fantasias de reaproximação, recuperação das esperanças de voltar a viver como casal (Carter & McGoldrik, 1995). Este ambiente difere, assim, da atmosfera de litigância tão típica da via judicial para a

resolução de conflitos, tratando as partes como adversários, acentuado divergências, prologando tensões e desentendimentos (Parkinson, 2005: 25-26).

*“Olhe, eu acho que quando um casal parte para uma situação de Mediação significa que tem uma certa maturidade para conseguir, pelo menos durante aquele tempo, pôr de parte toda a raiva, toda a angústia, toda a frustração que possa existir e consegue perceber que as coisas não estando a funcionar, têm que arranjar a melhor forma de se entender.” CV*

*“Há umas que são absolutamente pacíficas...” LR*

*“As pessoas não discutem na minha presença, falam, e eu oriento, pergunto, ouvem a outra, falam. Muitas vezes apercebem-se das primeiras coisas ali naquele contexto, mas é um ambiente muito agradável.” MS*

No campo da **“Trajectória conflitual”**, que traduz e subentende a existência de um **“percurso de conflitualidade do casal”** nos processos de MF, os dados recolhidos levaram-nos à identificação de um conjunto de etapas que poderão espelhar e encontrar correspondência directa com a tendência natural de evolução da relação entre as partes nos processos de rutura, conforme testemunham aliás os Modelos de Bohannon (1970), Wiseman (1975), Kessler (1975), Gutteman (1993): **“Fase inicial de maior conflitualidade”**; **“Fase subsequente de menor e decrescente conflitualidade”**; **“Fase final de consensualidade ou isenta de conflitualidade”**. Na primeira situação, sendo os níveis de conflitualidade mais elevados, as partes têm tendência a revelar menor capacidade de entendimento, as emoções estão ao rubro pelo que qualquer opinião proferida e mal interpretada poderá ser o bastante para retaliar, para desencadear uma “guerra sem tréguas”.

*“...num primeiro momento eu penso que não é fácil.” IS*

*“Desde logo, no início, esse ambiente é pesado e de constrangimento...” CR*

*“...numa primeira sessão há muita tensão e muita zanga ali.” EG*

A **“Fase subsequente de menor e decrescente conflitualidade”** representa o entendimento de alguns Mediadores quanto ao declínio do conflito à medida que as fases do processo se vão sucedendo. Assenta na convicção de que nesta etapa da Mediação o conflito é menor comparativamente à fase inaugural ou imediatamente anterior, o que supõe a existência de uma tendência espontânea de diminuição da animosidade e do litígio entre as partes com o avançar do processo.



*“Em termos de Mediação, eu acredito, que à medida que as pessoas se forem pacificando em relação a cada um dos problemas que envolvem uma separação elas vão passando para a fase seguinte e vão percebendo que aquilo que se pretende, com o acordo, é resolver pacificamente uma situação...” AF*

*“Vai-se gradualmente dissipando e melhorando, mas é evidente que no início nota-se mais o desentendimento entre eles.” RS*

*“E a partir daí penso que se consegue fazer o trabalho e que eles vão ser cada vez mais colaborantes.” LG*

*“Numa segunda, muita confusão e até já dúvidas. Agora numa quarta ou quinta eu acho que sem dúvida alguma há espaço para haver assim um ambiente menos tenso, mais ténue, mais calmo...” EG*

A **“Fase final de consensualidade ou isenta de conflitualidade”** suporta que o fim do processo é caracterizado por um ambiente livre de conflito, de entendimento, e, até, de arrependimento das partes quanto à postura anterior de litigância protagonizada pelas mesmas. A este respeito um dos MF recorrendo à sua experiência de trabalho diário como profissional que presta assessoria ao Tribunal de Família e Menores do Funchal, referiu:

*“Eu diria mesmo que em algumas situações surge um alívio muito grande que é claramente expresso e dizem-me: meu Deus por que é que nós não fizemos isto há mais tempo? Por que é que nós não nos sentámos os dois a conversar sobre isto?” MB*

A propósito dos **“Factores que influem na atmosfera relacional do casal”** em sede de MF, os discursos produzidos indicaram a existência de **“Factores intrínsecos ao casal”** e de **“Factores intrínsecos ao mediador”**. No que toca aos primeiros, foram relatados pelos profissionais o **“Estado afectivo-emocional”**, a **“Predisposição para o processo”** e a **“Atitude durante o processo”** de uma ou ambas as partes, já que a forma de cada pessoa encarar e viver a rompimento da relação de casal depende do que se investiu e esperou da mesma (Torres, 1992). Assim, a primeira circunstância radica na ideia de que o estado afectivo e emocional em que as pessoas se encontram, influencia muito a ambiência que se estabelece na Mediação entre as partes, não fosse a ruptura conjugal considerada como uma das experiências mais penosas que o ser humano pode vivenciar (Kaslow, 1984). Significa, por conseguinte, que a maior ou menor dificuldade de relacionamento entre os elementos do casal ao nível da comunicação e interacção e, eventualmente, continuidade no processo, encontra-se directamente dependente de questões do foro sentimental.

*“A experiência que eu tenho [não como Mediadora mas como Psicóloga Clínica] é um a querer saltar mais do casamento, porque se cansou, porque está farto de ser humilhada ou humilhado, porque se encantou com outra pessoa ou já não a ama há muito tempo. E é sempre este a querer fazer pelo melhor, a dizer que quer fazer pelo melhor, mas a querer se despachar do assunto e o outro a querer manter-se no assunto, nem que seja num assunto de conflito.” SG*

*“Olhe, eu tendo a achar, de forma muito simplista, que basta que eles resolvam a sua vida afectiva com uma terceira pessoa para os problemas se resolverem todos. Isto é em 99% dos casos! O pai arranja uma namorada, a mãe arranja um namorado pronto, acabou! Pacificaram-se grande parte dos problemas.” AF*

*“Há sempre um que vem mais fragilizado...porque, enfim, ele não queria aquela situação e porque muitas vezes se agarra a determinadas coisas para aproveitar um bocadinho para isto ou para aquilo.” RS*

A segunda, **“Predisposição para o processo”**, tem a ver com a importância e a disponibilidade autêntica do casal para participar na Mediação Familiar, condição, aliás, indispensável para o início e desenvolvimento da mesma (Verde, 2008). Assim, sendo a MF um processo voluntário – em que ambos os intervenientes têm que se encontrar de acordo quanto à participação no mesmo – a adesão das partes poderá constituir-se como indicador positivo, quicá bom prognóstico, já que, pelo menos, a sua opção foi a escolha de um contexto distinto do judicial, onde a litigância, como já referido, é recorrente.

*“Pois... tudo dependente de como elas chegam às sessões! Há casais que a primeira coisa que pensam, quando se separam, é pedir a orientação de um Mediador! E portanto, não lhes passa pela cabeça separarem-se de outra maneira. Em vez de irem falar com um advogado, para saberem os seus direitos, vão falar com um Mediador para ver qual é o melhor acordo que pode sair e como é que podem gerir esse processo da Mediação.” MM*

*“Eu penso que aqui no ponto de partida é fundamental que ambas as partes venham pelo menos com vontade de fazer alguma coisa...” LG*

*“Receptivos a uma mudança! A uma alteração!” HV*

*“Os dois têm que querer a Mediação Familiar e este querer já pressupõe que não vão estar ali em conflito.” ET*

A terceira, **“Atitude durante o processo”**, estabelece como factor capaz de influenciar a atmosfera relacional do casal no processo de Mediação a postura dos intervenientes no decurso do mesmo. Assim, se a atitude dos participantes for de intransigência, o processo poderá ficar irremediavelmente comprometido ou em posição de maior dificuldade de gestão. Como circunstância contrária o casal é capaz de ter em consideração e respeitar os pontos de vista e interesses de todos os membros envolvidos na ruptura familiar, situação vital tanto para o arranque do processo de Mediação (Verde, 2008) como para seu desenvolvimento e finalização.

*“Em função também do próprio casal e da própria dinâmica que há. Até pode haver casos em que não é possível, de facto, haver Mediação!” HV*

*“...depende de cada caso. Há situações de resistência, muito conflituosas em que é muito complicado.” PE*

No caso dos **“Factores intrínsecos ao mediador”**, susceptíveis de influenciar a relação entre as partes no seio do processo, os Mediadores aludiram à sua **“Capacidade para prevenir o conflito”** e **“Aptidão para gerir e avaliar a natureza do conflito”**. Na primeira situação, foi enaltecida a idoneidade do Mediador no domínio da prevenção dos conflitos perniciosos ao processo, susceptíveis de ocorrer amiúde no cenário relacional inicial do mesmo, devido a situações relacionadas com: a intensidade dos sentimentos; a comunicação deficitária; as percepções erróneas; os comportamentos negativos repetidos; as divergências quanto à importância e natureza da informação; o número significativo de questões em disputa e a visão discordante sobre a prioridade dos temas a tratar; a incompatibilidade de interesses, aparentes ou reais; a disparidade dos valores defendidos, aparentes ou não; o desconhecimento de como dirimir o conflito ou não a não utilização do procedimento mais vantajoso (Vallejo & Gestoso, 2008).

*“O terceiro elemento, que será o Mediador, terá que também zelar por ao longo da sessão de Mediação nivelar este clima.” CV*

*“...aí o papel do Mediador é fundamental para evitar, por exemplo, os ataques pessoais.” NJ*

A segunda circunstância decorre do estabelecimento de uma relação estreita entre o tipo de interacção dos elementos do casal na Mediação e a competência do Mediador no campo da gestão de conflitos que possam emergir no processo. Atribui, assim, ao Mediador o estatuto de especialista na gerência da conflitualidade entre as partes cabendo-lhe o desempenho da complexa função de avaliação e erradicação de todos os conflitos prejudiciais à Mediação. Em caso de **“conflito severo”**, a solução poderá envolver a decisão de suspender o processo pondo-se assim fim à conflitualidade entre os elementos do casal, pelo menos em sede de resolução extrajudicial de litígios.

*“Depende também da forma como o Mediador que têm à frente encarar a situação e for explicitando as vantagens de estarem ali e as vantagens do próprio processo de Mediação. Eu julgo que por essa acção directa do Mediador Familiar e a forma como ele vai abordar o casal...julgo que vai fazer com que os conflitos vão diminuindo.” GM*

*“Mas o objectivo também do Mediador é não alimentar esse tipo de comportamentos nem de discurso.” TF*

*“Até porque se depois da primeira sessão eles não forem colaboradores não há mais... não há condições para poder continuar.” LG*

Excluindo as situações em que a Mediação Familiar não é praticável ou mesmo contraindicada, como por exemplo nos casos de incompatibilidade de carácteres (Verde, 2008) os MF intervêm sempre numa lógica de facilitar a comunicação entre o casal (Roberts, 2008), gerindo assim os conflitos, devendo, neste campo da gestão, possuir competência para também apreciar com objectividade os casos de mau prognóstico ou circunstâncias totalmente incompatíveis com a continuidade do processo e as regras a observar intransigentemente.

### **7.5.2 Entendimento sobre a participação das crianças e dos jovens na mediação familiar e o seu direito à opinião no processo.**

Quanto ao caso concreto da participação, questão nada consensual como vimos na parte teórica deste trabalho, os testemunhos dos MF permitiram-nos agrupar a informação em duas grandes categorias: *“Postura quanto à participação”* e *“Tipo de participação”*.

A *“Postura quanto à participação”* reporta-se à atitude manifestada pelos Mediadores sobre o envolvimento das Crianças e dos Jovens no processo de Mediação Familiar que se traduziu fundamentalmente: *“Em desacordo com a participação”* e *“De acordo com a participação regulada por requisito”*.

A primeira situação traduz a opinião dos MF contra a participação das Crianças ou dos Jovens na Mediação, acentuando como causa para essa atitude as consequências negativas que o envolvimento pode causar aos filhos dos casais desavindos e o facto de a Mediação dizer exclusivamente respeito aos adultos em processo de separação e divórcio.

*“Não me faz sentido.” AQ*

*“Eu acho que se deve proteger muito a Criança porque quando vamos para um processo de Mediação, por mais benéfico que ele seja, envolve sempre um técnico, e levar a Criança à frente de um técnico tem sempre algum peso.” EG*

*“Neste momento eu diria não. Não, porquê? Até pela lógica do que é o próprio processo de Mediação. O Mediador é um profissional neutro, que vai exactamente com as partes, e aqui as partes são exactamente os cônjuges e não propriamente os pais, está a ver? Portanto eu vou mediar a relação conjugal e não propriamente a relação parental.” MS*

Pelo contrário, a segunda circunstância representa a concordância dos profissionais com participação das Crianças e dos Jovens na Mediação, desde que salvaguardadas determinadas condições protectoras dos seus interesses, mesmo que essa participação

lhes possa trazer, nalguns casos, algum incómodo ou experiências inevitavelmente menos positivas.

*“As Crianças têm que participar no processo de Mediação! Têm que ser escutadas no processo de Mediação! Não vejo outra maneira...” MM*

*“Devem participar, desde que revelem maturidade para isso...” CV*

*“Eu acho que as Crianças e os Jovens podem participar desde que os pais o consintam...” CA*

*“... o conflito centra-se muito nos adultos e esquecem-se dos filhos e das prioridades que deverão ter em conta. E chamá-lo ao conflito, apesar de ser doloroso, em certas ocasiões, é importante!” HV*

No que toca ao **“Tipo de participação”** os dados disponibilizados levam-nos a considerar, basicamente, duas situações radicalmente opostas, como também nos fala Parkinson (2005), designadamente: a possibilidade de um **“Envolvimento directo no processo”**; a oportunidade de um **“Envolvimento indirecto no processo”**. Assim, a primeira circunstância inclui a participação activa das crianças e dos jovens na Mediação com recurso a três modalidades: **“interacção com o mediador ou outro técnico especializado na abordagem aos mesmos”**; **“observação técnica do contacto pais-filhos no seio das sessões de mediação”**; **“auscultação especializada das crianças ou jovens fora das sessões formais de mediação”**, num um espaço protegido, como o da sua própria casa, mas inseparável e dependente do processo de Mediação.

*“Poderia ser ouvida por um Mediador, ...” IR*

*“A participação directa, aí sim, já implica a própria audição da Criança e do Jovem.” MB*

*“Até seria interessante (...) observar a relação que os pais têm com a Criança, por exemplo.” PC*

*“Havia uma entidade que ia a casa, contactava com a família, contactava com os miúdos e muitas vezes entrevistava-os... E depois elaborava o relatório.” AF*

O **“Envolvimento indirecto no processo”** representa a participação dos filhos dos casais na Mediação sem que para isso seja necessário recorrer à sua presença física na mesma.

*“Indirectamente... Não é preciso uma presença física.” NJ*

*“...esta participação deve ser indirecta. Deve-se poder recolher informação indirectamente.” PB*

De acordo com os dados recolhidos, este tipo de participação pode traduzir-se no ***“Recurso à recolha de informação junto dos pais na mediação”*** e no ***“Recurso à recolha de informação junto da rede social das crianças ou dos jovens”***.

*“Ajudar os pais a ver que eles têm essa capacidade e que eles têm que trazer à Mediação a opinião da Criança. Ou seja, devem também ser responsabilizados por serem eles próprios a trazer, ao campo da Mediação, a opinião daquela Criança.”* **CR**

*“...através da escola, até das áreas de integração do jovem. Se bem que isto é um bocadinho uma perspectiva da Segurança Social, da forma como se recolhem os dados para os relatórios.”* **PB**

Na óptica de Parkinson (2005) a recolha de informação sobre uma Criança ou Jovem junto dos pais no processo, inclui perguntas sobre a personalidade e temperamento dos filhos, fase do seu desenvolvimento físico emocional e intelectual, actividade escolar e rede de amigos, estado de saúde, actividades e interesses, necessidades e dificuldades, relacionamento com irmãos, como avaliam e sabem se os filhos estão contentes ou infelizes, e, nestes casos como, reagem à insatisfação.

Ainda quanto à participação indirecta das Crianças e dos Jovens no Processo de Mediação, alguns dos profissionais entrevistados pronunciaram-se sobre uma outra possibilidade de envolvimento que poderemos designar de ***“Participação tácita”*** que confere aos filhos dos casais o ***“estatuto de omnipresentes”***, quer através da acção protagonizada pelo Mediador em sua representação no seio do processo, quer pela natureza e características da Mediação Familiar, enquanto meio de resolução de conflitos na família.

*“O meu norte é sempre o Superior Interesse da Criança”.* **MS**

*“É assim, a participação indirecta existe sempre, ... (...) Portanto a participação indirecta está sempre presente, é inerente ao próprio processo.”* **MB**

No plano do “Direito das Crianças e dos Jovens à Opinião em sede de MF” os dados fizeram emergir três categorias de análise: ***“Importância atribuída ao direito das crianças e dos jovens à opinião e sua força vinculativa”***; ***“Formas de concretização do direito à opinião”***; ***“Modos de expressão da opinião”***. A primeira circunstância encontra-se associada ao entendimento dos MF sobre a norma e sua “pujança vinculativa” no processo, da qual emergiram três situações específicas: como ***“Direito Legítimo”***, inalienável, situação natural e relevante ao processo de Mediação; como algo formalmente previsto, conforme determina a Convenção dos Direitos da Criança

no seu artigo 12º, mas constantemente sujeito à discricionariedade e interpretação subjetiva por parte de terceiros (*“Direito sujeito a não observância por decisão de terceiros”*), susceptível, portanto, de não ser assegurado, alegando-se estar-se, assim, a defender verdadeiramente os interesses dos menores de idade; como algo inconcebível, notoriamente precipitado por quem o pressagiu e advoga nos casos de separação e divórcio, mesmo em sede de MF, sendo assim perspectivado como *“Direito imprudente e lesivo dos interesses dos filhos”*.

Sobre o reconhecimento do preceito como um *“Direito Legítimo”* foi referido por exemplo:

*“O Mediador deve saber que a Criança tem Direito a ser ouvida e a expressar a sua opinião.”*  
CA

A respeito da possibilidade da sua não observância foi salientado:

*“...a Convenção é genérica! (...) Como o juiz, se quiser, recusa ouvir a Criança por muito Direito que a Criança possa ter! E... evidentemente, depois evocam que não há necessidade de expor a Criança a determinadas circunstâncias, etc...”* LR

Quanto à perspetivação do “Direito à Opinião” como *“Direito imprudente e lesivo dos interesses dos filhos”*, foi sublinhado:

*“...os Direitos da Criança... sei que são feitos por gente que entende muito sobre isso, e mais do que eu, mas a verdade é que, se calhar, quem escreve depois não sabe muito bem onde é que estão as tais colunas e qual é que é o peso adequado para a Criança. A Criança tem que ser ouvida? Então vamos ouvir em relação àquilo que ela come e que ela só quer comer. E aí ela vai dizer que quer comer MacDonalds a semana toda! Então por que é que ela não há-de ser ouvida? (...) Não faz sentido!”* SCG

Relativamente às *“Formas de concretização do direito à opinião”*, os depoimentos obtidos permitiram designar duas realidades diferentes: directa e indirectamente.

No primeiro caso, *“Concretização processual directa”*, foram referenciadas como figuras de materialização do “Direito à Opinião”, o *“Contacto directo da Criança ou do Jovem com o Mediador ou outros profissionais afectos ao processo de mediação”* como acontece aliás nos casos de recurso a assessoria técnica especializada para efeitos de audição. Em ambas as situações há, assim, a presença e a participação directa da Criança ou do Jovem na Mediação.

*“Eu considero que a Criança pode ser ouvida pelo Mediador, ...”* MB

*“E, se necessário, com a ajuda de técnicos.”* NJ

*“Vejo a existência de um Serviço... um Serviço com um Gabinete especializado para esta tarefa, com técnicos especializados na entrevista as Crianças... (...) Um serviço especializado e orientado não só para entender a Criança... entrevistá-la e observá-la...” MC*

Na segunda circunstância, **“Concretização processual indirecta”**, foram identificadas como situações concretizadoras do Direito em questão, o **“Recurso à opinião dos filhos através dos pais”** e o **“Recurso à opinião das crianças ou jovens através de outros familiares ou pessoas próximas”**. Os excertos de entrevista que se seguem são especialmente eloquentes quanto às duas circunstâncias divulgadas.

*“Na Mediação Familiar? O Direito à Opinião? Através dos pais! Trazer essa opinião à Mediação!” CR*

*“Eu acho que esse Direito estaria indirectamente salvaguardado pela mãe e pelo pai.” PB*

*“Em certos casos, é necessário... poderá ser necessário chamar um avô ou avó. (...) ...ou alguém que esteja muito directamente ligado à Criança.” LG*

Por último, no que concerne aos **“Modos de expressão da opinião”** os depoimentos dos entrevistados foram no sentido considerar que os “menores” podem expressar-se através da **“Palavra falada ou escrita”**, não importando nesta circunstância se directa ou indirectamente, com recurso a **“Desenhos ou imagens”** sobre determinados factos ou vivências e, ainda, através da **“Interacção com os progenitores”**.

*“É ser ouvida!” SS*

*“Não sendo presencial podia tentar escrever ou transmitir de alguma forma sem ter que se sujeitar a um estranho para falar sobre aspectos da sua vida.” IR*

*“Pode ser através de um desenho.” NJ*

*“Mas penso que deveria ser também com recurso à observação da interacção dos pais com as crianças muito pequenas! (...) Fazer mesmo a tal avaliação, não só de opinião mas de reacção!” MC*

Sobre esta última questão em particular importa recordar, embora em sentido genérico mas a propósito do “Direito da Criança a ser Ouvida”, o sustentado pelo Comité dos Direitos da Criança no seu Comentário Geral 12, de 2009, após debate realizado em 2006. Este refere que a plena aplicação do artigo 12º da Convenção exige o reconhecimento e o respeito pelas formas não-verbais de comunicação que incluem, inevitavelmente, a actividade lúdica, a linguagem corporal, as expressões faciais, o desenho e a pintura, através das quais as crianças de tenra idade poderão demonstrar conhecimento e preferências.



### **7.5.3 Fundamentos contra e a favor da audição das crianças e dos jovens na mediação familiar.**

As posições assumidas pelos MF entrevistados vieram corroborar a complexidade associada à análise da questão da Audição das Crianças ou Jovens na Mediação Familiar nos casos de separação e divórcio. A prová-lo estão as opiniões encontradas quanto ao tema: **“Não concordância com a audição”**; **“Concordância com a audição condicionada por requisito (os)”**.

Assim, quanto aos profissionais que verbalizaram não concordar com a Audição, a postura seguida foi a de total inflexibilidade relativamente à possibilidade da sua realização no processo.

*“Não concordo! (...) Eu acho que numa Mediação bem-feita não se precisa de integrar os filhos. O técnico e os pais podem chegar àquilo que é o melhor para eles todos e fundamental para defender as crianças sem ter que ouvi-las.” SG*

No caso dos Mediadores que se mostraram favoráveis à Audição, nalgumas circunstâncias de forma inequívoca, as posições basearam-se na convicção de que para a sua efetivação deverão ser asseguradas determinadas condições ou requisitos, orientação, aliás, partilhada pelo Colégio de Mediadores Familiares do Reino Unido (2002) que na sua Secção 4 prevê um conjunto de pré-requisitos para a realização da consulta directa ou envolvimento das Crianças ou Jovens na Mediação Familiar (cf. Children, Young People and Family Mediation: Policy and Practice Guidelines).

*“Eu concordo mas tem que haver supervisão. É importante!” RS*

*“Acho que sim. Nalguns casos, evidentemente.” IR*

*“Eu concordo em ouvir as crianças. (...) Crianças ou Jovens, sim. (...) Mas penso que não deverá ser em todos os casos.” TF*

Em relação aos Mediadores que manifestaram uma **“atitude de ambivalência relativamente à auscultação”**, esta situação pareceu-nos encontrar-se sobretudo relacionada com a falta de preparação específica dos profissionais para levar a efeito tal procedimento técnico e/ou com as dúvidas sobre o eventual risco que tal circunstância pode acarretar para os menores de idade.

*“Eu já disse que sim, já disse que não...” CV*

Na abordagem às razões contra e a favor da Audição os testemunhos dos profissionais coincidiram genericamente com os argumentos considerados na literatura científica sobre o assunto. Assim, no que respeita concretamente às **“Razões contra a audição”** foram apresentados como óbices: **“Contexto impróprio e prejudicial à criança ou jovem”**; **“Não constitui mais-valia para o processo de mediação”**; **“É contraproducente ao processo de mediação”**; **“Já estão representados no processo de mediação”**.

A respeito da primeira razão apontada como fundamento contra a Audição, nem assunto nem a Mediação como meio alternativo de resolução de litígios na família são olhados como ajustados às Crianças ou aos Jovens. Nesta linha de pensamento a participação dos menores de idade na Mediação Familiar pode ser mais uma experiência stressante e ansiogénica (Simpson, 1991; Gentry, 1997; Parkinson, 2005) e levar à exposição dos mesmos a uma dinâmica relacional negativa protagonizada pelos pais (Irvin, 1985). Neste sentido, integrar os filhos no processo representa sujeitá-los a algo que, sob o ponto de vista psicológico e emocional, pode ser devastador e causador de danos irreparáveis. Na esteira desta argumentação foram vários os MF que recorreram no seu discurso a exemplos da sua experiência/prática clínica (como psicólogos e/ou terapeutas).

*“Eu trabalhei com crianças e tenho adultos que os pais se separaram e a forma como eles falam hoje em dia... (...) ... o que sei sobre isso é que as crianças queriam estar a léguas, na Cochinchina ou na China: decidam e venham-me buscar. Porque a criança estar envolvida, de alguma forma, nesta decisão é entrar num jogo de lealdades e numa culpabilidade para a vida. Há adultos que hoje em dia ainda falam disto. (...) Eu tenho adultos que me dizem: oxalá tivessem decidido por mim, oxalá. Nunca se pode pôr um peso destes numa criança. (...) ...mesmo que se faça as coisas num ambiente contentor e muito agradável com um psicólogo infantil, as crianças num momento de um divórcio estão a ser um alvo constante de perguntas, de preocupações, de excessos, até de alguns excessos. O divórcio é um problema dos adultos, só os adultos deixaram de gostar um do outro e a criança deve ser afastada disso.” SG*

*“Evocaria vários exemplos da minha prática clínica de algumas situações em termos de efeitos e de consequências que tiveram na vida das crianças e dos jovens por elas terem sido envolvidas. (...) Este seria um dos meus maiores argumentos. Obviamente que iria por aí! Fazer com que as pessoas percebessem que o divórcio é um assunto dos adultos, que é um assunto de marido e mulher, que não existe divórcios entre pais e filhos, que a criança ou jovem está numa fase do seu desenvolvimento que não tem a coluna vertebral ao nível das emoções para lidar com um assunto tão sério. Diria, como no velho ditado: “cada macaco no seu galho”. SCG*

*“Deixa a Criança aí num dilema muito grande e acho que isso não é preservar o seu bem-estar.” AQ*

*“Outro é que a formação em Terapia Familiar defende muito que a criança nunca deve ser envolvida... (...) Devia ser aquele sinal de proibido.” EG*

Por seu turno, o fundamento **“Não constitui mais-valia para o processo de mediação”**, baseia-se na convicção de que a Audição em causa é algo supérfluo ao processo não lhe provendo, por isso, nenhuma vantagem. À luz deste espírito os protagonistas da Mediação são exclusivamente os elementos do casal dependendo apenas deles o melhor resultado do acordo para todos os membros da família, sobretudo para os filhos.

*“...mas não acho imprescindível para um acordo. Não é necessário.” NJ*

*“Eu sinto que elas não têm que ser ouvidas. Eu não ganho nada... Eu... como terapeuta nunca ganhei nada em conhecer as crianças.” SCG*

O argumento, **“É contraproducente ao processo de mediação”**, consubstancia-se na crença de que a Audição é perniciosa à MF porque fomenta a desresponsabilização dos pais relativamente ao trabalho que estes têm que desenvolver no seu seio em relação aos filhos e leva a que os progenitores, influenciados por aquilo que as Crianças ou Jovens possam eventualmente expressar, decidam algo que dificilmente irão cumprir. Na mesma lógica de pensamento e numa clara alusão às razões contra a audição Parkinson (2005) refere que a participação das Crianças na Mediação pode levar à criação nestas de expectativas irrealistas quanto ao seu futuro.

*“Porque se nós dissermos aos pais que pretendemos ouvir a criança eles vão-se escudar nessa audição para se desresponsabilizarem das escolhas. Não concordo com isso! Esse é o principal argumento!” CR*

*“...também tenho a dizer que como ela acaba por ser um terceiro relativamente ao acordo, quer dizer, é um terceiro cujo interesse se visa garantir mas não serve de nada tentar garantir o interesse dela com um acordo que pai e mãe não vão conseguir cumprir.” AF*

A objecção baseada na condição de que os filhos dos casais **“Já estão representados na mediação”**, não havendo por isso a necessidade de integrá-los fisicamente no processo, assenta na ideia de que a audição perde razão de ser a partir do momento em que Crianças e Jovens se encontram implicitamente representados na Mediação pelos próprios Pais ou pelo Mediador Familiar. Parte, assim, do fundamento de que progenitores e mediadores assumem espontaneamente no processo o papel de legítimos “defensores” dos interesses e desejos dos “menores”. Assim, nos casos em que os pais apresentem dificuldades neste âmbito, competirá a cada profissional a tarefa de intervir junto dos mesmos num trabalho de sensibilização para o exercício de uma responsável

parentalidade. O mediador surge, deste modo, com a função de proteger os filhos dos casais no processo, salvaguardando totalmente os seus interesses, sobretudo nos momentos em que os pais se revelem inaptos ou menos disponíveis/sensíveis para tal desempenho (Irvin, 1985).

*“O Mediador é o representante da Criança na Mediação, até certo ponto.” SG*

*“Mas eu posso saber quais são esses interesses através dos progenitores e eles inclusive estarem de acordo sobre isso. Não tenho dúvidas. Então se são dialogantes, sabem perfeitamente.” NJ*

*“Porque na situação de Mediação vai ser criado o suporte ou vão ser desenvolvidos mecanismos que tenham em atenção o que é a necessidade da criança. Mecanismos que preservem aquilo que é o bem-estar desta criança. (...) ...a Mediação leva os pais a pensar naquilo que poderá ser o importante para a criança sem que a criança tenha que dar directamente a sua opinião.” AQ*

*“O argumento é simplesmente este: o mediador é um profissional neutro, neutro no casal, mas que efetivamente está ligado ao Interesse da Criança.” MS*

No sentido oposto, ou seja, relativamente às **“Razões a favor da audição”** os MF apontaram como argumentos: **“Permite um melhor acordo”**; **“Possibilita um melhor conhecimento da realidade familiar global”**; **“É um direito da criança/jovem”**; **“Proporciona um espaço securizante e esclarecedor”**; **“Os filhos como razão de ser da mediação familiar”**.

A primeira apreciação a favor da Audição sintetiza o raciocínio de que a mesma auxilia a concretização de um melhor acordo a celebrar entre as partes na Mediação (McIntosh, 2000; Garwood, 1990; Saposnek, 1991; Kelly, 2002) especialmente para as Crianças (Simpson, 1991; Gentry, 1997). Estabelece a convicção de que o testemunho dos filhos leva à criação no processo de condições necessárias à formalização de um acordo verdadeiramente representativo dos interesses de toda a família, sobretudo dos mais novos.

*“...até pode ser uma mais-valia para ajudar a limar determinadas coisas, ajudar a formar um acordo mais imparcial. (...) Conseguir talvez uma maior informação para poder definir um acordo mais justo e benéfico para a criança.” RS*

*“...permite avaliar um leque de informação e permite um acordo mais completo e mais direccionado para os interesses da criança e do jovem” LR*

*“É uma questão de idealizar o melhor com a concordância de todas as partes, criança e o jovem incluídos. Era o ideal.” PC*

O fundamento, **“Possibilita melhor conhecimento da realidade familiar global”**, coloca a ênfase na proficuidade da participação das Crianças ou dos Jovens no processo, enquanto elementos activos dotados de identidade própria, na medida em que facilita o trabalho a realizar pelos mediadores junto das partes garantindo, assim, um conhecimento mais concludente sobre cada condição familiar global (conjugal, parental e filial) e dos próprios progenitores em relação aos filhos, especialmente acerca de como se sentem e o que pensam. Sintetiza a importância de “dar voz” às Crianças e aos Jovens na Mediação pelos benefícios que esta situação acarreta em termos de conhecimento técnico e familiar de cada caso particular, criando assim condições para que as partes se fixem no que verdadeiramente interessa à família e a cada um dos seus membros. A auscultação dos filhos contribui, assim, para o enriquecimento do conhecimento familiar, através da ampliação das versões e dos depoimentos pessoais sobre a mesma. Este raciocínio assenta na **“Óptica Ecosistémica da Mediação”** cujo princípio orientador se centra na abordagem à família como um todo (Parkinson, 2005).

*“...se surgir essa circunstância, essa oportunidade, e o próprio mediador vir que se calhar é importante ouvir, porque não ficou convencido de algum... de alguns argumentos postos pelos cônjuges que estão ali... pelo pai ou pela mãe...alguma coisa que lhe possa ter soado mal, ou o próprio desconfiar que mais alguma coisa se passa ali...” LR*

*“... eu penso que a questão de sabermos o que a criança pretende é importante. Porque, por vezes, os pais não sabem o que querem da criança...” CRA*

*“Porque é um assunto de família. A família vai decidir sobre a própria família. (...) Deverá ser algo exploratório também.” TF*

*“Argumentos a favor? Talvez, o seguinte: os pais não conseguem, de forma alguma, questionar o filho!” CR*

*“Portanto... sem dúvida nenhuma que a opinião dela é importante e o Mediador tem que a conhecer, não só através daquilo que os pais descrevem, porque isso é opinião dos pais, não a da criança em si, ...” MB*

O argumento de a Audição ser um **“Direito”** que assiste aos filhos nos casos de separação ou divórcio dos pais, baseia-se na convicção de que estes gozam, ou devem gozar sempre, da faculdade de expressar a sua opinião sobre todas as matérias que lhe digam respeito, conformando-se assim com o que se encontra consignado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Assenta no perspectivizar as Crianças e os Jovens como **“Sujeitos de Direitos”** e não como meros **“Seres Objeto de Protecção e Preocupação”**. Nesta linha de pensamento os menores de idade são encarados como parte interventiva no processo, actores de discussão, construção, planeamento e

definição do seu próprio futuro (Atwood, 2003; Brennan, 2002; Elrod, 2007; Lansdown, 2001, 2005; Woodhouse, 2000; Heredia, 2008).

*“Então chega-se a este acordo e ela não é ouvida?! Isto não faz sentido nenhum! E quando estamos a falar no destino delas, no destino das Crianças, faz algum sentido elas não serem ouvidas? Não serem escutadas, que é mais do que ouvidas...? (...) O primeiro argumento é a Convenção dos Direitos da Criança! As crianças são Sujeitos de Direitos! Não se pode decidir o destino de uma Criança, sem ela dar a sua opinião sobre aquilo que vai ser a vida dela. (...) Eu vou estar a decidir o destino daquela criança ou daquele adolescente... Como é que é possível decidir o destino, sem os ouvir? Não me faz sentido nenhum!” MM*

*“Como já disse, terá uma palavra a dizer sobre as decisões, sobre a situação, sobre o futuro, sobre as decisões que os pais vão tomar sobre a sua vida.” IR*

*“Ia-me reportar à Lei... Portanto as crianças têm direitos! (...) Isolar a criança, seria privá-la desse direito.” IS*

*“É dar a oportunidade de a criança manifestar o seu interesse sobre coisas que vão modificar a sua vida inicial. (...) Se a criança for encarada como um ser humano, tem que lhe ser dada uma oportunidade para se manifestar sobre aquele assunto, porque a criança também tem opinião.” ET*

Já a razão **“Proporciona um espaço securizante e esclarecedor”**, assenta na alegação de que a Audição permite aos filhos dos casais em processo de separação/divórcio desfrutarem de uma experiência benéfica para si mesmos na medida em que lhes consagra um momento emocionalmente ajustado às suas reais necessidades, sobretudo emocionais e cognitivas. A Audição surge assim neste contexto como ocasião processual adequada e desejável já que viabiliza um indispensável suporte emocional às Crianças e aos Jovens afectados pela separação dos pais, fornecendo aos mesmos as informações tidas como apropriadas à sua estabilidade psíquica e emocional, num momento de especial crise familiar como é o divórcio.

*“Concordo com a Audição porque as crianças estão mais confusas do que ninguém, não é? (...) Portanto, eu acho que um dos objectivos da Audição das crianças será o mediador ajudar a clarificar a situação àquela criança e tirar-lhe o receio de que ela vai perder os pais. (...) O mediador é uma pessoa de fora, uma pessoa isenta, que poderá explicar isso às crianças e aos jovens, e não os pais. E não me venham cá dizer que é fácil, porque não é! É muito difícil!” CA*

*“Se a gente também está a pensar nas crianças, é importante elas saberem o que é que ficou estipulado.” PE*

Parece ser neste âmbito que Parkinson (2005) refere como situações a favor da participação das Crianças e dos Jovens na Mediação o facto de a sua presença lhes permitir o acesso a informação sobre o que se está a passar na família, tranquilizando-os quanto ao presente e futuro, entender melhor as decisões dos pais, sentirem que os seus sentimentos/pensamentos são respeitados, serem esclarecidos sobre eventuais mal-entendidos familiares e preparados para transmitir algo aos pais.

Por fim, o argumento, **“Filhos como razão de ser da mediação”**, resume a razão baseada no pressuposto de que as “Crianças e os Jovens são a Alma, o Espírito da MF”, encontrando-se os mesmos associados à sua génese e participação nos casos de rutura de casal. Estabelece como princípio que é no “Superior Interesse das Crianças e Jovens” que a Mediação é encetada, desenvolvida e materializada, pelo que a presença dos “menores” neste contexto técnico e familiar, com recurso à sua Audição, é condição indispensável e obrigatória.

*“A criança é parte fundamental, ...(...) ... é a parte a salvaguardar dentro do processo de separação. (...) ...eu não posso falar pela criança, eu não posso emitir um juízo, eu não posso dar a conhecer e expor numa informação por escrito aquilo que será melhor para a criança, quando eu não a ouvi e nem conheço a criança. (...) E como é que eu vou emitir a posição da criança quando eu nem sequer a conheço?!”* **GM**

*“Portanto, estão ali a tentar chegar a um acordo que é para benefício de todos, sobretudo da criança. Porque o principal objectivo é, de facto, o bem-estar e o estado emocional desta criança ou deste jovem. Portanto, eles têm que estar presentes!”* **HV**

Esta opinião parece assim apoiar-se na convicção de que o contexto extrajudicial como o da Mediação Familiar se afigura como espaço adequado à satisfação dos direitos e das necessidades de toda a família, especialmente das Crianças (Davis & Roberts, 1988; Kelly, 2004; Roberts, 2008), quer estas participem diretamente, ou não, no processo. Sugere, assim, a circunstância de a Mediação oferecer o melhor “setting” para as crianças serem ouvidas (Simpson, 1989), de a sua escuta permitir o aumento da informação potencialmente utilizável no mesmo (McIntosh, 2000; Garwood, 1990; Saposnek, 1991; Kelly, 2002) e a oportunidade de verificação, por parte das crianças ou jovens, se o “documento escrito” (o acordo) corresponde aos seus interesses e desejos (Simpson, 1991; Gentry, 1997).

#### **7.5.4 Condições necessárias à realização da audição às crianças e jovens na mediação familiar**

Para além de se saber que o envolvimento das Crianças nos processos de Mediação nos casos de separação e divórcio é algo bastante limitado, mesmo actualmente (Goldson, 2006; McIntosh, 2007; Saposnek, 2004), parece igualmente certo que a discussão entre aqueles que com ele concordam se centra, sobretudo, nas condições ou circunstâncias em que a participação dos filhos dos casais pode e/ou deve ocorrer.

Sobre este Tema em particular os dados proporcionados pelo estudo foram agrupados em quatro grandes categorias: “*circunstâncias associadas à natureza e características da audição enquanto parte integrante do processo de mediação familiar*”; “*condições associadas à postura e ao perfil do profissional incumbido da realização da audição*”; “*condições ligadas às características, estado e postura das crianças e dos jovens face à audição*”; “*situações relacionadas com as características e a atitude dos progenitores no processo e perante a audição dos filhos*”.

Em relação ao primeiro conjunto de condições os MF entrevistados consideraram como preceitos a observar:

A.O facto de os “*Assuntos a abordar na audição*” se cingirem:

1. Às “*rotinas da vida familiar e social diária*”:

“Do dia-a-dia da criança e do jovem.” **LG**

“Sobre a sua vida, sobre a escola, sobre os seus interesses fora da escola, sobre as suas actividades extracurriculares, até sobre a restante família. A criança tem o direito de continuar a ver os seus avós paternos e maternos da mesma forma como via os seus tios e tias da mesma forma como via os seus primos e primas. (...) Ou seja tudo o que tenha a ver com as suas rotinas, estabilidade e segurança, o sentimento de se sentir segura e de se sentir estável.” **CRA**

2. Aos “*interesses/desejos futuros*”, familiares e extra-familiares:

“Pode ser ouvida sobre a atribuição de casa morada de família, pode ser ouvida sobre que escola é que gostaria de frequentar, pode ser ouvida sobre o regime de visitas, partilha do tempo, as férias, as épocas festivas.” **CV**

“...muito sobre aquilo que será o futuro dela e como é que esse futuro deve ser.” **MC**

“Poderia ser relativamente à forma como encara a relação com os pais no futuro. Como é que poderá continuar a ser feita essa ligação aos dois.” **IR**

“Os tempos livres, as férias com qualquer um dos progenitores. (...) Actividades extracurriculares e também, a questão que eu acho fundamental que são os convívio com a família alargada. (...) Com os avós... principalmente com os avós e os tios, também.” **HV**

“Em termos familiares, ele também deve pronunciar-se quando existem irmãos e quando existem outros familiares que lhe são próximos.” **ET**

3. Às “*causas responsáveis pela separação/divórcio dos pais*” numa lógica de oportunidade de desmistificação e esclarecimento das razões que levaram à ruptura do casal:

“Deve ou pode sobre aquilo que levou à ruptura entre as figuras parentais. Julgo que isso deve ser-lhe devidamente esclarecido e lhe deve ser devidamente explicitado.” **GM**



**B. A circunstância da “*adequação do espaço físico e relacional destinado à audição*”** das Crianças, conforme defendem Brown (1995) e Saposnek (2004). Em relação ao “*espaço físico*” e às suas particularidades, a informação disponibilizada permite considerar duas circunstâncias: “*localização*” e “*decoração e equipamento*”. Quanto à “*localização*” os profissionais fizeram referência à possibilidade de a mesma ser efetuada em três lugares distintos, totalmente destituídos da formalidade que geralmente caracteriza o ambiente judicial: “*domicílio*”; “*escola*”; “*gabinete de mediação familiar*”:

*“...audição da criança ou do jovem pode ser feita mesmo na própria residência ou na escola. (...) Eu acho que deveriam ser feitas em casa ou nalgum espaço que a Criança se sinta à vontade, porque levar para um gabinete é estar a colocar um certo peso na questão e colocar as crianças numa situação em que elas sintam que vão a um sítio dizer o que acham e que isso pode ser vinculativo... Eu acho que é estar a sobrecarregar muito uma criança ou um jovem, por mais idade que tenha e por mais maturidade que tenha.” CV*

*“Poderia ser no mesmo espaço [no gabinete onde são ouvidos os pais] mas transformado. (...) Diferente do Tribunal.” TF*

*“Para mim no mesmo ambiente onde é feita a Mediação Familiar para os pais. O mesmo ambiente informal, num consultório...” CR*

No que concerne à “*Decoração e equipamento*” os discursos enunciados foram no sentido de o lugar destinado à Audição dever ser completamente despojado de formalidade, de solenidade, mas funcional e convenientemente apetrechado sob ponto de vista material, com o qual as Crianças e os Jovens se sintam identificados e tranquilos. Assim, para além dos aspectos meramente práticos como o tipo de mobiliário e sua disposição, as cores das paredes, os brinquedos, eventualmente computadores, os mediadores salientaram, na generalidade, a necessidade de adaptar o espaço à idade do menor a auscultar, seja ele Criança ou Jovem. Assim, e no que respeita à necessária “*informalização do espaço*” foi referido:

*“Uma salinha com aspeto acolhedor, uma mesinha redonda ou, na inexistência de mesa, umas cadeiras ou sofás em círculo, mantendo todos na mesma distância, posição igual para não haver uma posição que se destaque das outras, sempre de igualdade. Uma cores alegres... (...) Tem que ser um espaço acolhedor, agradável, onde as pessoas se sintam bem.” PC*

*“...não ser um espaço ansiogénio, bem pelo contrário! (...) O menos formal possível!” MC*

*“...nós sabemos que as cores influenciam muito a circunstância, é desformalizá-lo ao máximo que pudermos! (...) Não num escritório assim muito fechado, muito agressivo...” LR*

*“O mais informal possível! (...) Portanto, num espaço mais informal possível. Nunca num espaço demasiado frio, demasiado grande, de modo a que ele também sinta algum conforto.”*  
**GM**

*“Não pode ser, por exemplo, um espaço físico, digamos assim, como aquele espaço formal em que está o Juiz por exemplo numa secretária com as cadeiras à frente. (...) Tem que ser totalmente diferente. Tem que ser um ambiente acolhedor, espaço onde existe mesmo alguns jogos didáticos que as crianças se possam interessar e acima de tudo não pode haver mesas, não pode haver aquele distanciamento físico entre a pessoa e a criança. (...) ...tem que permitir uma proximidade agradável entre o Mediador ou entre o Técnico e aquela Criança.”* **MB**

Em relação à necessária adaptação do **“espaço físico”** à idade dos sujeitos objeto de audição foi afirmado:

*“Se pudesse, se tivesse essas condições ... tinha duas salas onde numa delas eu até me pudesse sentar no chão, qualquer coisa assim, se fosse uma criança pequenina! Claro que se for um adolescente, não vamos fazer essas palhaçadas...”* **MM**

*“Um espaço físico que deixe a criança mais à vontade, com jogos em função da idade, computador...”* **RS**

*“Depende da idade da criança. Portanto, eu considero que se for uma criança pequena, deve haver uma sala própria, em que haja um ambiente parecido com os locais de lazer das crianças, em que haja mantas no chão, com brinquedos, com jogos, em que o mediador se possa sentar numa cadeira igual à da criança...portanto, tudo parecido com os ambientes de lazer das crianças. Se for um jovem com 14, 15, 16 anos, acho que deve ser um ambiente um bocadinho mais formal, mas não propriamente um gabinete técnico, carregado de formalismo. (...) No âmbito dos meus Processos, nós vemos que eles estão logo à vontade quando o ambiente não tem nada a ver com os ambientes formais de secretária.”* **CA**

*“...que vá de encontro à idade da criança, não deve ser infantilizado quando a criança tem, por exemplo, 14 anos. Isso vai, provavelmente, fazê-la sentir que o espaço não é dela.”* **CRA**

Ainda relativamente às **“Características do espaço físico”**, para além obviamente das especificidades já apontadas, foram também relatadas como condições necessárias – mesmo que imprimindo alguma formalidade ao local destinado à audição – a exibição de algo que patenteie a idoneidade do profissional responsável desempenho da função e a existência de equipamento como o vidro reflexivo unidireccional, muito utilizado em contexto de terapia familiar:

*“...dá jeito até, ter, se calhar, um diploma ou uma coisa qualquer na parede que dê alguma credibilidade ao Mediador e que as pessoas acreditem que aquele mediador é competente e que as vai ajudar. (...) ...criava assim uma coisa profissional...”* **MM**

*“...ter uma sala com vidro em que nós podemos estar observar o pai e a criança num espaço absolutamente acolhedor, sem eles se sentirem observados, por exemplo.”* **MB**

Quanto às características do **“espaço relacional”** os testemunhos apresentados parecem não suscitar dúvidas de que na opinião dos Mediadores a **“atmosfera relacional”** a criar

pelos técnicos no contacto com as Crianças ou Jovens, deverá ser orientada, sem beliscar minimamente a objetividade e o rigor que se impõem na acção, pela atitude empática, disponibilidade para ouvir ao ritmo particular de cada um, apoiar e esclarecer, criar e preservar um clima totalmente securizante:

*“... acho que não é impossível ser directiva e ser próxima. (...) [Assim] ... quando fosse falar, estar com a criança, alguma vez eu ia passar essa mensagem, seja como fosse, tipo assim: tu tens todos os direitos a ser escutada... (...) ... mas tens o direito e o dever de estar com o teu pai e com a tua mãe! Porque, realmente, as crianças, muitas vezes, vêm instrumentalizadas e vêm a achar que têm que defender... [um deles] e que para estar com um não podem estar com o outro. (...) Se assim for, para as Crianças é um peso que sai de cima delas! Ainda mais nos adolescentes!” MM*

*“Tem que ser um ambiente muito próximo. Eu acho que o mediador tem que saber criar aquele ambiente de empatia, de segurança, mostrar que está ali para ajudar, para apoiar e conversar sobre coisas que interessam à criança ou ao jovem ...” CA*

*“Provavelmente seria necessário mais que um encontro, mais do que uma situação para estabelecer uma relação de confiança, alguma confiança entre o Mediador e esse jovem.” IR*

*“Dar-lhe atenção, valorizar as opiniões da criança, penso que seja também um aspeto muito importante.” IS*

*“Esse ambiente, lá está, depende da personalidade e das características pessoais de cada criança, porque se calhar numa primeira aproximação entre o técnico e a criança pode não haver aquela empatia, não conseguirem estabelecer essa empatia e ser necessário outras sessões, não é? Portanto tem que haver espaço para isso e tem que haver a possibilidade de isso poder acontecer, sob pena de não se conhecer de facto aquela criança ou aquele jovem.” MB*

C. A situação de a **“Audição só se realizar depois de escutados os progenitores no processo”**, até para a necessária protocolização da auscultação entre o técnico e os pais antes da sua efetiva realização, conforme estabelece neste âmbito o Código de Prática do Colégio de Mediadores Familiares do Reino Unido (2002) já referido:

*“À partida nunca será numa primeira fase, nem no início de um processo de Mediação.” CV*

*“Numa fase inicial, julgo que... após a primeira audição dos pais.” GM*

*“No meio, depois de conhecer a situação relatada pelos pais...” TF*

*“...nunca na fase em que nós estamos a explicar regras ao casal e se calhar nunca na primeira ou segunda sessão, sem ver, sem ouvir primeiro os pais.” MB*

D. A aplicação da informação proveniente da Audição se destinar à **“elaboração do acordo escrito a celebrar entre as partes”**, à **“acção pedagógica do mediador junto dos progenitores”**; à **“gestão do caso a mediar”**. Na primeira circunstância a informação resultante da audição é perspectivada como algo passível de ser plasmado

no acordo escrito a celebrar pelos progenitores, desde que traduza justamente os interesses e os desejos das Crianças ou dos Jovens ouvidos, como aliás referem McIntosh (2000), Garwood, (1990) Saposnek, (1991) Kelly (2002). À luz do pensamento de Irvin (1985) o mediador perante a informação assume no processo e na relação com os progenitores o papel de “*mensageiro*” levando aos pais o que os filhos gostariam de lhes transmitir e de “*defensor*” adoptando a atitude de protector e de guardião dos seus interesses.

*“Informação para uso no acordo, por exemplo.” PC*

*“...uma vez que a Mediação tem também como objectivo a elaboração de um acordo, penso que esta informação deveria ser debatida depois no próprio processo de Mediação com os pais, para os pais perceberem, no fundo, o que é que interessa às Crianças, qual é a visão que têm desta situação, qual o seu desejo...” MC*

*“Utilizar no acordo entre ambas as partes para que ninguém fique prejudicado e onde se pense, acima de tudo, na Criança ou nas Crianças daquele casal.” SS*

Quanto à utilização da informação procedente da Audição numa lógica de “***Acção pedagógica junto dos progenitores***”, os profissionais salientaram a importância e utilidade de a informação recolhida se destinar à sensibilização e preparação dos mesmos para o exercício de uma parentalidade positiva, como tão vivamente acentua e preconiza o Modelo de Mediação Familiar Terapêutica de Irving e Benjamin.

*“Deve ser utilizada no sentido de melhorar as competências dos pais, para, depois de separados, os ajudar a organizar o tempo das crianças, de orientar mais os pais para que melhorem as suas competências parentais.” GM*

No que respeita ao uso da informação na “***Gestão do caso a mediar***” os Mediadores acentuaram o interesse de a mesma permitir um melhor conhecimento e uma adequada compreensão de cada realidade familiar concreta, de modo a que as partes sejam coadjuvadas pelo profissional nas tomadas de decisão conjuntas donde resultará o acordo final a assinar e homologar.

*“É uma informação um bocadinho direccionada. Servirá para complementar dados já recolhidos, quando existem algumas reservas, dúvidas aqui e ali. (...) E essa informação seria para o mediador utilizar e perceber junto dos progenitores, de uma forma um bocadinho habilidosa... confrontar ou fazer algumas perguntas indirectas.” RS*

*“É para me orientar, para ver se todos os elementos estão falar a mesma linguagem. Obviamente que se estão a falar a mesma linguagem a decisão é muito mais fácil.” TF*

*“A opinião do jovem serve para o Mediador ver até que ponto, de facto, os pais poderão ir ao encontro dos seus interesses e ajudá-los, digamos assim, a chegar lá.... (...).” MB*

E. A **“Audição ser encarada como mera auscultação”** não sendo e podendo ser levada a cabo para fazer recair sobre as Crianças ou Jovens qualquer responsabilidade quanto às decisões tomadas pelos pais no processo.

*“Até mesmo no Tribunal há essa preocupação! Nós não podemos, de facto, responsabilizar as Crianças e os Jovens, por uma decisão que não cabe a eles! É importante que, de facto, eles participarem, mas a decisão não é deles!” HV*

F. A **“Audição ser perspectivada como busca de nova e elucidativa informação para processo”** fazendo assim com que a participação da Criança no mesmo faça fluir a comunicação familiar (Parkinson, 2005).

*“...mesmo num ambiente medianamente harmonioso, onde se consegue estabelecer uma base de diálogo entre eles com a presença de um mediador, mas que existem dúvidas relativamente ao que vão acordar, eu penso que se pode ouvir a Criança.” CV*

G. A **“Audição sem carácter obrigatório”**, significando que a circunstância de participação da criança no processo de Mediação se encontrar permanentemente condicionada pelo seu consentimento (cf. Código de Prática dos Mediadores Familiares do Reino Unido, 2002).

*“Deverá ser informada que não é obrigada a nada, a Criança ou o Jovem. Tem que mostrar disponibilidade para querer participar, até pode haver um caso em que a criança se recuse a falar de determinados assuntos, ...” PC*

H. A **“Audição sem registo de inquérito”**, o que pressupõe a necessidade de o Mediador Familiar possuir as necessárias competências para o desempenho da função, só possível com recurso óbvio a uma formação especializada (Parkinson, 2005). Na verdade, o ato de entrevistar “menores” não é simples, encerra um conjunto muito significativo de exigências e de técnicas que também passarão por proporcionar aos mesmos um contexto de comunicação e diálogo baseados na livre expressão daquilo que aqueles pensam e dizem. Perguntas demasiado diretas e fechadas pode inibir e constranger quem necessita fundamentalmente, nesta ocasião, de segurança e de liberdade de pensamento.

*“Audição não é pô-la à minha frente e fazer perguntas, um interrogatório. Não, de maneira nenhuma. Isso para mim é absurdo.” NJ*

I. A **“Audição ser realizada sem a presença dos pais”** assegurando-se assim a total privacidade no acto e a completa garantia de ausência de qualquer tipo de constrangimento à liberdade de expressão/opinião do sujeito, Criança ou Jovem.

*“Julgo que sem a presença dos pais ou outros familiares. De facto, ter ali uma pessoa ou pessoas, mesmo que sejam os pais ou outras figuras, a presença física, intimida sempre. E, portanto, fica sempre alguma coisa por dizer. E o mais importante é aquilo que não se disse e, portanto, julgo que deve ser a sós.” GM*

*“Estou completamente aberta, como mediadora... mas é como eu digo: acho que o mediador deve de ouvir a Criança sozinha!” CR*

J. A *“Audição como defensora do superior interesse dos filhos na mediação”*. Sobre esta questão o Colégio de Mediadores Familiares do Reino Unido (2002) defende de forma inequívoca que a prática da Audição deve ser orientada pelo princípio do “Superior Interesse das Crianças”.

*“...as crianças e os jovens devem participar se for do seu Interesse, ou seja, só é legítimo se estiver de acordo com o Interesse da Criança.” CA*

*“...[se] nos apercebermos que é importante que é essencial que a Criança venha à Mediação dar a sua opinião ou o seu ponto de vista. Mas se isso for necessário e essencial!” CR*

No que diz respeito ao segundo grupo de conjunto de circunstâncias, ou seja, às *“condições associadas à postura e ao perfil do profissional incumbido da realização da audição”* os MF apontaram como requisitos obrigatórios à realização da Audição as competências no domínio do *“saber ser e estar”*, do *“saber”* e do *“saber fazer”* e, ainda, a *“avaliação/parecer técnico favorável à realização da audição”*. No campo das competências, e dentro destas do *“Saber ser e estar”*, que se reporta à atitude relacional do técnico em relação à Criança ou ao Jovem a ouvir, os Mediadores salientaram a importância de uma postura técnica alicerçada na disponibilidade para ouvir, na tolerância e respeito pelo outro, na atitude empática e afável, na conduta imparcial e isenta de preconceitos. Foram ainda relevadas a este nível como competências fundamentais a possuir pelos profissionais na consulta directa às Crianças ou Jovens em sede de Mediação Familiar a maturidade ou experiência de vida, a dedicação à actividade e aos clientes e o gosto pela profissão, isto é, o prazer em exercer a profissão/actividade profissional de Mediador Familiar.

*“...disponibilidade para ouvir, respeito para com o outro, capacitação de empatia... Todas essas capacidades e características.” PC*

*“Portanto, tem de ser uma pessoa afável, próxima, empática, ...” MC*

*“...sensibilidade, evidentemente!” LR*

*“Tem que estar disponível para escutar. (...) Eu acho que a empatia é o mais importante. Porque a empatia permite estabelecer relação com o outro!” MM*

*“...eu li há tempos um livro em que se dizia que um técnico não basta ser bom técnico, tem que ser boa pessoa. (...) ... eu já me tinha apercebido, ao longo da minha vida profissional, que já são quase 30 anos a trabalhar com pessoas e famílias, que há excelentes técnicos que não chegam a resultados nenhuns, porque não conseguem criar empatia com as pessoas e não são boas pessoas.” CA*

*“...será uma pessoa madura, uma pessoa adulta, uma pessoa equilibrada ... CRA*

*“Eu acho que a pessoa deve que ser a mais neutra possível, não pode, de maneira nenhuma, impor as suas convicções, as suas ideias, nem aos pais, nem à Criança. (...) Eu até costumo dizer que tem de se interessar por esta área, tem que ter gosto, tem que ter prazer naquilo que está a fazer, porque se não tiver as coisas não fluem, não é?” MB*

No domínio do “**Saber**”, que remete diretamente para o conhecimento proporcionado pela formação académica original e profissional especializada os depoimentos dos mediadores familiares patentearam a inequívoca indispensabilidade de no momento da realização da audição, haver a presença e aplicação simultânea de uma panóplia de saberes, de natureza multidisciplinar e específica, reconhecendo assim toda a complexidade inerente à da execução da tarefa em questão.

Assim, neste campo das competências necessárias ao desempenho da tarefa foi relevada a importância:

A. Da “**Formação científica de base**” na área das Ciências Sociais em geral e do Serviço Social, Psicologia e Direito em particular, como questão proeminente no campo do “Saber” necessário à realização da Audição.

*“Formação na área do Social, da Psicologia, da Psicossociologia...” CV*

*“...formação académica na área das Ciências Sociais ou do Direito.” PC*

*“...ter formação em Psicologia... formação de base!” MC*

B. Da “**Formação geral**” em Mediação Familiar como preparação bastante, ou seja, suficiente para o efeito, desde que o profissional em questão seja originário, em termos de formação académica de base, das Ciências Sociais.

*“Eu penso que pelo Mediador. Penso que tem competências para o fazer.” IS*

*“ [O Curso de Mediação Familiar] Permite-nos isso! Eu acho que é suficiente! É claro que, como em tudo, deve-se ir fazendo umas actualizações. Ou seja, devemos sempre, como Mediadores, também procurar actualizararmo-nos, participar em acções de formação sobre a área... Mas acho que estamos capacitados para!” CR*

*“Pelo menos do conhecimento que eu tenho... se for alguém formado pelo Instituto de certeza que está apto! Porque são preparados para o fazer! Claro que se estamos a falar do Mediador, eu parto do princípio que seja alguém com uma formação específica, preparada para aquela Audição! E eu parto desse princípio... portanto não vejo outro tipo de pessoa a fazer esse papel! Dentro daquilo que eu conheço, na Região, todos os Mediadores têm essa capacidade!”* SS

*“Nós sabemos que para tirar o Curso de Mediador tem que haver já uma Licenciatura na área das Ciências Sociais ou do Direito. Portanto, partimos logo do princípio que a pessoa tem formação para conseguir e poder falar com Crianças e Jovens.”* CA

C. Da **“Formação complementar específica”** no âmbito do desenvolvimento infantil e juvenil e das práticas de entrevista a “menores”.

*“Agora, se é importante ter alguma competência específica? Admito que sim... admito que possa ser importante e se calhar é mais uma ferramenta que seria extremamente útil ao Mediador...”* LR

*“É evidente que deve ser um Mediador, efetivamente. Agora um Mediador que teria que ter, na minha perspectiva, uma formação mais específica.”* RS

*“Para já ter uma formação específica...”* GM

*“...técnicas de entrevista que pelo menos os psicólogos dominam. Os outros penso que seria importante dominarem porque realmente isto é a base. A entrevista é a base!”* MM

*“Em termos técnicos, devia ser uma pessoa com o conhecimento relativamente ao desenvolvimento Infantil e Juvenil. (...) Essencialmente essas competências comunicacionais e relacionais, e também de conhecimento do próprio desenvolvimento da criança.”* IR

*“Na área de desenvolvimento! Na área da adolescência porque, muitos casos, surgem com jovens! (...) Portanto, é importante uma formação complementar.”* HV

*“No meu caso, que tenho uma formação em Serviço Social e ao longo do Curso houve diversas cadeiras na área da Psicologia, acho que tem de se ir muito além disso. Acho que tem mesmo de haver, de facto, formações especializadas na área da Psicologia, na área de ouvir as Crianças e os Jovens. E isso é trabalhado em formações onde se treina entrevistas. (...) Acho que pode ser um Mediador comum mas tem de ter formação a este nível, tem de ter formação acerca do processo de desenvolvimento da criança. Tem que conhecer... Quer dizer uma criança de cinco anos não fala como um jovem de quinze, não é? Portanto há que ter um conhecimento deste processo de desenvolvimento.”* MB.

No campo do **“Saber fazer”**, que diz respeito ao factor **“experiência”** como competência a enaltecer enquanto dimensão importante do perfil do profissional incumbido da efectivação da Audição às Crianças ou Jovens, os Mediadores mencionaram duas circunstâncias particulares: a **“experiência profissional adquirida”** pelos técnicos a este nível (**“como fazer”**), proveniente da actividade técnica, quer no âmbito da Mediação Familiar quer de noutro contexto profissional que implique o



contacto directo com Crianças e Jovens; a **“experiência profissional tutelada”** que provém do recurso dos mediadores à supervisão, à orientação ministrada por técnicos mais experientes e mais habilitados sob ponto de vista da prática, do fazer.

*“Muita experiência pessoal e profissional!”* **CR**

*“Eu acho que as experiências que a gente vai adquirindo, vai tendo na nossa forma de falar com os casais, com as crianças é muito importante. Agora uma pessoa que não tem essa experiência e que tirou o Curso de Mediação, tenho dúvidas! Tem a ver com a forma técnica do trabalho, tem a ver com a experiência do trabalho, a experiência de trabalho é muito importante, o trabalho no terreno e o lidar toda a vida com crianças, casais, famílias. Quanto mais a gente lida, mais a gente está aprendendo. E eu já vi de tudo e mais alguma coisa. Eu acho que a experiência é fundamental, não é só tirar o Curso.”* **PE**

*“E talvez (...) a Supervisão e a Assessoria sejam importantes no sentido de que ao olharmos para uma determinada situação concreta possamos ter pelo menos a noção que estamos a fazer o melhor e o melhor sabe-se através do partilhar com um colega com muito mais experiência.”*

**RS**

*“...no início da actividade profissional haver um período longo de Supervisão e de Orientação, para que também a pessoa, que tem a criança e os pais à frente, esteja segura do próprio processo de Mediação.”* **GM**

Relativamente à **“Avaliação/parecer técnico favorável à realização da audição”** como requisito associado ao profissional responsável pela realização da Audição foi referido:

*“A outra é o próprio Mediador dizer: meus amigos, eu preciso de reunir com as vossas crianças, vamos marcar um dia para eu falar com elas!”* **LR**

Sobre a disponibilidade dos Mediadores para integrar e ouvir as Crianças no processo Saposnek (2004) refere uma panóplia de variáveis determinantes para o efeito de que são exemplo os conhecimentos que os profissionais possuem sobre as mesmas, a experiência que detêm no domínio da interação com os mais novos e do treino profissional especializado que possam ter recebido para abordar este tipo de população.

Quanto às **“condições ligadas às características, estado e postura das crianças e dos jovens face à audição”** os sujeitos fizeram referência à **“idade”**, à **“maturidade e nível de desenvolvimento”**, à **“estabilidade emocional”**, à **“vontade própria”**. Em relação à **“Idade”** os testemunhos evidenciam mediadores avessos à possibilidade de verem Crianças em idade pré-escolar a ser escutadas e uma tendência para a concordância com a Audição estar intimamente associada **“à maior idade dos menores”**, sejam eles Crianças ou Jovens, o que não deixa de consubstanciar uma posição cerceadora do Direito dos mais novos à Audição.

*“Porque é assim, um jovem pode participar de uma forma muito mais directa comparativamente a uma criança, por exemplo, de 5 anos.”* **MC**

*“...eu julgo que a partir dos 8, 10 anos.” IR*

*“Eu penso que a tal idade que eu referi anteriormente... a partir dos 6, 7 anos, ....” IS*

*“Porque nós sabemos que, se calhar, uma criança de 5 anos tem mais dificuldade em fazer essa observação... de 7, de 8 ou de 9... mas uma criança de 12, ou 13 ou de 14 pode chegar, perfeitamente, ao pai e: “olhe, eu tenho uma coisa para dizer! (...) Aquelas crianças com 14, 15 e 16 anos... percebem tudo e mais alguma coisa!” LR*

Relativamente à **“Maturidade e nível de desenvolvimento”** como condição a ponderar para efeitos de Audição, os profissionais manifestaram-se contrários à mesma caso as crianças não possuam maturidade emocional, cognitiva e capacidade de raciocínio moral, como defendem Kelly (2002) e Saposnek (2004), variando assim a sua participação e abordagem no processo em função dessa mesma maturidade e nível de desenvolvimento.

*“Neste caso, se a Criança já tiver uma certa maturidade... (...) ...eu não vejo inconveniente nenhum.” CV*

*“A forma directa ou indirecta tem a ver também com o desenvolvimento e a maturidade que a Criança tem.” MC*

*“Acho que dependendo ...(...) ... da maturidade da Criança poderia ter alguma participação. (...) É claro que nem sempre há maturidade nem capacidade de entendimento e de compreensão da situação.” IR*

Em relação à **“Estabilidade emocional”** como critério a observar para realização da Audição, foi destacada a conveniência da avaliação prévia dos “menores”, facto que entronca, de algum modo, nas considerações de Saposneck (2004) e Kelly (2002) quando defendem a não integração das Crianças na Mediação sempre que as mesmas apresentem um quadro de instabilidade emocional, por terem que falar com o mediador ou se encontrem manipuladas pelos progenitores.

*“Eu penso que a participação é possível desde que seja analisada, de facto, ... (...) a questão emocional da criança, se está ou não capaz para participar. Isto é, fazer uma abordagem à criança para ver se, de facto, há contexto para ela participar neste processo. (...) Isto, no meu ponto de vista, terá que ser feita por alguém especializado na área.” CRA*

Já o requisito **“Vontade própria”**, foi particularmente ponderado em relação aos jovens por possuírem capacidades cognitivas que lhes permitem relacionar as suas opiniões com os seus desejos e, ainda, por apresentarem uma certa independência que facilita a compreensão do que efetivamente pretendem, conforme sustentam Saposneck (2004) e Kelly (2002). Será certamente por esta razão que Heredia (2008) defende que a maioria dos filhos adolescentes devia ser ouvida.

*“Se esses Jovens quisessem ser ouvidos e se entrassem neste espaço físico dizendo que se querem pronunciar, deviam ser ouvidos, mas chamados acho que não.” SG*

Já as **“situações relacionadas com as características e a atitude dos progenitores no processo e perante a audição dos filhos”** ligam-se às circunstâncias reivindicadas ou sentidas pelos pais, para que a sua participação, através da Audição, se dê na Mediação. Dos testemunhos emitidos pelos profissionais foi encontrada a este nível uma panóplia de requisitos que se traduzem no **“consentimento dos pais”**, na **“vontade dos progenitores”**, na **“dificuldade dos pais em comunicar com os filhos”**, na **“existência de dúvidas relacionadas com os filhos”**, nos **“casos de maior conflitualidade ou difícil entendimento entre as partes”**, na **“conduta parental prejudicial aos filhos”**. No que toca ao **“Consentimento dos pais”** foi relevada a importância da concordância de ambos os pais relativamente à Audição dos filhos.

*“Penso que a Criança ser chamada em contexto de Mediação, só com o consentimento dos dois cônjuges e um consentimento inato, não discutido...” CV*

*“Para já se vamos ouvir a Criança ou o Jovem penso que tem que ser com conhecimento e aprovação dos pais.” PC*

Em relação à **“Vontade dos progenitores”** como requisito a considerar, foi salientado o desejo dos pais, ou de um deles, em ver os filhos participar no processo.

*“...se os pais acharem que seria conveniente a Criança também expressar a sua vontade...” CV*

*“A outra circunstância: os próprios pais ou um deles pedir que a criança seja ouvida por qualquer motivo.” LR*

No critério relacionado com a **“Dificuldade dos pais em comunicar com os filhos”** foi patenteada a utilidade do recurso à Audição como forma de saber o que os mesmos pensam e sentem quando os progenitores não o conseguem fazer com recurso aos seus próprios meios.

*“Quer dizer, os dois estão de acordo mas a relação com o filho está, de certo modo, tão delicada que eles não conseguem questionar em casa, não conseguem fazer aquele trabalho de casa e pedem ajuda a uma terceira pessoa para fazê-lo.” CR*

No que respeita à **“Existência de dúvidas relacionadas com os filhos”** como requisito para a Audição, apareceu associada ao facto de a participação dos filhos na Mediação permitir colmatar as lacunas informativas no processo a seu respeito.

*“...só se realmente os pais tiverem dúvidas e chegarem à conclusão de que ouvindo a Criança dissipam-se essas dúvidas.” CV*

No que concerne aos **“Casos de maior conflitualidade ou difícil entendimento entre as partes”** como circunstância reivindicada para efeitos de Audição das Crianças ou dos Jovens no processo, foi expressa a relação estreita entre a falta de consensualidade entre os elementos do casal e a necessidade de ouvir os filhos.

*“Agora quando são situações em que o conflito dos progenitores é um conflito latente, cuja relação é difícil e complexa, quer seja em sede de Mediação quer seja em sede de Tribunal, se calhar é de todo o interesse ouvir, ...” CV*

*“Ora bem, quando o conflito está muito aceso é importante a participação da criança e do jovem. Acho que é muito importante que eles estejam de uma forma activa no processo!” HV*

Por fim a **“Conduta parental prejudicial aos filhos”** como condição orientadora do recurso à Audição, subentende a ideia de que na ausência de discernimento e sensibilidade parentais sobre o que é melhor para os “menores”, será conveniente e oportuno ouvi-los, surgindo os testemunhos dos das Crianças ou dos Jovens como fonte informativa auxiliadora na determinação e acautelamento do seu “Superior Interesse”.

*“Se o Mediador entender que a maneira como os pais estão a encarar as coisas ou estão a encarar a ruptura, está a prejudicar o bem-estar da Criança, pode sugerir falar com a Criança.” CA*

## **7.6 Prática da Mediação e da Audição no Arquipélago da Madeira**

A Mediação Familiar em Portugal, cuja história tem cerca de década e meia (Gomes, 2009), não goza da tradição existente noutros países, situação que parece ir ao encontro das palavras de Parkinson (2005) quando a autora afirma que os Estados Europeus se encontram em diferentes fases quanto à existência de legislação e dotação de fundos públicos para o exercício da mesma. No caso particular da Região Autónoma da Madeira, território com pouco menos de 268000 habitantes (267938 habitantes; 93146 famílias, 129574 alojamentos. In, Direção Regional de Estatística da Madeira, Censos 2011 – “Resultados Preliminares”) a situação da Mediação Familiar é, ainda, mais débil, sob ponto de vista da sua existência e funcionamento, embora conte, desde fins de 2007, com trinta e três Mediadores Familiares, todos formados pelo IPMF, instituição precursora e de referência na área da Mediação Familiar em Portugal (Rios, 2005; Silva, 2007), cujos cursos foram homologados pelo GRAL e de, em finais de 2008, ter sido

assinado um protocolo de cooperação institucional entre esta mesma instituição (GRAL) e a Câmara Municipal do Funchal, com vista à entrada em ação do SMF na Região, conforme já referido no âmbito deste trabalho. De facto, a prática pública da MF na RAM tem sido praticamente inexistente, conforme atestam os dados já apresentados no Capítulo 3, corroborados, aliás, pela informação obtida junto de todos profissionais entrevistados no âmbito do estudo aqui realizado.

Assim, à data da realização das entrevistas aos dos vinte e nove profissionais com especialização em Mediação Familiar (n=29), somente quatro tinham já exercido a sua actividade, sobretudo a nível privado. Os restantes vinte e cinco Mediadores Familiares (n=25) nunca tinham desempenhado a função, quer a título público quer privado, justificando a circunstância com o recurso a um conjunto motivos de natureza bastante distinta, hipotecando-se irremediavelmente o exercício da MF propriamente na RAM bem como a prática da Audição às Crianças no processo: *“Sentimento de impreparação técnica para exercer”*; *“Mediação Familiar como actividade profissional não prioritária”*; *“Conflito de interesses profissionais”*; *“Incapacidade financeira para investir num projecto privado de mediação”*; *“Ausência de tempo para o desempenho das funções de mediador”*; *“Desconhecimento ou escassa receptividade da sociedade em relação à mediação familiar”*; *“Debilidade ou inoperância do Sistema Público de Mediação”*; *“Não convocação para mediar”*; *“Actividade profissional não propiciadora de autonomia financeira”*.

Na base do *“Sentimento de impreparação técnica para exercer”* foi relatada a sensação, ou mesmo assunção, de falta de alguns conhecimentos na área decorrentes da inexistente supervisão e formação contínuas na Região desde a conclusão da especialização em MF.

*“Não me sinto segura para fazer Mediação. Acho que é necessário haver supervisão. (...) Já lá vai muito tempo sem formação e sem supervisão, penso que será muito complicado começar agora a fazer a Mediação.” LG*

Curiosa foi também a circunstância de a inactividade técnica estar associada ao facto de os MF verem a *“Mediação Familiar como actividade profissional não prioritária”*. Relativamente a esta situação os discursos apresentados por alguns dos Mediadores foram especialmente eloquentes direccionando, de forma clara e objetiva, a sua preferência para os campos clínicos/terapêuticos. Para estes profissionais a formação em MF surgiu como oportunidade para adquirirem novos saberes, novos conhecimentos a

aplicar noutros domínios profissionais para os quais se sentiam e sentem mais talhados e particularmente motivados.

*“...a Terapia Familiar para mim, neste momento, faz mais sentido em termos de intervenção! Portanto, é mais a minha área de intervenção! (...) E depois teria que alistar-me, estar na lista, não é? Integrada na lista! Não é esse o meu objectivo!” MC*

*“...como lhe disse desde o início, porque nunca olhei para a Mediação com a expectativa de vir a ser Mediadora e também sinto que se calhar tenho alguma dificuldade em me libertar totalmente, ou me desprender totalmente, da técnica e do olhar clínico e de terapeuta.” SCG*

*“...a principal razão que me levou a tirar a Mediação foi para ter mais um instrumento a nível da minha intervenção com crianças e jovens. (...) Achei que era mais uma formação que me podia ajudar na minha intervenção, foi essa a principal razão, e é essa a maneira de pensar que eu tenho.” PE*

Quanto ao **“Conflito de interesses profissionais”** como fundamento para a apatia laboral na área, certos Mediadores alegaram existir uma absoluta incompatibilidade entre as principais funções profissionais que exerciam à data da entrevista e a actividade de mediador. Neste âmbito, foram exaltadas pelos profissionais algumas questões ético-deontológicas e apontadas situações que poderiam lesar a sua honorabilidade pessoal e a imagem dos serviços públicos que representam.

*“...o principal motivo tem a ver com as funções que estou a exercer agora. Portanto, é incompatível! Eu não posso estar a fazer, de facto, Mediação. (...) ... podem ir para Tribunal e corro o risco de me deparar com um caso em que estive envolvida como Mediadora Familiar”.*  
**HV**

*“A Mediação Familiar, também não sei até que ponto eu poderia exercer uma vez que tem alguns pontos de contacto com esta actividade que eu exerço aqui na pública.” PB*

*“Reside absolutamente no facto de eu neste momento estar a exercer uma actividade que pode ser incompatível. Eu não posso estar num papel de avaliadora e de dizer ao Tribunal... de avaliar as competências parentais daquela mãe e daquele pai para depois fazer um processo de Mediação Familiar com eles ou tê-lo feito previamente e depois ser avaliadora das competências parentais deles.” MB*

A **“Incapacidade financeira para investir num projecto de mediação”**, designadamente para abertura de Gabinetes de Mediação ou constituição de Sociedades de Mediação (serviços privados de mediação), foi igualmente apresentada como estorvo ao desempenho da profissão.

*“Isso até já foi falado com outros colegas, com outras pessoas que fizeram o II Curso de Mediação Familiar. Já foi levantada essa possibilidade, já foi equacionada essa possibilidade e estamos a aguardar, a ver se, de facto, paralelamente à Mediação Familiar Pública, talvez se consiga com algum esforço e com algum investimento também, porque isso também acarreta esforço e investimento.” GM*

*“...mas é um pedacinho difícil porque isso obrigaria a arranjar um espaço, a ter alguma verba para isso, ...” EG*

Neste âmbito foi ainda referido por um dos profissionais a incapacidade financeira da Delegação da Madeira do IPMF para disponibilizar espaços destinados ao exercício da Mediação em regime alternativo ao SMF.

*“Os principais motivos porque não aconteceu, tem a ver com o facto de a Delegação não ter uma sede onde pudéssemos exercer de uma forma privada, exercer a profissão de mediadora.” IR*

No caso da *“Ausência de tempo para o desempenho das funções de mediador ”* foram relatadas como situações obstaculizantes o volume de trabalho decorrente do exercício das actividades laborais principais, nalguns casos somadas a outras em regime de acumulação, e a ausência de disponibilidade temporal devido a questões associadas à vida pessoal/familiar de cada um, como a maternidade, por exemplo.

*“Neste momento a nível profissional tenho funções que absorvem muito o meu tempo, há muito trabalho de casa para fazer e acho que quando se está nas coisas deve-se estar estando. Não é estar aos bocadinhos...”AQ*

*“Falando a nível privado, também não estou numa fase profissional ... (...) ...com muita disponibilidade para no meu escritório desempenhar paralelamente a Mediação Familiar. Não tenho, neste momento, muita disponibilidade para isso!” CR*

*“Este trabalho ocupa muito tempo.” PB*

*“...por não ter disponibilidade pessoal.” CV*

*“E também por um motivo muito pessoal. É porque eu fui mãe muito recentemente e portanto...” AF*

O *“Desconhecimento ou escassa receptividade da sociedade em relação à mediação familiar”*, situação alarmante para algo que se pretende afirmar social e comunitariamente, foi outra das situações apontadas como contrariedade ao exercício da profissão. Neste particular foi referida a carência de informação na população Madeirense e Portosantense sobre a Mediação Familiar e a ausência de confiança das pessoas na mesma como meio resolução de conflitos alternativo credível aos tribunais nos casos de separação e divórcio na família.

*“Eu penso também que as pessoas ainda não estão muito informadas e não estão ainda muito receptivas para o Mediador Familiar.” IR*

Acerca da ***“Debilidade ou inoperância do sistema público de mediação familiar”*** como razão para o não desempenho da função, circunstância já demonstrada neste trabalho, foi referido:

*“Na Região não está efetivamente a ser levada à prática.”* **RS**

*“...ainda não foram criadas as condições, para, de facto, se poder exercer a Mediação.”* **GM**

*“Talvez a pouca organização do Sistema, do próprio Sistema de Mediação, explique isso.”* **IR**

Outra das razões expressas pelos Mediadores destinada a explicar a sua inatividade, apesar da sua elevada motivação para trabalhar na área, sobretudo a nível do SMF, foi a sua ***“Não convocação para mediar”***, quer pelo supracitado Sistema quer pela Delegação do Funchal do IPMF, neste último caso para o desempenho privado da Mediação.

*“É com muita tristeza que digo que ainda não. Porque a nível público ainda não fomos chamados, porque ainda não houve casais, tanto quanto eu sei, que tenham solicitado o Serviço. (...) A nível privado, o Instituto Português de Mediação Familiar já está a fazer Mediação e eu estou à espera de, a qualquer momento, ser eu a avançar, porque já há outros colegas que o estão a fazer e eu estou à espera.”* **CA**

*“Por outro lado, embora eu faça parte de uma Lista Pública de Mediadores nunca fui contactada para mediar uma única das situações, apesar de sabermos que existe um espaço onde podemos exercer esta actividade.”* **IR**

*“Eu faço parte das listas nacionais mas nunca me chamaram.”* **TF**

Foi ainda indicado como motivo para o não exercício da MF na RAM o facto de a mesma consubstanciar uma ***“Actividade profissional não propiciadora de autonomia financeira”***, desincentivando assim aqueles que estariam dispostos a abdicar ou a suspender a prática da sua principal profissão para investir na Mediação Familiar como actividade laboral primordial, de eleição.

*“... o facto da insegurança monetária. Quer dizer, deixar a minha actividade profissional sem ter outros recursos e sem saber, ainda, qual a aceitação por parte da sociedade.”* **MB**

Este facto será, porventura, um dos maiores constrangimentos à afirmação da MF como profissão que somado à visão da mesma apenas como metodologia ou técnica de intervenção na família, ajuda a decretar prematuramente o seu fim, sem sequer ter tido a oportunidade de existir.

Quanto à prática da MF na Região, protagonizada, como vimos, por apenas quatro dos vinte e nove Mediadores Familiares entrevistados, os profissionais fizeram referência a dois tipos de intervenção: ***“individual”*** e ***“equipa de mediação”*** (“co-mediação”).



*“Nesse caso, fi-lo sozinho.”* **NJ**

*“Individualmente, sim!”* **LR**

*“...nós temos feito então as sessões com dois Mediadores, em simultâneo.”* **CRA**

*“...trabalhamos a par, dois Mediadores, embora haja sempre um que toma a responsabilidade principal...”* **MS**

Relativamente ao **“Regime de mediação”** os testemunhos dos profissionais demonstraram que a actividade foi levada a cabo quer em termos públicos quer privados, embora a experiência de um dos Mediadores no âmbito do SMF tenha acontecido somente por uma vez, o que confirma a tão e já falada inoperância do mesmo na RAM.

*“Até agora tudo o que tem sido feito tem sido no privado.”* **LR**

*“Também aconteceu uma na resposta pública. (...) Na medida em que eu também integro a lista dos mediadores do Serviço Público, fui contactada.”* **MS**

No campo das **“Dificuldades profissionais sentidas”** os testemunhos dos MF permitiram-nos identificar quatro tipos de contrariedades: **“Inexistência de espaço físico para mediar”**; o **“Embaraço na gestão do conflito entre as partes”**; a **“Ansiedade associada à in experiência profissional na área”**; a **“Exigência da profissão”**.

Quanto ao primeiro obstáculo, de monta por “ferir de morte” o exercício da Mediação e o contexto onde a mesma deverá ocorrer respeitando todos os cânones, foi sublinhado:

*“Dificuldades práticas? O espaço, o espaço físico para atender estas pessoas. Fui para a casa dos meus pais, ... (...) Não pode ser o espaço dela ou o espaço dele, tem de ser um espaço neutro. Conseguimos uma sala, estava disponível, e a coisa funcionou mas isto está longe de ser a solução. Isto é caricato quase não haver um espaço físico em que se proporcione isto. (...) Quer dizer o bem-estar para a gente caminhar tem de começar também por aí e isso foi a primeira grande dificuldade. (...) Não há um espaço que eu possa utilizar. Mas há tantos espaços aí. Pois há. Têm chaves, têm donos de chaves.”* **NJ**

Relativamente à dificuldade **“Embaraço na gestão do conflito entre as partes”**, podendo esta encontrar-se associada ao tipo de conflito entre as partes mas também e seguramente à falta de experiência profissional dos mediadores, foi relatado:

*“Dificuldades... Por vezes em termos de comunicação, no fomentar a comunicação entre eles... do casal. Porquê? Porque o casal...este casal, em particular, era um casal, com um historial de bastantes conflitos e então foi difícil... Até a postura deles, que estavam sentados um ao lado do outro, era de costas voltadas. E então tivemos que fazer um esforço para que comunicassem, de eles entenderem que nós não estávamos ali a tomar posições. Simplesmente estávamos ali para que as coisas fluíssem e que fossem muito mais fáceis e que o acordo fosse concretizado por eles, porque eles também tinham que refletir sobre isso.”* **CRA**

Quanto à **“Ansiedade associada à in experiência profissional na área”**, fazendo com que nestes casos as sessões de Mediação em equipa mais se justifiquem e mais fazem sentido em toda a linha, foi afirmado:

*“Penso que a primeira... é sempre aquela mais que cria mais ansiedade ... (...) Eu penso que foi aquela fase mais complicada... (...) De maior ansiedade! Recordo-me da véspera...estive a rever aqueles tópicos todos de conversa...Mas correu bem, dentro do possível!” LR*

No que toca à **“Exigência da profissão”**, sendo por isso necessário, justificável e até obrigatório a formação e a supervisão técnica regulares, sobretudo num fase inicial de qualquer carreira profissional, tal como acontece nos quatro casos aqui abordados, foi vincado:

*“As situações de Mediação são situações únicas. Interessante é que o Mediador, ao zelar por fazer um trabalho profissional e competente, não pode funcionar com standards porque, efetivamente, cada situação é única. Exige do Mediador uma grande capacidade de resolução dos problemas. (...) Criatividade, versatilidade... Eu também não tenho assim tantas experiências quanto penso que algumas pessoas por aí têm, mas de qualquer modo sinto que este trabalho tem que ser feito com colegas. Eu também já tenho algumas experiências de fazer sozinha, é muito complexo, é de grande responsabilidade, de grande domínio de capacidade de comunicar com as pessoas.” MS*

No campo específico da realização de audições às Crianças ou Jovens nas mediações efetuadas pelos MF objeto de estudo, os dados colectados apenas nos conduziram à **“Percepção dos mediadores sobre a receptividade dos casais para a audição dos filhos na mediação”**, que resultou na descrição profissional de um panorama de difícil concretização e não muito favorável à sua efectivação, situação já reconhecida relativamente a outros contextos por autores como Austin, Jaffe e Hurley (1991), Saposnek (2004), Goldson (2006), McIntosh (2007). Primeiro, por ter sido considerado que Audição, mesmo nos casos de **“alguma receptividade”**, se encontra constantemente dependente do tipo de relação entre casal no processo (de acordo/desacordo; de colaboração/conflito). Segundo, porque os pais não evidenciaram qualquer tipo de interesse em que a Audição aos filhos fosse realizada, ignorando por completo essa possibilidade ou colocando-se numa posição nitidamente discordante com a sua execução (**“nenhuma receptividade”**).

Sobre a percepção de **“Alguma receptividade”** para o efeito, podendo esta encontrar-se ou ser cerceada pela natureza da relação entre as partes, foi referido:

*“Houve uma altura que eu acreditei que era possível, embora percebesse que aquilo estava muito difícil.” NJ*

Nos casos em que não foi percecionado pelos MF qualquer tipo sensibilidade e abertura dos casais para a Audição dos filhos no âmbito do processo, realidade já confirmada por alguns estudos realizados ou experiências técnicas vividas de que já falámos na parte teórica, foi sublinhado:

*“Não... minimamente! (...) Não! Para que os filhos fossem ouvidos? Não! (...) Nunca senti sequer vontade deles mas também eles próprios, daquilo que eu me apercebi, não sei se quereriam!” LR*

*“Não, não. (...) Neste momento eu já tenho alguns casos de Mediação, alguns com filhos: dois, três... Em nenhum dos casos foi verbalizada a importância dessa situação.” MS*

## **7.7. Desejos e vontades profissionais**

As aspirações dos Mediadores para a Mediação Familiar Regional e a opinião dos PSEMF quanto às condições pretendidas no exercício da sua actividade profissional diária, foram ainda duas das questões estudadas no âmbito da presente investigação.

Face à natureza e enquadramento técnico e profissional dos dados obtidos junto de todos os sujeitos objeto de estudo, “**mediadores**” e “**não mediadores**”, optámos por decompor o tema em duas perspetivas sobre o assunto: a relacionada com a visão dos profissionais com formação especializada em mediação familiar; a correspondente aos técnicos sem a dita formação específica.

### **7.7.1 Perspectiva dos MF**

Apesar de a Mediação Familiar ter vindo a viver na Europa nas últimas décadas uma progressiva expansão, a verdade é que o seu estágio de desenvolvimento, organização e funcionamento não têm sido uniformes (Rius & Rey, 2008). Dentro dos próprios países pode haver diferenças substanciais quanto à existência e funcionalidade da MF. Pensamos ter sido neste quadro que os Mediadores Familiares estudados enunciaram as suas pretensões para a RAM.

Relativamente às “*Condições infra-estruturais*” os Mediadores salientaram a necessidade da existência na RAM de espaços exclusivamente destinados à prática da Mediação e de um local designado para o desenvolvimento de actividades complementares à Mediação Familiar – eventualmente semelhante aos centros criados em França para o exercício do direito de visita, tendo um dos primeiros, de acordo com

Poussin e Martin-Lebrun, sido criado em Grenoble em 1987 (1999) – especificamente na fase pós separação e divórcio dos casais.

Sobre a necessidade urgente de **“Locais para mediar”**, quer de natureza pública quer privada, em maior ou menor número, **SG, IR e IS** referiram:

*“Deveria existir um Gabinete de Mediação, ou se calhar até mais do que um, mas um que tivesse capacidade técnica de resposta àquilo que neste momento já é a dimensão populacional da Região Autónoma da Madeira.” SG*

*“Devia existir um espaço físico que fosse identificado publicamente como um espaço dirigido à família, um espaço da família, em que poderiam ser exercidas lá, entre outras actividades, a actividade de Mediação Familiar. Acho que isso era fundamental.” IR*

*“Que nos tribunais, ou numa instituição privada, houvesse gabinetes com dinâmica de funcionamento para exercer.” IS*

Ainda sobre os **“Locais para mediar”** foi igualmente realçada pelos Mediadores a importância do apetrechamento dos mesmos e a circunstância de o seu funcionamento obedecer a uma lógica de articulação interinstitucional típica do trabalho institucional em rede. Acerca do conveniente equipamento dos lugares **CRA e PB** referiram:

*“O ideal para nós será um espaço físico com possibilidade de jardim, um espaço exterior, em que depois esse mesmo espaço fosse adaptado precisamente para ser um lugar mais agradável possível, tanto para o casal como para as crianças.” CRA*

*“Condições? (...) Um espaço digno, com boas condições.” PB*

Sobre a necessária articulação entre técnicos e serviços no quadro de uma “Intervenção em Rede”, que, numa óptica formal e institucional deve respeitar a natureza, competência e funções próprias de cada instituição, que serão interligadas pela troca consistente e ordenada de informação e pelo objectivo comum (Azevedo, Barbosa & Brandão, 2004:10-24) de garantir os direitos da Criança, do Adolescente e dos Pais envolvidos numa dada situação, **GM** referiu:

*“A criação de um espaço físico onde a actividade pudesse ser desenvolvida com uma articulação muito estreita entre várias instituições da comunidade...” GM*

No que concerne ao **“Espaço de apoio familiar pós divórcio”** especialmente destinado a auxiliar os progenitores no cumprimento das suas obrigações parentais na fase pós separação dos casais, sobretudo no momento de “passagem das crianças”, **EG** afirmou:

*“Um gabinete com aquela possibilidade de ter um espaço para fazer a passagem das crianças. (...) ... podíamos usar aquele espaço para quando chegasse a altura de a criança ir com o pai ou com a mãe... fazermos nós a passagem.” EG*

Quanto à **“Forma de distribuição geográfica dos serviços de mediação”** a opinião dos Mediadores entrevistados foi divergente: **“centralizada”** e **“descentralizada”**.

No caso da **“centralização de serviços”** houve referência ao desejo destes operarem num **“Instituto ou Centro de Mediação Regional”** a onde os casais de toda a Região se descolariam para dirimir as suas contendas ou questões familiares. Falamos neste caso do apologismo de um único Serviço Público de Mediação, eventualmente sediado no Funchal, conforme foi, aliás, sugerido por CR:

*“Eu acho que não se devia tornar as coisas tão descentralizadas. Não seria positivo! Positivo, talvez fosse a Ilha toda, quer dizer a Região Autónoma toda, ter um Instituto, um Centro de Mediação concentrado num lugar.” CR*

Na circunstância da opinião favorável à **“descentralização dos serviços”** de Mediação foi almejada a criação e distribuição de Gabinetes de Mediação Familiar pela Região, eventualmente Concelhos, públicos ou privados, como sucede, aliás, em Portugal Continental.

*“Acho que deveria haver gabinetes de Mediação Familiar espalhados pelos concelhos, estatais ou privados, ...” SG*

No campo das aspirações relacionadas com o SMF os profissionais fizeram referência à urgência de um improtelável conjunto de **“mudanças no sistema público de mediação”**, designadamente: **“Alteração do regime de convocação/chamada dos mediadores”**; **“Maior presença na região”**; **“Redução do tempo de espera dos casais por um mediador”**; **“Melhores honorários”**; **“Serviço tendencialmente gratuito”**. Um olhar atento sobre o desejo e substância destas mudanças permitiu-nos estabelecer uma conexão estreita entre as aspirações expressas e o estado da Mediação Familiar Regional atrás descrito/caracterizado.

A **“Alteração do regime de chamada dos mediadores”** encerra o desejo dos profissionais relativamente à igualdade de oportunidades no acesso aos casos encaminhados pelo SMF, resultando o mesmo da perceção da existência na Região de profissionais melhor posicionados que outros para participar no mesmo Sistema. Na origem desta situação poderá ter estado a relação próxima de alguns Mediadores Familiares, alguns deles pertencentes à Direção da Delegação do Funchal do IPMF, com o GRAL numa altura em que o referido Sistema “chegou à RAM” e carecia de todos os apoios essenciais à sua implementação, divulgação e operacionalidade.

*“...se calhar, haver um sistema rotativo, não sei... para que pudessem ser distribuídas as solicitações pelos vários Mediadores da Região.” PC*

A indispensabilidade de **“Maior presença na região do SMF”** resultou do sentimento de que os profissionais da Região não têm tido as mesmas oportunidades e os apoios prestados por aquele Sistema aos MF do Continente, deixando assim os regionais numa situação de maior retraimento e desvantagem nada recomendáveis e ambicionáveis por quem se interessa pela profissão e pretende efetivamente exercê-la.

*“Se calhar uma maior proximidade com a entidade que proporciona o desenvolvimento destas funções.”* **PC**

Já o desejo relacionado com a **“Redução do tempo de espera dos casais por um mediador”** decorreu da experiência de **MS**. Nas palavras deste profissional, o SMF, no âmbito dos processos de convocação/chamada dos Mediadores, não se encontrava a funcionar de forma célere pelo que a pretensão da sua simplificação e desburocratização foi perspectivada como séria e urgente mudança a concretizar. Sobre esta realidade as palavras de **MS**, fundadas, aliás, em testemunhos de casais que recorreram à MF privada, foram especialmente eloquentes.

*“Só que a resposta do Serviço Público, segundo o que me têm dito alguns dos casais que recorrem a nós, demora muito tempo. (...) Seria útil um Serviço mais célere”* **MS**

O pagamento de **“Melhores honorários”** como mudança a introduzir no SMF foi particularmente patenteada pelos Mediadores **TF** e **PB**. Na óptica destes profissionais a MF deverá ter como vector motivacional a componente financeira na medida em que a actividade exercida no seu âmbito é de enorme complexidade/exigência pessoal e profissional, como é certamente o exercício da terapia familiar e da psicologia clínica, cujas remunerações, se bem que em regime privado, pelos serviços prestados, são manifestamente superiores. Recorde-se aqui, numa óptica de melhor entendimento das posições assumidas pelos mediadores atrás referidos, que no domínio do SMF os honorários a auferir pelos profissionais por cada processo de mediação familiar, independentemente do número de sessões efetuadas, é fixada em € 120, quando o processo for concluído por acordo das partes; € 100, quando as partes não chegarem a acordo; € 25, quando, apesar do empenho comprovadamente efectuado pelo mediador, não se obtenha anuência das partes para o processo, se apure que não existem condições para a efectivação da mediação ou venha a constatar-se algum impedimento por parte do profissional (cf. n.º 1 do artigo 10º do Despacho n.º 18 778/2007, *Diário da República*, 2.a série – N.º. 161 — 22 de Agosto de 2007, p. 24 052).

*“É assim, pelo que eu vejo a nível de mercado relativamente a outros serviços e a outras prestações de serviços, eu penso que a Mediação Familiar é muito barata para os conhecimentos necessários a todo o processo... Penso que é barata.”* **TF**

*“Acho importante também que seja um trabalho bem remunerado, com um valor aceitável, porque são processos muitas vezes longos e que desgastam bastante e que exigem muito. Acho importante que as pessoas sejam compensadas. (...) Compensadas financeiramente para isso.”* **PB**

Por fim, mas ainda relativamente às mudanças que os mediadores fizeram questão de ambicionar para o SMF, **CR** salientou a necessidade de tornar o **“Serviço tendencialmente gratuito”** num respeito pelo princípio de discriminação positiva. De acordo com este profissional o SMF devia passar a ser totalmente gratuito para os casais que fizessem prova inequívoca da sua incapacidade/dificuldade financeira para custear os serviços prestados pelo mesmo.

*“E depois, também, a possibilidade de distinguir as pessoas que podem pagar das pessoas que não podem pagar para possibilitar a todos a escolha do caminho da Mediação.”* **CR**

Ora sobre esta matéria convirá notar e esclarecer que a utilização pelo casal do SMF está dependente do pagamento, por cada uma das partes, de uma taxa no valor de € 50 independentemente do número de sessões de Mediação que vierem ser realizadas. Pode, contudo, não haver lugar à liquidação da referida taxa nos casos em que o Juiz remeta o processo para Mediação, ao abrigo do regime do artigo 147.º-D da OTM, ou quando seja concedido apoio judiciário a uma ou a ambas as partes para efeitos de acesso a estruturas de resolução alternativa de litígios, nos termos da Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais (Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto).

Outro dos desejos expressos pelos Mediadores para a Mediação Familiar Regional teve a ver com a necessidade da **“Dignificação da classe profissional”** na Região. Neste âmbito os profissionais definiram como condições fundamentais para o reconhecimento público dos Mediadores como profissionais idóneos, a **“Implementação do associativismo profissional”** e a **“Não discriminação intraprofissional”**. Assim, relativamente à importância e ao desejo de **“Implementação do associativismo profissional”** como condição imprescindível ao reconhecimento e valorização social da Mediação Familiar e dos seus profissionais, **MC** e **LR** referiram:

*“...é importante que eles se congreguem enquanto classe!”* **MC**

*“Por isso é que eu acho que devia de haver uma Câmara, não só pública mas de todos os mediadores, que enunciasse quem são os mediadores, quem é que está formado e habilitado a exercer a profissão.”* **LR**

Nesta linha de pensamento só assim será possível aos mediadores familiares regionais conseguir defender os seus interesses, apoiar as suas reivindicações, promover o seu aperfeiçoamento técnico, servir convenientemente a comunidade e viabilizar a realização de cursos de formação, congressos, seminários, palestras e conferências. A este propósito convirá dizer que em Portugal Continental existem já algumas Associações ligadas à Mediação Familiar, cuja actividade parece estar mais relacionada com a prática da Mediação, sua divulgação pública/comunitária e formação de profissionais (como por exemplo: Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP); Instituto Português de Mediação Familiar (IPMF); Associação Europeia de Mediação (Mediarcom); Alternativa Mediar, Formação e Mediação Familiar, Lda. Associação Nacional de Resolução de Conflitos (Consulmed); Jurisolve – Resolução Alternativa de Conflitos, Lda.), não aparecendo, por conseguinte, com o cariz aqui sugerido enquadrando-se mais numa lógica de funcionamento das Câmaras ou Ordens Profissionais, prosseguindo, estas, interesses públicos traduzidos na garantia de confiança nos exercícios profissionais, que compreendem particulares exigências de natureza técnica, deontológica e científica.

No que toca à falta de união profissional entre os profissionais, e por esta razão à necessária **“Não discriminação intraprofissional”** como aspeto a acautelar na defesa efectiva da dignidade e estatuto profissionais dos mediadores familiares regionais, circunstância que pode indiciar a existência de uma débil identidade ou postura pouco corporativista por parte dos mesmos, **GM** e **PE** referiram:

*“Os canais de comunicação quanto a mim não estão a funcionar da forma mais assertiva e da forma de fazer chegar a comunicação a todos, em tempo útil. Julgo que esses aspectos condicionam.”* **GM**

*“Tem a ver, com aquilo que eu falei anteriormente... os dois grupos chegarem a um consenso... (...) ... haver algum consenso e estarmos ali com um objectivo de fazer Mediação Familiar e não haver jogos de poder”.* **PE**

Ora não pode haver facto mais prejudicial à necessária afirmação social de uma nova profissão que a circunstância de os seus próprios profissionais não se entenderem, ou não ambicionarem o bem comum, ou seja, da própria classe. O individualismo, a ânsia de protagonismo particular minam, corroem qualquer acção profissional, por muito nobres que sejam as suas causas, os seus desígnios.

Quanto à **“Difusão de uma cultura de mediação na sociedade madeirense”** como pretensão profissional dos mediadores entrevistados, os discursos proferidos radicaram na necessidade de uma efectiva **“Cooperação institucional multisectorial”**, na



urgência de uma **“Publicitação da mediação”** e no real **“Apoio estatal e político à mediação”**. No domínio da **“Cooperação institucional multisectorial”** foi salientada a importância da implementação e do funcionamento de trabalho institucional em parceria e em rede na área, a assinatura de protocolos para desenvolvimento de projectos de intervenção comunitária (do tipo do protocolo já assinado entre a Câmara Municipal do Funchal e o GRAL, em Dezembro de 2008, e a cooperação entre a Delegação do Funchal do IPMF e a Associação Presença Feminina) e a aceitação da Mediação Familiar por parte da “Instituição Judicial” e dos seus tradicionais atores, juízes e advogados. A este respeito recorde-se aqui o pensamento de Poussin e Martin-Lebrun (1999) segundo o qual um dos entraves à evolução da Mediação Familiar em França, por exemplo, deve-se a uma tradição corporativista que não aceita a participação de outros profissionais, neste caso os mediadores, numa área já ocupada por outros, os tradicionalmente ligados ao sistema judicial.

Sobre o trabalho em parceria e em rede, na esteira dos “movimentos e organizações sociais de cidadania e de solidariedade” de que nos fala Ferreira, no âmbito de “Uma análise crítica das políticas de parceria: A metáfora da rede”, cuja reflexão integra as Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia (p.25-30), Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, realizado em 2009 na Universidade do Minho (Braga), **CV** e **SCG** afirmaram:

*“Por uma parceria entre Justiça, entre Educação, entre todos os intervenientes, todos os parceiros sociais no sentido de construir pequenas experiências piloto. No fundo, para começar a incutir este espírito da Mediação nas pessoas e a necessidade de mediar as suas questões, sejam elas familiares, sejam elas profissionais, sejam elas de vizinhança, sejam elas institucionais.”* **CV**

*“Deveria haver uma maior e estreita relação entre o Tribunal de Família, a Comissão de Protecção de Menores, ou seja, tinha que haver uma Rede. (...) ...uma Rede entre várias instituições e vários serviços...”* **SCG**

Sobre a necessária abertura do Sistema Judicial à MF e aos seus profissionais, que como vimos nem sempre acontece por força da atitude dos seus tradicionais actores, **EG** salientou:

*“Olhe... para já, os Tribunais estarem disponíveis para isso. (...) É assim, a Mediação é uma coisa que está a surgir, é nova e que estávamos habituados que fossem sempre os advogados, os juristas, a lidar com estas questões. Surge este técnico que não é jurista, não é advogado, tem uma formação qualquer que nós sabemos ... Eu acho que nos Tribunais estamos habituados só a duas classes: os advogados e os juízes.”* **EG**

Referência à resistência dos Tribunais e dos seus “principais representantes” relativamente à Mediação é aliás enfatizada pelo GRAL no seu Relatório de Actividades de 2010 quando no mesmo se aclara que “...maioria dos Juízes encara ainda os meios de resolução alternativa de litígios com algum distanciamento e por vezes, desconhecimento....” (p.107).

Quanto à “**Publicitação da mediação**” como condição essencial à instauração de uma “Cultura Regional de Mediação de Conflitos”, os Mediadores justificaram a sua pertinência com base na perceção que os mesmos possuem acerca do conhecimento que a população madeirense detém sobre a Mediação Familiar. Segundo estes profissionais, tem existido na RAM uma conjuntura profundamente adversa à promoção e desenvolvimento da Mediação e dos seus princípios que decorre de uma natural resistência humana à mudança, desconfiança das pessoas relativamente a algo que não sabem verdadeiramente o que é, e, ainda, ao facto de ninguém se preocupar em esclarecer e informar sobre o assunto.

Sobre esta conjuntura não favorável à emergência e desenvolvimento de uma “Cultura de Mediação na População da Região”, que importa contrariar e erradicar com recurso à sua divulgação e sensibilização públicas **MC, LR, AF, SCG e CA** referiram:

*“...a própria divulgação de todo este Serviço, dada com uma dignidade que neste momento não tem! É tudo passado tipo “off record” muito no segredo dos sábios, dos conhecedores da matéria e não é divulgado como uma resposta nova de grande mérito, etc... (...) Por isso era importante esta campanha de divulgação e sensibilização, de uma forma abrangente.” **MC***

*“... a informação é pouca, aparece uma notícia no jornal assim como o “diabo esfrega o olho”, depois ninguém sabe muito bem como é que o GRAL se organizou para vir trabalhar ou para não vir... (...) E depois andamos nisto...” **LR***

*“Eu acho que temos que investir mais! (...) Na publicitação e na própria consciencialização das pessoas do que é que é isto da Mediação!” **AF***

*“... eu sinto que primeiro tinha que haver uma maior sensibilização da população em geral, porque há muita gente que nem sequer sabe o que é a Mediação. Há muitos casais que se calhar procurariam e até pagariam, mas não conhecem. Ou seja, de algum modo tinha que haver um programa de maior divulgação. Podia-se utilizar os meios de comunicação social como a televisão, como a rádio, como as revistas para a divulgação.” **SCG***

*“Tinha que haver publicitação, principalmente nos tribunais, devia estar alguém que apoiasse os magistrados e os funcionários. (...) ...portanto, tinha que haver alguém ali, ou pelo menos uns folhetos explicativos que chamassem bastante à atenção....os folhetos, as pessoas não vão ler, mas alguém que estivesse disponível para informar e dizer: optem pelo acordo e deixem lá o conflito, os advogados, os tribunais, os litígios, o horror que é para as vossas crianças virem para aqui”. **CA***

Parece, todavia, que as dificuldades de divulgação dos serviços prestados pelo GRAL, ultrapassam em muito a realidade regional, fazendo-se mesmo sentir na generalidade. A este respeito é assumido pelo GRAL que “A novidade dos serviços – alguns com menos de dois anos de actividade – associado à escassa afectação de recursos à área do *marketing* e da comunicação impede uma divulgação dos serviços prestados à uma escala nacional intensa.” (GRAL – Relatório de Actividades de 2010, p. 114).

No que toca ao **“Apoio estatal e político à mediação”** que mais não representa que a ambição de ver o Estado mais comprometido com o **“Projeto da Mediação Familiar na RAM”**, como alternativa credível aos Tribunais nos casos de separação e divórcio, o discurso de **NJ** foi especialmente expressivo quanto à necessidade de apoio efectivo por parte dos mesmos em domínios cruciais como: infra-estruturas destinadas ao exercício da mediação; formação e valorização profissional dos quadros técnicos; legislação própria, adaptada à realidade da mediação e facilitadora do funcionamento do sistema público de mediação.

*“O Estado tem que proporcionar todas as condições para que isto aconteça. O que eu não tenho dúvidas é que é um processo que vai ajudar muita gente. (...) Se pegarmos só na análise da despesa em Tribunal, todas as consequências sociais e económicas, psicológicas, laborais dos processos litigiosos, não tenho dúvidas. Só nessa visão, já é uma aposta garantida. (...) Infra-estruturas, gente, cursos técnicos, legislação adequada, acompanhamento do processo legislativo à medida que o processo vai sendo construído. (...) Caminhar neste sentido, mas o Estado tem que estar obviamente sensibilizado para estas questões. Os dados não enganam até porque toda a gente se queixa da morosidade da Justiça, dos Tribunais entupidos. Portanto só nessa vertente se justifica plenamente uma aposta clara, inclusive com dotações orçamentais adequadas. Não se pode dizer: “faz-se isto sem meios”. Não! Dotações especificamente nesta área. Política clara! Aí não tenho dúvidas. Isto é uma decisão política, em primeira instância.”*  
**NJ**

Parece ser nesta linha de pensamento que Parga (2007) refere que para acautelar o futuro da Mediação é necessário que as autoridades lhe prestem a devida atenção, permitindo assim que a mesma se desenvolva e prospere, facilitando mais e melhores alternativas de organização social. Esta importância atribuída à Mediação encontra-se, aliás, bem patente no discurso de Muñoz quando afirma que:

*“ La política que impulsa el acceso a los medios alternativos de resolución de conflictos se inscribe en el marco de facilitar a los ciudadanos un espacio de libertad, seguridad y justicia, y más concretamente, el derecho de acceso a la justicia, promovendo la resolución satisfactoria de los conflictos, por una parte, y por outra, estableciendo unas vías de resolución que impidan el colapso de la jurisdicción, garantizando el buen funcionamiento de la administración de justicia...” (p.186).*

Para além das situações já inventariadas, foram também apontadas como aspiração dos Mediadores para a Mediação Familiar Regional as **“Condições para o desempenho técnico”**. Os testemunhos recolhidos remetem-nos neste âmbito para uma realidade que tem exclusivamente a ver com um conjunto de circunstâncias necessárias ao normal e ajustado exercício da Mediação Familiar, quer em termos públicos quer privados. Não falamos aqui das condições infra-estruturais, por exemplo, mas sim de uma panóplia de outro tipo de requisitos perspectivados pelos profissionais como relevantes ao exigente e complexo desempenho quotidiano da sua prática, nomeadamente: **“Assessoria técnica e/ou existência de equipas multidisciplinares de apoio à mediação”**; **“Dedicação exclusiva à profissão”**; **“Formação técnica e profissionais contínuas”**; **“Estreita ligação da mediação ao tribunal”**; **“Constituição e integração dos mediadores em sociedades privadas de mediação”**.

Relativamente ao desejo de **“Assessoria técnica e/ou existência de equipas multidisciplinares de apoio à mediação”** foi manifestada a pretensão de os Mediadores poderem contar, durante a sua prática profissional, com apoio técnico especializado e/ou funcionarem integrados em equipas que permitam uma abordagem multidisciplinar às situações acompanhadas em sede de Mediação Familiar. Foi então manifestada a importância e necessidade de os Serviços de Mediação e das suas Equipas operarem na base de partilha de conhecimentos técnicos/científicos e de complementaridade na acção em cada caso concreto. Sobre esta pretensão **SG, CV, EG e PB** afirmaram:

*“Por exemplo se eu estivesse a fazer Mediação gostaria de trabalhar com outros mediadores para poder discutir os casos, um advogado por exemplo, porque sou psicóloga e sou uma nulidade na parte da divisão dos bens que é muito, muito importante.” SG*

*“Se bem que eu ache, que o exercício da Mediação Familiar deverá ter sempre como retaguarda um apoio jurídico.” CV*

*“Eu achava giro também a criação de um gabinete privado com uma coisa bem pensada, ... (...) Com uma equipa multidisciplinar, sim. (...) Quando eu disse equipa multidisciplinar estamos a falar de advogados para sustentar a lei e a parte da legislação, psicólogos em questões de crise, assistentes sociais, nem que seja para a parte mais da ligação com o*

*tribunal... quer dizer mais com a segurança social, com as equipas de fora... até um médico.”*  
**EG**

*“Sim, de complementaridade, de interdisciplinaridade e com esta ligação. Portanto estava ali numa Sociedade de Mediadores, em que havia os juristas, os advogados e os mediadores familiares, que podiam ter formações diversas. Era um bocadinho nesta perspectiva.”* **PB**

As situações expostas, que consubstanciam na prática o desejo de **“Assessoria técnica e/ou existência de equipas multidisciplinares de apoio à mediação”**, vão de encontro ao discurso de Araújo e colaboradores (2011) quando acerca da exigência da interdisciplinaridade no exercício da mesma referem: “ Com efeito, pode haver apenas *mediação individual* na qual só intervém um mediador. Apresentando-se como mais prática, fomenta uma relação de maior confiança e empatia, embora tenha o reverso de poder sinalizar parcialidade. Mas, na co-mediação, participam, para além do mediador, um psiquiatra, um psicólogo, um advogado e/ou um assistente social. Logo, neste caso, a divisão de tarefas é reconhecida implicando a cumplicidade entre os mediadores, assim como o trabalho em sintonia. Também na *mediação-âncora* se observa a necessidade de coordenação, pois trata-se de intervenções em que um mediador requisita a presença de outro mediador na resolução de um assunto particular do acordo. O auge da necessidade de interdependência ocorre na *mediação-equipa*, em que a acção de mediação é desenvolvida por vários mediadores que se alternam entre si nas diferentes sessões.” (p.301).

Ainda sobre o interesse e a importância do trabalho de equipa na Mediação, designadamente ao nível da co-mediação, Parkinson (2005) refere que o mesmo oferece grandes vantagens ao processo porque permite o melhor manuseamento dos conflitos mais difíceis e stressantes. A mesma autora afirma que esta modalidade de mediação pode possuir diferentes propósitos, designadamente: ajudar um mediador menos experiente; instituir espaços de supervisão; proporcionar contextos de equilíbrio e apoio quando existem evidentes diferenças de poder entre as partes; estabelecer equilíbrio de género e/ou cultural; aumentar a panóplia de conhecimentos e técnicas disponíveis a utilizar, num quadro de complementaridade, muitas das vezes, interdisciplinar; alterar a dinâmica do processo; aumentar o número e o tipo de estratégias a serem utilizadas na mediação.

No que respeita à **“Dedicação exclusiva à profissão”** como circunstância desejada para a Mediação Familiar Regional e ambicionada por alguns profissionais em particular, **CRA, AQ e MB** afirmaram:

*“...um técnico destacado só para fazer Mediação.”* **CRA**

*“...a tempo inteiro. Um serviço especializado nesta área onde todo o investimento dos técnicos passasse por lá. Acho que ia ser muito mais produtivo para as pessoas, porque iam ter tempo para se dedicar a fundo... (...) ...acho que se iriam sentir muito melhor preparadas para intervir e para os clientes que viessem a procurar o serviço.”* **AQ**

*“Deixar estas funções aqui na Segurança Social e trabalhar, única e exclusivamente, nesse Gabinete. Isso é o ideal.”* **MB**

Ora esta circunstância não corresponde, de todo, à realidade Nacional, nomeadamente no âmbito da operatividade do SMF do GRAL. Neste domínio Rodrigues refere que “Optou-se por um funcionamento não assente na multiplicação de gabinetes de mediação familiar pelo país, mas sim, na organização e gestão de listas geograficamente organizadas de mediadores familiares, com formação reconhecida pelo Ministério da Justiça, que respondem às solicitações de mediação atendidas e encaminhadas pelo seu Ponto de Contacto, na sede deste Gabinete, em Lisboa.” (s/d:8). Estes Mediadores funcionam assim num “registo de chamada” trabalhado neste âmbito em regime de part-time, podendo estes exercer determinadas profissões compatíveis com sua formação de base. Estes profissionais são geralmente assistentes sociais, psicólogos, “conselheiros familiares” e advogados (Coulson, 1996:7). Acerca das mais do que prováveis consequências negativas associadas à forma como a Mediação é exercida e se apresenta no quadro formativo no nosso País, Araújo e colaboradores (2011) afirmam que “Tal como se assiste em relação a outras áreas de intervenção que revelam uma tensão permanente de legitimidades, no seu conjunto a mediação aparece sempre como área acessória, na qual confluem, numa convivência por vezes precária, várias áreas do saber.” (p.303). Por tudo isto o principal receio reside concretamente no facto de a Mediação poder correr o risco de ser reduzida a uma simples técnica (Araújo et. al, 2011: 303) o que na realidade já se verifica se se atender ao que muito dos mediadores familiares entrevistados neste estudo nos verbalizaram.

No que concerne à **“Formação técnica e profissional contínuas”** como condição desejada os Mediadores destacaram a importância e a aspiração de poderem vir a ter acesso a espaços destinados à sua permanente qualificação profissional. Espaços dirigidos à intervenção e supervisão profissional regulares, para que o exercício da profissão, sob ponto de vista técnico e metodológico, ocorra de forma criteriosa. A propósito desta situação **MC, SCG e TF**:

*“...é importante que possam fazer uma intervenção e supervisão.”* **MC**

*“Estamos a falar de situações delicadas, estamos a falar de situações de muito conflito em que não me parece que o curso de Mediação por si só seja suficiente. Tem que haver um acompanhamento à equipa, tem que haver supervisão, porque estamos a falar de momentos da vida das pessoas em que elas estão em grande sofrimento, que estão em grande crise, que estão em confrontos com perdas, com lutos, com situações que as deixam muito vulneráveis em que é preciso uma preparação e uma contenção da equipa para que os processos se possam desenvolver e desenrolar de uma forma a proteger todos os interesses.”* **SCG**

*“Queria ter ...(...) ... alguma supervisão. Penso que é isto que falta.”* **TF**

As palavras proferidas pelos Mediadores neste âmbito encontram especial ressonância quando se sabe que “...o exercício da mediação familiar impõe, de facto, a necessidade de aquisição e de treino de competências vastas, consubstanciadas num perfil profissional específico, que abarca conhecimentos aprofundados sobre a formação e o desenvolvimento da personalidade, a origem e as fases de manifestação do conflito, o conceito de poder, as relações sociais de género e a violência em contexto familiar, a administração do direito, a psicologia e a sociologia da infância, assim como uma gama de assuntos relacionados com a convivência social e os contextos legais e institucionais subjacentes.” (Araújo et. al, 2011:302).

Quanto à **“Estreita ligação da mediação ao tribunal”** como condição desejada para o exercício da MF na RAM, foram vários os testemunhos produzidos pelos profissionais em torno das vantagens que esta situação pode trazer à própria Mediação, quer ao nível do desempenho profissional em si mesmo, e do seu reconhecimento social, quer do impacto positivo da sua acção na sociedade e nas famílias ao nível da prevenção e/ou diminuição dos recorrentes incumprimentos das decisões e dos acordos selados em sede judicial. Sobre a necessidade de a Mediação Familiar surgir junto do Tribunal para benefício da sua própria imagem e valorização social, notemos as palavras de LR:

*“...enquanto as pessoas não perceberem esta circunstância, e não perceberem isto e não se conseguirem organizar... com o Tribunal... com aquela casa... não se conseguirem organizar de forma a prever a existência da Mediação junto daquela casa...”* **LR**

Sobre as facilidades, em termos de desempenho, que poderiam advir dessa **“estreita ligação da mediação ao tribunal”** observemos o que nos disse **MB**:

*“...o ideal seria eu estar aqui a exercer ...(...) ...a tempo inteiro no tal Gabinete junto do Tribunal. Para mim isso era o ideal!”* **MB**

Acerca das vantagens para a sociedade em geral e para as famílias em particular **LR** e **HV** verbalizaram:

*[A Mediação Familiar] ... deve ser encarada dessa forma porque facilita a vida aos advogados, facilita a vida aos juízes, facilita a vida às pessoas e a todos os agentes e, sobretudo, facilita a vida aos casais e às crianças!” LR*

*“Mas relacionado com o tribunal porque também há muitas situações que estão lá no tribunal e que podem ser mais céleres se existir uma intervenção ao nível da Mediação Familiar. Porque há situações em que há processos de incumprimento e não há solução! E claro, a Mediação... aí acho que era mesmo uma mais-valia!” HV*

A este propósito, convirá evocar as evidências assumidas por Ribeiro (1992) e Rios (2005) de que a Mediação Familiar se encontra legitimada pelos Tribunais Portugueses desde inícios dos anos 90 do passado século (Ribeiro, 1992; Rios, 2005 citados por Araújo, et al., 2011:284) e as palavras de Santos e Cunha (s/d) para quem a Mediação Familiar é um serviço alternativo aos mesmos tribunais no domínio da definição de acordos extrajudiciais resultantes do divórcio, como os relacionados com o exercício da responsabilidade parental, divisão de bens, entre outros, dispensando uma interferência judicial directa (Alexander, 2006 citado por Santos & Cunha, s/d). Faz, assim, sentido pensar que o desejo de alguns profissionais em ver a Mediação Familiar junto dos Tribunais, em termos físicos, se prende com a necessidade premente da sua definitiva “publicitação e legitimação social” Regionais. Pois quanto à utilidade e importância da Mediação, reconhecimento do seu potencial e benefícios, tanto para o sistema judicial como para a sociedade em geral, encontrando-se a mesma adstrita ou não aos tribunais, as declarações foram manifestas e inequívocas.

Ainda como condições ambicionadas para o desempenho da MF na Região foi narrada a necessária **“Constituição e integração dos mediadores em sociedades privadas de mediação”**, prática, portanto, externa ao SMF, que na óptica dos sujeitos entrevistados passaria pela criação de “Serviços Privados de Mediação Familiar” com o eventual recurso à integração nos mesmos de outro tipo de profissionais ligados à família, ao divórcio, como os advogados, por exemplo. Neste âmbito **CV** e **PB** afirmaram:

*“Penso que deverão associar-se e estabelecer uma Sociedade. Acho que será muito mais benéfico para todos, quer para a dignidade do próprio mediador e da “profissão de mediador” quer para as pessoas que acedem à Mediação. Até porque se nós pensarmos, o acordo vai para o tribunal para ser homologado. Se não estiver legalmente formado e constituído nunca passará, terá que ser redigido, terá que ser reanalisado. Se este trabalho for à partida realizado numa associação entre mediador e a parte legal da coisa, onde todos os aspectos fiquem salvaguardados será uma mais-valia para todos nós.” CV*



*“Uma Sociedade de Mediação em que se assumisse que ali estariam bons advogados e que estivesse ali como mediadora familiar para as situações em que eles me pudessem encaminhar. (...) Penso um bocadinho nesta perspectiva.” PB*

Por último, mas ainda relacionado com as aspirações destes profissionais para a Mediação Regional, os Mediadores fizeram referência à necessidade de se proceder a algumas **“alterações legislativas”**. Neste domínio foram explicitadas como situações mais elementares: a **“obrigatoriedade da mediação familiar”** no quadro jurídico português e a **“retirada da regulação das responsabilidades parentais dos tribunais”**.

Relativamente à importância e necessidade da **“obrigatoriedade da mediação familiar”** como circunstância a desejar, **LR** e **AF**, ambos advogados, conhecedores profundos da realidade jurídica regional e do funcionamento do Sistema Jurídico Português neste campo, referiram:

*“...penso que a organização do público, no fundo é disso que estamos aqui a falar, passa um pouco pela reorganização do próprio Sistema Processual. Não tenho dúvidas sobre isso! Eu acho que de outra forma não vai resultar. (...) ...primeiro pela dificuldade que nós temos do próprio sistema; segundo pela facilidade que as pessoas actualmente têm em obter o divórcio!”*  
**LR**

*“Eu gostava... (...) ...que a Mediação fosse obrigatória para poder vincular devidamente as pessoas ao processo porque caso contrário... Se calhar, vai haver gente que vai encarar isto de forma positiva e vai dizer: bem, se calhar isto é uma hipótese de nós conversarmos e de resolvermos de forma pacífica o nosso problema; mas vai haver gente que vai entender isso como mais um pró-forme, como mais uma formalidade. E nós somos um país de formalidades!”*  
**AF**

Convirá sobre esta questão lembrar que o artigo n.º 1774 da Nova Lei do Divórcio (Lei 61/2008 de 31 de Outubro) estatui que “antes do início do processo de divórcio, a conservatória do registo civil ou o tribunal devem informar os cônjuges sobre a existência e os objectivos dos serviços de mediação familiar” e que um dos princípios base da Mediação Familiar baseia-se na voluntariedade, traduzida no facto de as partes serem livres de recorrer à mesma assim como desistir do processo a qualquer momento. Ainda a este respeito a Recomendação n.º R (98) 1 do Comité de Ministros aos Estados Membros do Conselho da Europa sustenta, inclusivamente, que a Mediação não deverá, em princípio, ser obrigatória (Rios, 2005:10) embora esta obrigatoriedade possa existir nalguns Sistemas de Mediação Familiar que não o Português.

No que concerne à ***“Retirada da regulação das responsabilidades parentais dos tribunais”*** como desejo e questão positiva neste âmbito, **CR**, jurista e advogada, numa fulgurante postura de crítica serrada às instituições judiciais como lugares impróprios e impreparados para tratar dos assuntos de família, especialmente os que dizem respeito às Crianças e aos Jovens filhos de casais em processo de divórcio, sustentou:

*“Seria positivo a conjugação das pessoas envolvidas ...(...) ...no sentido de retirar a Regulação das Responsabilidades Parentais dos Tribunais. Mas não retirar aos poucos! Porque estão a retirar certas competências dos Tribunais e a dar aos Serviços da Segurança Social, por exemplo. (...) Concentrar num espaço a resolução dessa questão que não no Tribunal. Talvez fazer... um estudo... teria que ser a nível governamental, como é óbvio, que depois daria em Legislação no sentido de uma vez por todas se dizer o seguinte: a questão das Crianças não é uma questão Judicial!”* **CR**

Esta crítica aos Tribunais vendo-os como espaços contra-indicados no trato de questões tão sensíveis e íntimas como a regulação das responsabilidades parentais, parece entroncar na crença de que a actividade judicial no campo familiar carece do “...conhecimento diacrónico sobre a trajetória social da família e das suas redes de interdependência” (Farinha, 1998 citado por Araújo et al., 2011:285) e na presunção de que a Mediação Familiar “...tendo efeitos sobre a realidade social, se orienta para reduzir a amplitude das consequências do divórcio, em particular sobre a biografia das crianças nele envolvidas” (Araújo et al., 2011: 286).

### **7.7.2 Perspectiva dos PSEMF**

Ainda no âmbito do tema aqui dissecado os discursos proferidos pelos “Profissionais sem especialização em mediação familiar”, como vimos um Juiz do Tribunal de Família e Menores do Funchal (**MRS**) e um Assessor Técnico do CSSM no âmbito dos Processos Tutelares Cíveis (**LP**), fizeram emergir duas questões de peculiar interesse. A relacionada com uma ***“proposta de funcionamento do sistema de mediação familiar”*** e uma relativa às ***“condições desejadas no exercício da actividade técnica nos casos de separação e divórcio”***.

No domínio da ***“proposta de funcionamento do sistema de mediação familiar”*** **MRS** defendeu a ***“Gratuidade total do processo”*** e a ***“Existência e observância de um protocolo de mediação pública”*** assente nas seguintes etapas processuais: ***“Fase de pré-mediação em regime semi-obrigatório”***; ***“Fase de mediação”***; ***“Fase pós-mediação/homologação judicial do acordo”***.

Quanto à integral gratuitidade do Serviço a prestar pelo SMF, cujo valor, como vimos atrás, está fixado em € 50 por cada uma das partes, convirá então destacar o entendimento de **MRS** ao considerar que a fixação de custos associados à Mediação pode inibir os casais de recorrer à mesma para resolver os seus conflitos.

*“O Sistema teria ainda de funcionar, basicamente, num sistema público, portanto, gratuito. Tudo o que seja para pagar antes de usufruírem de um serviço, à partida há grandes resistências por parte das pessoas.”* **MRS**

Ora se a utilização do SMF está apenas sujeita ao pagamento do montante referido, independentemente do número de sessões realizadas, não será a Mediação um Serviço relativamente acessível à bolsa do “comum cidadão” comparada, por exemplo, com outro tipo de resposta ou intervenção familiar ou individual a nível privado como a psicoterapia? Pensamos francamente que sim. Além do mais, será oportuno notar ainda sobre esta questão que pode não haver lugar à liquidação dessa taxa quando o Juiz remeter o processo para Mediação ao abrigo do regime do artigo 147.º-D da OTM ou seja anuído apoio judiciário a uma ou a ambas as partes para efeitos de acesso a estruturas de resolução alternativa de litígios, nos termos da Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais (Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto). Se assim for, parece-nos razoável considerar que existem, objectivamente, “mecanismos legais” dispostos a assegurar a completa gratuitidade da Mediação a quem não possui comprovadas condições financeiras para a custear.

A respeito da *“existência e observância de um protocolo de mediação pública”*, cujas fases como vimos na parte teórica podem variar de sistema para sistema, **MRS** observou sobre a etapa que antecede o Processo de Mediação propriamente dito, ou seja, quanto à *“Fase de pré-mediação”* o seguinte:

*“Penso que seria preferível, quando as pessoas vêm aqui no âmbito das Responsabilidades Parentais aos Serviços do Ministério Público devia funcionar um Sistema um bocado misto entre o obrigatório e o facultativo, ou seja, as pessoas deviam ser logo interpeladas para saber se se opunham aos Serviços de Mediação Familiar. (...) Portanto, eu penso que seria preferível um Sistema em que quando dessem entrada nos serviços, as pessoas tivessem que fazer uma cruz a dizer que se opunham à Mediação Familiar e, nos casos em que não se opusessem, o processo seria remetido para a Mediação Familiar e depois ou vinham com o acordo feito ou com a impossibilidade de acordo... (...) Nas Conservatórias, a mesma coisa.”* **MRS**

Procurando estabelecer um paralelismo com as fases preconizadas por Rios (2005) que se encontram em conexão directa com as etapas de acção previstas no SMF do GRAL, a *“Fase de pré-mediação”* aqui referida corresponde à etapa de “Aceitação do processo

de mediação pelos membros do casal” traduzida no facto de o processo de mediação só poder ter início se as partes estiverem de comum acordo quanto à sua participação no mesmo (p.14).

Seguindo a mesmíssima linha de raciocínio a “**Fase de mediação**”, ou seja, da intervenção propriamente dita, corresponderia aos momentos ou fases processuais em que se dá: a “Explicitação de direitos e deveres” das partes no âmbito do processo; a “Identificação dos problemas existentes”, devendo aqui as partes chegar a consenso quanto às que pretendem ver solucionadas, a “nível legal e real”, e fazer correspondê-las com os seus interesses e necessidades; a “Identificação de opções e alternativas” consubstanciada no encontrar soluções alternativas e viáveis que sirvam de base negocial razoavelmente consistente; a “Negociação” cujo objectivo é chegar a acordo que satisfaça ambas as partes; a “Elaboração do acordo e sua aceitação” que corresponde ao momento da redação do documento que reúne todos os assuntos que o casal anseia ver resolvidos (Rios, 2005:14-15).

*“No caso de não se oporem, o Ministério Público intentava a acção e logo o Juiz remeteria para a Mediação Familiar de forma que as pessoas através desse Sistema, com as vantagens que lhe reconhecem, que são as várias sessões que poderão possibilitar um ambiente informal, com mais tempo, podendo de facto chegar a soluções que correspondem aos interesses delas.”*  
**MRS**

Finalmente à “**Fase pós-mediação/homologação judicial do acordo**” corresponderia a “Homologação judicial do acordo” através da qual é conferida legitimidade e eficácia legal ao acordado em sede de Mediação Familiar (Rios, 2005:15) podendo as partes, em casos excepcionais, serem ouvidas pelo Juiz.

*“Depois o acordo seria remetido para o Tribunal para efeitos de homologação e só em casos excepcionais é que o juiz realizaria a audição das pessoas.”* **MRS**

Directamente relacionadas com as “**condições desejadas no exercício da actividade técnica nos casos de separação e divórcio**” foram expressas por estes técnicos, não Mediadores, as “**dificuldades profissionais sentidas no campo judicial**”. Assim, neste domínio foram relatadas por **MRS** e **LP** como contrariedades à intervenção: a “**complexidade do ser humano e sua postura litigante**”; a “**audição das crianças**”; a “**exigência profissional do trabalho desenvolvido**”; a “**ausência de estrutura de apoio ao tribunal destinada ao acompanhamento/controlo do cumprimento dos acordos ou decisões judiciais**”; a “**falta de tempo no tribunal para as pessoas a que a ele recorrem**”; as “**limitações e incapacidades funcionais do serviço que presta assessoria**

*ao tribunal”; a “carência de informação essencial à decisão/acordo judicial”; as “dúvidas quanto à veracidade da informação prestada ao tribunal pelas partes e suas testemunhas”.*

No que toca à “*Complexidade do ser humano e sua postura litigante*” foram mencionadas a dificuldade e a exigência intrínsecas ao trabalho realizado com as pessoas e famílias em situação de crise, de ruptura, nos casos de separação e divórcio. Sobre esta questão foi feita especial referência a algumas contrariedades mais comuns nestas ocasiões: a propensão do casal e respectivas famílias de origem de cada uma das partes para conflitar, muito embora haja casos em que isso possa não suceder, e a atitude individualista, nada colaborante, portanto, assumida por cada um dos elementos do casal durante o processo de divórcio e na fase pós separação, cujo paradigma de conflitualidade se encontra muitas vezes traduzida nas situações de incumprimento relativamente ao estipulado nos acordos ou decisões judiciais. Associado a este tipo revés profissional **LP** e **MRS** referiram:

*“Quem trabalha com pessoas não espera nunca um trabalho fácil! Agora, esse poderá ser facilitado de acordo com a predisposição ou vontade de todas as partes envolvidas. De facto, centro novamente a ideia nesta questão da vontade, da decisão de quem vive o problema.” LP*

*“E depois estamos no mundo da família em que não há propriamente grandes possibilidades de prova: um progenitor diz uma coisa, o outro progenitor diz outra, as situações e os conflitos sucedem-se. Cada um conta as coisas à sua maneira. Depois há situações invocadas que são muito difíceis de comprovar, que são, por exemplo, as doenças das crianças, as crianças não quererem ir... situações de alcoolismo ou consumo de estupefacientes por parte de um dos progenitores, nomeadamente do progenitor que iria exercer o direito de visita, (...) Hoje é muito complicado, em situações de conflito, um progenitor ir a casa do outro buscar a criança, um espaço onde o primeiro se sente protegido. Por exemplo, há vários progenitores que vão a casa da mãe, que é normalmente a casa da mãe, não querendo dizer porém que não exista o contrário, e que depois são agredidos pelo companheiro dessa ou são insultados pelos sogros ou por toda a família.” MRS*

As palavras destes profissionais parecem convergir com a ideia expressa por Torres (1992) quando a autora afirma que a vivência do conflito entre casais, ou o rompimento da relação conjugal, é uma experiência com gradações diferentes, e com o pensamento de Samper (2002) para quem o seu custo emocional é sempre intenso. É, aliás, nesta linha de raciocínio que Santos e Cunha (s/d) mencionam, a respeito da conflitualidade conjugal nos casos de separação e divórcio, situações de ameaça, gritos, insultos, ou em circunstâncias mais agudas, a agressão verbal, física e psicológica, comportamentos tão característicos do “divórcio destrutivo”, expressão utilizada por Glasserman (1997). É neste tipo de divórcios, os “destrutivos”, referem Costa e colaboradores (2009), que

“...encontramos casais com uma comunicação simétrica, isto é, apresentam um comportamento no qual um reflete a acção do outro. (...) [E ainda que] A escalada simétrica, no divórcio destrutivo, leva a eventos muito violentos e confunde os trâmites do processo, pois os profissionais do setor psicossocial são chamados a atuarem como verdadeiros “bombeiros”, apagando as chamas da violência entre os ex-cônjuges que, não dificilmente, chamuscam os filhos.” (p.237).

Ainda sobre a manifestação e elucidação desta complexa realidade social, pela carga emocional que lhe está associada, e a necessidade de não dever caber exclusivamente aos tribunais, na pessoa dos Juízes, a resolução dos aspectos mais sensíveis associados aos divórcios Gersão, antiga Directora-Adjunta do Centro de Estudos Judiciários, afirma:

*“Lembro aqui esse perturbador filme chamado “Kramer contra Kramer”, realizado por Robert Benton em 1979, onde Dusti Hoffman e Meryl Streep nos fizeram entender, como nenhuma argumentação o poderá fazer, a complexidade dos afectos envolvidos na separação dos casais e nas suas decisões sobre a guarda das crianças e nos mostraram como é difícil para os tribunais, por si sós, encontrarem uma solução adequada para os aspectos profundos das questões.” (s/d:7).*

Quanto à “**Audição das crianças**” foi inteiramente assumido por ambos PSEMF o embaraço que a mesma lhes provoca justamente devido à sua falta de preparação técnica específica para desenvolver este procedimento junto das crianças ou jovens. Sobre a assunção desta dificuldade **LP**, Assessor Técnico do Tribunal de Família e Menores do Funchal, referiu:

*“Na intervenção específica de assessoria aos tribunais, de facto, a questão que eu considero de maior dificuldade é, digamos, conhecer exactamente qual a percepção que a criança envolvida tem sobre todas estas questões. Eu, no meu dia-a-dia, devo dizer-lhe que quando numa determinada acção está envolvida uma criança até aos 7, 8 anos de idade, ...(...) ... torna-se num problema extremamente delicado. A audição da criança é uma dificuldade.” **LP***

Já **MRS**, Juiz no dito Tribunal, afirmou:

*“...além de que eu penso que os técnicos, nomeadamente os psicólogos, estão melhor preparados para essa aproximação à criança porque o fazem com mais tempo, com outra capacidade que eu não tenho. (...) Também não temos formação nesta área. Eu, pelo menos, não tive formação nessa área.” **MRS***

Estes discursos ao mesmo tempo que patenteiam as lacunas dos profissionais em questão neste âmbito, e salientam a importância e a necessidade de uma formação especializada para a realização da audição aos menores de idade em meio judicial, fazem notar quão delicada se torna a tarefa de discernir nas elocuições das Crianças a expressão dos seus anseios mais profundos, conforme sustentam, aliás, Poussin e Martin-Lebrun (1999). Esta circunstância é particularmente complexa e difícil nos casos em que a conflitualidade entre os elementos do casal é mais acesa com recurso frequente à utilização dos filhos como objeto de disputa ficando os mesmos confusos e colocados numa ambivalência emocional atroz por força do amor que nutrem por ambos os pais (Costa et. al., 2009).

No que concerne à **“Exigência profissional do trabalho desenvolvido”** como obstáculo percepcionado, foi referido por ambos os profissionais o desgaste físico e emocional/psicológico que o desempenho das suas profissões acarreta, contribuindo para este efeito a rotina profissional, o volume de trabalho e a natureza e complexidade das situações avaliadas e reguladas em tribunais. Sobre esta questão concreta **LP** referiu:

*“...a dificuldade... (...) ... resultante do facto de a assessoria aos tribunais fazer-se por pessoas, pessoas que são sujeitas a um desgaste e que, ao longo de uma série de anos foram fazendo sempre o mesmo trabalho. É natural que ao fim de 4, 5, 6 anos essas pessoas estejam esgotadas e, muitas vezes, o discernimento já é outro. Tem que se ter consciência de quando estamos numa situação de desgaste limite, é altura de parar, sob pena de estarmos a fazer um trabalho qualitativamente deficitário, o que não é o que se pretende. Esta é, também, e de facto, uma das dificuldades que nos obriga a manter um nível de capacidade, de gestão, para que possamos continuar a abordar este tipo de situações.” LP*

Sobre o **“Volume de trabalho”** e suas consequências mais directas **MRS** afirmou:

*“Atendendo à quantidade enorme de processos que temos, corremos o risco que isto passe a ser quase “chapa cinco.” MRS*

As palavras de **LP** e **MRS** ganham especial eco nos discursos produzidos por Santos (1993) e Parga (2007) para quem os tribunais mostram suportar um excesso de processos, confrontando-se, por conseguinte, como uma objetiva insuficiência de meios logísticos e técnicos (Santos, 1993).

A **“Ausência de estrutura de apoio ao tribunal destinada ao acompanhamento/controlo do cumprimento dos acordos ou decisões judiciais”** foi evidenciada por **MRS** como contrariedade profissional efetiva. Este profissional sublinhou as lacunas existentes dentro e fora do Sistema Judicial, ao nível da verificação

do cumprimento dos acordos/sentenças judiciais, e as suas dramáticas consequências, sobretudo ao nível do direito de visita que não se restringe “...à possibilidade [de um dos pais] de ver ou falar com o filho na residência ou na presença do progenitor com quem o mesmo habita. [Na verdade] O direito de visita inclui o direito de privar (ou seja, de estar em privado) com o menor, levando-o a passear, tomar refeições ou mesmo a pernoitar com o outro progenitor.” (Belo, 2009:83).

*“..., por exemplo, ao nível do direito de visita, o efectivar uma decisão judicial é extremamente complicado, porque não há estruturas de apoio. Digamos que não há um Gabinete de Execução das Medidas Judiciais em matéria de Família e Menores. (...) ...ao contrário de outros países, nós continuamos com o drama das visitas aos fins-de-semana, em que a Segurança Social está fechada. Há, nomeadamente, muitos pais que vêm do Continente ou dos Açores para efectivar o seu direito de visita aos fins-de-semana ou durante as férias e defrontam-se com situações de obstáculo por parte do outro progenitor. Há, portanto, muita falta de meios para os tribunais exercerem coercivamente o direito de visitas.” MRS*

De recordar a este propósito, “direito de visita”, e em relação ao caso português, que a Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro veio prever que comete crime quem de um modo renovado e sem justificação, não acatar o regime estabelecido para a convivência dos filhos na regulação do exercício das responsabilidades parentais (Gomes, 2009). Esta circunstância não parece, todavia, intimidar alguns progenitores levando-os a reincidir num comportamento de vingança pessoal em relação ao ex-cônjuge esquecendo-se por completo do bem-estar físico e psicológico dos filhos. É neste contexto que Poussin e Marin-Lebrun (1999) falam que alguns progenitores fazem tudo para obstaculizar a justiça e a execução das suas decisões.

Como causas de incumprimento LP e MRS relataram a ***“conflitualidade e estado afectivo e emocional provocado pela ruptura conjugal”***, a ***“irresponsabilidade dos adultos quanto às obrigações parentais”***, a ***“complacência judicial para com os infractores”*** e a ***“iliteracia judiciária”***.

No que concerne à ***“Conflitualidade e estado afectivo e emocional provocado pela ruptura conjugal”*** como razão que concorre para as situações de incumprimento MRS afirmou:

*“Penso que enquanto as pessoas não resolverem do ponto de vista psicológico, os problemas que têm, não conseguem... ou seja, vai haver problemas judiciais, vai haver incumprimentos. Porque as pessoas não estão bem, do ponto de vista psicológico, não aceitam as novas realidades, têm muito aqueles sentimentos de agressividade, de ódio, de raiva e, portanto, é praticamente impossível as pessoas cumprirem uma decisão judicial de uma forma séria. As pessoas aqui dizem que sim, que aceitam, tentamos convencê-las, há pessoas perfeitamente passivas, dizem que sim a tudo, e depois, chegam ao mundo deles, é como se não tivessem dito nada. (...) As pessoas, em muitos casos, deviam ser acompanhadas e até convencidas a aceitar uma nova realidade e que têm de cumprir as decisões.” MRS*



O discurso de **MRS** remete para a sensível questão aportada por Grzybowski e Wagner (2010) sobre a complexa tarefa dos recém-divorciados terem e deverem conviver por força das responsabilidades conjuntas enquanto pais. Para estes autores a literatura evidencia que uma das grandes dificuldades no divórcio é separar a conjugalidade da parentalidade acabando o casal por utilizar, não raras vezes, os filhos num processo de competição destrutiva (Costa et. al. 2009). Parece ser neste quadro emocional, psicológico e relacional, reportando-se todavia à realidade prática da Mediação Familiar portuguesa, que Rodrigues (s/d), refere ser da maior importância “...melhorar a articulação com estruturas que prestam apoio na área da Psicologia, nomeadamente das psicoterapias, da Pedopsiquiatria e do Direito, dado que o mediador não pode fazer aconselhamento jurídico, nem acompanhamento psicológico, e muitas vezes as partes em conflito, para si e/ou para os seus filhos, sentem estas necessidades. Além de que, ao serem suprimidas estas necessidades, também o processo de mediação familiar poderá fluir de uma forma mais adequada.” (p.13).

Relativamente à **“Irresponsabilidade dos adultos quanto às obrigações parentais”** e à **“complacência judicial para com os infractores”**, como razões associadas ao incumprimento das responsabilidades parentais, **LP** afirmou:

*“...posso facilmente subscrever realmente ou assumir o compromisso formal de uma pensão de alimentos e não cumpri-la. Isso é fácil! Agora, por que é que isto acontece?...É extremamente fácil dizer que sim ou que não ou assinar um papel....mas cumprir o que lá está escrito é mais difícil! (...) Eu considero que se continua a verificar uma disparidade relevante entre os quadros jurídico-institucionais e as práticas sociais efectivas e isso é grave! (...) E se, em bom rigor, nós constatamos que os incumprimentos assumem expressão elevada na globalidade daquilo que são as situações de acordo judicial, deve haver condições para que no plano jurídico se criem condições para reduzir esse tipo de incumprimentos. (...) De facto, a condescendência a que temos vindo a assistir é, do meu ponto de vista, claramente prejudicial.”*

**LP**

A primeira das situações configura a antítese da **“Parentalidade Positiva”**, definida na *Recomendação do Conselho da Europa* (Lisboa, 2006) como:

*...parental behavior based on the best interests of the child that is nurturing, empowering, non-violent and provides recognition and guidance which involves setting of boundaries to enable the full development of the child. (In Council of Europe – Recommendation Rec (2006) 19 of the Committee of Ministers to member states on policy to support positive parenting).*

Consubstancia um padrão relacionamento co-parental de tipo cooperativo em que os pais procuram isolar os seus conflitos conjugais ou interpessoais das suas funções parentais, como sustentam Maccoby, Depner e Mnookin (1990). Em sentido contrário a este tipo de relacionamento parental na fase pós divórcio, os mesmos autores, referem poder ainda existir a “co-parenatidade desengajada e a “conflituante”. Na “desengajada” os progenitores raramente conversam, não acordam regras ou actividades, preferindo educar os filhos de forma paralela, tendo cada um o seu próprio estilo educacional. Têm pouco ou nenhum contacto, o nível de conflito é baixo. Por último na “conflituante” o nível de conflito é alto, activo e existem baixos níveis de cooperação. Os progenitores discutem muito e socorrem-se de ameaças e boicotes envolvendo directamente os filhos.

A segunda circunstância notada como associada ao incumprimento dos deveres parentais – sendo este um dos temas mais sensíveis e que mais acusações tem suscitado por parte dos ex-cônjuges (Belo, 2009) – a **“Complacência judicial para com os infractores”**, parece evidenciar a debilidade do próprio Sistema Judicial Português em pôr fim aos abusos que têm sido cometidos neste domínio. Num discurso declaradamente positivo e crente nos resultados que a “Nova LEI” pode conferir neste âmbito, na medida em que criminaliza a violação de responsabilidades parentais em matéria de “visita” e “alimentos”, Belo (2009), referindo-se aos sistemáticos incumprimentos verificados num passado ainda muito recente, afirma que “ Este estado de coisas gerava no progenitor infractor uma sensação de quase impunidade que o animavam a persistir no mesmo comportamento de vingança pessoal, esquecendo o mais importante que era o bem-estar físico e psicológico do menor” (p.94). Estarão as coisas diferentes por força da alteração legislativa? As dúvidas são grandes e legítimas quanto mais não seja pelas razões apontadas pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) no domínio da avaliação ao “Novo Regime Jurídico do Divórcio” (30 de Setembro de 2010) relativamente à “dificuldade de aplicação da inovação legal” (Santos et. al., 2010:37-38) e devido ao discurso de Anália Torres quando a socióloga, uma das autoras da “Nova Lei” defende que o potencial de transformação social da mesma pode estar seriamente em risco caso advogados e juízes não recebam urgentemente formação específica que facilite e promova a sua utilização (In, Faria, 2011, Jornal Público, Notícia Online).

Quanto à **“Iliteracia judiciária”**, consubstanciada na ausência ou débil cultura jurídica dos pais reflectida no desconhecimento dos mesmos relativamente aos seus direitos e deveres enquanto progenitores, ambos os profissionais sublinharam:

*“De facto, quando se faz um acordo de regulação do Exercício do Poder Paternal há como que uma visão distorcida sobre aquilo que se está a falar. A ideia que tenho é que quando um casal se depara em sede de audiência judicial ou em sede de acordo de pais para definir um conjunto de competências ou responsabilidades de parte a parte que respeitam às exigências inerentes ao processo educativo daquela criança, ou daquelas crianças, poderá não existir por parte dos principais interpretes dessa responsabilidade, ou seja, os pais... poderá não haver, exactamente, a percepção real daquilo que se está ali a tratar.” LP*

*“Em muitas situações eu tenho a noção de que as pessoas têm de cá vir novamente porque não vêm muito alertadas para o que se vai aqui discutir, não têm muita noção, falta-lhes algum conhecimento. Isto é quase preciso uma cultura judiciária sobretudo porque a nossa Lei mudou os termos todos. Eu a primeira coisa que pergunto às pessoas, é se sabem o que é que são as Responsabilidades Parentais. Obviamente que não sabem! Poder Paternal tinham um bocado a noção que era a Guarda mas às vezes confundiam com a Tutela ou com a Custódia, mas isso são no fundo termos jurídico-legais. Mas relativamente às Responsabilidades Parentais, distinguir entre os “actos de particular importância”, “actos da vida corrente”, são coisas que as pessoas não têm a mínima noção, ou o comum das pessoas não tem noção. Por exemplo, como é que se processa o direito de visitas: alguns têm a noção que é aos fins-de-semana; outros querem ficar os aniversários. Depois, com as Pensões de Alimentos é a mesma coisa.” MRS*

Não deixando de admitir aqui alguma responsabilidade individual e/ou parental quanto ao domínio de conhecimentos jurídicos básicos sobre os assuntos que se prendem com a regulação das responsabilidades parentais, a verdade é que para o comum cidadão não será fácil a apreensão e entendimento do “léxico jurídico”. Além do mais, como referem Santos e Cunha, citando Farinha (1998), “...a actual organização do sistema judicial não parece incentivar uma participação activa e directa dos interessados na resolução de questões de ordem familiar, sendo esta protagonizada, e controlada, pelos seus representantes, designadamente advogados, assessores e peritos e, por fim, o juiz, responsável pela decisão.” (s/d:83). Acresce, ainda, que as partes devido à circunstância de não conseguirem, muitas vezes, manter uma comunicação construtiva incumbem no sistema judicial a total responsabilidade da decisão, facto que contribui certamente para os inúmeros incumprimentos verificados quanto às sentenças judiciais proferidas (Santos & Cunha, s/d).

Convirá também não olvidar aqui a este respeito, a intrincada panóplia de aspectos sobre os quais deverá versar qualquer acordo no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais. Genericamente, no acordo deverá constar a guarda conjunta do filho, com quem o mesmo residirá, direitos de visita e pensão de alimentos (Belo,

2009). É precisamente nesta linha de pensamento que Gomes, a respeito da regulação do exercício das responsabilidades parentais por acordo, refere que “ Não basta haver acordo sobre os alimentos devido ao menor. Para haver homologação do acordo pelo Tribunal, têm de ficar suficientemente acautelados todos os interesses, designadamente o exercício das responsabilidades parentais, a guarda, o regime de visitas e administração do seu património, conforme se prevê no art.º 180.º da O.T.M.” (2009:37).

Como *“Condições necessárias à prevenção e redução dos casos de incumprimento”* os mesmos profissionais aludiram à *“familiarização dos progenitores com o funcionamento do sistema judicial e nomenclatura jurídica”*, à *“penalização real dos infractores”*, à *“existência de entidade para supervisionar e assegurar o cumprimento dos acordos e das decisões judiciais”* e à *“sensibilização dos progenitores para a observância dos seus deveres enquanto pais”*.

Ligada à *“Familiarização dos progenitores com o funcionamento do sistema judicial e nomenclatura jurídica”*, LP revelou a importância de acções de carácter pedagógico junto dos progenitores a fim de os mesmos passarem a saber qual é verdadeiramente o seu papel numa audiência judicial, que conhecimentos devem possuir para o executar e que direitos e deveres lhes assistem.

*“Eu julgo que, nesse aspecto particular, para além da necessária preparação das pessoas, alertando-as para aquilo que vão fazer quando vão para uma audiência cujo objectivo é um acordo, torna-se, naturalmente, importante familiarizá-los com aquilo que vão fazer.” LP*

Esta questão parece revestir-se do maior interesse já que a intervenção judicial é bastante codificada e formalizada (Luhmann, 1983; Bourdieu & Teubner, 2000 citados por Araújo et. al., 2011) contribuindo assim para um distanciamento em relação aos cidadãos que em nada dignifica os próprios tribunais e o sistema onde os mesmos existem e operam. É neste quadro que a Mediação tem oportunidade para poder demonstrar que a via judicial, como única forma de resolução de conflitos, está ultrapassada (Parga, 2007). Esta questão coloca-se sobretudo na esfera familiar onde a intervenção do tribunal “...carece do conhecimento diacrónico acerca da trajectória social da família e das suas redes de interdependência.” (Farinha, 1998 citado por Araújo et. al. 2011:285) o que faz com que o mesmo não corresponda, na esmagadora maioria das vezes, aos seus reais anseios, interesses, preocupações e desejos. É aqui oportuno referenciar-se o pensamento de Bonafé-Schmitt (1992) para quem a Justiça, no

domínio dos assuntos de família, é profundamente burocrática, devido a uma especialização exagerada das suas acções, cujo ajustamento à ocorrente complexidade social é excessivamente morosa e, algumas vezes, retórica.

Associada à **“Penalização real dos infractores”** como condição necessária à prevenção e redução dos casos de incumprimento, **LP** afirmou ser urgente haver uma condenação efectiva destas situações – não moral porque esta já sucede – de modo a extinguir o sentimento de impunidade que graça na sociedade e a descrença das vítimas relativamente à Justiça.

*“Eu julgo que este sentimento de impunidade por parte do prevaricador acaba por criar um cenário de um certo laxismo prejudicial para os principais interessados. (...) Ora, quando não existe uma consciência por parte dos intérpretes ou dos responsáveis por essa mesma garantia, tem que haver mecanismos activos formais que, pelo menos, façam esbater esse sentimento de displicência.” LP*

A preocupação expressa por **LP** quanto aos incumprimentos, cujas situações paradigmáticas reportam à “Pensão de Alimentos” e ao “Regime de Visitas” – a primeira circunstância dizendo respeito a “Tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário do alimentado/menor, e também, a sua instrução e educação”; a segunda ao “Horário em que pai/mãe pode visitar o menor e o período de férias a passar com o menor” (Instituto da Segurança Social, I.P., 2011:8) – e à necessidade de castigar objectivamente os prevaricadores, representa, de facto, a incompetência que o Sistema Judicial tem patenteado na gestão desta realidade. Esta preocupação parece continuar a fazer sentido se se atender ao facto de aquando da recolha dos testemunhos no âmbito do estudo já a Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro (Nova Lei do Divórcio) se encontrava em vigor. A propósito das consequências criminais do incumprimento da pensão de alimentos, por exemplo, a referida Lei introduziu recentemente algumas alterações previstas no artigo 250º do Código Penal (inserido no Título IV – “Dos crimes contra a vida em sociedade”) “...na perspectiva de que uma previsão de punição efectiva do potencial infractor possa desmotivá-lo e assim alcançar-se uma redução dos casos de incumprimento das pensões alimentares” (Gomes, 2009:55).

Já a **“Existência de entidade para supervisionar e assegurar o cumprimento dos acordos e das decisões judiciais”**, circunstância estreitamente relacionada com a anteriormente relatada, foi apresentada por **MRS**. Na óptica do Magistrado deveria existir uma entidade ou serviço que ajudasse a pôr cobro à perpetuação clara de

ilicitudes que colocam em causa os interesses e o bem-estar das Crianças e dos Jovens filhos de pais separados/divorciados.

*“Enquanto não houver, de facto, uma entidade que assegure o cumprimento das decisões judiciais no terreno, as situações e os conflitos sucedem-se e não há forma de os tribunais darem solução.” MRS*

De facto, o Tribunal não possui os meios necessários ao acompanhamento e à supervisão do cumprimento das medidas por ele decretadas (Araújo et. al., 2011:285) pelo que a necessidade manifestada não só se justifica como se exige. A ausência de monitorização dos casos gera conflito e este, incumprimentos, muitas vezes de parte a parte, num registo de ciclo vicioso cujas repercussões, se fazem mais sentir lamentavelmente junto de quem é mais vulnerável e se encontra menos apto (os filhos) para perceber tamanho “desarranjo comportamental” dos adultos.

Por último e em relação à **“Sensibilização dos progenitores para o cumprimento dos seus deveres enquanto pais”** como condição igualmente vantajosa para a redução ou prevenção das situações de incumprimento, **LP** sublinhou a importância da consciencialização dos adultos ao nível das suas “obrigações parentais” determinadas por Lei, sobretudo a sensibilização dos mesmos para o impacto positivo que essa atitude certamente produz quer ao nível da defesa dos direitos das Crianças e dos Jovens quer do seu bem-estar integral.

*“Mais do que a formalização de um conjunto de responsabilidades e de competências que facilmente são incumpridas, eu posso acordar consigo que todas as sextas-feiras, vou buscar a criança à escola, às seis da tarde, e voltar a entregá-la a si no Domingo, às oito da noite, é importante alertá-los para o acto em si mesmo. (...) Alertá-los para a importância... e, de facto, isso nem sempre acontece.” LP*

Sobre esta matéria importa desde logo chamar à colação o facto de “As responsabilidades parentais, enquanto poder/dever de educação dos filhos, de conteúdo funcional e carácter altruísta, exercido pelos pais no interesse dos filhos, não são uma mera faculdade, uma possibilidade concedida pela lei aos progenitores de uma criança. Trata-se de uma verdadeira obrigação – prevista no art.º 36.º do nosso texto fundamental –, por parte dos pais de alimentarem, proverem à segurança e saúde, educarem, sustentarem, representarem, ainda que nascituros e administrarem os bens dos seus filhos, praticando todos os actos necessários para a prossecução de tais finalidades.” (Gomes, 2009:12-13). Acredita-se, no entanto, que mais importante do que os progenitores conhecerem e saberem quais são as suas responsabilidades parentais efetivas, é imprescindível que os mesmos saibam colocar em prática a real **“cultura**

**parental positiva**” de que falávamos atrás. Esta, como se viu, traduz-se genericamente num conjunto de funções socialmente reconhecidas e atribuídas aos progenitores para cuidarem e educarem os filhos consubstanciadas e orientadas por comportamentos e valores parentais fundados no melhor interesse das crianças.

De regresso à análise das dificuldades sentidas pelos **PSEMF** na sua actividade diária, de notar a *“Falta de tempo no tribunal para as pessoas”* referida por **MRS**. Esta circunstância é altamente preocupante se se pensar nas condições de desgaste psicológico e emocional em que muitos casais em processo de divórcio chegam a Tribunal para ver resolvidos os seus problemas.

*“Portanto, no fundo, o problema dos Tribunais de Família é que isto é tudo a correr, não há tempo para estar a dar tempo às pessoas...isto é tudo muito apressado.”* **MRS**

As palavras de **MRS** sendo proferidas por um Magistrado ganham aqui especial acuidade e oportunidade. Parece ser neste contexto que Araújo e colaboradores (2011) referem que o tempo é argumento de peso quando se pretende e trata de defender a Mediação e enaltecer as vantagens desta quando comparada com a actividade dos Tribunais. Na verdade o funcionamento das instituições judiciais é lenta (Santos, 1993) circunstância que em nada abona a favor dos casais e das suas Crianças, sobretudo das que se encontram numa fase de desenvolvimento da sua personalidade (Arditti, 1999; Amato & Booth, 1997; Neale, 2002 citados por Araújo et. al., 2011).

Já no âmbito das *“Limitações e incapacidades funcionais do serviço que presta assessoria ao tribunal”* foram referidas pelo profissional directamente ligado a este tipo de acção (**LP**) as situações relativas ao *“escasso número de técnicos na assessoria ao tribunal”* e ao *“atraso ou não satisfação dos pedidos judiciais efectuados”*. Acerca destas mesmas limitações, cuja gravidade e consequência se supõem ser incalculáveis para as famílias, para as crianças e para a própria credibilidade e funcionamento do sistema judicial neste domínio, **LP** referiu:

*“...para já não falar numa espécie de falta de consciência por parte dos órgãos de gestão ao nível da dotação de meios humanos para desenvolvimento desta actividade com o nível de capacidade de resposta tempestiva. (...)...o que se observa concretamente no domínio da RAM em termos de resposta aos tribunais no domínio tutelar civil, refiro-me aos tempos de resposta, eu caracterizava-os como absolutamente descontextualizados daquilo que é o interesse das famílias e dos menores envolvidos neste tipo de processo. Numa palavra, caracterizava-os como... escandalosos! Até este momento tem havido uma certa compreensão por parte dos tribunais, em função da transferência de competências que houve, fruto da adaptação que a própria Segurança Social teve que ter. Daqui para a frente não sei o que irá acontecer.”* **LP**

A este respeito, recorde-se que muita da assessoria técnica aos Tribunais de Família e Menores, nos Processos Tutelares Cíveis, dantes a cargo do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, é actualmente realizada pelas Equipas Tutelares Cíveis da Segurança Social. Esta, e outro tipo de assessoria prestada aos Tribunais, encontra-se prevista no artigo 147.º- C (Assessoria técnica complementar) da Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro) que refere: “1 - Em qualquer fase do processo tutelar cível, o juiz pode nomear ou requisitar assessores técnicos, a fim de assistirem a diligências, prestarem esclarecimentos, realizarem exames ou elaborarem pareceres. 2 - Quando o juiz nomear ou requisitar assessores que prestem serviços em instituições públicas ou privadas, devem estas prestar toda a colaboração, prevalecendo o serviço do tribunal sobre qualquer outro, salvo o caso de escusa justificada. 3 - Aos assessores podem ser opostos os impedimentos e recusas que é possível opor aos peritos em processo civil.” (Aditado pela Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto).

No caso da *“Carência de informação essencial à decisão/acordo judicial”* como obstáculo ao desempenho profissional, **MRS** salientou a escassa ou total ausência de informação necessária à adequada apreciação casos e a gravosa circunstância de esta condição poder levar à tomada de decisão ou legitimação institucional de um acordo que não salvaguarde totalmente os interesses das Crianças ou dos Jovens nos processos de divórcio dos pais.

*“Eu, normalmente, quando os notifico para as conferências de pais, notifico já para eles trazerem cópias dos recibos de vencimentos, porque, se não, chegam aqui alguns e dizem que estão desempregados, e eu não sei se estão desempregados, e o tribunal, no fundo, não tem tempo para saber. (...) ...no fundo, estamos aqui a fazer corpo presente e desconhecemos situações como as habitacionais, se realmente têm condições para ter os filhos aos fins-de-semana ou não têm; se têm um quarto para eles ou não têm....Esse, por exemplo, é o tipo de informação que nos escapa e o outro progenitor às vezes também não sabe. E depois a nossa adesão a determinada solução é por não termos outra maneira de as contrariar.”* **MRS**

Esta situação, podendo estar directamente relacionada com a anterior, *“limitações e incapacidades funcionais do serviço que presta assessoria ao tribunal”*, pode indiciar um quadro altamente preocupante relativamente a uma Justiça que deverá possuir como princípio basilar a defesa irrepreensível dos interesses das Crianças e dos Jovens filhos dos casais que se separam ou divorciam. Na verdade, como pode um Tribunal desempenhar correctamente a sua função social, decidindo ou colaborando na ratificação de acordos, quando não conhece em profundidade as famílias e os casais a



que a ele recorrem? Decidir sem conhecer, é colocar em risco as famílias, as suas crianças, e, por esta via, o futuro de todos. Convirá por esta razão recordar que compete aos Tribunais de Família em matéria Tutelar Cível (artigo 146º da Organização Tutelar de Menores): “a) *Instaurar a tutela e a administração de bens; b) Nomear pessoa que haja de celebrar negócios em nome do menor e, bem assim, nomear curador geral que represente extrajudicialmente o menor sujeito ao poder paternal; c) Constituir o vínculo da adopção e decidir da confiança judicial do menor com vista à adopção; d) Regular o exercício do poder paternal e conhecer das questões a estes respeitantes; e) Fixar os alimentos devidos a menores; f) Ordenar a entrega judicial do menor; g) Autorizar o representante legal dos menores a praticar certos actos, confirmar os que tenham sido praticados sem autorização e providenciar acerca da aceitação de liberalidades; h) Decidir acerca da caução que os pais devam prestar a favor dos filhos menores; i) Decretar a inibição, total ou parcial, e estabelecer limitações ao exercício do poder paternal; j) Proceder à averiguação oficiosa de maternidade ou de paternidade; l) Decidir, em caso de desacordo dos pais, sobre o nome e apelidos do menor.*” (Redacção da Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto).

Por último, e eventualmente relacionada com algumas das dificuldades já apontadas anteriormente, **MRS** referiu como obstáculo na sua prática profissional as “**dúvidas quanto à veracidade da informação prestada ao tribunal pelas partes e suas testemunhas**” por força da inexistência de mecanismos ou formas que lhe permitam avaliar a autenticidade da informação transmitida, quer pelas partes quer pelas testemunhas abonatórias. Sobre esta circunstância o mesmo profissional admitiu assim uma total vulnerabilidade perante a situação já que a sua acção se encontra fortemente condicionada por aquilo que as possam afirmar ou argumentar em sede judicial.

*“E depois nas conferências de pais toda a gente tem pressa, quer resolver a situação, e no fundo é com base nas declarações que vamos resolvendo as coisas. Depois uns chamam mentirosos aos outros, contestam-se e vamos fixando assim as pensões de alimentos, acreditando um bocadinho no que as pessoas nos dizem. Não temos outro processo de averiguações. (...) Porque depois nos meios onde isto se passa as pessoas não são minimamente isentas para depois virem depor a tribunal com um mínimo de idoneidade: é o pai, é a mãe, é o avô, é o vizinho...Puxa para um lado, puxa para outro...” **MRS***

Verdadeiramente sobre as “*Condições desejadas por estes profissionais no âmbito da sua actividade técnica*”, que como dissemos parecem resultar das dificuldades anteriormente explanadas, foram indicadas: a “*nova organização, gestão e funcionamento do serviço de assessoria ao tribunal*”; a “*admissão de mais técnicos para assessorar o tribunal*”; a “*existência e permanência de equipa técnica especializada a funcionar no tribunal*”; a “*entrada em funcionamento do gabinete público de mediação familiar*”; a “*criação de espaços físicos destinados às famílias*”; o “*alargamento da competência territorial do tribunal*”; a “*maior articulação do tribunal com outros serviços públicos no apoio às famílias*”; a “*maior apoio do poder político/governamental às famílias em situação de vulnerabilidade financeira*”.

Quanto à pretensão de uma “*Nova organização, gestão e funcionamento do serviço de assessoria ao tribunal*” LP fundamentou-a com o que considera ser a errada “cultura organizacional” preconizada pela Segurança Social da RAM neste domínio. Na sua perspectiva, para além da escassez de recursos, que aludiremos mais à frente, há que não desconsiderar e ignorar a impreparação e a inexperiência da Instituição em causa para intervir em áreas que até há bem pouco tempo eram da responsabilidade exclusiva do Instituto de Reinserção Social, agora Direção Geral de Reinserção Social, do Ministério da Justiça.

*“...as condições que, neste momento, dão aos técnicos que intervêm na assessoria aos tribunais nas situações de separação e divórcio são, enfim, limitadas em função do tremendo risco que correu, fazendo-se uma transferência de competências do Ministério da Justiça para a Segurança Social, numa matéria em que a Segurança Social não estava, e sublinho, não estava minimamente preparada para o fazer, quer em termos técnicos, quer em termos humanos e sobretudo, em termos de cultura organizacional. (...) Daí que me parece que é importante uma reorientação de toda a forma como a estratégia de assessoria aos tribunais tem vindo a ser feita desde a altura da transferência de competências de Ministério da Justiça para a Segurança Social, sensivelmente há dois anos e alguns meses.” LP*

As palavras de LP incorporam sérias inquietações relacionadas com o trabalho desenvolvido pela Segurança Social, mais especificamente pelas Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT), no domínio do apoio que deve ser prestado aos Tribunais nos Processos Tutelares Cíveis. Paradigmáticas, na sua perspectiva, são as lacunas a nível da preparação técnica específica dos profissionais que nelas actuam, do número de “peritos” destacados para intervir e da própria Segurança Social não possuir uma “cultura organizacional” compatível com as pretensões apresentadas pelo Tribunal. Nem podia, se se atender ao facto de a transferência das competências de intervenção do Instituto de Reinserção Social para a

Segurança Social no domínio tutelar cível ter acontecido recentemente. Na verdade a cultura organizacional de uma instituição é um processo complexo, moroso cujo produto é uma identidade institucional própria. É o que parece dizer Schein (1994) quando afirma que “Cultura Organizacional é o padrão de premissas básicas que um determinado grupo inventou, descobriu e desenvolveu no processo de aprender a resolver seus problemas de adaptação externa e de integração interna e que funcionaram suficientemente bem a ponto de ser considerada válida, e, por isso, de ser ensinadas a novos membros do grupo como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação a estes problemas. (Schein, 1994 citado por Zavareze, 2008).

Relativamente à “**Admissão de mais técnicos para assessorar o tribunal**” o mesmo profissional destacou o insuficiente número de profissionais no Serviço que presta assessoria ao Tribunal de Família do Funchal para acudir às solicitações efectuadas pelo mesmo à Equipa do Centro de Segurança Social da Madeira. A este respeito **LP** afirmou:

*“Começámos, em Janeiro de 2008, com uma equipa cuja dimensão era extremamente limitada e que actualmente tem vindo a ser reforçada, embora, ... (...) ... em termos perfeitamente descontextualizados daquilo que são as reais exigências, ...” LP*

A escassez de recursos parece, de facto, uma realidade originada e potenciada pelo aumento de solicitações apresentadas pelos tribunais. Esta circunstância faz com que os técnicos se afirmem incapazes de avaliar e acompanhar devidamente as situações, podendo, por esta via, colocar eventualmente em risco as Crianças e os Jovens carecidos de protecção. Se se considerar que toda a área da infância e da juventude é prioritária, melhor se entende a tão necessária reorganização que o CSSM poderá ter que operar neste domínio.

Em relação à ambição relacionada com a “**Existência e permanência de equipa técnica especializada a funcionar no tribunal**”, **MRS** destacou que a sua acção poderia ser extremamente útil em domínios como preparação e realização de Audições às Crianças e Jovens, áreas em que os juízes se sentem por vezes impreparados ou menos capazes, recolha de informação necessária ao processo judicial, supervisão, acompanhamento e verificação do cumprimento das medidas judiciais decretadas ou acordadas em sede de acordo judicial entre as partes.

*“O que eu defendo é que devia haver uma equipa a funcionar junto dos Tribunais de Família...”; “...com técnicos preparados para a audição de crianças, preparados para, muitas vezes, também fazer uma espécie de preparação dos pais.”; “...de forma a recolher informação, ...”; “Um gabinete que procurasse garantir o cumprimento das decisões junto de outras entidades. Em vez de estar tudo centralizado no juiz, devia ser esse próprio gabinete que deveria junto de determinadas entidades, nomeadamente Câmara, Segurança Social...pusesse determinados serviços a funcionar, ou mesmo funcionando ao fim-de-semana, esse gabinete, nas instalações do tribunal, fora das instalações do tribunal, para que o chamado direito de visitas se cumprisse.” MRS*

Na linha desta pretensão os técnicos afectos às equipas multidisciplinares de apoio aos Tribunais deveriam estar integrados em quadros dos Tribunais para dar apoio permanente aos juízes para que estes conhecessem mais sobre cada caso concreto. Não se pode olvidar que são de casos humanos que tratam, integrando questões muito sensíveis que não se compadecem com burocracias e demoras provocadas por relatórios e “esclarecimentos” que “tarde ou nunca chegam” em tempo útil. Esta lentidão dos Tribunais na tomada de decisões é conhecida e assumida (Santos, 1993 citado por Araújo et. al., 2011) sendo prejudicial à história de vida dos indivíduos envolvidos, especialmente quando são crianças em fase de desenvolvimento da sua personalidade (Arditti, 1999; Amato & Booth, 1997; Neale, 2002 citados por Araújo et. al., 2011).

É precisamente neste contexto que será porventura de admitir a necessidade de repensar a criação e funcionamento dos tribunais especializados em assuntos de família de modo a que os mesmos possam garantir respostas mais céleres e qualitativamente superiores nos casos em que intervêm.

Quanto ao desejo da ***“Entrada em funcionamento do gabinete público de mediação familiar”*** MRS venceu o facto de enquanto o mesmo não iniciar a sua actividade dificilmente as pessoas conhecerão e aderirão à Mediação Familiar na RAM. Para o referido profissional a divulgação e aceitação públicas do SMF na Ilha passa inevitavelmente pela sua efectiva entrada em acção e não pela sua “preocupante virtualidade”.

*“Depois seria necessário também que funcionasse o Gabinete de Mediação Familiar, nomeadamente o Serviço Público. Que não só passasse a funcionar mas também a encaminhar as pessoas, porque sem entrar em funcionamento não se consegue convencer as pessoas a recorrer aos Serviços de Mediação Familiar.” MRS*

Esta circunstância, para além de enfatizar a dificuldade que a Mediação Familiar Pública tem sentido na Região para operar nos moldes em que pelo menos começou a funcionar em 1997 na comarca de Lisboa, alicerçada em equipas técnicas multidisciplinares em articulação com os Tribunais e destinada a casais em situação de ruptura (Rios, 2005), evidencia a premência judicial em ver a Mediação Familiar como alternativa válida à intervenção judicial directa (Santos & Cunha, s/d; Rios, 2005), em matérias que o artigo 4.º do Despacho n.º 18 778/2007 tão claramente prevê (Despacho referente à criação do Sistema de Mediação Familiar - SMF), cuja actividade se rege pelos princípios da “garantia da voluntariedade”, “celeridade”, “proximidade”, “flexibilidade” e “confidencialidade” que tão esmiuçada e eloquentemente nos fala Gomes (2009:95-100) na sua obra “Responsabilidades Parentais” à luz da Lei n.º 61/2008.

A propósito da *“Criação de espaços físicos de família”* **MRS** considerou urgente a necessidade do aparecimento de espaços onde os progenitores possam fazer com segurança e dignidade a passagem dos filhos no âmbito do cumprimento do “direito de visitas”, por exemplo, como os preconizados por Orgilés, Espada e Piñero (2007), a que dão o nome de “Pontos de Encontro Familiar”.

*“...era necessário haver os tais espaços de convívio para que o direito de visitas ...(...) ... se efectivasse. Porque às vezes nós somos obrigados a marcar pontos de encontro como paragens de autocarro, shoppings, para ver se no meio do público se sentem um bocado mais intimidados e não se “engalfinham” uns com os outros.”* **MRS**

Considerando que os Tribunais não dispõem de todos os mecanismos de acompanhamento e supervisão da observância das medidas decretadas (Araújo, et. al., 2011) e que os incumprimentos das responsabilidades parentais constituem uma das matérias mais melindrosas e que mais queixas tem suscitado por parte dos ex-cônjuges (Belo, 2009) a criação dos espaços referidos seria uma mais-valia para o efeito, sobretudo pela importância que teria ao nível da salvaguarda do bem-estar e integridade física e psicológica das Crianças e dos Jovens.

Outra das condições desejadas por **MRS** neste campo era ver consumado o *“Alargamento da competência territorial do tribunal”* de Família e Menores do Funchal ao resto da Ilha da Madeira. Na sua perspectiva os tribunais de competência especializada possuem maior sensibilidade e competência na abordagem e solução dos problemas familiares que decorrem dos casos de separação e divórcio.

*“Depois também era bom que este Tribunal alargasse a competência territorial a toda a RAM, pelo menos à Ilha da Madeira, porque é um Tribunal com competência especializada e, portanto, penso que haverá uma maior sensibilidade para questões relacionadas à Família, que, ao contrário do que se costuma dizer, não é um Direito Menor, porque é o Direito que mais mexe com a vida das pessoas. Tem a ver com o íntimo das pessoas, com a vida privada e familiar das pessoas.” MRS*

As palavras de **MRS** além de chamarem a atenção para a necessidade do alargamento da competência territorial do Tribunal em causa, precisamente por possuir idoneidade especializada, parecem sugerir a necessidade de este tipo de tribunais deverem estar devidamente equipados para fazer face às realidades e exigências familiares com que frequentemente se deparam, quer ao nível das instalações físicas propiciadoras de conforto e privacidade, quer dos recursos técnicos para intervir na família com o recurso à ação de gabinetes de psicologia, mediação e atuação de peritos em audições a crianças ou jovens.

Finalmente, mas ainda em relação às condições profissionais desejadas pelos PSEMF no seu campo de intervenção, foi tal-qualmente referido por **MRS** a necessidade de uma **“Maior articulação do tribunal com outros serviços públicos”**, já que muitas das soluções destinadas às famílias são de cariz multisectorial, atendendo à especial complexidade e fragilidade social em que se encontram, e de uma **“Maior sensibilidade e apoio do poder político/governamental às famílias em situação de vulnerabilidade financeira”** provocada pela separação/divórcio. Na primeira das situações, referente à conveniência de uma maior articulação do Tribunal com outras instituições e organismos públicos, a famigerada “articulação interinstitucional”, tantas vezes recomendada em áreas como a Saúde Mental (cf. Fazenda, 2010) realce-se a necessidade de uma permanente cooperação entre os Tribunais de Família com os diversos sectores das políticas e intervenções sociais, num registo de funcionamento em rede cujas principais características assentam, entre outros aspectos, na articulação contínua (“ao longo do tempo”), na partilha de recursos, na defesa do interesse colectivo (cf. Fazenda, 2010:115-116).

*“É para mim um dos ramos do Direito mais importantes na vida das pessoas, em que as pessoas precisam de mais ajuda, em que a maior parte das pessoas não tem mais ninguém, nem advogado....e é um Direito que é preciso estar sempre e mais em articulação com outras entidades, não só a Segurança Social, a Reinserção Social, o Instituto de Habitação da Madeira...” MRS*

A segunda circunstância, ***“Maior sensibilidade e apoio do poder político/governamental às famílias em situação de vulnerabilidade financeira”***, decorre do fatal depauperamento das famílias com o divórcio e do particular impacto negativo que o mesmo pode ter nas mesmas a nível habitacional.

*“Porque às vezes há situações que têm a ver com carências habitacionais, com a própria Câmara, e era bom, que, por parte do poder político, houvesse um maior apoio a estas questões.”* **MRS**

Esta, é, de facto, uma realidade em crescendo, agravada pela enorme crise social e financeira que assola a Europa e o Mundo, não sendo agora possível aferir os reais custos familiares, especialmente nas Crianças, se por força da hecatombe económico-financeira se perpetuam relações destrutivas cujas marcas dificilmente ou nunca se apagarão.

De facto, revelando-se o divórcio como fonte de especial contrariedade financeira para a famílias em geral e para um ou ambos ex-cônjuges em particular, é de supor que estas dificuldades se façam sentir a nível liquidação da renda da casa e do pagamento do crédito imobiliário. Ora é precisamente aqui, de acordo com **MRS**, que a intervenção política pública deve ocorrer de modo a erradicar ou mitigar eventuais problemas habitacionais que em caso de não solução poderão vir a tornar-se em situações bem mais emaranhadas e nefastas, quer para os adultos quer para os filhos, que uma “simples falta de casa para morar”. Sobre esta dramática questão o tempo encarregar-se-á de demonstrar se aquilo que dissemos faz ou não qualquer sentido.

## Conclusões

### Aspectos Preambulares e Gerais

A análise inferencial do teor e conteúdo das entrevistas realizadas aos sujeitos objeto de estudo, **MF** (n=29) e **PSEMF** (n=2), foi-nos permitindo integrar e explicitar teoricamente algumas dimensões que se organizaram em grandes temáticas que aqui sintetizamos/aclaramos com recurso aos principais e mais relevantes resultados encontrados, que modestamente acreditamos poderem contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre a problemática estudada e, nesta medida, ter implicações positivas no domínio da prática da Audição das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar, especialmente no nosso País. Antes, porém, e numa abordagem de natureza estritamente introdutória e genérica às conclusões que iremos anunciar nos pontos subsequentes, destacamos:

- a) A afinidade existente entre as Ciências Sociais e Humanas e a Mediação Familiar. Por esta razão consideramos os licenciados com formação académica de base em Serviço Social, Direito, Sociologia e Psicologia, como profissionais mais susceptíveis de poderem vir a corresponder aos exigentes desafios colocados pelos casais em sede de Mediação, ou pelos menores de idade que neste contexto profissional “possam” e desejem participar. Ainda neste âmbito parece confirmar-se a apetência e interesse dos profissionais que exercem a sua actividade principal na área Social e da Saúde, especialmente Mental, pela Mediação Familiar. Na verdade, como ramos de actividade profissional de origem dos sujeitos objeto de estudo, encontrámos profissionais ligados aos Serviços de Saúde e Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, áreas onde a intervenção familiar em geral e infanto-juvenil em particular é constante e primordial. Aliás, vinte e seis dos MF entrevistados (n=26) afirmaram já terem trabalhado com Crianças/Jovens e respetivas famílias nos mais distintos campos de ação.



- b) O total desconhecimento sobre a Mediação Familiar que alguns profissionais admitiram apresentar à data da sua candidatura ao Curso de Especialização em Mediação Familiar. Esta circunstância poderá, afinal, não espelhar mais que a realidade atual, mormente Regional, relativamente à ignorância patenteada pela população em geral sobre a Mediação Familiar como meio alternativo ao judicial na resolução de litígios e à escassa inserção do SMF como meio alternativo de resolução de litígios na família (cf. a este respeito Relatório do OPJ (2010:130-132) sobre “O Novo Regime Jurídico do Divórcio em Avaliação”). Este facto torna-se particularmente surpreendente quando sabemos que a Mediação Familiar existe e funciona em Portugal, embora incipientemente numa fase inicial, desde 1997.
- c) Excepção confirmada junto de alguns Mediadores Familiares que demonstraram enorme vontade em poder vir a exercer funções na área, sobretudo os com formação académica de base em Serviço Social, a verdade é que uma parte expressiva dos profissionais, sobretudo licenciados em Psicologia, não manifestou qualquer tipo de interesse no desempenho desta “nova” actividade profissional. Para estes técnicos, totalmente alheios ao facto se integravam ou não as Listas do SMF para a Região, a frequência da especialização em MF serviu sobretudo para se enriquecerem, apetrecharem, aperfeiçoarem tecnicamente para assim atuarem com maior propriedade no campo terapêutico/clínico, quer a nível familiar quer conjugal. Não é de estranhar, portanto, que a MF tenha sido, especial e particularmente, encarada pelos psicólogos e terapeutas familiares como técnica /metodologia de intervenção na família, mais concretamente junto dos casais em processo de separação ou divórcio. Posição semelhante foi também avançada por outros MF com formação de base em Direito, ao assumirem a circunstância e a expectativa de a frequência do Curso de Mediação Familiar vir a dotá-los de mais competências para melhor intervirem na gestão de conflitos de casal em Tribunal, encarando-a, aliás, como verdadeira alternativa ao trabalho que as instituições judiciais não conseguem realizar e desenvolver no campo do Direito da Família.
- d) A integral ausência formativa na RAM destinada aos MF na fase pós-especialização, responsável por estados de desmotivação e insegurança inibidores da prática, excepção feita à realização de apenas dois Congressos

organizados pelo IPMF em colaboração com o GRAL do Ministério da Justiça, com propósitos mais divulgativos que formativos (mais direcionados, portanto, à sociedade em geral). A formação desejada pelos Mediadores, deveria, isso sim, consubstanciar ações educativas complementares à formação de base em Mediação Familiar como são naturalmente as supervisões, as pós-graduações e os mestrados na área, já existentes, aliás, em várias Universidades ou Institutos de Ensino Superior do nosso País como o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

- e) A ideia de que a prática da MF na RAM, pura e simplesmente, não existe, resumindo-se a sua existência e operatividade a tímidas iniciativas, sobretudo particulares, como no caso concreto, entre outros três, de um Mediador Familiar licenciado em Direito cuja actividade era levada a cabo no âmbito de uma sociedade de advogados sediada no Funchal. Esta circunstância, correspondente à realidade Regional, contrariou a expectativa inicial que alguns profissionais possuíam quanto à implementação rápida da Mediação Pública na Ilha e à sua recetividade pela sociedade madeirense em geral. Foi, aliás, neste contexto que um grupo de Mediadores Familiares (originários do I e II grupo de profissionais formados pelo IPMF na RAM) criou em Junho de 2007 a Delegação do Funchal do IPMF com a finalidade de divulgar e implementar um Serviço Privado de Mediação Familiar alternativo ao SMF do Ministério da Justiça, visto como demasiado burocrático e, portanto, limitado na sua celeridade e funcionalidade. Os mesmos profissionais consideraram que o Projecto em questão acabou, todavia, por não ter o impacto almejado confrontado que foi com constrangimentos de várias ordens mas estreitamente interligados: governamentais, políticos e financeiros.
- f) A MF foi perspectivada pelos Mediadores Familiares como verdadeira alternativa aos Tribunais de Família e Menores já que o Sistema Judicial não consegue, em muitos casos, corresponder às expectativas dos casais em processo de separação e divórcio sendo o ambiente forense quase sempre olhado como pouco ou nada aconselhável para tratar verdadeiramente dos assuntos de família e, por conseguinte, das questões ligadas aos menores de idade nos casos de rutura de casal. A Mediação Familiar foi tal-qualmente apreciada como meio através do qual será possível prevenir os tão afamados, e não menos inquietantes, casos de

incumprimento parental nas fases pós separação e divórcio de mais variada ordem (sobretudo aqueles cuja génese se encontra na falta ou total ausência de diálogo entre os progenitores) que o Sistema Judicial “conhece e reproduz” e que, em muitas situações, podem determinar/conduzir à abertura de Processos de Promoção e Proteção nas CPCJ

- g) Contrariamente ao que se supõe dizer-se sobre a eventual indisponibilidade ou reserva daqueles que trabalham diretamente no e para Sistema Judicial relativamente à Mediação Familiar, a verdade é que o foi constatada uma total abertura dos PSEMF quanto à mesma, sendo a Mediação perspetivada como efetiva alternativa e/ou complemento à intervenção direta dos Tribunais nos casos de separação e divórcio, desde que diligenciada com idoneidade. Isto não obstou que estes profissionais tivessem colocado sérias dúvidas quanto à preparação efetiva dos Mediadores Familiares da Região para o exercício desta atividade profissional.

### **Família como “Espaço Suscetível de Bem e Mal-Estar”**

Os dados do nosso estudo apontam para a família como lugar passível de proporcionar aos seus elementos vivências paradoxais/dicotómicas como são as circunstâncias de bem e mal-estar. Quanto ao bem-estar dos menores de idade no seio familiar os Mediadores consideraram que o mesmo passa por sensações e/ou estados subjetivos relacionados com o sentirem-se amados, felizes, pertencentes a um grupo de pessoas (a família), seguros/protegidos, em paz e respeitados, circunstâncias que correspondem naturalmente à satisfação de necessidades de natureza físico-biológica, cognitiva e socioemocional (cf., a este respeito, *Guia de Orientações para Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco*). Ora o sentirem-se respeitados converge justamente com a situação relativa ao reconhecimento parental e familiar do direito das crianças e dos jovens a exprimir livremente a sua opinião sobre temas ou assuntos que lhes digam respeito (cf. especialmente a este respeito artigos 12.º, 13.º e 14.º da CDC). Numa óptica mais abrangente e com vista à presença deste bem-estar a nível familiar foram aventados como fatores promotores os de “Prestação, Proteção e Participação” que fizemos corresponder com os Direitos previstos na CDC que Hammarberg (1990) qualifica e denomina do mesmo modo. Assim, e no quadro dos

“Fatores Promotores de Bem-estar das Crianças e dos Jovens na Família associados à Prestação” foram relatadas as condições de os mesmos poderem aceder aos cuidados de saúde necessários, conviver com a família e ter no seu seio relações afetivas e emocionais positivas, beneficiar dos cuidados físicos diários e ainda usufruir de actividade de entretenimento e de lazer. Quanto aos “Fatores Promotores de Bem-estar associados à Proteção” foi suportada a condição relativa à preservação da integridade física e psíquica dos filhos por parte dos pais. Por fim, mas ainda relativamente aos Fatores Promotores do Bem-estar foi apontada a Participação das Crianças e dos Jovens na Família como “*sine qua non*”, dependendo esta mesma participação de contextos de acesso à informação, ao diálogo positivo e à liberdade de opinião na família, reconhecida pelos Mediadores como Direito que lhes assiste desde a nascença ou começo da fala, podendo essa mesma opinião ser expressa pelo comportamento, com recurso à linguagem verbal ou ao desenho como representação gráfica refletora de vivências/emoções. Numa lógica de análise diferente da relacionada com as formas de expressão de opinião, encontramos os fatores associados à capacidade dos menores de idade para emitir opinião, designadamente: a idade; estágio de desenvolvimento; personalidade, natureza do tema; vivências intra e extra-familiares. A apreciação deste misto de condições reforça a ideia de que cada Criança é diferente de todas as outras, sentindo, pensando e reagindo de forma única, sendo assim o resultado da influência de inúmeros contextos que definem a sua individualidade, intrínseca, aliás, a qualquer Ser Humano. Numa referência específica aos fatores associados à determinação dos assuntos suscetíveis de opinião por parte das Crianças ou Jovens na família, foram unicamente apontados pelos MF, além da questão relacionada com a natureza do próprio tema, a idade e estágio de desenvolvimento em que o menor se encontra. Embora esta situação possa ser entendida como lógica e legítima, na medida em que se encontra ligada a claras preocupações em não constranger ou lesar as Crianças ou Jovens com matérias complexas que poderão e deverão dizer somente respeito aos adultos, a verdade é que também não deixa suscitar uma questão real que é a de desta forma se estar a concentrar totalmente nos mais velhos o poder decisão sobre o que devem os menores de idade falar ou se pronunciar, mesmo quando as matérias lhes dizem respeito. Ora sobre o poder de influência da opinião das crianças e dos jovens na tomada de qualquer decisão familiar os MF entenderam que a mesma jamais deverá vincular qualquer tipo de decisão, surgindo apenas como contributo para uma

determinação conjunta, cabendo no entanto aos progenitores a última palavra, só possível num quadro familiar de comunicação positiva, comunhão e democraticidade na relação entre todos os seus membros. Será pois no espaço e no contexto desta vivência familiar que a emissão da opinião por parte dos das Crianças ou dos Jovens na família poderá ter como impactos positivos inevitáveis nos mesmos os “sentimentos de pertença”, de “valorização individual” e de “afirmação pessoal”.

Situação diametralmente oposta à sensação e estado de bem-estar na família é a que decorre ou pode transcorrer da “conflitualidade conjugal negativa”, isto é, dos conflitos lesivos à família e aos elementos que a compõem. Na nossa investigação, embora alguns MF tivessem percecionado os conflitos de casal/conjugais como positivos, desde que bem geridos e por esta razão capazes de produzir efeitos benéficos e produtivos, a verdade é que a maioria dos profissionais especializados em MF conotou pejorativamente a conflitualidade no seio do casal, associando-a a um conjunto considerável de situações negativas de natureza diversa que poderão redundar, entre outras circunstâncias: na procura, por parte do casal ou de um dos seus elementos, de apoio técnico especializado (como clínico/terapêutico, por exemplo), para resolver ou saber lidar com essa mesma conflitualidade ou com os problemas ou dificuldades que a determinam; num ambiente familiar aziago às Crianças ou Jovens; na dissolução da relação conjugal. Em todo o caso, o impacto nos menores de idade de qualquer uma destas situações dependerá sempre da resiliência que possuem, podendo, por esta razão, os resilientes mostrar respostas altamente adaptadas face a situações extremamente adversas do ponto de vista psicológico, físico e social (Anaut, 2005).

Sobre a rutura de casal propriamente dita, a totalidade dos sujeitos inquiridos (MF e PSEMF) apontaram para uma panóplia de razões responsáveis pelo fenómeno. Muitas expressando e enformando situações contraindicadas à Mediação Familiar, conforme foi referido no enquadramento teórico, outras em que a mesma pode e deve surgir como inteiramente recomendável e, finalmente, aquelas em que só a intervenção terapêutica é adequada (podendo esta ocorrer em regime de complementaridade à Mediação, tanto na fase pré como pós divórcio), e a ação judicial penal obrigatória, como nos casos de violência conjugal, por exemplo.

Outro dado relevante consubstancia-se na conotação positiva atribuída por alguns sujeitos ao divórcio. Na base desta asserção encontram-se os factos de as separações de casal viabilizarem a erradicação de situações prejudiciais à família (adultos e crianças) e

permitirem que cada ex-cônjuge seja ou volte a ser feliz numa outra relação, garantindo assim ganhos globais, de natureza individual e familiar. Até porque na existência de filhos, a família não termina com o “fim da relação entre homem e mulher”. Ainda sobre a conotação positiva conferida ao divórcio, foram referidos como fatores que influem na sua “imagem positiva atual”: o fim do estigma social tão associado às separações no passado; a inexistência de filhos nas relações, já que são os mais vulneráveis ao sofrimento que as ruturas provocam; o caso de as separações de casal poderem ocorrer num contexto de colaboração e de diálogo, como aliás preconiza a MF; o não envolvimento dos filhos nos assuntos dos pais; o divórcio como alternativa preferível para a família e respetivos membros.

Assim, e não obstante possam existir algumas vantagens individuais e familiares decorrentes das ruturas de casal, a verdade é que estas configuram sempre intensos momentos de stresse e turbulência familiar, mais restritos ou alargados, suscetíveis de colocar em risco ou mesmo fazer perigar o bem-estar e o desenvolvimento saudável das Crianças ou dos Jovens, quando existem. É precisamente tendo em consideração as “consequências negativas” das separações e dos divórcios e, ainda, as virtudes da MF como meio de resolução alternativa de litígios na família na fase pré e pós divórcio, por si só ou em conjunto com uma intervenção de natureza clínica/terapêutica, que devemos pensar em promover, implementar e generalizar a Mediação, na medida em que esta tem demonstrado conseguir evitar e/ou minimizar os efeitos nocivos das ruturas de casal, quer no plano individual quer familiar. Para este efeito, será conveniente alterar o paradigma de abordagem técnica e metodológica dos conflitos no seio familiar, já que a forma tradicional de resolução dos mesmos em muitos casos tem-se revelado completamente desadequada, e indispensável empreender uma mudança radical na atitude de deixar que constrangimentos de natureza individual e familiar, desencadeados por questões afectivo-emocionais não resolvidas associadas às ruturas, corrompam irremediavelmente o processo de separação de casal/conjugal, que se deseja o menos conturbado possível, sobretudo para os mais novos. Situações paradigmáticas de como as coisas não devem suceder neste domínio, são os casos de desenraizamento familiar e social dos filhos dos casais levados ao extremo, a conflitualidade familiar (“restrita” e “alargada”), a menor convivência das famílias de origem dos ex-cônjuges (geralmente de uma das partes) com os filhos destes e o sofrimento psico-emocional individual e familiar, muitas vezes associado não só ao fim da relação de casal/conjugal mas também

à privação do convívio de um dos ex-cônjuges com os filhos ou dos avós com os netos. Na nossa opinião, são precisamente as situações de “Alienação Parental” o expoente máximo e a expressão mais clarividente do fracasso da intervenção do Sistema Judicial nos assuntos de família nos casos de separação/divórcio, não conseguindo pôr cobro a tamanha crueldade individual, familiar e social, cujos custos a todos os níveis poderão ser avultados.

Ainda sobre a “*Alienação Parental*”, estranho parece-nos ainda a circunstância de a Sociedade continuar, apesar de conhecer social e cientificamente o fenómeno e todas as suas consequências, a pactuar com algo cujo resultado compromete seriamente o futuro das Crianças e dos Jovens que o vivem, relegados que muitas vezes são para a condição de “órfãos de pais e avós vivos”.

### **Proteção das Crianças e dos Jovens na Separação/Divórcio dos Pais**

O entendimento sobre a salvaguarda do “Superior Interesse dos Menores” nos casos de separação e divórcio encontra-se basicamente associado às dimensões de bem-estar já aqui enunciadas. Assim, no domínio da “*Provisão e Assistência*” enfatiza-se como condição necessária a este nível a prestação dos cuidados básicos essenciais ao desenvolvimento integral do “menor”, só possível através da manutenção das circunstâncias financeiras e materiais anteriores à separação ou divórcio, bem como a salvaguarda da sua integridade física, psico-emocional e afectiva dos mesmos. A “*Manutenção da convivência familiar e social*” constitui a indispensabilidade da conservação das interacções familiares e sociais positivas, condições opostas às situações em que os menores são literalmente “desenraizados do convívio social habitual” e “alheados da convivência familiar” de que o fenómeno da “Alienação Parental” é infelizmente corrente e paradigmático. Já na “*Valorização, integração e oportunidade para a evidência*” destaca-se a importância da participação ativa dos filhos na família com recurso à palavra, propiciadora de sentimentos de pertença, reconhecimento e valorização familiar. Representa assim a convocação dos filhos para se manifestarem sobre os seus mais profundos desejos e a constatação de verem respeitado o “Direito à Opinião”, conforme estabelece o artigo 12.º da CDC. Todavia, a relação indissociável entre o Princípio do “Superior Interesse da Criança” e o artigo 12.º referido é sobejamente conhecida mas muitas vezes questionada e desprezada, o que nos faz lembrar que os seus Direitos são “limitados”, “aspiracionais”, “não absolutos” e

“partilhados” (Alderson, 2000 citado por Tomás, 2011:74-75). É na esteira desta asserção que podemos enquadrar e chamar à colação as dificuldades que os MF entendem colocar-se frequentemente à defesa do SIC nos casos de separação/divórcio, que podemos agora classificar de “evitáveis” e “inevitáveis”. No primeiro caso podemos ponderar os constrangimentos decorrentes do conflito entre os progenitores e a variabilidade de concepção e dos critérios marcadamente subjetivos e relativistas utilizados na sua aferição. No segundo, as dificuldades decorrentes das consequências naturais associadas à separação/divórcio dos adultos. Neste sentido, poderão ser dirimíveis os conflitos entre cônjuges e ex-cônjuges culmináveis não raras vezes nas típicas situações de “Alienação Parental” – podendo estas, nalguns casos, configurar casos de falsa acusação de abuso sexual – e alcançável a determinação objetiva do “Superior Interesse das Crianças e dos Jovens” nos casos de separação e divórcio. Já inevitável parece ser a “dor” nas Crianças decorrente ou associada à rutura de casal/conjugal, que não sendo debelada poderá converter-se num quadro psicopatológico irremediavelmente comprometedor do seu desejável, saudável e harmonioso desenvolvimento. É também neste âmbito que importa destringir tristeza, como manifestação e reação normal de uma Criança à separação dos pais, daquilo que poderá enformar uma circunstância psicopatológica carecida de intervenção clínica experimentada. Para o evitar foram narradas como “atitudes parentais defensoras dos filhos nos casos de separação e divórcio” a nível da “relação paterno-filial”, a prioridade aos filhos, o diálogo com os mesmos sobre a situação familiar (presente e futura), a sua não exposição ou envolvimento nos conflitos dos pais, o respeito pela individualidade dos filhos, inconciliável com sentimentos de posse relativamente aos mesmos, e a exclusão dos “menores” de qualquer assunto relacionado com os progenitores enquanto casal. Já em relação à “postura parental associada ao futuro dos filhos” na fase pós divórcio, foram evidenciadas como condições o respeito pelo anterior nível e rotina de vida dos “menores”, a presença e o envolvimento de ambos dos pais na vida dos mesmos, a manutenção da convivência das crianças ou dos jovens com outros familiares significativos (como os avós maternos ou paternos, por exemplo) e o trato parental cordato em prol dos filhos.

Tendo em consideração o que sucede em contexto judicial e se assume como imprescindível à salvaguarda do “Superior Interesse dos Filhos dos Casais em Processo de Separação/Divórcio”, foram referenciadas como condições obrigatórias a nível



“infra-estrutural e organizacional” a inclusão da MF no sistema forense e a criação de um maior número de tribunais especializados em assuntos de família, circunstâncias estas pouco expectáveis atendendo à conjuntura económica e financeira nacional, que determinará certamente inferiores investimentos no Sector. No plano “jurídico-legal” foi interessante observar a relevância atribuída ao cumprimento da Lei vigente, tantas vezes desrespeitada no que toca à “pensão de alimentos” e “regime de visitas”, por exemplo, o que parece fazer do “Direito da Família um Direito Menor”, a necessidade de nova produção legislativa, como se a existente não fosse suficientemente vanguardista e irrepreensível sob ponto de vista da sua concepção, e, ainda, de um diploma que se refira objetivamente ao desígnio da defesa do “Princípio” aquando das ruturas de casal. Ora se é verdade que os “normativos” são capitais neste domínio, mais importante ainda são as “Pessoas” e a “Atitude” que as mesmas, enquanto progenitores, adotam quando a relação de casal finda. Já no campo “técnico-profissional” as condições tidas como cruciais não deixam de ilustrar algumas das circunstâncias associadas ao investimento que urge fazer no campo dos recursos humanos forenses, que nele trabalham ou que lhes dão apoio ou assessoria. Há aqui, portanto, a enfatizar a necessária formação especializada extrajudicial dos “profissionais do direito” (como advogados e juízes), a afetação de mais juízes aos Tribunais de Família e a sua permanência prolongada dos mesmos na área e a maior e melhor assessoria/apoio técnico especializado à tomada de decisão ou acordo judiciais (preferencialmente das Ciências Sociais, como Serviço Social e Psicologia, por exemplo). Como circunstâncias específicas essenciais à defesa do Princípio neste quadro familiar, foram ainda expressas como condições importantes de natureza “extrajudicial” o trabalho desenvolvido por vários Serviços de Proteção Social de Crianças e Jovens, de que são exemplo claro as CPCJ e as Equipas Tutelares Cíveis da Segurança Social, os Serviços de Mediação Familiar, públicos e privados, e todos aqueles que configuram ajuda especializada efetiva, geralmente levada a cabo por psicólogos e terapeutas cuja atividade se encontra geográfica e prosperamente disseminada. Em sentido mais genérico representam outros requisitos essenciais à defesa do “Superior Interesse das Crianças e dos Adolescentes” neste âmbito, o aumento de infraestruturas de apoio às famílias e o respetivo incremento de profissionais na ajuda às mesmas, o trabalho de equipa, sobretudo de cunho interdisciplinar, o rigor científico na ação, que subentende uma formação especializada para intervir na área, o respeito pela especificidade casuística que significa que “cada

realidade familiar é única”, sendo por conseguinte forçoso promover-se a “personalização da intervenção” em detrimento da sua tão recorrente padronização, e, ainda o respeito pela privacidade da família em geral e de cada um dos seus membros em particular, sejam eles adultos ou não.

### **Audição infantil e juvenil nos processos de separação/divórcio.**

#### **A) Audição em sede judicial**

A respeito da Audição Judicial das Crianças e dos Adolescentes nos casos de separação/divórcio, os MF manifestaram-se contra e a favor, embora a concordância com a auscultação tivesse sido sempre associada à garantia de condições tidas como fundamentais para a sua realização de modo a afetarem/agravarem o estado psicoemocional dos sujeitos objeto da mesma. A consubstanciar as posições contra a Audição Judicial foram indicadas a impreparação técnica dos magistrados para ouvir os “menores”, o contexto forense, quer em termos físicos quer relacionais, desajustados aos mesmos, a dificuldade com que os filhos lidam com a separação dos pais e, ainda, a não fiabilidade dos seus testemunhos, supostamente por não possuírem capacidade de discernimento para avaliar, com idoneidade, as suas reais necessidades neste contexto. Numa posição transversalmente oposta foram apontados os argumentos relacionados com o “Direito dos Filhos à Opinião” quando a relação entre os progenitores se desagrega, com o direito dos “menores” à informação e ao esclarecimento sobre a sua família (quer no que toca ao presente e ao futuro) e, ainda, a circunstância de a Audição propiciar a definição de um melhor acordo ou decisão judicial, na medida em que evita o escamoteamento de vozes igualmente importantes (neste caso a dos filhos) para a vivência futura da família como de todos os seus elementos. É que mesmo com o divórcio a família continua a sê-lo, só que noutras circunstâncias e configurações.

Outro dado relevante associado à posição favorável dos MF em relação à Audição Judicial manifesta-se nos requisitos que os mesmos entenderam dever ser observados para a sua concretização. Falamos neste contexto de condições que têm a ver com a criação de um espaço físico e de uma atmosfera relacional adequados; com a necessidade de uma prévia avaliação psicológica do “menor” a ouvir; com a circunstância de a mesma audição dever ser conduzida por pessoa tecnicamente especializada (quer em regime atuação individual, exclusiva no ato de auscultação em si

mesmo ou no apoio técnico a um juiz, por exemplo, no decurso da mesma audição); com a idade do sujeito (sendo certo que sobre esta não houve unanimidade, pois a mesma poderá servir de referência mas nunca ser decisiva, definitiva no apuramento da sua capacidade e competência); nos casos em os progenitores manifestem reais dificuldades de entendimento sobre questões diretamente relacionadas com os filhos; com o nível de desenvolvimento que o “menor de idade” apresenta (sendo este profundamente determinado por uma multiplicidade de influências inter-relacionadas, conforme preconiza a perspectiva Ecológica do Desenvolvimento Humano de Brofenbrenner); com o respeito pela vontade da criança ou do jovem em relação à sua participação na audição; com o facto de a auscultação não dever passar disso mesmo, pelo que deverá servir somente para recolher mais e melhor informação e jamais para decidir o que quer que seja no âmbito do processo judicial em que as famílias e os seus membros se encontram envolvidos; e, finalmente, com a circunstância de a audição dever ser encarada como último recurso e mais-valia para o processo judicial em si, quer este resulte num acordo ou decisão judicial.

Se no caso particular dos MF houve quem estivesse literalmente contra Audição Judicial, cujos argumentos foram atrás elencados, os **PSEMF** entrevistados no âmbito deste estudo (como vimos um Juiz e um Assistente Social do CSSM, assessor técnico afeto à equipa tutelar cível de apoio ao Tribunal de Família e Menores do Funchal) manifestaram-se totalmente a favor de tal possibilidade, reportando-se somente a algumas situações que poderão configurar circunstâncias contraindicáveis à auscultação ou supérfluas ao processo em si mesmo. Assim, no caso da concordância com a Audição, onde os sujeitos entenderam não dever haver restrições quanto ao tipo de assuntos a explorar, foram apontadas como situações justificativas e legitimadoras a observação de um direito da criança ou do jovem em ser ouvido (“direito objetivo”) e o respeito integral pela vontade individual de os mesmos serem auscultados (“direito subjetivo”), que podem não desejar exercer esse mesmo direito. Estas duas questões remetem-nos assim para aquilo que podemos designar de formas de acautelar o direito dos filhos à opinião no processo de separação/divórcio dos pais em contexto judicial. Pessoalmente, quando os menores são “escutados ou observados” por profissionais direta ou indiretamente ligados ao sistema judicial, com recurso à “palavra”, ao “desenho” ou à “linguagem gestual”, o que pressupõe que a audição possa ser realizada a qualquer “menor”, independentemente da sua idade e desenvolvimento. Indiretamente,

com recolha técnica de informação junto de “terceiros” sobre os “menores”, eventualmente fora do contexto forense.

No domínio das condições desaconselháveis ou desnecessárias à audição dos menores de idade em contexto judicial, estes mesmos profissionais referiram-se às situações em que se percebe que os filhos são objeto de manipulação parental, se constata que auscultação é requerida por um só progenitor, quando se verifica o desacordo da criança ou do jovem em relação à sua participação e quando se averigua a existência de elementos processuais suficientes à intransigente salvaguarda do seu “Superior Interesse” no processo judicial.

Acerca da natureza do espaço físico destinado à audição dos “menores” em tribunal, muitas vezes apontado como inapropriado aos mesmos, foi interessante verificar a inexistência de convergência de opinião sobre o assunto, cabendo mesmo e apenas ao juiz entrevistado a manifestação da premente indispensabilidade de dotar o espaço forense de especiais características físicas ajustado à realidade dos menores de idade, Crianças ou Jovens.

Já no campo das competências profissionais necessárias à realização da Audição aos “menores” em tribunal, as narrativas dos dois profissionais foram no sentido de a ação exigir capacidades técnicas no campo do “Saber Saber”, ou seja, do conhecimento propriamente dito, e do “Saber Estar”, que se encontra profundamente associado à “dimensão relacional”, na situação e na relação com os sujeitos. Ora tanto numa como noutra área do “Saber” o conhecimento proveniente das Ciências Sociais é altamente qualificador e decisivo (como o da Psicologia do Desenvolvimento, por exemplo), sendo certo que no domínio relacional há atributos que parecem não surgir exclusivamente do que se possa aprender em “contexto formal” (entenda-se formativo, académico) mas resultar de um conjunto de vivências pessoais, condições humanas e atributos inatos ao profissional com o perfil desejável para o efeito. Na verdade esta dimensão foi especialmente valorizada nos discursos de ambos os profissionais ligados ao Sistema Judicial que indicaram como procedimentos adequados e adotados na audição judicial às Crianças e Jovens, a postura informal e o discurso adaptado aos sujeitos objeto da auscultação, a postura empática face às situações vivenciadas pelos “menores” e a não directividade na abordagem aos mesmos.

Igualmente relevante neste domínio das competências, de acentuar a nota expressa pelo Magistrado relativamente à necessidade de se “Saber Inovar”, quando não se possui preparação especializada para a concretização da Audição, nutrindo-se esta versatilidade e criatividade, da leitura de livros ou obras científicas sobre o assunto, da participação em conferências sobre a temática, do visionamento de programas televisivos sobre a questão e da experiência de vida/convivência com crianças/jovens.

Numa assunção clara à Audição Judicial como tarefa complexa e exigente a empreender, foram indicados diversos requisitos a ponderar (se numa fase avaliativa e/ou preparatória da mesma) e a observar (se no seu decurso) que podemos agrupar em três grandes grupos. No que concerne às condições inerentes aos sujeitos a ouvir, foram descritas a indispensável avaliação das características individuais das crianças ou dos jovens a auscultar (como a idade, o nível de desenvolvimento e a personalidade) e a vontade destes em participar, já que gozam de toda a legitimidade e poder para recusar o seu envolvimento no processo judicial. No que toca aos requisitos relativos aos progenitores foi feita apenas referência à concordância de ambos pais com a realização da audição ou sugestão conjunta dos mesmos para a sua concretização. Por último, relativamente às condições respeitantes ao processo judicial e à audição enquanto ação técnica de cariz especializado, as narrativas permitiram identificar uma panóplia de preceitos que se consubstanciam: na necessidade do recurso à assessoria técnica para o efeito; na circunstância de a audição não poder incidir sobre matérias crime (como os casos de abuso sexual intrafamiliar, por exemplo); na obrigatoriedade de a auscultação aos filhos dos casais acontecer em privado e não na presença dos pais; na realização da auscultação com o fito de se assumir como verdadeiro contributo para a tomada de decisão ou acordo judicial; no pressuposto de que tudo o que for relatado é confidencial, devendo-se nos casos estritamente obrigatórios proceder-se à divulgação seletiva da informação recolhida sem a identificação da fonte; no afastamento da criança ou do jovem de qualquer comprometimento com a decisão/acordo judicial, na avaliação prévia do caso (de natureza individual e familiar); na criação de ambiente físico e relacional adequados aos sujeitos participantes na audição; e na existência de dúvidas processuais (o que significa que só faz sentido haver audição quando se entende existirem lacunas importantes no conhecimento da realidade pessoal/familiar). Pegando neste último requisito, compreendemos porque que razão foi recomendada a condição de a realização de qualquer audição dever somente ocorrer após recolha/existência de informação

escrita necessária ao processo e a constatação de discórdia entre os pais no mesmo sobre uma ou mais matérias.

É aliás na esteira das condições aludidas que devemos perceber e analisar aquilo que os sujeitos nos transmitiram como sendo comportamentos e sentimentos mais frequentes manifestados pelas Crianças ou pelos Adolescentes na Audição em Tribunal, podendo estes variar em função da sua idade, desenvolvimento, personalidade e estado psicoemocional. Na verdade, olhando para aquilo que foi o entendimento dos profissionais ligados ao Sistema Judicial acerca das condutas e sensibilidades frequentes manifestados pelos filhos dos casais em processos de separação/divórcio, fácil se torna perceber que a atitude e o seu sentir se faz notar de forma variável em função das características pessoais que possuem pelo que será expectável observar: quem tenha vontade/necessidade em participar; quem, no seu discurso, demonstre preocupações e interesses que extravasam o meramente pessoal; quem expresse desejo em decidir sobre a sua vida (geralmente os adolescentes); quem evidencie total desconhecimento em relação ao motivo da audição; quem manifeste insegurança e desconfiança em relação à situação.

Já quanto ao entendimento sobre a informação recolhida junto das crianças ou jovens em sede judicial, a mesma foi perspectivada como peça processual de auxílio à decisão/acordo judicial, fundamental à defesa do interesse dos filhos dos casais em processo de separação/divórcio, devendo encontrar-se sempre sujeita a ponderação/avaliação especializada, sujeita a sigilo e revelação seletiva, como atrás já fizemos alusão.

Facto igualmente marcante neste capítulo da Audição Judicial foi a expectativa negativa expressa pelo Juiz do Tribunal de Família do Funchal quanto à dificuldade da não generalização desta prática no nosso País, certamente por força das limitações e dos condicionalismos que mais à frente escarpelizaremos, que mais não traduzem a verdade jurídica nacional neste domínio, suposta e contrariamente ao que vem sucedendo na realidade judiciária estrangeira. Sobre esta circunstância impõe-se-nos enfatizar o fenómeno do desfasamento entre a “verdade jurídica escrita/diplomada” e a “realidade social efetiva” que demonstra a timidez da audição das Crianças/Jovens em contexto forense, em contraposição à existência de um quadro legal nacional e comunitário que estabelece, incentiva e promove a sua realização. Este é um dos casos paradigmáticos de que o Direito pode colocar-se à frente de uma “*Realidade Social Concreta*” podendo

parte das conclusões aqui apresentadas sobre o tema consubstanciar a análise sociológica sobre o mesmo, encontrando-se, esta, principalmente atenta às razões que os indivíduos transmitem para aquilo que fazem (Firmino da Costa, 2009).

### **B) Audição em sede de Mediação Familiar: da opinião à “prática na RAM”**

O posicionamento dos MF sobre a Participação ou a Audição dos “menores” em contexto Extrajudicial, não pode ser aqui compreendido sem recurso à percepção que os mesmos manifestaram quanto às condições e características da relação de casal na MF e seu entendimento sobre o Direito das Crianças e dos Jovens nos processos nos casos de separação e divórcio (entre outras questões ou assuntos aqui estudados que designamos de *“Determinantes Enformadoras de Posicionamento ou Orientação”*). Sobre a primeira circunstância há a salientar o facto de a conflitualidade entre os elementos do casal na Mediação poder ser de “elevado conflito” ou não existir (não descurando os casos em que o conflito pode não ser de dimensão elevada ou se encontrar latente); que é na fase inicial do processo que a conflitualidade é superior, decrescendo com o decorrer do mesmo até à consensualidade entre as partes; que os fatores que influenciam a atmosfera relacional são de natureza intrínseca ao casal (como o estado afectivoemocional, a predisposição para o processo e a atitude durante a mediação) e ao mediador (como a capacidade do profissional para prevenir conflitos e a sua aptidão para gerir e avaliar a natureza dos mesmos). A respeito da segunda situação, ou seja, sobre o entendimento dos MF sobre o “Direito dos Menores à Opinião na Mediação Familiar”, há a evidenciar a posição daqueles que o viram como legítimo; os que o encararam como sujeito à sua não observância por decisão de terceiros; e os que o observaram como direito imprudente e lesivo dos interesses dos filhos dos casais em processo de separação ou divórcio. No primeiro caso os profissionais defenderam a “concretização processual direta do direito” (que implica, de acordo com as narrativas, o contacto direto das crianças ou jovens com o Mediador ou outro profissional afeto ao processo de mediação, podendo a opinião ser expressa através da palavra falada/escrita, de desenhos/imagens ou da própria observação daqueles na interação com os progenitores). No segundo caso, a “concretização processual indireta” do preceito, traduzida no recurso à opinião dos “menores” através dos pais, de outros familiares ou mesmo pessoas próximas.

Neste sentido, e relativamente ao entendimento dos MF sobre a Participação dos “menores” na Mediação, cuja Audição é uma das formas possíveis, os profissionais posicionaram-se contra e a favor da mesma, desde que asseguradas determinadas condições. Esta circunstância determinou, assim, dois tipos de participação consubstanciada no envolvimento “direto” e “indireto” dos “menores” no processo. No primeiro caso, podemos admitir a interação das crianças ou dos adolescentes com o Mediador ou outro técnico especializado na abordagem aos mesmos, a observação técnica do contacto pais-filhos no seio das sessões de Mediação e, ainda, a auscultação especializada dos “menores” fora das sessões de MF. No segundo, podemos referir como circunstâncias a “participação tácita”, que perspectiva os filhos com o estatuto de “omnipresentes”, o recurso à recolha de informação junto dos progenitores em sede de Mediação ou da rede social das crianças e jovens fora deste contexto de resolução extrajudicial de litígios. Neste sentido, e à luz destes dois padrões ou paradigmas, se a “Participação” pode não pressupor a “interferência material” dos “menores” no processo de Mediação, a “Audição” sim.

Centrando exclusivamente a nossa análise na opinião dos MF sobre a Audição, questão principal do nosso estudo, importa notar a veemência com que alguns dos profissionais se manifestaram contra a realização da mesma, não admitido por isso qualquer ensejo de efetivação; a concordância com a sua viabilidade e concretização, desde que assente num panorama de condições básicas e extraordinárias; e a ambivalência manifesta em relação ao tema, devido à sua famigerada complexidade. No que respeita às “Razões Contra a Audição”, foram anotados dois padrões de argumentos: o primeiro assente na MF como espaço inadequado e nocivo às crianças ou aos adolescentes e no facto de a sua representação estar completamente assegurada pelos progenitores ou pelos profissionais da Mediação; o segundo alicerçado na convicção de que a auscultação dos “menores” em nada contribui para a melhoria da dinâmica do processo e do resultado que este visa alcançar (contribui para a *“Inviabilização da Audição por Convicção”*). Num plano antagónico a este, ou seja, quanto aos “Argumentos a Favor da Audição” na Mediação, torna-se imperioso destacar a presença de alguns paradigmas relacionados com a presença efetiva dos filhos dos casais em processo de separação e divórcio na Mediação e com o processo em si mesmo, de que o melhor acordo é o resultado que se pretende almejar. Em relação aos menores de idade, a circunstância de estes deverem ser decididamente encarados como reais sujeitos de direitos, não fossem eles a razão de



ser da Mediação Familiar, sem se negligenciar a proteção de que os mesmos devem ser objeto, surgindo, por conseguinte, este espaço técnico e familiar, como informativo e securizante, aspetos tão significativos para a salvaguarda da integridade psicoafectiva e emocional dos mais novos num quadro de crise familiar. Quanto ao “processo em si”, a circunstância de a auscultação às crianças e aos jovens facultar um superior conhecimento da realidade familiar global, viabilizando uma rigorosa e adequada gestão do mesmo, decerto com resultados mais pretendidos e ajustados a todos intervenientes (pais e filhos).

Ainda no quadro de concordância dos Mediadores com a Audição dos “menores” na Mediação Familiar achámos uma panóplia considerável de condições percebidas como obrigatórias para e na realização da mesma – que em muitos aspetos vão de encontro aos requisitos apresentados no Guia para os Profissionais da Acção Social na Abordagem de situações de Maus Tratos ou Outras situações de Perigo da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens, na rubrica sobre a “A Entrevista à Criança” (s/d:251-253) – que na nossa opinião devem corporizar a essência da conduta profissional a observar neste domínio no nosso País, à semelhança, aliás, do que já acontece na Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e noutros países Anglo-Saxónicos. De acordo com o nosso estudo essas condições encontram-se associadas à natureza e às características da Audição, enquanto parte integrante do processo de Mediação Familiar, à postura e ao perfil do profissional incumbido da realização da auscultação, às características, estado emocional e postura das crianças e dos jovens face ao ensejo de serem ouvidos no processo e, finalmente, às características e à atitude dos progenitores nas sessões de mediação e perante a audição dos filhos. No primeiro grupo de requisitos podemos considerar unicamente as circunstâncias de os assuntos de audição incidirem sobre as rotinas da vida familiar e social dos “menores”, seus interesses/aspirações futuras e causas responsáveis pela separação e divórcio dos pais, numa lógica de desmistificação e esclarecimento sobre as verdadeiras causas associadas ao fim da relação; de o espaço físico e relacional destinado à auscultação das crianças e dos jovens ser adequado aos mesmos (no primeiro caso, em termos de localização, decoração e apetrechamento adaptado à idade dos “menores”; no segundo, relativamente às atitudes de apoio emocional e postura empática que devem sempre subsistir no seu decurso da audição); de a audição só acontecer com a existência de informação prévia recolhida na mediação junto dos pais (o que significa que a audição

dos menores de idade só deverá ocorrer após auscultação dos pais sobre a realidade familiar, em geral, e dos filhos, em particular); de a informação procedente da audição ser unicamente destinada à elaboração do acordo escrito entre as partes, à ação pedagógica a desenvolver pelo mediador no trabalho a incrementar junto dos progenitores e à gestão do caso a mediar; de a audição consubstanciar uma mera auscultação; de a audição sobrevir somente num registo de busca de nova e elucidativa informação para o processo; de a adesão dos “menores” à audição dever ser voluntária; de a auscultação acontecer sem registo de inquérito; de a escuta ser realizada sem a presença dos pais e respeitar integralmente “superiores interesses” dos mais novos.

No segundo conjunto de condições foram identificados dois grupos de requisitos: os que têm diretamente a ver com orientação técnica pró audição, na medida em que pode haver profissionais que com ela não concordem; e os associados às singularidades, especificidades que compõem o perfil profissional de quem se encontra habilitado para a realizar da auscultação. No que toca à competência profissional reivindicada pelos Mediadores para a realização da Audição aos “menores” na MF, rubrica de crucial interesse no âmbito da nossa abordagem, digamos que a mesma incorpora três dimensões do Saber: o “Saber-Saber”; o “Saber Ser/Estar”; o “Saber-Fazer”. A primeira dimensão diz respeito aos conhecimentos necessários para a efetivação da auscultação (domínio cognitivo) e que os profissionais da Mediação entenderam derivar das Ciências Sociais (sobretudo da Psicologia do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente), e da formação de base em MF, embora esta tivesse sido olhada como bastante, nalguns casos, e escassa, noutros. Já a segunda reporta-se à atitude, à adoção da postura apropriada que profissionais devem ter na abordagem aos “menores de idade” na audição, de que a disponibilidade, sensibilidade, informalidade e empatia (domínio afetivo-relacional), aspetos essenciais ao estabelecimento de uma interação positiva, parecem ser exemplos inequívocos. No campo do “Saber-Fazer”, ou seja, no domínio da prática, “do agir”, foi evidenciada a importância da experiência profissional adquirida (“acumulada”) como condição relevante para a realização da Audição e, no caso da sua ausência, a experiência técnica tutelada, que mais não significa a possibilidade de realização da Audição por profissionais menos experientes mas num quadro de recurso à supervisão efetuada peritos no assunto (fonte do “Saber-Fazer”).

No domínio das exigências relacionadas com as características, estado emocional e postura das crianças e jovens face à Audição, que na nossa ótica deve exigir uma

avaliação prévia a levar a cabo por um especialista em saúde mental (psicólogo clínico/terapeuta) foram consideradas como condições a observar e a ter em conta a sua idade, a maturidade e nível de desenvolvimento cognitivo, estado emocional dos “menores” e a vontades destes em participar na audição. Relativamente à idade, se é verdade que a mesma pode dar algumas indicações quanto à expectável aptidão que um “menor” poderá possuir em termos de processos de raciocínio, atenção, linguagem e memória, entendemos que o “tempo cronológico de vida” de um determinado indivíduo, Criança ou Jovem, não lhe confere por si só essa mesma capacidade, não fosse o desenvolvimento humano determinado por uma panóplia interminável de influências e experiências de vida de vária ordem, como tão bem explica e sintetiza o Modelo Ecológico Urie Bronfenbrenner já escarpado. Poderá ser também à luz da Abordagem Ecológica que podemos considerar as restantes variáveis atrás apontadas, especialmente as que têm a ver com a maturidade e o desenvolvimento cognitivo dos “menores” e o desejo que os mesmos poderão evidenciar, ou não, em relação à participação no processo de Mediação Familiar, não esquecendo que a negação quanto a tal possibilidade pode apenas representar a expressão de uma vontade individual e um direito legítimo. Inequívoco parece ser o facto de as mais recentes orientações, sobretudo as jurídicas, sustentarem a ideia de que não deverá haver limite de idade para a participação dos “menores” em assuntos que lhes digam respeito, desde que o seu estado psíquico e emocional o aconselhe, e as condições de realização da audição não arrisquem o seu “superior interesse”, isto é, seja realizada sem constrangimentos e prejuízos para os mais novos.

Por último, no campo das situações relacionadas com as características e atitude dos progenitores perante o processo de Mediação e a Audição dos Filhos neste âmbito, foram aludidas, por um lado, as circunstâncias que concedem aos pais o poder de decisão quanto à realização da auscultação, por outro, as que decorrem da sua inabilidade ou dificuldade em comunicar com os filhos, criando-se assim o clima propício à presença de dúvidas em relação aos mesmos, e inexistência de um comportamento parental baseado no melhor interesse dos mesmos que assegure a satisfação das principais necessidades das crianças ou dos jovens na fase de separação ou divórcio dos pais.

A extensa e rigorosa lista de requisitos apresentados, para efeitos da determinação do contexto em que a realização da Audição aos “menores” deve ser concretizada na

Mediação Familiar, ao mesmo tempo que projeta o quadro em que a mesma deverá e/ou poderá ocorrer sem colocar em risco a integridade física e mental dos “menores”, faz transparecer a real condição de subalternidade social e familiar conferida aos “menores” no processo de Mediação. Em boa verdade, esta subalternidade das Crianças e dos Jovens tanto pode decorrer das condições que a Sociedade, em sentido lato, não lhes proporciona para que a sua efetiva presença aconteça, contribuindo assim para a *“Inviabilização da Audição por Omissão”* (conforme veremos mais adiante), como da circunstância de essa mesma participação se encontrar sempre sujeita ao livre arbítrio dos adultos, designadamente dos pais. Pensamos que outra questão igualmente relevante neste domínio parece encontra-se relacionada com a dificuldade em reunir ou fazer convergir a totalidade das condições necessárias à realização da audição nos moldes em que a mesma foi preconizada, pois é natural que possa haver sempre confrangimentos de vária ordem e a inevitável eclosão de conflitos de interesses intrínsecos ao Processo, aos Casais (e cada uma das partes) e aos “Menores”. A gestão desta realidade será, por conseguinte, o maior e mais complexo desafio a todos os protagonistas, sem exceção. Não admiti-lo será ignorar ou desprestigiar os valores preceituados pela Mediação, negar a sua natureza e objetivos.

A ausência da Audição das Crianças e dos Jovens na MF na RAM encontra-se seguramente relacionada com a ausente prática desta actividade na Região, alicerçada nas mais distintas razões, algumas delas altamente comprometedoras, porque não dizer fatais, para o seu futuro mais próximo. Dentro destas, não podemos deixar de evidenciar o sentimento de impreparação técnica expresso por alguns Mediadores (a que não será alheio o período significativo de tempo de inatividade forçada “imposta aos mediadores”, alguns dos quais com a especialização concluída em 2006); a visão da MF como actividade profissional não prioritária (o que em abono da verdade condiciona a sua regulamentação, legitimação e investimento num espaço profissional cada vez mais exigente e competitivo); a incapacidade financeira de alguns profissionais para investir na mediação privada, como sucede no domínio clínico; a debilidade ou a inoperância do SMF; a circunstância da MF não proporcionar autonomia financeira como outras profissões garantem; o desconhecimento ou a escassa receptividade da sociedade em relação à Mediação, sintoma de que a sua implementação e generalização, enquanto meio alternativo de resolução de litígios, se encontra atual e futuramente comprometido.

Dos escassos quatro profissionais que à data da realização das entrevistas expressaram já ter exercido funções de Mediador (apenas um no âmbito do SMF), fizeram-no individualmente e em equipa de dois, aparecendo a situação de co-mediação como figura para atalhar alguns problemas relacionados com a falta de experiência profissional na área, sempre causadora de alguma insegurança e ansiedade. Esta situação foi, aliás, uma das dificuldades profissionais sentidas pelos profissionais no exercício da sua actividade, associando-se esta à inexistência de espaço físico para mediar, ao aperto na gestão dos conflitos entre as partes e exigência técnica e pessoal da profissão propriamente dita, acrescida, certamente, aquando da audição dos “menores” no processo, cuja perceção dos Mediadores quanto à aceitação dos casais para tal foi de “*alguma*” e “*nenhuma receptividade*”.

#### **Aspirações dos mediadores e outros desejos profissionais no domínio da intervenção na família nos casos de separação e divórcio.**

Os anseios expressos pelos MF e PSEMF parecem encontrar-se intimamente associados a um conjunto de lacunas e limitações sentidas pelos sujeitos em ambas realidades operativas: extrajudicial e judicial. No campo extrajudiciário, ou seja da Mediação Familiar, onde na RAM parece ainda faltar quase tudo por fazer e/ou concluir, condicionando, assim, neste âmbito a prática no processo, quer com adultos quer com menores de idade (o que traduz, em termos Ecosistémicos, uma elevada concentração de “*factores inibidores*” sobre “*factores facilitadores*” da Audição das Crianças e Jovens na Mediação Familiar), os Mediadores enfatizaram como ambições: a premência da existência de lugares exclusivamente destinados ao exercício da mediação familiar, bem como outras estruturas físicas de suporte à mesma, devendo e/ou podendo os serviços de mediação surgir concentrados ou descentrados; a concretização das necessárias e improteláveis mudanças no SMF quanto à sua natureza (melhores honorários e tendencialmente gratuito) e funcionamento na Região (presença mais significativa, regime de convocação dos técnicos mais célere e transparente); o impreterível desenvolvimento, engrandecimento e reconhecimento social da MF enquanto profissão, só imaginável com decisões, posições e atitudes corporativistas; a propagação de uma mentalidade pró mediação como meio alternativo mais adequado à via judicial na resolução de conflitos na família, só possível com recurso ao envolvimento de toda a sociedade; a garantia das circunstâncias indispensáveis ao

cumprimento da função profissional, de que a dedicação exclusiva dos profissionais à Mediação num quadro de intervenção inter, multidisciplinar e transdisciplinar, a formação técnica e profissionais contínuas, a ligação ao sistema judiciário e a constituição de sociedades privadas de mediação são exemplos; a efetivação das alterações legislativas orientadas para a obrigatoriedade da MF no quadro jurídico português e retirada integral e categórica da regulação das responsabilidades parentais dos tribunais.

Debruçando-nos sobre as condições desejadas no domínio judicial pelos restantes profissionais objeto de estudo (os PSEMF), contexto onde, como vimos, as contrariedades diárias parecem ser quantitativa e qualitativamente significativas (de que a audição dos “menores” foi indicada como paradigma), resultando, entre outros aspetos, da natureza/complexidade familiar e social dos casos acompanhados e da escassez e da alternativa a nível dos recursos físicos e técnicos, será porventura útil e oportuno enfatizar aqui: a necessidade de uma nova organização, gestão e funcionamento do Serviço da Segurança Social que dá assessoria aos Tribunais nos “Processos Tutelares Cíveis”; a importância da permanência física de uma equipa técnica especializada a funcionar junto do espaço forense; a maior articulação da instituição judicial com outros serviços de apoio às famílias; a criação de espaços físicos destinados às famílias, sobretudo na fase pós divórcio; o maior apoio político e governamental às famílias em situação de vulnerabilidade financeira (circunstância que faz cada vez mais sentido atendendo à realidade atual); a entrada em ação do gabinete público de mediação familiar, cujo processo deverá ser totalmente gratuito e contemplar um protocolo integrando as fases de pré-mediação (em regime de semi-obrigatoriedade), de mediação propriamente dita e de pós mediação, esta última, correspondente à homologação judicial do acordo celebrado entre as partes.

### **Limitações do estudo diagnosticadas e possíveis linhas de investigação a seguir**

Embora estejamos intimamente convictos de que o estudo levado a cabo irá contribuir decisivamente para o avanço científico sobre o fenómeno analisado, a verdade é que o mesmo não deixa de exibir algumas limitações decorrentes da situação social, política e institucional em que a MF se encontrava à data da sua realização. Na verdade, e embora no ponto anterior já tivéssemos tido oportunidade de falar indiretamente das dificuldades colocadas à Mediação e aos seus profissionais, o facto é que a incipiente

condição e funcionamento da mesma, o diminuto número de MF a exercer e, ainda, a inexperiência dos profissionais entrevistados na área da auscultação das Crianças ou dos Jovens em sede de Mediação, configuram conjunturas nada auspiciosas para a realização de uma pesquisa no âmbito da problemática aqui abordada. Em todo caso, convirá recordar que os MF entrevistados apresentavam uma média de idades de trinta e oito anos, compreendidas entre os trinta e os cinquenta e dois anos (técnicos profissionalmente experimentados, portanto), e que dos vinte e nove inquiridos vinte e seis tinham já experiência no trabalho direto com Crianças e Jovens, áreas da Saúde e Segurança Social, neste último caso no âmbito de processos a correr nas CPCJ e nos Tribunais (processos Tutelares Cíveis), onde as abordagens do foro psicológico e social aos menores de idade são efetivas e tidas como cruciais.

No domínio da execução de outros estudos importantes na abordagem ao tema objeto de estudo, a presente investigação suscitou como possíveis linhas de investigação futuras, supostamente relevantes para a necessária, desejável e superior “compreensão sociológica” desta realidade, especialmente a nível nacional, a utilidade de pesquisas que explorem questões relacionadas com:

- Os fatores que influem/condicionam a opinião dos mediadores sobre a audição das crianças e dos jovens na MF (exploração e melhor compreensão das “determinantes enformadoras da posição/orientação” dos MF sobre o assunto);
- As razões que levam profissionais familiarizados com a intervenção clínica/terapêutica junto de crianças e jovens a discordarem da sua presença na MF;
- A representação social dos mediadores acerca dos direitos das crianças e dos jovens na MF, particularmente sobre o direito à sua auscultação e seu “Superior Interesse” no processo;
- A natureza do risco, e respetiva classificação/graduação, associado à audição dos “menores” na Mediação;
- A identificação e a natureza dos fatores modeladores do tipo de audição a realizar às crianças e aos jovens na MF (da mais simples à mais complexa, por exemplo, sob ponto de vista do compromisso/comprometimento dos sujeitos com o processo);

- O desejo e a perceção das crianças e dos jovens quanto à sua presença física na mediação e formas de representação quando declinam a sua participação direta na mesma;
- A expectativa dos “menores” quanto à sua participação na Mediação e condições tidas pelos mesmos como mais adequadas para o efeito.



## Considerações Finais

A análise crítica dos conteúdos teóricos apresentados na primeira parte do nosso trabalho e do estudo aqui realizado motivam a materialização de uma derradeira reflexão sobre o que de mais relevante podemos e devemos expressar relativamente ao tema objeto de investigação.

**Em primeiro lugar**, vincar a importância das Ciências Sociais e da “Ecologia de Saberes” para a MF, tanto no domínio do conhecimento da realidade societária onde a mesma se desenvolve ou aspira desenvolver-se – ajudando assim, pensamos nós, à prevenção e/ou erradicação das condições que impeçam a sua implementação, expansão e afirmação, à superior compreensão dos contextos sociais e familiares dos casais atendidos em sede de Mediação – como à melhor adequação dos modelos e estratégias de intervenção aos participantes no processo, sejam eles adultos ou não. No primeiro caso, parece-nos que a Sociologia (seja da Família seja da Infância), o Direito da Família e a Psicologia Social poderão surgir como áreas de peculiar relevância. No segundo, decerto que a Psicologia do Desenvolvimento e Clínica ajudarão a estabelecer as bases para um melhor entendimento das realidades individuais e familiares neste domínio, assim como do agir profissional especializado junto de todos os sujeitos como entidades singulares, únicas, e, por conseguinte, irreproduzíveis.

**Em segundo lugar**, salientar a premência de a Sociedade em geral, e não um “acanhado conjunto de pessoas”, passar a olhar a MF como efetiva alternativa aos mecanismos judiciais na abordagem às situações de crise familiar, como fator promotor de resiliência familiar e de bem-estar psíquico e emocional dos menores de idade nos casos de separação e divórcio dos pais. Não nos iludamos, a verdade é que há ainda um árduo trabalho para incutir nas pessoas a mentalidade do recurso espontâneo aos Serviços de Mediação Familiar, públicos ou privados. Enquanto isto não sucede, e acreditando piamente nas virtudes e vantagens da Mediação como meio extrajudicial de resolução de litígios na família, referidas e sustentadas aliás no enquadramento teórico desta dissertação, adultos e crianças permanecerão em condições de maior embaraço, vulnerabilidade e dificuldade pessoal e familiar neste domínio, de que os incumprimentos das decisões judiciais são apenas e infelizmente o resultado e o aspeto

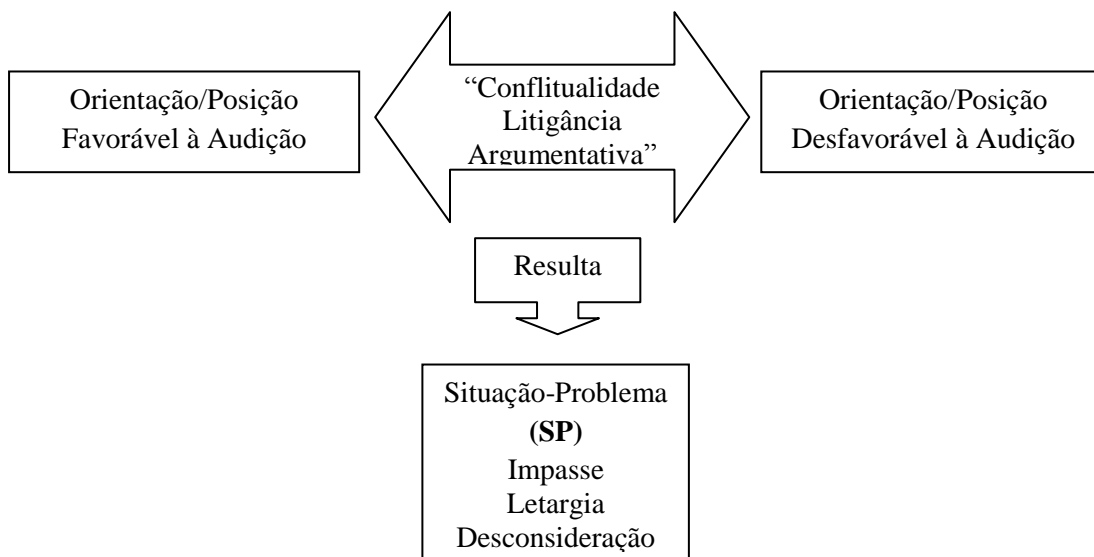
mais visível dos reais problemas que afetam a família como “unidade total” e a totalidade das suas unidades, os indivíduos, (Alarcão, 2006:38), sobretudo os mais vulneráveis, como os de menor idade.

**Em terceiro lugar**, anunciar a evidência de que a questão da participação física das Crianças e dos Jovens na Mediação Familiar continua a assumir-se como um tema altamente complexo e controverso (Achim, Cyr & Fillion, 1997), cujo debate tenderá a permanecer em aberto. Convirá é que a discussão seja construtiva, só possível com recurso à interação de saberes profissionais e académicos, antítese do seu somatório. Afinal de contas, a compreensão de qualquer fenómeno ultrapassa a soma de diferentes perspectivas ou visões sobre o mesmo. Na verdade, “o todo é diferente da soma das partes”.

De facto o estudo confirma que a polémica e a indefinição acerca da temática da Audição dos “menores” na Mediação é grandiosa e dilatável no tempo podendo resultar basicamente das posições radicalizadas, nada dialogantes, quanto ao que deve suceder (“sim ou não”); da ambivalência dos profissionais relativamente à mesma; das incongruências entre o ideário social, político e jurídico e as condições que a realidade societária efetivamente oferece; e da secundarização do assunto, aparecendo o mesmo no âmbito da Mediação como algo de menor ou relativo interesse e de protelável discussão.

Não admira pois que a conjuntura teórica atual, com implicações naturais na prática e nas decisões políticas que a suportam, seja de contenda “*latente ou declarada*” (e neste último caso de “*baixa*”, “*moderada*” ou “*elevada*” conflitualidade/litigância argumentativa) entre paradigmas, derivando, mais provavelmente, “*da explícita e elevada*” um entrincheiramento de posições ou confronto de convicções/posições em moldes pouco ou nada construtivos, alicerçado nas mais variadas crenças, representações, experiências (pessoais e/ou profissionais) e saberes sobre o Divórcio, a Mediação Familiar, intervenientes no processo e entendimento dos “menores” quanto às suas características, funcionamento, interesses e necessidades (entre outros aspectos de natureza objectiva e subjectiva). O resultado de tudo converte-se, supostamente, num problema consubstanciado num quadro de real impasse, letargia, “desconsideração continuada” sobre este fenómeno social (cf. **Figura XI**).

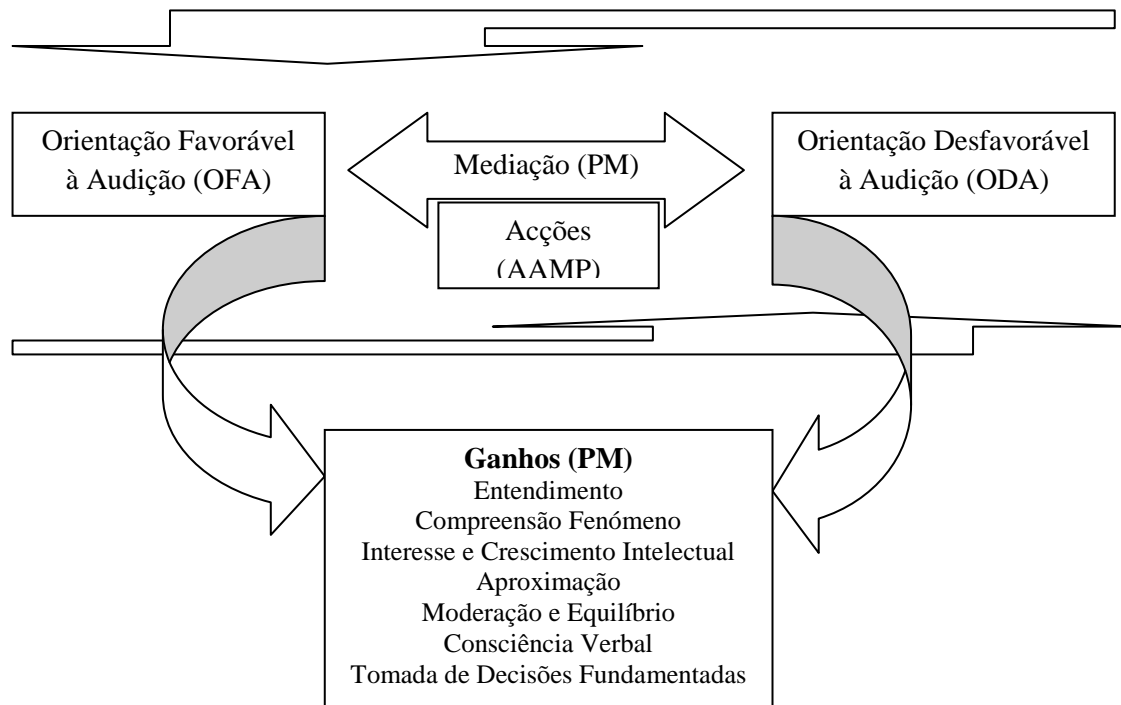
**Figura XI** – Conflito de paradigmas sobre a audição dos menores na mediação familiar e respetivas consequências



Consideramos que a alteração deste panorama, estado ou “*situação-problema*” (SP) passará pela criação e desenvolvimento de um “*processo mediador*”(PM) assente em “*ações agenciadoras de mudança de paradigma*” (AAMP). Estas ações poderão traduzir-se na organização/realização de fóruns, debates abertos à sociedade em geral exclusivos sobre o tema, evitando que o mesmo seja relegado para a condição de assunto acessório, apêndice, secundário; num aumento do investimento universitário sobre a realidade, quer ao nível do ensino (teórico-prático) quer da investigação, verdadeiro sustentáculo da construção do conhecimento científico; no dar voz aos mais novos, crianças e jovens, sobre o assunto; no desenvolvimento da profissão ao nível do seu conteúdo funcional, atribuições, competência e metodologias de ação; na criação e no desenvolvimento de organismos representativos da classe, com função especialmente vocacionada para a regulação da sua actividade técnica, ética e deontológica; no interesse político (internacional e nacional – central, regional e local) relativamente à Mediação Familiar.

Empreendendo-se este “*processo mediador*”, pensamos que os ganhos à volta da problemática serão de maior entendimento sobre as orientações antagónicas; de uma superior compreensão científica (sociológica) do fenómeno; de maior interesse e crescimento intelectual; de efetiva aproximação entre as partes; de moderação e equilíbrio; de necessária consciência verbal quanto à salvaguarda e observância de direitos individuais/familiares (cf. **Figura XII**).

**Figura XII** – Resultado da aplicação de um processo mediador ao conflito de paradigmas sobre a audição dos “menores” na mediação familiar



**Em quarto lugar**, e com base na revisão bibliográfica efetuada, cuja informação foi em parte corroborada pelo nosso estudo, notar que a compreensão do fenómeno da Audição das Crianças ou dos Jovens na MF só é exequível com recurso a uma Abordagem Ecológica da mesma, de que os “*Fatores facilitadores*” (promotores de realização) e “*Inibidores/condicionadores*” (de risco de não materialização) existentes no **Macrossistema** (como por exemplo a estrutura política e social de um país ou região), no **Exossistema** (como a comunidade institucional, de que os serviços de mediação e estrutura de apoio à mesma são exemplo), no **Mesosistema** (como a comunidade mais adjacente à família nuclear de que os seus parentes e vizinhos podem ser tidos como exemplos) e no **Microsistema** (como o núcleo familiar, de que progenitores e filhos são partes integrantes) fundam e dão vida a uma realidade complexa só descodificável e entendível, com recurso a uma análise aturada da interação que aqueles fatores estabelecem entre si e da relação de poder e influência que uns exercem sobre os outros. Significa, por conseguinte, que em todos estes Sistemas, poderão haver fatores “*Inibidores*” e “*Facilitadores*” de execução ou mera opinião contra e a favor da realização da Audição dos menores de idade em sede de Mediação. Parecem-nos ser,

todavia, as circunstâncias de natureza **Macrossistémica**, **Exossistémica** e **Microssistémica** a exercer uma forte influência no plano das posições e orientações que os Profissionais da Mediação preconizam e assumem quando interpelados sobre a auscultação dos menores nos processos.

Numa óptica mais pragmática sobre a questão, alicerçada no já “conhecido” e no agora “descoberto” sobre a matéria, diremos que os “*contextos favoráveis ou desfavoráveis*” à Audição na Mediação Familiar podem ser de natureza **Macrossistémica** ou **Microssistémica**. No primeiro caso, relativo aos contextos favoráveis à auscultação dos “menores” na Mediação, podemos considerar como circunstâncias de índole macro promotoras ou viabilizadoras da mesma: o quadro jurídico-legal, o contexto sociocultural, político e científico propício e favorável onde a mediação familiar existe, é exercida e/ou pretende evoluir. No segundo, a nível micro, falamos das condições internas ao processo de mediação, à família e às crianças ou jovens, de que podem ser exemplo: o modelo de mediação familiar adotado num sistema de mediação ou realidade social (o Ecossistémico, por exemplo); a preparação académica, científica e técnica do mediador para o efeito (ou a existência de assessoria ao mesmo na área); o “modelo de parentalidade” favorável à participação dos filhos na vida familiar (de que é exemplo a “parentalidade positiva”); a vontade e a “rotina” dos “menores” em participar na vida social e familiar; as características individuais das crianças ou jovens benéficas à participação (personalidade, resiliência, por exemplo). No sentido oposto, ou seja, quanto aos “contextos não favoráveis à audição” dos “menores” no processo, podemos salientar sobretudo a nível macro: as correntes e orientações académicas e científicas desencorajadoras ou mesmo contrárias à participação dos menores no processo, especialmente assentes nos argumentos de assim se defender a sua integridade, sobretudo mental e emocional, e também deste modo não se colocar em causa o poder e as responsabilidades parentais na família; as importantes resistências da sociedade em aceitar e encarar as crianças ou jovens como atores sociais efetivos e agentes construtores e insubstituíveis do seu próprio futuro ou projeto de vida. No campo micro, podemos ver como entraves à participação dos menores de idade na Mediação, os modelos de “mediação familiar adultocêntricos”, ou seja, muito talhados para a negociação entre as partes em conflito (adultos em processo de separação e divórcio), como o Linear de Harvard de Fisher e Ury ou fomentadores do crescimento pessoal das pessoas que recorrem à Mediação, como o Transformativo de Bush e Folger, por

exemplo; a não concordância dos pais com a inclusão dos filhos no processo; a discordância dos menores com a sua participação na mediação; as características individuais ou estado emocional das crianças ou dos jovens que se afigurem ou apresentem contra-indicáveis à sua presença no processo

**Em quinto lugar**, e pelas razões já aduzidas, assumir não ser conjecturável que a escuta das crianças e dos adolescentes na MF seja no futuro próximo uma realidade, quer a nível Nacional quer Regional (elevada concentração de “*factores inibidores*” sobre os “*facilitadores*”). Esta nossa convicção resulta justamente das lacunas e das dificuldades existentes no SMF, onde a prática da audição dos menores parece, de facto, não existir (segundo os nossos dados e informações recolhidas junto do GRAL) e o debate e orientação política sobre a matéria, dentro e fora do referido Sistema, serem ainda escassos ou, pura e simplesmente, omissos. Esta foi, aliás, uma das conclusões por nós retirada aquando da nossa participação no *I Congresso Internacional de Mediação* organizado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em parceria com o Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, do Ministério da Justiça, realizado em Lisboa, entre 7 e 9 de Outubro de 2011, com recurso à apresentação de uma comunicação sobre o tema e onde outros especialistas se manifestaram sobre o mesmo. Ainda em relação à prática da Audição, uma circunstância surge-nos como evidente: se a Mediação Familiar é neste momento incipiente não há, decerto, condições objetivas para que a Audição aconteça, mesmo pontualmente, e a sua prática generalizada muito menos desejada e exequível. Neste sentido ao não se criar condições destinadas à Audição dos “menores” na Mediação ou mesmo impedir que a mesma aconteça neste âmbito, a Sociedade, no seu todo, não cumpre a função protetora dos seus direitos (“*Inviabilização da Audição por Omissão*”).

Na verdade, digamos que excluir menores do processo de MF ou relega-los para segundo plano, não é mais que secundarizá-los, discriminá-los relativamente a assuntos que também lhes dizem diretamente respeito. Se com o divórcio na família as mudanças em todos os seus membros são significativas, pois nada vai ser como dantes, como deixar de ouvir as crianças e os jovens sobre o que pensam e mais desejam relativamente ao futuro? Esta situação, a acontecer, retirar-lhes o estatuto de “Sujeitos de Direitos”, tão prosperamente proclamado mas desafortunadamente desconsiderado, apesar dos lentos progressos “teóricos/epistemológicos”, “políticos”, “jurídicos”, “institucionais” e “internacionais” que têm ocorrido ao nível dos direitos das crianças

(Tomás, 2011:71-73). Urge, portanto, alterar, na prática e irreversivelmente, o paradigma da Criança como “Objeto de Direitos” para “Sujeito” dos mesmos, condição sobejamente proclamada nas Leis e Literaturas Científicas mas verdadeiramente, e em tantas circunstâncias, irreal. É que delegar nos adultos a responsabilidade ou decisão de serem eles a autorizar ou não a participação física das crianças e dos jovens na Mediação não se coaduna com o que hoje se encontra e vem sendo legalmente determinado. Vivemos ainda numa lógica societária adultocêntrica inteiramente desrespeitadora dos Direitos dos mais novos. Neste sentido parece-nos que aqueles que são radicalmente contra a participação dos menores na MF (*os inviabilizadores da audição por convicção*) deveriam, por uma questão de coerência de raciocínio, passar a empregar, em sua substituição, a expressão Mediação Conjugal/Parental, como se dos adultos a MF apenas quisesse e desejasse saber. Na “Mesa da Mediação” não se medeiam somente conflitos entre os “principais intervenientes” no processo, os progenitores, tratam-se dos verdadeiros interesses de todas as unidades que compõem o sistema familiar, especialmente dos filhos, sejam estes mais ou menos participativos, mais ou menos disponíveis para se fazerem ouvir. Fazemos, portanto, a apologia do Modelo Ecológico de Mediação Familiar que tão bem nos falava atrás Parkinson (2005); da abordagem sistémica à família (de modo que também o acordo de Mediação possa representar todos os interessados no processo); da partilha de saberes técnicos, profissionais; da formação especializada para a realização das audições; da necessidade do estudo social, cultural e familiar das realidades ou contextos geográficos e sociais onde se pretenda implementar ou pôr em prática qualquer modelo de mediação e de audição. É que “A cultura marca de forma profunda a inteligência de cada um de nós” (Branco, 2004:214-215) e a forma de ver, de sentir e de interagir com o mundo.

**Em sexto lugar**, enfatizar que em sede de Mediação as características individuais dos “menores” devem ser sempre ponderadas na abordagem aos mesmos e que a sua idade, cronológica ou outra, jamais deverá constituir-se como fator determinante para a realização ou não da audição, assim como decisiva quanto à postura individual, familiar e social favorável ou desfavorável à auscultação. Fazemos, portanto, a defesa da audição, desde que esta não coloque em risco a saúde e integridade mental das Crianças ou dos Adolescentes, que vá de encontro às verdadeiras características e necessidades de quem é ouvido/observado e que tenha em conta os vários tipos de inteligência dos menores para além do QI, de que nos fala Branco (2004), cuja emocional (Inteligência

Emocional), neste domínio, nos parece de enorme relevância. Este raciocínio assenta assim na lógica de que deverá ser a MF, sua organização e funcionamento, a adaptar-se às diferentes realidades individuais e familiares dos sujeitos e não o contrário. Impõe-se, assim, o respeito intransigente daquilo que podemos designar de “*princípio do relativismo familiar, conjugal e filial*”. Neste sentido, o modo de ouvir as crianças ou jovens na Mediação jamais deverá ser rígido, padronizado. Aliás, o ato de auscultar, bem como toda a sua organização processual que o sustenta, deve respeitar a origem social, cultural, étnica e familiar de proveniência dos “menores”. Se assim não for, corremos o risco de constranger direitos, designadamente o direito das crianças ou dos jovens à opinião e à livre expressão em “sede familiar”, nos casos de separação e divórcio dos pais, sobre matérias e assuntos que também lhes possam dizer respeito. Sagrado deverá ser o respeito da “Sociedade” e dos “Adultos” (pais e profissionais) relativamente à vontade das Crianças ou Jovens em querer ou não participar no evento.

**Em sétimo e último lugar**, tendo como dado adquirido que o SMF Português não se encontra hoje organizado nem apetrechado para que os filhos dos casais em processo de separação e divórcio nele sejam ouvidos de forma adequada (refira-se, a título de exemplo, a inexistência de corpo técnico cientificamente preparado para a realização de audições aos “menores” e o escasso número de sessões previsto pelo Sistema de Mediação para a resolução de um processo, média de três a quatro sessões, que em nada é compatível com a uma abordagem adaptada aos mesmos, que se deseja e justifica com tempo), e ponderando o que a revisão bibliográfica e o estudo nos evidenciaram, somos de opinião que para a auscultação dos “menores” em contexto de Mediação Familiar é importante, para não dizer inadiável:

- Anular a discrepância existente no nosso país entre a valorização teórica da Mediação Familiar e a sua aplicação real. De facto, a elevada importância teórica que vem sendo atribuída à MF tem contrastado com a sua tímida/escassa utilização prática (cf. Estudo do OPJ (2010) - “Novo Regime Jurídico do Divórcio em Avaliação”, p.131).
- Fomentar a cultura de participação infantil e juvenil na sociedade em geral e na família em particular. Para este efeito será necessário, como afirma Tomás (2011:107-109), citando alguns autores e instituições de referência, pôr termo a alguns mitos e erradicar alguns obstáculos como os de pensar que: “A participação é um desafio ao poder e à autoridade dos pais e da família na



maioria das culturas”; “As crianças não se devem preocupar com responsabilidades inapropriadas e já têm muitos direitos consagrados”; “A infância deve ser protegida, a participação fará que se tornem pequenos adultos e as crianças devem ser crianças”; “Há falta de tempo e de recursos financeiros necessários à promoção da participação”; “Na participação infantil reproduzem-se muitas vezes os modelos adultos”; “Há falta de confiança nas competências infantis”; “A linguagem é uma barreira e há falta de competências para falar com as crianças; “As dinâmicas familiares e escolares não estão preparadas para a participação infantil”; “As crianças podem incorrer em perigos se as deixarmos decidir sobre tudo na sua vida”; “As crianças não podem esperar ter direitos iguais aos adultos, por que não possuem as competências necessárias para o exercício de tais direitos” (Alderson, 2000; UNICEF, 2002; Lansdown, 2005; Soares, 2005 citados por Tomás, 2011:107-109). É que “A forma de pensar das crianças sobre os seus direitos é influenciada pelo contexto social onde estão inseridos e pelo tipo de direito que lhes é pedido julgar” (Tomás, 2011:173).

- Estimular uma radical mudança no domínio da postura dos adultos na fase de separação e divórcio (de entendimento/negociação em detrimento do conflito destrutivo). Se é verdade que as questões individuais de natureza afectivoemocional podem explicar parte do problema, parece-nos que “iliteracia humana” quanto ao modo de resolver as questões familiares neste momento de vida familiar é, genericamente, gritante.
- Desenvolver uma aposta generalizada e empenhada na formação universitária (de cariz teórico-prático) dos mediadores familiares na área da audição a crianças e jovens nos casos de separação e divórcio dos pais. É que o Mediador ao pretender ou ser chamado a intervir neste domínio, só deverá fazê-lo com formação específica ou em contexto de assessoria técnica especializada. E mesmo com especialização na área, julgamos natural e exigível a existência de contextos de supervisão e de co-audição.
- Expandir a constituição, implementação e entrada em funcionamento de equipas multidisciplinares de apoio/assessoria aos Serviços de Mediação Familiar (sejam de natureza pública ou privada). A este respeito pensamos ser uma mais-valia para o processo de Mediação, e para todos os seus protagonistas, as intervenções

complementares à mesma, designadamente de cariz terapêutico (terapia individual);

- Favorecer a alteração do paradigma de “direito de audição” por “audição de facto”, sempre que as condições não importem riscos para a integridade física e mental dos menores, independentemente da sua “idade”, do “domínio da linguagem falada” e do “grau de maturidade” (Monaco & Campos, s/d), correspondendo esta última variável a uma “expressão-argumento” socialmente construída, muitas vezes relativista, pronunciada amiudadamente por quem não se encontra disponível para escutar os mais novos ou que com a audição neste contexto, pura e simplesmente, não concorda. Na verdade, não nos devemos esquecer que “... as crianças têm múltiplas potencialidades e competências e apresentam uma capacidade de adaptação altamente desenvolvida, são peritas em avaliar os pormenores que as rodeia, são excelentes comunicadoras, possuem material verbal e não-verbal riquíssimo que podemos e devemos explorar e, acima de tudo, precisam de adultos que as saibam escutar e que compreendam as suas mensagens.” (Ribeiro, 2009:201).
- Promover a criação e apetrechamento de espaços físicos consentâneos com função técnica de audição, adequados às especificidades/características dos sujeitos a auscultar, sejam eles crianças ou adolescentes.
- Impulsionar a determinação, regulamentação e execução de um modelo de participação efetiva das crianças e dos jovens na Mediação Familiar que preveja distintos padrões ou níveis de audição (podendo este apresentar uma certa afinidade com o raciocínio patenteado por Trilla e Novella (2001), sobre os tipos de participação social da infância e que podem ir da “Simples” à “Meta Participação”), consentâneos com as características sociais, culturais e familiares de origem dos sujeitos e seus estádios de desenvolvimento, sobretudo emocional e intelectual/cognitivo. Modelo igualmente observador da genuína vontade de implicação dos sujeitos com o processo, do seu grau de “consciência moral”, do seu nível de competência para decidir (sobre assuntos que lhe digam diretamente respeito e não sobre matérias a vida conjugal dos pais e deveres parentais) e do seu estado de comprometimento com a ação da auscultação em si mesma e com os resultados daí decorrentes. Significa, portanto, que a totalidade do trabalho a desenvolver neste âmbito só deverá ser desejável e/ou realizável num cenário de

concretização de ações técnicas altamente especializadas respeitadoras dos Direitos dos menores de idade, quer na fase de audição propriamente dita quer nas etapas de pré e pós auscultação dos mesmos.

- Interiorizar que qualquer abordagem às crianças neste jugo deve acontecer num quadro de relação empática (para a qual o nível de inteligência emocional do técnico será determinante); de adequação da “inquirição” às capacidades das mesmas; de adaptação do local às características dos sujeitos; de avaliação das capacidades cognitivas e das dificuldades dos “menores”, sobretudo de natureza afectivoemocional; de reforço positivo relativamente às respostas dadas e informação transmitida; de domínio de inúmeras técnicas de entrevistas/auscultação (com crianças abaixo dos cinco anos, por exemplo, podem ser utilizadas técnicas de desenho, jogos ou atividades similares); de recurso à utilização de “vidro unidirecional”, sempre que o “setting” de entrevistas conjuntas, ou seja, com a presença de mais de um profissional junto dos “menores”, possa ser percecionado com receio; de avaliação do provável impacto da entrevista na criança e de aferição de eventuais apoios que a mesma possa vir a necessitar (terapêutico, eventualmente); de integral e incondicional apoio técnico (cf. a este respeito Guia de Orientações para os Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s/d: 251-253). É neste quadro que Irvin (1985) refere que as competências e funções do Mediador Familiar junto das Crianças e Jovens em contexto de separação e divórcio dos pais podem estar associadas ao papel de educador, de apoio, confidente, mensageiro, defensor, colaborador, avaliador e terapeuta.
- Fazer observar o que se encontra já devidamente legislado, nacional e internacionalmente, neste domínio, e alterar toda a legislação ou quaisquer documentos orientadores que possam perpassar, mesmo que sub-repticiamente, a ideia de inaptidão das crianças e dos jovens para atos tão importantes da sua vida civil como o de se “fazerem ouvir” sobre assuntos que lhes digam respeito no âmbito de processos que visem a regulação das responsabilidades parentais nos casos de separação/divórcio dos pais. Afinal, ideias, desejos e necessidades não são decisões! Estas deverão caber sempre aos adultos (pais), num quadro de

respeito generalizado por todos os membros da família que, apesar do divórcio, e mesmo depois dele, nunca o deixará de ser.

- Ter sempre presente que as Crianças e os Jovens são um bem demasiado precioso para serem desrespeitados nos seus Direitos, não devendo os progenitores “senti-los” como sua propriedade. Ser Criança ou Jovem é “Ser Humano” em todas as dimensões, sendo para o efeito inequívoca condição obrigatória que os adultos respeitem as suas reais características e necessidades, sejam elas físico-biológicas, cognitivas ou socioemocionais.

## Bibliografia

Agostinho, M. (2007). Ecomapa. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 23, 327-30.

Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares. Uma Visão Sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora, Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria.

Albrecht, S. L., Bahr, H. M. & Goodman, K. L. (1983). *Divorce and remarriage: problems, adaptations, and adjustments*. Westport. C.T.: Greenwood Press.

Albuquerque, C. (2004). Os Direitos da Criança em Portugal e no Mundo Globalizado. O princípio do interesse superior da criança. In A. R. Monteiro, A. G. Leandro, C. Albuquerque, D. Rocha, I. C. Barreto & R. Benes, *Direitos das Crianças* (pp.39-63). Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora.

Almeida, T. (2007). Infidelidade Heterossexual e Relacionamentos Amorosos Contemporâneos. *Pensando Famílias*, 11 (2), 49-56.

[http://www.thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/Infidelidade\\_e\\_relacionamentos\\_morosos.pdf](http://www.thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/Infidelidade_e_relacionamentos_morosos.pdf)

Amaro, F. (2005). *Factores Sociais e Culturais da Esquizofrenia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Amaro, F. (2006). *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Amaro, F. (2006). Métodos e Técnicas de Investigação Qualitativa. In Manuel Meirinho Martins (Org.) *Revista de Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos* (pp.161-176). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Amaro, F. (2008). Metodologias qualitativas: introdução à Grounded Theory. In Manuel Meirinho Martins (Org.) *Revista de Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos* (pp.95-110). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

Amato, P. & Rogers, S. J. (1997). A longitudinal study of marital problems and subsequent divorce, *Journal of Marriage and the Family*, 59, 612-624.

Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990's: An update of the Amato & Keith metaanalysis, *Journal of Family Psychology*, 15, 355-365.

American Psychiatric Association (2006). *DSM - IV – TR, Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.

Anaut, M. (2005). *A resiliência: ultrapassar os traumatismos*. Lisboa: CLIMEPSI – Sociedade Médico-Psicológica, Lda.

Araújo, E., Rodrigues, C., Fernandes, H., & Ribeiro, M. S. (2011). Porque o tempo conta: elementos para uma abordagem sociológica da mediação familiar. *Revista Análise Social*, Vol. XLVI (199), 283-308.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1317831248R4uUP0mr1Nq36QW9.pdf>

Araújo, M. R. G. L. (2001). O Impacto do Divórcio Parental sobre os Filhos: Papel dos Avós neste Processo, *Revista Interlocuções*, Ano 1 – N.º 1, 11-27.

Archard, D. (1993). *Children: Rights and Childhood*. London: Routledge.

Atwood, B. A. (2003). The child's voice in custody litigation: An empirical survey and suggestions for reform, *Arizona Law Review*, 45, 628-670.

Austin, G., Jaffe, P. & Hurley, P. (1991). Incorporating children's needs and views in alternative dispute resolution approaches, *Canadian Family Law Quarterly*, 8(1), 69-79.

Ávila, E. M. (2004). *Mediação Familiar. Formação de Base*. Brasil, Santa Catarina: Tribunal de Santa Catarina.

<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacaofamiliar/apostila.pdf>

Azevedo, C., Barbosa, J., & Brandão, R. (2004). Novas Perspectivas, Novos Horizontes. In *Colectânea de Textos do Workshop de Reinserção* (pp-9-24). Palácio do Freixo, Porto: IDT.

[http://www.idt.pt/PT/CentroDocumentacao/Documents/novaspersp\\_novoshoriz.pdf](http://www.idt.pt/PT/CentroDocumentacao/Documents/novaspersp_novoshoriz.pdf)

Ballenato, G. (2009). *Educar sem gritar. Pais e Filhos: convivência ou sobrevivência?* Lisboa: A Esfera dos Livros.

Barreto, I. C. (2004). Os Direitos da Criança na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. In A. R. Monteiro, A. G. Leandro, C. Albuquerque, D. Rocha, I. C. Barreto & R. Benes. *Direitos das Crianças* (pp.75-100). Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora.

Barry, S. (1998). L' implication de l'enfant: sa place dans les reorganizations familiales. In Laurent-Boyer (Édit). *La médiation familial* (pp. 189-199). Canada: Les éditions Yvon Blais.

Bawin-Legros, B. (1988). *Familles, mariage, divorce: une sociologie des comportements familiaux contemporains*. Liège, Bruxelles: Éditeur Pierre Mardaga.

Beck, P. & Biank, N. (1997). Broadening the Scope of Divorce Mediation to Meet the Needs of Children, *Mediation Quarterly* 14(3), 179-199.

Belo, N. (2009). *Família*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Belsky, J. & Kelly, J. (1994). *The transition to parenthood: How a first child changes a marriage: Why some couples grow closer and others apart*. New York: Delacorte Press.

Ben-Arieh, A. (2008). The child indicators movement: Past, present and future, *Child Indicators Research*, 1(1), 3-16.

Benetti, S. P. C. (2006). Conflito Conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, año/vol.19, n.º 002, Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 261-268.

<http://www.scientificcircle.com/pt/54151/conflito-conjugal-impacto-desenvolvimento-psicologico/>

Bereza, E. A., Martins, J.P., Moresco, L., & Zanoni, S. H. M. S. (2005). A influência da comunicação no relacionamento conjugal *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, Umuarama, 9 (1) Jan./abr., 31-36.

Bianchi, E. M. P. G. & Ikeda, A. A. (2008). Usos e Aplicações da Grounded Theory em Administração, *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Volume 6, N.º 2, 231-248.

Birnbaum, R. (2007). *Research with youth on resources for children/youth undergoing separation and/or divorce*. Family, Children and Youth Section, Department of Justice, Canada.

Birnbaum, R. (2009). *The Voice of the Child in Separation/Divorce Mediation and Other Alternative Dispute Resolution Processes: A Literature Review. Research Report*. Department of Justice, Family, Children and Youth Section. Canada.

Bohannan, P. J. (1970). *Divorce and after*. New York: Doubleday.

Boldú, M., Carrasco, R. M., Gonzáles, M., Rubí, A., & Valls, I. (2003). Introducción a la mediación. In Ana Poyatos García (Coord.) *Mediación familiar y social en diferentes contextos* (pp.77-111). València: Nau llibres.

Bonafé-Schmitt, J. P. (1992). *La médiation: une justice douce*. Paris: Syros-Alternatives.

Booth, A. & White, L (1980). Thinking about divorce, *Journal of Marriage and Family*, 42, 605-616.

Bourdieu, Pierre (1996). Des familles sans nom, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 113, 3-7.

Bowling, D. & Hoffman, D. (2000). In theory: Bringing peace into the room: The personal qualities of the mediator and their impact on the mediation, *Negotiation Journal*, 5, 5-27.

Bradshaw, J., Hoelscher, P., & Richardson, D. (2006). Comparing Child Well-Being in OECD Countries: Concepts and Methods?. *Innocenti Working Paper* No. 2006-03. Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.  
[http://www.euro.centre.org/data/1181738348\\_2007.pdf](http://www.euro.centre.org/data/1181738348_2007.pdf)

Branco, A. (2004). *Para Além do QI. Uma perspectiva mais ampla de inteligência*. Coimbra: Editora Quarteto.

Brennan, S. (2002). Children's choices or children's interests: Which do their rights protect? In Colin Macleod and David Archard (Eds.). *The Moral and Political Status of Children: New Essays*, (pp. 53-69). New York: Oxford University Press.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A biological model, *Psychological Review*, 101, 568-586.

Bronfenbrenner, U. & Morris, P.A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R.M. Lerner (Eds.). *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1028). New York: Wiley.

Brown, C. (1995). *Involving children in decision making without making them the decision makers*. Principal Director of Court Counselling, Family Court of Australia. Paper presented at the Association of Family and Conciliation Courts Northwest Regional Conference, Skamania Lodge, November 2nd to 4th, 1995.  
[http://www.familycourt.gov.au/wps/wcm/resources/file/eb9da00247423b4/Involving\\_children\\_in\\_decisions.pdf](http://www.familycourt.gov.au/wps/wcm/resources/file/eb9da00247423b4/Involving_children_in_decisions.pdf)

Brown, H J & Marriot, A. L. (2005). *ADR principles and practice*. London: Thomson.

Bush, R. & Folger, J. (2005). *The Promise of Mediation: The transformative approach to conflict*. United States of America: Jossey-Bass.

Butler, I., Scanlon, L., Robinson, M., Douglas, G. & Murch, M. (2002). Children's involvement in their parents' divorce: Implications for practice, *Children and Society*, 16(2), 89-102.

Butler, I., Scanlon, L., Robinson, M., Douglas, G. & Murch, M. (2003). *Divorcing children: Children's experience of their parents' divorce*. London: Jessica Kingsley Publishers, London.

Campos, L. L. & Marqués, E. R. (2008). La mediación: historia y modelos. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coordinadores). *Mediación familiar* (pp. 119-162). Barcelona: Editorial Bosch, S. A.

Camus, M. (2007). Mediación Familiar: Ámbito y Especialidad. In Helena Soletto Muñoz & Milagros Otero Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidade Emergente* (pp.286-300). Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaia, S. A.).

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cartujo, I. B. (2008). *Hijos Alineados Y Padres Alienados. Mediación Familiar en Rupturas Conflictivas*. Colección de Mediación y Resolución de Conflictos. Madrid. Editorial Reus, S. A.



Casanova, J. F. S. (2006). *Scientia Iuridica* (Separata), Abrilo-junho, Tomo LV, n.º 306.

Casas, F. (2010). Indicadores sociales subjetivos y bienestar en la infancia y adolescencia. In Gabriel González-Bueno (UNICEF España), Maria Von Bredow (UNICEF España) Carlos Becedóniz (Observatorio de la Infancia y la Adolescencia del Principado de Asturias). *Propuesta de un sistema de Indicadores sobre Bienestar Infantil en España* (pp.34-51). UNICEF, España.  
<http://xarxa03santandreu.com/wp-content/uploads/2012/03/Indicadores-Bienestar-Infantil-UNICEF-2010.pdf>

Cashmore, J. (2003). Children's participation in family law matters. In C. Hallett & A. Prout (Eds.) *Hearing the voices of children: Social policy for a new century*, (pp.158-157). Bodmin Routledge: Falmer Press.

Cashmore, J. & Parkinson, P. (2007). What responsibility do courts have to hear children's voices? *International Journal of Children's Rights*, 15, 43-60.

Cashmore, J. & Parkinson, P. (2008). Children's and parents' perceptions on children's participation in decision making after parental separation and divorce, *Family Court Review*, 46(1), 91-104.

Chaplin, J. P. (1981). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cherlin, Andrew J., & Frank Furstenberg Jr. (1994). Stepfamilies in the United States: a reconsideration, *Annual Review of Sociology*, 20, 359-381.

Cloutier, R. & Jacques, C. (1997). Evolution of residential custody arrangements in separated families: A longitudinal study, *Journal of Divorce and Marriage*, 28, 17-33.

Coimbra, J. L. (1990). Desenvolvimento Interpessoal e Moral. In B. P. Campos (Ed.). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp. 9-49). Lisboa: Universidade Aberta.

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (s/d). *Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de Orientações para Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou outras Situações de Perigo*. Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.  
[http://www.cnpcjr.pt/downloads/Guia\\_accao\\_social.pdf](http://www.cnpcjr.pt/downloads/Guia_accao_social.pdf)

Comunidades Europeias (2005). *Guia prático para a aplicação do novo Regulamento Bruxelas II* (Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000), Bélgica.  
[http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/guide\\_new\\_brussels\\_ii\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/guide_new_brussels_ii_pt.pdf)

Costa, L. F., Penso, M. A., Legnani, V. N., & Sudbrack, M. F. O. (2009). As Competências da Psicologia Jurídica na Avaliação Psicossocial de Famílias em Conflito, *Psicologia & Sociedade*, 21 (2): 233-241.

Costa, M. E. (1990). Desenvolvimento da Identidade. In Bártolo Paiva Campos (Coordenador). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp.251-286). Lisboa: Universidade Aberta.

Coulson, R. (1996). *Family Mediation. Managing Conflict, Resolving Disputes*. San Francisco: Jossey- Bass Publishers.

Council of Europe (2006). Recommendation Rec (2006) 19 of the Committee of Ministers to member states on policy to support positive parenting.  
<https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1073507&Site=CM>

Cowan, C.P., & Cowan, P.A. (1992). *When partners become parents: The big life change for couples*. New York: Harper Collins.

Creasey, G. (1993). The association between divorce and late adolescent grandchildren's relations with grandparents, *Journal of Youth and Adolescence*, 22 (5), 513-529.

Cruz, R. Martingo (2011). *Mediação Familiar. Limites Materiais dos acordos e o seu Controlo pelas Autoridades*. Coimbra: Coimbra Editora.

Danna, K., & Griffin, R. W. (1999). Health and Well-Being in the Workplace: a Review and Synthesis of the Literature, *Journal of Management*. 25 (3): 357-384.

Davis, G. & Roberts, M. (1988). *Acess to Agreement: A Consumer Study of Mediation in Family Disputes*. Milton Keys: Open University Press.

Demartis, L. (2006). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Direção Regional de Estatística (2011). *Censos 2011 – Resultados Preliminares*. Região Autónoma da Madeira, Governo Regional, Secretaria Regional do Plano e Finanças.  
[http://estatistica.govmadeira.pt/DRE\\_SRPC/EmFoco/Populacao\\_Sociedade/Demografia/Censos/emfoco.pdf](http://estatistica.govmadeira.pt/DRE_SRPC/EmFoco/Populacao_Sociedade/Demografia/Censos/emfoco.pdf)

Dolle, J-M. (1995). *Para Compreender Jean Piaget*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan SA.

Dowling, E. & Gorell Barnes, G. (1999). Children of Divorcing Families: A clinical perspective, *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, Vol. 4 (1), 39-50.

Dowling, E. & Gorell Barnes, G. (2008). *Cómo ayudar a la familia durante la separación y el divorcio. Los câmbios en la vida de los hijos*. Madrid: Ediciones Morata, S. L.

- Drapkin, R. & Bienenfeld, F. (1985). The power of including children in custody mediation. In C.A. Everett (Ed.), *Divorce Mediation: Perspectives on the Field* (pp. 63-95). New York: Haworth.
- Drew, L. M., & Silverstein, M. (2007). Grandparents' psychological well-being after loss of contact with their grandchildren, *Journal of Family Planning*, 21(3), 372-379.
- Duarte, J. C., Arboleda, M. R. C., Díaz, M. D. J. (2002). Las consecuencias del divorcio en los hijos, *Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, Vol.2, N.º 3, 47-66.
- Edalati, A., & Redzuan, M. (2010). The Relationship between Jealousy and Aggression: A Review of Literatures Related to Wives' Aggression, *European Journal of Scientific Research*, Vol. 39, N.º 4, 498-504.
- Eekelaar, J. (1992). The importance of thinking that children have rights. In P. Alston, S. Parker & J. Seymour (Eds.). *Children, Rights and the Law*. (pp.221-235). New York: Oxford University Press.
- Elrod, L. D. (2007). Client-directed lawyers for children: It is the “right” thing to do. Pace, *Law Review*, 27, 869-920.
- Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce, *Psychological Bulletin*, Vol. 92 (2), 310-330.
- Emery, R. E. (2003). Children's voices: Listening – And deciding – Is an adult responsibility, *Arizona Law Review*, 45, 621–627.
- Emery, R. E., Sbarra, D. & Grover, T. (2005). Divorce mediation: Research and reflections, *Family Court Review*, 43(1), 22-37.
- Epifâneo, R. & Farinha, A. (1997). *Organização tutelar de menores*. Coimbra: Almedina.
- Esquinas, M. F. (2005). *La sociologia aplicada*. Documentos de trabajo. Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía, 3.  
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2005817>
- Esquinas, M. F. (2006). La sociologia aplicada. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*, 115, 11-39.
- Étienne, J., Bloess, F., Noreck, J-P, & Roux, J-P (2008). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Plátano Editora.
- FACS (2002). *Child Inclusive Practice in Family and Child Counselling and Family and Child Mediation*. Commonwealth Department of Family and Community Services.
- Falicov, C. J. (1988). *Family transitions: Continuity and change over the life cycle*. New York: Guilford Press.

Faria, N. (2011). Juízes ignoram nova lei e continuam a aplicar conceito de "culpa" nos divórcios. *Jornal Público*, Junho, 2011.

[http://www.publico.pt/Sociedade/juizes-ignoram-nova-lei-e-continuam-a-aplicar-conceito-de-culpa-nos-divorcios\\_1478618](http://www.publico.pt/Sociedade/juizes-ignoram-nova-lei-e-continuam-a-aplicar-conceito-de-culpa-nos-divorcios_1478618)

Fazenda, I. (2010). Novos Desenvolvimentos em Saúde Mental. *Psi Logos*. Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE, 111-119.

[http://www.psilogos.com/Revista/Vol6N1/Indice9\\_ficheiros/Fazenda%20 %20P111-119.pdf](http://www.psilogos.com/Revista/Vol6N1/Indice9_ficheiros/Fazenda%20%20P111-119.pdf)

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento Contemporâneo: O difícil convívio da Individualidade com a Conjugalidade, *Psicologia Reflexão e Crítica*, año/vol. 11, n.º 002, Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fernandes, A. T. (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos, *Análise Social*, Vol.XXIX, 1149-1191.

Fernandes, E. M. & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E.M. Fernandes & L. S. Almeida (Eds.) *Métodos e Técnicas de Avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp.49-76). Braga: Centros de Estudo em Educação e Psicologia. Universidade de Minho.

Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais/Sociologia/69.

Ferreira, F. I. (s/d). Uma análise crítica das políticas de parceria: A metáfora da rede. In Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, *Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, Atelier: Desenvolvimento, Parcerias Sociais e Metodologias de Intervenção* (pp.25-30).

[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4616dc46a60d3\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dc46a60d3_1.pdf)

Ferreira, M. & Sarmiento, M. J. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (in) visibilidade e voz, *Revista Eletrônica de Educação*. v. 2, n.º. 2, p. 60-9.

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/19/19>

Fino, C. N. (2001). Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas, *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 14, nº 2, 273-291. Braga: Universidade do Minho.

Firmino da Costa, A. (2007). A Pesquisa de Terreno em Sociologia. In Augusto Santos Silva, José Madureira Pinto (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais* (pp.129-148). Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

Firmino da Costa, A. (2009). *Sociologia*. Quimera Editores, Lda.

Folberg, J. (1983). A mediation overview: History, and dimensions of practice, *Mediation Quarterly*, 1, 3-13.

Folberg, J. (1984). Divorce Mediation – The Emerging American Model. In J. M. Eekelaar & S.N. Katz (Ed.). *The Resolution of Family Conflict, Comparative Legal Perspectives* (pp.193-211). Toronto: Butterworths.

Folberg, J. & Taylor A. (1984). *Mediation: A comprehensive guide to resolving conflict without litigation*. San Francisco: Jossey-Bass.

Folberg, J., Milne, A.L. & Salem, P. (2004). *Divorce and family mediation: Models, techniques, and applications*. New York, London: The Guilford Press.

Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. *PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo*.

<http://www.pordata.pt/http://www.pordata.pt/Portugal/Numero+de+divorcios+por+100+casamentos-531>

Gabarino, J. (1993). Children’s response to community violence. What do we know? *Infant Mental Health Journal*, 14, 103-115.

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (2011). *Relatório de Actividades 2010*. Lisboa: GRAL, Ministério da Justiça.

<http://www.gral.mj.pt/userfiles/Relat%C3%B3rio%20Actividades%202010.pdf>

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. *Informação Estatística da Mediação Pública*. GRAL, Ministério da Justiça.

[http://www.gral.mj.pt/userfiles/Estat%C3%ADsticas%20Media%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica\(35\).pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/Estat%C3%ADsticas%20Media%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica(35).pdf)

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. *Procedimento de Selecção de Mediadores de Conflitos para prestar serviço no Sistema de Mediação Familiar nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*. GRAL, Ministério da Justiça.

<http://www.gral.mj.pt/userfiles/Despacho%20de%20Homologa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. *Requisitos para o reconhecimento de cursos de formação em mediação familiar*. GRAL, Ministério da Justiça.

[http://www.gral.mj.pt/userfiles/SMF%20Reconhecimento%20de%20cursos\(1\).pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/SMF%20Reconhecimento%20de%20cursos(1).pdf)

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. *Sistema de Mediação Familiar. Última Fase de Alargamento, 29 de Dezembro de 2008*. GRAL, Ministério da Justiça.

[http://www.gral.mj.pt/userfiles/SMF%20FAQs%20ultima%20fase%20de%20alargamento\(2\).pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/SMF%20FAQs%20ultima%20fase%20de%20alargamento(2).pdf)

Gamache, S. (2005). Collaborative practice: A new opportunity to address children’s best interest in divorce, *Louisiana Law Review*, 65, 1455-1487.

Gameiro, J. (2001). *Os Meus, os Teus e os Nossos – Novas Formas de Família*. Lisboa: Terramar Editores.

Garcês, I. M. & Baptista, F. (2001). Família e Intervenção Social. In Luísa Ferreira da Silva (Org.<sup>a</sup>). *Acção Social na Área da Família* (pp.33-126). Lisboa: Universidade Aberta.

Garnezy, N. (1985). Stress-resistant children: the search for protective factors. In J. E. Stevenson (Org.). *Recent Research in Developmental Psychopathology* (pp 213–233) Oxford, UK: Pergamon Press.

Garnezy, N. (1991). Resilience in Childrens adaptation to negative life events and stressed environments, *Pediatric Annals*, 20: 459-466.

Garnezy, N., & Masten, A. (1991). The protective role of competence indicators in children at risk. In E. Cummings, A. L. Greene, & K. H. Karraker (Eds.). *Perspective on Stress and Coping* (pp.151-174). Hilldale, NJ, Erlbaum Associates.

Garwood, F. (1990). Children in conciliation: The experience of involving children in conciliation, *Family and Conciliation Courts Review*, 28(1), 43-51.

Gentry, D. (1997). Including children in divorce mediation and education: Potential benefits and concerns, *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, 307-315.

Gersão, E. (s/d). *Transformação social, divórcio e responsabilidades parentais* (Texto Policopiado).

Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Lisboa: Edição do Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian.

Gladstone, J. (1987). Factors associated with changes in visiting between grandmothers and grandchildren following an adult child`s marriage breakdown, *Canadian Journal on Aging*, 6, 117-127.

Gladstone, J. (1988). Perceived changes in grandmother-grandchild relations following a child`s separation or divorce, *The Gerontologist*, 28, 66-72.

Glaser, B. G. & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of Grounded Theory*. Chicago: Aldine Publishing.

Glasserman, M. R. (1997). Clínica del divorcio destructivo. In J. M. Droeven (Comp.), *Más allá de pactos y traiciones. Construyendo el diálogo terapéutico* (pp. 252-257). Buenos Aires: Paidós.

Glenn, N. D. & Supanic, M. (1984). The social and demographic correlates of divorce and separation on the United States: An update and reconsideration, *Journal of Marriage and Family*, 46, 563-575.

Goldson, J. (2006). *Hello, I'm a voice, let me talk: Child-inclusive mediation in family separation*. Center for child and family policy research, Auckland University.  
<http://www.idahoadr.com/livebold/wp-content/uploads/2010/08/innovativepractice-goldson.pdf>

Gomes, A. P. (2006). A importância da resiliência na (re) construção das famílias com filhos portadores de deficiência: o papel dos profissionais da educação/reabilitação. *Saber (e) Educar*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º11, 49-7.  
<http://purl.net/ese/f/handle/10000/8>

Gomes, A. S. (2009). *Responsabilidades Parentais*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora Ld.<sup>a</sup>

Gomes, L. (2009). Percursos da Mediação Familiar. In P. Cunha (Coord.), G. Jóluskin, A. Sacau, A. I. Sani, & J. S. Martins. *Actas do II Colóquio sobre Mediação. Reflexões sobre Práticas* (pp. 65-75). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Gomes, L. T. (2009). *Mediação Familiar e Conflito Parental: Modelos de Mediação*. GRAL, Ministério da Justiça.  
[http://www.gral.mj.pt/userfiles/Artigo\\_Lucinda.pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/Artigo_Lucinda.pdf)

Gómez, P. M. (2007). El modelo circular narrativo de Sara Cobb y sus técnicas, *Revista de Trabajo Social*, Vol. 7, n.º 1-2, 85-106.

Gonçalves, M.J. (2003). Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência, *Análise Psicológica*. 1 (XXI), 23-30.

González, E. C. F-B. (2008). Principios de la mediación: rol y técnicas de comunicación. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coodinadores). *Mediación familiar* (pp. 187-222). Barcelona: Editorial Bosch, S. A.

Gorell Barnes, G. & Dowling, E. (1997). Rewriting the Story: Children, Parents and Pos-divorce Narratives, In R. K. Papadopoulos & J. Bying Hall (Eds), *Multiple voices: Narrative in Systemic Family Psychotherapy*. London: duckworth, Tavistock Clinic Series.

Graham, A. & Fitzgerald, R. (2005). *Taking account of the “To and Fro” of children’s experiences in family law*.  
[www.ccyp.scu.edu.au](http://www.ccyp.scu.edu.au).

Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: Coparentalidade após o divórcio, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 77-87.  
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28982/000745484.pdf?sequence=1>

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril:Principia Editora Lda.

Guerra, I. C. (2007). *Fundamentos e Processos de Uma sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Príncipeia.



Guggenheim, M. (2003). Maximizing strategies for pressuring adults to do right by children, *Arizona Law Review*, 45, 764-781.

Guin, A., Jakes, S. & Roper, R. (2010). *The Impact of Economic Stress on Youth and Families*. Background Paper for Virtual Summit, Competency & Capacity Building Virtual Summit: Evidence-based Practices and Strategies for Working with Vulnerable Populations. North Carolina State University.

Guttmann, J. (1993). *Divorce in psychosocial perspective: Theory and research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Hammarberg, T. (1990). The UN Convention on the Rights of the Child - and how to make it work, *Human Rights Quarterly*, 12, pp 97-100.

Hammarberg, T. (2008). *The principle of the best interestys of the child – what it means and what it demands from adults*. Commissioner for Human Rights Council of Europe Strasbourg, 30 May 2008 (Original version).

<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?Index=no&command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=972961&SecMode=1&DocId=1301430&Usage=2>

Hart, R. (1992). *Children`s Participation: From Tokenism to Citizenship*. Florence: UNICEF, International Child Development Centre.

Haynes, J. M. (1980). Managing conflict: The role of the mediator, *Conciliation Courts Review*, 18(2), 9-13.

Haynes, J. M. (2006). *Fundamentos de la Mediación Familiar. Manual Prático para Mediadores*. Madrid: Gaia Ediciones.

Heredia, R. A. S. de (2008). Dinámicas del conflicto en el entorno familiar. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coodinadores). *Mediación familiar* (pp. 21-44). Barcelona: Editorial Bosch, S. A.

Hernandez, J. A. E. & Hultz, C. S. (2009). Transição para a parentalidade: ajustamento conjugal e emocional, *Psico*. V.40, n.º 4, 414-421.

Hetherington, E. M. (1979). Divorce. A child`s perspective, *American Psychologist*, 34 (10), 851-858.

Hetherington, E. M. (1989). Coping with family transitions: Winners, losers, and survivors, *Child Development*, 60, 1-14.

Hetherington, E. M. & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of child with divorced parents: a risk and a resiliency perspective, *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 40 (1), 129-140.

Hetherington, E. M. (1999). Should we stay together for the sake of the children? In E. M. Hetherington (Ed.). *Coping with with divorce, single parenting and remarriage: A risk and resiliency perspective*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.



Holmes, T. H. & Rahe, R. H. (1967). Social readjustment rating scale, *Journal of Psychosomatic Research*, 11, 213-218.

Howe, G., Levy, M., & Caplan, R. (2004). Job loss and depressive symptoms in couples: Common stressors, stress transmission, or relationship disruption? *Journal of Family Psychology*, 18, 639-650.

Instituto da Segurança Social, I.P (2011). *Guia Prático – Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores – Pensão de Alimentos Devidos a Menores*. Instituto da Segurança Social, I.P.

[http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=23639&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=23639&m=PDF)

Instituto de Apoio à Criança (2009). *O Superior Interesse da Criança na perspectiva do respeito pelos seus direitos*. Lisboa: IAC, Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança.

Irvin, K.K. (1985). Including Children in Mediation: Considerations for the Mediator, *Family Therapy Collections*, 12, 94-107.

Irving, H. H. (1980). *Divorce mediation: The rational alternative*. Toronto: Personal Library.

Irving, H., & Benjamin, M. (2005). Using the “Mediatable Frame” to Define the Problem in Mediating a Parenting Plan, *Mediation Quarterly*, vol. 22(4), 473-491.

Jaskowski, S., & Dellasega, C. (1993). Effects of divorce on the grandparent-grandchild relationship, *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 16, 125-133.

Johnson, C. (1988). Active and latent functions of grandparenting during the divorce process, *The Gerontologist*, 28, 185-191.

Kaganas, F. & Diduck, A. (2004). Incomplete citizens: Changing images of post-separation children, *The Modern Law Review*, 67(6), 959-981.

Kahneman, D. & Tversky, A. (1982). Subjective probability: A judgement of representativeness, *Cognitive Psychology*, 3, 430-454.

Kalish, R., & Visser, E. (1982). Grandparents of divorce and remarriage, *Journal of Divorce*, 5, 127-140.

Kaslow, F. W. (1994). Divorce: An evolutionary process of change in the family system, *Journal of divorce*, 7 (3), 21-39.

Kelly, J. B. (1993). Current research on children's postdivorce adjustment, *Family and Conciliation Courts Review*, 31 (1), 29-49.

Kelly, J. B. (2002). Psychological and Legal Interventions for Parents and Children in Custody and Access Disputes: Current Research and Practice, *Virginia Journal of Social Policy and the Law*, 10(1), 129-163.

Kelly, J. B. (2004). Family mediation research: Is there empirical support for the field. *Conflict Resolution Quarterly*, 1/2, 3-35.

Kessler, S. (1975). *The american way of divorce: Prescription for change*. Chicago: Nelson Hall.

Kohlberg, L. (1981). *Essays in moral development*. Vol.1. New York: Harper & Row.

Kohlberg, L. & Ryncarz, R. A. (1990). Beyond justice reasoning: Moral development and consideration of seventh stage. In C. N. Alexander & E.J. Langer (Eds.). *Higher stages of human development* (pp. 191-207). New York: Oxford University Press.

Kressel, K., Jaffee, N., Tuchman, B., Watson, C. & Deutsch, M. (1980). A tipology of divorcing couples: Implications for mediation and the divorce process. *Family Process*, 19 (2), 101-116.

Kruk, E., & Hall, B. (1995). The disengagement of paternal grandparents subsequent to divorce, *Journal of Divorce & Remarriage*, 23, 131-147

Langford, P. E. (1995). *Approaches to the Development of Moral Reasoning*. Sussex: Lawrence Erlbaum Associates.

Lansdown, G. (2001). *Promoting children's participation in democratic decision-making*. UNICEF Innocenti Insight.  
<http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/insight6.pdf>

Lansdown, G. (2005). *The evolving capacities of the child*. UNICEF Innocenti Research Center.  
<http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/evolving-eng.pdf>

Leandro, A. G. (2004). Protecção dos Direitos da Criança em Portugal. In A. R. Monteiro, A. G. Leandro, C. Albuquerque, D. Rocha, I. C. Barreto & R. Benes, *Direitos das Crianças*, (pp.101-119). Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora.

Leandro, M. E. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Lebaron, F. (2010). *A Sociologia de A a Z. 250 palavras para compreender*. Lisboa: Escolar Editora.

Lerner, R. M., Abo-Zena, M. M., Boyd, M. J., Fay, K., Issac, S., Kiely, M. K., Napolitano, C. M., & Schmid, K. L. (2010). Desenvolvimento positivo da Juventude: perspectivas teóricas contemporâneas. In António Castro Fonseca (Ed.). *Crianças e Adolescentes. Uma Abordagem Multidisciplinar* (pp.71-108). Coimbra: Edições Almedina, SA.

- Lewis, J. M. (1989). *The birth of a family*. New York: Brunner/Mazel.
- Lourenço, O. (2007). *Psicologia de Desenvolvimento Cognitivo. Teoria, Dados e Implicações*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Lucci, M. A. (2006). A Proposta de Vygotsky: A Psicologia Sócio-Histórica. *Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado*, 10, 2.  
<http://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf>
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. H. (1990). Coparenting in the second year after divorce, *Journal of Marriage and the Family*, 52, 141-55.
- Maldonado, M. T. (2010). *O Bom Conflito*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S. A.
- Marchant, R. & Kirby, P. (2004). The participation of young children: Communication, consultation and involvement. In, *Young children's citizenship: Ideas into practice*, Bren Neale (Ed), (pp. 92-163). Joseph Rowntree Foundation.
- Marrero, J. L. (1998). *Psicología Jurídica de la Familia*. Madrid: Fundación Universidad y Empresa.
- Martínez, F. J. (2001). Ruptura Familiar, *Revista de Educación*, n.º 325, 79-92.
- Matthews, S. H., & Sprey, J. (1984). The Impact of Divorce on Grandparenthood: An Exploratory Study, *The Gerontologist*, 24 (1), 41-47.
- May, V. & Smart, C. (2004). Silence in court?: Hearing children in residence and contact disputes, *Child and Family Law Quarterly*, 16(3), 1-16.
- McIntosh, J. E. (2000). Child-inclusive divorce mediation: Report on a qualitative research study, *Mediation Quarterly*, 18(1), 55-69.
- McIntosh, J. E. (2003). Enduring conflict in parental separation: Pathways of impact on child development, *Journal of Family Studies*, 9(1), 63-80.
- McIntosh, J. E. (2003). Enduring conflict in parental separation: Pathways of impact on child development, *Journal of Family Studies*, 9(1), 63-80.
- McIntosh, J.E. & Deacon-Wood, H.B. (2003). Group interventions for separated parents in entrenched conflict: An exploration of evidence-based frameworks, *Journal of Family Studies*, 9(2), 187-199.
- McIntosh, J. E. (2005). Because it's kids: Building a secure parenting base after separation, *Journal of Family Studies*, 11(1), 123-146.

McIntosh, J. E. & Long, C. M. (2005). Current findings on Australian children in postseparation disputes: Outer conflict, inner discord, *Journal of Family Studies*, 11(1), 99-109.

McIntosh, J. E. (2006). Final report to the Family Court of Australia, the children's cases pilot project: An exploratory study of impacts on parenting capacity and child well-being, *Family Transitions*, Victoria, Australia.

McIntosh, J. E. (2007). Child inclusion as a principle and as evidence-based practice: Applications to family law services and related sectors, *AFRC Issues: Australian Family Relationships Clearinghouse*, 1.

McIntosh, J. E. & Long, C. M. (2007). The child responsive program, operating within less adversarial trial: A follow-up study of parent and child outcomes. *Report to the Family Court of Australia, Family Transitions*.  
[http://www.familycourt.gov.au/wps/wcm/resources/file/ebc70245b4d525f/CRP\\_Follow\\_up\\_Report\\_2007.pdf](http://www.familycourt.gov.au/wps/wcm/resources/file/ebc70245b4d525f/CRP_Follow_up_Report_2007.pdf)

McIntosh, J.E., Wells, Y.D., & Long, C.M. (2007). Child-focused and child-inclusive family law dispute resolution: One year findings from a prospective study of outcomes, *Journal of Family Studies*, 13(1), 8-25.

McIntosh, J.E., Wells, Y.D., Smyth, B.M. & Long, C.M. (2008). Child-focused and child-inclusive divorce mediation: Comparative outcomes from a prospective study of postseparation adjustment, *Family Court Review*, 46(1), 105-124.

Meggs, G. (1993). Issues in divorce mediation methodology and ethics, *Australian Dispute Resolution Journal*, August, 198-209.

Mercês de Mello, M. L., Barrias, J., & Breda, J. (2001). *Álcool e problemas ligados ao álcool em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

Michaels, G. Y., & Goldberg, W. A. (1988). *The transition to parenthood: Current theory and research*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Michel, G & Purper-Ouakil, D. ( 2009). *Personalidade e Desenvolvimento. Do Normal ao Patológico*. Lisboa: Instituto Piaget, Epigénese, Desenvolvimento e Psicologia.

Milne, A. L., Folberg, J. & Salem, P. (2004). The Evolution of Divorce and Family Mediation. An Overview. In J. Folberg, A. L. Milne & P. Salem (Edt.). *Divorce and Family Mediation. Models, Techniques, and Applications* (pp.3-25). New York: Guilford Publications, Inc.

Ministério da Justiça. Gabinete do Secretário de Estado da Justiça. *Sistema de Mediação Familiar. Mediação Familiar em mais Locais para Resolver mais Conflitos de forma mais simples e flexível*.  
[http://igualdadeparental.org/wpcontent/uploads/2011/12/MEDIACAO\\_FAMILIAR\\_perguntas\\_e\\_respostas.pdf](http://igualdadeparental.org/wpcontent/uploads/2011/12/MEDIACAO_FAMILIAR_perguntas_e_respostas.pdf)

Ministry of Attorney General. Family Justice Services Division (2003). *The Involvement of Children in Divorce and Custody Mediation: A Literature Review*. British Columbia: Department of Justice Canada.

Monaco, G. F. C., & Campos, M. L. F. (s/d). O direito de audição de crianças e jovens em processo de regulação do exercício do poder familiar. *BuscaLegis.ccj.ufsc.br*.  
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28373-28384-1-PB.pdf>

Monteiro, A. R. (2010). *Direitos da Criança: Era Uma Vez...* Coimbra: Edições Almedina SA.

Morrow, V. & Richards, M. (1996). The ethics of social research with children: An overview, *Children and Society*, 10, 934-944.

Morrow, V., & Mayall, B. (2009). 'What is wrong with children's well-being in the UK? Questions of meaning and measurement', *Journal of Social Welfare and Family Law*, 31 (3): 217-229.

Munõz, H. S. (2007). La Mediación en la Unión Europea. In H. S. Muñoz & M. O. Parga (Coordenadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidad Emergente* (pp.185-203). Madrid: Editorial Tecnos.

Neale, B. & Smart, C. (2001). *Good to talk? Conversations with children after divorce*. London Young Voice. East Molessey.

Neale, B. (2002). Dialogues with children: Children, divorce and citizenship. *Childhood*, 9 (4),455-475.

Norgren, M. B. P., Souza: R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H. & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação Conjugal em Casamentos de Longa Duração: Uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, año/vol.9, n.º 3, Natal: Brasil: Universidade Federal do rio Grande do Norte, 575-584.

O'Connor, P. (2004). *Voice and Support: Programs for children experiencing parental separation and divorce*. Family, Children and Youth Section, Department of Justice (2004-FCY-2E).  
[http://www.justice.gc.ca/eng/pi/fcy-fea/lib-bib/rep-rap/2004/2004\\_2/pdf/2004\\_2.pdf](http://www.justice.gc.ca/eng/pi/fcy-fea/lib-bib/rep-rap/2004/2004_2/pdf/2004_2.pdf)

O'Quigley, A. (2000). *Listening to children's views: The findings and recommendations of recent research*. York: Joseph Rowntree Foundation.

Orgilés, M., Espada, J. P., & Piñero, J. (2007). Intervención psicológica com hijos de padres separados, *Anales de Psicología*, Vol. 23, n.º 2, 240-244

Osmond, M. & Thorne, B. (1993). Feminist theories: The construction of gender in families and society. In Boss, P. G. et al. (Eds.). *Sourceboock of Family Theories and Methods* (pp.591-625). New York. Plenum Press.

Papalia, D. E.; Olds, S. W.; & Feldman, R. D. (2006). *O Mundo da Criança*. Lisboa: McGraw Hill Portugal, Lda.

Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. (2009). For Richer, for Poorer: Money as a Topic of Marital conflict in the Home, *Family Relations, Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 58, 91-103.

Parga, M. O. (2007). Las Raíces Históricas Y Culturales de La Mediación. In H. S. Muñoz & M. O. Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidad Emergente* (pp. 172-184). Madrid: Editorial Tecnos.

Parga, M. O. (2007). Los Modelos Teóricos de la mediación. In Helena Soletto Muñoz & Milagros Otero Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidade Emergente* (pp.158-171). Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaia, S. A.).

Parga, M. O. (2007). Ventajas e Inconvenientes de la mediación. In Helena Soletto Muñoz & Milagros Otero Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidade Emergente* (pp.144-157). Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaia, S. A.).

Parkinson, L. (1987). *Separation, divorce and families*. London: McMillan Education Ltd.

Parkinson, L. (2005). *Mediación Familiar. Teoría Y Práctica: principios y estrategias operativas*. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A.

Parkinson, P., Cashmore, J. & Single, J. (2005). Adolescents' views on the fairness of parenting and financial arrangements after separation, *Family Court Review*, 43(3), 429-444.

Parkinson, P. & Cashmore, J. (2007). Judicial conversations with children in parenting disputes: The views of Australian judges. Legal Studies Research Paper No. 07/07.  
[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=961997](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=961997)

Parkinson, P. & Cashmore, J. (2008). *The Voice of Child in Family Law Disputes*. Oxford: University Press.

Pasquali, L. & Moura, C. F. (2003). Atribuição de Causalidade ao Divórcio. *Avaliação Psicológica*, 1, 1-16.  
<http://132.248.9.1:8991/hevila/Avaliacaopsicologica/2003/vol2/no1/1.pdf>

Pereira, A. S. (2009). *Até que a Sorte nos Separe*. Porto: Ambar – Ideias no Papel, S.A.

Person, J., Ring, M., & Milne, A. (1983). A portrait of divorce mediation services in the public and private sector, *Conciliation Courts Review*, 21 (1), 1-24.



Pike, L.T. & Murphy, P.T. (2006). Invisible parties: Listening to children: A social science perspective. Paper presented at Australian Family Law Conference: Perth, Australia.

<http://www.familycourt.wa.gov.au/files/FLC%20Paper%20Oct06.pdf>

Pinto, H. A. & Pereira, M. G. (2005). *Separação e Divórcio: Um olhar Feminino*. Coimbra: Quarteto.

Portela, J. G. (2007). Características de la Mediación. In Helena Soleto Muñoz & Milagros Otero Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidade Emergente* (pp.215-224). Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaia, S. A.).

Poussin, G., & Martin-Lebrun, E. (1999). *Os Filhos do Divórcio. Psicologia da Separação Parental*. Lisboa: Terramar Editores.

Pryor, J. & Rodgers, B. (2001). *Children in changing families: Life after parental separation*. Blackwell, Oxford.

Quintanilha, A. (2009). Mediação Familiar – entre a Teoria e a Prática nos Casos Reais. In P. Cunha (Coord.), G. Jóluskin, A. Sacau, A. I. Sani, & J. S. Martins. *Actas do II Colóquio sobre Mediação. Reflexões sobre Práticas* (pp.53-64). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Ldt.<sup>a</sup>

Rabaça, C. (2004). Mediação Familiar. In P. Cunha (Org.), *Actas do Colóquio de Mediação. Uma forma de resolução alternativa de conflitos*, (pp.63-84). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Ramires, V. R. R. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes, *Psicologia em Estudo*, Marigá, V. 9, n.º 2, 183-193.

Redorta, J. (2004). *Cómo analizar los conflictos: la tipologia de los conflictos como herramienta de mediación*. Barcelona: Paidós.

Rees, G., Bradshaw, J., Goswami, H., & Keung, A. (2009). *Understanding Children's Well-Being: A national survey of young people's well-being*. London: The Children's Society.

Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. Hutz (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ribeiro, M. S. P. (2007). *Amor de Pai. Divórcio, Falso Assédio e Poder Paternal. A Guarda dos Filhos em Tempo de Divórcio*. Lisboa: Livros d’Hoje, Publicações Dom Quixote.

Ribeiro, M. S. P. (2007). *As Crianças e o Divórcio. O diário de Ana. Uma história para os pais*. Lisboa: Editorial Presença.

Ricci, I. (2004). *Casa da Mãe Casa do Pai – Construir dois lares para os seus filhos. Um guia para pais separados, divorciados ou que voltam a casar*. Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitivas. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Ríos González, J. A. (1994). *Manual de orientación y terapia familiar*. Madrid: Fundación Instituto de Ciencias del Hombre.

Rios, P. L. (2005). *Mediação Familiar. Estudo Preliminar para uma Regulação Legal da Mediação Familiar em Portugal*. verbojuridico.  
<http://www.verbojuridico.com/doutrina/familia/mediacaofamiliar.pdf>

Rius, A. V. & Rey, N. V. (2008). Servicios y programas de mediación familiar. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coodinadores). *Mediación familiar* (pp. 223-252). Barcelona: Editorial Bosch, S. A.

Roberts, M. (2008). *Mediation in Family Disputes. Principles of Practice*. England: Ashgate Publishing Limited.

Rodrigues, A. P. T. (s/d). *Mediação Familiar em Portugal*. Lisboa: Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), Ministério da Justiça.  
<http://www.gral.mj.pt/userfiles/A%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20FAMILIAR%20EM%20PORTUGAL.pdf>

Rogers, C. (1985). *Tornar-se Pessoa*, Lisboa: Moraes Editora.

Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Digneffe, J-P Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. Saint-Georges. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp.84-116). Lisboa: Gradiva - Publicações Lda.

Rutter, M. (1990). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf, A.S. Masten, D. Cicchetti, KH Nuechterlein, S. Weintraub (Eds.). *Risk and Protective Factors in the Development of Psychopathology* (pp.181-214). NY, Cambridge University Press.

Sacco, W. P. & Phares, V. (2001). Partner Appraisal and Marital Satisfaction: The Role of Self-Esteem and Depression, *Journal of Marriage and Family*, [Vol. 63, 2](#), 504-513.

Sampaio, D. (2008). *A Razão dos Avós*. Editorial Caminho.

Sampaio, D. (2008). Interesses da Criança. *Pública, Crónica Porque Sim*. Lisboa: Jornal Público (p. 74).



Samper T. B. (2002). *La Mediación: una solución a los conflictos de ruptura de pareja*. Madrid: Colex.

Samper, T. B. (2008). *La Mediación. Una solución a los conflictos de ruptura de pareja*. Madrid: Editorial Colex.

Sanchez, E.A. & Kibler-Sanchez, S. (2004). Empowering children in mediation: An intervention model, *Family Court Review*, 42(3), 554-575.

Santos, B. S. [Director Científico], Gomes, C., Fernando, P., & Oliveira, Patrícia (2010). *O Novo Regime Jurídico do Divórcio em Avaliação*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

[http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio\\_Avaliacao\\_Lei\\_do\\_Divorcio.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio_Avaliacao_Lei_do_Divorcio.pdf)

Santos, L & Cunha, P. (s/d). A importância da mediação familiar em casos de separação e divórcio: Alguns resultados preliminares. In *Actas dos Ateliers do V Congresso de Sociologia. Sociedade Contemporânea: Reflexividade e Acção*. Atelier Famílias (pp.80-84).

[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628cfb88b4a4\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628cfb88b4a4_1.pdf)

Saposnek, D. T. (1983). *Mediating child custody disputes*. Jossey-Bass Publishing.

Saposnek, D. (1991). The Voice of Children in Mediation: A Cross-Cultural Perspective, *Mediation Quarterly* 8(4) 325-342.

Saposnek, D. T. (1998). *Mediating child custody disputes*. Revised Edition. Jossey-Bass Publishing.

Saposnek, D. T. (2004). Working with children in mediation. In J. Folberg, A. Milne & P. Salem (Eds.). *Divorce and Family Mediation: Models, Techniques and Applications* (pp.155-179). Guilford Press. New York.

Schaefer, R. T. (2006). *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.

Schoffer, M. J. (2005). Bringing children to the mediation table: Defining a child's best interests in divorce mediation, *Family Court Review*, 43(2), 323-338.

Schwartz, L. L. (1992). Children's perceptions of divorce, *The American Journal of Family Therapy*, 20 (4), 324-332.

Sequeira, J. (2006). Glossário. In M. Alarcão, (*Des*) *Equilíbrios Familiares* (pp.339-359). Coimbra: Quarteto Editora.

Serrano, G. (2004). Problemas y perspectivas de la mediación. In P. Cunha (Org.), *Actas do Colóquio de Mediação. Uma forma de resolução alternativa de conflitos*, (pp.14-31). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Setton, M. G. J. (2002). Família, Escola e Mídia: Um campo com novas configurações, *Educação e Pesquisa*, janeiro-junho. Ano/vol. 28, n.º 001, São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 107-116.

Silva, L. F. (2001). A Família de Hoje e seus Antepassados. In Luísa Ferreira da Silva (Org.<sup>a</sup>). *Acção Social na Área da Família* (pp.13-32). Lisboa: Universidade Aberta.

Silva, M. R. (2007). Um Olhar Jurídico sobre a Mediação. In Ministério da Justiça, Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios e Instituto Português de Mediação Familiar. *I Encontro de Mediação Familiar na Região Autónoma da Madeira* (pp.39-51). Lisboa: Editora Agora Comunicação.

Silverman, D. (2000). Analysing talk and text. In N.K. Denzin & Y. S. (Eds.) *Handbook of qualitative research*. (pp. 821-834). Thousand Oaks, CA: Sage.

Simpson, B. (1991). *The Children Act of 1989 and the voice of the child in family conciliation*, *Family and Conciliation Courts Review*, 29(4), 385-397.

Singly, F. (1993). *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Nathan.

Singly, F. (2007). *Sociologie de la Famille Contemporaine*. 3 édition refondue. Armand Colin.

Smart, C., Wade, A. & Neale, B. (1999). Objects of concern? Children and divorce, *Child and Family Law Quarterly*, 11(4), 365-376.

Smart, C. & Neale, B. (2000). It's my life too: Children's perspectives on post-divorce parenting, *Family Law*, 30, 160-168.

Smart, C., Neale, B. & Wade, A. (2001). *The changing experience of childhood: families and divorce*. Oxford, UK: Polity Press.

Smart, C. (2002). From children's shoes to children's voices, *Family Court Review*, 40(3), 307-319.

Smart, C. (2004). Equal shares: Rights for fathers or recognition for children, *Critical Social Policy*, 24(4), 484-503.

Smith, A.B., Gollop, M. & Taylor, N. (2000). Children's perspectives of their parent's separation, *Child and Family Law Quarterly*, 12(4), 34-38.

Smith, A.B., Taylor, N.J. & Tapp, P. (2003). Rethinking children's involvement in decisionmaking after parental separation, *Childhood*, 10(2), 201-216.

Soto, Y. E. (2007). Las Microtécnicas de la Mediación. In Helena Soleto Muñoz & Milagros Otero Parga (Coordinadoras). *Mediación y Solución de Conflictos. Habilidades para una Necesidade Emergente* (pp.247-263). Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaia, S. A.).

Sousa, A. P. de & Filho, M. J. (2008). A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional, *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 44/7-10 de enero, 1-8.

<http://www.rieoei.org/deloslectores/1821Sousa.pdf>

Souza, R. P. R. (2009). *Os filhos da família em litígio judicial: uma abordagem crítica*. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Minas Gerais, Brasil.

[http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCC/dirFamilia/artigos/07\\_os.filhos.da.familia.em.litigio.judicial.pdf](http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCC/dirFamilia/artigos/07_os.filhos.da.familia.em.litigio.judicial.pdf)

Statham, J. & Chase, E. (2010). *Childhood Wellbeing: A brief overview*. Briefing Paper 1. Childhood Wellbeing Research Center.

[http://www.ioe.ac.uk/TCRU\\_StathamChase2010\\_FinalChildDFEwebsite.pdf](http://www.ioe.ac.uk/TCRU_StathamChase2010_FinalChildDFEwebsite.pdf)

Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Thousand Oaks, CA, Sage.

Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research* (pp. 273-285). Thousand Oaks, CA: Sage.

Strecht, P. (2009). *Dá-nos a Paz. As crianças e os adolescentes face à separação dos pais*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Taylor, A. (2002). *The Handbook of Family Dispute Resolution. Mediation Theory and Practice*. San Francisco: The Jossey-Bass Library of conflict Resolution.

Taylor, N.J., Smith, A.B. & Tapp, P. (1999). *Children, family law and family conflict: Subdued voices*.

<http://www.lawyers.org.nz/conference/pdf%20files/S13%20papers.pdf>

Thompson, S. & Aled, J. (2009). A guide to measuring children's well-being. Backing The Future: Practical guide 2. *Action for Children & nef* (new economics foundation) London.

[http://www.actionforchildren.org.uk/media/94477/action\\_for\\_children\\_a\\_guide\\_to\\_measuring\\_childrens\\_well\\_being.pdf](http://www.actionforchildren.org.uk/media/94477/action_for_children_a_guide_to_measuring_childrens_well_being.pdf)

Timms, J. (2003). The silent majority: The position of children involved in the divorce and separation of their parents, *Child Care in Practice*, 9(2), 162-175.

Timonen, V., Doyle, M. & O'Dwyer, C. (2009). *The Role of Grandparents in Divorced and Separated Families*. School of Social Work and Social Policy Trinity College Dublin.

[http://www.fsa.ie/fileadmin/user\\_upload/Files/The\\_Role\\_of\\_Grandparents\\_in\\_Divorced\\_Separated\\_Families.pdf](http://www.fsa.ie/fileadmin/user_upload/Files/The_Role_of_Grandparents_in_Divorced_Separated_Families.pdf)

Tomás, Catarina (2011). *Há muitos mundos no mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.

Tonini, F. (2008). *La Familia. Fundamentos teóricos y Políticas de los Servicios Sociales*. Salamanca: Publicaciones Universidad Pontifica de Salamanca.

Torres, A. C. (1992). Fatalidade, culpa e desencontro: formas de ruptura conjugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º11, 43-62.

Trilla, J., & Novella, A. (2001). Educación y participación social de la infancia. *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 26.  
<http://www.rieoei.org/rie26a07.htm>

Tudge, J.R, H., Gray, J., & Hogan, D. (1997). Ecological perspectives in human development: a comparison of Gibson and Bronfenbrenner. In J. Tudge, M. Shanahan, & J. Valsiner (Eds.). *Comparisons in human development: Understanding time and context* (pp. 72–105). New York: Cambridge University Press.

UNICEF (2007). *Report Card 7 - Pobreza Infantil em Perspectiva: Visão de conjunto do Bem-estar das Crianças nos Países Ricos. Avaliação abrangente da vida e do bem-estar das crianças e adolescentes nos países economicamente desenvolvidos*. Florença: Centro de Estudos Innocenti da UNICEF.  
[http://www.unicef.pt/18/report\\_card\\_7\\_%20final.pdf](http://www.unicef.pt/18/report_card_7_%20final.pdf)

United Kingdom College of Family Mediators (2002). *Children, Young People and family Mediation: Policy and Practice Guidelines*. Revised and extended, September 2002.

United Nations. Committee on The Rights of The Child (2009). Convencion on the Rights of the Child. *General Comment n.º 12 (2009). The right of the child to be heard*. Geneva: UNITED NATIONS.

Urios, A. S. (2000). *Intervención Microsocial: Trabajo Social com indivíduos y familias*. Murcia: Diego Marín Librero-Editor.

Vallejo, R. D. & Gestoso, C. G. (2008). *Mediación. Processo, tácticas y técnicas*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Verde, M. A. S. (2008). Conflitos y mediación familiar. In Miguel Ángel Soria, Carlos Villagrasa, Inma Armadans (Coodinadores). *Mediación familiar* (pp. 45-77). Barcelona: Editorial Bosch, S. A.

Vieira, R. (2009). O novo Regime de Divórcio. O que há de novo. In *Jornal Tribuna, Madeira* (p.16).

Vilelas, J. (2009). *Investigação. O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Wagner, A., Carpenedo, C., Melo, L. P. & Silveira, P. G. (2005). Estratégias de Comunicação Familiar: a perspectiva dos filhos adolescentes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, maio-agosto, año/vol. 18, n.º 002, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 277-282.

<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27479.pdf>

Walczak, Y (1984). Divorce, the kid`s stories, *Social Work Today*, 18, 12-13.

Wall, K. (1993). Elementos sobre a sociologia da família em Portugal, *Análise Social*, n.os 123-124, 999-1009.

Wallerstein, J. S. & Kelly, J. (1980). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic Books.

Wallerstein, J. S. (1983). Children of divorce: Stress and developmental tasks. In N. Garnezy, and M. Rutter (Eds.). *Stress, coping, and development in children* (pp. 265-303), New York: McGraw-Hill.

Wallerstein, J. S. (1983). *Children of divorce: the psychological tasks of the child*, *American Journal of Orthopsychiatry*, 53 (2), 230-243.

Wallerstein, J. S. (1986/1997). Psychodynamic perspectives on family mediation, *Mediation Quarterly*, N.º 14/15, 7-21.

Wallerstein, J.S. & Kelly, J.B. (1980). *Surviving the Breakup: How Children and Parents Survive the Divorce*. New York: Basic Books.

Wallerstein, J.S. & Lewis, J. (1998). The long-term impact of divorce on children: A first report from a 25 year study, *Family and Conciliation courts Review*, 36 (3) 368-382.

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge, *Family Process*, 35, 261-281.

Whisman, M. A. & Uebelacker, L. A. (2006). Impairment and Distress Associated With Relationship Discord in a National Sample of Married or Cohabiting Adults. *Journal of Family Psychology*, Vol. 20, No. 3, 369-377.

<http://www.public.iastate.edu/~ccutrona/psych592a/articles/Marital%20discord%20predicting%20distress.pdf>

Whisman, M. A., Uebelacker, L. A., & Weinstock, L. M. (2004). Psychopathology and marital satisfaction: The importance of evaluating both partners, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72, 830–838.

Wilson, K., & DeShane, M. (1982). The legal rights of grandparents: a preliminary discussion, *The Gerontologist*, 22, 67-71.

Wiseman, R. S. (1975). Crises theory and the process of divorce, *Social Casework*, 56, 205-212.

Wolcott, I. & Hughes, J. (1999). *Towards Understanding the reasons for divorce*. Working Paper 20, Australian Institute of Family Studies.  
<http://www.aifs.gov.au/institute/pubs/researchseries.html>

Woodhouse, B. (2000). Children's rights. Public law and legal theory: Research papers series.  
[http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract\\_id=234180](http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=234180)

Yarn, D. H. (1999). *Dictionary of Conflict Resolution*. San Francisco: Ed. Jossey Bass.

Zavarede, T.E. (2008). Cultura Organizacional: Uma Revisão de Literatura. *Psicologia.com.pt – O Portal dos Psicólogos*.  
<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0441.pdf>

Zemmelman, S. E., Steinman, S. B., & Knoblauch, T. M. (1987). A Model Project on Joint Custody for Families Undergoing Divorce. National Association of Social Workers, *Social Work* (January-February), 32-37.

## Legislação Consultada/Utilizada

**Código Civil** (2012). Coimbra: Edições Almedina, S.A.

**Código Penal** (2011). Coimbra: Edições Almedina, S.A.

**Constituição da República Portuguesa** (2011). Coimbra: Edições Almedina, S.A.

**Convenção sobre os Direitos da Criança** (Convenção sobre os Direitos da Criança, Diário da República, I série A, n.º 211/90; Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro, publicada no Diário da República, I Série A, n.º 211/20; Ratificação Decreto Presidencial n.º 49/90 de 12 de Setembro, publicada no diário da República, I Série A, n.º 211/90).

**Decreto-Lei n.º 496/77**, de 25 de Novembro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 273 de 25 de Novembro.

**Decreto-Lei n.º 314/78**, de 27 de Outubro (Organização Tutelar de Menores).

**Decreto-Lei n.º 133/99**, de 28 de Agosto (Quinta alteração do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, em matéria de processos tutelares cíveis).

**Despacho n.º 12 368** do Ministério da Justiça, de 25 de Novembro de 1997 - Diário da República II, Série, n.º 283, de 9 de Dezembro de 1997.

**Despacho n.º 18778/2007**, publicado no Diário da República, II Série, n.º 161, de 22 de Agosto (Despacho que regula a actividade do Sistema de Mediação Familiar (SMF), definindo os seus princípios, caracterizando o sistema, as competências e intervenção do SMF).

**Despacho n.º 30/GRAL/2010** (Procedimento de Selecção de Mediadores de Conflitos para prestar serviço no Sistema de Mediação Familiar nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), Ministério da Justiça).

<http://www.gral.mj.pt/userfiles/Despacho%20de%20Homologa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

**Lei n.º 133/99**, de 28 de Agosto (Altera o Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro).

**Lei n.º 147/99**, de 1 de Setembro, publicada no Diário da República I Série – A n.º 204/99 de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

**Lei n.º 47/2007**, de 28 de Agosto (Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais).

**Lei n.º 61/2008**, de 31 de Outubro (Nova Lei do Divórcio).

**Portaria n.º 237/2010**, de 29 de Abril (Regulamento de Reconhecimento de Cursos de Mediação de Conflitos para efeitos de Candidatura à Prestação de Serviços de Mediação Pública).

**Portaria n.º 282/2010**, de 25 de Maio (Regulamento do procedimento de selecção de mediadores para prestar serviços no Sistema de Mediação Familiar).

<http://www.gral.mj.pt/uploads/documentos/92df7a939f812b933ab2403fd5611a37.pdf>

**Recomendação N.º (98) 1** do Conselho da Europa (Recomendação de 21 de Janeiro de 1998 do Comité de Ministros do Conselho da Europa dos Estados Membros, aos Governos dos Estados Membros sobre a Mediação Familiar como meio apropriado de resolução dos litígios familiares).